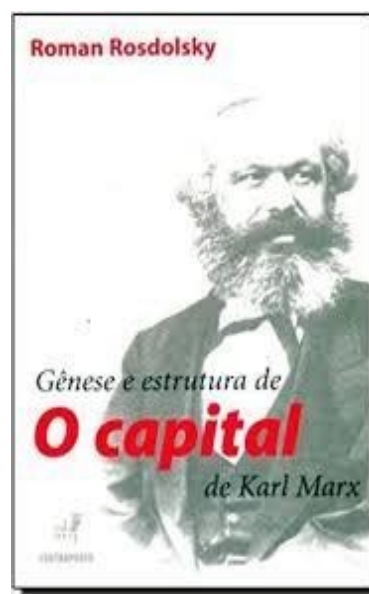


SEÇÃO PRINCIPAL

ARTIGOS EXPOSITIVOS DA BIBLIOGRAFIA DE  
KARL MARX DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA  
CAPITALISTA

ARTIGO I  
**GÊNESE E ESTRUTURA  
DE *O CAPITAL***



Folheto nº 01 – 05.11.2020 (republicado em 11.01.2022 e 30.06.2022)

Folheto nº 02 – 05.01.2021 (republicado em 11.01.2022)

Folheto nº 03 – 30.03.2022

Folheto nº 04 – 29.04.2022

Folheto nº 05 – 31.05.2022

Folheto nº 06 – 30.06.2022

Folheto nº 07 – 31.08.2022

Folheto nº 08 – 30.09.2022

Folheto nº 09 – 05.11.2022

Folheto nº 10 – 14.04.2023

Apêndice ao Folheto nº 10 – 02.06.2023

Folheto nº 11 – 12.07.2023

Folheto nº 12 – 01.09.2023

Apêndice ao Folheto nº 12 – 22.09.2023

Folheto nº 13 – 30.11.2023

Apêndice ao Folheto nº 13 - 22.12.2023

## SUMÁRIO

<b>FOLHETO Nº 01</b> (publicado em 05.11.2020 e republicado em 11.01.2022 e 30.06.2022)	
NOTA DO ARTICULISTA	<a href="#">5</a>
PREÂMBULO DO LIVRO	<a href="#">10</a>
<b>PARTE I – INTRODUÇÃO</b>	
Capítulo 1 – Como nasceram os <i>Grundrisse</i>	<a href="#">15</a>
<b>FOLHETO Nº 02</b> (publicado em 05.01.2021 e republicado em 11.01.2022)	
<b>PARTE I – INTRODUÇÃO</b> (continuação)	
Capítulo 2 – A estrutura da obra [ <i>O capital</i> ] de Marx	<a href="#">35</a>
Capítulo 3 – Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política	<a href="#">58</a>
<b>FOLHETO Nº 03</b> (publicado em 30.03.2022)	
<b>PARTE II – A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO</b>	
NOTA PRELIMINAR DO AUTOR DE <i>GÊNESE</i> : A relação entre os [manuscritos] <i>Grundrisse</i> , a [obra] <i>Contribuição [ou Para] a crítica [da economia política]</i> e a seção I do primeiro tomo [livro] de <i>O capital</i>	<a href="#">73</a>
Capítulo 4 – A crítica à teoria do dinheiro-trabalho	<a href="#">75</a>
<b>FOLHETO Nº 04</b> (publicado em 29.04.2022)	
<b>PARTE II – A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO</b> (continuação)	
Capítulos 5 – A transição do valor ao dinheiro	<a href="#">90</a>
<b>FOLHETO Nº 05</b> (publicado em 31.05.2022)	
<b>PARTE II – A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO</b> (continuação)	
Capítulos 6 a 8 – As funções do dinheiro	<a href="#">108</a>
<b>FOLHETO Nº 06</b> (publicado em 30.06.2022)	
<b>PARTE III – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL]</b>	
Capítulo 9 – Observação preliminar (Sobre a realidade da lei do valor na economia capitalista)	<a href="#">135</a>
Capítulo 10 – A lei de apropriação da economia mercantil simples	<a href="#">142</a>
<b>FOLHETO Nº 07</b> (publicado em 31.08.2022)	
<b>PARTE III – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL]</b> (continuação)	
Capítulo 11 – A transição para o capital (“A transformação do dinheiro em capital”)	<a href="#">152</a>
Capítulo 12 – O intercâmbio entre capital e a força de trabalho	<a href="#">167</a>
Capítulo 13 e 14 – Uma aproximação à categoria da mais-valia	<a href="#">175</a>

**FOLHETO Nº 08** (publicado em 30.09.2022)

**PARTE III – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL]**  
(continuação)

Capítulos 15 a 18 – A categoria da mais-valia: natureza, formas fundamentais e desdobramentos [191](#)

**FOLHETO Nº 09** (publicado em 05.11.2022)

**PARTE III – SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL]**  
(continuação)

Capítulo 19 – O processo de reprodução e a inversão da lei de apropriação [221](#)

Capítulo 20 – A acumulação primitiva e a acumulação de capitais [230](#)

**FOLHETO Nº 10** (publicado em 14.04.2023)

**PARTE IV – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO [DO CAPITAL]**

NOTA PRELIMINAR DO AUTOR DE *GÊNESE E ESTRUTURA DE “O CAPITAL”* [238](#)

Capítulo 21 – Do processo de produção ao processo de circulação do capital. Anotações sobre o problema da realização e o primeiro esquema da reprodução [240](#)

**APÊNDICE AO FOLHETO Nº 10** (publicado em 02.06.2023)

NOTA DO ARTICULISTA [268](#)

Texto 1 – Observação metodológica à crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução [do capital] de Marx [269](#)

Texto 2 – A polêmica em torno dos esquemas da reprodução [do capital] de Marx [278](#)

**FOLHETO Nº 11** (publicado em 12.07.2023)

**PARTE IV – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO [DO CAPITAL]**  
(continuação)

NOTA DO ARTICULISTA [310](#)

Capítulos 22 a 24 – As novas determinações formais do capital [311](#)

**FOLHETO Nº 12** (publicado em 01.09.2023)

**PARTE V – O CAPITAL PRODUTIVO. LUCRO E JUROS**

Capítulo 25 – A transformação da mais-valia em lucro. A taxa geral de lucro [328](#)

Capítulo 26 – A lei da queda da taxa de lucro e a tendência à derrocada do capitalismo [341](#)

Capítulo 27 – Fragmentos sobre o juro e o crédito [350](#)

**APÊNDICE AO FOLHETO Nº 12** (publicado em 22.09.2023)

NOTA DO ARTICULISTA [361](#)

Texto – A crítica recente à lei de Marx sobre a queda da taxa de lucro [362](#)

**FOLHETO Nº 13** (publicado em 30.11.2023)

**PARTE VI – CONCLUSÃO**

Capítulo 28 – O limite histórico da lei do valor. Observações de Marx sobre a ordem social socialista [366](#)

Capítulo 29 – A reificação das categorias econômicas e a “verdadeira concepção do processo social de produção” [394](#)

## **APÊNDICE AO FOLHETO Nº 13 (publicado em 22.12.2023)**

### **PARTE VII – ENSAIOS CRÍTICOS**

NOTA DO ARTICULISTA [407](#)

Texto 1: O problema do trabalho qualificado. A crítica de Böhm-Bawerk (economista não marxista austríaco) a Marx [408](#)

Texto 2: Uma observação sobre o problema da “falsa racionalização” em Otto Bauer (social-democrata austríaco): Uma coisa é socialismo, outra coisa é capitalismo de Estado [420](#)

Texto 3: A crítica de Joan Robinson (economista não marxista britânica) a Marx: A teoria marxiana do valor. A teoria de Marx sobre a natureza da exploração capitalista e o conceito de capital. Observações finais [425](#)

Texto 4: A economia neomarxista. Oskar Lange (economista marxista polonês): O objeto e método da economia política [436](#)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** [443](#)

## FOLHETO Nº 01

### NOTA DO ARTICULISTA<sup>1</sup>

A **Expedição Karl Marx: Para ler *O capital***, cujo objeto de conhecimento se restringe à **teoria crítica da economia política capitalista** edificada pelo filósofo alemão **Karl Heinrich Marx**<sup>2</sup>, tem como destino final o estudo da sua obra magna ***O capital: Crítica da economia política***, ou, simplesmente, ***O capital***<sup>3</sup>.

Com base no apurado em pesquisa realizada junto a estudiosos do tema, na presente “expedição literária” optamos por seguir um roteiro que acesse primeiramente os escritos marxianos<sup>4</sup> antecedentes que serviram de base para a elaboração daquele que é

1 Articulista: Rui Eduardo Silva de Oliveira Pamplona, bacharel em Ciências Econômicas e Direito; pós-graduado em MBA Agronegócio, MBA Executivo em Gestão Financeira e Especialização em Direito.

2 Na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução*, deste [Blog](#), apresentamos um panorama sobre a vida e obra do filósofo alemão, bem assim sobre os principais aspectos e conceitos que norteiam seu pensamento filosófico, sociológico, antropológico, político, ideológico e econômico. Não obstante, já vale destacar o que diz o professor José Paulo Netto sobre o que chama de “o grande edifício [teórico, complementamos] marxiano”. José Paulo assenta que o edifício teórico erguido por Marx se funda e se sustenta em três pilotes: “na *dialética* [no método dialético tomado criticamente do filósofo idealista igualmente alemão Georg Hegel, digo eu], na *teoria do valor-trabalho* [na crítica de Karl Marx à economia política clássica, sobretudo aos economistas Adam Smith e David Ricardo, extraíndo dela a concepção de que o valor econômico é criado e acrescido pelo trabalho (pela atividade do trabalho), o que resulta na exploração do trabalho pelo capital, digo eu novamente] e na *perspectiva da revolução* [na luta de classes rumo à superação do capitalismo pelo comunismo, passando antes pelo socialismo, digo eu mais uma vez]” (in NETTO, José Paulo. **Marx: dialética para principiantes**. Dia M 2022. Canal TV Boitempo Editorial, 2022. Disponível em <https://youtu.be/ywZQnMnGejk?t=3016> (minutagem: 50m16s-58m09s). Visto em 13.06.2022).

3 *O capital*, subtítulo *Crítica da economia política* (em alemão: *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*), traz em suas páginas o resultado de um minucioso exercício investigativo acerca do funcionamento das relações socioeconômicas no âmbito do modo de produção capitalista, desde suas origens. Uma exposição da mais profunda investigação crítica do capitalismo que se tem conhecimento. A obra maior e definitiva de Marx é composta por quatro livros: Livro I - *O processo de produção do capital* (1867); Livro II - *O processo de circulação do capital* (1885); Livro III - *O processo global da produção capitalista* (1894) e o Livro IV - *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico* (1905). Na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução*, subseção “Pensamento econômico”, deste [Blog](#), apresentamos, preliminarmente, um arrazoado da obra fundamental do filósofo alemão, incluindo a conceituação de *capitalismo*, a definição de *economia política, modo de produção, capital* e de outras categorias econômicas presentes na obra definitiva de Marx, além das sinopses dos quatro livros.

4 Em vista do uso corriqueiro na literatura sobre Karl Marx de expressões derivadas do seu nome para identificar o interlocutor a que se referem, como “marxiano(a)”, “marxólogo(a)” e “marxista”, o que neste trabalho não será diferente, é importante mencionar os critérios que utilizaremos para também empregá-las neste artigo expositivo. O termo “marxiano(a)” será adotado para referirmos aos escritos e pensamento do próprio Marx. A expressão “marxólogo(a)”, por sua vez, será aplicada em alusão aos empreendedores de uma análise científica, isenta e apartidária das suas ideias. Já o vocábulo “marxista” será tomado quando da menção àqueles que buscam interpretar, não sem divergências entre si, o amplo campo do pensamento sociológico, econômico, político e filosófico de Marx, e sua análise metodológica desses aspectos, na defesa de uma prática política transformadora e revolucionária da sociedade que, em seu conjunto, se denomina “marxismo”.

Por oportuno, vale estender um pouco esta nota de pé de página para uma pequena explanação sobre o verbete *marxismo*, em torno do qual se costuma aduzir verdades e inverdades. O *marxismo* é uma “forma de análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflito social que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética de transformação social”. Os princípios intelectuais do marxismo resultam de interpretações por terceiros do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels. O marxismo utiliza inquéritos econômicos e sociopolíticos que se aplicam à crítica e a análise do desenvolvimento do capitalismo e ao papel da luta de classes na mudança econômica sistêmica. Engloba uma teoria econômica e sociológica, um método filosófico e uma visão prática-política revolucionária de transformação social. [Vladimir Lenin](#), em *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, defende que seus pontos de partida são: (i) a [filosofia alemã](#), a partir da defesa do [materialismo filosófico](#); (ii) a [economia política clássica inglesa](#); e (iii) o [socialismo](#)

tido como um verdadeiro clássico da Economia Política. Agindo assim aspiramos construir um lastro de conhecimento tal que nos permita captar da forma mais consistente possível o que Marx tem a dizer em *O capital*.

Nesse sentido, muito embora não seja um escrito da autoria do filósofo alemão, o trajeto principal da **Expedição Karl Marx** começa com a leitura do livro do pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky<sup>5</sup> – *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx* –, avaliado como um guia de acesso ao universo teórico, metodológico e crítico-econômico marxiano, visto se tratar de um comentário robusto e esclarecedor dos primeiros manuscritos propriamente econômicos redigidos e organizados por Marx em 1857/1858, *Grundrisse (Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política)*, distinguidos, estes, como o marco inaugural da investigação crítico-científica do modo de produção capitalista, base teórica e metodológica do que viria a ser *O capital*.

Assim sendo, seria até natural que iniciássemos este projeto de estudo com a leitura direta dos *Grundrisse*. Entretanto, seguindo recomendação de vários autores, optamos por começar pela leitura prévia do livro de Rosdolsky dado o alto grau de complexidade do conteúdo, método e escrita dos *Grundrisse*, o que faz da leitura de *Gênese* uma tarefa preparatória para debruçarmos sobre os próprios primeiros manuscritos econômicos de Marx. Daí a sua adoção como ponto de partida da nossa empreitada.<sup>6</sup>

---

"utópico" francês. O marxismo tornou-se uma ideologia que se estendeu a regiões de todo o mundo, sendo acrescida de características nacionais, a exemplo do [marxismo-leninismo](#) na União Soviética e do [maoísmo](#) na República Popular da China, Albânia e Coreia do Norte, entre outros tipos. As principais correntes do marxismo foram a [social-democracia](#), o [bolchevismo](#) e o [esquerdismo](#), além do [comunismo de conselhos](#). Muitas das concepções de Marx e Engels, não raro, pouco têm a ver com as interpretações dadas pelos representantes de algumas dessas correntes ideológicas, e por isso há constantes conflitos entre elas. Há vários tipos de abordagens, além do denominado [marxismo clássico](#), relativas às teorias econômicas, filosóficas e sociológicas de Karl Marx e Friedrich Engels, tais como: o [marxismo ortodoxo](#), [marxismo estrutural](#), [marxismo humanista](#) e o [marxismo analítico](#) (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marxismo>. Visto em 30.04.2020). Como afirma o já mencionado professor José Paulo, é preciso ter claro que "[...] o pensamento de Marx não é a mesma coisa de marxismo, o marxismo parte de Marx mas não é Marx [...]" (*in* NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx (primeira parte)**. Videoaula. Pós-graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), 2016. Disponível em <https://youtu.be/2WndNoqRiq8?t=2570> (minutagem: 42m50s-43m07s). Visto em 31.05.2020). Sobre a criação do termo "marxismo", sua colocação como uma teoria e a reação negativa de Marx e Engels ao termo, recomendamos o vídeo **200 anos de Engels – A criação do Marxismo**, aula proferida pela professora Virgínia Fontes em evento realizado pela TV Boitempo Editorial, disponível em <https://www.youtube.com/live/ELW99uIWxvo?feature=share&t=491> (visto em 27.11.2020). Sobre a palavra "marxista", sugerimos a leitura do artigo **Quem tem medo de Karl Marx?**, da autoria do professor Lincoln Secco, disponível em <https://jacobin.com.br/2019/11/quem-tem-medo-de-karl-marx/>, e do texto **O que significa ser marxista hoje?**, de Ramsin Canon, disponível em <https://jacobin.com.br/2019/10/o-que-significa-ser-marxista-hoje>, ambos editados pela Revista Jacobin Brasil (2019) e consultados em 30.04.2020.

5 Roman Rosdolsky foi um pensador marxista nascido em 1898, em Lemberg, na Galícia, que à época fazia parte do [Império Austro-Húngaro](#) e hoje é conhecida como Lviv (na Ucrânia). Rosdolsky foi professor e pesquisador em Moscou até ser perseguido pelo governo de [Josef Stalin](#). Acossado pelo [stalinismo](#), fuge da antiga [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas \(URSS\)](#) em 1938. Sendo descendente de judeus, é preso pelo [regime nazista](#) na Áustria em 1942 e encaminhado a campos de concentração. Conseguindo ser libertado ao final da [Segunda Guerra Mundial](#), vai para os EUA em 1947 onde faleceu em 1967 aos 69 anos de idade. Nos EUA trabalhou como um pesquisador independente, pois não pôde obter uma posição docente nas universidades americanas em função da perseguição [macartista](#). Seu livro *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx*, objeto deste artigo, foi editado e publicado na Alemanha em 1968, um ano depois da sua morte (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Roman\\_Rosdolsky](https://pt.wikipedia.org/wiki/Roman_Rosdolsky). Visto em 01.04.2020).

6 O livro de Roman Rosdolsky, pelas razões expostas, é o único da não autoria de Karl Marx a ser objeto de artigo expositivo no âmbito deste projeto de leitura. As demais obras são da autoria do próprio Marx.

Uma vez concluído o estudo de *Gênese e estrutura de "O capital"*, no passo seguinte adentraremos diretamente à bibliografia econômica de Karl Marx, concentrando a atenção ao texto ***Introdução (à crítica da economia política)***, composto em 1857, com a também disponibilização do artigo expositivo respectivo.

*Introdução* corresponde à única exposição sistemática e extensa do método inovador de estudo da sociedade, da economia e da história – o materialismo histórico e dialético –, elaborado por Marx em parceria com o filósofo também alemão Friedrich Engels<sup>7</sup>. A concepção materialista e dialética da história permeia a crítica da economia política capitalista e a quase totalidade da produção literária dos dois filósofos. O aludido escrito é um dos raros momentos em que as questões metodológicas são tratadas por Marx de maneira autônoma, e não como uma aplicação à análise dos temas que investiga.

Na sequência, como que facilitado pelo estudo de *Gênese*, passaremos à disponibilização do artigo expositivo do mencionado conjunto de manuscritos propriamente econômicos de 1857/1858, os ***Grundrisse (Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política)***.

Feito isso, logo após, trataremos do livro ***Para a crítica da economia política***, ou ***Contribuição à crítica da economia política***, de 1859, que representa uma continuação dos *Grundrisse*, sendo ele a primeira versão da crítica econômica do capitalismo publicada por Marx. Daquela obra é de se destacar o Prefácio, onde consta a famosa síntese do próprio Karl Marx sobre o materialismo histórico e dialético.

*Para a crítica* era para ser o primeiro volume de uma série inicialmente

---

7 Friedrich Engels (1820-1895) foi um filósofo socialista alemão, filho de um industrial têxtil também alemão “que pretendia fazê-lo seguir a carreira dos negócios e, por isso, o afastara do curso universitário, tendo concluído sua formação como aluno ouvinte em cursos livres, sendo um incansável autodidata”. Na Inglaterra, onde esteve a serviço do pai nas indústrias da família, Engels, embora oriundo de uma família burguesa, entrou em contato com militantes operários do [movimento cartista](#) aproximando-se do socialismo e da economia política. Foi o grande amigo de Marx, seu colaborador e coautor em várias obras, sendo que a mais conhecida é o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, onde consta uma breve apresentação de uma nova concepção da história, ilustrada pela frase “A história da humanidade é a história da luta de classes”. Engels foi também parceiro de Karl Marx na elaboração do método *materialista histórico e dialético*, bem como da denominada doutrina do *socialismo “científico”*. Igualmente ajudou a publicar, após a morte do amigo, os Livros II (*O processo de circulação do capital*) e III (*O processo global da produção capitalista*), publicados em 1885 e 1894, respectivamente, ambos de *O capital*, além de organizar as notas econômicas produzidas por Marx entre os anos de 1861 e 1863 que resultaram em grande parte no Livro IV (*Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico*), publicado em 1905, último volume da obra maior de Karl Marx. Para além dessa parceria, o trabalho literário individual de Engels merece destaque pela “profunda análise social” que contém. Entre suas principais obras *solo* estão: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*; *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*; *Revolução de Herr Eugen Dühring na Ciência*; *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*; *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e também a obra *Dialética da natureza* (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich\\_Engels](https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Engels). Consultado em 01.04.2020).

Sobre a vida e pensamento de Engels recomendamos o vídeo **A relevância e atualidade do pensamento de Engels**, com o professor José Paulo Netto, disponível no canal da TV Boitempo Editorial, no endereço virtual <https://www.youtube.com/live/joSyGnijlHg?feature=share&t=464> (visto em 23.11.2020), bem assim os livros biográficos **Friedrich Engels: Uma biografia** (Autor: Gustav Mayer, Boitempo Editorial (2020)), **Comunista de Casaca: a vida revolucionária de F. Engels** (Autor: Tristram Hunt, Editora Record (2010)) e **Engels, O Segundo Violino** (Autor: Osvaldo Coggiola, Editora Xamã (1995)).

Do método *materialista histórico e dialético*, da doutrina do *socialismo “científico”* e da obra *Manifesto do Partido Comunista*, mencionados nesta nota de rodapé, tratamos em pequenos textos disponíveis na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução*, deste [Blog](#).



projetada para seis livros, os quais condensariam vários anos do trabalho investigativo-científico marxiano sobre a sociedade burguesa ou capitalista. Embora mantido o mesmo propósito, o projeto original foi modificado sendo substituído pelo plano do qual proveio *O capital*, conforme veremos no Folheto nº 02 deste Artigo Expositivo I.

Concluída a primeira etapa do trajeto principal da **Expedição**, finalmente passaremos à leitura d'**O capital**, seu ponto de chegada, como anunciado, com a também apresentação de artigo expositivo de cada um dos quatro livros desse clássico da crítica da economia política.<sup>8</sup>

Para terminar esta Nota, mais algumas palavras sobre a obra de largada da nossa “caravana literária”: *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*. De acordo com o professor Carlos Nelson Coutinho, apesar do título em português da obra de Roman Rosdolsky indicar que ela versa sobre a estrutura do livro *O capital*, “na verdade o autor trata essencialmente dos *Grundrisse*, tanto que o título original em alemão é algo que se pode traduzir como ‘Para uma história evolutiva da gênese de *O capital*’”.<sup>9</sup> No entanto, Roman também combina o exame dos *Grundrisse* com os escritos da maturidade de Marx, em especial *Para a crítica da Economia política* e o próprio *O capital*, lançando mão destes e de outros escritos marxianos para compor o seu trabalho<sup>10</sup>.

Quanto ao aspecto editorial, para a elaboração do Artigo Expositivo I utilizamos um exemplar da edição brasileira de *Gênese*, datada de 2011, publicada pela Contraponto Editora<sup>11</sup>, cuja imagem de capa, extraída do *site* da própria editora<sup>12</sup>, espelhamos na página de abertura.

Para efeito da metodologia aqui adotada, buscaremos reproduzir sinteticamente o conteúdo de *Gênese e estrutura de “O capital”* e não, necessariamente, interpretá-lo. Apenas lançaremos mão de juízo pessoal ou advindo de outros autores quando assim nos for exigido pelo grau de complexidade de alguma ideia, frase ou parágrafo, ou, ainda, pela necessidade de contextualização de um determinado fato/acontecimento, dentre outras singularidades contidas na obra. Como critério de edição dessas intervenções, eventuais intromissões deste articulista serão feitas entre colchetes, quando se derem no bojo de citações entre aspas, e, nos demais casos, no início ou final de determinada frase, sempre utilizando a expressão “digo eu” ou equivalente. No caso de recorrermos a escritos de outros autores tal identificação dar-se-á por meio de citações diretas ou indiretas devidamente referenciadas.

Como se estivéssemos realmente inseridos numa viagem expedicionária propriamente dita, por analogia a eventuais relatórios produzidos e emitidos durante

8 Da trilha bibliográfica descrita, saiba mais acessando a página [Roteiro da Expedição Karl Marx](#) deste Blog.

9 FONTES, Virgínia; COUTINHO, Carlos Nelson e NETTO, José Paulo. **Introdução à leitura dos Grundrisse** (videopalestra). Rio de Janeiro-RJ: Editora UERJ, 2011. Disponível em <https://youtu.be/Xhds6tHvb08?t=2056> (minutagem: 34m16s-34m53s). Visto em 13.06.2022.

10 Quando tal fato ocorrer faremos a devida menção à obra citada.

11 ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora, 2011.

12 Disponível em <https://www.contrapontoeditora.com.br/produto.php?id=73>. Consultado em 01.04.2020.



uma empreitada do tipo, o artigo expositivo do livro do nosso pensador ucraniano, bem como os artigos das demais obras a serem “exploradas”, será disponibilizado por meio de folhetos (fascículos) periódicos, acompanhados de apêndices (textos e vídeos complementares) sempre que avaliarmos necessários para uma melhor e mais ampla compreensão do conteúdo central.

## PREÂMBULO DO LIVRO

Conforme adiantamos na Nota do Articulista, o livro *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx* traz o resultado do estudo do pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky sobre o primeiro conjunto de manuscritos dedicados à crítica da economia política, mais precisamente à crítica do modo de produção capitalista, ou economia capitalista<sup>13</sup>, redigidos e organizados em sete cadernos por Karl Marx entre julho de 1857 e março de 1858.<sup>14</sup> No prefácio que ora reproduzimos Roman faz as considerações iniciais e gerais sobre os mesmos, além de apresentar a sua obra.

O conjunto de manuscritos econômicos marxianos sobre o qual se debruça Rosdolsky foi publicado pela primeira vez em 1939<sup>15</sup>, na cidade de Moscou, sob o título *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* – em português, *Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política* –, ou, simplesmente, *Grundrisse*<sup>16</sup>.

13 A categoria citada, *modo de produção capitalista* (ou *economia capitalista* ou, ainda, *capitalismo*), como se verá ao longo do nosso projeto de leitura, “é uma forma de organização socioeconômica baseada na *propriedade privada dos meios de produção*, em uma *economia de mercado* e na sua operação para *fins lucrativos*” (grifo nosso). Desse conceito derivam suas características centrais: *acumulação de capital*, *trabalho assalariado*, *troca voluntária*, *sistema de preços* e *mercados competitivos*. Karl Marx é considerado o seu maior crítico, “seja sob o ponto de vista da Filosofia Política, da Economia e da Sociologia, seja sob o prisma da Ciência Política” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo>. Consultado em 01.04.2020).

14 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 25. Em relação ao aspecto temporal da redação e organização dos manuscritos de 57/58 encontramos divergências entre alguns autores, tanto no tocante à data de início quanto à data de conclusão desse trabalho de Marx. Roman Rosdolsky, na obra em exposição, refere-se, na página 25, a julho de 1857 como a data inicial e a março de 1858 como a data final. Jorge Grespan, na anotação de orelha do livro *Grundrisse* (in MARX, Karl Heinrich. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2011), atribui como sendo outubro de 1857 o momento inaugural e maio de 1858 o momento conclusivo. Já Roberval Leone, na página 46 do seu artigo *Marx, Proudhon e Darimon: diálogos sobre o dinheiro* (in SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, Revista Crítica Marxista, 2001. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/03rober.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03rober.pdf). Visto em 01.02.2022), cita outubro de 1857 e março de 1858 como as datas do começo e fim da elaboração dos referidos escritos. Por fim, Enrique Dussel, na página 25 do livro *A produção teórica de Marx (Um comentário aos Grundrisse)* (in DUSSEL, Enrique. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2012. Disponível em [https://enriquedussel.com/txt/Textos\\_Libros/37.A\\_Producao\\_Teorica\\_Marx.pdf](https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/37.A_Producao_Teorica_Marx.pdf). Visto em 01.02.2022), menciona o período de outubro de 57 a junho de 58 como o da redação e organização dos sete cadernos dos manuscritos.

15 Embora publicado no final dos anos 30, o destacado conjunto de manuscritos foi descoberto pelo marxista *David Riazanov* (1870-1938), na Alemanha, em 1923. Riazanov “foi um dos mais importantes intelectuais russos do início do século XX”, historiador do marxismo e do movimento operário, além de fundador do *Instituto Marx-Engels (IME)* (centro acadêmico de pesquisa independente, criado pelo governo socialista soviético em 1919, não vinculado ao *Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)*) e também editor da *MEGA* (abreviatura do que em português foi traduzido como “Obras completas de Marx e Engels”, maior coleção de escritos de Karl Marx e Friedrich Engels existente no mundo, cujo projeto ainda se encontra em andamento). Sendo líder político-sindical e revolucionário, David Riazanov participou ativamente dos acontecimentos da *revolução socialista/comunista russa de 1917*. Mais tarde, em 1931, foi perseguido pelo chefe do governo soviético da época, Josef Stalin, preso e enviado para o exílio fora de Moscou (in CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. *David Riazanov e a Edição das Obras de Marx e Engels*, p. 200, 209, 211-214. Disponível em [http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p199\\_215.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p199_215.pdf). Consultado em 01.04.2020).

16 A designação conferida pela edição russa a esse conjunto de manuscritos econômicos é resultado da combinação das indicações deixadas por Marx na capa do último dos seus sete cadernos, onde consta “Economia política, crítica da”, com um comentário feito por ele em carta a Engels de dezembro/1857, no qual menciona o esforço imenso que faz para sintetizar o que chama de “esboços” dos seus estudos econômicos “antes do dilúvio”, referindo-se à crise econômica global do capitalismo que se instalava – a *crise de 1857* (in MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 7 (Nota da Edição) c/c ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 25 c/c 480 (Nota 40)). Decorre desses registros o título *Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política*, ou, em alemão, *Grundrisse*, atribuído aos manuscritos econômicos de 57/58. Apesar do nome “*Grundrisse*” referir-se, especificamente, aos citados manuscritos econômicos, tal título acabou servindo para nominar o agrupamento de

Os manuscritos *Grundrisse* propriamente ditos são reconhecidos como a **base teórica e metodológica** da obra maior e definitiva de Marx, *O capital: Crítica da economia política*, constituindo-se no marco inaugural da investigação crítica marxiana do modo de produção capitalista.

Nas palavras de Mário Duayer, “Os *Grundrisse* marcam exatamente o princípio da consolidação desse processo [o desenvolvimento da crítica de Marx à economia política, digo eu] que assume uma forma definitiva, ainda que parcial, somente dez anos mais tarde, no Livro I de *O capital* [*O processo de produção do capital*, digo eu novamente]”.<sup>17</sup>

Os manuscritos em foco são vistos por muitos estudiosos como a primeira tentativa sistemática de Marx de construção da sua crítica da economia política capitalista.<sup>18</sup> Nesse tom, Duayer relata que eles “têm a particularidade de ser o primeiro esboço da obra-prima *O capital*”, sua versão inicial.<sup>19</sup> Citando Moishe Postone, sublinha, também, que, nos *Grundrisse*, Marx “exibe de maneira muito clara a orientação geral de sua ‘crítica madura da modernidade capitalista e a natureza e significância das categorias fundamentais daquela crítica’”.<sup>20</sup>

Os manuscritos econômicos de 57/58 configuram-se, portanto, “na formulação inicial da crítica em que, para seu autor [Marx, digo eu], ‘uma importante visão das **relações sociais** é exposta cientificamente pela primeira vez’” (grifo nosso).<sup>21</sup>

Durante exílio nos EUA, após ter manuseado quase que fortuitamente numa biblioteca de Nova York, em 1948, um raríssimo exemplar dos *Grundrisse*, do total de apenas quatro inicialmente publicados pelo IMEL em 1939 que circularam fora

---

textos distintos divulgados pela primeira vez, na Rússia, em dois volumes. A edição de 1939, que contemplou, além daqueles manuscritos, um outro texto de Marx intitulado *Introdução (à crítica da economia política)*, foi publicada em língua alemã pelo [Instituto Marx-Engels-Lenin \(IMEL\)](#) (instituto surgido da fusão do IME com o [Instituto Lenin](#) em 1931 e vinculado ao Comitê Central do PCUS). Em 1941, também pelo IMEL, foi publicado um segundo volume da obra, no qual foi incluído mais um texto de Marx denominado *Bastiat e Carey*. Desse modo, de acordo com Hugo Cerqueira (*in* CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. Op. cit., p. 211 e 212. Consultado em 01.04.2020), combinado com o contido na Nota da Edição da publicação brasileira dos *Grundrisse* de 2011 (*in* MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 7), a edição integral e inaugural lançada em Moscou, composta por dois volumes, ficou assim organizada: o primeiro volume, publicado em 1939, além do próprio conjunto de manuscritos econômicos de 1857/1858, os *Grundrisse* propriamente ditos, incluiu o escrito *Introdução (à crítica da economia política)*, caderno “marcado com a letra M e redigido, ao que tudo indica, nos últimos dez dias de agosto de 1857”; o segundo volume, publicado em 1941, incluiu o texto *Bastiat e Carey*, datado de julho 1857. Como vimos aqui, embora a edição original moscovita, em dois volumes, contemple também os outros dois textos citados acima, ela recebeu como título geral o mesmo nome conferido aos manuscritos econômicos de 57/58, qual seja, *Grundrisse*.

17 Idem, p. 11 (Apresentação).

18 CIPOLLA, Francisco Paulo. **A evolução da teoria da crise de superprodução na obra econômica de Marx**. Campinas-SP: Revista Crítica Marxista, nº 37, 2013, p. 75 (Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Consultado em 01.04.2020).

19 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 17 (Apresentação). Também nesse sentido, Jorge Grespan assenta que, sem ainda pretender publicá-los, Marx considerava esses manuscritos “uma etapa de seu próprio esclarecimento [...] Escrevendo para si [...]”; fruto de um árduo trabalho de estudos, investigações e experimentações científicas de quinze anos, iniciado em 1843 (Idem, Orelha do livro).

20 Ibidem, p. 17 (Apresentação).

21 Ibidem, p. 18 (Apresentação).

da União Soviética, Roman Rosdolsky concebeu a sua grande obra.<sup>22</sup>

Partindo daí, como assim noticia Jorge Grespan, Rosdolsky, durante quase 20 anos, iniciou sua aventura intelectual de penetrar no “**laboratório econômico**” (grifo nosso) de Marx, como costumava dizer,<sup>23</sup> para acompanhar o “passo a passo” do processo de elaboração da teoria marxiana da crítica da economia política.<sup>24</sup>

O conteúdo de *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx* é dividido em sete partes: Parte I – Introdução; Parte II – A primeira formulação de Marx sobre o dinheiro; Parte III – A seção sobre o processo de produção [do capital, digo eu]; Parte IV – A seção sobre o processo de circulação [do capital, digo eu novamente]; Parte V – O capital produtivo. Lucro e juros; Parte VI – Conclusão; Parte VII – Ensaios críticos.

Importante apontar que já no prefácio Rosdolsky discorre sobre a importância literário-metodológica dos *Grundrisse*, expondo os motivos e objetivos que o levaram a comentá-los, a saber: o juízo de que estava diante de uma obra fundamental para o entendimento do cerne da teoria crítica de Marx – o **método**, e que, “pela forma do texto e, em parte, por sua linguagem de difícil compreensão [...] não atingiria círculos amplos de leitores”; bem como, a oportunidade única que se abria à sua frente de “aproveitar algumas descobertas” contidas no por ele chamado, conforme já dito, “laboratório econômico” marxiano, analisá-las e divulgá-las.<sup>25</sup>

22 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 15 e 477 (Nota 1).

23 Na mesma linha, o mestre José Paulo Netto em palestra feita na Editora UERJ, em 2011, denominou os *Grundrisse* de “o laboratório intelectual” de Marx, indicando que ali consta o primeiro registro das investigações econômicas do filósofo alemão, cujos resultados, como diz, Marx apresentou na “obra expositiva” dessas conclusões, em *O capital*, especialmente no Livro I - *O processo de produção do capital* (in FONTES, Virgínia; COUTINHO, Carlos Nelson e NETTO, José Paulo. Op. cit. (vídeo). Disponível em <https://youtu.be/cuDSsZ2JQz0?t=3118> (minutagem: 51m58s-55m06s). Visto em 02.04.2020). Para efeito da **Expedição Karl Marx**, igualmente consideramos como componentes desse “laboratório” o texto *Introdução (à crítica da economia política)*, de 1857, e a obra *Para a crítica da economia política*, de 1859 (apesar desta última ter sido publicada por Marx), ambos escritos econômicos antecedentes à sua obra maior e definitiva, e que, por isso, também serão alvos de artigos expositivos da nossa autoria.

24 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit. (Orelha do livro). O ensaísta alemão Anselm Jappe esclarece que *Gênese e estrutura de “O capital”* não é um trabalho interpretativo dos manuscritos marxianos de 1857/1858. Jappe destaca presentes em *Gênese* tanto a “aderência” ao que Marx escreveu, quanto o “caráter esclarecedor” do objeto da investigação marxiana e como esta foi realizada (in JAPPE, Anselm. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx (comentário sobre o livro de Roman Rosdolsky)**. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/genese-e-estrutura-de-o-capital-de-karl-marx/>. Visto em 01.04.2020). *Gênese* contém, portanto, um comentário profundo e ao mesmo tempo elucidativo dos primeiros manuscritos ou esboços da crítica do *modo de produção* capitalista redigidos e organizados por Marx.

25 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 15 e 16. Vale destacar das páginas referenciadas o que diz Roman sobre a importância do *método* para a compreensão do pensamento filosófico e econômico de Marx, que reproduzimos com nossas palavras: como se interessar pelos resultados obtidos na formulação de dada teoria se não interessássemos ou até desprezásemos a questão de compreender a maneira como o teórico chegou a tais resultados, isto é, a compreensão do método utilizado?!

Nessa linha, entendemos como oportuno fazermos uma consideração de caráter bibliográfico sobre o “método” no acervo literário marxiano. Além dos manuscritos *Grundrisse*, do texto *Introdução (à crítica da economia política)* e do prefácio de *Para a crítica da economia política*, temos, de acordo com o professor José Paulo Netto, o escrito *A ideologia alemã* (1845/46), da autoria comum de Marx e Engels, como um texto “[...] absolutamente fundamental [...]”, diz ele, “[...] para se pensar o método em Marx” (in NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx (primeira parte)**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 18m26s-21m37s). Disponível em <https://youtu.be/2WndNoqRiq8?t=1106>. Visto em 31.05.2020). A par disso, acatamos a indicação do professor José Paulo para, nesta oportunidade, sugerir o livro mencionado como leitura complementar, embora não esteja contemplado no rol das obras que serão objeto de artigo no âmbito do nosso projeto de leitura.

Ainda ali, derivado da questão metodológica realçada, Roman Rosdolsky chama a atenção para um problema que considera o “mais importante e teoricamente mais interessante que os *Grundrisse* oferecem”: o da **relação substancial** entre as obras de Karl Marx e as do filósofo idealista também alemão Georg W. F. Hegel<sup>26</sup>, notadamente quanto ao **método lógico-dialético hegeliano**.<sup>27</sup>

Sobre o assunto, assim proclamou Rosdolsky: “Não há tema tratado com mais descuido pelos comentadores da teoria econômica de Marx do que o de seu método e, particularmente, de sua relação com Hegel”. O que, para ele, demonstra “uma indiferença completa em relação ao método do próprio Marx”.

Em conformidade com o contido em *Gênese*, não é em *O capital* mas sim nos *Grundrisse* que se percebe, por um lado, a grande influência da dialética de Hegel sobre Marx, por outro, e ao mesmo tempo, o viés crítico adotado por Marx com a demonstração da “**radical inversão materialista**” (grifo nosso) da lógica hegeliana.<sup>28</sup>

Como pudemos identificar já no prefácio da sua obra, é de se enfatizar a importância dada por Rosdolsky à necessidade do conhecimento adequado do método dialético de Marx e das leis gerais que descobriu. No dizer do autor de *Gênese*, sem tal saber não se pode compreender em toda a profundidade o pensamento científico marxiano e a análise que desenvolve do modo de produção capitalista em qualquer das suas dimensões – política, ideológica, social ou econômica.<sup>29</sup>

26 Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um filósofo [idealista](#) nascido e falecido na Alemanha. É considerado um dos mais importantes filósofos do [idealismo alemão](#). Desenvolveu “um sistema filosófico que denominou de ‘Idealismo Absoluto’, uma filosofia capaz de compreender discursivamente o absoluto (de atingir um [saber do absoluto](#))”. Hegel, além de nos ofertar a sua filosofia da história, introduziu um sistema para compreensão da história da filosofia e do mundo que ficou conhecido como [dialética hegeliana](#) – “uma progressão na qual cada movimento sucessivo surge como solução das contradições inerentes ao movimento anterior” –, presente em suas obras *Fenomenologia do Espírito* (1807) e *Ciência da Lógica* (1817). Outras obras de destaque de Hegel foram: *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (1817) e *Princípios da Filosofia do Direito* (1820). Após sua morte houve uma divisão entre seus seguidores: os [hegelianos de direita](#), discípulos que defenderam a ortodoxia evangélica e o conservadorismo político, e os [jovens hegelianos ou hegelianos de esquerda](#), grupo que interpretava Hegel em um sentido “revolucionário” (criticando a religião e a sociedade burguesa alemã). Entre os jovens hegelianos de esquerda encontrava-se Karl Marx (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg\\_Wilhelm\\_Friedrich\\_Hegel](https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Wilhelm_Friedrich_Hegel). Visto em 02.04.2020).

27 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 15 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

28 Ibidem, p. 17. Extrai-se do prefácio de *Gênese* (conforme página em referência) que os aspectos mencionados no parágrafo em Nota só foram percebidos após a publicação dos *Grundrisse* em 1939, portanto, muito tempo depois do lançamento do Livro I d’*O capital*, em 1867 (importante frisar que os principais marxistas do século XX (a exemplo de Vladimir Lenin, [Rosa Luxemburgo](#) e [Antônio Gramsci](#)) não conheceram os *Grundrisse*). Ainda sobre a dita influência de Hegel sobre Marx, embora Rosdolsky a considere como uma influência substancial, tal entendimento não é de aceitação unânime. São contrários a ela, pondo-a como uma influência superficial, [J. Schumpeter](#) (Ibidem, p. 16) e [Louis Althusser](#), entre outros (in VIEIRA, Zaira Rodrigues. **Althusser e o significado da dialética em Marx**. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/8fac/372ef3c4eee595b57f78e1370ea4a8a8e61b.pdf>. Consultado em 02.04.2020). Na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento filosófico*), deste [Blog](#), nos textos “O materialismo histórico e dialético” e “Arrazoado do livro *Contribuição crítica da Filosofia do Direito de Hegel*”, tratamos, respectivamente, da influência de Hegel sobre Marx na elaboração do referido método e da crítica marxiana ao sistema lógico-dialético-político hegeliano.

29 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 17. Na página referenciada, Roman arremata que “depois da publicação dos *Grundrisse* não será mais possível que os críticos acadêmicos de Marx escrevam sobre sua obra econômica sem que antes tenham estudado seu método e sua relação com Hegel”. O que significa dizer, conforme inferimos, que tal estudo pode mesmo ser realizado por intermédio dos *Grundrisse*, ainda que não tão profundamente como seria se realizado através do acesso direto às obras hegelianas.

Previamente ao aprofundamento da questão metodológica suscitada e ao exame dos elementos que compõem a base de sustentação da edificação teórico-crítica da economia política capitalista sedimentada por Karl Marx nos manuscritos *Grundrisse*, cuja tarefa Rosdolsky empreende na Parte II de *Gênese e estrutura de "O capital"* em diante, na Parte I – Introdução o autor ucraniano reconstrói a trajetória do filósofo alemão para a elaboração da crítica à economia política capitalista (de 1843 até a redação final do Livro I d'*O capital* em 1863), descreve e examina a estrutura pensada para *O capital* e a adotada em definitivo (momento em que revela o rigor metodológico que permeia não só a crítica de Marx da economia política, mas, também, a composição da estrutura de exposição dessa crítica em sua obra maior), bem como antecipa um tema tratado nos manuscritos de 57/58, e, que, em sua visão, foi negligenciado “até hoje” por muitos autores marxistas devido à dificuldade de se entender a dialética marxiana: o problema do valor de uso na economia política.<sup>30</sup> É o que veremos neste e no Folheto nº 02 do presente artigo.

Estudiosos do livro de Roman Rosdolsky são unânimes em reconhecer sua contribuição didática para a leitura dos próprios *Grundrisse*, e, por conseguinte, d'*O capital*, bem assim a função que se presta de comentar os muitos aspectos que não foram, aí, suficientemente tratados por Marx, mas sim nos *Grundrisse*, e de chamar a atenção para a interligação existente entre o conteúdo de cada um dos quatro livros da obra definitiva marxiana, o que exige, para a compreensão do seu verdadeiro sentido, enquanto totalidade, uma leitura sistêmica. Por tudo, concluem, como o professor Reinaldo Carcanholo, que *Gênese* é para ser lido “antes e depois” de *O capital*.<sup>31</sup>

No encerramento do prefácio, Roman, mais uma vez justificando o porquê de escrever um comentário dos *Grundrisse*, o que qualifica como “atrevimento”, revela sua preocupação com a interrupção “por décadas” do desenvolvimento do “patrimônio ideológico marxista”, sobretudo em decorrência, segundo aponta, da perseguição empreendida pelo “terror hitlerista ou stalinista” à “última geração de teóricos marxistas dignos deste nome”.<sup>32</sup> Também por isso se dedicou a essa nobre tarefa.<sup>33</sup>

30 Idem, p. 75, 91 e 92.

31 CARCANHOLO, Reinaldo A. **Sobre Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx, de Roman Rosdolsky**. Disponível em <https://pt.calameo.com/read/00014074925811e4f526d>. Consultado em 02.04.2020.

32 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 17.

33 Ainda em referência à *Gênese*, sugerimos o vídeo de Gustavo Machado, **Rosdolsky: Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QGvNePeLIYQ&t=103s> (visto em 02.04.2020).



## PARTE I – INTRODUÇÃO

### Capítulo 1 – Como nasceram os *Grundrisse*

Das sete partes que compõem o livro de Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx*, apenas a Parte I – Introdução e a Parte VII – Ensaio crítico não implicam na reprodução das ideias do autor d'*O capital* registradas nos manuscritos econômicos de 1857/1858, os *Grundrisse* propriamente ditos.

Na parte introdutória, Roman Rosdolsky aproveita “algumas descobertas”, principalmente metodológicas, que extrai daquele conjunto de manuscritos, para diferenciar os métodos marxianos de investigação e de exposição dos resultados obtidos. Na sétima e última parte, o autor ucraniano produz vários ensaios críticos referentes a autores marxistas à luz dos conhecimentos metodológicos alcançados a partir dos *Grundrisse*, o que também lhe exigiu, como assegura, “digressões minuciosas” (isto é, desvios momentâneos do assunto sobre o qual escreve).<sup>34</sup>

Nas demais, Roman Rosdolsky, como ele mesmo afirma, replica e comenta, “sempre que possível com as palavras do próprio Marx”, as ideias mais importantes dos manuscritos econômicos de 57/58. E isso faz de *Gênese* uma obra comentada e não interpretativa dos *Grundrisse*, conforme adiantado no Preâmbulo.

No primeiro capítulo do seu livro, Rosdolsky percorre o trajeto da produção literária de Karl Marx antecedente à conclusão dos manuscritos *Grundrisse*, o que bem retrata o curso do pensamento filosófico-metodológico, econômico e político do filósofo alemão em mais de 15 anos de estudos, investigações e experimentações científicas, artigos e obras publicadas.<sup>35</sup> Além disso, descreve o processo do nascimento daqueles manuscritos, narra a história da sua publicação e encerra apresentando os temas do seu conteúdo.

Considerando a ciência desses trabalhos literários prévios, por parte do leitor, como necessária para se “conhecer as etapas através das quais a obra [*Grundrisse*, digo eu] de Marx amadureceu”, bem como o seu pensamento, Roman divide cronologicamente tal trajetória em três etapas. Vamos a elas<sup>36</sup>.

#### Primeira etapa – 1842/43 a 1846

É de se destacar desta primeira fase a elaboração final, em parceria com Friedrich Engels, da concepção metodológica **materialista e dialética da história**,

---

34 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 15. Idem em relação à redação do parágrafo seguinte.

35 Ibidem, p. 21. O parágrafo seguinte também foi redigido com base na obra e página referenciadas.

36 Muito embora Roman Rosdolsky mencione na descrição de cada fase as obras e escritos de K. Marx associados geralmente com economia, entendemos como pertinente ao objeto deste Blog fazermos também breve menção a outras obras e escritos que abrangem disciplinas que guardam alguma relação com a formação do pensamento econômico de Marx (filosofia, história, política etc.) e que foram igualmente produzidos por ele nos períodos das três fases mencionadas.

resultado do acatamento crítico da dialética do filósofo idealista Georg Hegel e da sua filosofia da história, bem assim da igualmente adoção crítica da concepção materialista de mundo do também filósofo Ludwig Feuerbach<sup>37</sup>. O materialismo histórico e dialético permearia integralmente o pensamento marxiano (e também engeliano), sua filosofia e sua crítica da economia política capitalista.

Fazendo referência à denominada primeira etapa da trajetória econômica de Karl Marx, Roman Rosdolsky o identifica como “**principalmente filósofo**” (grifo nosso).<sup>38</sup> E isso podemos constatar pelas características das obras que elencamos à frente.

Para ilustrar o afirmado, nosso pensador ucraniano aponta que o Marx, exatamente no escrito em que trata de economia, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, “utiliza frequentemente as categorias econômicas tradicionais [terra, trabalho, capital, renda, lucro etc., digo eu] para demonstrar [filosoficamente, digo eu novamente] o ‘caráter reificado’, alienado [coisificado, acrescentamos] em relação ao homem, tanto da ordem social vigente [das relações sociais do modo de produção capitalista, digo eu mais uma vez] como da ciência econômica [da economia política, esclarecemos] que reflete o desenvolvimento desta ordem”. Sobre tais manuscritos fazemos uma breve descrição no item “iii.” *infra*.

Para Rosdolsky, na fase em realce, a inserção do filósofo alemão na economia ainda “representa um mero esboço, um marco geral que só se completaria graças a um trabalho infatigável de investigação, desenvolvido nas duas décadas seguintes [1850 e 1860, indicamos]”.

São da primeira etapa os seguintes escritos:<sup>39</sup>

- i. *Sobre a Questão judaica* (1843):<sup>40</sup> trata-se de um ensaio de crítica a dois estudos da autoria do “jovem hegeliano” Bruno Bauer<sup>41</sup> acerca da tentativa dos judeus de conseguir a emancipação política na

37 Acerca de Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872) tecemos os seguintes comentários: Feuerbach, fundador do denominado “[materialismo antropológico](#)”, foi um filósofo alemão reconhecido pelo seu [ateísmo humanista](#) e pela influência que suas ideias *materialistas* exerciam sobre Karl Marx, com destaque para a “[teoria da alienação](#)”. Feuerbach foi aluno do filósofo Hegel, do qual sofreu grande influência e foi também um severo crítico. Seu posicionamento filosófico é uma transição entre o idealismo alemão (sobretudo a filosofia de Hegel) e o materialismo histórico de Marx. O escrito *A Essência do Cristianismo* é considerado sua *magnum opus* (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig\\_Feuerbach](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig_Feuerbach). Consultado em 21.04.2020). Da influência de Feuerbach em Marx e da crítica deste àquele, tratamos, sucessivamente, em nossos textos “O materialismo histórico e dialético” e “Arrazoado do manuscrito *Teses sobre Feuerbach*”, ambos publicados na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento filosófico*), deste [Blog](#).

38 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 21 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

39 Reportando-nos à <sup>[Nota 36]</sup>, esclarecemos que das obras elencadas para descrever a primeira etapa da trajetória econômica marxiana, *Manuscritos Econômico-Filosóficos* é a única mencionada por Rosdolsky no Capítulo 1 de *Gênese*, relativa a essa etapa.

40 Os parágrafos do item foram redigidos como base no conteúdo do *site* [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobre\\_a\\_Quest%C3%A3o\\_Judaica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobre_a_Quest%C3%A3o_Judaica), consultado em 10.06.2020.

41 Bruno Bauer (1809-1882) foi um filósofo, teólogo e historiador alemão. Bauer estudou sob a orientação direta de Hegel até a morte deste. “Hegel certa vez lhe concedeu um prêmio acadêmico por um ensaio filosófico criticando [Immanuel Kant](#), de cuja compreensão filosófica Hegel foi severo crítico. Estudou na Universidade Friedrich Wilhelm em Berlim, onde inicialmente se juntou aos chamados ‘hegelianos de direita’”, mas, algum tempo depois, se converteu ao “hegelianismo de esquerda”, tornando-se líder do “circulo dos jovens hegelianos ou hegelianos de esquerda” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno\\_Bauer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno_Bauer). Consultado em 10.06.2020).

Prússia (atual Alemanha). Bauer argumentava que “os judeus somente poderiam atingir a emancipação política se renunciassem a sua consciência religiosa particular”, uma vez que, para ele, esse tipo de emancipação requer um Estado secular (ou laico), o qual, “não deixaria muito ‘espaço’ para identidades sociais como a religião”.<sup>42</sup> De acordo com Bruno Bauer, “as demandas religiosas são incompatíveis com a ideia de ‘Direitos do Homem’. A emancipação política verdadeira, para Bauer, requer a abolição da religião”.

Em *Sobre a Questão judaica*, Karl Marx usa o ensaio de Bruno como uma oportunidade para “a sua própria análise dos direitos liberais”. A crítica marxiana ultrapassa “a questão da liberdade religiosa em direção à sua preocupação maior – a análise de Bauer da ‘emancipação política’ em si”. Nesse sentido, Marx pontua que, “enquanto indivíduos podem ser ‘espiritualmente’ e ‘politicamente’ livres em um estado secular, eles ainda podem estar presos a restrições materiais [...] pela desigualdade de renda; uma suposição que formaria mais tarde sua crítica ao capitalismo”. Dessa conclusão sobressai a distinção de Marx entre emancipação política e emancipação humana<sup>43</sup>.

O referido ensaio crítico é também uma das primeiras tentativas marxianas de lidar com categorias do materialismo histórico, que, combinado com a dialética, comporia a abordagem metodológica fundamental do seu pensamento filosófico, social, político e econômico.

O texto em realce representa o marco inicial da ruptura de Marx e Engels com o idealismo hegeliano. De acordo com Louis Althusser, também ali se vê alguma aplicação da teoria da alienação, isto é, “da teoria da ‘natureza humana’ de Ludwig Feuerbach”, à política e às atividades concretas do homem, “antes de estendê-la (em grande parte) à economia política nos *Manuscritos [Econômico-Filosóficos, complementamos]*”.

- ii. *Contribuição crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843): esse trabalho debruça sobre o livro *Princípios da Filosofia do Direito* (1820), do filósofo idealista alemão Georg W. Friedrich Hegel.

Nele se percebe uma indicação do rompimento iminente de Marx

42 Sobre o Estado da Prússia citado no parágrafo em Nota, veja <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%BAssia>.

43 Sobre a diferença entre *emancipação política* e *emancipação humana* em Marx, veja o texto **Emancipação política e humana em Marx: Alguns apontamentos**, da autoria de Osmar Martins de Souza e Analéia Domingues (in Revista Eletrônica Arma da Crítica. São Paulo-SP: N. 04/Dezembro. 2012. Disponível em [http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo4\\_20131.pdf](http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo4_20131.pdf). Visto em 10.06.2020).

com a lógica hegeliana. No referido texto o filósofo revolucionário socialista/comunista alemão apresenta sua crítica à “inversão materialista” que identifica na lógica hegeliana, bem assim a oposição à concepção de Estado defendida por Hegel.

Em vista da sua absoluta importância para a construção marxiana/engeliana do materialismo histórico e dialético, peça chave para a compreensão do pensamento de Marx, remetemos o leitor para o nosso arrazoado da obra em destaque.<sup>44</sup>

De acordo com o historiador baiano Jacob Gorender, as obras mencionadas acima “marcam a virada de perspectiva” política de Marx, “que consistiu na transição do **liberalismo burguês** ao **comunismo**” (grifo nosso). Concebidas nos “anos em que se gestavam as condições para a eclosão da revolução burguesa na Alemanha”, ali o jovem Marx “**identificou no proletariado a classe-agente da transformação mais profunda, que deveria abolir a divisão da sociedade em classes**” (grifo nosso). Além de expor nessas obras “os giros dialéticos e a concepção teleológica da história humana” tomados a Hegel e “o humanismo naturista” emprestado de Feuerbach, introduziu um terceiro elemento, que, ainda segundo Gorender, “seria o fator mais dinâmico da evolução do pensamento do autor: a ideia do comunismo e do papel do proletariado na luta de classes”.<sup>45</sup>

Voltemos às obras de Marx relativas à primeira etapa antecedente à elaboração dos *Grundrisse*:

- iii. *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844): embora reflitam uma análise da economia política clássica britânica (a partir dos seus maiores representantes, Adam Smith e David Ricardo)<sup>46</sup>, nesses

44 Conforme *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento filosófico*), deste [Blog](#).

45 MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. Edição, 2017, p. 18 e 19 (Apresentação).

46 A menção no parágrafo em Nota à economia política clássica britânica leva-nos a fazer uma breve consideração sobre a escola que dela surgiu, a Escola Econômica Clássica – primeira escola moderna do pensamento econômico (século XVIII), e seus desdobramentos, cujos maiores representantes são [Adam Smith](#) (1723-1790) e [David Ricardo](#) (1772-1823). É geralmente aceito que o marco inaugural do pensamento econômico clássico seja a obra *A Riqueza das Nações* (1776) do escocês Adam Smith. Os conceitos dessa Escola giram em torno da noção básica de que os *mercados* tendem a encontrar um *equilíbrio econômico* em longo prazo, ajustando-se a determinadas mudanças no cenário econômico (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_cl%C3%A1ssica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_cl%C3%A1ssica). Consultado em 24.05.2020).

Em conformidade com o que ensina o professor José Paulo Netto, a Economia Política, no contexto do processo de surgimento e desenvolvimento do [capitalismo industrial](#), notadamente com Smith e Ricardo, respectivamente, diz respeito a análise dos seguintes pontos: “como se produz a riqueza social [no âmbito dessa nova realidade, digo eu]; sobre o que a revolução industrial estava pondo no dia a dia [da sociedade, digo eu novamente]; sobre o que é produzir mercadoria e o que é mercadoria; como se utiliza o trabalho na produção [dessa riqueza, complementamos] e [...] como a divisão do trabalho dentro da fábrica potencia a produção de mercadoria; como se distribui a riqueza social [produzida no âmbito do modo de produção que se apresenta, digo eu]; [...] como se dão as transações comerciais entre as nações; como se constitui o fundo público [tesouro público, esclarecemos] e como o Estado devia se organizar, a partir de um ideário liberal”, entre outros aspectos. Com essa análise, Adam Smith e David Ricardo “descobrem” a existência das “*classes sociais*” modernas, mas não só isso. O ponto de partida desses economistas, continua Netto, é a “análise da *produção*, sendo que na base dessa análise estava a *teoria do valor-trabalho*” elaborada por cada um e a seu tempo (grifo nosso). Para ambos, “a base da produção da riqueza era o *trabalho*, e não as máquinas nem as técnicas” (grifo nosso). Ambos, à luz da economia política,

manuscritos Rosdolsky identifica um Marx “principalmente filósofo”, um Marx “que procura aplicar à economia, domínio que já considerava decisivo, sua recém-esboçada concepção humanista – ou seja, materialista – da história”.<sup>47</sup>

De acordo com Jacob Gorender, no âmbito da Filosofia, os *Manuscritos* apontam um caminho sem volta para a ruptura de Marx com o idealismo hegeliano, e, por conseguinte, com o “círculo dos jovens hegelianos de esquerda”; sem, contudo, rejeitar o “núcleo racional” da dialética de Hegel, retirando-a do seu

observam a sociedade burguesa nascente e em desenvolvimento. Tinham em mente “a distinção entre o burguês revolucionário – que trabalha, que organiza a compra e venda, que organiza a fábrica, que gerencia –, e o senhor feudal e o clero, [...] diferenciando [Smith], pela primeira vez, o trabalho produtivo do improdutivo”. Entretanto, como também observa José Paulo, a partir de 1820/1830, as ideias da economia política de Smith e Ricardo, especialmente a teoria do valor-trabalho, vão mudar de mãos: “[...] ‘se é o trabalho que produz valor, por que os trabalhadores estão tão pauperizados?’, questionavam socialistas da época”. Desse modo, a economia política “passa a servir à crítica socialista”, notadamente a partir das crises capitalistas que se sucedem, a começar pela de 1825, agravando-se de 1830 para frente, em um processo cíclico e sucessivo de crises, ainda que num intervalo de cinco e seis anos aproximadamente. Como oposição ao novo rumo que se dava à Economia Política, de acordo ainda com José Paulo Netto, a segunda metade do século XIX (de 1880 em diante) é marcada pela “substituição da economia política por outras formas de conhecimento social, surgindo aí as [Ciências Sociais](#), das quais destacamos a [Economia](#) (1881) e a [Sociologia](#) (1880/90), bem assim a [Ciência Política](#) (1880). No caso da Economia, o seu marco foi o tratado *Princípios de Economia*, de [Alfred Marshall](#) (1842-1924), publicado em 1881. A partir daí não se fala mais em Economia Política no sentido de Adam Smith e David Ricardo, abandonando-se a teoria do valor-trabalho e as investigações das condições sociais da produção, fixando-se [doravante, digo eu] nas questões da distribuição”. A essa Economia Marx chamou de “[economia vulgar](#)”. A nova Ciência Econômica “abandona as condições sociais da produção”, enquanto que a Sociologia passa a examinar a sociedade “prescindindo da economia”. O mesmo ocorrendo com a Ciência Política que também prescinde da análise social e econômica. Com as questões socioeconômicas ficando de fora do objeto de estudo dessas ciências, as condições sociais de produção, conforme encerra José Paulo, passam a ser consideradas uma questão meramente de “ideologia” (in NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx (segunda parte)**. Videoaula. Pós-graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), 2016. Disponível em <https://youtu.be/Dl3Yocu-1oI?t=4695> (minutagem: 1h18m15s-1h43m15s). Consultado em 24.05.2020).

Ottolmy Strauch (in **Marshall: Princípios de Economia**. São Paulo-SP: Abril Cultural, Os Economistas, 1982, p. VII e VIII (Introdução)), fazendo menção à “‘Árvore Genealógica da Economia’ traçada por [Samuelson](#) [1915-2009]”, descreve que “Adam Smith, gênio tutelar da escola clássica, gerou David Ricardo, o ‘pai de todos’, que gerou duas correntes opostas: uma, ortodoxa, personificada em [John Stuart Mill](#) (1806-1873) e nos [neoclássicos](#) como [Léon Walras](#) (1834-1910), [William Stanley Jevons](#) (1835-1882) e Alfred Marshall [economistas da denominada [revolução marginalista](#), que, diferentemente da economia política clássica e sua teoria do valor-trabalho, se baseia na ideia de que o valor deriva da *utilidade* do bem/mercadoria e não do trabalho, enfatizando a categoria do valor de uso, digo eu], a qual gerou [John Maynard Keynes](#) (1883-1946), de quem provieram, por sua vez, os ‘[neo](#)’ e os ‘[pós-keynesianos](#)’ dos nossos dias; outra, heterodoxa, representada por Karl Marx e seus descendentes [sic] ‘socialistas científicos’ matizados de hoje. Esses dois ramos dispares e seus rebentos de diferentes graus de legitimidade ou bastardia em relação aos seus respectivos troncos histórico-doutrinários, constituem a teoria e a prática da Economia contemporânea”. Da abordagem dos neoclássicos, portanto, surgiu a Ciência Econômica, sucessora da Economia Política.

47 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 21. A expressão “concepção humanista”, ou “humanismo”, citada no parágrafo em Nota, de maneira geral, refere-se a uma “filosofia moral que coloca os humanos como os principais numa escala de importância, no centro do mundo. É uma perspectiva comum a uma grande variedade de posturas éticas que atribuem a maior importância à dignidade, aspirações e capacidades humanas, particularmente a racionalidade. Embora a palavra possa ter diversos sentidos, o significado filosófico essencial destaca-se por contraposição ao apelo ao sobrenatural ou a uma autoridade superior (divina)”. Para Marx, “o Homem é antes de tudo parte da Natureza, mas, diferentemente de Feuerbach, considera que o ser humano possui uma característica que lhe é particular, a ‘[consciência](#)’ – que se manifesta como [saber](#). Segundo Salvatore Puledda [escritor humanista italiano (1943-2001), digo eu], Marx propugna que ‘através de sua atividade consciente o ser humano se objetiva no mundo natural, aproximando-o sempre mais de si, fazendo-o cada vez mais parecido com ele: o que antes era simples natureza, agora se transforma em um produto humano. Portanto, se o homem é um ser natural, a natureza é, por sua vez, natureza humanizada, ou seja, transformada conscientemente pelo homem’” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Humanismo>. Consultado em 10.06.2020).

“invólucro místico”. Além disso, revelam a adesão definitiva de Marx ao materialismo, sob a influência, embora crítica, do humanismo naturalista de Ludwig Feuerbach.<sup>48</sup> Esses escritos marcam, portanto, a adesão crítica do pensamento marxiano à dialética de Hegel e ao materialismo de Feuerbach.

No âmbito da Economia, os referidos manuscritos são mais conhecidos por trazerem a expressão inaugural do argumento de Marx “de que as condições das sociedades industriais modernas resultam no distanciamento (ou alienação<sup>49</sup>) [ou, ainda, no caráter coisificado/reificado, digo eu] dos trabalhadores assalariados da própria atividade/trabalho de sua vida”.<sup>50</sup>

Nos *Manuscritos* há a designação e identificação de uma forma particular de alienação do homem – uma alienação econômica e social (situação através da qual as pessoas são apartadas, em relação à economia, dos bens que elas mesmas produzem) –, bem como da

- 48 MARX, Karl Heinrich. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo-SP: Abril Cultural, Os Economistas, 1982, p. VIII (Introdução) (O parágrafo seguinte foi redigido com base na obra e página referenciadas). Muito embora Marx não tenha estudado diretamente com Hegel, em 1837 juntou-se ao grupo de alunos da Universidade de Berlim, o “círculo dos jovens hegelianos” ou “hegelianos de esquerda”, sob a liderança do professor Bruno Bauer. Mais tarde, Marx e Engels discordaram de Bruno Bauer e do resto do grupo sobre o socialismo e também sobre o uso da *dialética* de Hegel. A partir de 1841, o jovem Marx foi rompendo progressivamente com idealismo alemão e com os “jovens hegelianos”. Junto com Engels, ligou-se ao proletariado na França e na Alemanha, época em que escreveu uma crítica mordaz sobre os “hegelianos de esquerda” em dois livros, *A Sagrada Família* (1844/45) e *A Ideologia Alemã* (1845/46). Estes escritos, da parceria de Marx com Engels, são, portanto, uma resposta ao idealismo alemão e uma ruptura com aquele grupo. Marx, porém, “manteve Hegel em sua cabeça”, transformando a dialética idealista hegeliana “em uma questão materialista, ao propor que as circunstâncias materiais moldassem as ideias e não o contrário”. Nesse sentido, Marx seguiu Feuerbach, com seu materialismo e com sua teoria da alienação, sem, contudo, deixar de criticá-lo, por considerá-lo “não suficientemente materialista” (Disponível [https://pt.wikipedia.org/wiki/Influ%C3%Aancias\\_em\\_Karl\\_Marx](https://pt.wikipedia.org/wiki/Influ%C3%Aancias_em_Karl_Marx). Visto em 10.06.2020). Do conceito de *materialismo filosófico* tomado a Ludwig Feuerbach e de *dialética* desenvolvido por Georg Hegel originou-se o *materialismo histórico e dialético* marxiano/engeliano, uma abordagem crítica de estudo da sociedade, da economia e da história.
- 49 Referindo-nos, genericamente, ao termo “alienação” (ou “afastamento”), este exprime, sobretudo, “a ideia de algo que está *separado* de outra coisa ou que é estranho a essa coisa: estou alienado de mim na medida em que não posso compreender ou aceitar a mim mesmo; o pensamento está alienado da realidade, pois a reflete de forma inadequada; estou alienado de meus desejos uma vez que eles não são autenticamente meus, sendo antes impostos a mim do exterior; estou alienado dos resultados dos meus trabalhos porque estes se tornam mercadorias; e posso estar alienado de minha sociedade, pois em vez de fazer parte de uma unidade social que a constrói, me sinto controlado por ela. O conceito filosófico de alienação foi discutido nas obras de Hegel, Feuerbach e, por último, nas de Marx. Em Hegel, o progresso para o absoluto consiste num crescimento da autoconsciência, que é um processo de ‘desalienação’ por meio do qual aquilo que está separado e falsamente objetivado recupera sua unidade através da autocriação e da autoconsciência (embora as mentes finitas, agentes desse crescimento, alienem-se de si mesmas na atividade e na ‘objetivação’ de seus produtos materiais e sociais). Em Feuerbach, pelo contrário, abandonam-se os aparatos absolutistas da alienação hegeliana e o conceito é substituído pelo de autoalienação, uma condição a ser superada pela autoconsciência que, por sua vez, é o resultado da relação apropriada com nossos produtos e atividades. Já em Marx, a alienação é radicalmente *econômica e social*: é porque o proletariado só tem como bem sua força de trabalho que seu labor cai sob o domínio do outro; então ele é separado do seu produto e ‘o trabalho alienado (...) [assalariamento, digo eu] é mortificação’. Do conceito filosófico-sociológico de alienação derivaram outros usos da palavra: a exemplo da Psiquiatria, onde pode ser usada como um sinônimo de loucura, e do Direito, onde pode ser utilizada no sentido de alienação (venda) de um bem, de [alienação parental](#) e de [alienação fiduciária](#)” (grifo nosso) (Disponível em <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/aliena%C3%A7%C3%A3o>. Visto em 10.06.2020).
- 50 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos\\_Econ%C3%B4micos\\_e\\_Filos%C3%B3ficos\\_de\\_1844](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos_Econ%C3%B4micos_e_Filos%C3%B3ficos_de_1844). Consultado em 10.06.2020.



própria ciência econômica que reflete o desenvolvimento da ordem social capitalista.<sup>51</sup>

O aludido escrito de Karl Marx, acompanhado da crítica ao capitalismo realizada por Friedrich Engels, em *A situação da classe operária na Inglaterra de 1845*, marca o amadurecimento da opção de um e de outro pelo socialismo revolucionário.

- iv. *A sagrada família* (1844-1845):<sup>52</sup> trata-se de uma obra escrita por Marx e Engels diretamente contra o teólogo alemão Bruno Bauer e irmãos (Edgar e Egbert Bauer), como mais uma crítica aos “jovens hegelianos” (grupo a que pertenciam) e à filosofia especulativa<sup>53</sup>. É uma resposta a mais ataques daquele teólogo, a quem Marx chamava de filósofo “espiritualista” e “idealista”, dada a sua pouca ligação à realidade histórica concreta, “preso aos vícios de pensamento e de linguagem de Hegel, a um modo de pensar em última análise teológico”. Nesse texto, o nosso filósofo alemão

51 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 21 e MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital.** Op. cit., p. 19 (Apresentação). Nos *Manuscritos* de 1844, “Marx expõe sua [teoria da alienação](#), que adaptou (não sem mudanças) da obra *Essência do cristianismo* (1841) de Feuerbach. Ele explica como, sob o capitalismo, cada vez mais pessoas confiam no ‘trabalho’ para viver. Isto é, antes que as pessoas pudessem confiar em parte na própria natureza por suas ‘necessidades naturais’, na sociedade moderna, se alguém quer comer, é preciso trabalhar [referindo-se ao trabalho assalariado, digo eu]: é somente através do dinheiro que se pode sobreviver. Assim, se a alienação do trabalhador consiste em ser um ‘escravo em relação ao seu objeto’, o trabalhador é duplamente alienado: ‘primeiro, ele recebe um objeto de trabalho (encontrando o trabalho ele diz: ‘Finalmente encontrei trabalho’), segundo, ele recebe meios de subsistência. Ele deve, portanto, trabalhar para ter a possibilidade de existir primeiro como trabalhador, e segundo como um sujeito físico. A última gota dessa servidão é apenas sua qualidade como trabalhador, que lhe permite continuar a conservar-se como sujeito físico, e é apenas como sujeito físico que ele pode ser um trabalhador’. Em outras palavras, o trabalhador confia no trabalho para ganhar dinheiro para poder viver; *mas ele não vive, ele só sobrevive*, como trabalhador. O trabalho [assalariado, acrescentamos] é usado apenas para criar mais riqueza [uma riqueza burguesa ou capitalista e não uma riqueza social, digo eu] [...]” (grifo nosso) (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos Econ%C3%B4micos e Filo%C3%B3ficos de 1844](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos_Econ%C3%B4micos_e_Filos%C3%B3ficos_de_1844). Consultado em 10.06.2020).

Examinando especificamente o conceito de alienação em Marx, Jacob Gorender assinala que a expressão é apresentada pela primeira vez enquanto “processo da vida econômica. O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital”. Tratando de *alienação* no sentido econômico marxiano, Gorender faz a seguinte ponderação: “[...] a situação do proletariado, que representa o grau final de desapossamento, tem o princípio explicativo no seu oposto – a propriedade privada [dos meios de produção, digo eu]. Esta é engendrada e incrementada mediante o processo generalizado de *alienação*, que permeia a sociedade civil (esfera das necessidades e relações materiais dos indivíduos)” (grifo nosso) (*in* MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital.** Op. cit., p. 19 (Apresentação)).

52 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Sagrada\\_Fam%C3%ADlia\\_\(livro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Sagrada_Fam%C3%ADlia_(livro)). Consultado em 11.06.2020 (Os parágrafos do item foram redigidos com base no site referenciado).

53 Geralmente a Filosofia é dividida para efeitos didáticos em *Filosofia Especulativa* ou *Teórica e Filosofia Prática*. “A Filosofia Especulativa é marcadamente autotélica (de *autos* = si mesmo, e *telos* = fim, isto é, que tem um fim em si mesmo), ou seja, que não tem ela um fim fora de si, não é realizada como meio para obter isto ou aquilo. Exemplos: Filosofia [Metafísica](#), [Epistemológica](#) e [Lógica](#). Na filosofia especulativa, o real é examinado como aquilo que ultrapassa os nossos meios de experiência sensível (o real transfísico (não físico) e o real metafísico (além da física)). Essa filosofia tende para o estudo objetivo, independente das influências axiológicas, e dedica-se ao exame do real e do lógico – tende à verdade e não apenas ao que é certo ou conveniente, como assim procede a Filosofia Prática”. A Filosofia Prática, por sua vez, “é a filosofia dominada pelos valores, pelo axioantropológico, que traz a influência das apreciações humanas (valorizações e desvalorizações), as quais modificam a realidade. Exemplos: Filosofia [Ética](#), [Política](#) e [Estética](#)” (Disponível em <http://www.tirodeletra.com.br/ensaios/Dici-Filosofia.htm>. Consultado em 10.06.2020).

continuava buscando marcar sua posição por uma filosofia transformadora do mundo.

O título da obra é uma referência sarcástica à família Bauer e seus apoiadores. Em partes desse livro Marx novamente apresentou sua visão, distinta da de Bruno, acerca da questão judaica e da emancipação política e humana, sempre sob a ótica do materialismo histórico e dialético.

- v. *Teses sobre Feuerbach* (1845): o referido escrito explicita a crítica de Karl Marx ao colega filósofo Ludwig Feuerbach e ao seu materialismo contemplativo ou perceptivo, bem como a todas as formas de idealismo filosófico.

Devido a sua também absoluta importância para a compreensão do materialismo marxiano, remetemos o leitor ao nosso arrazoado de *Teses*, disponibilizado neste Blog.<sup>54</sup>

- vi. *A ideologia alemã* (1845-1846): considerado um dos mais importantes livros escritos por Marx e Engels, *A ideologia* marca uma fase intelectual mais avançada dos dois, além do rompimento definitivo com o chamado “hegelianismo de esquerda”, a quem Marx acusa de produzir uma ideologia alemã conservadora, apesar dos seus adeptos se perceberem “teóricos revolucionários”.<sup>55</sup>

Para os autores, os hegelianos creem que as transformações da sociedade originam somente do plano do pensamento e, por isso, nunca alcançam a realidade concreta, pois “não rompem com a falsa noção de que é o espírito humano, e não a atividade humana, o sujeito da história”.

Na acepção dos hegelianos, segundo Marx e Engels, “as ideias adquirem autonomia e passam a subjugar o mundo, devendo o pensador, para transformar a realidade, substituir as ideias reinantes por outras que considere libertadoras e verdadeiras”. Contrapondo-se a essa ideia, os dois filósofos revolucionários alemães apresentaram seus argumentos por meio do agora amadurecido método científico inovador do estudo da sociedade, da economia e da história, “consubstanciado na compreensão, interpretação e transformação da realidade”: a concepção marxiana/engeliana materialista e dialética de visão do mundo.<sup>56</sup>

54 Conforme [Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução \(item Pensamento filosófico\)](#).

55 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Ideologia\\_Alem%C3%A3](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Ideologia_Alem%C3%A3). Consultado em 11.06.2020 (Os parágrafos do item foram redigidos com base no site referenciado). Originalmente o título da obra é *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*.

## Segunda etapa – 1847 a 1849

De acordo com Roman Rosdolsky, na segunda fase da sua trajetória intelectual Marx se coloca como “um **investigador independente e original em Economia**, consciente, ao mesmo tempo, da proximidade e da sua profunda oposição à escola clássica [liberal britânica, digo eu]” (grifo nosso).<sup>57</sup>

Rosdolsky destaca dessa etapa que “em torno de 1848 [no escrito *Trabalho assalariado e capital*, digo eu] estavam traçadas as linhas fundamentais da **teoria da mais-valia**, pedra angular de sua doutrina [sic] econômica” (grifo nosso),<sup>58</sup> desenvolvida mais em detalhes nove anos depois nos manuscritos *Grundrisse* (1857/58), como veremos ao longo do artigo expositivo de *Gênese*.

Precisamente entre 1848/49, época das denominadas “Revoluções de 1848” (“Primavera dos Povos”), Marx novamente interrompeu seus estudos econômicos para se dedicar à política, sem deixar de investigar, sob as vistas da concepção materialista dialética da história, “em que medida a deflagração e a derrota da revolução [socialista, complementamos] haviam sido determinadas pelo aspecto econômico”. Apenas em meados de 1850, já saído da França para o exílio na Inglaterra, é que retoma com profundidade seus estudos de economia política.<sup>59</sup>

56 PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. UNESP, v. 1, n. 1, 1997. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/30353>. Visto em 21.04.2020. Da importância de *A ideologia Alemã* para se pensar o método em Marx e Engels, conforme José Paulo, veja <sup>[Nota 25]</sup>.

57 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 21.

58 Idem, p. 21 e 22. Na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento econômico*), em nosso escrito “[Arrazoado e sinopse de O capital](#)”, expusemos uma primeira consideração sobre a categoria do *mais-valor ou mais-valia*, de onde deriva e suas formas.

59 Ibidem, p. 22. Sobre o episódio das “Revoluções de 1848” (ou “Primavera dos Povos”), mencionado no parágrafo em Nota, do qual Marx e Engels participaram ativamente, e sobre o qual estudaram bastante após a derrota dos socialistas, é possível considerá-lo como mais um exemplo do rol das denominadas “[Revoluções Burguesas](#)” (movimentos sociopolíticos ocorridos no mundo entre 1640 e 1850 contra o domínio econômico e político da nobreza e a favor da proeminência e consolidação dos interesses da burguesia). Muito embora os movimentos de 1848 não sejam exemplos clássicos das chamadas revoluções burguesas, em vista da pluralidade de interesses e reivindicações envolvidas no bojo daqueles movimentos revolucionários, sobretudo o seu forte viés popular, a burguesia liberal ajudou a desencadeá-los, buscando dar continuidade aos seus planos de “destronar” de vez os regimes monárquicos absolutistas e aristocráticos europeus. Porém, dado os rumos que essas revoluções tomavam, a burguesia logo percebeu que o fortalecimento das massas era mais perigoso do que a ameaça representada pelo absolutismo ainda presente. A denominada “Primavera dos Povos”, foi, portanto, um conjunto de revoluções ocorridas em parte da Europa que eclodiu “em função de regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, do aumento da crise financeira, da falta de representação política das classes médias e do nacionalismo despertado na região, abalando as monarquias europeias onde tinham fracassado as tentativas de reformas políticas e econômicas. Os levantes foram liderados por uma mistura de reformadores [burgueses liberais e pequenos burgueses, digo eu], membros da classe média e trabalhadores [incluindo membros de correntes socialistas e comunistas, como a [Liga dos Comunistas](#), digo eu], que não se mantiveram unidos por muito tempo”. A insurreição de 48, “de caráter nacionalista, liberal, socialista e democrático, foi a onda revolucionária mais abrangente da Europa. Não obstante, em menos de um ano, forças reacionárias retomaram o controle e a revolução em cada nação foi dissipada. Em 1849, forças contrarrevolucionárias restauraram a ordem, mas a monarquia absolutista e os direitos feudais da aristocracia fundiária haviam sido tacitamente abandonados em boa parte do continente, especialmente na França com a implantação da [Segunda República](#). Com o ‘restabelecimento’ da ordem, a burguesia, percebendo os perigos das revoluções, tomou consciência de que seus anseios políticos poderiam ser alcançados pela via do sufrágio universal, evitando conflitos e sublevações dos trabalhadores. Tal fato acabou por posicionar definitivamente a burguesia e o proletariado em campos opostos, o que marcaria profundamente os embates políticos vindouros” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_1848](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es_de_1848). Consultado em 24.04.2020).

São da segunda etapa as seguintes obras, incluindo os textos *Miséria da filosofia*, *Manifesto do Partido Comunista* e *Trabalho assalariado e capital* destacados por Rosdolsky:

vii. *Miséria da Filosofia* (1847): trata-se de uma crítica de Marx ao filósofo socialista “utópico” Pierre-Joseph Proudhon e à sua obra *Sistemas de Contradições Econômicas: Filosofia da Miséria* (1846)<sup>60</sup>. Tal crítica representa uma “condenação” ao socialismo “utópico” proudhoniano, contra o qual Marx lançou uma grande ofensiva, especialmente no que se refere à disputa pela influência política e doutrinária no meio operário europeu. Dada a relevância teórica desse embate, da referida obra marxiana e da polêmica estabelecida entre os dois filósofos tratamos mais amiúde na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução*<sup>61</sup>.

viii. *Manifesto do Partido Comunista* (1848): escrito de Karl Marx e Friedrich Engels historicamente reconhecido como um dos tratados políticos de maior influência mundial.

Muito embora o *Manifesto* não se refira diretamente à teoria crítico-econômica marxiana, reconhecemos a importância de disponibilizar o artigo expositivo da nossa leitura da obra, dada sua significância para o conhecimento das ideias político-programáticas de seus autores. O que também fazemos na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução*<sup>62</sup>.

ix. *A burguesia e a contrarrevolução* (1848): trata-se de uma série de artigos de Marx publicados no jornal *Nova Gazeta Renana*<sup>63</sup>, onde é

60 Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um filósofo, político, socialista e economista francês (contemporâneo de Marx e seu opositor). Autoproclamando-se anarquista, sendo um crítico ferrenho do Estado, foi considerado “o primeiro grande ideólogo do [anarquismo](#)”. Defendeu teses associativistas e cooperativistas. Dizia-se um “revolucionário”, mas sua revolução não implicava revoltas violentas, nem guerras, mas a transformação da sociedade essencialmente de natureza moral e ética, daí ser rotulado por Marx e Engels de “socialista ‘utópico’”. A teoria socialista de Proudhon ficou conhecida como [mutualismo](#), um modelo de [livre mercado](#), embora de cunho socialista, contrário à propriedade privada dos meios de produção da sociedade burguesa e favorável à propriedade associativa desses meios de produção. Em 1848, Proudhon, no bojo da sua *teoria dinheiro-trabalho*, “desenvolveu o projeto de ‘banco de câmbio’ ou ‘banco do povo’ que deveria permitir a concretização da verdadeira democracia econômica graças ao [crédito mútuo](#) e gratuito, conferindo aos trabalhadores a possibilidade de possuírem o capital de que carecem para se libertarem. Este banco baseava-se em três princípios essenciais: crédito livre, graças à abolição gradual da taxa de juros; a abolição da moeda baseada no ouro, substituída por uma ‘nota cambial’ [o bônus-hora, digo eu] liberada da condição de reembolso em dinheiro, e a generalização da letra de câmbio pagável à vista com bens ou serviços” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph\\_Proudhon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon). Consultado em 03.05.2020).

No Folheto nº 03 do presente artigo expositivo versaremos com mais detalhes sobre a crítica de Marx à teoria proudhoniana do *dinheiro-trabalho* e, por conseguinte, à ideia de “banco do povo” do modelo mutualista.

61 Conforme *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento político-ideológico*), deste [Blog](#).

62 Idem.

63 A *Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung*), cujo nome fazia referência ao periódico [Gazeta Renana](#) anterior (este, uma publicação de 1842, pertencente à burguesia alemã de Colônia, de orientação liberal, com um cunho editorial reformista pró-democracia, de oposição ao autoritarismo do [Estado prussiano](#)”, do qual Marx foi editor), foi um jornal alemão, publicado também em Colônia por Karl Marx e Friedrich Engels, que circulou entre

realçada a atitude contrarrevolucionária ao movimento político das revoluções de 1848 (“Primavera dos Povos”), cultivada, especialmente, pela burguesia prussiana em desfavor dos movimentos sociais e políticos que ocorreram na Europa.<sup>64</sup>

O que sobressai desses artigos, conforme Gilásio Cerqueira e Gizlene Neder, é a análise da conjuntura política de 1848 que K. Marx desenvolve em duas linhas de raciocínio, embora com foco na Prússia: “de um lado estabelece comparação entre a revolução burguesa prussiana (que se disse liberal) e demais conjunturas históricas onde a burguesia protagonizou transformações revolucionárias: na sublevação dos Países Baixos contra a Espanha (século XVI), na Revolução Inglesa (século XVII) e na Revolução Francesa (século XVIII). De outro lado, o filósofo alemão identifica e descreve as classes sociais; destaca a correlação de forças sociais e políticas presentes na conjuntura prussiana em 1848 [...] e as alianças e contradições de classe *vis-à-vis* as relações de força entre as classes sociais na conjuntura política – no instante dos acontecimentos”. Com isso descreve um cenário distinto “entre a revolução burguesa na Prússia (março de 1848) e as revoluções ocorridas na Inglaterra (1688) e em França (1789), por exemplo”: atemorizada com as agitações operárias e com eventual triunfo popular, “a burguesia prussiana abandonou seus aliados da véspera, pequeno-burgueses democratas e operários, e recompôs-se com a nobreza restauradora prussiana. Ela não aprofundou a revolução nem consolidou seu poder, como fizeram os ingleses em 1688 e os franceses em 1789 [em 1688, a burguesia inglesa aliou-se com a nobreza moderna contra a monarquia, a aristocracia feudal e a igreja dominante; em 1789, a burguesia francesa aliou-se ao povo, contra a monarquia, a nobreza e a igreja dominante, digo eu]”. Como resultado, em vários Estados alemães as conquistas obtidas pela revolução (liberdades, diversas Constituições etc.) foram anuladas e o poder dos governantes de então foi restaurado em sua plenitude.<sup>65</sup>

---

1º de junho de 1848 até 19 de maio de 1849, com vistas a contribuir com o movimento revolucionário ocorrido naquele período, a “Primavera dos Povos” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Neue\\_Rheinische\\_Zeitung](https://pt.wikipedia.org/wiki/Neue_Rheinische_Zeitung). Consultado em 24.04.2020). Inclusive, de acordo com Jacob Gorender, Marx, no referido periódico, “defendeu a perspectiva proletária socialista no decorrer dessas revoluções democrático-burguesas” (in MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. Op. cit., p. 24 (Apresentação)).

64 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_1848\\_nos\\_Estados\\_alem%C3%A3es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es_de_1848_nos_Estados_alem%C3%A3es). Consultado em 12.06.2020.

65 CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. **Resenha de A Burguesia e a Contrarrevolução**. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337349577010.pdf>, p. 160-163. Consultado em 12.06.2020. Sobre a “sublevação dos Países Baixos contra a Espanha”, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_dos\\_Oitenta\\_Anos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Oitenta_Anos) (consultado em 12.06.2020). Sobre as revoluções inglesa e francesa, veja, respectivamente, [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Gloriosa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Gloriosa) e

A par do exposto, percebe-se que sempre (ou quase sempre) a burguesia aproveitou o contexto e a conjuntura histórica para defender seus próprios interesses que acabam triunfando sobre os interesses das classes com quem se aliou em cada um dos eventos mencionados, ainda que tenha retrocedido de alguma forma no seu projeto em alguns casos, como aconteceu em 1848 na Prússia.

- x. *Trabalho assalariado e capital* (1848): folheto escrito por Marx no qual descreve as relações de trabalho no interior da sociedade capitalista, o assalariamento, e a ligação desses aspectos com a ideia do **mais-valor** (ou **mais-valia**). Em *Trabalho assalariado*, portanto, Marx lança as bases teóricas de uma categoria fundamental da crítica exposta em *O capital* – a mais-valia.<sup>66</sup>

A publicação desse texto desdobra-se em mais um exemplo da prática política marxiana. Com base nas interpretações da teoria do valor-trabalho de David Ricardo feita pelos “socialistas ricardianos”, ou “ricardianos de esquerda”<sup>67</sup>, Marx, munido de fundamentos sobre as relações de trabalho, o assalariamento, e ancorado nos primeiros traços da sua teoria da mais-valia, “empenha-se na proposição de uma tática de reivindicações salariais para o movimento operário”, expondo-a em várias conferências para trabalhadores, em pleno curso de sua militância política.

A segunda etapa da formação do pensamento de Karl Marx que acabamos de descrever, juntada à primeira, é reconhecida como a época do “**jovem Marx**”.<sup>68</sup>

### Terceira etapa – 1850 a 1859

Roman Rosdolsky, sobre esta fase, assinala de pronto que ela marca o retorno de Marx mais intensamente à economia política, o que se dá em setembro/1850, “cedendo à insistência de seus companheiros”, como afirma. Até outubro de 1851, Marx, em plena imersão em seus estudos econômicos, examina e comenta trabalhos de 52 economistas. Porém, logo em seguida, entre 1852 e 1856, a ansiada imersão é novamente interrompida, desta feita em função de atividade em outras publicações de caráter jornalístico e político,

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Francesa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Francesa).

66 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho\\_Assalariado\\_e\\_Capital](https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_Assalariado_e_Capital). Consultado em 16.06.2020 (Os parágrafos do item foram redigidos com base no site em referência). Sendo a *mais-valia* (ou *mais-valor*), segundo o contido no site consultado, aquilo que “subjuga os indivíduos à venda de sua força de trabalho, criando um *excedente* de retorno da produção, normalmente em valor financeiro, para o proprietário dos meios de produção” (grifo nosso), importante frisar que, Marx, já em *Trabalho assalariado e capital*, assentava que “o excedente seria não só um valor que não faz parte dos custos de produção, mas, também, um possível valor para a construção de um novo capital a ser investido em outras áreas ou a ser utilizado na expansão da produção”. Voltaremos a essa categoria marxiana com profundidade no decorrer da nossa **Expedição**.

67 De acordo com Jacob Gorender (in MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. Op. cit., p. 22, 23 e 25 (Apresentação)), “**ricardianos de esquerda**” foi o nome dado aos economistas da época que interpretaram “a teoria ricardiana do valor-trabalho e da distribuição do produto social no sentido da demonstração de que a *exploração do proletariado* constituía o eixo do sistema econômico da sociedade burguesa” (grifo nosso).

68 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jovem\\_Marx](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jovem_Marx). Consultado em 16.06.2020.



muito motivada pela continuidade das dificuldades financeiras pessoais, agravadas nos primeiros cinco anos do exílio na Inglaterra (entre 1849 e 1856).<sup>69</sup>

No período de 1852 a 1856, o autor d'*O capital* escreveu vários artigos em periódicos sobre os acontecimentos econômicos na Inglaterra e em outras partes do continente europeu, bem como fora dele (Ásia), os quais foram bastante úteis para a sequência da elaboração dos *Grundrisse* em 1857/1858.

Na descrição da terceira etapa, Rosdolsky menciona em *Gênese* apenas a série de artigos jornalísticos intitulada *Últimas revoluções do socialismo* e o escrito econômico *Para a crítica da economia política*, elenco ao qual acrescentamos outros trabalhos:

- xi. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* (1850): trata-se de mais uma série de artigos publicados na *Nova Gazeta Renana* sobre a conjuntura política e social da França no contexto das lutas de classes, demonstrando, também sob a perspectiva do materialismo histórico, as origens, dinâmica, contradições, impasses, crise e derrota das Revoluções de 1848 (“Primavera dos Povos”).<sup>70</sup>

Jacob Gorender chama a atenção, e este é o maior motivo para destacarmos o escrito em causa, que, como o fez em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (item “xiii.” *infra*), em *As lutas de classes na França* Karl Marx desmente a frequente acusação, relativa ao método materialista histórico e dialético, de ser “economicista”. Na defesa de Marx, rebatendo tal acusação, Gorender observa que, nas duas obras, “são realçados não só os fatores econômicos, mas também fatores políticos, ideológicos, institucionais e até estritamente concernentes às pessoas dos protagonistas dos eventos históricos”.<sup>71</sup>

Da debatida questão “economicista” em Marx tratamos mais amiúde em nosso já mencionado texto resumo *O materialismo histórico e dialético*, publicado na *Seção Conhecendo Karl Marx*<sup>72</sup>.

- xii. *Últimas revoluções do socialismo* (1851): trata-se de uma série de artigos críticos a mais um livro de Proudhon, *Ideia geral da revolução do século XIX* (1851), supostamente publicada no jornal *Revolution* de Nova York.<sup>73</sup>

Tem-se aqui a continuidade do debate entre Marx e um dos mais

69 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 22 c/c 478 (Nota 10), 24 e 25 (Idem para a redação do parágrafo seguinte).

70 Disponível em <https://sisejufe.org.br/noticias/1848-marx-e-a-luta-de-classes-na-franca/>. Consultado em 16.06.2020.

71 MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital.** Op. cit., p. 23 e 24 (Apresentação). Acerca da expressão “economicista”, veja <https://pt.wikipedia.org/wiki/Economicismo#:~:text=Economicismo%20%C3%A9%20um%20termo%20utilizado.fatos%20sociais%20a%20dimens%C3%B5es%20econ%C3%B4micas>. Visto em 16.06.2020.

72 Conforme *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento filosófico*), deste [Blog](#).

73 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 24.

*importantes representantes do denominado socialismo "utópico", sobretudo o francês, o filósofo Joseph Proudhon. Contenda que se prolongará por grande parte da sua militância política e trajetória intelectual.*

- xiii. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1851/1852): publicado em uma revista alemã, este é mais um trabalho de Karl Marx que traz a análise concreta dos acontecimentos revolucionários franceses, e em parte da Europa, entre 1848 e 1851 ("Revoluções de 1848" ou "Primavera dos Povos"), focada no golpe de estado na França liderado por Luís Bonaparte (em 1851), que redundou na fundação do Segundo Império Francês.<sup>74</sup>

No texto em destaque, Marx expõe a atitude do proletariado em relação ao Estado burguês, ratificando o que já tinha verificado e apontado nas duas séries de artigos da *Nova Gazeta Renana (A burguesia e a contra-revolução e As lutas de classes na França de 1848 a 1850)*, afirmando: "Todas as revoluções aperfeiçoavam esta máquina em vez de a destruir".

Em *O 18 de Brumário* Karl Marx desenvolve as teses fundamentais do materialismo histórico e dialético: as teorias da **luta de classes** e da **revolução proletária**, as doutrinas do **Estado** e da **ditadura do proletariado**<sup>75</sup>.

Além da atitude do proletariado em relação ao Estado burguês, a obra realça a questão do campesinato como aliado da classe operária na revolução socialista, o papel dos partidos políticos na vida social e a caracterização profunda da essência do bonapartismo, entre outros aspectos.

- xiv. *Bastiat e Carey* (1857): artigo crítico ao que Marx denomina de "concepção harmonicista do capitalismo", cuja expressão advém da crítica aos economistas Carey e Bastiat. Estes economistas defendiam, segundo o filósofo alemão, "que a oposição ao socialismo e ao comunismo tem seu pressuposto teórico nas obras da própria Economia Clássica, especialmente nas do economista liberal clássico David Ricardo, e que, por essa razão, ambos [Carey e Bastiat, frisamos] consideram necessário atacar, por equívoco, a expressão teórica que a sociedade burguesa ganhou historicamente

74 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_18\\_de\\_Brum%C3%A1rio\\_de\\_Lu%C3%ADs\\_Bonaparte](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_18_de_Brum%C3%A1rio_de_Lu%C3%ADs_Bonaparte). Consultado em 16.06.2020 (Idem em relação à redação dos demais parágrafos do item). Sobre o evento histórico do "Segundo Império Francês", veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo\\_Imp%C3%A9rio\\_Franc%C3%AAs](https://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo_Imp%C3%A9rio_Franc%C3%AAs).

75 Sobre as categorias do ideário revolucionário de Marx destacadas no parágrafo em Nota, reveja nosso texto *Burguesia, Proletariado, Luta de classes e Ditadura do proletariado*, disponibilizado na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *O universo marxiano, principais conceitos*), deste [Blog](#).

*na Economia moderna e provar a harmonia das relações de produção ali onde os economistas clássicos retratavam seu antagonismo*".<sup>76</sup>

- xv. *Introdução (à crítica da economia política)* (1857): texto no qual Marx discorre sobre produção, consumo, distribuição e troca (circulação), sendo uma projetada introdução ao seu livro de economia intitulado *Para a crítica da economia política*, de 1859, mas não publicada por ele, “por não querer”, segundo registrou no prefácio do livro, “antecipar resultados ainda pendentes de prova”.<sup>77</sup>

É de se destacar que em *Introdução* encontramos “a mais extensa e a única exposição sistemática sobre a questão do **método** na imensa literatura marxiana”. Ali consta a exclusiva **análise autônoma do método materialista histórico e dialético**, ao contrário do que ocorre na maioria das vezes quando seu exame se dá atrelado aos temas investigados por Marx, transpassando sua produção intelectual.

Visto conter a mais completa exposição sistemática e independente sobre a concepção marxiana/engeliana do materialismo histórico e dialético, fundamento filosófico-metológico da crítica de K. Marx à economia política capitalista exposta em *O capital*, frisamos, trataremos mais profundamente desse escrito num artigo à parte, em um segundo momento da nossa “expedição literária”.

Vale ressaltar, antes, que *Introdução* continuou como texto inédito até 1903, quando foi publicado pela primeira vez por Karl J. Kautsky na revista *Die Neue Zeit* (*O Novo Tempo*)<sup>78</sup>, da qual foi fundador e editor, sendo republicado apenas em 1939, como um capítulo da edição original dos *Grundrisse* lançada em Moscou<sup>79</sup>.

- xvi. *Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política – Grundrisse* (1857/1858): como mencionado na abertura deste artigo, os manuscritos de 57/58, sobre os quais Roman se

76 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 18 e 28 (Apresentação).

O mencionado artigo crítico às ideias econômicas de [Carey](#) e [Bastiat](#) foi publicado no Brasil pela Boitempo Editorial na edição de 2011 dos *Grundrisse*, cujo um dos exemplares utilizamos neste projeto de estudo. Embora o referido texto conste na edição original dos *Grundrisse* de 1941 (segundo volume) publicada em Moscou<sup>[Nota 16]</sup>, Mário Duayer esclarece que o artigo marxiano “não tem o objetivo de expor a nova teoria crítica da economia política” (idem, p. 18), ou seja, não faz parte do tema específico dos manuscritos de 1857/1858 (os *Grundrisse* propriamente ditos), tampouco aborda a questão metodológica aplicada na crítica marxiana ao modo de produção capitalista, daí o porquê de não aprofundarmos em seu conteúdo, seja no corpo deste artigo expositivo ou fora dele.

77 MARX, Karl Heinrich. **Para a Crítica da Economia Política**. Op. cit., p. XI-XII (Introdução) (Os parágrafos do item foram redigidos com base na obra e página referenciadas).

78 Sobre Karl Kautsky, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl\\_Kautsky](https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Kautsky). Sobre a revista *O Novo Tempo*, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Die\\_Neue\\_Zeit](https://pt.wikipedia.org/wiki/Die_Neue_Zeit).

79 Conforme <sup>[Nota 16]</sup>.

dedica em *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx*, revelam os primeiros registros dos elementos fundamentais para a crítica marxiana da economia política capitalista, fruto de 15 anos de trabalho investigativo, que dez anos mais tarde irão compor o clássico *O capital: Crítica da economia política*.

Como assinalado anteriormente, os *Grundrisse* propriamente ditos serão objeto de artigo expositivo específico em um terceiro momento deste projeto de estudo.

Dito isso, observa-se que o primeiro capítulo de *Gênese*, “Como nasceram os *Grundrisse*”, ora em comento, aborda apenas o período que antecede a redação e organização dos manuscritos *Grundrisse*, como o próprio título do capítulo delimita. Entretanto, dado o escopo desta “expedição literária”, que se estende até a obra final de Marx, *O capital*, aproveitamos a oportunidade para expandir nossa visita à trajetória intelectual do filósofo revolucionário alemão até os escritos imediatamente antecedentes à elaboração da sua obra maior, visto estarem igualmente relacionados com a concepção da sua teoria crítico-econômica.

Para a descrição do percurso pós-*Grundrisse*, além de lançarmos mão de outros autores, utilizamos vários apontamentos de Roman Rosdolsky extraídos do seu próprio livro, porém de outros capítulos.

Seguindo então com o elenco da produção literária de Karl Marx relativo à denominada terceira fase, chegamos à última obra publicada antes do lançamento do Livro I d’*O capital*:

- xvii. *Para a crítica da economia política* ou *Contribuição à crítica da economia política* (1859): conforme Rosdolsky, *Para a crítica* é, na verdade, “uma profunda reelaboração no início de 1859 dos *Grundrisse*”, sobretudo do capítulo sobre o dinheiro.<sup>80</sup> Dela é de se também destacar o Prefácio, escrito pelo próprio Marx, onde figura a considerada “mais condensada e famosa síntese” da sua (em parceria com Engels) concepção materialista e dialética da história.<sup>81</sup>

No prefácio, Marx demonstra que “**a dialética entre forças produtivas e relações de produção, bem como entre a base econômica [infraestrutura, digo eu] e superestrutura ideológica e institucional [política, cultura etc., digo eu novamente], determina a sucessão dos modos de produção e das formas sociais**”<sup>82</sup>. (grifo nosso)

80 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 25.

81 MARX, Karl Heinrich. **Para a Crítica da Economia Política**. Op. cit., p. XI (Introdução). O parágrafo seguinte também foi redigido com base na obra e página em referência.

82 Em nosso texto resumo “O Materialismo histórico e dialético”, disponibilizado na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx*, deste [Blog](#), fazemos algumas considerações iniciais sobre as categorias marxianas

No caso, e também por isso, a sociedade burguesa, ou sociedade capitalista, é declarada “forma transitória de organização social – a última forma antagonica de classe”.

O livro *Para a crítica da economia política* é constituído por apenas dois capítulos: o capítulo sobre a “mercadoria”, que coincide com o capítulo inicial d’*O capital* (Livro I - *O processo de produção do capital*), e o capítulo sobre o “dinheiro”, cujo conteúdo foi reproduzido igualmente no Livro I e aprofundado no *Livro II - O processo de circulação do capital*, aparecendo também no *Livro III - O processo global da produção capitalista*.<sup>83</sup>

O escrito em mira será também objeto de artigo expositivo em um quarto momento da nossa “expedição”.

A terceira etapa da trajetória intelectual de Karl Marx, entre 1850 e 1856, até o nascimento dos *Grundrisse*, é conhecida como o “**período de transição**” de Marx, quando passa a ler menos filósofos e mais economistas. De 1857 até a sua morte (1883) a evolução do pensamento marxiano é qualificada como a fase do “**Marx maduro**”, quando os estudos econômicos transparecem claramente em seus escritos.<sup>84</sup>

Continuando com a descrição da trajetória intelectual marxiana pós-*Grundrisse*, importante citar que em 1861-1863 Marx elaborou um segundo conjunto de manuscritos econômicos, nos quais, tal como nos *Grundrisse*, constou os registros das investigações preparatórias dos livros que comporiam a “estrutura primitiva”, ou plano original de 1857, com vistas à elaboração de uma planejada série de seis livros da crítica da economia política. Entretanto, o plano original de 1857 foi posteriormente modificado (em 1865-1866) por uma nova estrutura que resultou na obra *O capital* e seus quatro livros, como veremos no Folheto nº 02.

Os manuscritos de 61/63 embasaram o Livro IV - *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico*, publicado em 1905, último volume d’*O capital*, trazendo, desta feita, não mais a crítica da economia política, mas a crítica aos economistas políticos.<sup>85</sup>

---

da *infraestrutura e superestrutura* citadas no parágrafo em Nota.

83 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Contribui%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_a\\_Cr%C3%Adtica\\_da\\_Economia\\_Pol%C3%Adtica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Contribui%C3%A7%C3%A3o_para_a_Cr%C3%Adtica_da_Economia_Pol%C3%Adtica). Visto em 02.07.2020.

84 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jovem\\_Marx](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jovem_Marx). Consultado em 02.07.2020.

85 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 11 (Apresentação). Engels foi o organizador das notas econômicas produzidas entre os anos de 1861 e 1863, cuja grande parte ficou conhecida como *Teorias*, da qual resultou o denominado Livro IV. Aqueles escritos correspondem ao segundo conjunto de manuscritos econômicos de Marx, produzidos após a redação e organização dos manuscritos *Grundrisse*, em 57/58 (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 28, 30, 32-34, 481 (Nota 15) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich\\_Engels](https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Engels) (consultado em 01.06.2020)). De acordo com o professor Jorge Grespan, em relação ao Livro IV, Marx em algum momento da elaboração d’*O capital* realmente pensou em fazer um quarto livro, como também pensou inicialmente em publicar a sua obra em três volumes, depois em dois e até mesmo em um só (in GRESPLAN Jorge. **Existe o Livro IV do Capital de Marx? | Jorge Grespan Explica**. Vídeo. Série: Marx e a crítica do modo de representação capitalista. TV Boitempo. 2020. Disponível em [https://youtu.be/s6wIL\\_I0QVc](https://youtu.be/s6wIL_I0QVc). Consultado em 02.07.2020). Dos

Nos dois anos seguintes, 1864-1865, de acordo com Roman Rosdolsky, Marx redige e organiza o terceiro conjunto de manuscritos econômicos, base para Engels organizar o Livro III d'*O capital* (*O processo global da produção capitalista*), e que, na visão do autor de *Gênese*, marca a modificação do plano original estrutural para o plano definitivo de 1865-66 (ou “estrutura modificada”) que deu a forma final da obra magna marxiana.<sup>86</sup>

Dito isso, encerrada a descrição das três etapas da trajetória intelectual de Marx, antecedente e subsequente aos *Grundrisse*, voltamos a estes manuscritos econômicos para tratar do seu nascimento, estrutura e publicação.

É de se mencionar, inicialmente, que a redação final dos manuscritos *Grundrisse* está contextualizada no ambiente do advento da crise econômica de 1857, que, iniciada nos EUA, assolou o capitalismo global, sendo considerada a primeira crise econômica de escala mundial, espalhando-se pela Europa e Américas<sup>87</sup>.

---

três livros que realmente vieram a público pelas mãos de Karl Marx ou de Friedrich Engels, o primeiro foi editado e publicado pelo próprio Marx em 1867, sendo que o segundo e o terceiro, com base nos manuscritos e anotações deixados por ele, foram editados e publicados postumamente por Engels em 1885 e 1895, respectivamente. Segundo Reginaldo Sant’anna, o chamado Livro IV foi editado e publicado em 1905 pelo teórico marxista [Karl Kautsky](#) (1854-1938), após as mortes de Marx e Engels, cuja edição com o tempo foi muito criticada pelas falhas consideradas graves na reprodução do que Marx tinha escrito nos manuscritos de 61/63. Na década de 1950, pesquisadores russos iniciaram estudos e investigações dos referidos textos com o objetivo de reproduzi-los completa e exatamente em conformidade com os originais legados por Marx. Essa edição revisada foi a que prevaleceu (*in* MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro IV. Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Bertrand Brasil S/A, 2ª. Edição, Volume I, 1987, p. 11 (Nota do tradutor)). Entretanto, conforme Grespan, não se sabe se vivo Marx realmente faria um quarto livro de *O capital* (*in* GRESPLAN Jorge. Op. cit. Disponível em [https://youtu.be/s6wIL\\_I0QVc](https://youtu.be/s6wIL_I0QVc). Consultado em 02.07.2020).

86 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 27 e 35-37.

87 A crise econômica de 1857 teve origem nos EUA e é conhecida como “a primeira crise econômica de escala global do capitalismo, visto a já considerável interconectividade na economia do mundo capitalista nos anos 1850”. São consideradas como causas da crise de 57: a) a depressão econômica no oeste dos EUA, causada “pela fraqueza do mercado consumidor europeu de produtos daquela região registrada nos últimos anos e que afetou o valor dos títulos das empresas ferroviárias que haviam feitos vultosos investimentos no oeste americano e tomado grande volume de empréstimos nos bancos, consequência, por sua vez, da vertiginosa queda da migração para aquela área (como resultado da depressão no oeste, comerciantes estadunidenses viram as vendas e lucros caírem, e, também, muitos bancos que haviam financiado as ferrovias e a compra de terras no oeste americano começaram a sentir a pressão dos preços declinantes dos títulos ferroviários e agrários)”; b) o julgamento pela Suprema Corte dos EUA do caso *Dread Scott versus Sandford*, que “abriu a possibilidade dos territórios do oeste optarem pela escravidão, em substituição às famílias de trabalhadores assalariados e pequenos agricultores, com efeitos sociais, políticos e financeiros drásticos, aumentando a pressão negativa sobre os valores dos títulos ferroviários e fundiários da região”. O caso *Scott versus Sandford* tornou-se, diga-se de passagem, “a primeira indicação de que notícias e fatos político-jurídicos podiam interferir no mercado financeiro”. Karl Marx, por meio de artigos publicados no *New York Daily Tribune*, analisou a grande crise de 1857 procurando “descortinar as leis que regulam crises como esta no mercado mundial, a qual já havia previsto em 1856 quando boa parte de seu trabalho jornalístico já se dedicava às crises monetárias da Europa”. Em relação ao continente europeu, Marx a identificou como “uma crise industrial de larga escala e escopo. Todos os mercados exportadores para a indústria britânica encontravam-se bastante estocados. A crise comercial, com um número crescente de falências de comerciantes e banqueiros, começou a refletir nos produtores industriais e a crise financeira e monetária a se espalhar de um canto para o outro”. O filósofo alemão concluiu que essa crise “era o resultado inevitável do fim do ciclo de prosperidade iniciado em 1848, após as tentativas frustradas das revoluções daquele ano (a Primavera dos Povos), e fruto inerente das contradições do sistema anárquico do livre-mercado[sic], do movimento do capital fictício e especulativo e também das relações entre o Estado e a aristocracia financeira”. Contudo, não deixou de denunciar o que entendia como “a principal consequência da crise mundial: a [pauperização da classe trabalhadora](#)”. Sob este aspecto, “a quase uma década de prosperidade econômica e repressão ao movimento operário (1848 a 1856) cobrou o seu preço: o proletariado não encontrou forças para reagir diante de mais essa crise. Já no início de 1858 a economia capitalista dava sinais de



Conforme Rosdolsky, a **crise de 57** provocou em Marx a decisão de apressar, em julho do mesmo ano, a redação final e organização dos referidos manuscritos, o que concluiu no ano seguinte, em março de 1858.<sup>88</sup>

Tanto para Marx como para Engels, diante da iminência da ocorrência da crise econômica que previram em 1856, antes do que Marx chamou de “dilúvio” (começo da sempre “esperada revolução europeia” socialista em decorrência da crise, cujo prognóstico revolucionário foi mais uma ilusão, assim como o foi a Revolução de 1848), era necessário, segundo Rosdolsky, “colocar no papel pelo menos os traços fundamentais de sua teoria [isto é, da teoria crítica marxiana da economia política capitalista, digo eu]”.

Além do aspecto da crise econômica do capitalismo, outro motivo impulsionou Karl Marx a apressar a redação dos *Grundrisse*: “seu desejo de ajustar contas com o ‘falso irmão’ do movimento operário socialista”, o **proudhonismo**, cujas ideias conquistavam boa parte da classe trabalhadora da época, o que foi feito com o ataque ao seguidor do filósofo “utópico” francês Pierre-Joseph Proudhon, Alfred Darimon, especificamente contra a teoria proudhoniana do dinheiro-trabalho, bem assim com a refutação de outras ideias de Proudhon.<sup>89</sup>

O nosso pensador ucraniano destaca, ainda, que por trás do “aniquilamento teórico do proudhonismo” está a análise da mercadoria e do dinheiro, que revela “o caráter especificamente social, e de modo algum absoluto, da produção burguesa”. Ou seja, a revelação do caráter histórico e não natural do modo de produção capitalista.

#### Os manuscritos *Grundrisse* (*Elementos* (*Esboços*) *fundamentais para a crítica*

---

recuperação, e a revolução social, esperada por Marx e Engels, ‘não compareceu ao encontro marcado’. A crise, ainda no final daquele ano, cedia a um novo ciclo de desenvolvimento”. Se a crise mundial de 57/58 confirmou a teoria do desenvolvimento da produção capitalista elaborada por Marx e Engels, ou seja, sobre “sua alternância em ciclos de prosperidade e de crise – independente da sua ocorrência em cinco, sete, ou dez anos –, a expectativa de que ela desencadeasse uma onda revolucionária imediata não se verificou”. Com o desfecho da crise de 57, Marx e Engels reconsideraram a ideia de crise final do capitalismo “reconhecendo o poder de reciclagem do capital e as dificuldades das revoluções sociais diante dessa dinâmica”. Não obstante a extensão da crise, “os dois filósofos se surpreendem com a rapidez que foi superada, chegando à conclusão de que as crises no capitalismo são necessariamente cíclicas e periódicas, e não acidentais, existindo o que denominaram de ‘leis da crise” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_de\\_1857](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_de_1857) e <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/10-barsotti.pdf>. Consultados em 25.04.2020).

88 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 25 (Idem em relação à redação do próximo parágrafo).

89 Ibidem, p. 26 (O parágrafo seguinte também foi redigido com base na obra e página referenciadas). Alfred Louis Darimon (1819-1902) foi um deputado francês e jornalista, discípulo do filósofo socialista “utópico” também francês Pierre-Joseph Proudhon e seu secretário. Lidou com questões econômicas e financeiras e defendeu no corpo legislativo a criação de câmaras sindicais e de cooperativas para trabalhadores (Disponível em [https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred\\_Darimon](https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred_Darimon). Visto em 11.06.2020). Nos manuscritos *Grundrisse*, Max faz uma crítica à proposta de reforma do sistema bancário/monetário expressa no livro *De la réforme des banques* (*Sobre a reforma dos bancos*) publicado em 1856, da autoria do proudhonista Darimon. De acordo com Mário Duayer (in MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse*. Op. cit., p. 18 e 19 (Apresentação)), a crítica marxiana à proposta de reforma do sistema bancário/monetário, da mesma maneira que nas críticas às ideias de Proudhon em *Miséria da filosofia*, procura mostrar que “sob a aparência de uma proposta socialista, o que existe de fato é uma teoria positiva das relações sociais postas pelo capital. Insiste Marx que, em lugar de transformação radical da realidade, nas obras de inspiração proudhoniana o que se têm são propostas para *reformular* as estruturas existentes. O destaque dessa polêmica é que a crítica à Darimon se desdobra na primeira formulação da *teoria do dinheiro* de Marx, onde aparecem os desenvolvimentos então inéditos de elementos essenciais da análise marxiana da forma mercadoria, da riqueza na sociedade capitalista e da teoria do valor, além da exposição da gênese do dinheiro como resultado necessário do desenvolvimento da mercadoria” (grifo nosso). Da crítica marxiana à Darimon e, por conseguinte, à teoria do dinheiro-trabalho de Proudhon, trataremos no Folheto nº 03 deste artigo expositivo.

da economia política) estão divididos em dois capítulos: *Capítulo do Dinheiro* e *Capítulo do Capital*, este último subdividido nas seções *Processo de produção do capital*; *Processo de circulação do capital* e *O capital que gera frutos. Juro. Lucro (Custos de produção etc.)*, distribuídos em sete cadernos.

Nos referidos capítulos Marx ainda desenvolve detalhes da teoria da mais-valia (ou mais-valor), cujas linhas fundamentais já tinham sido traçadas em 1848 (no escrito *Trabalho assalariado e capital*), com já dito, bem como de outros aspectos estruturantes dos dois primeiros livros d’*O capital*.

Assim, os *Grundrisse* propriamente ditos marcam o passo inicial da consolidação da longa trajetória de estudos de economia política realizados por Marx entre 1842/43 e 1858, prosseguindo até que assumam sua forma definitiva em *O capital: Crítica da economia política*, ou, simplesmente, *O capital*, mais precisamente com a edição do Livro I - *O processo de produção do capital* (1867), que publicou em vida, e do Livro II - *O processo de circulação do capital*, publicado em 1885, após a morte de Marx (1883), de cuja edição cuidou Engels.

Quanto à sua publicação, o conjunto dos manuscritos econômicos de 57/58 foi publicado em 1939, na Rússia, dezesseis anos depois de descoberto na Alemanha em 1923.<sup>90</sup>

Como anunciado anteriormente, conheceremos os elementos fundamentais para a crítica da economia política, alinhavados nos manuscritos *Grundrisse*, primeiramente por intermédio da leitura de *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, da autoria de R. Rosdolsky, e somente mais à frente diretamente por aqueles manuscritos.

Encerrando aqui a reprodução do primeiro capítulo de *Gênese*, no próximo movimento da nossa jornada literária (Folheto nº 02) continuaremos a tratar da Parte I – Introdução do livro de Roman Rosdolsky, desta feita dos seus dois últimos capítulos, cujos conteúdos estão assim distribuídos:

- a) no Capítulo 2, Rosdolsky dedica-se ao planejamento e à estrutura do livro *O capital* – analisando os dois planos estruturais elaborados por Marx, com vistas à sistematização da crítica da economia política capitalista –, e também à opção pelo segundo plano, que resultou na forma expositiva da versão publicada e conhecida da obra maior marxiana. Ainda no referido capítulo, Roman demonstra a relação direta da composição estrutural do plano original, e sua substituição por uma estrutura modificada, com o rigor metodológico adotado por Marx no curso do seu trabalho investigativo;
- b) já no Capítulo 3, finalizando a parte introdutória de *Gênese*, o autor versa sobre o que denomina de “um problema metodológico” relacionado “ao papel do valor de uso” na crítica econômica de Marx.

90 Conforme <sup>[Notas 15 e 16]</sup>.

## FOLHETO Nº 02

### PARTE I – INTRODUÇÃO (continuação)

#### Capítulo 2 – A estrutura da obra [*O capital*] de Marx

No capítulo em comento o autor de *Gênese* trata do planejamento, estrutura e sistematização pensadas e adotadas por Karl Marx para a crítica da economia política capitalista apresentada em sua obra magna, *O capital*.

Com esse intento, Roman Rosdolsky examina os dois planos estruturais elaborados por Marx para a composição dessa crítica: o **plano de 1857 (plano original ou estrutura primitiva)**, cujo conjunto da obra daí decorrente seria composto por seis livros<sup>91</sup>, além de “uma introdução que explicitaria ‘as determinações gerais e abstratas que estão presentes, em grau maior ou menor, em todas as sociedades’”, segundo o desejo do filósofo alemão<sup>92</sup>, e o **plano de 1865/1866 (plano definitivo ou estrutura modificada)**, constituído por quatro livros<sup>93</sup>. Este último plano deu a forma expositiva da versão publicada e conhecida da obra maior do pensador socialista/comunista alemão.<sup>94</sup>

O intervalo de nove anos de um plano para o outro, de acordo com Roman, reflete um período de “experimentação e de permanente busca da forma expositiva adequada [sob o aspecto metodológico, digo eu]” do resultado da investigação marxiana da crítica da economia política capitalista.<sup>95</sup>

91 Livro I *Sobre o capital*; Livro II *Sobre a propriedade da terra*; Livro III *Sobre o trabalho assalariado*; Livro IV *Sobre o Estado*; Livro V *Sobre o comércio exterior* e Livro VI *Sobre o mercado mundial e as crises*.

92 Embora Rosdolsky mencione na página 27 do capítulo dois de *Gênese* que Marx, já em fins de 1858, “desistiu de fazer essa introdução, pois considerava ruim ‘antecipar resultados que deveriam ser demonstrados’” (grifo nosso), do disposto na Nota 4, página 480, desse mesmo capítulo, tendemos a concluir que tal texto se refere ao escrito *Introdução (à crítica da economia política)*, redigido em 1857, embora não tenha sido publicado por Marx pelo motivo descrito. Na verdade, onde Rosdolsky menciona “desistiu de fazer”, na transcrição acima, devemos entender “desistiu de publicar” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit.). Tal *Introdução* era para ser incluída no livro *Para a crítica da economia política*, publicado em 1859 sem aquele texto.

Jacob Gorender também assenta que o texto em questão diz respeito ao escrito *Introdução* de 1857, mencionando a mesma motivação exposta por Rosdolsky para sua não publicação por Marx. Vale ressaltar, conforme dispusemos no Folheto nº 01 (Capítulo 1), quando tratamos brevemente deste escrito, que *Introdução* continuou como texto inédito até 1903, quando foi publicado pela primeira vez por [Karl J. Kautsky](#) na revista *Die Neue Zeit* (*O Novo Tempo*) (in MARX, Karl Heinrich. **Para a Crítica da Economia Política**. Op. cit., p. XI (Introdução)). Em momento próprio desta “expedição”, como já dito, disponibilizaremos nosso artigo expositivo específico sobre esse importante texto marxiano.

93 Livro I *O processo de produção do capital* (1867); Livro II *O processo de circulação do capital* (1885); Livro III *O processo global da produção capitalista* (1894) e Livro IV *Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico* (1905).

Reparamos que no esquema comparativo entre os dois planos estruturais apresentado na página 60 de *Gênese* (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit.), replicado na Figura 1 *infra*, Rosdolsky não inclui o quarto livro em nenhum dos dois planos, porém, na página 29, quando descreve as duas estruturas, faz constar esse livro no elenco da estrutura definitiva, além de mencionar, desta feita na página 32, uma remissão que Marx fez nos manuscritos de 1861-1863 a um “quarto livro” d’*O capital*.

94 Idem, p. 27 e 28.

95 Ibidem, p. 27. Muito embora a disciplina Economia Política seja o marco teórico da crítica marxiana ao modo de produção capitalista, em torno da qual se situa a análise de Marx contida nas obras objeto de estudo da nossa

Nessa trilha, com a análise dos planos estruturais citados, inferimos que Rosdolsky busca evidenciar a perseguição por Marx pela **coerência metodológica** entre a natureza da crítica que está produzindo e a respectiva estrutura e sistematização expositiva, ou seja, visa evidenciar o exercício intelectual realizado por Marx para encontrar a coerência entre a metodologia adotada na crítica da economia política que empreende e a forma mais adequada, também sob o aspecto metodológico, da sua exposição.

Assim, no capítulo em mostra é examinado o porquê da organização da estrutura primitiva (de 1857) como tal, destacando-se o seu sentido metodológico, quando e em que medida foi modificada e abandonada por Marx, e, por fim, o alcance e os motivos presumíveis para a substituição do plano original pelo plano de 1865/1866.

Na figura abaixo replicamos de “Gênese e estrutura de *O capital*” o esquema descritivo e comparativo dos planos em foco, com as indicações das modificações realizadas no plano original em relação ao definitivo, para em seguida expormos as considerações do autor sobre eles.<sup>96</sup>

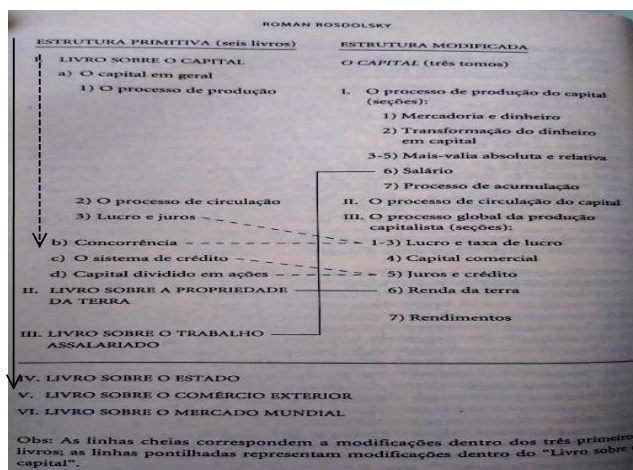


Figura 1 – Esquema comparativo entre a estrutura primitiva (plano original) e a estrutura modificada (plano definitivo) de *O capital*.

## A estrutura primitiva ou plano original ou, ainda, plano primitivo (1857)

Ponderando sobre a organização do plano primitivo, restringindo-se aos três primeiros livros (Figura 1, primeira coluna),<sup>97</sup> os quais versam sobre os temas **capital**

“expedição”, para um contato inicial com essa disciplina, em nosso texto “Arrazoado e sinopse de *O capital*”, disponibilizado na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento econômico*), deste [Blog](#), apresentamos em linhas gerais a conceituação e algumas considerações históricas sobre a matéria. Mas, para começo de conversa, apresentamos já aqui a definição de Roman Rosdolsky, simples e precisa, para toda a economia política: “uma história das formas *sociais* de produção e de intercâmbio” (grifo nosso) (Ibidem, p. 123).

<sup>96</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>97</sup> Na primeira explicação do plano primitivo de 1857, Rosdolsky já desconsidera os três últimos livros previstos inicialmente, o Livro IV *Sobre o Estado*, o Livro V *Sobre o comércio exterior* e o Livro VI *Sobre o mercado mundial*, levando em conta o que Marx já tinha adiantado quanto a relegá-los a um segundo momento, “pelo menos a um deles, aquele sobre o mercado mundial” (momento este, aliás, que nos parece nunca chegou, pelo menos plenamente) (Ibidem, p. 27, 36 e 37). A propósito, fazendo referência ao tema das crises que seria tratado no Livro VI, Roman entende que a teoria de Marx apresenta “lacunas”, no sentido de “que ele mesmo não previra tratar o problema em seu nível mais concreto”. Em relação aos demais temas dos livros em causa, Rosdolsky dispõe que “parece que eles não chegaram a ser propriamente ‘abandonados’, permanecendo à espera de um

(Livro I), propriedade da **terra** (Livro II) e **trabalho** assalariado (Livro III), Roman Rosdolsky aponta que “[...] Parece evidente” ser no texto marxiano de setembro de 1857, denominado *Introdução* (à crítica da economia política) – onde se encontra a mais extensa e única exposição sistemática sobre a questão do **método** na crítica marxiana da economia política –, que se acha “a primeira explicação para o sentido do plano estrutural original de Marx”.<sup>98</sup>

Adentrando na apreciação do plano original, referindo-se, e também se opondo, a um comum entendimento sobre o que Marx desejava examinar a partir desse plano, Roman Rosdolsky afirma que “**só aparentemente**” (grifo nosso) a estrutura primitiva, considerando os três primeiros livros, coincide com a subdivisão da economia tradicional apoiada nos fatores de produção: terra, trabalho e capital<sup>99</sup>.

Na sua crítica da economia política, como veremos, Marx não examina os fatores de produção e tampouco adota a definição dos clássicos para “capital”, que aliás qualifica como “potência econômica” e não como um conjunto de coisas. A crítica da economia política capitalista empreendida por ele não se apoia na categorização tradicional do estudo da Economia.

Marx, diversamente, opera uma análise da **dinâmica** do modo de produção capitalista, propondo-se a construir uma edificação **lógico-metodológica** para nela empreender sua investigação econômica e analisar o **movimento** das categorias que compõem o objeto da sua análise, a **sociedade burguesa**.

Nesse rumo, o filósofo revolucionário alemão preleciona que para se investigar a realidade ou os fenômenos do mundo, no caso, o movimento das categorias e leis econômicas que operam no bojo da sociedade capitalista, a única metodologia científica adequada é partir “**do abstrato ao concreto**” (grifo nosso)<sup>100</sup>, o que significa, conforme o professor José Paulo Netto, “elevar-se [na análise] do abstrato ao concreto” (ou, ainda, realizar “aproximações sucessivas ao objeto”)<sup>101</sup>. Segundo confirma Roman Rosdolsky, citando Marx, esse “é o único método científico adequado para ‘apropriar-se

---

‘desdobramento eventual’ da obra. Mas como esses temas só são abordados ocasionalmente em *O capital*, parece justificar-se o que se convencionou chamar a ‘teoria das lacunas’” (nessa linha, segundo, ainda, o autor de *Gênese*, temos também a crítica de [Rosa Luxemburgo](#) (1871-1919) exposta em seu livro *A acumulação de capital*). Porém, tal entendimento não é unânime. O economista marxista polonês [Henryk Grossmann](#) (1881-1950), por exemplo, é um dos que “nega a existência de qualquer tipo de ‘lacuna’ em *O capital*” (Ibidem, p. 36 e 37).

98 Ibidem, p. 39 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

99 Aliás, importante já pontuarmos aqui uma questão teórica fundamental. Na subdivisão da economia tradicional, ou **economia clássica**, focada nos três **fatores de produção**, *capital* é definido como “qualquer bem econômico” que pode ser utilizado no processo produtivo “para a produção de outros bens ou serviços”, a exemplo do conjunto de máquinas, equipamentos, instalações etc. (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Capital\\_\(economia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_(economia)). Visto em 31.05.2020). Para Marx, de acordo com sua conceituação de capital, que difere substancialmente daquela da economia tradicional, considerá-lo no sentido da definição dos clássicos não prospera. E isso faz toda a diferença na crítica marxiana da economia política capitalista, conforme discutimos de modo introdutivo em nosso texto “Arrazoado e sinopse de *O capital*”, publicado na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx* (item *Pensamento econômico*), deste [Blog](#).

100 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 39.

101 NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx (segunda parte)**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 2h33m e seguintes). Visto em 31.05.2020.

[apoderar(-se), assenhorear(-se)] do concreto [no caso específico, a sociedade burguesa ou capitalista], reproduzindo-o como um concreto pensado”<sup>102</sup>.

Em Karl Marx, “[...] O concreto é concreto porque é a síntese de **múltiplas determinações** e, portanto, a unidade do diverso”<sup>103</sup> (grifo nosso). Nesse sentido, afirma o professor José Paulo Netto: “[...] quanto mais determinações o investigador é capaz de alcançar pela **abstração** do seu objeto de estudo, mais ele terá a concreção desse objeto” (grifo nosso), mais ele se aproxima da concretude do objeto<sup>104</sup>.

Abstraindo-se, o investigador é capaz de superar a imediaticidade do objeto. Assim, “arranca ou extrai dele seus traços pertinentes, as suas determinações, não pondo nada de fora no objeto”. Quanto mais o investigador realiza determinações abstratas sobre o objeto, “mais se aproxima do concreto de que o objeto é expressão, mas que [por si só] não se manifesta como tal. O investigador tem que descobrir esse concreto”<sup>105</sup>.

Na teoria marxiana, portanto, prossegue Netto, “o abstrato é aquilo que está despido ou pobre de determinações, tanto mais concreto é aquilo que se põe como uma riqueza máxima de determinações. Embora no real o concreto já esteja dado, ele não está compreendido ou apreendido”.

Por isso, aponta Roman Rosdolsky, mais uma vez citando Marx, “[...] o pensamento só pode compreender plenamente o concreto ‘em um processo de síntese’, ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples”, em relação às quais se deve conhecer os elementos que nelas repousam, que, por sua vez, pressupõem outros elementos abstratos.<sup>106</sup>

Continua o autor de *Gênese*: “[...] Se a análise científica (econômica, no caso) começa diretamente ‘pelo real e concreto’, pelas próprias ‘condições reais’ – por exemplo, a população ou o mercado mundial –, só poderá enxergar uma imagem difusa e totalmente indefinida da realidade”. De outro modo, seguindo-se com o exemplo de Marx destacado por Rosdolsky, para se fazer uma análise cientificamente adequada de uma população, sob o prisma da economia, necessário não deixar de lado sua abstração menos complexa, isto é, as classes sociais que a compõem (que correspondem a sua determinação abstrata mais simples).

Sem elas, avança Marx, “a população é uma abstração”, pois deixa-se de lado,

102 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 39.

103 Idem, p. 39. No exame da referida construção lógico-metodológica aplicada por Karl Marx em sua investigação econômica, Roman vai revelando vários momentos da anunciada influência de Hegel em Marx (conforme anotamos em diversas passagens do Folheto nº 01), e esse é mais um deles (Ibidem, p. 484 (Nota 59)).

104 NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx (segunda parte)**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 2h33min e seguintes). Visto em 31.05.2020.

105 Idem (videoaula, minutagem: 2h33m e seguintes). Ibidem em relação à redação do próximo parágrafo. José Paulo, na videoaula e minutagem referenciadas, clarificando o que afirma, usa como exemplo uma “cadeira de sala de aula” para explicar que, para Marx, a cadeira por si só, assim como as pessoas a veem, é um *abstratum* e não um *concretum*. Só se torna *concretum* à medida que se aplica nela determinações que a caracterize como uma cadeira de sala de aula, e não como uma cadeira de sala de jantar (a saber: como essa cadeira chegou até ali, com se deu a sua aquisição (houve licitação, não houve?), quem a fabricou, como se deu o processo de fabricação, quais os materiais e técnicas utilizadas para sua produção, como se dá a relação de trabalho que a originou? etc.).

106 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 39 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).



no caso, “as classes de que se compõe”. Entretanto, “[...] Essas classes, por sua vez, são uma palavra oca se desconheço os elementos sobre os quais repousam, como por exemplo o trabalho assalariado, o capital etc. Estes últimos pressupõem a troca, a divisão de trabalho, o capital etc.” (que equivalem a outros elementos abstratos). Assim, o que Marx quer dizer é que se a análise econômica de uma população começasse e terminasse por ela própria, ter-se-ia uma representação falha e “caótica” do conjunto populacional.

Nessa linha, como nos mostra Rosdolsky, o plano original de sistematização da crítica marxiana da economia capitalista foi concebido considerando um “processo de síntese”. Isto é, o exame dos fenômenos ali investigados segue o processo de “passagem do abstrato ao concreto”, cujo investigador em sua análise, efetuando-a “repetidamente”, realiza uma contínua “viagem de volta” até reencontrar novamente o concreto (o que, no exemplo do parágrafo anterior, seria a população em análise). O resultado disso é a obtenção de “[...] uma rica” representação “da **totalidade** com **múltiplas determinações e relações**<sup>107</sup>” (grifo nosso), cuja representação, digo eu, de acordo com o exemplo utilizado no parágrafo anterior, seria uma população dividida entre as classes sociais A, B, C ..., configuradas, por sua vez, por distintos tipos de rendimentos, de condições e meios de vida, de graus de instrução etc., e não mais “[...] a representação caótica de um conjunto”.<sup>108</sup>

Na passagem acima, Rosdolsky revela e esclarece que o plano de 1857, o que se repetiria no plano definitivo d’*O capital* (1865/66), como veremos, “segue o caminho que parte de determinações abstratas na direção do concreto”.<sup>109</sup>

Em um resumo da íntegra do plano original de Marx, a partir do ilustrado na Figura 1 supra, primeira coluna, seguindo-se a seta contínua (incluída por nós), transcrevemos o que assinala Roman Rosdolsky:

“[...] a investigação [da economia capitalista] parte das categorias gerais (valor de troca, dinheiro, preço) para chegar, através da análise da ‘estrutura interna da produção’ – das categorias do capital [Livro I], da propriedade da terra [Livro II] e do trabalho assalariado [Livro III] – à síntese da sociedade burguesa na forma do Estado [Livro IV]. [...] No entanto, este não é o último passo da concretização. Pois a

107 Chamamos a atenção para o termo “totalidade” mencionado no parágrafo em Nota quase que despercebidamente. Trata-se, no entanto, de uma categoria filosófica central do método dialético marxiano. De acordo com o filósofo marxista soviético [Evald Vasilievich Ilyenkov](https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/03.htm) (1924-1979), discorrendo sobre a definição marxiana do *concreto* como a “unidade da diversidade”, Karl Marx aproxima essa concepção do concreto com o conceito de *integridade* ou *totalidade*. Nesse sentido, para Marx, segundo a compreensão de Evald, a *totalidade* então seria a caracterização do objeto “[...] como *um todo integral unificado* em todas suas diversas manifestações, como um ‘sistema orgânico’ de fenômenos mutuamente condicionados em contradição a uma concepção metafísica dele como um aglomerado mecânico de partes constituintes imutáveis que são vinculados um ao outro somente externamente, mais ou menos de forma acidental” (*in A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx*. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/03.htm>. Consultado em 10.01.2022). Mais sobre essa categoria fundamental no método dialético marxiano, veja o artigo de Edmilson Carvalho, **A totalidade como categoria central da dialética marxista**. Revista Outubro, nº 15, 2007, disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-15-Artigo-06.pdf>. Consultado em 10.01.2022.

108 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 40 e 39.

109 Idem, p. 40 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

economia nacional deve ser concebida também em suas relações com o exterior, com outras nações capitalistas (e não capitalistas), e, ao fim e ao cabo, como parte de um todo mais amplo, que compreenda o conjunto dos países [Livro V]. Só então chegamos à categoria do mercado mundial e da economia mundial [Livro VI] como uma ‘rica totalidade com múltiplas determinações e relações’”.

E esse processo, “de elevar-se do abstrato ao concreto”, como pregava Marx, continua Rosdolsky, acontece também em relação ao Livro I *Sobre o capital*. “Nele”, conforme podemos observar na referida Figura 1 (primeira coluna), desta feita pelo destaque da seta pontilhada (igualmente por nós incluída), “Marx começa com o ‘capital em geral’ [seção a] para chegar, através do exame da concorrência [seção b] e do sistema de crédito [seção c], à forma mais acabada que o capital assume, o capital dividido em ações [seção d]”.

Fazendo uma alusão conclusiva ao plano original como um todo, o autor de *Gênese* profere que, para Marx, “[...] o método cientificamente correto na economia política deve elevar-se ‘a partir do simples – trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca (Livros I, II e III) até o Estado, o comércio entre as nações e o mercado mundial’ (Livros IV, V e VI), para poder examinar o desenvolvimento do modo de produção capitalista como uma totalidade orgânica” – seguindo o caminho que parte das determinações abstratas na direção do concreto, como já salientado.<sup>110</sup>

E esse caminho – “um processo de síntese, efetuando repetidamente a ‘passagem do abstrato ao concreto’” –, **Marx também seguiria na estrutura modificada**, isto é, no plano definitivo (de 1865/1866), embora com uma outra sistemática quantitativa e qualitativa de agrupamento temático.<sup>111</sup>

Assim, o que distingue a estrutura do plano inicial de uma subdivisão convencional baseada nos fatores de produção (terra, trabalho e capital), mencionada anteriormente, “é a consideração da economia burguesa [capitalista] como um **‘todo orgânico’** [uma totalidade]” (grifo nosso), isto é, “o ‘predomínio multifacético e determinante do todo sobre as partes’”, finaliza Roman citando o filósofo e historiador marxista húngaro Luckács<sup>112</sup>.

Repare que este “todo orgânico” Marx busca a partir do exame do **capital**, identificado por ele como a **“potência econômica”** (grifo nosso) que predomina sobre toda a sociedade capitalista. Nesse sentido, a categoria capital, como já conceituamos em nosso texto “Arrazoado e sinopse de *O capital*”<sup>113</sup>, é entendida,

110 Ibidem, p. 39 e 40.

111 Ibidem, p. 40 (Ibidem para a redação do parágrafo seguinte).

112 Esse traço metodológico, para o qual o autor de *Gênese* chama a atenção, está muito distante “do método da economia burguesa, que estabelece uma vinculação exterior entre os fenômenos econômicos!” (Ibidem, p. 40), método este orientado “a partir de um ponto de vista empírico”, que toma como objeto de análise “o mundo dos fenômenos imediatamente dados”, o que implica em considerar, digo eu, a subdivisão da economia tradicional com base nos fatores de produção – terra, trabalho e capital (Ibidem, p. 38). Sobre o filósofo húngaro citado no parágrafo em Nota, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gy%C3%B6rgy\\_Luk%C3%A1cs](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gy%C3%B6rgy_Luk%C3%A1cs).

113 Disponibilizado na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento econômico*), deste [Blog](#).

de acordo com David Harvey, na trilha de Marx, “como um **processo** [movimento] e não como uma coisa” (grifo do autor). Sendo, pois, “[...] Um **fluxo contínuo de valor** transitando por diferentes estados” (grifo nosso)<sup>114</sup> ou formas (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria<sup>115</sup>). Se não, vejamos.

Justificando a análise das categorias econômicas do modo de produção capitalista primeiramente pelo capital, Marx assenta que seria “impraticável e errôneo” considerar as “categorias econômicas na ordem em que elas foram historicamente determinantes [terra, trabalho e capital]”<sup>116</sup>. Poderia parecer, continua o filósofo d’*O capital*, “[...] ser mais natural, por exemplo, começar pela renda da terra, a propriedade fundiária, pois ela está ligada à terra, fonte de toda produção e de toda a existência, a primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estáveis: a agricultura. Entretanto, nada seria mais equivocado”<sup>117</sup>. Marx explica:

“A ordem em que se sucedem está determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa [capital, terra e trabalho], e que é exatamente a inversa da que parece ser sua ordem natural ou da que corresponde à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico [terra, trabalho e capital]”<sup>118</sup>. [...] Pois, em todas as formas de sociedade, uma determinada produção e as relações que ela engendra conferem a todas as outras produções e relações seu lugar e sua importância”<sup>119</sup>.

O que se observa, segundo Rosdolsky na sempre companhia de Marx, é que “[...] No modo de produção capitalista, a agricultura se converte cada vez mais em um ramo da indústria, e como tal submete-se ao capital”. Exatamente por isso, “no exame teórico da ordem social burguesa [ou do capitalismo], o **capital**, na condição de ‘**potência econômica** que predomina sobre toda a sociedade burguesa’, constitui ‘o **ponto de partida** e o **ponto de chegada**, devendo ser analisado antes da propriedade da terra’. (Só ‘quando ambos tenham sido analisados separadamente devemos analisar sua relação recíproca’)” (grifo nosso).

Muito embora Karl Marx trate aparentemente dos fatores de produção, Roman

114 HARVEY, David. **Para entender *O capital*, Livro II e III**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2014, p. 19.

115 O *capital-dinheiro* é a forma em que se transforma o dinheiro quando aplicado produtivamente. O *capital-produtivo* é constituído da mão de obra para fazer a fábrica funcionar, da matéria-prima, a exemplo de couro, pregos, cola etc., e da energia necessária para viabilizar a confecção do produto final, sapatos, por exemplo; bem como dos equipamentos (máquinas, prédio etc.) que a mão de obra utilizará ou fará uso para transformar a matéria-prima. Já o *capital-mercadoria* é o produto ou mercadoria final: em nosso exemplo, os sapatos (in DOWBOR, Ladislau. **O que é capital**. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0B8FTIPd5X-jmOGNhMjhmMmYtMDBhNS00ODNiLTk3MGEtZmE0Y2Y5YWwEwNTY1/view?hl=pt\\_PT](https://drive.google.com/file/d/0B8FTIPd5X-jmOGNhMjhmMmYtMDBhNS00ODNiLTk3MGEtZmE0Y2Y5YWwEwNTY1/view?hl=pt_PT). Consultado em 31.05.2020).

116 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 40. As palavras de Marx reproduzidas no parágrafo em Nota foram extraídas por Rosdolsky do texto marxiano *Introdução* (à crítica da economia política), de 1857.

117 Idem, p. 41.

118 Ibidem, p. 40. Repare que, sob a ótica marxiana, a ordem das categorias econômicas em causa, que Marx chama também de “forças materiais operantes na produção”, assume a seguinte sequência: capital, terra e trabalho. Diferentemente de como se dá na economia clássica onde são considerados na seguinte ordem: terra, trabalho e capital. Mas essa diferença, digo eu, não é uma mera consideração arbitrária, ela é metodológica e qualitativa, ou seja, diz respeito à determinação econômica de cada uma delas no desenvolvimento dos modos de produção historicamente situados e à conceitualização e papel que Marx lhes confere.

119 Ibidem, p. 41 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

Rosdolsky esclarece, ao contrário mesmo do que pode assemelhar, e isso é de fundamental importância, que Marx “[...] se interessa por conceber as formas em que a distribuição [de rendimentos] se manifesta” (grifo nosso), ou seja, se interessa pelas **relações de distribuição de rendimentos** predominantes no âmbito do modo de produção capitalista. Ele “as considera o reverso necessário das relações de produção”.<sup>120</sup>

Melhor dizendo. O que o filósofo revolucionário alemão deseja, na verdade, é investigar e demonstrar as **condições econômicas** de existência das **três grandes classes** em que a sociedade burguesa moderna desenvolvida se divide – as **classes fundiária, capitalista e trabalhadora** –, sendo que tais classes “correspondem às **três grandes formas de rendimentos** (renda da terra, lucro e salário) e que, da existência dessas classes, decorre necessariamente uma **luta de classes**, resultado real e evidente do período capitalista” (grifo nosso).<sup>121</sup>

Logo, Marx **não investiga os fatores de produção** pura e simplesmente (terra, trabalho e capital), mas sim as **relações de distribuição de rendimentos** forjadas das categorias capital, propriedade da terra e trabalho assalariado, que desemboca na consideração das três grandes classes operantes na sociedade burguesa ou capitalista. Também aqui, conforme Rosdolsky, “se pode comprovar uma ampla concordância entre o plano inicial e o definitivo”.<sup>122</sup>

Portanto, para Karl Marx, a distribuição do produto da economia “depende da ‘distribuição dos elementos de produção’, da ‘separação entre a força de trabalho, mercadoria do trabalhador, e os meios de produção, propriedade de não trabalhadores’”. Em Marx, “[...] A distribuição do produto é apenas um resultado dessa distribuição que está embutida no próprio processo de produção e determina a organização da produção”.<sup>123</sup>

A par do intento de Marx “de investigar ‘as condições econômicas de existência das três grandes classes em que a sociedade burguesa moderna se divide’, Rosdolsky põe a seguinte indagação para ir atrás das respostas: “[...] O que determina essa diferenciação das classes da sociedade burguesa?”. Ou, “[...] o que faz com que os trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários fundiários sejam as três grandes classes sociais [da sociedade capitalista]?”.<sup>124</sup>

De acordo com o que extraímos de *Gênese*, o surgimento das três grandes

120 Ibidem, p. 42.

121 Ibidem, p. 42 e 43.

122 Ibidem, p. 43. Aliás, de acordo com Rosdolsky, em relação à forma trinitária clássica dos fatores de produção, Marx demonstrou que ela “mistura sem o menor escrúpulo as formas sociais da produção, historicamente determinadas, com elementos materiais do processo de trabalho real”, e, por ser assim, “aparece desenvolvida ‘a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação [coisificação] das relações sociais’”. Para compor essa assertiva, Marx utiliza a agricultura como exemplo, citando os elementos “autônomos” e “cooperantes” que a compõem no “processo de criação de valor” (como “o agricultor, os bois, o arado e a terra”, que “colaboram harmoniosamente no processo de trabalho real, não obstante sua diversidade” (Ibidem, p. 41).

123 Ibidem, p. 42.

124 Ibidem, p. 43.

classes sociais do capitalismo está necessariamente vinculado à separação entre “os verdadeiros produtores e os meios de produção”. Por conta dessa separação, “o valor criado pelo trabalho anual agregado se divide em três partes, que assumem três formas diferentes de rendimentos [lucro/juro, renda da terra e salário] e constituem a renda anual de três classes sociais” que se formam a partir daí: “os capitalistas, os proprietários fundiários e os trabalhadores [assalariados]”.<sup>125</sup>

Portanto, diz Marx, “[...] estas são as relações ou formas de distribuição [da economia capitalista], pois expressam as proporções em que o novo valor global gerado [na economia] se distribui entre os possuidores das diferentes forças materiais operantes na produção [o lucro/juro do capital ao capitalista; a renda da terra ao proprietário fundiário e a remuneração do trabalho (salário) ao trabalhador assalariado]”.

Como indicado nos parágrafos antecedentes, essas formas de distribuição só existem porque dependem da **modificação** produzida pelo modo de produção capitalista sobre os “**elementos de produção**” (as forças materiais operantes na produção) e da “**separação** entre a força de trabalho, mercadoria do trabalhador, e os meios de produção, propriedade de não trabalhadores [de cujo afastamento surge o capitalista – novo proprietário dos meios de produção – e o trabalhador assalariado – doravante, não proprietário dos meios de produção e de vida]” (grifo nosso).

Com isso, Marx quer demonstrar, como já dito, que as “três grandes classes da sociedade capitalista desenvolvida (proprietários fundiários, capitalistas e assalariados) correspondem às três grandes formas de rendimentos (renda da terra, lucro/juros e salário) e que, da existência dessas classes, decorre necessariamente uma luta de classes, resultado real e evidente do período capitalista” (grifo nosso).<sup>126</sup>

Por assim ser, digo eu, Marx passa longe da análise dos “economistas burgueses” convencionais que examinam a economia a partir dos três fatores de produção (terra, trabalho e capital). Marx, ao contrário, concentra-se nas formas de distribuição do valor global gerado na economia, ao tempo que elabora um conceito singular para capital, como mencionado em passagem anterior<sup>127</sup>.

Do exposto deriva outra indagação: especificamente no caso dos trabalhadores assalariados e dos capitalistas, o que faz com que ambos sejam os novos componentes das grandes classes sociais do capitalismo? Marx tem a resposta: seria “**suas funções no processo de produção**” (grifo nosso)<sup>128</sup>. Com isso detecta a existência de “**classes sociais com funções econômicas**” (grifo nosso)<sup>129</sup>.

Nesse rumo, Rosdolsky avalia que sem a presença do trabalho assalariado “a

125 Ibidem, p. 42 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

126 Ibidem, p. 42 e 43. Da categoria [luta de classes](#) tratamos em nosso texto “Burguesia, Proletariado, Luta de classes e Ditadura do proletariado”, disponibilizado na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *O universo marxiano, principais conceitos*), deste [Blog](#).

127 Ibidem, p. 42.

128 Ibidem, p. 43.

129 Ibidem, p. 485 (Nota 81).

ordem social capitalista seria inimaginável. Para valorizar-se, o capital deve encontrar constantemente uma classe de pessoas que não possuem meio de produção [e de vida] e que, por isso, só ao preço de realizar um mais-trabalho<sup>130</sup> conseguem obter uma participação no valor que criam”.<sup>131</sup>

Em relação à função do capitalista [no caso da época, o industrial], Marx escreveu:

“Considero [...] o capitalista como um funcionário necessário da produção capitalista [seu dirigente] e mostro minuciosamente que ele não só ‘retira’ ou ‘expropria’ mas também cria as condições para a produção da mais-valia<sup>132</sup>. Primeiro ajuda a criá-la, para em seguida retê-la; além disso, demonstro detalhadamente que na troca de mercadorias só se trocam equivalentes, [...] o capitalista, quando paga ao trabalhador o valor real de sua força de trabalho, ganha pleno direito à mais-valia, segundo o direito que corresponde a esse modo de produção”.

“O capitalista”, prossegue Marx, “é o explorador direto dos operários. Não só se apropria diretamente da mais-valia, como – também diretamente – cria as condições para que ela exista. Como, para o capitalista industrial, isso só pode ocorrer através do (e no) processo de produção, ele próprio é o funcionário dessa produção, seu dirigente”.<sup>133</sup>

Assim sendo, como o “trabalho objetivado e o trabalho vivo [...]”, comandado pelo capitalista, constituem, segundo Marx, “os dois fatores sobre os quais repousa a produção capitalista e o trabalho assalariado”, eles (o capitalista detentor do capital e o trabalhador assalariado possuidor da força de trabalho) são “os únicos funcionários e fatores de produção cuja relação e cujo enfrentamento nascem da **essência** do modo de produção capitalista” (grifo nosso).<sup>134</sup>

130 Sobre a categoria marxiana do *mais-trabalho*, reveja o texto “Arrazoado e sinopse de *O capital*”, já mencionado em Nota anterior.

131 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 43 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

132 Sobre *mais-valia* (ou *mais-valor*), reveja também o citado texto “Arrazoado e sinopse de *O capital*”.

133 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 43 e 44. Ressalta-se que Marx, mais adiante, em 1863, apontou que “A própria produção capitalista separou totalmente o trabalho de direção e a propriedade do capital, próprio ou alheio. Deixou de ser útil que os capitalistas realizem esse trabalho de direção. Na realidade, ele existe separado do capital, não na separação entre capitalistas industriais e capitalistas financeiros, mas na separação entre dirigentes industriais etc., e toda a classe capitalista”. Como destaca Marx, desta feita já em *O capital*, no Livro III - *O processo global da produção capitalista*, transformações do gênero acontecerão ao longo do tempo, a exemplo do surgimento de capitalistas oriundos da “transformação dos proprietários de capital em simples proprietários, em capitalistas rentistas” e também da “transformação do capitalista ativo em diretor, administrador do capital alheio [*manager* ou executivo]”, todos surgidos da “formação das sociedades anônimas” (Idem, p. 486 (Nota 85)).

134 Ibidem, p. 44.

Tratemos sucintamente dos tipos de trabalho mencionados no parágrafo em Nota: *trabalho objetivado* e *trabalho vivo*. Começemos pelo trabalho objetivado: “O trabalho é uma atividade processual de objetivação. Logo, pode-se afirmar que é um processo de objetivação em que há transformação. Nele, *alguma coisa é transformada em outra coisa e, no final do processo, o trabalho aparece objetivado*. Ou seja, aquilo que era potência se objetiva. Com efeito, ‘o trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado’. Aquilo que aparecia como movimento, como processo, se manifesta ‘como qualidade imóvel, na forma do ser’ [o produto (mercadoria/serviço) final do trabalho realizado, digo eu]. Mas ‘há uma diferença entre o produto do trabalho e o processo de trabalho. No produto o processo está extinto. Isso não significa que o trabalho tenha desaparecido. Ele se objetivou. No processo de trabalho, por meio da objetivação, o ser humano atua e transforma uma ideiação prévia’. O importante, para Marx, porém, não é o resultado da objetivação *per se*. O centro do trabalho é o processo de



Decerto, prossegue Roman replicando Marx, “[...] a relação entre capital e trabalho assalariado determina o caráter do modo de produção. Como tais, os principais agentes deste modo de produção, o capitalista e o assalariado, são apenas encarnações, personificações, do capital e do trabalho assalariado, expressando caracteres sociais que o processo social de produção estampa nos indivíduos; são produtos dessas relações de produção”.<sup>135</sup>

Mas, e o proprietário fundiário? O que faz com que seja também um integrante das três grandes classes sociais do modo de produção capitalista?<sup>136</sup>

Não resta dúvida que o proprietário fundiário “foi ‘um funcionário essencial’” para o modo de produção do “mundo antigo e medieval”. Daí a concordância de Marx com os economistas clássicos, especialmente com David Ricardo<sup>137</sup>, quando partem

---

objetivação” (grifo nosso) (in PETO, Lucas Carvalho e VERÍSSIMO, Danilo Saretta. **Natureza e processo de trabalho em Marx**. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822018000100248&%3A~%3Atext=Logo%2C%20pode-se%20afirmar%20que%2Cse%20incorporou%20a%20seu%20objeto](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100248&%3A~%3Atext=Logo%2C%20pode-se%20afirmar%20que%2Cse%20incorporou%20a%20seu%20objeto). Consultado em 07.12.2020).

Sobre o *trabalho vivo* vamos ao que dispõe Karl Marx na obra *Contribuição [ou Para a] à crítica da economia política* (1859), na interpretação de Eric Hamraoui. Nela, Marx “define o trabalho como ‘atividade útil para a apropriação das matérias naturais sob uma ou outra forma’”, sendo “definível ao mesmo tempo como ‘condição natural da existência do homem’ e ‘condição das trocas orgânicas entre o homem e a natureza’”. Esse processo de apropriação dos objetos exteriores para a satisfação das necessidades do homem – ou seja, de produção dos **valores de uso** que contribuem para a manutenção e o crescimento da vida – em que consiste o ‘*trabalho vivo*’ constitui, segundo Marx, ‘uma necessidade física da vida humana’”. Ou seja, trabalho vivo é o trabalho que produz bens para a satisfação das necessidades humanas, para o consumo direto – é o trabalho que produz valores de uso. “O trabalho vivo preserva assim um ‘contato natural com os elementos materiais (as matérias-primas e os instrumentos da produção) de sua existência’ que ele transforma em elementos constitutivos de sua própria dinâmica: ‘enquanto ele é útil, [...] é atividade produtiva; o trabalho, por seu simples contato com os meios de produção, ressuscita-os de dentre os mortos, faz deles os fatores de seu próprio movimento’” (grifo nosso) (in HAMRAOUI, Eric. **Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais**. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172014000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000100006). Consultado em 07.12.2020). O trabalho vivo em Marx é representado pelo **capital variável**, sendo que este “representa o *valor da força de trabalho*, a qual, como já referido, cria, no processo produtivo, uma quantidade de valor superior ao seu próprio valor, pelo que, o capital variável é trabalho vivo, porque *varia* durante esse processo produtivo, levando a que o capital total se valorize através da criação de mais-valia” (grifo nosso). Ensina Marx: “A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda o seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu chamo-a, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável” (in DONÁRIO, Arlindo Alegre, e SANTOS, Ricardo Borges dos. **A Teoria de Karl Marx**. Universidade Autónoma de Lisboa. CARS – Centro de Análise Económica de Regulação social. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wxy7wUNt5F0J:https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf+%&cd=24&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>, p. 20. Consultado em 07.12.2020). Embora não citado no parágrafo em Nota, ainda com o apoio de Donário e Santos, oportuno discorrermos um pouco sobre outro tipo de trabalho da análise marxiana: o *trabalho morto*. O denominado “trabalho morto” é representado pelo “**capital constante**, cristalizado e acumulado nos [objetos, digo eu] meios e instrumentos de produção, nomeadamente, nas matérias-primas e nas amortizações do capital fixo. Este capital, que constitui o trabalho cristalizado nas mercadorias em processos produtivos passados, é utilizado no processo produtivo actual [sic], apenas transmite o seu valor às novas mercadorias, mas não cria novo valor”. Diz Marx: “A parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção”. A essa parte do capital, parcela que representa o trabalho morto, Marx o chama de “a parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante” (Idem, p. 20. Consultado em 07.12.2020).

135 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 486 (Nota 86).

136 Idem, p. 44 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

137 David Ricardo (1772-1823) foi um dos mais influentes e importantes expoentes da economia política clássica britânica [reveja Nota 46]. Ricardo exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas **neoclássicos** como sobre a crítica econômica de Marx, com destaque, em relação a este último, para a **teoria do valor-trabalho** ricardiana. Os

“da divisão dual entre capitalistas e trabalhador assalariado” para caracterização do capitalismo, “admitindo o proprietário fundiário como um fenômeno especial posterior”.

Entretanto, conforme Roman Rosdolsky, sempre ancorado em Marx, “[...] o fato de o latifundiário não ser ‘um agente necessário da produção capitalista’ não permite concluir que ele seja desnecessário para a existência desse modo de produção, ou que o modo de produção capitalista pudesse ter surgido e se desenvolvido sem que existisse a propriedade da terra”. Muito pelo contrário.

É certo que, “[...]. Se a terra estivesse livre, ‘à disposição de qualquer um, faltaria um elemento fundamental para a formação do capital’”, ou seja, “[...] ‘a propriedade privada da terra [...] – a propriedade privada da terra por parte de uns, o que implica a não propriedade por parte de outros’”. Sem esse elemento fundamental para a formação do capital, este “meio essencial de produção [a terra] – com exceção do homem e de seu próprio trabalho, único meio original de produção – não poderia ter sido apropriado, e desse modo o trabalhador não seria forçado a se converter em trabalhador assalariado”.

Dessa maneira, “[...] A produtividade do trabalho [...], no sentido capitalista, ou seja, a ‘produção’ de trabalho alheio não pago [mais-valia], tornar-se-ia impossível”. Por isso, prossegue Rosdolsky, “a transformação das condições de trabalho em capital pressupõe ‘que os produtores diretos sejam expropriados da terra’, [...] pressupõe ‘uma determinada forma de propriedade da terra’”.<sup>138</sup>

Por essa ótica, a propriedade privada da terra “é o **fundamento do modo capitalista de produção**” (grifo nosso). O capital “não pode existir sem a propriedade da terra”. Mas não a propriedade privada da terra nos moldes feudais, por exemplo. Necessário moldar esta propriedade, pois ela “**preexiste**” (grifo nosso) à produção capitalista. Imperativo “subordinar” a sua atividade produtiva, “a agricultura”, por exemplo, “ao capital”. A propriedade da terra, então, “ganha sua forma puramente econômica ao despojar-se de todos os seus adereços políticos e sociais anteriores [do

---

temas abordados em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho (considerando que o valor econômico de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para produzi-la), a teoria da distribuição (analisando as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional (demonstrando que duas nações podem se beneficiar mutuamente do comércio livre, mesmo que uma seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial) e temas monetários (sugerindo, por exemplo, que, em certas circunstâncias, a escolha entre financiar as despesas através de impostos ou através do deficit não terá efeito na economia), além do desenvolvimento da teoria da renda da terra (assinalando que quanto mais terras de menor fertilidade fossem trabalhadas, via agricultura, menor seriam as rendas da economia como um todo, via lucros). A destacada *teoria do valor-trabalho* de David Ricardo, bem como os demais temas mencionados acima, está presente em sua grande obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817).

Importante mencionar já nesta oportunidade, em vista do papel central que desempenha na construção da crítica de Marx à economia política capitalista, que no tocante à teoria do valor-trabalho ricardiana, sendo ao mesmo tempo um grande crítico e um teórico que procurou compreendê-la por outras perspectivas, Karl Marx a analisa tanto em seu aspecto quantitativo (quantidade de trabalho colocado na mercadoria) quanto qualitativo (condição em que o produto do trabalho humano (sua “capacidade de trabalho”) assume a forma valor), e, por isso, caracteriza a *força de trabalho* como *mercadoria*. Tal visão foi aprimorada por Marx em suas obras de economia política, com destaque para *O capital*, especialmente no Livro I - *O processo de produção do capital*, como veremos no decorrer da nossa **Expedição Karl Marx** (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/David\\_Ricardo](https://pt.wikipedia.org/wiki/David_Ricardo) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_do\\_valor-trabalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_valor-trabalho). Consultados em 24.05.2020).

138 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 44 e 45 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

mundo antigo e medieval]’, reduzindo-se à categoria de renda capitalista da terra<sup>139</sup>”.

Ao desenvolver o argumento sobre ser a propriedade privada da terra o fundamento do modo de produção capitalista, Karl Marx caracteriza, em termos metodológicos, a passagem **do capital à propriedade da terra**, ou, digo eu, a passagem da propriedade privada tradicional para uma propriedade privada capitalista, como um processo **histórico** e também **dialético**.<sup>140</sup>

De um lado, é processo histórico, “[...] pois a moderna forma de propriedade territorial é um produto da ação do capital sobre a propriedade feudal etc. [...] O produto final da propriedade da terra [sob o modo de produção capitalista] é a generalização do trabalho assalariado, que se torna a base de tudo”.<sup>141</sup>

Do outro, é processo dialético, pois, considerando que o capital (**tese**) não pode existir sem a propriedade da terra (**antítese**), para que o capital exista, essa propriedade da terra ganha uma forma puramente econômica, subordinando ao capital a atividade produtiva que nela se desenvolve (a exemplo da agricultura) e também os agentes naturais (terras agricultáveis, quedas d’água, minas etc.), reduzindo-se, então, a propriedade da terra, a uma determinada forma de propriedade fundiária e também à categoria de renda capitalista da terra (**síntese**).<sup>142</sup>

Marx assenta que “Tanto por sua natureza como por sua história, o capital é o criador da moderna propriedade da terra, da renda da terra; sua ação resulta na dissolução da velha forma de propriedade da terra. A nova forma surge como consequência da ação do capital sobre a velha [...]”.<sup>143</sup>

Ainda sobre o papel da propriedade da terra no modo de produção capitalista, noutro passo, Marx examina a passagem **da propriedade fundiária ao trabalho assalariado**, que também considera como fruto de um processo **histórico** e igualmente **dialético**.

139 O “capital”, além de criar “uma forma peculiar de riqueza, o valor baseado no trabalho”, também cria o que se denominou da *nova renda da terra*, quando atribui “valor aos agentes naturais (terras agricultáveis, quedas d’água, minas etc.), que não são”, neste estado, “produto do trabalho, mas que ‘são objeto de apropriação, tendo por isso valor de troca, entrando assim no cálculo dos custos de produção’. [...] A moderna renda da terra é uma criação específica do capital, a única criação em que ele faz surgir um ‘valor diferente de si mesmo, de sua própria produção’” (Ibidem, p. 46). Diz Rosdolsky, “[...] É certo que ‘a propriedade privada de objetos naturais’ não é ‘uma fonte da qual brote o valor, já que o valor é igual a tempo de trabalho objetivado, nem tampouco é uma fonte da qual brote mais-valia [...]. Mas essa propriedade é uma fonte de renda [...], uma imposição de receber trabalho não pago, trabalho gratuito [...]’. O proprietário latifundiário possui ‘na propriedade do solo (condição para a [renda absoluta](#)) e na diversidade natural dos tipos de solo (condição para a [renda diferencial](#)) um título que lhe permite embolsar uma parte desse mais-trabalho ou dessa mais-valia que não contribui nem para dirigir nem para criar” (Ibidem, p. 45).

140 Ibidem, p. 45 e 46.

141 Ibidem, p. 487 (Nota 99).

142 Ibidem, p. 44-46. Em relação à nova categoria “renda da terra”, oriunda da passagem do capital à propriedade da terra, repetindo o já assentado por Rosdolsky em Nota anterior, a “moderna renda da terra é uma criação específica do capital, a única criação em que ele faz surgir um ‘valor diferente de si mesmo, de sua própria produção’”, pois, o capital, não só “cria uma forma peculiar de riqueza, o valor baseado no trabalho”, como também cria valor que não advém do produto do trabalho, que é “o valor dos agentes naturais (terras agricultáveis, quedas d’água, minas etc.) [...]”, que, por sua vez, “são objeto de apropriação, tendo por isso [valor de troca](#) [...]”. Só se pode explicar esse valor com a [teoria da renda](#)” (Ibidem, p. 46).

143 Ibidem, p. 46 (O parágrafo seguinte também foi redigido com base na obra e página referenciadas).

É processo histórico, porquanto, conforme o autor d'*O capital*, a nova forma da “propriedade da terra é produto do capital. Eis porque encontramos esse fenômeno em todos os lugares: onde, pela ação do capital sobre as velhas formas de propriedade da terra, estas passam a gerar uma renda em dinheiro [...] e onde, em paralelo, a agricultura, explorada pelo capital, se converte em uma atividade subordinada à indústria [...]”.<sup>144</sup>

E é também um processo dialético porque, o capital [**tese**], “como criador da renda da terra [...], recria a produção de trabalho assalariado [...]” e, reduzindo o trabalho a trabalho assalariado, tendo a propriedade da terra “como a sua condição e também como sua **antítese**” (grifo nosso), estabelece “o trabalho assalariado [**síntese**] como seu fundamento universal”.<sup>145</sup>

Os servos da gleba, camponeses antes “sujeitos a pagamentos de prestações, enfiteuses<sup>146</sup>, aluguéis etc., necessariamente se transformam em trabalhadores pagos por jornada ou em assalariados. [...] Só a ação do capital sobre a propriedade da terra cria e desenvolve plenamente o trabalho assalariado”. Trata-se, continua Marx, “simplesmente, da transferência do trabalho assalariado das cidades ao campo, ou seja, do trabalho assalariado estendido a toda a superfície da sociedade”.<sup>147</sup>

Dito isso, podemos compreender o plano primitivo de 1857 considerando o que diz o próprio Rosdolsky: “No fundo, o que Marx discute aqui é a estrutura de sua obra [que viria a ser *O capital*], o problema da ordem em que devem ser descritas as categorias do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado que expressam a estrutura de classes da sociedade burguesa”.<sup>148</sup>

Em outras palavras, Marx pensa uma sistematização da descrição da **estrutura de classes** da sociedade capitalista a partir das categorias do **capital**, da **propriedade da terra** e do **trabalho assalariado**, expressadas por meio da investigação das **relações recíprocas** entre essas categorias. Uma construção analítica da transição do capital à propriedade da terra, de um lado, e da passagem da propriedade da terra ao trabalho assalariado, de outro.

Para tanto, de acordo com o referido plano, considerando “[...] a natureza íntima do modo capitalista de produção, da sucessão histórica e lógica das categorias que o compõem” (grifo nosso), ao contrário de como procede a doutrina tradicional (embasada nos fatores de produção), conforme já mencionado anteriormente, Marx analisa primeiramente “a categoria do capital em sua forma pura”, para, só depois,

144 Ibidem, p. 46 e 47.

145 Ibidem, p. 47 e 48.

146 *Enfiteuse* é um instituto jurídico originário do [Direito Romano](#) que “deriva diretamente do arrendamento por prazo longo ou perpétuo de terras públicas a particulares, mediante a obrigação, por parte do adquirente (enfiteuta), de manter em bom estado o imóvel e efetuar o pagamento de uma pensão ou foro anual (*vectigal*), certo e invariável, em numerário ou espécie, ao senhorio direto (proprietário). Este, através de um ato jurídico, intervivos ou de última vontade, atribui ao enfiteuta, em caráter perpétuo, o domínio útil e o pleno gozo do bem” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Enfiteuse>. Consultado em 07.12.2020).

147 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 47. “Na mesma medida em que o trabalho se converte em trabalho assalariado, o produtor [não rural] se converte em capitalista industrial; por isso a produção capitalista [...] só aparece em toda sua amplitude quando também o produtor rural [anterior] é assalariado” (Idem, p. 488 (Nota 107)).

148 Ibidem, p. 48 (Ibidem em relação à redação dos parágrafos seguintes).

tratar das “formas que podem ser deduzidas das relações do próprio capital”. Por isso, só após a análise da forma pura do capital, ele passa à “moderna propriedade da terra, como criação do capital, como produto de sua influência sobre formas econômicas pré-capitalistas”.

Por outro lado, segundo, ainda, Rosdolsky, “o pleno desenvolvimento do trabalho assalariado, que tanto conceitual como historicamente representa a condição fundamental do capital e do modo de produção capitalista, pressupõe que esse modo de produção tenha abarcado a totalidade das relações sociais, com a transformação também dos produtores rurais em trabalhadores assalariados”.

Por isso, a categoria do trabalho assalariado, por sua vez, “só pode ser estudada em profundidade depois da categoria do capital (e da propriedade da terra)”. E assim foi estruturado o plano primitivo de 1857, conforme podemos verificar na Figura 1 retro, primeira coluna, seguindo-se a seta contínua.

Em consonância com Roman Rosdolsky, a escolha de Marx no plano original de 1857 de começar sua investigação econômica com o “**capital em geral**” (grifo nosso), sendo o tema principal dos manuscritos *Grundrisse*, diz respeito à sua intenção de analisar o que todas as diferentes formas de capital têm em comum, que é “**ser capital**” (grifo nosso). Ou seja, quando Marx se dedica ao “capital em geral” como primeiro tomo (livro) do seu plano estrutural, ele quer examinar “o processo de sua formação”, a “história geral do nascimento do capital”, sua “autodeterminação”, ou sua “autoformação” – o capital não acabado. Este processo, que Rosdolsky classifica como dialético, “é apenas a expressão ideal do movimento real [a concorrência de capitais ou pluralidade de capitais, digo eu] de devir [vir a ser, digo eu novamente] do capital”.<sup>149</sup>

O autor de *Gênese* nos mostra que, quando Marx, na análise do “capital em geral”, exclui o exame da “concorrência entre os capitais”, a “[...] ‘ação do capital sobre o capital’, o que pressupõe a pluralidade de capitais”, também exclui o “sistema de crédito”, onde “[...] ‘o capital aparece, diante dos diferentes capitais, como um elemento geral’”<sup>150</sup>, ele ainda não se interessa pela análise “da diversidade dos capitais”<sup>151</sup>, pelo “[...] movimento real de capitais concretos, do capital em sua realidade”, portanto, pela análise do capital acabado, como se caracterizam ambos os casos, mas sim pelo capital em sua

149 Ibidem, p. 51 e 490 (Nota 132).

150 Ibidem, p. 50.

151 Ibidem, p. 52 e 490 (Nota 137). Não obstante, para Karl Marx, “o capital existe e só pode existir como muitos capitais, sua autodeterminação aparece como ação e reação recíproca deles entre si; [...] sua natureza íntima o impele a ‘repelir-se a si mesmo’”. Ele continua: “tão logo começa [o capital] a perceber a si mesmo como barreira ao desenvolvimento [do capitalismo industrial, por exemplo], recorre a formas que, embora pareçam dar os últimos retoques ao domínio do capital, restringindo a *concorrência*, anunciam ao mesmo tempo sua dissolução e a do modo de produção baseado nele” (grifo nosso). Conforme nos traz Rosdolsky, quanto ao exposto na segunda parte desta Nota, “[...] Nessa passagem, escrita em 1857, Marx prevê a forma do *capitalismo monopolista* ou *financeiro* [*forma sucessora do capitalismo industrial*]” (grifo nosso) (Ibidem, p. 50 e 489 (Notas 120 e 122)).

Sobre a *pluralidade de capitais* e a *concorrência entre eles*, esta última não muito bem compreendida pela própria economia burguesa ou capitalista, como já disse o filósofo alemão, embora seja a concorrência, de modo geral, “a maneira pela qual o capital faz prevalecer seu modo de produção” (Ibidem, p. 50 e 489 (Nota 123)), voltaremos a tratar em momento próprio.

“média ideal”<sup>152</sup>, pelo “capital de toda a sociedade”, pelo “capital em geral”. Só então, conclui Rosdolsky, “é possível desenvolver verdadeiramente o conceito de capital”<sup>153</sup>.

Portanto, conforme revela Roman Rosdolsky, “para poder investigar em estado puro as leis imanentes do capital, deve-se abstrair a concorrência e seus fenômenos correlatos, adotando-se como ponto de partida o ‘capital como tal’ ou o ‘capital em geral’”.<sup>154</sup>

Marx diz: “A relação entre os diversos capitais ficará clara tão logo tenhamos considerado o que todos têm em comum: **ser capital**” (grifo nosso), com suas abstrações e determinações.

Nesse sentido, Roman põe a seguinte indagação e a ela responde: “Que determinações [abstrações] podem ser consideradas comuns a todos os capitais? Evidentemente, aquelas que são válidas para o capital, mas não para outras formas de riqueza; aquelas que expressam o caráter historicamente determinado do modo de produção capitalista”. O que o capital tem em comum em relação a todas as suas formas é ser “**um valor que ‘gera mais-valia**’, que se baseia em uma relação específica, historicamente determinada: a **relação do trabalho assalariado**” (grifo nosso).

O que se mostra como sendo “comum a todos os capitais é sua **propriedade de expandir seu valor**, o fato de que eles se apropriam, direta ou indiretamente, da **mais-valia** gerada no processo capitalista de produção” (grifo nosso). Daí o porquê da análise do “capital em geral” começar com “a investigação do **processo de produção** [do capital]” (grifo nosso).<sup>155</sup>

Essa análise “[...] Deve demonstrar como o dinheiro ‘ultrapassa sua simples determinação como dinheiro’ e se converte em capital; como o consumo do trabalho humano engendra mais-valia; finalmente, como a produção dessa mais-valia permite a reprodução do capital e a própria relação capitalista”. No plano definitivo (de 1865/66), como veremos logo mais, Karl Marx traz esse exame no Livro I - *O processo de produção do capital* (vide Figura 1 *supra*, “Estrutura modificada”, segunda coluna, Tomo I, seções “1 a 5”).

Noutro passo, Rosdolsky chama a atenção para o fato de que “o **ciclo de vida do capital** não se limita ao processo direto de produção. Ao contrário. Para que o capital possa renovar-se, o produto do capital, incluindo o mais-produto [ou lucro do capital, o que é distinto do lucro do capitalista que é o mais-valor ou mais-valia]<sup>156</sup>, deve

152 Ibidem, p. 50.

153 Ibidem, p. 52.

154 Ibidem, p. 51 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

155 Ibidem, p. 52 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

156 Na economia capitalista, *mais-produto* é a parte da produção criada pelos trabalhadores (ou seja, é o mais-trabalho objetivado na mercadoria final), portanto gerado e extraído do mais-trabalho, que, ultrapassando as necessidades materiais dos trabalhadores, é apropriado pelos capitalistas, com o objetivo de convertê-lo em mais-valia. Corresponde ao lucro do capital (que é distinto do lucro do capitalista, que é a mais-valia). Do mais-trabalho e da mais-valia, bem assim da relação destes com o mais-produto, trataremos mais adiante, a partir do Folheto nº 06, quando passaremos a conhecer o esboço marxiano do processo de produção do capital e seus elementos fundamentais.



‘transformar-se em dinheiro, e não como em etapas anteriores da produção, quando o intercâmbio só dizia respeito à produção de excedente e aos produtos excedentes, mas de nenhum modo a todos os produtos’” (grifo nosso). Por isso, a **complementação do processo de produção pelo processo de circulação do capital** se faz **necessariamente obrigatório**. De acordo com a Figura 1 *supra*, a circulação do capital na estrutura primitiva (primeira coluna) é tratada no Livro I *Sobre o capital*, seções “a.1 e a.2”, sendo o tema mantido na estrutura modificada (segunda coluna), porém como livro a parte, no Livro II - *O processo de circulação do capital* da obra definitiva de Marx, *O capital*.

Entretanto, continua Roman Rosdolsky, o processo de circulação do capital “exige tempo, e durante este tempo o capital não pode criar mais-valia”, isto é, durante este tempo a valorização do capital “não depende apenas da duração do tempo durante o qual o capital cria valores (tempo de trabalho) [o que ocorre no processo de produção, digo eu], mas também do tempo de [sua] circulação, durante o qual esses valores se realizam”.<sup>157</sup>

Por isso, a mais-valia (que está relacionada com a criação de valor pelo capital) e a taxa de mais-valia (relacionada com o tempo de realização do valor), assumem no processo de circulação do capital as formas de **lucro** e de **taxa de lucro**, respectivamente. Formas que na estrutura primitiva, conforme a Figura 1 *supra*, seriam tratadas no Livro I *Sobre o capital*, seção “a.3”, mas que na estrutura modificada, de acordo também com a Figura 1, são examinadas somente no Livro III - *O processo global da produção capitalista*, quando Marx passa a analisar a **pluralidade de capitais** e a **concorrência**.<sup>158</sup>

Outro elemento relacionado ao processo de circulação do capital é o sistema de crédito. Que também é excluído, como já adiantamos, da análise do “capital em geral”. Marx considera o crédito “como uma forma ‘sob a qual o capital procura apresentar-se como diferente dos capitais individuais, ou o capital individual [procura apresentar-se] como capital que se separa de sua barreira quantitativa’”, por isso ele desloca para o Livro III - *O processo global da produção capitalista* (conforme o novo plano do qual resultou definitivamente a obra *O capital*) os temas “sistema de crédito” e “capital dividido em ações [relacionando-os com o caráter real do capital social global<sup>159</sup>]”, os quais, no plano original, surgiam como seções do Livro I *Sobre o capital*, de acordo com o demonstrado na referida Figura 1 *supra*. Agindo assim, Marx dirige-se para o “estudo das ‘relações concretas’ [do capital], ou seja, [para o estudo] do ‘capital real’”.<sup>160</sup>

157 Ibidem, p. 52 e 53.

158 Ibidem, p. 53.

159 Caráter este, conforme Rosdolsky, citando Marx, que “se manifesta com mais clareza no capital dividido em ações ‘modalidade sob a qual o capital assume sua forma mais acabada [...]’” (Ibidem, p. 55).

160 Ibidem, p. 55 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

De acordo com Roman Rosdolsky, na análise do sistema de crédito, Marx chama a atenção para uma questão metodológica instalada: “A antítese entre o tempo de trabalho e tempo de circulação contém toda a teoria do crédito” (Ibidem, p. 492 (Nota 161)). Dessa questão trataremos em momento específico da nossa “expedição”.

Em conformidade com o que diz Rosdolsky, iniciando sua investigação pelo capital em geral, Marx tem como certo que “no conceito geral de capital ‘está contido’, em **embrião**, ‘o **desenvolvimento posterior**’, ou seja, não só as **tendências ‘civilizatórias**’, que impulsionam o capital adiante, mas também as **contradições** que o conduzem além de seus próprios limites” (grifo nosso)<sup>161</sup>.

Como afirma o próprio Marx:

“No conceito simples de capital devem estar contidas suas tendências civilizatórias etc., sem que estas se apresentem, como nas economias precedentes, apenas como consequências. Do mesmo modo, aparecem nele, de maneira latente, as contradições que se manifestarão mais tarde. [...] É necessário desenvolver com exatidão o conceito de capital, já que ele é o conceito básico da economia moderna, tal como o próprio capital [...] é a base da sociedade burguesa [capitalista]. Da relação fundamental, concebida com exatidão, decorrem todas as contradições da produção burguesa, bem como os limites diante dos quais ela tende a se superar”<sup>162</sup>.

### **A estrutura modificada ou plano definitivo (1865/66)**

Exibidas as considerações sobre o porquê da organização metodológica do plano original (de 1857) como tal, bem como a sua relação com a metodologia da crítica de Marx à economia política capitalista, passemos às explicitações sobre os motivos da modificação da estrutura primitiva, quando e em que medida foi abandonada e substituída pelo plano definitivo.

Sobre tais aspectos, vale resgatar o que Roman Rosdolsky replicou do economista, historiador e revolucionário marxista polonês Henryk Grossmann, já citado em nota de pé de página anterior: “[...] é impossível que uma modificação do plano estrutural de *O capital* tenha sido casual ou decorrido de um problema técnico de exposição, como a busca de clareza, por exemplo”<sup>163</sup>.

Ratificando a assertiva de Grossmann, porém discordando do fundamento utilizado por ele, qual seja, o entendimento de que Marx estrutura o plano original “a partir de um ponto de vista empírico”<sup>164</sup>, estabelecendo uma “vinculação exterior entre os fenômenos econômicos”<sup>165</sup>, e que só mais tarde (1863) deixa “de tomar, como objeto de análise, o mundo dos fenômenos imediatamente dados”, cuja argumentação não vem ao caso detalhar aqui, Rosdolsky complementa: “É preciso buscar, antes de tudo, motivos

161 Escreve Rosdolsky: “Como vimos, aos olhos de Marx esse conceito [o conceito geral de capital] é só uma imagem [abstrata](#) e [dialética](#) do ‘movimento real, do devir [vir a ser] do capital’”. Assim, o conceito geral de capital em Marx é considerado “como o oposto do estudo das ‘relações concretas’, ou seja, do ‘capital real’ [da pluralidade de capitais]”, o qual, na obra *O capital*, Marx examina no Livro III, como já dito (Ibidem, p. 55).

162 Ibidem, p. 491 (Nota 159).

163 Ibidem, p. 38.

164 Ibidem, p. 38.

165 Ibidem, p. 40. Conforme extraímos da obra e página referenciadas, o ponto de vista que estabelece um vínculo exterior entre os fenômenos econômicos se ajustaria mais à subdivisão tradicional da economia clássica embasada nos fatores de produção (terra, trabalho e capital), da qual Marx se afastou. Segundo assenta Rosdolsky ainda na página referenciada, tal posicionamento de Grossmann, e de outros autores no mesmo sentido, são “inconsistentes de explicação”, nada mais nada menos.

‘internos’, ou seja, metodológicos”<sup>166</sup>. E é nessa direção que Roman desenvolve sua própria fundamentação acerca da questão.

No que tange à substituição do plano original pelo definitivo, verifica-se, conforme a Figura 1 *supra*, “uma progressiva contração do plano inicial e, ao mesmo tempo, uma ampliação da parte remanescente”, a partir da migração para a estrutura modificada de alguns temas da estrutura original e da supressão de outros que na estrutura primitiva seriam tratados nos Livros IV a VI (sobre o Estado, o comércio exterior e sobre o mercado mundial e as crises, respectivamente), além da expansão da estrutura modificada, ou plano definitivo, notadamente em relação ao tema processo de produção do capital.<sup>167</sup>

Outro exame importante que Rosdolsky realiza é o que trata da relação dos manuscritos econômicos produzidos por Marx com os planos original e definitivo para descobrir quando se deu a modificação do plano primitivo – os manuscritos de 1857/1858 (*Grundrisse*)<sup>168</sup>, os manuscritos de 1861 a 1863<sup>169</sup> e os rascunhos de 1864-1865<sup>170</sup> –, concluindo que o

166 Ibidem, p. 38. Não obstante a discordância apontada, quer nos parecer, do que assinala o próprio Rosdolsky, que ele foi instigado para se debruçar sobre a questão dos planos estruturais elaborados por Marx, e a substituição de um pelo outro, pela reflexão feita por Grossmann em 1929, transcrita no parágrafo anterior (Ibidem, p. 37 e 38).

167 Ibidem, p. 27, 28 e 36. No que diz respeito à mencionada “supressão” dos Livros IV a VI do plano original, dela tratamos na <sup>[Nota 97]</sup>.

168 Os manuscritos de 1857/1858, os *Grundrisse* propriamente ditos, basicamente abordam somente o tema do “capital em geral” (primeira seção do que deveria ser o Livro I *Sobre o capital* do plano original). Os referidos manuscritos não contemplam, “em princípio”, os demais temas que estavam previstos para os livros segundo ao sexto do plano primitivo, bem como aqueles das seções “b”, “c” e “d” do Livro I (Ibidem, p. 49 e 50). O autor de *Gênese* analisa que tais escritos, embora sua estrutura, “[...] À primeira vista”, pareça coincidir com a estrutura e sistematização do plano definitivo d’*O capital*, limita-se “fundamentalmente à análise do ‘capital em geral’ [investigando o processo de produção do capital, o processo de circulação, o lucro e as taxas de lucro e de juros], motivo pelo qual deixam de lado, conscientemente, numerosos problemas que só foram ‘insinuados’ nos *Grundrisse*, e que seriam tratados com mais profundidade em *O capital*” (grifo nosso), a exemplo da “divisão do trabalho e da cooperação, da acumulação primitiva, da teoria da colonização etc. (temas em que, no fundo, *O capital* apenas preencheu o terreno já demarcado nos *Grundrisse*)”, e tudo que se refere “ao salário e a suas formas, à jornada de trabalho, às formas de exploração praticadas pelo capital e à legislação trabalhista”, correspondendo, sua estrutura, “exatamente ao plano inicial de Marx”, isto é, ao plano de 1857 (Ibidem, p. 29 e 30). Nos manuscritos *Grundrisse*, “o enfoque permanece centrado no ‘lucro geral’, no ‘lucro da classe capitalista’, e não no lucro de ‘um capital individual em detrimento de outro’” (Ibidem, p. 56). Ainda em relação aos *Grundrisse*, Roman expõe que neles faltam “não só a análise da circulação do capital-dinheiro, do capital-produtivo e do capital-mercadoria, mas também o exame – fundamental – da reprodução e circulação do capital social global”. Empreitada que Marx executa no próprio *O capital*, no Livro II - *O processo de circulação do capital* e no Livro III - *O processo global da produção capitalista*, respectivamente (Ibidem, p. 30).

169 No que diz respeito ao segundo conjunto de manuscritos da crítica da economia política, escritos de 1861-1863, Rosdolsky analisa as considerações de Karl Kautsky, defensor da tese de que esses manuscritos são o marco do abandono do plano original, rebatendo-as (tal como Kautsky, Rosdolsky também cita Grossmann, além de outros economistas da época). Roman busca demonstrar que vários temas das referidas anotações de Marx examinadas por Kautsky continuam remetendo para a estrutura primitiva de 1857, embora reconheça que nos manuscritos de 61-63 já se note “um afastamento” de Marx do plano original (Ibidem, p. 30-34 e 38).

170 Em relação ao terceiro grupo de manuscritos econômicos, redigidos em 1864-1865, e que serviu de base para Engels na organização do Livro III d’*O capital* (*O processo global da produção capitalista*), Rosdolsky aponta, entre outros aspectos, que aí já não há, como havia no manuscrito de 1861-1863, menção aos Livros IV, V e VI (sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial e as crises, respectivamente), bem assim assenta que Marx nos manuscritos de 64/65 “abandona” aquela separação que existia na estrutura primitiva de 1857, “entre a análise do ‘capital geral’ e a da concorrência”, o que também se verifica no que se refere à descrição do “sistema de crédito” (veja a Figura 1 *supra*). Nesses manuscritos não mais consta também nenhuma menção aos livros sobre a propriedade da terra e sobre o trabalho assalariado (Ibidem, p. 27, 35 e 36). Concluindo seu exame do terceiro conjunto de manuscritos marxianos, Roman assinala, expressa e claramente, que “[...] Ele só

**abandono completo** por Marx do plano original se deu a partir das **anotações de 1864-1865**, muito embora nos manuscritos de 1861 a 1863 “já se perceba”, segundo aquele autor, “um afastamento” de Marx em relação à estrutura primitiva.<sup>171</sup>

Importante frisar que, Marx, ao “enfocar abstratamente, em forma pura”, especialmente nos manuscritos *Grundrisse*, e depois em *O capital* (nos livros I (*O processo de produção do capital*) e II (*O processo de circulação do capital*)), “o fenômeno da formação do capital”, bem como ao tratar do processo de circulação e reprodução do capital “em sua forma fundamental, reduzido à sua expressão mais abstrata”; ou seja, a considerar o ‘capital em geral’ [o que Marx denomina de “‘movimento real e interno’ da produção capitalista” ou de “essência”, utilizando esta expressão no sentido de Hegel]”, não trata da pluralidade de capitais [da concorrência de capitais]. Não analisa a forma “sob a qual [o capital] se manifesta na superfície da sociedade, [...] na ação recíproca dos diversos capitais entre si, na concorrência e na consciência habitual dos próprios agentes da produção’ [o que denomina de “aparência”, tomando tal categoria também à Hegel]”. Karl Marx somente tratará disso no Livro III d’*O capital* (*O processo global da produção capitalista*), sob a sistematização do plano definitivo.<sup>172</sup>

Na passada conclusiva do segundo capítulo de *Gênese*<sup>173</sup>, Rosdolsky ressalta que são “nas categorias de ‘**capital em geral**’ e de ‘**pluralidade de capitais**’ (ou seja, na concorrência) [sendo que na pluralidade de capitais também se insere o sistema de crédito]” (grifo nosso) que crer “haver encontrado [...] a **chave** para compreender não só os *Grundrisse* mas também *O capital*” (grifo nosso).

Avançando sobre o alcance da modificação do plano original de 1857, Roman Rosdolsky marca definitivamente que Marx, nos manuscritos que escreveu à luz da estrutura primitiva (os escritos de 1857/1858 e os de 1861/1863), não tratou da temática atinente aos últimos três dos seis livros planejados [Livro IV *Sobre o Estado*, Livro V *Sobre o comércio exterior* e Livro VI *Sobre o mercado mundial*], visto que, conforme o próprio Marx, “[...] estavam destinados a um ‘desdobramento da obra’”. A par disso, conclui que “a verdadeira modificação do plano [original] só diz respeito aos livros I, II e III [*Sobre o capital*, *Sobre a propriedade da terra* e *Sobre o trabalho assalariado*, sucessivamente], conforme se verifica na Figura 1 *supra* (linhas cheias e pontilhadas).<sup>174</sup>

---

foi redigido em 1864-1865, época em que, em nossa opinião, ocorreu a *transição* do antigo para o novo plano estrutural” (grifo nosso) (Ibidem, p. 35).

171 Ibidem, p. 35-37 e 34.

172 Ibidem, p. 56 e 57. Ensina Marx, referindo-se ao seu método de análise dos processos econômicos: “Todo esse aborrecimento seria desnecessário ‘se a forma de [manifestação \[aparência\] e a essência](#) das coisas coincidisse diretamente’; neste caso, porém, ‘toda a ciência seria supérflua’”. Só assim a investigação científica poderia avançar “para encontrar desse modo ‘a lei que rege o fenômeno’ e compreender o próprio fenômeno como necessário” (Ibidem, p. 57). Sobre as categorias filosóficas “essência” e “aparência”, remetemos o leitor à videoaula **Introdução ao Método de Marx (primeira parte)**, proferida pelo professor José Paulo Netto (Op. cit. (minutagem: 1h41m e seguintes)).

173 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 56.

174 Idem, p. 58 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

Tal modificação, diz Rosdolsky, “consistiu em que o livro II (sobre a propriedade da terra) foi incorporado ao terceiro tomo da obra definitiva [Livro III d’*O capital*], enquanto o tema do livro III (sobre o trabalho assalariado) encontrou lugar na penúltima seção do primeiro tomo [Livro I d’*O capital*]”.

Entretanto, prossegue o autor de *Gênese*, “[...] também o ‘Livro I *Sobre o capital*’, ou seja, a primeira parte do plano inicial, sofreu uma reestruturação: as seções *b*, *c* e *d* desse livro [sobre a concorrência, sobre o sistema de crédito e sobre o capital dividido em ações] foram incorporadas – na mesma ordem – ao terceiro tomo de *O capital* [Livro III], enquanto os dois primeiros tomos da obra [livros I e II igualmente d’*O capital*] correspondem, em grandes traços, à seção *a* do primitivo ‘Livro sobre o capital’, pois se limitam à análise do ‘capital em geral’”.

Focando, por fim, nos motivos presumíveis da alteração de rumo, Roman assinala que “Isso só se refere, evidentemente, ao **reagrupamento externo** do material tratado no sistema de Marx” (grifo nosso). Porém, como que não satisfeito somente com essa explicação, Rosdolsky põe em seguida uma indagação: “Mas que motivos levaram a esse reagrupamento?”.

Em sua resposta, o autor de *Gênese* explana que a modificação do plano original pode ser explicada “[...] pelo fato de que, quando Marx concluiu a parte mais importante de sua tarefa – a análise do capital industrial –, a antiga estrutura da obra tornou-se supérflua”. De acordo, ainda, com autor em citação, “[...] Para elaborar de forma pura a categoria de capital, se podia e se devia prescindir nesse momento de todo o resto. Assim, se impôs uma severa separação entre as áreas de investigação em que o plano original se baseava”.<sup>175</sup>

Para comprovar o que afirma, Rosdolsky dispõe:

“[...] Um importante indício disso pode ser visto nos próprios *Grundrisse*. Embora esse texto tenha sido redigido conforme o plano original, não falta nele – com exceção dos capítulos sobre o salário e suas formas – nenhum dos raciocínios essenciais que serão desenvolvidos depois, por Marx, no primeiro e segundo tomos [livros I e II] de *O capital* (estamos nos referindo às seções que tratam dos processos de produção e de circulação [do capital]). Isso demonstra que toda a análise dos processos de produção e de circulação do capital pôde ser feita sem a necessidade de tecer considerações sobre os temas que deveriam compor o livro previsto sobre o trabalho assalariado e a propriedade da terra [livros III e II do plano original, respectivamente]”.<sup>176</sup>

O abandono por Marx da separação constante do plano original sobre a propriedade da terra e sobre o trabalho assalariado não produziria nenhum prejuízo à sua investigação, até porque, e principalmente, os assuntos “essenciais” sobre a propriedade

175 Ibidem, p. 58 e 59.

176 Ibidem, p. 58.

da terra e sobre o trabalho assalariado “se incorporariam à nova obra [isto é, aos Livros III e I d’*O capital*, respectivamente; portanto, já sob a estrutura modificada]”.<sup>177</sup>

Nesse sentido, acerca da inclusão do Livro II do plano original de 1857 sobre a propriedade da terra no Livro III d’*O capital* (*O processo global da produção capitalista*) do plano definitivo de 1865/66, e a inserção do tema do Livro III sobre o trabalho assalariado (também do plano original) no Livro I (*O processo de produção do capital*) do referido plano final, e não mais como livros à parte, diz Roman Rosdolsky: “[...] Ambos seriam incorporados ali onde, do ponto de vista conceptual, podiam aparecer: o livro sobre a propriedade da terra no terceiro tomo [Livro III d’*O capital*], porque o problema teórico pertinente à renda da terra só podia ser resolvido nessa etapa da investigação, depois de realizada a análise do capital industrial e de suas formas ‘secundárias’ e ‘derivadas’<sup>178</sup>”.

Já em relação ao livro sobre o trabalho assalariado, assim profere Rosdolsky: “[...] em troca, apareceria diretamente na análise do processo de produção do capital, ou seja, no primeiro tomo [Livro I d’*O capital*], a fim de formar, através da investigação da categoria do salário e de suas formas, um dos ‘elos intermediários’ necessários entre a teoria do valor do primeiro tomo e a teoria dos preços de produção que seria desenvolvida no terceiro tomo [Livro III da obra definitiva marxiana]”.

Do exposto, enfatizando à conclusão de Roman de que a modificação do plano primitivo apenas diz respeito aos livros I, II e III, e que isso “só se refere, evidentemente, ao **reagrupamento externo** do material tratado no sistema de Marx” (grifo nosso), é certo afirmar que o **cerne do método histórico-dialético** marxiano do plano original – uma análise do **abstrato ao concreto** –, com vistas a encontrar a coerência entre a metodologia aplicada na sua crítica à economia política capitalista e a forma expositiva mais adequada, foi **mantido e aprimorado** na estrutura modificada e definitiva de 1865/66, da qual originou a obra magna de Karl Marx – *O capital*.

Desse modo, encontrando no método histórico-dialético, que vai e volta do abstrato ao concreto, a coerência almejada entre a metodologia aplicada na sua crítica à economia política capitalista e a forma expositiva mais adequada, segundo Rosdolsky, Marx, no plano definitivo, partindo da análise do capital em geral (Livro I - *O processo de produção do capital*), envereda pelo procedimento de realização desse capital (Livro II - *O processo de circulação do capital*), para finalmente chegar à sua totalidade orgânica e concreta (Livro III - *O processo global da produção capitalista*).

Com vistas a incrementar o que expusemos sobre a abordagem metodológica de Roman Rosdolsky acerca dos dois planos estruturais de sistematização da crítica

<sup>177</sup> Ibidem, p. 59 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

<sup>178</sup> Sendo o capital industrial, na época, “[...] a forma fundamental da relação do capital, [aquele] domina a sociedade burguesa. Todas as demais formas parecem ser derivadas ou secundárias; derivadas como o capital que recebe juros; secundárias, quando o capital ocupa uma função particular (integrante do processo de circulação), como capital comercial” (Ibidem, p. 493 (Nota 180)).



marxiana da economia política capitalista, disponibilizamos na *Seção Principal - Artigos Expositivos da Bibliografia de Karl Marx da Crítica da Economia Política Capitalista*, subseção *Artigo Expositivo I*, deste Blog, como material complementar a este Folheto nº 02, a videoaula completa ministrada pelo professor José Paulo Netto<sup>179</sup>, intitulada “Introdução ao método de Marx” (primeira e segunda partes), em uma produção do Centro de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), aqui entendida como um adicional valioso ao que apresentamos no presente texto.<sup>180</sup>

---

179 José Paulo Netto (1947) é um escritor, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um reconhecido intelectual marxista brasileiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutorou-se também em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Além disso, é Doutor *honoris causa* pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Paulo\\_Netto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Paulo_Netto). Consultado em 05.01.2022).

180 [Folheto nº 02 – Material complementar](#). Também sobre o método de Marx utilizado em sua crítica da economia política, sugerimos a leitura do texto do filósofo marxista soviético Evald Vasilievich Ilienkov, **A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx. Capítulo 1. A Concepção Dialética e Metafísica do Concreto**, disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/01.htm> (consultado em 31.05.2020).

### Capítulo 3 – Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política

Roman Rosdolsky, aproveitando mais uma descoberta que capta dos *Grundrisse*, referindo-se, desta feita, ao “papel do **valor de uso** na economia de Marx” (grifo nosso), traz à tona o que considera um “problema metodológico que até hoje [1967] a literatura marxista tratou de forma negligente, e para cuja solução o conhecimento dos *Grundrisse* contribui de forma decisiva”.<sup>181</sup>

Sendo o valor de uso em economia um atributo da mercadoria, não se pode prescindir da análise desta antes de se discutir qualquer questão relacionada àquele. Assim sendo, antes de ingressarmos ao teor do capítulo, importante, ainda que brevemente, definir a categoria **mercadoria**, e, por conseguinte, todos os atributos que traz consigo, de acordo com a visão marxiana: **valor de uso, valor de troca e valor**.

O professor Marcelo Dias Carcanholo assinala que Marx, ao se debruçar sobre a economia política, começa pela “‘forma elementar’ do modo de produção capitalista, a **mercadoria**” (grifo nosso).<sup>182</sup>

Na mesma passada, a professora Leda Paulani anuncia que Marx começa *O capital* afirmando: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme **coleção de mercadorias**, e a mercadoria individual como sua **forma elementar**. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (grifo nosso). O filósofo alemão tem a mercadoria como “uma espécie de célula da sociedade moderna [ou burguesa]”.<sup>183</sup>

Karl Marx, ao examinar aquilo que é mais aparente no modo de produção capitalista, a mercadoria, não elimina “as determinações históricas desta última; pelo contrário, está preocupado em investigar a mercadoria enquanto **forma capitalista** de uma categoria mais geral, a **riqueza**. Esta [a riqueza] não se refere a nenhum tipo de sociedade em particular. Já, a mercadoria, ou a riqueza na economia mercantil e, em específico, na economia mercantil-capitalista, é uma categoria com uma determinação histórica, e é assim que deve ser entendida [isto é, a mercadoria, no significado econômico marxiano, é uma criação singular e própria do capitalismo]” (grifo nosso).<sup>184</sup>

Em Marx, “produto” não é sinônimo de “mercadoria”. A forma mercadoria é típica do modo de produção capitalista e está relacionada com sua capacidade intrínseca de ser trocada no mercado, sua finalidade precípua; ao contrário do que ocorria nos modos de produção anteriores, onde o que se produzia, o “produto”, tinha como finalidade precípua seu valor de uso (utilidade) – sua capacidade de satisfazer as

181 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 75.

182 CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx**. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view%20File/11757/8478>. Visto em 27.12.2020.

183 PAULANI, Leda Maria. **Teoria do Valor. Curso O capital de Marx. Curso Livre Marx e Engels**. Videoaula 2. TV Boitempo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T9x0gFHuON4&t=1221s> (minutagem: 30m42s e seguintes). Visto em 27.05.2021.

184 CARCANHOLO, Marcelo Dias. Op. cit. Consultado em 27.12.2020.

necessidades humanas –, sendo levado ao mercado, para troca, apenas o excedente produzido, cujo intercâmbio por outro produto completaria a satisfação das necessidades do produtor respectivo.

Em sendo assim, de maneira geral, segundo a professora Leda, para se entender a categoria valor de uso em Marx é preciso conceituar o que é **valor**. Por outro lado, para se compreender o que é valor imprescindível definir o que é **mercadoria**. Mas antes, para que se tenha uma conceituação integral de valor, deve-se conhecer como se constitui o **dinheiro** (na condição de “[...] mercadoria que funciona como medida de valor, e, desse modo como meio de circulação [...]”<sup>185</sup>), e como ele se transforma em **capital**. Só assim, com o entendimento desse fluxo, se compreenderá o que é o valor para Marx, e, conseqüentemente, o que é valor de uso, e como se dá, por exemplo, o processo da formação do preço (que não se confunde com a categoria valor) na teoria marxiana.<sup>186</sup>

Não obstante o disposto acima, para a compreensão da questão metodológica analisada por Rosdolsky no capítulo em comento, é suficiente conhecermos a definição direta de mercadoria e, por conseguinte, de seus atributos, entre eles o valor de uso. Somente mais à frente, em momento próprio da nossa “expedição”, é que examinaremos em detalhes as categorias que compõe o fluxo descrito por Leda Paulani no parágrafo anterior (mercadoria-valor-dinheiro-capital), que diz respeito exatamente à teoria do valor e a teoria do dinheiro de Marx (esta derivada daquela). Peças-chave da crítica marxiana da economia política capitalista.

Dito isso, vamos à definição de mercadoria na companhia de Carcanholo<sup>187</sup>: “[...] Inicialmente, a mercadoria é um objeto que, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem. Essa característica é conhecida como **valor de uso**. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou de ser comprada. A essa característica chamou-se **valor de troca**” (grifo nosso).

Continua Carcanholo sobre a forma-mercadoria: “capitalisticamente produzida, [...] a mercadoria pode ser definida como uma riqueza, mercantil, que possui **valor de uso** e **valor de troca**, ao mesmo tempo. Um produto (riqueza) que deixar de possuir alguma dessas duas propriedades não é uma mercadoria [mas tão somente um produto, digo eu]. Qualquer produto que tenha a capacidade de satisfazer necessidades, mas não tenha a propriedade de ser trocado por outro, não pode ser levado ao mercado para a troca, não é um elemento constitutivo de uma economia mercantil [capitalista, digo eu novamente], embora até possa coexistir com ela. Logo, não é uma mercadoria” (grifo nosso).

Na economia clássica (principalmente a britânica)<sup>188</sup> e também em Marx,

185 MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. Op. cit., p. 203.

186 PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 30m42s e seguintes). Visto em 27.05.2021.

187 CARCANHOLO, Marcelo Dias. Op. cit. Consultado em 27.12.2020. Idem em relação ao parágrafo seguinte.

188 [Nota 46].

“uma mercadoria é tudo aquilo que é **produzido pelo trabalho humano** e colocado no mercado para **ser trocado/vendido**, sendo que muitas vezes é produzido já com a finalidade de ser **vendido**”.<sup>189</sup>

Entretanto, com base no que leciona Leda Paulani<sup>190</sup>, Marx modifica a conceituação clássica de mercadoria, sobretudo a de Adam Smith<sup>191</sup>, entendida até então numa **dimensão dúplex**, ou seja, como algo produzido pelo trabalho humano que possui **valor de uso** (que corresponde à utilidade de um produto) e **valor de troca** (que corresponde à possibilidade de ser intercambiada).

Partindo daí, mas em um sentido bem mais amplo, o que altera substantivamente a concepção de mercadoria dos clássicos, Karl Marx confere uma **dimensão tríplice** à mercadoria, identificando nela os seguintes elementos: **valor de uso**, **valor de troca** e **valor**.

Mesmo que reconheça a estatura tripla da mercadoria, Marx a define como sendo algo que possui apenas **valor de uso** e **valor** (ou, digo eu, valor intrínseco, ou, ainda, valor econômico), não considerando em sua conceituação de mercadoria, e apenas nela, a categoria valor de troca. Ou seja, embora para Marx a mercadoria possua uma dimensão tríplice, sua definição é porém restrita a algo que possui valor de uso e valor, conforme buscamos esmiuçar a seguir.

Ainda que Marx considere o valor de uso na conceituação de mercadoria, conquanto seja uma forma fundamental para ele na determinação de algo como

189 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercadoria#No\\_marxismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercadoria#No_marxismo). Consultado em 28.12.2020. Conforme, ainda, o contido no site em referência, algumas mercadorias, contudo, “não são criadas pelo trabalho humano, mas requerem trabalho para se tornarem úteis para o Homem e intercambiadas, a exemplo dos recursos naturais”. Da necessidade do *trabalho humano* para que esses recursos se transmutem em valor de uso e, conseqüentemente, adquiram a condição de serem intercambiados (possuírem valor de troca) é que deriva a sua natureza de mercadoria e seu valor. Ao processo de transformação de algo em mercadoria designa-se “*mercantilização* ou *mercadorização*”.

190 PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 32m30s e seguintes). Visto em 27.05.2021 (Idem em relação à redação dos parágrafos seguintes).

191 Adam Smith (1723-1790) foi um filósofo e economista britânico nascido na Escócia. Teve como cenário para a sua vida o atribulado *Século das Luzes* (relativo ao *Iluminismo* ou *Ilustração*), o século XVIII. É considerado o precursor da economia política clássica moderna e o mais importante teórico do *liberalismo econômico*. É o autor de *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das Nações*, ou, simplesmente, *A Riqueza das Nações* (1776), sua obra mais conhecida e que continua sendo usada como referência por gerações de economistas. “O trabalho *Riqueza das Nações* foi um lançamento de uma nova ciência, pois apenas a partir de Adam Smith a ideologia firma uma temática própria, uma ciência do pensamento econômico: a *Economia Política Clássica*” (grifo nosso). Nessa obra, Smith procurou demonstrar “que a riqueza das nações resultava da atuação de indivíduos que, movidos inclusive pelo seu próprio interesse (*self-interest*), promoviam o crescimento econômico e a inovação tecnológica: ‘não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu autointeresse’”, afirmou. Assim acreditava que “a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental. A competição livre entre os diversos fornecedores levaria não só à queda do preço das mercadorias, mas também a constantes inovações tecnológicas, no afã de baratear o custo de produção e vencer os competidores”. Uma frase desse economista tornou-se famosa: “Assim, o mercador ou comerciante, movido apenas pelo seu próprio interesse (*self-interest*), é levado por uma ‘*mão invisível*’ a promover algo que nunca fez parte do interesse dele: o bem-estar da sociedade” (grifo nosso). Outro aspecto fundamental em Adam Smith é a sua análise da *divisão do trabalho* como um “fator evolucionário poderoso a propulsionar a economia”. Smith “não utilizava a divisão de classes, mas partia de uma estrutura baseada na origem da renda obtida e, nesse sentido, os trabalhadores não seriam a classe inferior, mas a *intermediária*, pois seriam os parceiros mais diretos no empreendimento econômico, de tal forma que jamais se poderia violar o sagrado direito de propriedade deles sobre seu trabalho” (grifo nosso) (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam\\_Smith](https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam_Smith). Consultado em 24.05.2020).

mercadoria, “o valor de uso ou a utilidade de um produto **não determina o seu valor** [ao contrário do que defende os economistas marginalistas<sup>192</sup>]” (grifo nosso). Na concepção marxiana, o valor de uso, portanto, seria “o **suporte do valor**”, significando que “o valor de uso carrega, transporta, o valor de um produto, mas **não o determina**” (grifo nosso).

Constituindo-se, o valor de uso, um conceito basilar para a forma mercadoria, como afirmado, Karl Marx o define como “o **conteúdo material da riqueza**” (grifo nosso) – isto é, “a produção material do homem por meio do trabalho para produzir coisas úteis”. Sendo, pois, a produção de valor de uso, “resultado do trabalho humano”. De tal modo, “**um produto que não possui valor de uso não terá valor**” (grifo nosso). Toda mercadoria tem valor de uso, no entanto esse qualificativo não é suficiente para defini-la como tal<sup>193</sup>.

Para se saber se um produto é mercadoria, se tem valor ou não, e, se possui,

192 Nesse ponto vale replicar o destaque da professora Leda Paulani ao debate existente no século XIX, no contexto do desenvolvimento do capitalismo: a *economia política* interpretada pelos socialistas, sobretudo os [ricardianos de esquerda](#) e sua *teoria do valor-trabalho* (meados do século XIX), versus a nova *economia marginalista*, surgida da denominada “[revolução marginalista](#)”, e sua ênfase na *teoria do valor-utilidade* (final do século XIX). De um lado, a *teoria do valor-trabalho dos socialistas* (destacada na obra *O capital* de Karl Marx, publicada em 1867) defendendo que “o valor das coisas, que se expressa em seus preços, está relacionado com o *tempo de trabalho* necessário para produzi-las” (grifo nosso), de outro, a *teoria do valor-utilidade* dos marginalistas prescrevendo que “o valor das coisas não depende da quantidade de trabalho necessário para produzi-las, mas sim da *utilidade*, e também da situação de sua *escassez relativa*, que se desdobra nas categorias da oferta e demanda/procura, que acaba por determinar seus preços” (grifo nosso). Esse debate entre a teoria do valor-trabalho dos socialistas e a teoria do valor-utilidade dos marginalistas tem uma história interessante: antes dele, na virada do século XVIII para o século XIX, a economia política clássica e sua teoria do valor trabalho, concebida pelos economistas britânicos Adam Smith e David Ricardo, teóricos do surgimento e desenvolvimento do capitalismo, respectivamente, tinha superado a teoria do valor utilidade de [Jeremy Bentham](#) (1748-1832, filósofo do [Utilitarismo](#)) e de [Jean-Baptiste Say](#) (1767-1832). Entretanto, no final do século XIX, já no contexto da adoção crítica da economia política clássica estampada na obra *O capital* de Karl Marx (Livro I - *O processo de produção do capital*, de 1867), a teoria marginalista, surgida da revolução marginalista, “resgata a teoria do *valor-utilidade* [de Bentham e Say] e desbanca a teoria do valor-trabalho de então, alterando o paradigma da objetividade que a norteia (quantidade de trabalho) e, junto com ela, a economia política, pondo em seu lugar um paradigma teórico subjetivo (valoração pela utilidade)” (grifo nosso). Os teóricos marginalistas, com destaque para os economistas [Léon Walras](#) (1834-1910) [Carl Menger](#) (1840-1921) e [William Stanley Jevons](#) (1835-1882), contrapõem-se à teoria do valor da economia política, então nas mãos dos teóricos socialistas da época. Considerando como sujeito econômico apenas o indivíduo e não mais a sociedade, como assim concebia a economia política, “a ideia de classe social é esvaziada e retirada do escopo da teoria econômica nascente”. Identificando os indivíduos como “agentes econômicos (ora produtores, ora consumidores) a discussão clássica de quem deve se apropriar do excedente de produção perde sentido”, em vista da não mais presença das classes sociais (capitalistas, proprietários de terra, trabalhadores) no âmbito da nova teoria da Economia – substituindo-se a ideia de classes sociais pela de agentes econômicos, estabelece-se o ideário de que a relação social forjada entre todos os integrantes do sistema produtivo é uma relação igualitária e colaborativa, buscando-se desconstruir a noção de luta de classes. A doutrina marginalista “consolida-se a partir de 1890 com a obra *Princípios de Economia*, do economista britânico [Alfred Marshall](#) (1842-1924). Da revolução marginalista derivou a [escola neoclássica](#) (final do século XIX/início do século XX) que predomina desde então no âmbito da Ciência Econômica, sendo a base da Economia dos dias de hoje”. Nesse contexto, não se pode deixar de considerar a [teoria keynesiana](#), relativa ao economista também britânico [John Maynard Keynes](#) (1883-1946), que igualmente tem sua colocação na contemporaneidade, bem como os desdobramentos teóricos de ambas (in PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 3m20s-30m). Visto em 27.05.2021).

193 Genericamente, *valor de uso* “é a *qualidade* que possui um objeto para satisfazer uma necessidade, determinado por suas *condições naturais*. [...] o valor de uso é determinado pelas *características próprias do objeto* e pelo *uso específico e concreto* que se dá ao mesmo por essas características” (grifo nosso). Por assim ser, como o valor de uso é determinado por características do objeto, “é impossível comparar valores de uso [de objetos diferentes, digo eu] entre si de maneira quantitativa (por exemplo, por sua importância relativa) sem estabelecer um padrão de medida arbitrário e abstrato para qualificar usos que são diversos e, portanto, incomparáveis” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor\\_de\\_uso](https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_uso). Consultado em 27.12.2020).

qual é sua medida, não basta ter valor de uso. A mercadoria para assim se configurar “depende do **tempo de trabalho socialmente necessário** para a sua produção”. E aqui se encontra o cerne da teoria marxiana do **valor-trabalho**.

Nesse sentido, prossegue Paulani na trilha de Marx: “[...] todo produto da atividade humana tem valor de uso, possui valor, mas desde que produzido para troca”, pois só assim é qualificado como mercadoria, e, somente nesta condição, digo eu, é possuidor de **valor** (ou **valor econômico**).

Quanto ao **valor de troca**, Marx o tem como “uma **relação quantitativa**, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie”. Por ser uma relação “quantitativa”, uma “proporção”, expressada por um “operador quantitativo”, não possuindo, pois, uma relação qualitativa com a mercadoria, não compõe a conceituação desta última, digo eu também ancorado em Marx.<sup>194</sup>

Para elucidar o que afirma, a professora Leda traz o exemplo de Marx: “20 varas de linho equivale a 1 casaco, bem como a 2 onças de ouro, ou a ½ kg de café ou, ainda, a 1 libra”, todas “formas particulares de expressão do valor das 20 varas de linho”.

Dada essa equação, é válido admitir, por conseguinte, prossegue a professora em citação, que “as espécies mencionadas, distintas do linho, nas suas respectivas medidas, também equivalem entre si”. De tal validade também decorre a conclusão de que “a igualdade ou equivalência dessas espécies diferentes entre si não têm nenhuma relação com as respectivas naturezas materiais”.

Decerto, “não é o fato de ser linho, casaco, ouro, café e libra que fazem essas espécies se equivalerem”. O que torna espécies diferentes equivalentes é o **valor**, o qual é expresso por um “**operador quantitativo**”<sup>195</sup> (grifo nosso), isto é, pelo **valor de troca** de cada uma delas. Portanto, “o fato de serem dotadas de valor, de carregarem, portarem, ou possuírem valor”, de serem, por isso, mercadorias, “é que permite serem equivalentes entre si”. No exemplo adotado, o valor carregado pelas espécies, naquelas proporções, expressa a mesma quantidade de valor de cada uma delas.

Segundo a professora Leda Paulani, do exposto decorre que o **valor** de um produto, em Marx, na condição de “terceira dimensão” da mercadoria e também de elemento da sua conceituação, “não conseguindo se expressar por si mesmo, surge em uma **equação de troca** [como **valor de troca**, acrescentamos]”.<sup>196</sup>

Nesse passo, “Marx conclui que mercadoria é **valor de uso** e **valor**, e não valor de uso e valor de troca, como definiu Adam Smith, embora a mercadoria apareça como valor de troca [numa ‘equação de troca’, complementamos]” (grifo nosso). Para Marx valor de troca não é elemento definidor da mercadoria, sendo, pois, tão somente “a **forma necessária de expressão ou manifestação do valor**” (grifo nosso).

194 PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 37m39s e seguintes). Visto em 27.12.2020. Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes.

195 “Operador quantitativo” é o termo que Leda Paulani confere aos quantitativos de cada espécie mencionada no exemplo em destaque.

196 PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 34m20s-34m:53s). Visto em 27.05.2021.



Desse modo, considerando o exemplo em pauta, o conjunto de 20 varas de linho é representado por quatro valores de troca, possuindo quatro formas particulares de expressar o seu valor [1 casaco, 2 onças de ouro, ½ kg de café ou, ainda, 1 libra]”.<sup>197</sup>

De acordo com os economistas soviéticos I. Lapidus e K. V. Ostrovitianov, reproduzindo o contido em *O capital*, “Na economia baseada na troca”, como a capitalista, “as mercadorias trocam-se, em geral e na maior parte, segundo o **valor trabalho**, quer dizer, segundo a **quantidade de trabalho necessário** à sua produção”.<sup>198</sup>

Detalhando a categoria trabalho, com vistas a identificar a substância do valor trabalho, os referidos economistas, sempre ancorados em Marx, tratam das suas duas formas: **trabalho abstrato** e **trabalho concreto**. O trabalho considerado “na economia de troca, sob o ponto de vista do **gasto de energia humana**, chama-se **abstracto**” (grifo nosso). O trabalho considerado “sob o ponto de vista da forma **como se gasta a energia** chama-se **concreto**” (grifo nosso).<sup>199</sup>

Os autores citados continuam suas reflexões afirmando:

“Os trabalhos dos diferentes ofícios, isto é, os trabalhos dos produtores de diferentes valores de uso [trabalho concreto], só se podem comparar entre si porque têm, do ponto de vista da economia de troca, algo em comum; todas as variedades de trabalho podem reduzir-se a um trabalho geral, a um gasto de energia humana [trabalho abstrato], independentemente da forma que este gasto de energia tome em cada caso”.

Desse modo, reproduzindo Karl Marx, concluem: se de um lado “o **trabalho abstracto** cria **valor**”, do outro “o **trabalho concreto** cria **valor de uso**”.

Nesse rumo, Leda Paulani afirma que “a **substância do valor** [das mercadorias, digo eu] em Marx, na condição de herdeiro da economia política clássica britânica, mas avançando, é o **tempo de trabalho**” (grifo nosso), isto é, “o **tempo de trabalho abstrato socialmente determinado**, alocado ou embutido nos bens (tangíveis (materiais) e intangíveis (serviços)), sejam finais ou intermediários (matéria-prima e insumos))” (grifo nosso).<sup>200</sup>

É **tempo de trabalho socialmente necessário** porque “corresponde a determinadas condições de produção (tecnologia, matéria-prima disponível, infraestrutura de transporte etc.) em certo momento e sociedade, mensurado por um tempo médio/padrão de x horas de trabalho para produzir bens em geral”.

197 Idem (videoaula, minutagem: 43m25s-45m:54s). Visto em 27.05.2021.

198 LAPIDUS, I. e OSTROVITIANOV, K. V. **Princípios de Economia Política**. 1º Volume. Rio de Janeiro-RJ: Editorial Calvino Ltda, 1944. Acessado em <https://www.marxists.org/portugues/lapidus/1929/manual/01-06.htm>. Visto em 28.12.2020.

199 Idem (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

200 PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 54m23s-1h2m48s). Visto em 31.05.2021 (Idem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

É **tempo de trabalho abstrato** porque “não se considera o trabalho de um setor específico (o trabalho do padeiro para produzir pão, por exemplo), mas sim o trabalho humano em geral, independente do setor produtivo a que se refere, igualando-se no dia a dia, entre si, diferentes tipos e complexidades de trabalho, reduzindo-se o trabalho complexo [trabalho qualificado, digo eu] a trabalho mais simples”.

Visto que “toda sociedade e todo mercado faz isso a todo tempo, sendo, pois, uma abstração real, essa forma trabalho geral não leva em conta o trabalho concreto, uma forma específica de trabalho (trabalho do padeiro, do artesão etc.) segunda a qual esse tempo de trabalho é efetivado”.

A par do exposto, portanto, “o trabalho desenvolvido em um setor específico, que Marx denomina de trabalho concreto, gera tão somente valor de uso”, não gera o valor da mercadoria. **O trabalho que produz valor, o trabalho que gera o valor econômico ou intrínseco da mercadoria, é tão somente o trabalho socialmente necessário despendido na produção geral, denominado na teoria marxiana de trabalho abstrato.**

Observe que nesta breve análise da forma mercadoria não fizemos, até o momento, menção à categoria “preço”. E sequer mencionamos porque o que nos interessa neste tópico é conhecer como Marx busca solucionar o problema da identificação do que contribui para o estabelecimento do valor das mercadorias, e que absolutamente, para ele, não é o preço – diferenciando preço de valor.<sup>201</sup>

Feito este, até um pouco longo, introito, que entendemos como bastante útil para a compreensão do que exporemos a seguir, voltamos ao que interessa a Roman Rosdolsky no terceiro capítulo da Introdução de *Gênese*: o papel do valor de uso na economia marxiana e a questão metodológica envolvida.

Na apuração da questão, Roman traz à tona uma crítica de Marx ao sistema de David Ricardo, que, segundo narra, “aparece apenas nos *Grundrisse*: a de que, em sua economia, Ricardo abstrai o valor de uso, que ‘só se refere de modo obscuro’ a uma categoria tão importante, e que por isso, em sua obra, ela permanece reduzida a ‘um simples pressuposto’”. Tal crítica, ressalta-se, Rosdolsky estende para “numerosos seguidores do próprio Marx”, que comumente passaram a “prescindir do valor de uso nas construções econômicas”.<sup>202</sup>

201 Em uma síntese do conceituado até aqui a partir da visão marxiana, temos que “mercadoria” é algo produzido com a finalidade de ser *trocado* ou *intercambiado* no *mercado* e que possui *valor de uso* e *valor*. Embora seja definida como valor de uso e valor, a mercadoria possui uma dimensão tríplice – *valor de uso*, *valor* e *valor de troca*. Em relação ao “valor de uso”, este corresponde à *utilidade* que a mercadoria representa para a satisfação das necessidades. Por sua vez, “valor”, é *tempo de trabalho socialmente necessário* para a produção da mercadoria. Sendo sua substância o tempo de trabalho socialmente necessário, comum a todas as mercadorias, a categoria valor torna equivalentes mercadorias naturalmente distintas. Já valor de troca é o operador quantitativo que expressa o valor da mercadoria.

202 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 75. Entre as várias interpretações de marxistas acerca do papel do valor de uso na economia de Marx, consideradas por Rosdolsky como apartadas do pensamento marxiano, tomamos do autor de *Gênese*, como exemplo, aquela proferida pelo autor marxista estadunidense [Paul M. Sweezy](#) (1910-2004), em seu livro *A teoria do desenvolvimento capitalista* (1942), diz ele: “Marx exclui o valor de uso (ou, como agora seria chamada, a ‘utilidade’) da esfera da investigação da economia política, pois o valor de uso não expressa

Considerando o que apontou o próprio Marx no sentido de que o valor de uso não determina o valor de uma mercadoria, embora seja determinante para qualificá-la como tal, e que, por isso, em tese, digo eu, não deveria ser tratada como uma categoria econômica de determinação de valor, como então se justifica a crítica de Marx a Ricardo, como então, de acordo com as palavras de Rosdolsky, “[...] o valor de uso influi nas relações da economia burguesa [capitalista], baseada no valor de troca, e como ele se converte em categoria econômica”?<sup>203</sup>

Conforme Roman Rosdolsky, para Marx, ao contrário de David Ricardo e até mesmo da interpretação de muitos marxistas, o valor de uso é considerado uma **categoria econômica**, daí não ser correto prescindir-se dele na análise da economia política. Todavia, isso não acontece como regra. Em harmonia com o próprio Marx, há uma **condicionante** para tal consideração, qual seja: “quando”, o valor de uso, “ele mesmo **determina a forma** [da mercadoria]”<sup>204</sup>, o que ocorre unicamente quando esse conceito econômico do valor de uso surge da análise de uma **formação econômica historicamente dada**, a exemplo do que ocorre em alguns casos no modo de produção capitalista (como listaremos mais à frente), que é, na teoria marxiana, “um modo de produção social historicamente determinado”<sup>205</sup>. Vejamos o que assenta Marx com suas palavras e grifo nosso:

“Ser valor de uso parece ser uma **premissa necessária** para a existência da mercadoria, mas ser mercadoria parece ser uma determinação **indiferente** para o valor de uso. O valor de uso como tal, indiferente diante de qualquer determinação econômica formal, está além da esfera de observação da economia política. Só penetra nessa esfera quando ele mesmo determina a forma.”<sup>206</sup>

[...] Quando se analisa a ‘mercadoria’ – a manifestação econômica mais simples – é preciso deixar de lado todas as relações que nada têm a ver com o objeto analisado. O que se deve dizer da mercadoria como valor de uso, eu disse em poucas linhas, tendo destacado, por outro lado, a forma característica sob a qual o valor de uso – o **produto do trabalho** [ou o valor de uso “na medida em que é produto do trabalho”, como anota Roman Rosdolsky<sup>207</sup>] – aparece nela, a saber: ‘Uma coisa pode ser útil, e, além disso, produto do trabalho humano, e não ser mercadoria. **Cria um valor de uso, mas não uma mercadoria, aquele que**

---

diretamente uma relação social. Marx observa estritamente a exigência de que as categorias econômicas devem ser categorias sociais, ou seja, categorias que representem relações entre os homens” (Idem, p. 76). Aliás, Rosdolsky, em decorrência de sua análise dos marxistas sobre essa questão, dispõe que “[...] Inadvertidamente, esses autores não seguem seu mestre Marx, mas sim [David] Ricardo, a quem ele criticou” (Ibidem, p. 77).

203 Ibidem, p. 91.

204 Ibidem, p. 76.

205 Ibidem, p. 78.

206 Ibidem, p. 76. Ou seja, digo eu, o valor de uso pode se expressar em qualquer objeto que satisfaça a necessidade de alguém, sem, contudo, ter-se que, obrigatoriamente, classificar esse objeto como uma mercadoria, no sentido econômico marxiano do termo. Dependendo da forma que assume, segundo Marx, o valor de uso deve ou não ser considerado como uma categoria econômica, deve ou não ser levado em conta pela economia política. Mais à frente, com um exemplo apresentado por Marx sobre duas diferentes formas de intercâmbio de um simples “casaco”, cremos que a questão ficará clarificada.

207 Ibidem, p. 499 (Nota 11).

**satisfaz sua própria necessidade com o produto do seu trabalho.** Para produzir uma mercadoria, ele deve produzir **não só valor de uso**, mas valor de uso para outros, **valor de uso social**'. [...] Assim, o próprio valor de uso – como valor de uso de uma ‘mercadoria’ – tem um caráter **historicamente específico**<sup>208</sup>. [...] Para mim, o valor de uso desempenha um papel importante, muito diferente do que desempenhou na economia até aqui [referindo-se, Marx, conforme Rosdolsky, à “economia de [Adam] Smith e [David] Ricardo”<sup>209</sup>], **embora só se possa levá-lo em conta quando essa consideração surge da análise de uma formação econômica dada**, e não de raciocínios tortuosos e conduzidos tendo como eixo os conceitos ou palavras ‘valor de uso’ e ‘valor’<sup>210</sup>.

A par disso, Roman dispõe que “[...] Ao contrário dos [economistas] clássicos, todo o esforço teórico de Marx estava voltado para descobrir as ‘leis que regem o **surgimento**, a **existência**, o **desenvolvimento** e a **superação** de um determinado organismo social e sua **substituição** por outro, superior ao primeiro” (grifo nosso)<sup>211</sup>. É com esse enfoque metodológico **histórico** e **dialético** que Rosdolsky busca compreender a referida crítica marxiana à Ricardo e o papel que Marx confere ao valor de uso<sup>212</sup>.

Sobre a forma de se descobrir essas leis, Roman Rosdolsky faz as seguintes indagações: “De que maneira a teoria pode conhecer essas leis, que só pretendem ter validade histórica? Como essas leis podem tornar-se compatíveis com as determinações econômicas gerais, aplicáveis a todas as épocas da sociedade?”. Na procura das respostas o autor de *Gênese* identifica por meio dos *Grundrisse* que “todas as épocas da produção [modos de produção] têm traços comuns”, em decorrência “do fato de que [em todas as épocas] o sujeito [a humanidade] e o objeto [a natureza] são os mesmos”. Nessa trilha, conclui: “Quando se enfatizam essas determinações comuns, é muito fácil ‘confundir ou eliminar as diferenças históricas, formulando leis aplicáveis aos homens em geral’”.<sup>213</sup>

No entanto, conforme nos ensina Marx ainda nos *Grundrisse*, o desenvolvimento de um modo de produção que o leva a superar o anterior é o que precisamente o “diferencia desses elementos gerais e comuns”.

Do mesmo modo ocorre com a análise da economia política, na medida em que “deve investigar especialmente as leis da evolução da época capitalista, ‘para que a diferença essencial [entre a época capitalista e as antecedentes] não fique obscurecida’ e não se compreenda apenas o que une essa época e as determinações comuns anteriores”.

Continua o autor de *Gênese*,

“Na esfera da economia, o desenvolvimento está precisamente naquilo que expressa seu caráter especificamente social. ‘Na medida em que o processo de

208 Ibidem, p. 76 e 77.

209 Ibidem, p. 499 (Nota 13).

210 Ibidem, p. 77.

211 Ibidem, p. 77.

212 Ibidem, p. 91 e 92.

213 Ibidem, p. 78. Os parágrafos seguintes foram redigidos com base na obra e página referenciadas.

trabalho envolve homem e natureza, seus elementos simples são comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento. Mas, cada forma histórica desse processo, no que tem de específico, desenvolve suas próprias bases materiais e formas sociais'. Essas formas sociais são – em oposição ao seu 'conteúdo', dado pela natureza – o mais importante. Elas constituem o elemento ativo que impele o processo para frente.

Com isso, Rosdolsky percebe uma distinção metodológica fundamental que Marx faz entre “forma” e “conteúdo” em economia<sup>214</sup>. Nesse sentido, Roman Rosdolsky reproduz mais uma vez o que Marx prescreve: “As leis da natureza [o **conteúdo**] não podem ser revogadas. Nas diferentes circunstâncias históricas, o que se pode modificar é a **forma** sob a qual essas leis se impõem” (grifo nosso).

Essa distinção entre “forma” e “conteúdo”, segundo Roman, fundamenta a crítica marxiana a David Ricardo, e, a este, o autor de *Gênese* junta os marxistas que, na sua visão, prescindem de modo absoluto da consideração do valor de uso na análise da economia política.

Crendo assentado o papel importante que assume o valor de uso na economia marxiana, considerada a ressalva que o próprio Marx faz, conforme apresentada neste texto, podemos partir para o final desta exposição assinalando que para o filósofo revolucionário alemão, segundo Rosdolsky, “[...] as formas econômicas expressam **relações sociais dos indivíduos**, e graças a elas os diversos modos de produção são distinguíveis entre si” (grifo nosso). Assim preceitua o autor d’*O capital*:

“[...] Ora, se a questão é compreender o caráter específico de um modo de produção social, então são essas formas o que importa. Um casaco é um casaco. Mas, fazei o intercâmbio de uma certa forma e tereis a produção capitalista e a sociedade burguesa moderna; fazei de outra e tereis uma produção artesanal compatível com condições asiáticas ou medievais etc. No primeiro caso, o alfaiate produz não só um casaco; produz capital e, conseqüentemente, lucro; produz seu patrão como capitalista e a si próprio como trabalhador assalariado. Se [“ao contrário”, assinala Roman] encomendo a confecção de um casaco a um alfaiate que trabalha em minha casa, tendo em vista confeccionar um bem para meu uso, isso não me transforma em meu próprio empresário (no sentido de uma categoria econômica), nem tampouco em proprietário de empresa têxtil [...]”<sup>215</sup>

Como, para Marx, “as **formas sociais** da produção e da distribuição constituem, em sua especificidade, o verdadeiro objeto da análise econômica”, concluindo sobre o papel do valor de uso na economia marxiana, Rosdolsky assenta que “para julgar **se o valor de uso tem significação econômica ou não, a referência é a relação que**

214 Rosdolsky, citando o economista russo [Isaak Rubin](#) (1886-1937) anota que “no tocante à relação entre [conteúdo e forma](#) Marx adotou o ponto de vista de Hegel. [...] Do ponto de vista da filosofia de Hegel, o conteúdo não é, em si, algo ao que a forma adere ‘de fora’ [como entendia [Immanuel Kant](#) (1724-1804), segundo Isaak Rubin citado por Rosdolsky]. Ao contrário: através de seu desenvolvimento, o próprio conteúdo dá origem à forma que já estava latente nele. A forma surge do próprio conteúdo” (Ibidem, p. 500 (Nota 24)).

215 Ibidem, p. 78 e 79.

**ele estabelece com as relações sociais de produção.** Na medida em que influi nessas relações ou recebe sua influência, é uma **categoria econômica**. Mas, fora disso, em seu caráter meramente ‘natural’, está fora da esfera de considerações da economia política”, já que esta se ocupa das “formas sociais específicas da riqueza, ou, mais especificamente, da produção da riqueza” (grifo nosso).<sup>216</sup>

A riqueza, isto é, a “substância da riqueza – seja subjetiva, como o trabalho” que a produz, “seja objetiva, como os objetos voltados para satisfazer as necessidades naturais ou históricas [valor de uso ou utilidade] – perpassa todas as épocas”. Sempre vai haver alguém produzindo algo para satisfazer sua necessidade ou de terceiros. Em um primeiro momento “essa substância aparece [mesmo] como mero pressuposto, à margem de qualquer consideração da economia política”. Somente quando essa substância é modificada pelas relações formais, ou quando ela mesma modifica essas relações, é que ingressa na esfera da consideração da economia política, como já apurado.<sup>217</sup>

Do ponto de vista da teoria do valor-trabalho de David Ricardo, conforme Rosdolsky, “o valor de uso dos produtos do trabalho, ou sua ‘utilidade’ não influencia a criação do valor<sup>218</sup>. O valor de uso deve aparecer apenas como uma premissa para a possibilidade de realizar-se o intercâmbio” e, por isso, deve ser desconsiderado da análise da economia, como categoria econômica. Para David Ricardo, “a economia burguesa [capitalista] se ocupa apenas do valor de troca e só de forma obscura se refere ao valor de uso [...]”, considerando que “o valor de troca é a determinação preponderante”. Para Marx, como observamos, isso tudo é correto apenas parcialmente, até porque “o uso, naturalmente, não desaparece pelo fato de estar determinado só pela troca, embora desde logo esse fato fixe sua orientação” (grifo do autor).<sup>219</sup>

Marx ensina que “[...]. O valor de uso desempenha um papel como categoria econômica. Onde o desempenha [...], em que medida o valor de uso, enquanto substância presumida, fica à margem da economia e de suas determinações formais, e em que medida entra nela, [...] isso depende do próprio desenvolvimento [das relações econômico-sociais]”.<sup>220</sup>

A partir desse ponto, Roman Rosdolsky passa a descrever os casos onde, para Marx, “as relações formais da economia burguesa [economia capitalista] modificam o valor de uso ou nos quais ele intervém modificando essas relações formais, ou seja, nos

216 Ibidem, p. 79.

217 Ibidem, p. 79, 80. De acordo com outra passagem dos *Grundrisse*, apresentada em *Gênese*: “A primeira categoria sob a qual a riqueza burguesa se apresenta é a da *mercadoria*. A própria mercadoria aparece como unidade de duas determinações. É valor de uso, ou seja, objeto de satisfação para um sistema qualquer de necessidades humanas. Neste seu aspecto material, pode ser comum às épocas de produção mais díspares e sua análise fica além da economia política [primeira determinação]. [Entretanto] O valor de uso penetra na esfera desta disciplina quando as modernas relações de produção o modificam ou então quando ele intervém nelas, modificando-as [segunda determinação]” (grifo do autor) (Ibidem, p. 500 (Nota 30)).

218 Aqui, voltamos a chamar atenção para a diferença entre *valor* e *preço* e para a influência do *valor de uso* em um e outro, atrelando-os ao movimento da *oferta* e *procura* (demanda). Mas só alertamos, pois veremos o tema “valor”, em sua substância, em momento específico deste nosso projeto de estudo.

219 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 80 e 81.

220 Idem, p. 81 e 82.



quais ele mesmo se converte em ‘determinação formal econômica’<sup>221</sup>. Ou, de outra forma, casos em que o valor de uso é categoria econômica a ser considerada pela economia política.

A seguir reproduzimos dois dos casos elencados em *Gênese* em que o valor de uso se converte em determinação formal econômica, devendo, pois, ser levado em conta na análise da economia política – um deles ocorre no **processo de circulação simples**, o outro acontece no **intercâmbio entre capital e trabalho**:<sup>222</sup>

- a) Observando o processo de **circulação simples** (ou processo “vender para comprar”<sup>223</sup>), fazendo referência ao estágio do desenvolvimento da **forma-dinheiro da mercadoria**<sup>224</sup>, Karl Marx observa que até mesmo aí “tal conversão se observa”. Ou seja, no desenvolvimento da forma-dinheiro da mercadoria o seu valor de uso modifica as relações econômicas formais, não se limitando a atuar como premissa para se realizar o intercâmbio (a troca), como valor de uso específico (de ser uma mercadoria específica produzida pelo trabalho humano). Como valor de uso específico não deve ser considerada categoria econômica. Como valor de uso que modifica as relações formais, deve ser considerada como categoria econômica. No caso da forma-dinheiro da mercadoria, o valor de uso atua também determinando as relações sociais de produção. Segundo Rosdolsky, o que Marx quer dizer com

221 Ibidem, p. 82.

222 Entendemos que a exposição mais detalhada apenas desses dois casos são suficientes para bem ilustrar o posicionamento de Marx nessa questão.

223 Referindo-se ao *processo de circulação* na teoria marxiana, Leda Paulani (in PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 1h3m5s-1h8m54s). Visto em 19.05.2021) o ilustra como “um grande enredo onde trocas são permanentemente efetuadas (compras e vendas, vendas e compras, sucessivamente)”. Marx identifica inicialmente o processo de circulação em duas formulações, “vender para comprar” e “comprar para vender”: Em relação ao processo *vender para comprar* ou processo da *circulação simples*, para descrevê-lo, “Marx usa a sequência  $M_{(a)} - D - M_{(b)}$  (onde  $M$  é igual a mercadoria e  $D$  é igual a dinheiro). Na descrição dessa sequência vê-se que o sujeito vende a mercadoria que está sob seu poder e que dela queira dispor ( $M_{(a)}$ ), trocando-a por dinheiro ( $D$ ), meio geral de troca ou forma geral do valor, com o fim de comprar uma outra mercadoria que deseja ( $M_{(b)}$ ). Neste caso, “a mercadoria adquirida ( $M_{(b)}$ ) sai do processo de circulação (esfera social) e ingressa na seara individual do adquirente (esfera privada), que a consome. A esse fluxo Marx denomina de ‘*circulação simples*’”. Quanto ao processo *comprar para vender*, para descrevê-lo “Marx usa outra sequência,  $D - M - D'$  (onde também  $M$  é igual a mercadoria e  $D$  é igual a dinheiro, sendo que  $D'$  é igual ao dinheiro original acrescido de dinheiro ( $D' = D + \Delta D$ )). Detalhando tal sequência, temos que o sujeito, possuindo inicialmente dinheiro, compra uma mercadoria para vender, e não para consumir” – nesta hipótese, “para que a sequência tenha sentido, é necessário que no seu final o dinheiro original aplicado na aquisição de uma mercadoria para venda tenha um acréscimo ou expectativa de acréscimo”. E a este fluxo Marx denomina de “capital”, um “*movimento de valorização do valor*” (grifo nosso). Dito isso, a professora Leda Paulani observa necessário, com base na *lei da troca de equivalentes* (“valor se troca por valor igual”), que se analise os desdobramentos da última formulação acima (processo “comprar para vender”) para se conhecer como surgiu o valor  $D'$ , um valor adicional da mercadoria  $D$ . Em vista da lei da troca de equivalentes, “como o processo de circulação de mercadorias não gera valor, pois na esfera da circulação, no que se refere ao valor, toda mercadoria é igual à outra, seja de que espécie for, como então surge, no mesmo processo comprar para vender, uma mercadoria dinheiro  $D'$  – um valor adicional em relação ao valor da venda da mercadoria que originou esse adicional?”. Para o que nos interessa neste momento introdutório do nosso projeto de estudo, o disposto nesta Nota é suficiente como um primeiro contato com o tema. Retornaremos a ele com a amplitude que requer quando da abordagem centrada na teoria do valor-trabalho de Marx em momento específico deste projeto de estudo (Idem (videoaula, minutagem: 1h8m54s-1h12m6s). Visto em 19.05.2021).

224 Sobre a constituição da *forma-dinheiro da mercadoria*, veja o artigo de Fernando Maccari Lara, **Mercadoria e forma do valor: notas sobre o dinheiro em Marx** (in Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 270-289, 2001. Disponível em <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/2010/2391>. Consultado em 05.01.2022.

isso é que “de um lado, o dinheiro deve ser uma mercadoria, ou seja, [deve] ter um **valor de uso** relacionado à sua substância [valor de uso como suporte de valor]”, um valor de uso específico (grifo nosso)<sup>225</sup>; de outro, significa que esse valor de uso está ligado a propriedades físicas [ou naturais/materiais [ouro e prata, por exemplo]] muito específicas da mercadoria-dinheiro, propriedades que a capacitam a cumprir sua função [de **equivalente geral de troca**]”. É de se ressaltar que na explicitação desse caso, Marx chama a atenção para o contexto histórico que analisa: “Até este momento, das condições sobre as quais podemos falar [“circulação puramente metálica”, intervém Rosdolsky], essas exigências são satisfeitas em grau máximo pelos metais preciosos”. Desse modo, continua Roman, “[...] Graças às suas qualidades específicas, que a convertem em material exclusivo para o dinheiro, a mercadoria que cumpre a função de **equivalente geral** [de troca] pode **augmentar** seu valor de uso: ‘Além de seu valor de uso específico como mercadoria específica’ [ouro e prata], passa a ter também um **valor de uso ‘universal’** ou **‘formal’** [valor de equivalente geral de troca]<sup>226</sup>. ‘Esse seu valor de uso é, ele mesmo, **determinação formal**. Ou seja, surge do papel especial que ela [“mercadoria-dinheiro”, conforme intervém novamente Roman Rosdolsky] desempenha pela ação de todas as demais mercadorias sobre ela no processo de intercâmbio’<sup>227</sup>. Aqui, ‘coincidem a modificação material e a formal, já que, no dinheiro, o próprio conteúdo pertence à determinação econômica formal’” (grifo nosso).<sup>228</sup>

- b) Já no que se refere ao **intercâmbio entre capital e trabalho**, considerando “a circulação simples de mercadorias [processo vender para comprar] tal como ela se produz ‘na superfície do mundo burguês’”, tem-se que “no comércio varejista, então ‘um trabalhador e um milionário que compram um pedaço de pão aparecem nesse ato

225 O que significa dizer que “o valor de uso carrega, transporta, o valor de um produto, mas não o determina” (in PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 32m30s e seguintes). Visto em 27.05.2021).

226 Isto é, valor de uso universal ou formal do dinheiro, aliás, “não relacionado a nenhuma necessidade individual real” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 501 (Nota 44)).

227 Nas palavras da professora Leda Paulani (in PAULANI, Leda Maria. Op. cit. (videoaula, minutagem: 45m50s-48m25s). Visto em 18.05.2021), *dinheiro* para Marx é “uma forma geral ou expressão geral do valor comum a todas as mercadorias. Quando o dinheiro se apresenta como ‘*equivalente geral*’ ele é uma espécie de língua [idioma] comum que todas as mercadorias adotam para dizer o seu valor, e assim se pode comparar uma mercadoria com outras mercadorias. O *preço*, por sua vez, é a expressão do valor na mercadoria que já funciona como dinheiro” (grifo nosso).

228 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 82. Um exemplo extraído de *Gênese* pode clarear a questão: “Na circulação simples de mercadorias, ‘a mercadoria A é trocada pelo dinheiro B, e este pela mercadoria C, destinada ao consumo (este era o objeto final do intercâmbio de A). O uso da mercadoria C (seu consumo) fica à margem da circulação e não afeta a forma da relação. Está situado mais além da própria circulação. Representa um interesse puramente material que só expressa uma relação do indivíduo, em sua condição natural, com um objeto de que ele necessita. O que será feito com a mercadoria C é uma questão exterior à relação econômica” (Idem, p. 83). Diferentemente ocorre com a mercadoria-dinheiro B, que possui uma expressão material (como valor de uso em si (a exemplo do ouro e prata)) e formal (como valor de uso universal, como valor de equivalente geral de troca), conforme explicitado no parágrafo em Nota.

Para efeito do momento em que nos encontramos em nossa “expedição”, não aprofundaremos a discussão ampliando-a para a forma-dinheiro contemporânea, sem lastro metálico, isto é, de caráter “imaterial”. Aqui, com o caso escolhido, preocupamos apenas em discutir um dos momentos em que o valor de uso deve ser considerado na análise das relações sociais de produção, na análise da economia política, segundo Marx.

como simples compradores, do mesmo modo como o padeiro se apresenta diante deles como simples vendedor [...]”<sup>229</sup>. No caso, o valor de uso da mercadoria pão adquirida pelo trabalhador e pelo milionário nada contém de especial, apenas satisfaz a necessidade individual de cada um, o que se apresenta em qualquer modo de produção e em qualquer época. “Do ponto de vista dessa determinação formal, o conteúdo e a quantidade de suas compras são indiferentes”. Porém, quando se passa “desse intercâmbio superficial ao intercâmbio entre o capital e trabalho, que determina a essência do modo de produção capitalista”, diz Rosdolsky, “[...] Tudo muda [...]”. Na transação entre capital e trabalho, ao contrário do que ocorre na circulação simples no comércio varejista (a compra e venda do pão, por exemplo), “o valor de uso da mercadoria adquirida pelo capitalista (a força de trabalho) é a premissa do processo de produção capitalista e da própria produção capitalista”. Nesse intercâmbio, o capitalista, adquirindo do trabalhador a mercadoria força de trabalho, “troca uma mercadoria cujo consumo ‘coincide de maneira imediata com a objetivação do trabalho [incorporação do trabalho no produto final], e portanto com a criação de valor de troca”. Aqui, ensina Marx, “o **valor de uso** da mercadoria [**força de trabalho**] que foi trocada pelo dinheiro [salário]” aparece “como **relação econômica particular** [do **modo de produção capitalista**]” (grifo nosso) e pertence “à determinação formal da economia, [...] pois nesse caso o valor de uso está determinado pelo valor de troca [...]”. Ora, em conformidade com o que assenta Rosdolsky, “[...] Se a criação da mais-valia – ou seja, o aumento do valor de troca do capital – decorre do valor de uso específico da mercadoria força de trabalho então a economia política deve relacionar a participação do trabalhador no produto-valor a um equivalente em meios de subsistência necessários para que sua vida se conserve. Ou seja, deve admitir-se que, no fundo, também essa participação é determinada pelo valor de uso [assim, o valor de uso da mercadoria força de trabalho incorporado no produto final produzido pelo trabalhador é uma espécie de **equivalente geral** para que esse produto possua valor de troca e seja vendido no mercado, digo eu]. Nesse caso, mais uma vez, a categoria valor de uso intervém e influi nas relações econômicas do modo de produção capitalista”. Digo eu novamente: como esse valor de uso da mercadoria força de trabalho produz mais-valia para o capitalista, ou seja, o salário pago ao trabalhador pela aquisição da sua força de trabalho é inferior ao valor que criou com o trabalho objetivado no produto final produzido por ele, a categoria valor de uso da mercadoria força de trabalho presente no intercâmbio entre capital e trabalho, premissa do processo de produção capitalista e da própria relação capitalista, influi decisivamente nas relações econômicas operadas em seu âmbito, e por isso deve ser considerado na análise da economia política, inclusive e principalmente também porque, como já assentado, a participação do

229 A mercadoria B (dinheiro) do milionário e do trabalhador é trocada pela mercadoria C (pão) produzida pelo padeiro.

trabalhador no produto-valor está relacionada a “um equivalente em meios de subsistência necessários para que sua vida se conserve”.<sup>230</sup>

Em *Gênese*, são citados ainda outros exemplos onde o valor de uso se converte em determinação formal econômica, são eles: no processo de circulação do capital; no processo de reprodução do capital social global; quando da consideração da mais-valia (ou mais-valor) no processo real da reprodução social; na influência do valor de uso sobre a acumulação de capital, entre outros exemplos identificados por Roman.<sup>231</sup>

Na etapa introdutória, portanto, além de garimpar o caminho percorrido por Marx até a conclusão dos *Grundrisse*, Rosdolsky revelou “algumas descobertas” metodológicas que extraiu daqueles manuscritos, percebidas como fundamentais para já termos uma pequena, porém importante, noção acerca do rigor metodológico envolvido na elaboração da teoria marxiana de crítica da economia política capitalista, que, embora lhe tenham exigido desvios momentâneos do assunto principal, são bastante elucidativas para percebermos a complexidade do processo investigativo empreendido por Marx e quão firme é a edificação teórica que ergueu acerca da sociedade burguesa.<sup>232</sup>

Concluindo esta parte introdutória de *Gênese*, Roman Rosdolsky, em uma mensagem final, deixa à futura pesquisa marxista a decisão sobre o acerto ou desacerto do que defende e se o que extraiu dos *Grundrisse* sobre o tema ora exposto produzirá “uma revisão parcial das interpretações até hoje formuladas sobre a teoria de Marx”.<sup>233</sup>

Neste marco, damos como percorrido o trecho inicial da nossa “expedição” literária **Para ler *O capital***. Como já frisado, na Parte I da sua obra Rosdolsky ainda não se dedica ao conteúdo dos manuscritos *Grundrisse* propriamente ditos. Só o faz na Parte II em diante, etapa que passamos a percorrer e desvendar nos próximos folhetos.

Em vista da importância do tema geral “valor” para a sequência do nosso estudo, pano de fundo do capítulo três de *Gênese* que acabamos de reproduzir, sugerimos conferir o material complementar ao Folheto nº 02, disponibilizado na *Seção Principal - Artigos Expositivos da Bibliografia de Karl Marx da Crítica da Economia Política Capitalista*, item *Artigo Expositivo I*, deste Blog, relativo à videoaula ministrada pela professora Leda Paulani<sup>234</sup>, numa produção da TV Boitempo Editorial, intitulada “Teoria do Valor”.<sup>235</sup>

230 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 82 e 83.

231 Idem, p. 83-85.

232 Sobre os *Grundrisse*, já neste momento inicial da **Expedição Karl Marx**, recomendamos o vídeo **Introdução à leitura dos *Grundrisse***, palestra proferida pelos professores Virgínia Fontes, Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (Op. cit.), a videoaula **Grundrisse | Aula 6 | III Curso Livre Marx-Engels**, ministrada pelo professor Mário Duayer (in TV Boitempo Editorial e parceiros. São Paulo-SP, 2012), bem assim o vídeo **Grundrisse, de Marx**, um debate entre os professores Jorge Grespan e Mário Duayer (in TV Boitempo Editorial e parceiros. São Paulo-SP, 2016), todos disponibilizados em nosso Blog, na *Seção Principal - Artigos Expositivos da Bibliografia de Karl Marx da Crítica da Economia Política Capitalista*, subseção *Artigo Expositivo I*, como [material complementar](#) a este Folheto nº 01.

233 Ibidem, p. 91.

234 Leda Maria Paulani (1954) é uma economista brasileira e professora titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Leda\\_Maria\\_Paulani](https://pt.wikipedia.org/wiki/Leda_Maria_Paulani). Consultado em 05.01.2022).

235 [Folheto nº 02 – Material complementar](#).

## FOLHETO Nº 03

### PARTE II – A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO

#### NOTA PRELIMINAR DO AUTOR DE *GÊNESE*

*A relação entre os Grundrisse, a Contribuição à crítica e a seção I do primeiro tomo de O capital*<sup>236</sup>

Com a Parte II de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, Roman Rosdolsky passa a discorrer especificamente sobre os primeiros manuscritos da crítica da economia política capitalista redigidos e organizados por Marx em 1857/1858, os *Grundrisse* (*Elementos* (ou *Esboços*) *fundamentais para a crítica da economia política*), distinguidos como o marco inaugural da investigação crítica marxiana do capitalismo, base teórica e metodológica d’*O capital*, seu “primeiro esboço”.<sup>237</sup>

Na Nota Preliminar em comento, Rosdolsky anuncia que “[...] o próprio Marx só viu publicada uma parte relativamente pequena de seu manuscrito de 1857-1858, o ‘Capítulo sobre o dinheiro’ [...]”. E isso se deu na obra *Contribuição à [ou Para a] crítica da economia política*, de 1859, depois de “minuciosa elaboração”.<sup>238</sup>

Segundo o autor de *Gênese*, “Do ponto de vista temático, a parte inicial dos *Grundrisse* [“Capítulo do Dinheiro”] coincide com a *Contribuição à crítica* [Capítulo II, “O Dinheiro ou a Circulação Simples”] e com a seção I do primeiro tomo de *O capital* [seção “Mercadoria e dinheiro” do Livro I *O processo da produção do capital*]”.

Entretanto, Rosdolsky recomenda que “[...] não se deve tomar essa afirmação de forma literal”. Pois, além de apontar a falta nos referidos manuscritos de uma exposição sobre a teoria do valor<sup>239</sup>, também observa uma divergência considerável do capítulo sobre o dinheiro com os textos posteriores acerca do tema, inclusive revela que o texto publicado no livro *Contribuição à crítica* já foi uma reelaboração do texto original.

Aliás, especificamente sobre o tema dinheiro, Roman Rosdolsky identifica quatro versões distintas entre si “em numerosos detalhes”, presentes nos próprios

236 Esclarecemos que nesse subtítulo o autor de *Gênese* refere-se, respectivamente, aos seguintes escritos marxianos: aos primeiros manuscritos econômicos da crítica da economia política capitalista de 1857/1858, ao livro de 1859 *Contribuição à (ou Para a) crítica da economia política* e à seção “Mercadoria e dinheiro” do Livro I *O processo da produção do capital* (de 1867) da obra *O capital*.

237 MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse*. Op. cit., p. 17. Segundo Jorge Grespan (Idem (Orelha do livro)), sem pretender publicá-los, Marx considerava os manuscritos *Grundrisse* “uma etapa de seu próprio esclarecimento [...] Escrevendo para si [...]”. Sobre o nascimento e no que consiste esse que é o primeiro conjunto de manuscritos propriamente econômicos de Marx versamos no Folheto nº 01 deste artigo.

238 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 95 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes). Ainda na obra e página referenciadas, Roman assinala que o restante do contido nos manuscritos de 57/58 “permaneceu engavetado”, sendo usado apenas “esporadicamente” em *O capital*.

239 Da Nota Preliminar de Roman Rosdolsky e da sua Nota 2, inferimos que a teoria do valor, embora não tenha sido expressa nos *Grundrisse* (salvo “um pequeno fragmento”), e também no Livro I d’*O capital*, segundo Rosdolsky, com base em [carta](#) de Marx a [Louis Kugelmann](#) (1828-1902), ela já estava “implícita” lá e cá (Ibidem, p. 95 e 503).

manuscritos *Grundrisse* (1857/1858), na obra *Contribuição à crítica da economia política* (1859) e no Livro I d'*O capital* ("O processo de produção do capital") (1867). Por isso, na Parte II de *Gênese*, onde trata da primeira formulação de Karl Marx sobre o dinheiro, Roman opta por realizar "um cotejo" entre essas versões, de modo a contribuir para a compreensão do que reconhece como a "parte fundamental – e árdua" da obra *O capital*. Vamos a elas.



## Capítulo 4 – A crítica à teoria do dinheiro-trabalho<sup>240</sup>

Como vimos na Parte I deste artigo, muito embora Karl Marx tenha começado a observar os problemas reais sob a ótica da economia em 1843, então com 25 anos de idade, os estudos mais específicos e profundos da economia política capitalista que o levaram, segundo notícia Roberval de Jesus Leone, a fazer os apontamentos reproduzidos e organizados em sete cadernos nos manuscritos *Grundrisse*, entre 1857 e 1858, tiveram início em novembro de 1850<sup>241</sup>.

Até aí o pensador alemão se ocupava dos fenômenos do mundo sob o prisma filosófico, predominantemente; lidava com os problemas mundanos com o olhos da filosofia, não um olhar contemplativo da realidade, mas, sempre, transformador.

No Folheto nº 01 expusemos que entre os motivos impulsionadores da “pressa febril” de Marx para redigir e organizar seus primeiros manuscritos especificamente econômicos, realizando a tarefa em nove meses, entre julho de 1857 e março de 1858, além do aspecto da crise econômica do capitalismo (de 1857)<sup>242</sup>, que se instalava, estava, segundo Roman Rosdolsky, o “seu desejo de ajustar contas com o ‘falso irmão’ do movimento operário socialista, o proudhonismo”, cujas ideias conquistavam boa parte da classe trabalhadora e socialistas da época; o que foi feito com o ataque ao seguidor do socialista francês Pierre-Joseph Proudhon, **Alfred Darimon**, tendo como alvo a **teoria do dinheiro-trabalho** de Proudhon<sup>243</sup>. A crítica a Darimon é reconhecida como o **primeiro**

---

240 O capítulo quatro de *Gênese* corresponde ao primeiro item do “Capítulo do Dinheiro” do livro *Grundrisse* (MARX, Karl Heinrich. Op. cit. Sumário), intitulado “Alfred Darimon, *De la réforme des banques*. Paris, 1856”.

241 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 45 e 46. Site consultado em 01.02.2022.

242 [Nota 88].

243 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 25 e 26.

As expressões “proudhonismo” ou “proudhonianismo”, mencionadas neste texto, dizem respeito ao conjunto do pensamento do filósofo socialista francês Joseph Proudhon difundido por seus adeptos. Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um filósofo, político, socialista e economista francês (contemporâneo de Marx, seu amigo e depois opositor), considerado “o primeiro grande ideólogo do [anarquismo](#)”. Defendeu teses associativistas e cooperativistas. Dizia-se um “revolucionário”, mas sua revolução não implicava revoltas violentas, nem guerras, mas a transformação da sociedade essencialmente de natureza moral e ética, daí ser rotulado por Marx e Engels (criadores do denominado “[socialismo ‘científico’](#)”) como “[socialista ‘utópico’](#)”. A teoria socialista de Proudhon ficou conhecida como [mutualismo](#), um modelo de livre mercado, embora de [cunho socialista](#), contrário à propriedade privada dos meios de produção da sociedade burguesa e favorável à propriedade associativa desses meios de produção. Em 1848, Proudhon, no bojo da sua *teoria dinheiro-trabalho*, “desenvolveu o projeto de ‘banco de câmbio’ ou ‘banco do povo’ que deveria permitir a concretização da verdadeira democracia econômica graças ao [crédito mútuo](#) e gratuito, conferindo aos trabalhadores a possibilidade de possuírem o capital de que carecem para se libertarem. Este banco baseava-se em três princípios essenciais: crédito livre graças à abolição gradual da taxa de juros; a abolição da moeda baseada no ouro substituída por uma ‘nota cambial’ liberada da condição de reembolso em dinheiro e a generalização da letra de câmbio pagável à vista com bens ou serviços” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph\\_Proudhon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon). Consultado em 03.05.2020). Outros detalhes da crítica política e filosófica de Marx às ideias de Proudhon apresentamos nos textos “Socialismo ‘Científico’ e Socialismo ‘Utópico’” e “Arrozoado do livro *Miséria da Filosofia*”, disponibilizados na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento político-ideológico*), deste [Blog](#). Também sobre o socialista francês, veja o texto **O Socialismo de Pierre-Joseph Proudhon e a sua influência em Oliveira Martins e Antero de Quental**, da autoria de Paulo Cabaça Batista, disponível em <https://cabacabaptista.blogspot.com/2012/12/o-socialismo-de-pierre-joseph-proudhon.html> (visto em 01.02.2022). Já Alfred Louis Darimon (1819-1902) foi um deputado francês e jornalista, discípulo do socialista “utópico” Proudhon e seu secretário. Lidou com questões econômicas e financeiras e defendeu no corpo legislativo a criação de câmaras sindicais e de cooperativas para trabalhadores. Publicou várias obras, incluindo *De la réforme*

**passo** da concepção da **teoria do dinheiro** de Karl Marx. É o que veremos no presente texto.

Antes de passarmos diretamente ao capítulo quatro de *Gênese*, faremos uma breve contextualização sobre como o tema do dinheiro está situado nos próprios manuscritos *Grundrisse* e sobre alguns aspectos gerais da crítica ao discípulo de Proudhon e, por conseguinte, ao proudhonianismo.

O “Capítulo do Dinheiro” marca a abertura dos *Grundrisse* propriamente ditos (em português “Elementos (ou Esboços) fundamentais para a crítica da economia política”) e traz no primeiro item a crítica de Marx à proposta de **reforma do sistema bancário/monetário**, mais precisamente, como enumera Roberval Leone, “do sistema de crédito (da circulação do capital) e do sistema monetário (da circulação simples)”<sup>244</sup>, expressa no livro *De la réforme des banques* (“Sobre a reforma dos bancos”) publicado em 1856, na cidade de Paris, da autoria de Alfred Darimon, cuja proposição tem como pano de fundo a **teoria do dinheiro-trabalho** proudhoniana (ou “utopia do dinheiro-trabalho” como foi chamada criticamente na época)<sup>245, 246</sup>.

A elaboração da obra de Darimon foi ambientada, de acordo com Roberval Leone, no contexto das crises comerciais inglesas do início do século XIX e do funcionamento do banco central francês no início da sua segunda metade, e a estes episódios se refere, principalmente.<sup>247</sup>

Para o professor Mário Duayer, a crítica marxiana à proposta de reforma do sistema bancário/monetário de Darimon, da mesma maneira que nas críticas diretas às ideias de Proudhon feitas por Marx no escrito *Miséria da filosofia*, procura mostrar que “sob a aparência de uma proposta socialista, o que existe de fato é uma teoria positiva das relações sociais postas pelo capital. Insiste Marx que, em lugar de **transformação** radical da realidade, nas obras de inspiração proudhoniana o que se têm são propostas para **reformular** as estruturas existentes” (grifo nosso).<sup>248</sup>

Pondo fim a esse breve panorama, vale trazer a síntese de Roberval Leone do motivo teórico condutor da polêmica entre o filósofo revolucionário alemão e ao que

---

*des banques* (escrito objeto da crítica de Marx presente nos *Grundrisse*) e *À travers une révolution* (que relata suas relações com Proudhon durante a [Revolução de 1848](https://fr.wikipedia.org/wiki/Revolução_de_1848)) (Disponível em [https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred\\_Darimon](https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred_Darimon). Visto em 11.06.2020).

244 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 48. Site consultado em 01.02.2022.

245 Conforme apuramos em *Gênese*, a proposta de Proudhon do dinheiro-trabalho já tinha sido de certa forma aventada antes pelos ingleses, a exemplo do socialista [John Francis Bray](#) (1809-1897), pelo escritor revolucionário alemão [Wilhelm Weitling](#) (1808-1871) e pelo reformista social galês [Robert Owen](#) (1771-1858), de acordo com o próprio Marx em *Miséria da Filosofia*, seu livro crítico do pensamento de Proudhon, e também nos *Grundrisse* (ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 98 c/c p. 504 (Nota 9) e 505 (Nota 24)).

246 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 19 (Apresentação).

247 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 50 e 51. Site consultado em 01.02.2022.

248 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 19 (Apresentação). Roberval Leone observa que Marx, em um aspecto mais geral, refutava as ideias de Proudhon por considerá-las, em seu conjunto, uma demonstração da “completa incompreensão [...] dos mecanismos de funcionamento do capitalismo e, conseqüentemente, das etapas históricas precedentes que culminaram na consolidação desse modo de produção” (in SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 48. Site consultado em 01.02.2022). Na mesma direção, Enrique Dussel verifica que, para Marx, “A questão não era apenas teórica – era também política. O proudhonianismo ganhava cada vez mais força no movimento operário e era necessário demonstrar as suas falácias” (in DUSSEL, Enrique. Op. cit., p. 67. Site consultado em 01.02.2022).

propõe Alfred Darimon, cuja premissa está totalmente embasada, como adiantamos anteriormente, na teoria do dinheiro-trabalho proudhoniana:

“O *leitmotiv* da polêmica entre Marx e Darimon identifica-se com uma constatação deste acerca das crises econômicas ocorridas desde o início do século XIX na Inglaterra e com os problemas junto ao *cash* do Banco Central Francês em torno de 1856, que se resume em dois trechos extraídos pelo próprio Marx da obra de Darimon: ‘todo o mal provém da obstinação com que se mantém o *predomínio dos metais preciosos* na circulação e nas trocas [grifo do autor]’ e ‘se é assim [“dado que a moeda metálica não é uma mercadoria comum, mas uma mercadoria privilegiada”, conforme intervém Leone], é *necessário atribuir não só a crise atual senão todas as crises comerciais periódicas a este privilégio do qual o ouro e a prata gozam* [grifo do autor], isto é, o privilégio de serem os únicos autênticos instrumentos de circulação”<sup>249</sup>.

Uma vez contextualizada temporal, política e economicamente a crítica marxiana em foco, dedicamos a seguir ao que discorre Roman Rosdolsky no quarto capítulo da sua obra.

Rosdolsky abre o comentário aos *Grundrisse* propriamente ditos com o tema inaugural do primeiro dos seus sete cadernos, **o dinheiro**, enquanto “categoria inseparável do capitalismo”, no dizer de Roberval Leone<sup>250</sup>.

Percebe-se em *Gênese* uma unificação da crítica marxiana a Darimon em torno da questão central do embate travado por Marx com o proudhonismo, “**a crítica à teoria do dinheiro-trabalho**”, tanto assim que este é o título do capítulo no qual Roman Rosdolsky trata do assunto<sup>251</sup>.

Nas primeiras linhas do capítulo dedicado à teoria do dinheiro-trabalho, Rosdolsky realça que nos manuscritos *Grundrisse* “não encontramos a **teoria sobre o dinheiro** [de Marx] em sua forma definitiva”, mas sim “**em gestação**”. Inclusive enfatiza que Marx “começa a desenvolver suas ideias a partir da crítica a Darimon” (grifo nosso).<sup>252</sup>

Em sendo assim, podemos afirmar que Roman Rosdolsky traz em *Gênese* o **primeiro passo da concepção da teoria marxiana do dinheiro**, e, pois, da “análise científica da mercadoria”, como nos sugere Roberval Leone<sup>253</sup>. Nessa trilha também caminha Mário Duayer: “[...] a crítica à Darimon se desdobra na primeira formulação da **teoria do dinheiro** de Marx, onde aparecem os desenvolvimentos então inéditos de

---

249 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 51. Site consultado em 01.02.2022.

250 Idem, p. 47. Site consultado em 01.02.2022.

251 Roberval Leone, por sua vez, divide a crítica marxiana em causa em duas partes: “uma polêmica com Darimon acerca do sistema de crédito (da circulação do capital) e do sistema monetário (da circulação simples) e uma crítica à teoria de Proudhon [à teoria do dinheiro-trabalho]” (in SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit. 48. Site consultado em 01.02.2022).

252 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 97. Roman observa na obra e página referenciadas que, embora Marx dedique várias páginas dos *Grundrisse* a essa crítica, em seu trabalho posterior de 1859 (*Contribuição à crítica da economia política*) acaba se limitando a fazer “um breve resumo” e em *O capital* a fazer apenas “algumas observações”. Não obstante a ressalva, o próprio Rosdolsky mostra interesse em discorrer sobre essa crítica, visto, como afirma, a ainda presença da “[...] utopia do dinheiro-trabalho [...] nos dias de hoje [1967]”.

253 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 45 (site consultado em 01.02.2022).

elementos essenciais de sua análise da **forma mercadoria da riqueza** na sociedade capitalista, de sua **teoria do valor**, além da exposição da **gênese do dinheiro** como resultado necessário do desenvolvimento da mercadoria” (grifo nosso)<sup>254</sup>.

Especificamente acerca da teoria do dinheiro-trabalho, e da proposta do “dinheiro-substituto” derivado dela, imaginado por Proudhon como “panaceia social<sup>255</sup>” para a solução das crises do modo de produção capitalista, Roman Rosdolsky aponta o “**problema fundamental**” (grifo nosso) da proposição proudhoniana, cuja formulação Marx apresenta com a seguinte indagação:

[...] será possível revolucionar as relações de produção existentes e as relações de distribuição, que lhes correspondem, por meio de uma transformação do instrumento de circulação [o dinheiro], ou seja, reorganizando a circulação? Mais ainda: será possível reorganizar a circulação sem alterar as atuais relações de produção e as relações sociais que sobre elas repousam?<sup>256</sup>

Essa é a problemática posta na discussão em torno da proposição de Darimon sobre a reforma do sistema bancário e monetário, segundo Marx. Assim sendo, tendo como base a indagação marxiana acima, listamos, pinçando do capítulo em comento, o que, em nosso entendimento, Rosdolsky classifica, segundo Karl Marx, como os limites ou até mesmo os erros e falhas teóricas dos defensores da teoria do dinheiro-trabalho “[...] ou, como os chama Marx, os ‘partidários do bônus-hora’<sup>257</sup>, que embasarão as respostas do filósofo alemão ao problema formulado:

- a) O primeiro deles, que é de caráter geral (de onde deriva as demais consideradas falhas teóricas), “**o privilégio do dinheiro**”, consiste em atribuir aos **metais preciosos ouro e prata**, na condição de “[...] **dinheiro-ouro e de dinheiro-prata**, ou das **cédulas conversíveis em ouro ou prata** [o lastro metálico]”<sup>258</sup>, a origem do “**intercâmbio desigual entre capital e trabalho**” (grifo nosso) – que resulta,

254 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 19 (Apresentação). Também para Roberval Leone, a crítica marxiana em análise traz “as contribuições decisivas de Marx sobre o dinheiro e várias categorias que com este formam uma parte da totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista, e que somente em *O capital* terão a aplicação final e mais acabada [...]” (in SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 48. Site consultado em 01.02.2022). Ainda sobre o assunto, Enrique Dussel relata que impulsionado pela práxis do mundo operário, “Marx, assim, ‘entra’ nas suas pesquisas instigado pela realidade social (a práxis do mundo operário o impulsiona a clarificar questões ‘teóricas’, como intelectual orgânico que era)”. Porém, radicalizando sua análise, prossegue Dussel, percebendo que o problema deve ser “situado em um nível mais profundo, invisível à consciência num plano superficial ou fenomênico”, saindo da questão da circulação [da circulação do capital (sistema de crédito) e da circulação simples (sistema monetário)] presente na proposta de Darimon alvo de sua crítica, passa “do superficial ao profundo”, e, nos passos seguintes, “formula uma nova teoria do dinheiro” (in DUSSEL, Enrique. Op. cit. p. 67 e 65. Site consultado em 01.02.2022).

255 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 99.

256 Idem, p. 103.

257 Ibidem, p. 99. De acordo com Gustavo Machado (in **Marx e a impossibilidade de reformar a sociedade capitalista**. Disponível em <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/marx-e-a-impossibilidade-de-reformar-a-sociedade-capitalista/>. Consultado em 01/02.2022), grosso modo, o bônus-hora seria uma espécie de “vale” que remuneraria, no lugar do dinheiro, a hora de trabalho. Com isso, por meio de um título (bônus) representativo, por exemplo, de cinco horas trabalhadas, o trabalhador o levaria ao mercado e o trocava pelo equivalente a tantas horas trabalhadas incorporadas na mercadoria que deseja adquirir, e assim por diante. Nesse sentido, para viabilizar o processo produtivo sob essa engrenagem, uma das principais medidas seria transformar as empresas em cooperativas de trabalhadores, que continuariam a produzir mercadorias e “despejá-las no mercado”.

258 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 504 (Nota 19).

conforme entendimento dos proudhonianos, na criação pelo trabalhador de “riqueza alheia”, em vista da “crescente produtividade de seu trabalho”, desvalorizando “a si próprio”<sup>259</sup> –, bem assim “do **juro extorsivo** e das **crises econômicas em geral**” (grifo nosso).<sup>260</sup>

- b) O segundo erro é que, ao **confundirem valor e preço**, “não compreendem a necessária incongruência entre ambas as formas”<sup>261</sup>, confusão que se verifica quando tentam expressar o dinheiro em horas de trabalho, a adoção do chamado “**bônus-hora**”, de modo a “destronar o dinheiro”<sup>262</sup>, no caso, o dinheiro-ouro e o dinheiro-prata, atribuindo a todas as mercadorias essa condição e função.
- c) O derradeiro, que é uma consequência dos limites ou dos “inconvenientes do dinheiro trabalho” presentes nas alíneas anteriores, diz respeito à necessidade da existência de um “agente do planejamento social que tomasse lugar das forças anárquicas do mercado”, mediante “a criação de um ‘**banco central de trocas**’” (grifo nosso), que identificamos como sendo o “Banco do Povo”<sup>263</sup> idealizado por Proudhon, embora Rosdolsky não acolha este nome expressamente no texto ora em comentário<sup>264</sup>. Explicitemos cada um desses itens.

### **O privilégio do dinheiro e a preponderância dos metais nobres (ouro e prata)** (alínea “a” supra)

Em sua crítica ao modo de produção capitalista, os socialistas proudhonianos entendiam que transformando o instrumento monetário do processo de circulação das mercadorias, o dinheiro, mantendo as relações de produção e de distribuição capitalistas, poderiam resolver os problemas que afligem os trabalhadores da época.

Em conformidade com Roman Rosdolsky, os proudhonistas reputavam ao que chamavam de “‘**privilégio**’ do dinheiro” (grifo nosso) o “grande mal” da organização social vigente. Para eles, a “[...] preponderância de que os metais nobres [ouro e prata] desfrutam nas trocas mercantis [circulação] e em toda a vida econômica” era a “[...] origem do **intercâmbio desigual entre capital e trabalho**, do **juro extorsivo** e das **crises econômicas em geral**” (grifo nosso).<sup>265</sup>

Daí pregarem a quebra, “antes de mais nada”, desse domínio “usurpado pelo ouro e a prata, equiparando-os ao conjunto de mercadorias comuns [ou seja, ao conjunto das mercadorias desprovidas da forma-dinheiro]. Só assim a igualdade e a proporcionalidade ‘naturais’ do intercâmbio seriam restabelecidas”.

259 Idem, p. 99.

260 Ibidem, p. 97.

261 Ibidem, p. 99.

262 Ibidem, p. 97.

263 O *Banco do Povo* “seria responsável pela administração da circulação da produção e trocas de valores referentes ao trabalho despendido pela emissão de ‘cheques-trabalho’ [ou vale-trabalho ou bônus-hora]. [...] O Banco do Povo seria o conjunto da federação de bancos mutualistas, a federação agroindustrial e a união de comércio” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo\\_\(economia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo_(economia))). Consultado em 01.02.2022).

264 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 101.

265 Idem, p. 97. Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes.

Diferentemente do que possa parecer, é bom que se frise, os proudhonianos não defendiam o retorno à troca direta de mercadorias (como o escambo puro e simples). Nada disso. Reconheciam que a moderna produção mercantil exigia um meio geral de troca (ou equivalente geral de troca). Um meio geral de troca não concentrado nesta ou naquela mercadoria, mas contido em todas as mercadorias. Nesse sentido perguntavam: “**será que o dinheiro não pode ser despojado de seu privilégio** ou, melhor ainda, **será que todas as mercadorias não podem ser convertidas diretamente em meios de troca, ou seja, em dinheiro?**” (grifo nosso).

Assim, como bem percebe Enrique Dussel, a partir de Marx, os proudhonistas para “revolucionar” as relações de produção capitalistas existentes e as relações de distribuição que lhes correspondem, por meio de uma transformação do dinheiro, atribuem ao **processo econômico da circulação**, portanto, “a **causa principal da crise** [e dos problemas] que se padece” (grifo nosso).<sup>266</sup>

A ideia proudhoniana de “destronar o dinheiro”<sup>267</sup>, ou seja, fazer com que perdesse a sua soberania, rebaixando-o a todas as espécies de mercadoria, introduz um novo equivalente geral de troca, ou, de acordo com as palavras simples e diretas de Mário Duayer, “[...] um dinheiro que substituiria o dinheiro atual”. Um dinheiro-trabalho que substituiria o dinheiro de ouro e prata ou lastreado nestes metais preciosos. Um **título dinheiro-trabalho** ou **bônus-horas**, como se nominou, representativo de *x* horas trabalhadas, que seria levado ao mercado e trocado por uma outra mercadoria lastreada, igualmente, pelas horas de trabalho incorporado nela. Grosso modo, com base nas horas de trabalho incorporado na mercadoria, por meio de um título (bônus) representativo, por exemplo, de cinco horas trabalhadas, o trabalhador o levaria ao mercado e o trocaria pelo equivalente a tantas horas trabalhadas incorporadas na mercadoria que deseja adquirir, e assim por diante.<sup>268</sup>

De acordo com Marx, para Darimon, a utilização do lastro metálico do dinheiro pelos metais nobres ouro e prata os fazem ser “mercadorias privilegiadas em relação às outras e esse privilégio causaria a depreciação das mercadorias em relação aos metais”. Isso seria a razão das crises econômicas. Como solução, Darimon propõe “a abolição do privilégio dos metais, isto é, a redução do ouro e da prata ao nível das demais mercadorias ou elevação de todas as mercadorias à condição de monopólio possuída pelos metais”.<sup>269</sup>

Segundo Roberval Leone,

“Marx enfatiza contra Darimon que o dinheiro é uma mercadoria, sim, mas com ‘propriedades específicas’, quais sejam ‘instrumento de troca específica’, ‘equivalente particular para todos os valores’, e, sobretudo, a propriedade contraditória de ser ‘equivalente particular e não obstante universal’ – ou

---

266 DUSSEL, Enrique. Op. cit., p. 69. Site visto em 01.02.2022.

267 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 97.

268 DUAYER, Mário. **Grundrisse | Aula 6 | III Curso Livre Marx-Engels**. Op. cit. (Disponível em <https://youtu.be/jmnrEoaoq70?t=1159> (videoaula, minutagem 19m59s-21m). Consultado em 01.02.2022).

269 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 62. Site consultado em 01.02.2022 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).



seja, como equivalente particular ele pode ser trocado por qualquer mercadoria e consumido; no entanto, traz em seu bojo o equivalente geral em termos de trabalho social abstrato [ou seja, para se extrair o ouro e prata se faz necessário o emprego da força de trabalho]: no primeiro caso, manifesta-se o valor de uso; no segundo, o valor de troca, contradição inerente à relação social do dinheiro no capitalismo – e que qualquer que seja a forma do meio de troca trará em seu âmbito os mesmos ‘inconvenientes’ dos metais, pois esses ‘inconvenientes’, cada um de acordo com a sua forma, derivam da função do dinheiro ou do seu conteúdo (a categoria econômica) e não da forma adotada pelos homens”.

Do querer dos proudhonistas em “elevar todas as mercadorias à mesma função desempenhada pelos metais”, a função de dinheiro, eles estão “tão somente clamando: deixai existir o papa, mas fazei de cada um um papa”<sup>270</sup>, proferiu Karl Marx em mais uma das suas frases famosas. De nada adianta suprimir o dinheiro, “fazendo de cada mercadoria dinheiro e dotando-as das qualidades específicas do dinheiro”, arrematou o filósofo<sup>271</sup>.

Vejamos como os proudhonianos pretendiam alcançar tal objetivo, criticado de forma contundente por Marx, qual seja: elevar todas as mercadorias a desempenharem a função de meio de troca, ou de equivalente geral de troca, utilizando como unidade de medida o tempo de trabalho despendido para produzi-las, função esta materializada em um título de papel denominado bônus-hora ou vale/cheque-trabalho.

Conforme revela Roman Rosdolsky, os proudhonianos propunham expressar o dinheiro em termos de **tempo de trabalho**<sup>272</sup>, abolindo o ouro e prata como material monetário – o sistema monetário do padrão-ouro<sup>273</sup> –, ou outro lastro que não fosse o tempo de trabalho, digo eu. Propunham enfim a instituição do dinheiro na forma de **bônus-hora**, isto é, na forma de um título dinheiro-trabalho que expressasse diretamente o tempo de trabalho objetivado em cada mercadoria oferecida no mercado – introduzindo o dinheiro-trabalho no lugar do dinheiro de metal (ouro e prata) ou das cédulas conversíveis em ouro ou prata.

No decorrer do capítulo quatro em comento, Rosdolsky vai descrevendo as refutações marxianas à proposta de Alfred Darimon de “destronar o dinheiro”, e, conseqüentemente, à teoria do dinheiro-trabalho de Proudhon.

De primeira, Roman Rosdolsky afirma, ancorado em Marx, que é possível imaginar muitas maneiras de abolir o privilégio do dinheiro. Inclusive conservando até mesmo o ouro e a prata como material monetário, “mas de tal forma que representem diretamente o tempo de trabalho encarnado neles” como critério de medida para desempenhar a função de equivalente geral de troca, como querem os proudhonianos.<sup>274</sup>

---

270 Ibidem, p. 62 (*site* consultado em 01.02.2022).

271 MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., p. 78.

272 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., 97.

273 Acerca do significado da expressão “padrão ouro”, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro#O\\_padr%C3%A3o\\_barra-ouro\\_e\\_o\\_decl%C3%Adnio\\_do\\_padr%C3%A3o-ouro\\_\(1925-31\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro#O_padr%C3%A3o_barra-ouro_e_o_decl%C3%Adnio_do_padr%C3%A3o-ouro_(1925-31)) (visto em 01.02.2022).

274 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 97.

Prontamente Marx denuncia esse equívoco da teoria dinheiro-trabalho: “[...] o que determina o valor não é o tempo de trabalho que foi incorporado nos produtos [“trabalho objetivado” ou “trabalho encarnado”], mas o tempo de trabalho necessário para produzi-los hoje [“trabalho vivo”]”, medido pelo tempo de trabalho geral e médio para produzir as mercadorias (tempo de trabalho abstrato), inclusive as mercadorias ouro e prata (no caso, o tempo de trabalho geral e médio da extração desses metais e dos processos subsequentes).<sup>275</sup>

Roman Rosdolsky expõe detalhadamente o desenvolvimento do raciocínio marxiano que toma como exemplo a própria libra de ouro, observando que ela própria é fruto de um trabalho já realizado, um trabalho objetivado, “um tempo de trabalho determinado”. Que o valor não é determinado pelo tempo de trabalho que foi incorporado nos produtos (ou objetivado), na hipótese, na libra de ouro produzida no passado, mas sim pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la hoje.

Para efeito da abordagem do primeiro erro apontado por Marx da teoria dinheiro-trabalho, apresentamos a sua conclusão no sentido da inviabilidade da utilização do trabalho como equivalente geral de troca, ou como dinheiro. Primeiramente, veremos a utilização do trabalho como equivalente geral de troca levando em conta a própria mercadoria ouro e prata:

“Consideremos que a própria libra de ouro, antes, fosse equivalente ao produto de vinte horas de trabalho [ou seja, para se produzir uma libra de ouro seria necessário a dispensa de vinte horas de trabalho, digo eu]. Suponhamos que, por uma circunstância qualquer, se necessitem agora de apenas dez horas de trabalho para produzir a mesma libra. A libra de ouro, cujo valor de face é igual a vinte horas de trabalho, agora seria igual a apenas dez horas; vinte horas de trabalho seriam iguais [agora] a duas libras. Se, de fato, trocam-se dez horas de trabalho por uma libra de ouro, esta libra não pode ser trocada por vinte horas. A moeda ouro, portadora do título plebeu de x horas de trabalho, estaria exposta a mais oscilações que qualquer outro tipo de moeda, especialmente a moeda ouro atual, pois, se o ouro não pode aumentar ou diminuir em relação ao próprio (pois é idêntico a si mesmo), o tempo de trabalho passado, contido em uma determinada quantidade de ouro, deve aumentar ou diminuir em relação ao tempo de trabalho vivo no presente. Para manter a conversibilidade [da moeda ouro em x horas de trabalho, por exemplo, digo eu novamente] seria preciso conservar estacionária a produtividade do trabalho. Mais ainda, segundo a lei econômica geral de que os custos de produção diminuem constantemente e o trabalho vivo se torna cada vez mais produtivo [...] uma depreciação constante seria o destino inevitável desse dinheiro-trabalho de ouro”.

Dado, segundo Marx, que o ouro em si não pode aumentar ou diminuir de

---

275 Idem, p. 98 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). Sobre as categorias *trabalho objetivado* e *trabalho vivo*, reveja <sup>[Nota 134]</sup>. Acerca do disposto no parágrafo em Nota sobre *valor* e a *determinação do valor de uma mercadoria*, recomendamos reler o capítulo três (Folheto nº 02) deste artigo que discute a questão do *valor de uso* em Marx.

valor em relação a ele próprio, pois é idêntico a si mesmo, o tempo de trabalho, conforme a teoria do dinheiro-trabalho proudhoniana, para produzir o ouro, isto é, o trabalho “encarnado”, objetivado no material monetário ouro, sendo convertido em valor de face do ouro, passa a ser critério de medida. O mesmo vale para o material monetário prata.

Como, para Marx, o que determina o valor é o tempo de trabalho geral necessário para produzir algo hoje, e não o trabalho objetivado/incorporado nele (no caso em análise, o material monetário ouro), se hoje uma libra equivale a 10 horas de trabalho para produzi-la, tomando como base as 20 horas de trabalho incorporado anteriormente, em 20 horas se produziria duas libras.

Apesar do aumento da produtividade registrada, como a teoria de Proudhon considera o valor de face de uma libra como sendo o tempo de trabalho objetivado nela, na forma do exemplo em questão, uma libra continua equivalendo a 20 horas de trabalho. O trabalhador então receberia por 20 horas de trabalho apenas uma libra.

Marx conclui: “Para manter a conversibilidade [de uma libra por 20 horas de trabalho] seria preciso conservar estacionária a produtividade do trabalho”. Porém, “[...] segundo a lei econômica geral de que os custos de produção diminuem constantemente e o trabalho vivo se torna cada vez mais produtivo [...] uma depreciação constante seria o destino inevitável desse dinheiro-trabalho de ouro”.<sup>276</sup>

Aparentemente, digo eu, a hipótese analisada por Marx não apresenta, no resultado, divergência quanto ao que propõe Darimon. É exatamente as consequências da depreciação constante do dinheiro-ouro ou do dinheiro-prata que Proudhon quer eliminar com sua teoria do dinheiro-trabalho, “destronando” o que chama de “privilégio” do ouro e prata enquanto mercadoria-dinheiro e, por conseguinte, a denominada “preponderância de que os metais nobres desfrutam nas trocas mercantis e em toda vida econômica”, aprofundando a desigualdade e desproporcionalidade do intercâmbio entre capital e trabalho, e outras consequências negativas, conforme mencionamos em página anterior.

No entanto, tal convergência é mesmo só aparente, pois a nosso ver, o que Marx quer demonstrar é a invalidade da teoria do dinheiro-trabalho em geral, pois se ela quer transformar todas as mercadorias em dinheiro, lastreado no trabalho objetivado nelas, também o ouro e prata, como mercadoria que são, deveriam servir igualmente para o propósito dos proudhonianos.

Detendo-nos, doravante, à solução proposta pelos proudhonianos, na linha de frente Darimon, uma espécie de porta-voz de Proudhon, como já evidenciado, passamos a examinar a utilização do tempo de trabalho como equivalente geral de troca expresso em um título, um **dinheiro-trabalho de papel**, o vale/cheque-trabalho ou bônus-hora, no lugar do dinheiro metálico ou das cédulas conversíveis em ouro e prata.<sup>277</sup>

Nessas condições, como extraímos de *Gênese*, o custo de produção, isto é, o tempo de trabalho materializado no papel, o dinheiro-trabalho de papel, seria tão baixo, ao contrário do custo de produção do ouro e prata, que um aumento da produtividade do

---

276 Ibidem, p. 98.

277 Ibidem, p. 98 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

trabalho refletiria diretamente no valor do bônus-trabalho<sup>278</sup>, beneficiando o trabalhador.

Marx explica: “O tempo de trabalho materializado no papel contaria tão pouco como o valor do papel dos títulos bancários [...]. Se a hora do trabalho se tornasse mais produtiva, o bônus que a representa aumentaria seu poder de compra, e vice-versa, exatamente como hoje” na vigência do lastro metálico, pois “[...] com uma nota de cinco libras esterlinas compra-se mais ou menos, conforme aumente ou diminua o valor do ouro em relação às outras mercadorias”. Na hipótese, com o bônus-hora se compra mais ou menos conforme aumente ou diminua a produtividade do trabalho que originou o bônus respectivo.

“De acordo com a mesma lei”, Marx prossegue, “segundo a qual o dinheiro-trabalho de ouro sofreria uma depreciação constante [em função da tendência real de aumento da produtividade do trabalho], o dinheiro-trabalho de papel experimentaria uma constante elevação de seu preço”, uma vez que o trabalho social da produção de qualquer mercadoria, objetivado no dinheiro-trabalho de papel, passa ser o critério de medida dessa mercadoria.

Ora veja, diria o proudhoniano, segundo Roman Rosdolsky citando Marx, “isso é justamente o que queremos [...]; o trabalhador seria beneficiado com a crescente produtividade de seu trabalho, em vez de, como hoje, criar riqueza alheia e desvalorizar a si próprio”.<sup>279</sup>

Como o dinheiro-trabalho está atrelado à produtividade do trabalho, quanto maior a produtividade do trabalhador na produção das mercadorias, maior seria o valor das horas de trabalho nelas incorporadas, maior seria o valor do bônus representativo dessas horas objetivadas nas mercadorias produzidas.

Entretanto, Marx pondera que uma vez admitido o dinheiro-trabalho, ainda que na forma de bônus-hora, “devemos supor uma acumulação desse dinheiro, além de contratos, obrigações, impostos etc., que se tornariam inviáveis com o uso dessa forma de dinheiro”. Os bônus acumulados, bem como as novas emissões, tenderiam a valorizar-se constantemente, por conta exatamente da tendência do aumento contínuo da produtividade. O que acabaria por beneficiar os que não trabalham. Ademais, prossegue Marx, “os encargos contraídos antes seguiriam o mesmo caminho, diante da produtividade tendencialmente crescente do trabalho”.<sup>280</sup>

“Assim”, conclui o filósofo alemão, “a exploração do trabalho vivo pelos detentores de trabalho acumulado [ou detentores dos bônus-horas acumulados, digo eu], os juros, as crises – em suma, todos os males que os proudhonianos pretendem eliminar com sua reforma monetária – ressurgiriam sob nova forma”. Dessa maneira, “diante da lei da produtividade crescente do trabalho”, pontua Rosdolsky, “o dinheiro substituto,

---

278 O custo de produção do papel é tão baixo que a função de valor de troca em termos de trabalho social abstrato diz respeito ao custo de produção não do material monetário papel mas sim da mercadoria que está sendo produzida e cuja produção gerou o referido título dinheiro-trabalho, pois cada mercadoria produzida carrega agora a função de dinheiro.

279 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 99.

280 Idem, p. 99 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

imaginado por Proudhon como panaceia social, fracassaria”. Sendo, pois, o dinheiro-trabalho, “uma evidente utopia”. Ou um paradoxo, digo eu.

Com a criação do dinheiro-trabalho (na forma de bônus-hora), os proudhonianos “pretendem eliminar a sobrevalorização do dinheiro [ou seja, da mercadoria-dinheiro de ouro e de prata], que se manifesta durante as crises”, geralmente com o aumento do preço do ouro e da prata em relação a quase todas as outras mercadorias. Pretendem, com o bônus-hora, “assegurar a cada pequeno produtor e vendedor de mercadoria um preço ‘justo’”.

Em suma, leciona Marx:

“Suprima-se o privilégio do ouro e da prata, degradando-os ao nível de todas as outras mercadorias: eis o que exige Darimon em última instância. Então não teríamos mais o mal específico do dinheiro-ouro e do dinheiro-prata, ou das cédulas conversíveis em ouro ou prata. Teríamos eliminado o mal definitivamente. Ou também: que se estenda a todas as mercadorias o monopólio que agora só o ouro e a prata possuem. **Deixem que o papa continue existindo, mas façam, de cada um, um papa**” (grifo nosso).<sup>281</sup>

Recordando o que assenta Roberval Leone na transcrição da página 76 supra, a compreensão marxiana do dinheiro como uma mercadoria o diferencia das demais por ser dotado de “propriedades específicas”: como equivalente particular e, ao mesmo tempo, como equivalente universal. Na condição de equivalente particular para todos os valores ele pode ser trocado por qualquer mercadoria (possuindo valor de uso geral). Como equivalente universal traz em seu bojo o equivalente geral em termos de trabalho social abstrato (possuindo valor de troca). Desse modo, independente da forma dinheiro que se adote, os inconvenientes do dinheiro (desequilíbrio do intercâmbio entre capital e trabalho, juros extorsivos e crises econômicas gerais) que os proudhonistas querem eliminar permanecerão. Tais inconvenientes, como Marx afirma, segundo Leone, “derivam da função do dinheiro ou do seu conteúdo (a categoria econômica) e não da forma adotada pelos homens”.

Isso posto, passamos para a segunda falha teórica dos proudhonianos apontada por Marx.

### **Confusão entre valor e preço** (alínea “b” supra)

De acordo com Roman Rosdolsky, para eliminar a observada sobrevalorização do dinheiro-ouro e prata que se manifesta nas crises e assegurar a cada pequeno produtor e vendedor de mercadorias um preço justo, como pretendem os defensores do dinheiro-trabalho, “[...] Não só o dinheiro precisa ser conversível em mercadorias a qualquer momento, mas também as mercadorias devem poder converter-se em dinheiro, também a qualquer momento”.<sup>282</sup>

Como no primeiro caso estamos a falar de **preço** e no segundo caso de **valor**, continua Rosdolsky, “Isso só é possível quando os preços coincidem exatamente com os

---

281 Ibidem, p. 504 e 505 (Nota 19).

282 Ibidem, p. 99 (Os dois parágrafos seguintes também foram redigidos com base na obra e página referenciadas).

valores, ou seja, com as quantidades de trabalho materializadas nas mercadorias”. Aqui se vê, constata Roman, que “os partidários do bônus-hora”, como Marx chamava os defensores da teoria do dinheiro-trabalho, “**confundem valor e preço**, não compreendem a necessária incongruência entre ambas as formas” (grifo nosso).

Sendo certo que, em Marx, “[...] o **valor** (o real valor de troca [ou valor econômico ou valor intrínseco ou simplesmente valor]) de todas as mercadorias [...] é **determinado por seu custo de produção**, ou seja, pelo **tempo de trabalho** exigido em sua produção”, também o é que “[...] **O preço é este valor [real] de troca expresso em dinheiro**” (grifo nosso).

De acordo com Roman, “Em primeira aproximação, a diferença entre valor e preço parece ser puramente nominal”, o que Marx afasta em definitivo: “Mas isso não se sustenta”, opõe-se: “O valor das mercadorias, determinado mediante o tempo de trabalho, é seu valor médio. Uma média que representa uma abstração, pois resulta de um cálculo que deve abranger um período (por exemplo, uma libra de café vale 1 xelim, calculando-se a média dos preços do café durante o período de 25 anos), mas que é real quando vista como força motriz e o princípio ativo das oscilações às quais estão sujeitos os preços durante um período determinado”.<sup>283</sup>

Sendo, pois, o valor das mercadorias determinado por um valor médio, “o valor de mercado das mercadorias [ou preço de mercado<sup>284</sup>] é sempre diferente desse valor médio [valor econômico das mercadorias, digo eu], sempre inferior ou superior a ele”.<sup>285</sup>

Roman Rosdolsky prossegue: “Portanto, o *preço* não se distingue do *valor* só por aquele ser nominal e este real, ou seja, não só pela denominação em ouro e prata [...]” (grifo do autor). Conforme extraímos de *Gênese*, a distinção se explica porque enquanto “o valor [da mercadoria] guia a lei dos movimentos realizados pelo preço”, ou seja, enquanto “[...] os custos de produção determinam as oscilações da oferta e da demanda”, temos que “[...] No dia-a-dia [sic], oferta e demanda determinam o preço das mercadorias; [custos de produção (valor) e preço] nunca coincidem, ou só o fazem acidentalmente [como exceção]”.

Marx ensina: “O preço das mercadorias é constantemente superior ou inferior ao seu valor, e o próprio valor das mercadorias só se expressa através do aumento e da queda dos preços”. Valor e preço são permanentemente diferentes.

A seguir, tratamos do terceiro e último “erro” da teoria proudhoniana do dinheiro-trabalho que identificamos da análise de Roman Rosdolsky.

### **Um banco central de trocas** (alínea “c” supra)

De acordo com o observado até aqui, os proudhonianos, ao fim e ao cabo, mantêm a circulação das mercadorias, desta feita por meio do bônus-hora, e não mais na forma de dinheiro de ouro ou de prata ou por meio do lastro metálico (padão-ouro). Assim

283 Ibidem, p. 99 e 100.

284 Ibidem, p. 504 Nota 12.

285 Ibidem, p. 100 (Os dois parágrafos seguintes foram redigidos com base na obra e página referenciadas).

fazendo, cada mercadoria expressa, por meio do tempo de trabalho nela incorporado, um equivalente geral de troca, no lugar de uma terceira mercadoria que funcionaria como dinheiro. De acordo com Marx, Proudhon e outros defendem “a degradação do dinheiro e a apoteose da mercadoria”<sup>286</sup>.

Como o mercado não seria superado pela proposta proudhoniana, necessariamente haveria de ser criado um “banco central de trocas”, personificado na ideia de Proudhon do **Banco do Povo**. “Um banco emissor dos bônus-hora” que os troque “por mercadorias de diversos produtores, pelo custo de produção [pelo tempo de trabalho incorporado nelas]”. Esse banco “se converteria então no ‘**comprador universal**, o comprador não só dessa ou daquela mercadoria, mas de todas as mercadorias’, pois só dessa maneira o seu dinheiro-trabalho poderia ter alcance universal” (grifo nosso).<sup>287</sup>

Marx prossegue: “Porém, se ele é o comprador universal, deve ser também o **vendedor universal**. Deve ser não só depósito onde são armazenadas todas as mercadorias, não só o armazém geral [sic], mas também o dono das mercadorias, no mesmo sentido que essa expressão se aplica a qualquer outro comerciante”.

Além disso, e “ao mesmo tempo”, teria outros atributos: “o de fixar de maneira autêntica o valor de troca de todas as mercadorias, ou seja, o tempo de trabalho materializado nelas [...], e de assegurar condições para que o trabalho dos produtores seja igualmente produtivo (e, portanto, efetuar uma distribuição equilibrada e ordenada dos instrumentos de trabalho)”, e várias outras atribuições que o transformaria também em um “**produtor universal**” de mercadorias (grifo nosso).

Na verdade, como afirma Rosdolsky, esse banco central “ou seria o governador despótico da produção e o administrador da distribuição, ou seria um conselho responsável pelos livros e a contabilidade da sociedade trabalhadora coletiva”.

Encerrando aqui o exame do que denominamos como as falhas teóricas da tese do dinheiro-trabalho de Proudhon, identificadas na análise de Roman Rosdolsky no capítulo em comento, reproduzimos o que assenta Roberval Leone: “Para descrever a refutação de Marx sobre a teoria do dinheiro-trabalho de Proudhon, basta responder a seguinte pergunta: ‘é possível expressar o dinheiro diretamente em tempo de trabalho?’” Não, eis a resposta de Marx.<sup>288</sup>

Como nos traz Roman Rosdolsky replicando Karl Marx: “Enquanto a base do valor de troca for conservada [isto é, as relações sociais da produção capitalista], esses projetos serão apenas devaneios. A ilusão de que o dinheiro metálico falseia o intercâmbio decorre de um desconhecimento absoluto da natureza do dinheiro”. Com a aplicação de “todo tipo de artifícios ao dinheiro, imagina-se abolir contradições das quais ele é simples manifestação”.<sup>289</sup>

Marx continua: “Enquanto as medidas se dirijam contra o dinheiro como tal,

---

286 Ibidem, p. 101.

287 Ibidem, p. 101 e 102 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

288 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 66. Site consultado em 01.02.2022.

289 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 103 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).



trata-se apenas de um ataque a conseqüências, cujas causas permanecem; surge daí uma perturbação do processo produtivo, que tem a base sólida e também a força para [...] predominar [...].”

Por ser bastante ilustrativo do que expusemos até aqui, vamos ao que escreveu Marx em uma carta ao amigo Joseph Weydemeyer sobre o que querem os socialistas proudhonianos: “[...] se destroça o socialismo proudhoniano em seus fundamentos, atualmente em moda na França, que pretende deixar subsistir a produção privada, mas organizar a troca de produtos privados. **Quer a mercadoria, mas não o dinheiro** [...]”.<sup>290</sup>

Roman Rosdolsky mostra, citando Marx, que “[...] a degradação do dinheiro e a apoteose da mercadoria”, apregoada por Proudhon e outros, tem como base um “mal-entendido [sic] elementar sobre a conexão necessária entre mercadoria e dinheiro”. Os proudhonistas não entendem “que toda circulação de mercadorias deve levar à formação de dinheiro, e que por isso, ‘enquanto o valor de troca for a forma social dos produtos, é impossível eliminar o dinheiro”, e até mesmo os “inconvenientes” do dinheiro-trabalho, digo eu.<sup>291</sup>

Nesse sentido, essa espécie de “terceira mercadoria<sup>292</sup>” rejeitada pela teoria proudhonista, o dinheiro, “é, e não deixará de ser, categoria inseparável do modo de produção capitalista”, conforme constata Roberval Leone<sup>293</sup>.

Sem essa “terceira mercadoria” dotada da propriedade de equivalente geral de troca, as mercadorias seriam compradas por meio de sua própria medida de valor, qual seja, as quantidades objetivadas de tempo de trabalho para produzi-las. O que geraria uma “confusão” ainda maior. Pois, de acordo com Rosdolsky, sempre mencionando Marx, “a diferença entre valor e preço, entre a mercadoria medida pelo tempo de trabalho que a produziu [valor] e o produto do tempo de trabalho pelo qual ela é trocada [preço], é que cria a exigência de uma terceira mercadoria que sirva de padrão, na qual se expressa o valor de troca real da mercadoria”.<sup>294</sup>

Visto que valor e preço não se confundem, “o elemento que determina o valor – o tempo de trabalho – não pode ser elemento no qual os preços se expressam”. E isso também “lança luz sobre como e por que a relação do valor recebe no dinheiro uma existência material e particularizada, ou seja, por que a circulação de mercadorias deve engendrar o dinheiro”.<sup>295</sup>

Em sendo assim, temos como respondida pelo próprio Marx, a partir do que nos trouxe Roman Rosdolsky, a indagação do autor d’*O capital* quando da formulação do “problema fundamental” da teoria do dinheiro-trabalho proudhoniana, exposta na página 73 supra, no sentido de que não é possível revolucionar as relações de produção existentes e as relações de distribuição, que lhes correspondem, por meio de uma transformação do

---

290 O trecho da carta de Marx a [Joseph Weydemeyer](#) (1818-1866) transcrito no parágrafo foi extraído da Nota 46 de *Gênese* (Ibidem, p. 480).

291 Ibidem, p. 101.

292 Ibidem, p. 100. A primeira mercadoria é a força de trabalho e a segunda é a mercadoria por ela produzida.

293 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 67. Site consultado em 02.02.2022.

294 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 100 e 101.

295 Idem, p. 101.

instrumento de circulação (o dinheiro), ou seja, reorganizando a circulação. Bem assim que não seria possível reorganizar a circulação sem alterar as atuais relações de produção e as relações sociais que sobre elas repousam.

Isso posto, Roberval Leone expõe que, Marx, no primeiro capítulo dos *Grundrisse*, a partir da crítica ao livro de Darimon e da crítica geral da teoria do dinheiro-trabalho de Proudhon, não finaliza o tema, pelo contrário, embora sejam elas “suficientes para aniquilar a pretensão dos proudhonianos”. Nas críticas expostas, e a partir delas, o filósofo alemão inicia um “monólogo sobre valor e preço”, elaborando sua “teoria da determinação do valor” e a partir dela a teoria do dinheiro.<sup>296</sup>

Nessa linha, Rosdolsky encerra o quarto capítulo de *Gênese*, chamando também a atenção para o fato de que a fundamentação utilizada por Marx na crítica à “utopia do dinheiro-trabalho”, é, “em grande parte, um pedaço de sua própria teoria do dinheiro. Um pedaço essencial: sua **teoria da formação do dinheiro**” (grifo nosso).<sup>297</sup>

Na sequência do estudo de “Gênese e estrutura de *O capital*”, no Folheto nº 04, acompanharemos com Roman Rosdolsky o desenvolvimento das pistas lançadas por Marx, a partir das conclusões sobre as chamadas falhas teóricas da teoria do dinheiro-trabalho expostas neste texto, do que viria ser a primeira formulação da teoria marxiana do dinheiro, examinando a origem do dinheiro e suas funções.

---

296 SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 67. Site consultado em 02.02.2022.

297 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 103.

## FOLHETO Nº 04

### PARTE II – A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO (continuação)

#### Capítulo 5 – A transição do valor ao dinheiro

Dando continuidade à segunda parte do livro de Roman Rosdolsky, “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, trazemos o exame da origem do dinheiro em Marx, cujo capítulo em destaque corresponde ao item “Gênese e essência do dinheiro”, do “Capítulo do Dinheiro” dos manuscritos *Grundrisse* de 1857/1858 (“Elementos fundamentais para a crítica da economia política”), sobre os quais Rosdolsky se dedica em sua obra.<sup>298</sup>

##### 5.5.1. A necessidade de instituir o dinheiro

Roman Rosdolsky inicia o primeiro item do capítulo cinco trazendo uma frase lapidar de Karl Marx sobre o tema dinheiro: “A dificuldade não está em compreender que o dinheiro é **mercadoria**, mas sim em compreender **como, por que, por meio de qual intermediação** uma mercadoria é [ou se torna, digo eu] **dinheiro**” (grifo nosso). De acordo com Rosdolsky, Marx tratava “de descobrir a **origem do dinheiro já oculta na relação de troca** mais simples e mais elementar da mercadoria” (grifo nosso).<sup>299</sup>

Embora seja em *O capital*, no Livro I - *O processo de produção do capital*, que a origem do dinheiro é tratada como “o principal tema da conhecida análise marxiana das formas ‘simples’, ‘total,’ e ‘geral’ do valor”, nos *Grundrisse* propriamente ditos já “aparecem os aspectos centrais da resposta ao problema”<sup>300</sup>.

---

298 Avaliamos como importante reproduzir neste momento inicial o que assinala a professora Leda Paulani acerca da contextualização histórica e social do tema dinheiro em Marx. Para a referida professora, Marx estuda as relações de trocas e, por conseguinte, o dinheiro, no âmbito do *mundo capitalista*. Muito embora tenham existido eventuais relações de trocas e algum tipo de dinheiro em “outros arranjos sociais de produção material da vida”, as relações de troca e, sobretudo, o dinheiro de então, “não comandavam a vida material” daquelas sociedades. Tal fenômeno só vem a ocorrer no âmbito do modo de produção capitalista (in PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Videoaula. Coletivo Arroz Feijão e Economia. 2021. Disponível em [https://youtu.be/kx0\\_JwZs5gs](https://youtu.be/kx0_JwZs5gs) (minutagem: 12m15s-12m34s). Visto em 25.02.2022).

299 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 105 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

300 De acordo com Roman (Ibidem, p. 506 Nota 2), já nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 e na obra *Miséria da Filosofia* de 1847, “Marx destaca o fato de que ‘o dinheiro é a verdadeira existência do valor como tal’. Por isso, o intercâmbio ‘teve de individualizar o valor de troca [no sentido marxiano de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu] mediante a criação de um meio de troca particular [o dinheiro, como uma terceira mercadoria]’. Porém, só nos *Grundrisse* ele [o filósofo alemão, digo eu] desenvolveu e fundamentou em detalhes esse raciocínio” (grifo nosso).

Nesta altura do nosso estudo, cabe reproduzir um esclarecimento substancial feito por Roman Rosdolsky. Segundo assinala o autor de *Gênese* (Ibidem p. 506 Nota 8), referindo-se à mercadoria, “Nos *Grundrisse* [...], Marx emprega com muita frequência a expressão ‘valor de troca’ em lugares onde deveria usar simplesmente ‘valor’ [valor econômico ou intrínseco, digo eu]”. No Livro I de *O capital*, segundo Rosdolsky, Karl Marx continua empregando a expressão “valor de troca” para definir mercadoria, porém, ali, o próprio Marx esclarece ser “falsa” a afirmação de que mercadoria é valor de uso e valor de troca se se busca “maior precisão” no conceito. O autor d’*O capital* justifica que o uso da palavra “valor de troca” na definição de mercadoria foi uma mera opção pela “terminologia em voga”, ponderando que se tal escolha esteja clarificada “o modo de expressão que usamos não cria problemas e serve para simplificar”. Todavia, afirma contundente: “A mercadoria é *valor de*

Como bem sugere o título do capítulo em comento, e assim veremos, para Karl Marx, a origem do conceito de dinheiro está na categoria **valor**.

O autor de *Gênese* começa o exame da origem do dinheiro em Marx referindo-se à rejeição do filósofo alemão à teoria do dinheiro-trabalho proposta pelo socialista francês Pierre-Joseph Proudhon, isto é, à tentativa proudhoniana de transformar todas as mercadorias em dinheiro, de abolir o dinheiro como uma terceira mercadoria<sup>301</sup> (a exemplo do dinheiro de ouro e de prata e das cédulas conversíveis nestes metais), de cuja rejeição versamos no Folheto nº 03 deste artigo expositivo.<sup>302</sup>

Roman Rosdolsky recorda que a condenação marxiana “ao fracasso de qualquer *dinheiro-trabalho*” se apoia, em primeiro lugar, na “lei da produtividade crescente do trabalho, que produziria uma constante depreciação de todas as mercadorias diante dos ‘bônus-hora’”, e, em segundo lugar, na “necessária incongruência entre ‘valor real e valor de mercado, valor e preço [das mercadorias]’, ou seja, o fato de que o tempo de trabalho real [trabalho privado ou concreto, formador do preço, digo eu] incorporado em cada mercadoria não pode coincidir diretamente com o tempo de trabalho geral ou médio [trabalho humano geral ou trabalho abstrato, formador do ‘valor’ da mercadoria, digo eu novamente], tal como este último aparece no interior do conceito de valor”.<sup>303</sup>

Partindo da argumentação marxiana contra o dinheiro-trabalho, Roman Rosdolsky expõe que os produtos do trabalho humano só podem ser considerados valores “na medida em que sejam considerados encarnações de uma mesma substância social, o trabalho humano geral [ou trabalho abstrato, digo eu]<sup>304</sup>”. Para

---

uso, objeto voltado para o uso, e ‘valor’ [valor econômico ou valor intrínseco, digo eu novamente]” (grifo nosso). Embora o conceito de mercadoria seja composto por duas categorias (valor de uso e valor), sua dimensão é tríplice: valor de uso, valor e valor de troca. A mercadoria “[...] Apresenta-se [conceitualmente, digo eu] como um ser de dupla face (que é) quando seu valor possui uma forma própria de manifestação – a de *valor de troca* –, diferente de sua forma natural [de valor de uso (de utilidade), digo eu]” (grifo nosso). Sobre a questão, Marx faz uma observação significativa: “considerada isoladamente, [a mercadoria] nunca possui aquela forma [de valor de uso e de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu mais uma vez]: isso só ocorre na relação de valor [de troca] ou de intercâmbio com uma segunda mercadoria, de tipo diferente”. Conforme definimos no Folheto nº 02 deste artigo expositivo, uma mercadoria é tudo aquilo que é produzido pelo trabalho humano, substância do seu valor, e colocado no mercado para ser trocado/vendido de acordo com seu valor de uso (utilidade). Diante dessa brevíssima abordagem, recomendamos a releitura do capítulo três (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”) do referido folheto, onde, entre outros aspectos, aprofundamos a definição de mercadoria, tratamos da substância do seu valor (o tempo de trabalho socialmente necessário ou trabalho social ou, ainda, tempo de trabalho abstrato socialmente determinado), além da distinção entre valor de uso, “valor” (valor econômico ou valor intrínseco) e valor de troca.

301 Segundo constatou Roberval Leone, esta “terceira mercadoria” (a primeira mercadoria é a força de trabalho e a segunda é a mercadoria por ela produzida) rejeitada pela teoria proudhonista, o dinheiro, “é, e não deixará de ser, categoria inseparável do modo de produção capitalista” (in SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. Op. cit., p. 67. Site consultado em 02.02.2022).

302 Como observado no citado Folheto nº 03, quando tratamos da crítica de Marx à teoria do dinheiro-trabalho do socialista “utópico” Joseph Proudhon<sup>[Nota 60]</sup>, os primeiros passos da formulação da teoria marxiana do dinheiro foram dados com a crítica a [Alfred Darimon](#), defensor da teoria proudhoniana do dinheiro-trabalho. Um desses passos redundou na análise de Marx da gênese e essência do dinheiro e sua relação com o conceito de valor.

303 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 105 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

304 Trabalho humano geral ou trabalho abstrato é o *tempo de trabalho socialmente determinado ou necessário* alocado ou embutido nos bens (tangíveis (materiais) e intangíveis (serviços)), sejam finais ou intermediários (matéria-prima e insumos). Por sua vez, “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (in MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro**

Karl Marx, o **trabalho humano geral** ou **abstrato** é a **substância do “valor”** (valor econômico ou intrínseco) **da mercadoria**.

Todavia, citando Marx, Rosdolsky alerta ser preciso ter em conta que “o trabalho ‘não existe como objeto universal de troca, independente e desvinculado [...] das particularidades naturais das mercadorias’. O trabalho de indivíduos isolados apresenta diversos graus de intensidade e habilidade; é trabalho determinado, concreto [privado, digo eu], que ‘adapta materiais naturais específicos a necessidades específicas do homem’”. Como é assim, “resulta objetivado ‘em uma mercadoria determinada e específica, dotada de qualidades específicas, mantendo relações específicas com as necessidades’”.<sup>305</sup>

Por possuir essas peculiaridades de objetivação e de especificidade em relação às necessidades às quais atende, o trabalho humano “[...] **Não é diretamente valor de troca; deve-se tornar valor de troca**” (grifo nosso)<sup>306</sup>. “Tal como é diretamente”, prossegue Rosdolsky replicando Marx, “a mercadoria só é tempo de trabalho individual objetivado [trabalho privado ou concreto], portador de um conteúdo específico, e não tempo de trabalho geral”.<sup>307</sup>

Avançando em seu raciocínio, Marx prescreve que, para se tornar valor de troca (no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco), o trabalho humano “Na condição de trabalho humano geral [trabalho abstrato] – na condição de valor [valor econômico ou intrínseco] – deve objetivar-se ‘em uma mercadoria que expresse apenas sua cota, ou quantidade [valor de troca], que seja indiferente às suas qualidades naturais [relativas ao valor de uso] e por isso possa ser metamorfoseada em – ou trocada por – qualquer outra mercadoria [...]”<sup>308</sup>.

A par disso, Marx levanta a seguinte questão: como tornar o trabalho humano “valor” (valor econômico ou valor intrínseco), como “representar uma mercadoria particular, diretamente, como tempo de trabalho geral objetivado? Ou, o que dá no mesmo, como conferir diretamente ao tempo de trabalho individual [trabalho privado

---

**I – O processo de produção do capital.** Op. cit., p. 117). Para o momento é suficiente essa definição de Marx. Detalhes sobre a mensuração das variáveis presentes na definição marxiana conheceremos no decorrer da nossa **Expedição**, em momento próprio. Porém, para o leitor que deseja se adiantar no assunto, veja o texto de I. Lapidus e K. V. Ostrovitianov intitulado “[Trabalho individual e trabalho socialmente necessário](https://www.marxists.org/portugues/lapidus/1929/manual/01-06.htm)” (Op. cit., disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lapidus/1929/manual/01-06.htm>. Visto em 25.02.2022).

No Folheto nº 02 do presente artigo expositivo de *Gênese*, quando versamos sobre seu capítulo três, “Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”, tratamos da definição de trabalho abstrato, bem assim da distinção com o trabalho concreto (privado ou individual).

305 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 105 e 106.

306 Aqui, onde se ler valor de troca, entenda-se “valor” ou valor econômico ou valor intrínseco da mercadoria. No parágrafo em Nota temos um dos exemplos da “imprecisão” do uso da terminologia “valor de troca” explicitada na segunda parte da <sup>[Nota 300]</sup>. Doravante, quando constataremos, ao nosso juízo, tal imprecisão, faremos, geralmente entre colchetes, a observação de que a terminologia “valor de troca” ali utilizada está no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco. Além dessa intervenção, de maneira geral, sempre que conveniente para o esclarecimento de transcrições diretas do que assenta Roman Rosdolsky ou o próprio Marx, além de outros autores, igualmente atuaremos fazendo apontamentos também entre colchetes.

307 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 106 (Ibidem em relação à redação dos parágrafos seguintes).

308 Repare que no parágrafo em Nota, ao mencionarmos entre colchetes as categorias valor de uso, valor de troca e “valor” (valor econômico ou valor intrínseco), estamos a falar das três dimensões de qualquer mercadoria, o que não a define, segundo Marx, conforme mencionamos em Nota anterior.

ou concreto], incorporado em uma mercadoria particular, o caráter de universalidade [de trabalho humano geral ou abstrato]?", o caráter de substância social da relação de troca.

Citando Karl Marx, o autor de *Gênese* perfila que “As mercadorias – por exemplo, um metro de algodão e uma medida de azeite, considerados como algodão e azeite – são naturalmente diferentes, possuem qualidades diferentes, são medidas de maneiras diferentes, são incomensuráveis [não se podem comparar qualitativamente]”.

Entretanto, prossegue o próprio Marx, “na condição de valores [na condição de trabalho humano geral, que corresponde ao ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria], todas as mercadorias são qualitativamente iguais e só quantitativamente diferentes; por isso todas servem de medida umas às outras e se substituem [...] em determinadas proporções quantitativas [valores de troca]”. O “valor” (valor econômico ou intrínseco), diferentemente do valor de troca, que é apenas a expressão quantitativa do “valor”, “é sua relação social<sup>309</sup>, sua qualidade econômica”.

Para Marx, “O valor ‘supõe o trabalho social [ou trabalho humano geral ou abstrato] como substância de todos os produtos, prescindindo completamente de suas propriedades naturais [valor de uso] [...]. Um livro que possui determinado valor [valor econômico ou intrínseco] e um pedaço de pão que possui o mesmo valor são intercambiáveis [conseguem ser trocados entre si]; são materiais diferentes, mas têm o mesmo valor”.

Portanto, na condição de “valor” (na condição de trabalho humano geral ou abstrato) há uma **equivalência** entre as mercadorias livro e pão. Na condição de “valor” “a **mercadoria** é um equivalente; [...] ela é o **padrão universal**, o **representante universal** e também **meio universal de troca** de todas as outras mercadorias (grifo nosso). Como **valor**, ela é **dinheiro**” (grifo nosso e do autor, respectivamente), prescreve o filósofo alemão.

Marx prossegue: “porque as mercadorias, como valores, só diferem uma das outras quantitativamente [ou, de outro modo, como valores as mercadorias se equivalem qualitativamente, caso contrário não poderia haver a troca entre livro e pão, digo eu], a diversidade natural das mercadorias deve entrar em contradição com sua equivalência econômica [equivalência que propicia a troca entre um livro e um pedaço de pão, digo eu novamente]”. Logo, o “valor” de cada mercadoria “deve adquirir uma ‘existência qualitativamente distinguível’” dela mesma e das demais.

Isso se explica, segundo Marx, porque na “condição de valor [valor econômico ou intrínseco], toda mercadoria é divisível [intercambiável]; em sua existência natural [na condição de valor de uso], no entanto, isso não é verdade”. Na sua

309 De acordo com Rosdolsky, na trilha de Marx, a condição do “valor” como relação social tem que ver com o fato de que os homens produtores não precisam saber como na realidade se determina o “valor” de suas mercadorias ou como seus produtos se tornam valores, e que por isso podem ser intercambiados no mercado. “Qualquer um pode precisar de dinheiro sem saber o que é o dinheiro”. No caso, a relação social em que se insere determina sua consciência sobre o dinheiro. Em uma hipótese ou em outra, afirma Roman, “não se deduz que ele [o ‘valor’, e o dinheiro também, por exemplo] não possua uma existência material, independente da consciência e da vontade dos homens” (ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 506 Nota 7).

condição de existência material ou natural (algo real), “[...] só há intercâmbio de mercadorias porque elas são diferentes e correspondem a necessidades diferentes. Na condição de valor, ela é universal; como mercadoria real, é algo particular. Como valor, é sempre intercambiável; na troca real, isso só ocorre quando ela satisfaz certas condições particulares [tenha valor de uso, por exemplo]”.

Continuando na demonstração destas duas condições distintas que se fazem presentes na mercadoria, a condição de “valor” e a condição de existência material ou real, Marx prescreve que, “Como valor [valor econômico ou intrínseco], a medida de seu potencial de troca está determinada por ela mesma, pois o valor de troca expressa precisamente a relação em que ela substitui outras mercadorias”. Já na condição de troca real, a mercadoria “só é intercambiável em quantidades fixadas [valor de troca] por suas qualidades naturais e correspondentes às necessidades dos que participam da troca [valor de uso]” – o que gera a possibilidade do intercâmbio entre um metro de pano e uma medida de azeite, por exemplo.<sup>310</sup>

Portanto, conforme assenta Roman Rosdolsky, “o que antes”, na crítica de Marx ao dinheiro-trabalho de Proudhon, “aparecia como uma contradição entre tempo geral e tempo individual de trabalho aparece agora como uma contradição entre o caráter geral da mercadoria como valor [valor intrínseco ou valor econômico] e seu caráter particular como valor de uso [utilidade]”.<sup>311</sup>

Rosdolsky prossegue replicando Marx: “Essa contradição visível [...] ‘só pode ser resolvida *se for objetivada*” (grifo do autor), ou, em outras palavras, “‘desdobrando-se’ a mercadoria no intercâmbio real, ou seja, criando-se para ela ‘uma forma de existência social separada de sua forma de existência natural: o **dinheiro**’” (grifo nosso). O dinheiro na forma de uma terceira mercadoria, uma mercadoria-dinheiro<sup>312</sup>.

Quando se troca duas mercadorias, ensina Marx, estabelece-se que “cada uma das mercadorias é igual a uma terceira”. Ou seja, cada uma dessas mercadorias “é diferente de si mesma” e igual a uma terceira. E isso permite o intercâmbio entre as duas. Na troca real, portanto, é preciso haver “uma mediação real<sup>313</sup>”. Tal **terceira mercadoria**, suporte da intermediação real, “diferente de ambas, já que expressa uma relação [de troca]”, é, complementa Rosdolsky, “precisamente seu **valor** [ou sua condição de trabalho humano geral]<sup>314</sup>” (grifo nosso). Isso quer dizer, conclui o filósofo alemão, que o “valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco]” da mercadoria “adquire uma **existência material separada dela**” (grifo nosso), que, conforme Rosdolsky, “se materializa de forma independente no **dinheiro**”.<sup>315</sup>

310 Idem, p. 106 e 107.

311 Ibidem, p. 107 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

312 Rosdolsky realça que “todas as qualidades apontadas como qualidades particulares do dinheiro são qualidades das mercadorias como valores de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco]” (Ibidem, p. 107).

313 A expressão “mediação” no sentido empregado no parágrafo em Nota, segundo Rosdolsky, é mais uma demonstração da influência de Hegel sobre Marx (Ibidem, p. 507 Nota 12).

314 Para que se possa comparar uma mercadoria com outras, ela “deve ser antes de tudo convertida em tempo de trabalho, ou seja, em algo qualitativamente diferente dela mesma” (Ibidem, p. 107).



Marx prescreve que há uma “contradição interna entre valor de uso e valor de troca [no sentido de ‘valor’, valor econômico ou intrínseco], implícita na mercadoria”. Exemplo: “como valores de uso [que corresponde ao atendimento das necessidades das pessoas, à utilidade do bem], as mercadorias não são divisíveis à vontade, mas devem sê-lo como valores de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco]”. Isso ocorre porque “a mercadoria A poderá ser valor de uso para B, enquanto a mercadoria B não é valor de uso para A”, ou, ainda, porque “é possível que os donos das mercadorias necessitem delas em proporções desiguais, não compatíveis com a divisibilidade”, ou que, como acrescenta Rosdolsky, “não necessitem delas no mesmo momento”. Esses aspectos impedem ou dificultam o intercâmbio.<sup>316</sup>

“Para eliminar essas dificuldades”, diz Roman Rosdolsky, “o produto, como valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco], deve ser liberado de seus inconvenientes naturais [a exemplo do decorrente do valor de uso]; deve assumir uma ‘forma-valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos agentes que participam do intercâmbio’”. E isso só é possível com a participação de uma terceira mercadoria intermediadora da relação de troca.

Marx prescreve: “Não se efetua uma troca em que os possuidores de mercadorias intercambiam seus artigos por outros, e os comparam com estes, sem que, nessa troca, as diferentes mercadorias dos diferentes donos sejam intercambiadas com uma terceira mercadoria, *sempre a mesma* [grifo do autor], e sejam comparadas com ela na condição de valores”.

Com o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, a forma de equivalente de troca, que, até então, recaía sobre uma ou outra mercadoria envolvida no próprio intercâmbio, “de forma alternativa e fugaz”, adere firme e exclusivamente a uma única e mesma terceira mercadoria e “[...] se cristaliza na **forma de dinheiro**” (grifo nosso). “Esta **terceira mercadoria** [o dinheiro]”, continua o autor *d’O capital*, “na medida em

315 Nesse ponto do comentário dos *Grundrisse* sobre a origem do dinheiro, conforme adiantamos no Folheto nº 03, quando reproduzirmos a Nota Preliminar da Parte II de *Gênese*, onde o autor identifica quatro versões distintas entre si sobre o tema dinheiro em Marx, Roman Rosdolsky pontua uma das que chama de “certas vacilações” sobre o dinheiro presentes naqueles manuscritos. Nos *Grundrisse*, de acordo com Rosdolsky, Marx ainda considera que “o dinheiro em geral [...] aparece como mero signo de valor ou ‘símbolo’”, o que denota “a influência da teoria do dinheiro proposta por [David] Ricardo<sup>[vide Nota 137]</sup>, que destaca unilateralmente a função do dinheiro como meio de circulação, e na qual ele aparece de fato como mero signo de valor”. Marx afirma: “A mercadoria é transformada em valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco]. Para equipará-la a si mesma, na condição de valor de troca [idem acima], ela é trocada por um signo que a representa na condição de valor de troca como tal. Como valor de troca [idem acima] assim simbolizado, ela pode ser novamente trocada, em determinadas proporções [valor de troca], por qualquer outra mercadoria”. Entretanto, já destacara nos próprios *Grundrisse* que, “embora sendo apenas um signo”, o dinheiro deve ser “uma mercadoria particular [uma terceira mercadoria]”. Nesses manuscritos, portanto, vê-se que “o dinheiro não só ‘representa’ o valor das mercadorias, mas também o ‘simboliza’”; o que, no dizer de Roman, “está em flagrante contradição com o verdadeiro sentido da teoria marxiana do dinheiro”, tanto é que tal entendimento foi abandonado por Marx mais adiante. Segundo Rosdolsky, “esse abandono” já é percebido no livro *Contribuição à crítica da economia política* (de 1859), não se encontrando mais, “a partir desse texto [...], rastros dessa ‘teoria do símbolo’” (Ibidem, p. 107 e 108). Até então, para Marx, “Como a mercadoria torna-se valor de troca geral [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco], o valor de troca [idem] torna-se uma mercadoria particular: isso se deve ao fato de que mercadoria específica recebe o privilégio de representar, de simbolizar o valor de troca [idem] das demais, ou seja, o privilégio de converter-se em dinheiro” – para o autor de *Gênese*, o erro de Marx, reconhecido por ele próprio em *Contribuição à crítica*, “está em equiparar os conceitos de ‘representar’ e simbolizar” (Ibidem, p. 507 Notas 20 e 21).

316 Ibidem, p. 110 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

que se converte em equivalente de outras mercadorias, diferentes dela e entre si, assume a forma de **equivalente geral**, ou **social** [...]" (grifo nosso)<sup>317</sup>.

Na origem, serve como dinheiro, mas não na forma capitalista, a mercadoria "mais trocada como objeto necessário, aquela que mais circula [...], aquela que, em uma determinada organização social, representa a riqueza por excelência [...]: o sal, os couros, o gado, os escravos [...]". Nesse caso, "a utilidade [valor de uso] específica da mercadoria [...] a transforma em dinheiro". Contudo, com o avançar do desenvolvimento mercantil, "a mercadoria que é menos objeto de consumo ou instrumento de produção passa a desempenhar melhor aquele papel, pois responde às necessidades de *troca como tal*" (grifo do autor).<sup>318</sup>

No primeiro momento, explicita Marx, "a mercadoria se converte em dinheiro

317 Explicando o que é a forma de equivalente geral do dinheiro, a professora Leda Paulani usa o exemplo de Marx de uma relação de troca e a seguinte equação: "20 varas de linho = 1 casaco" (o que é o mesmo de afirmar que "20 varas de linho valem 1 casaco"). Na lógica marxiana, essa equação de troca "expressa o valor das 20 varas de linho e não o valor de 1 casaco". Desejando-se apurar o valor de 1 casaco, deve-se expressar esse desejo em outra equação: "1 casaco = 20 varas de linho" (o que significa dizer que "1 casaco vale 20 varas de linho"). Para Marx, "A é igual a B, mas B não é igual a A", "ao contrário do padrão normal de raciocínio lógico". Portanto, essas duas equações possuem "valores [...] e sentidos distintos". E isso se explica porque, para o filósofo alemão, numa relação de troca, a mercadoria que se encontra do lado esquerdo da equação (como as 20 varas de linho do primeiro exemplo) se acha sempre na "forma relativa" da relação de troca, assumindo, assim, um "papel ativo" no intercâmbio, estando na posição "de ter o seu valor expresso", de "querer" e "precisar" que seu valor seja expresso pela mercadoria que aparece do lado direito da equação [no exemplo, 1 casaco]. A mercadoria que se acha no "lado direito" da equação de troca, por sua vez, encontra-se na *forma equivalente* da relação, assumindo, por isso, um "papel passivo" no intercâmbio, aparecendo aí somente para dizer o valor da mercadoria que se encontra na forma relativa, do lado direito da equação [no caso, as 20 varas de linho]. Assim, a mercadoria que se apresenta na forma equivalente dirá o valor da mercadoria que se apresenta na forma relativa. Repare que, ainda aqui, e isso se aplica às duas equações mencionadas, a mercadoria do lado direito surge na relação de troca apenas como *equivalente*, não exerce o papel de representar o valor das demais ou de todas as mercadorias, mas tão somente da mercadoria que aparece do lado esquerdo da equação. Por isso, não pode ser considerada *equivalente geral* de troca, mas apenas *equivalente* de troca. A depender da posição que ocupa na equação de troca, cada uma das mercadorias envolvidas aparece ora na forma relativa ora na forma equivalente (conforme se verifica do cotejo entre as duas equações de trocas apresentadas no início desta Nota). Entretanto, ainda que a mercadoria, no caso, assuma a forma equivalente nunca será a forma de equivalente geral. Ressalta-se que a construção lógica descrita reflete o contexto histórico e social das *sociedades pré-capitalistas*, onde o intercâmbio de mercadorias ainda não constitui a base material dessas sociedades e o dinheiro ainda não se constitui medida de valor, o que se configurará somente nas sociedades capitalistas.

Em uma sociedade produtora de mercadorias, onde o intercâmbio de mercadorias constitui a base material de produção e de reprodução social, o que é o caso da *sociedade capitalista*, a questão se passa de modo bastante distinto. O desenvolvimento mercantil exige a presença de uma *terceira mercadoria* para que se efetive o intercâmbio das mercadorias. E essa terceira mercadoria é o *dinheiro*. O dinheiro, como uma terceira mercadoria, só é o que é porque se apresenta como *medida de valor de todas as mercadorias*: "é como se o universo das outras mercadorias elegeesse esta mercadoria [o dinheiro] para ser a sua linguagem". Como medida de valor de todas as mercadorias sempre, e necessariamente, se apresenta na forma equivalente, do lado direito da equação de troca, e mais, sempre na forma de *equivalente geral*, e não apenas na forma de equivalente de troca. Portanto, o dinheiro está "confinado no mundo da forma de equivalente geral", nunca se apresentará na forma relativa, do lado esquerdo da equação de troca. Funcionará sempre como equivalente de troca porque nunca se apresentará na forma relativa. E será sempre equivalente geral porque é *uma única e mesma mercadoria dizendo o valor de todas as demais mercadorias da economia*. Todas as demais mercadorias vão dizer o seu valor por meio desta única e mesma forma de equivalente geral, o dinheiro. Aqui se tem o que Marx chamou de "gênese lógica do dinheiro". Historicamente, o ouro, sobretudo, mais também a prata, assumiu a forma de equivalente geral (*in* PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 24m32s-30m51s). Visto em 25.04.2022).

Conforme transcrito no parágrafo em Nota, observe que Marx trata a forma equivalente geral dessa terceira mercadoria como também equivalente social. Entendemos, a princípio, que tal tratamento está relacionado com o fato de que esta terceira mercadoria que atua como equivalente geral, o dinheiro, é assim considerada e aceita por todos os agentes e sujeitos que participam do intercâmbio, seja no âmbito da produção seja no âmbito da reprodução social.

318 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 110 e 111.

por causa de seu valor de uso específico”; no segundo momento, “seu valor de uso específico decorre do fato de servir como dinheiro”<sup>319</sup>. No segundo momento tem-se o dinheiro na forma-valor, na forma de equivalente geral, o dinheiro do modo de produção capitalista.

Nas páginas finais do primeiro item do capítulo cinco de *Gênese*, o autor detalha o método dedutivo dialético adotado por Marx para chegar ao dinheiro a partir do valor: “uma dedução histórica do valor, paralela à sua dedução lógica”. Rosdolsky aponta que “O próprio Marx confronta os resultados de sua análise abstrata [do conceito de valor] com o desenvolvimento histórico efetivo”, o que significa afirmar, continua Roman, que “as categorias econômicas representam relações reais e não podem ser deduzidas apenas pela lógica [pela lógica conceitual], independentemente da história [a-historicamente]”, como fazia Adam Smith<sup>320</sup>, “para quem as relações de troca decorriam de uma pretensa ‘propensão ao intercâmbio’ inata ao gênero humano”, segundo Rosdolsky. Para Karl Marx, “o intercâmbio pressupõe um determinado nível de produtividade do trabalho, que não estava dado de antemão”, tudo isso seria produto de uma “evolução histórica muito prolongada”.<sup>321</sup>

Finalizando este item do capítulo cinco de *Gênese*, sobre a necessidade de instituir o dinheiro, Roman Rosdolsky sintetiza sua análise prescrevendo que na parte dos manuscritos *Grundrisse* sobre a matéria se tem “a dedução do dinheiro a partir da troca direta; a sucessão dos três estágios do intercâmbio<sup>322</sup> (que aparecem em *O capital* como as formas-valor ‘simples’, ‘total’ e ‘geral’); a antítese de valor de uso e valor de troca; e, finalmente, o desdobramento – que surge desta antítese – da mercadoria em mercadoria e dinheiro”.<sup>323</sup>

319 Idem, p. 111. Continuando na página referenciadas nesta Nota, temos que nesse segundo momento a mercadoria-dinheiro possui características de durabilidade, de inalterabilidade, de divisibilidade (podendo ser somada), de mais fácil transportabilidade e de poder guardar um valor de troca máximo em um volume mínimo. Os metais preciosos, sobretudo o ouro e prata, são exemplos típicos de mercadoria-dinheiro desse momento histórico.

320 [Nota 191]

321 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 109.

322 Roman divide a evolução histórica do intercâmbio de mercadorias em três estágios: o “intercâmbio entre trabalho e o produto desse trabalho”, o “intercâmbio de produtos” e o “intercâmbio real de mercadorias”. Entretanto, neste projeto de estudo, para efeito didático, subdividimos o estágio do “intercâmbio real de mercadorias” em intercâmbio real com a intermediação da mercadoria-dinheiro (que historicamente foi o gado, o sal, o couro, escravos etc.), que chamamos de *intercâmbio real mercantil simples*, e em intercâmbio real com a intermediação do dinheiro propriamente dito (a prata, o ouro etc.), que denominamos de *intercâmbio real mercantil capitalista*. Desse modo, passamos a considerar quatro estágios da evolução histórica do intercâmbio de mercadorias: primeiramente, nas comunidades naturais, onde o homem produzia apenas o que necessitava imediatamente (sendo o limite de suas necessidades o limite de sua produção), havia somente “o *intercâmbio entre seu trabalho e o produto do seu trabalho*” (grifo nosso), uma “forma latente, o germe, do intercâmbio real”; no passo seguinte, “quando o homem passa a produzir mais do que necessita para o sustento cotidiano, quando seu trabalho lhe proporciona um ‘produto excedente’”, surge o que se conhece como “*intercâmbio de produtos*” (grifo nosso), e entre comunidades distintas, não ocorrendo no interior das próprias comunidades naturais – é o que se chamou de “*troca primitiva* [M-M (mercadoria por mercadoria), digo eu]”; no terceiro estágio da evolução do intercâmbio, onde se dá “a transformação incipiente dos valores de uso em mercadorias”, temos o *intercâmbio real mercantil simples*, momento que se passa a empregar “a mediação do dinheiro [M-D-M (mercadoria é trocada por dinheiro que, por sua vez, é trocado por outra mercadoria com vistas ao consumo), digo eu novamente]”, mas não ainda o dinheiro típico do quarto estágio da evolução histórica da relação de troca, do *intercâmbio real mercantil capitalista*, ocasião em que o valor de troca das mercadorias (no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco) predomina no intercâmbio e o dinheiro se transforma em capital [D-M-D’ (o dinheiro é trocado por mercadoria que é vendida para gerar mais dinheiro, digo eu)] (Idem, p. 109, 110 e 111).

323 Ibidem, p. 111. Citando [Vladimir Lenin](#), ainda nos reportando à obra e página referenciadas, Rosdolsky dispõe

Para Marx, portanto, “[...] o dinheiro é a verdadeira existência do valor como tal”. Por isso, inscreve Rosdolsky citando o filósofo alemão, “O intercâmbio ‘teve que individualizar o valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco] mediante a criação de um meio de troca particular [o dinheiro, como uma terceira mercadoria]”<sup>324</sup>.

Eis exposta a dedução dialética marxiana do dinheiro a partir do valor, tal qual é encontrada desde os manuscritos *Grundrisse* (de 1857/1858).<sup>325</sup>

### 5.1.2. Os aspectos quantitativo e qualitativo do problema do valor (magnitude e forma do valor)<sup>326</sup>

No segundo item do capítulo cinco, Roman Rosdolsky se atém a discutir a **contradição** revelada por Marx **que faz o dinheiro surgir**, qual seja: a “contradição entre a natureza peculiar da mercadoria como produto e sua natureza geral como valor de troca”, ou, como mencionamos no item 5.1.1., a “contradição interna entre **valor de uso** [que diz respeito à natureza peculiar da mercadoria como produto] e **valor de troca** [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, que diz respeito à natureza geral da mercadoria como valor], implícita na mercadoria” (grifo nosso).<sup>327</sup>

Conforme Roman, “Em contraposição aos economistas burgueses<sup>328</sup>, que só veem o dinheiro como ‘um expediente astuciosamente imaginado’, voltado para superar as dificuldades da troca simples”, Marx deduz a existência do dinheiro a partir dessa “contradição fundamental”, a contradição “*que engloba a existência da mercadoria como unidade imediata de valor de uso e valor de troca* [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco]” (grifo do autor).

No presente item, Rosdolsky avalia “qual o verdadeiro sentido desta contradição, e por que Marx lhe atribui tamanha importância?”<sup>329</sup>. Para o autor de *Gênese*, essa contradição fundamental está relacionada e “representa a forma mais geral que condensa as **condições reais de existência** e as **tendências evolutivas da ordem social burguesa**” (grifo nosso), ou do capitalismo<sup>330</sup>, não sendo, uma “**forma natural eterna da produção social**” (grifo nosso), que, por assim ser, abarcaria todas as sociedades humanas, como quer David Ricardo, por exemplo, de acordo com o que inferimos do que Roman Rosdolsky afirma<sup>331</sup>.

---

que, sob o ponto de vista metodológico, a investigação de Marx que originou a síntese do parágrafo em Nota se deu “simultaneamente sob a forma ‘dedutiva’ e ‘indutiva’, lógica e histórica”.

324 Ibidem, p. 506 Nota 2. Em termos metodológicos a frase do parágrafo em Nota pode ser traduzida da seguinte maneira: a origem do dinheiro em Marx é uma abstração conceitual que se revela concreta com a existência da mercadoria-dinheiro.

325 Ibidem, p. 108.

326 Para a redação desse item, percebe-se, a partir das Notas do próprio Roman Rosdolsky, que ele se afastou dos *Grundrisse* e desenvolveu sua análise considerando o próprio *O capital* e outros escritos de Marx anteriores e posteriores àqueles manuscritos (como *Trabalho assalariado e capital* (de 1847), *Contribuição à crítica da economia política* (de 1859) e *Teorias* (manuscritos de 1861-1863).

327 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 111 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

328 Entre eles Adam Smith e David Ricardo.

329 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 111.

330 Idem, p. 112.

331 Ibidem, p. 111 e 115.

No fundo, o que Roman examina aqui, a partir da contradição mencionada, é o fato de que o produto, como valor, segundo Marx, “deve ser a encarnação do trabalho social [o trabalho humano geral ou abstrato], e como tal deve ser diretamente transformável de um valor de uso em qualquer outro [...]. Logo, o trabalho particular [trabalho privado ou concreto] deve apresentar-se imediatamente como seu contrário, como trabalho social”.<sup>332</sup>

De acordo com Karl Marx, “O fato de que a quantidade de trabalho contida em uma mercadoria seja a quantidade socialmente necessária para sua produção – o tempo de trabalho como trabalho necessário – é uma determinação que diz respeito apenas à magnitude do valor”, muito embora, “o trabalho que constitui a unidade dos valores” não seja só “trabalho médio, igual e simples [trabalho humano geral ou abstrato]. O trabalho é trabalho do indivíduo particular [trabalho privado ou concreto], representado em um determinado produto”.

Marx ensina: “O trabalho do indivíduo, para resultar em valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, que propicia o intercâmbio das mercadorias], deve poder expressar-se em um equivalente geral, ou seja, na representação do tempo de trabalho do indivíduo como tempo de trabalho geral”. Assim se tornará um **trabalho social**: ao “assumir a forma de seu contrário imediato, a forma da generalidade abstrata”. Trata-se aqui, portanto, prossegue o filósofo alemão, “do modo específico como o trabalho que determina o valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco], que produz mercadorias, é trabalho social”. Esse é o **aspecto qualitativo** do problema do valor apurado por Marx, a **forma do valor**.

Por isso, conforme Rosdolsky, a referida contradição “só pode ser resolvida se os diferentes trabalhos particulares forem equiparados no intercâmbio, mediante a redução deles ao trabalho abstrato, geral, humano”.

Na sequência da sua análise sobre a evolução do trabalho humano até o modo específico de trabalho que determina o valor da mercadoria, o trabalho social, Roman Rosdolsky discorre sobre a situação pré-capitalista, passando pela Idade Média, até a sociedade burguesa<sup>333</sup>. Assim procede para também mostrar a diferença de ponto de vista entre Marx e David Ricardo, quando este último considera o valor, segundo Marx, como “a forma natural eterna da produção social”, investigando apenas “a magnitude do valor, sem atentar para a – historicamente decisiva – forma do valor”, arremata Rosdolsky<sup>334</sup>.

É certo, de acordo com Roman Rosdolsky, que “Ricardo também sabia, é claro, que para se encontrar a base dos valores era necessário reduzir o trabalho do indivíduo ao trabalho ‘socialmente necessário’ [...]. Mas, para ele, isso só diz respeito ao aspecto quantitativo do problema e não ao qualitativo” (grifo nosso).<sup>335</sup>

Rosdolsky complementa, ainda citando Marx: “O trabalho materializado

---

332 Ibidem, p. 113 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

333 Ibidem, p. 113-114.

334 Ibidem, p. 115.

335 Ibidem, p. 114 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

nas mercadorias ‘deve representar-se como trabalho social, como trabalho individual alienado’”, que só aparece na **sociedade produtora de mercadorias**, na **sociedade burguesa**. “Só nela o trabalho do indivíduo deve apresentar-se ‘como seu contrário, como um trabalho desprovido de individualidade, abstratamente geral e, sob essa forma social’”.

Além do aspecto qualitativo do valor, Marx também se interessa pelo seu **aspecto quantitativo**, representado pela **magnitude do valor**, que é medida pelo *quantum* da substância formadora de valor nele contido, pelo tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho abstrato) para a produção de um valor de uso.

Ao contrário de David Ricardo, o que interessa para Marx é “não só [...] que as diversas magnitudes de valor das mercadorias estejam medidas pela representação de seu valor no valor de uso de uma mercadoria exclusiva [**aspecto quantitativo (magnitude) do problema do valor** (grifo nosso)], mas que, ao mesmo tempo, todas elas se apresentem sob uma forma na qual existam como encarnação do trabalho social e por isso sejam intercambiáveis por qualquer outra mercadoria, sejam conversíveis à vontade em qualquer valor de uso que se deseje [**aspecto qualitativo (forma) do problema do valor** (grifo nosso)]”.

Retornando ao assentado no início deste escrito, quanto a contraposição de Marx aos economistas burgueses no quesito dos aspectos quantitativos e qualitativos do problema do valor, referindo-se especificamente a David Ricardo, Marx destaca como “errônea” a teoria do dinheiro ricardiana, quando Ricardo considera o valor como “a forma natural eterna da produção social”, conforme já pontuamos, e, assim, não compreende “a conexão entre, de um lado, a determinação do valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco] da mercadoria pelo tempo de trabalho e, de outro, a necessidade das mercadorias de prosseguir até a *criação do dinheiro*” (grifo do autor), investigando apenas a magnitude do valor [seu aspecto quantitativo], sem atentar para a – historicamente decisiva – forma do valor [seu aspecto qualitativo]”, ou, em nossas palavras, a forma que o valor adquire no modo de produção capitalista (grifo nosso).<sup>336</sup>

### 5.1.3. A criação do dinheiro e o fetichismo da mercadoria

Nesta etapa da sua análise da origem do dinheiro em Marx, Roman Rosdolsky traz a tona a concepção marxiana do **fetichismo da mercadoria** como derivada da criação e supremacia do dinheiro e das relações monetárias, bem assim da própria ideia do **fetichismo do dinheiro**, afirmando: “O fenômeno do fetichismo da mercadoria relaciona-se estreitamente com a criação do dinheiro”.<sup>337</sup>

Entretanto, antes de reproduzi-la, faremos uma rápida contextualização de fetichismo<sup>338</sup> para Marx.

336 Ibidem, p. 115.

337 Ibidem, p. 118 e 115.

338 De acordo com Rogério Brittes W. Pires (in **Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões**. Revista de Antropologia. São Paulo-SP, 2014, v. 57, nº 01, p. 349, 350, 351, 352, 347, 370 e 371. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/87763/90692/0>. Visto em

O filósofo alemão usa a ideia de fetichismo religioso para aplicá-la na sua crítica da economia política, criando o conceito de **fetichismo da mercadoria**. Segundo Marx, “o fetichismo [da mercadoria] é uma relação social entre pessoas, mediada por coisas. O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas como pessoas”<sup>339</sup>. Trata-se de um fenômeno social e psicológico observado por Marx no processo econômico capitalista “onde as mercadorias aparentam ter vontade independente de seus produtores”<sup>340</sup>. Um fenômeno “que faz com que objetos pareçam ter vida própria, obscurecendo as relações sociais de trabalho e dominação que possibilitam sua produção”<sup>341</sup>, ou, em outras palavras, escondendo a exploração e dominação dos trabalhadores produtores das mercadorias pelos detentores dos meios de produção (capitalistas).<sup>342</sup>

Voltando ao capítulo cinco de *Gênese*, a par do exposto no item antecedente, conferimos com Rosdolsky na sempre companhia de Marx que “o intercâmbio real [de mercadoria] induz ao **desdobramento** da mercadoria, à sua **cisão** em **mercadoria e dinheiro**. Força à escolha ‘de uma **mercadoria privilegiada** [uma terceira mercadoria], na qual pode expressar-se o valor de todas as demais de uma vez por todas, uma mercadoria que se torna a encarnação direta do **trabalho social** [trabalho humano geral ou trabalho abstrato] e que, por isso, se torna direta e incondicionalmente intercambiável por todas as mercadorias: o **dinheiro**” (grifo nosso).<sup>343</sup>

Vimos igualmente, segundo Marx, que para “uma mercadoria específica se torne, por assim dizer, a substância universal dos valores de troca’ [no sentido de ‘valor’, ou valor econômico ou intrínseco], o valor de troca [idem] de todas as mercadorias deve ser identificado com esta mercadoria particular; ela deve adquirir

---

25.04.2022), “o termo fetiche [origem da expressão ‘fetichismo’] surgiu entre os séculos XV e XVIII, durante o contato colonial na costa oeste da África, particularmente no golfo da Guiné, nas então chamadas Costa do Ouro e Costa dos Escravos, onde hoje estão Togo, Gana, Benin e Nigéria. Nessa área de intenso contato entre europeus e populações nativas, a palavra portuguesa *feitiço* – utilizada nos códigos de leis cristãos para descrever atos e objetos de magia prática – é importada, e adere ao discurso sobre a magia e a religião africanas. No que aqui nos interessa, ela aos poucos passa a se referir a objetos centrais nesses complexos mágico-religiosos, como pedras, estátuas e compostos heteróclitos de ingredientes. Eram objetos variados entre si, usados para muitos fins: divinação, cura, ataque mágico contra inimigos, proteção física e espiritual etc. Como suas formas e usos, seus nomes também variavam: eram chamados de vodu, bo, minkisi, suman etc. nas diferentes línguas da África Ocidental. [...] A noção de fetiche aos poucos se tornou familiar para os europeus; mais que isto, tornou-se uma forma de explicar aos europeus a estranheza da religião, do comportamento, e da vida africana como um todo”. De acordo com Rogério Pires, os desdobramentos conceituais mais conhecidos da palavra fetichismo dos quais derivaram os conceitos de fetichismo da mercadoria de Marx e de [fetichismo sexual](#) de [Alfred Binet](#) (1857-1911) e [Sigmund Freud](#) (1856-1939) “são tortuosas transformações de um conceito anterior: o [fetichismo religioso](#)” de [Charles de Brosses](#) (1709-1777). “Na esteira do marxismo e do freudismo (muitas vezes sob a forma de fusões variadas de ambos) surgem expressões como ‘fetichismo do Estado’, ‘fetiche racial’, ‘fetichização da mulher’, ‘fetiche do dinheiro’ etc. que, de forma muito geral, partem de um ponto de vista antifetichista e/ou desconstrutivista para denunciar a criação de ilusões (geralmente politicamente motivadas) que reduziriam uma realidade complexa (o Estado, o negro, a mulher etc.) a uma imagem que a simplifica e objetifica, a fim de subjugar-la”.

339 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fetichismo\\_da\\_mercadoria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fetichismo_da_mercadoria). Consultado em 25.04.2022.

340 Idem. Consultado em 25.04.2022.

341 PIREZ, Rogério Brites W. Op. cit., p. 348. Consultado em 25.04.2022.

342 Na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução*, deste Blog, subseção “O universo marxiano: principais conceitos”, disponibilizamos o vídeo “Marx e o fetichismo da mercadoria em *O capital*” apresentado pelo Canal Filosofia Vermelha no YouTube. Confira o vídeo acessando o episódio nº 24 do Plantão da Expedição na página homônima do nosso Blog: <https://expedicaokarlmarx.com.br/ipsa-sed-at-et-veniam-2-2/>.

343 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 115 (Idem para a redação dos dois parágrafos seguintes).



uma ‘existência independente das próprias mercadorias’, ‘ encarnando-se em um material específico, uma mercadoria específica’”.

Sendo, pois, o valor de troca (propriamente dito) de um objeto “*apenas a expressão quantitativa de sua capacidade de servir como meio de troca*”, no dinheiro, “*o próprio meio de troca se converte em objeto; o valor de troca [desta feita no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco] de um objeto adquire uma existência autônoma fora do próprio objeto*”, ensina Marx (grifo do autor).

“Como valor de uso [oriundo das características materiais e naturais do produto], o tecido [por exemplo] é uma coisa sensorialmente distinta do casaco; como valor [valor econômico ou intrínseco], é igual ao casaco, tendo portanto o mesmo aspecto deste”.<sup>344</sup>

No estágio de desenvolvimento da sociedade baseada na propriedade privada, quando o produtor e o consumidor já não estão juntos em uma mesma pessoa, considerando uma relação de troca simples, esporádica e direta, envolvendo duas mercadorias determinadas, como o tecido e o casaco do exemplo acima, conforme Marx, “a mais simples relação de troca é suficiente para nos revelar que, em uma sociedade baseada na propriedade privada, na qual os produtores só se relacionam uns com os outros com a mediação de suas mercadorias [ainda sem a presença de uma terceira mercadoria como mediadora], ‘o caráter social de seus trabalhos [o trabalho humano geral ou trabalho abstrato]’ deve aparecer para eles como ‘uma relação ente os produtos do trabalho’. Aqui, ainda não se percebe a reificação (coisificação)<sup>345</sup> das relações sociais de produção, pois um produtor ainda se relaciona com o outro no intercâmbio por meio de suas próprias mercadorias.

Porém, com o advento do dinheiro, as relações diretamente sociais estabelecidas pelas pessoas em seus trabalhos de produção se manifestam, doravante, no intercâmbio, como relações reificadas (coisificadas) numa **terceira mercadoria**. Diz Rosdolsky: “Só com o dinheiro essa reificação adquire uma forma bem definida, pois todas as mercadorias passam a expressar seu valor no mesmo equivalente, na mesma mercadoria dinheiro”.

Dessa forma, conforme leciona Marx, tem-se consolidada, “definitivamente, ‘a falsa aparência’, como se ‘o objeto que representa a magnitude [o aspecto quantitativo] do valor de outro objeto [a mercadoria que se quer intercambiar]’ possuíse ‘sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social que decorre de sua natureza’”. A troca imediata e universal das mercadorias se funde na forma específica de uma **mercadoria-dinheiro**.

O autor d’*O capital* continua: “As mercadorias, sem que intervenham no processo, encontram seu valor estampado no corpo de uma mercadoria que existe à margem delas e ao seu lado”. Em dada relação de troca, todo trabalho humano despendido na produção das mercadorias parece agora estar encarnado não nas mercadorias

344 Ibidem, p. 116 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

345 Sobre o conceito de “reificação” ou “coisificação” em Marx, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o\\_\(marxismo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o_(marxismo)).

produzidas mas sim numa terceira mercadoria, no dinheiro, que se situa fora das relações de produção, embora decorra delas. Com o advento do dinheiro, as relações diretamente sociais estabelecidas pelas pessoas em seus trabalhos de produção se manifestam doravante como **relações reificadas (coisificadas)** pelo dinheiro.<sup>346</sup>

Por ser elucidativo, vale replicar de *Gênese* o que o filósofo alemão anotou nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 sobre o fetiche do dinheiro que se transmuta no fetiche da mercadoria:

“A essência do dinheiro é, em primeiro lugar [...], que a atividade mediadora ou o movimento, o ato humano social mediante o qual se complementam reciprocamente os produtos dos homens, é alienado e se converte em atributo de um objeto material exterior ao homem, o dinheiro. Quando o próprio homem aliena essa atividade mediadora, passa a agir como homem que se perdeu, se desumanizou; a relação dos objetos, a operação humana com eles, converte-se na operação de um ente exterior ao homem e superior a ele. Por causa desses mediadores estranhos – no lugar de ser o próprio homem o mediador dos homens –, o homem considera sua vontade, sua atividade, sua relação com os demais, como uma força independente dele e dos outros. Sua escravidão atinge um ápice. Esse mediador converte-se então no verdadeiro deus, é a potência real que domina tudo. Seu culto converte-se em um fim em si. Separados desse mediador, os objetos perdem o valor. Ou seja, só possuem valor na medida em que o representam; originalmente, parecia que ele [o mediador, esclarece Rosdolsky] só tinha valor na medida em que os representava”.<sup>347</sup>

“O dinheiro”, para Marx, “é originalmente o representante de todos os valores; na prática, as coisas se invertem: todos os produtos e os trabalhos reais tornam-se representantes do dinheiro”.<sup>348</sup>

A partir do dinheiro, “o movimento que intermedeia o intercâmbio entre os homens não é [...] uma relação humana, mas sim uma relação abstrata da propriedade privada com a propriedade privada; esta relação abstrata é o *valor* [valor econômico ou intrínseco], cuja existência real como valor é o dinheiro” (grifo do autor).<sup>349</sup>

Marx prossegue: “Por isso, com o dinheiro ‘manifesta-se a dominação total do objeto alienado sobre o homem. O que era dominação da pessoa sobre a pessoa [na troca simples], agora é dominação universal da coisa sobre a pessoa, do produto sobre o produtor’”.

Rosdolsky revela que nos *Grundrisse* Marx já mostra “porque, na sociedade produtora de mercadorias [na sociedade burguesa ou capitalista], todos os produtos

346 Até essa parte do conteúdo do item três do capítulo cinco de *Gênese*, o autor se embasou no Livro I d’*O capital*, com vistas a “provar”, como ele mesmo assenta, que a origem do enigma do fetiche da mercadoria está no enigma do fetiche do dinheiro (ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 117). Na obra e página referenciadas, Roman Rosdolsky esclarece que, não obstante ter tratado do assunto lançando mão de *O capital*, a concepção de Marx sobre o fetichismo da mercadoria já pode ser encontrada em dos cadernos dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844.

347 Idem, p. 117 e 118.

348 Ibidem, p. 511 Nota 71.

349 Ibidem, p. 118 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

e trabalhos, para adquirir validade social, devem ser trocados primeiro ‘por um terceiro elemento objetivo’, e por que esse ‘objeto mediador’, o dinheiro, deve tornar-se autônomo diante do mundo das mercadorias”.

Com isso, cria-se, segundo Rosdolsky, o fundamento para a supremacia do dinheiro e das relações monetárias, e para o reflexo invertido das relações sociais de produção na consciência dos participantes – ou seja, para o **fetichismo da mercadoria**.

Ainda se pode ler nos *Grundrisse*, afirma Roman, que “Para poder transformar seu produto ‘em um meio de vida para si mesmo, [...] o indivíduo deve produzir um produto universal: o *valor de troca* ou *dinheiro*” (grifo do autor). O seu produto deve possuir um valor de troca expresso em dinheiro, caso contrário “não teria produzido absolutamente nada”, pois, não sendo assim, seu produto não poderia ser intercambiado<sup>350</sup>. Aqui temos configurado o **poder do dinheiro** na sociedade produtora de mercadorias.

De outra banda, continua Marx nos *Grundrisse*, segundo Rosdolsky, “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, ele o possui na medida em que seja proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro* (grifo do autor). **Leva no bolso seu poder social e sua ligação com a sociedade**” (grifo nosso). Nessa passagem, por sua vez, temos caracterizado o **poder do detentor do dinheiro** (o poder do capitalista, detentor dos valores de troca) sobre os demais cidadãos e a forma que propicia se relacionar com a sociedade.<sup>351</sup>

Quanto mais “cada produtor passe a depender [da geração] do valor de troca de sua mercadoria [...], tanto mais cresce o poder do dinheiro” e sua dependência em relação a este<sup>352</sup>. Por outro lado, quanto mais acumule valor de troca, dinheiro, mais aumenta o seu poder social.

Nesse sentido, segundo Marx, o dinheiro passa a ser “o vínculo reificado da sociedade”, a “entidade comunitária real” que tomou o lugar da comunidade antiga, “cuja coesão”, no dizer de Roman, “era mantida por laços naturais e relações de dependência pessoal [...]”. Por assim ser, o dinheiro “não pode tolerar ‘nenhuma outra [entidade, esclarece Rosdolsky] situada acima dele”.<sup>353</sup>

Para finalizar, Roman Rosdolsky sentencia que “O fetichismo da mercadoria e a criação do dinheiro são dois aspectos diferentes de uma mesma realidade [...]: na sociedade produtora de mercadorias [na sociedade burguesa ou capitalista, onde se produz para vender, para se obter lucro, e não, necessariamente, para satisfazer dada necessidade de consumo], ‘a trocabilidade da mercadoria’ existe ‘como algo distinto, diferente dela [dar-se-á por meio de uma terceira mercadoria]’, ‘não imediatamente idêntico’ a ela”. O valor da mercadoria (seu valor econômico ou intrínseco) torna-se autônomo diante das mercadorias de onde é extraído.

Desse modo, os fenômenos do fetiche do dinheiro e da mercadoria “são

350 Ibidem, p. 118 c/c 511 Nota 74.

351 Ibidem, p. 118.

352 Ibidem, p. 118 e 119.

353 Ibidem, p. 119 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

inseparáveis da produção de mercadorias”, crava Rosdolsky. “A sociedade produtora de mercadorias [a sociedade burguesa ou capitalista] não pode libertar-se do dinheiro”, assim como não pode libertar-se do que está oculto no processo material de produção, o trabalho abstrato [ou trabalho humano geral] criador do valor da mercadoria, do valor econômico ou intrínseco da mercadoria.<sup>354</sup>

#### 5.1.4. O desenvolvimento das contradições internas da forma-dinheiro

Neste subitem, trazemos o exame por Roman Rosdolsky das contradições contidas nas “relações dos valores de troca – mercadorias iguais entre si e igualáveis como materialização do tempo de trabalho [para produzi-las]”, isto é, o fato de a mercadoria “ser ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca (no sentido de ‘valor’ ou valor econômico e intrínseco)”, e a forma que o mundo das mercadorias encontrou para resolvê-las, qual seja, a criação de uma mercadoria que seja especialmente equivalente universal de troca, “na qual essas contradições apareçam resolvidas”. Só essa terceira mercadoria “é o equivalente universal, só o trabalho encarnado nela [trabalho privado ou concreto] [...] representa ‘trabalho em forma diretamente social [trabalho humano geral ou abstrato]’” – o que significa dizer que as demais mercadorias foram “rebaixadas à condição de ‘plebe mercantil comum’, meros valores de uso”.<sup>355</sup>

Da reflexão sobre o assunto, Rosdolsky formula a seguinte pergunta: “esta solução é definitiva? Permite, de fato, superar as contradições da produção mercantil?”. Marx responde que não, revela Roman.<sup>356</sup>

São três as justificativas de Marx enumerada pelo autor de *Gênese* para a sua resposta. A primeira delas se refere ao **valor de troca** (no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco) de uma mercadoria e a sua, detectada por Marx, “dupla existência”: como **mercadoria específica** e como **dinheiro**. Nesse sentido, Marx explica que “a própria contradição entre a natureza particular da mercadoria como produto e sua natureza universal como valor de troca [idem] [...] tornou necessário considerá-la [a mercadoria] como portadora de dupla face, mercadoria específica e dinheiro”. Em vista desta necessária dupla face da mercadoria, que torna possível seu intercâmbio numa sociedade produtora de mercadoria, é possível, percebe o autor d’*O capital*, “que essas duas formas separadas de existência da mercadoria não sejam conversíveis uma na outra”.

---

354 Nos últimos parágrafos do item em comento, Roman Rosdolsky, mais uma vez replicando Marx, explicita sua ponderação sobre a única possibilidade de eliminação do dinheiro: “Isso só será possível quando esse processo, ‘moldado por homens [livremente associados](#) [que corresponde à sociedade comunista na visão de Marx], se encontre sob seu controle consciente e planejado. Para isso, porém, é necessário que exista uma base material da sociedade, ou uma série de condições materiais de existência que resultam de um longo e penoso desenvolvimento” (Ibidem, p. 119). Nessa linha, referindo a [Leon Trotsky](#), Roman expõe que a extinção do dinheiro deve ser acompanhada da extinção do Estado, e de forma paulatina. E isso só pode se efetivar numa sociedade comunista (numa sociedade de homens livremente associados). Porém, essa extinção paulatina de ambos deve começar antes, sob o socialismo. Pregou Trotsky: “Só se poderá falar de uma vitória efetiva do socialismo no instante histórico no qual o Estado seja capenga e o dinheiro comece a perder seu poder mágico”. Não se faz isso de forma arbitrária, diz o revolucionário russo: “O fetichismo monetário só poderá receber um golpe fatal quando o crescimento da riqueza social tenha afastado dos homens o humilhante temor do tamanho de sua ração. Com a perda de sua capacidade de garantir a felicidade e de sumir no pó, o dinheiro se converterá em simples recurso contábil, para comodidade da estatística e da atividade de planejamento [...]” (Ibidem, p. 512 Nota 82).

355 Ibidem, p. 119.

356 Ibidem, p. 120 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

Ou seja, quando a forma dinheiro da mercadoria se converte em coisa exterior a ela, “a possibilidade de trocar a mercadoria por dinheiro passa a depender de condições externas que podem ou não estar presentes”. É sabido que na troca, “a mercadoria é desejada por suas propriedades naturais, por causa das necessidades que ela satisfaz [valor de uso]”. Por outro lado, também é sabido que o dinheiro “só é desejado por seu valor de troca, só como valor de troca”, como mediador da relação de troca. Desse modo, “a conversibilidade da mercadoria em dinheiro [...] depende de circunstâncias que nada têm a ver com a mercadoria como valor de troca [que a faz ser intercambiável] e que são independentes dela [...]. Pode ocorrer que a mercadoria, sob sua forma específica de produto, não possa ser trocada, ou seja [não possa ser] equiparada com sua forma universal de dinheiro”.<sup>357</sup>

Na segunda justificativa de que a criação do dinheiro não supera de fato as contradições da produção mercantil, o filósofo alemão se atém ao **ato de troca** e a também detectada divisão em dois atos independentes: a **troca de mercadoria por dinheiro** e a **troca de dinheiro por mercadoria – compra e venda** (grifo nosso)”. Em geral, Marx sabe que “mercadoria se troca por mercadoria”. Porém, ao mesmo tempo, “a mercadoria não se troca por outra mercadoria quando se troca por dinheiro [...]”. Ou seja, pode-se comprar uma mercadoria para vender em seguida e essa venda, por alguma razão, pode não se concretizar. Em sendo assim, “Fixando-se o dinheiro como mediador [do intercâmbio das mercadorias] e separando-se [a] troca em dois atos, aparece o germe das crises [...]”.

Por fim, Marx foca seu derradeiro argumento nos **sujeitos da relação de troca** (produtor, comerciante e consumidor). Diz ele: “assim como a troca se divide em dois atos independentes [compra e venda], o mesmo movimento da troca, visto em seu conjunto [considerando o mercado], se separa dos sujeitos da troca, ou seja, dos **produtores de mercadorias**” (grifo nosso). Na relação de troca entre os produtores “intervém uma **camada de negociantes** que compra para vender e vende para voltar a comprar, em operações que não visam possuir as mercadorias como produtos, mas sim a obter valores de troca como tais, ou seja, dinheiro [...]” (grifo nosso). Verifica-se, então, um desdobramento da troca: “troca tendo em vista o consumo e troca tendo em vista a troca”. Dessa partição da troca, atesta Marx, “nasce um novo desequilíbrio”.<sup>358</sup>

Do ponto de vista do comerciante, o ato de troca “é movido pela diferença entre os preços de compra e de venda das mercadorias [que revende]”, porém, pelo lado do **consumidor** (adquirente final da mercadoria) há o desembolso definitivo do valor de troca das mercadorias que compra. Como o comerciante precisa obter o maior ganho possível pela compra e venda da mercadoria que comercializa, o consumidor quer pagar o preço que mais lhe convém.<sup>359</sup>

Assim, “A **circulação** (ou seja, a troca sob a óptica [sic] da camada de

357 Não encontramos no texto em comento situações reais que poderiam ilustrar as mencionadas condições externas que não permitiriam a conversibilidade da mercadoria, sob sua forma específica de produto, em dinheiro.

358 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 120 e 121.

359 Idem, p. 121 (Ibidem em relação à redação dos cinco parágrafos seguintes).

negociantes) e o **ponto final da circulação** (ou seja, a troca entre o negociante e os consumidores) devem, ao fim e ao cabo, condicionar-se mutuamente” (grifo nosso). Levando-se em conta que esses dois momentos são condicionados por leis e motivações totalmente diversas”, o momento da circulação e seu ponto final podem ingressar “em grandes contradições”, o que configura “uma nova possibilidade de crise”.

Possibilidade ou necessidade de crise? Esta é uma pergunta fundamental. A ela Marx responde de forma direta: “[...] considerando-se que a produção trabalha diretamente para o comércio e só indiretamente para o consumo, ela está obrigada a sofrer (e também gerar) essa desarmonia entre troca comercial e troca visando ao consumo”.

Ressalta-se que além das contradições apontadas relativas ao valor de troca, ao ato de troca e aos momentos de troca das mercadorias (estes últimos atinentes aos sujeitos da relação de troca), Marx também registra “as contradições que se manifestam quando se separam as operações monetárias e o comércio real”. Visto que o dinheiro, no caso a moeda, é uma mercadoria específica (moeda de ouro ou de prata, por exemplo) e também universal (equivalente geral de troca), “sua troca por outras mercadorias está submetida a condições específicas [atinentes às peculiaridades do material monetário ouro e prata, como condições de oferta e demanda, valorização e desvalorização, etc.], que contradizem sua trocabilidade universal e absoluta”. Desse modo, “a moeda ‘também entra em contradição consigo mesma e com sua determinação [de mercadoria universal, acrescenta Roman]’”.

Assim, no presente item, vimos com Marx, por intermédio de Rosdolsky, as várias contradições da forma-dinheiro: observamos “como é inerente ao dinheiro o fato de ele alcançar seus fins e ao mesmo tempo negá-los; tornar-se autônomo em relação às mercadorias [que representa]; passar de meio a fim; realizar o valor de troca das mercadorias desvinculando-se delas; facilitar a troca introduzindo nela um elemento de cisão; superar as dificuldades da troca imediata de mercadorias generalizando essas dificuldades; autonomizar a troca em relação aos produtores na mesma medida em que os produtores se tornam dependentes da troca”.

Diante delas, segundo conclui o filósofo d’*O capital*, o que se tem com a criação do dinheiro é tão somente uma superação (efêmera, digo eu) da “contradição oculta na mercadoria – trabalho privado e trabalho social, valor de uso e valor de troca, mercadoria e dinheiro”. Uma superação que reproduz essas contradições em outro nível, não as suprime, “mas cria a forma em que elas podem mover-se”.

Por fim, para se compreender absolutamente a importância do tema aqui tratado, Rosdolsky traz a observação de Lenin, desta feita se reportando à obra maior e definitiva de Karl Marx: “Em *O capital*, Marx analisa em primeiro lugar a relação mais simples, comum, fundamental, disseminada, cotidiana e observável por milhões, da sociedade burguesa: **a troca de mercadorias**” (grifo nosso) e “descobre nesse fenômeno extraordinariamente simples (nessa ‘célula’ da sociedade burguesa) todas as contradições (ou a semente de todas as contradições) da sociedade moderna”.<sup>360</sup>

---

360 Ibidem, p. 122. Em vista da complexidade do tema abordado, veja o [Material complementar deste Capítulo 5: videoaula "O dinheiro e o capital portador de juros"](#).

## FOLHETO Nº 05

### PARTE II – A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO (continuação)

#### Capítulos 6 a 8 – As funções do dinheiro

Ao longo dos três capítulos desta etapa de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, Roman Rosdolsky traz à tona as funções ou determinações do dinheiro em Marx: **o dinheiro como medida do valor** (capítulo 6), **o dinheiro como meio de circulação** (capítulo 7) e **“o dinheiro como dinheiro”** (capítulo 8), cujo tema, nos manuscritos *Grundrisse* de 1857/1858 (“Elementos fundamentais para a crítica da economia política”), sobre os quais o autor se dedica em seu livro, equivale ao item “O curso do dinheiro” do “Capítulo do Dinheiro”.<sup>361</sup>

Como os capítulos em destaque tratam de um mesmo tema geral, optamos por reuni-los em um só texto, subdividindo-o em itens correspondentes a cada uma das funções do dinheiro identificadas por Karl Marx.

#### A) O dinheiro como medida do valor [e como padrão de preços, digo eu]

Roman Rosdolsky inicia o sexto capítulo com a observação preliminar sobre um conceito utilizado por Marx na investigação das **determinações**<sup>362</sup> **formais do dinheiro**, mas não só aí: o conceito de **“forma funcional de existência”** (grifo nosso).<sup>363</sup>

Segundo Rosdolsky, “vez por outra” Marx fala de **“formas funcionais”** (ou **formas “funcional e conceitualmente determinadas” de existência [...]**) (grifo nosso), de **determinações formais**, que as relações

---

361 Verificamos que no decorrer dos capítulos Roman Rosdolsky não se atém apenas aos manuscritos *Grundrisse* para tratar das funções do dinheiro em Marx, utilizando-os em poucas passagens. Em nosso texto, buscaremos, na medida do possível, mencionar qual a obra que o autor de *Gênese* lança mão para abordar o assunto em pauta. Quando não fizermos tal menção é porque o autor está se embasando nos próprios *Grundrisse*.

362 De pronto, cabe apresentar as considerações que a professora Leda Paulani faz sobre o termo “determinações” no sentido empregado por Marx em sua investigação. Ao tratar das *determinações do dinheiro*, diz ela, Marx não está se referindo às “características”, “papéis” ou “finalidades” do dinheiro. Nesse sentido, Paulani realiza uma diferenciação entre essas expressões e o termo “determinação” presente nos manuscritos *Grundrisse*, muito embora, conforme noticia, em *O capital*, no capítulo três do Livro I (*O processo de produção do capital*), Marx lance mão em alguns momentos daqueles outros vocábulos. A professora Leda explica que determinadas características de um objeto (cor, forma etc), e também o papel que exerce ou a finalidade que cumpre em dado contexto temporal ou espacial, não o faz ser diferente de outro da mesma natureza. Um “copo”, por exemplo, será sempre copo, independente das suas características (de ser de vidro ou de alumínio, azul ou transparente, ter uma forma x ou y etc.). Portanto, “as características [e também papéis ou finalidades, digo eu] de um objeto são acidentais, as suas determinações não são acidentais”. As determinações “são necessárias, se colocam [sic] como elementos necessários na definição do que é aquele objeto ou para a percepção correta do que é aquele objeto” (in PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 37m56s-39m49s). Visto em 05.05.2022). De acordo com o professor José Paulo Netto (in NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em <https://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.html>. Consultado em 05.05.2022), “determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade [ou de um objeto ou de um fenômeno, digo eu]; nas palavras de um analista, para Marx, a determinação é um ‘momento essencial constitutivo do objeto’ (DUSSEL, 1985, p. 32)” (grifo nosso).

363 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 123 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).



econômicas assumem e “nas quais se expressa o **percurso dialético de evolução**” das categorias nelas presentes (grifo nosso)<sup>364</sup>.

Reportando a uma dessas vezes, o autor de *Gênese* faz referência à análise marxiana das “condições econômicas de existência das três grandes classes em que a sociedade burguesa moderna [ou capitalista, digo eu] se divide”: os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários.<sup>365</sup>

Ao verificar o que determina a diferenciação de classes da sociedade burguesa, ou “o que faz com que trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários fundiários sejam as três grandes classes sociais” dessa organização socioeconômica, Marx concluiu afirmando que são “suas funções no processo de produção”. Com isso detecta a existência de “classes sociais com funções econômicas”.<sup>366</sup>

Fazendo remissão a essa análise, vinculando-a ao método que o filósofo alemão utiliza para o exame das categorias dinheiro e capital, temos que lá e cá Marx cuida de investigar o percurso dialético evolutivo das categorias presentes nas relações econômicas que investiga, conforme mencionamos supra.

Finalizando sua observação preliminar, Roman Rosdolsky reproduz o que expõe um “crítico burguês” de Marx, Herbert Block, especificamente em relação às funções do dinheiro: “A clara separação dessas funções e da substância do dinheiro [“o valor social”<sup>367</sup>, esclarece Rosdolsky], assim como das diferentes funções do dinheiro em si [que “[...] coexistem separadas e em igualdade de tratamento”, continua H. Block, o que aponta para a “estreita vinculação genética das funções e sua interpenetração”, observa Rosdolsky] é uma característica relevante da teoria de Marx sobre o dinheiro”.<sup>368</sup>

Dito isso, Roman Rosdolsky finalmente adentra ao exame da função do dinheiro como medida do valor das mercadorias. É sobre isso que versaremos de agora em diante.

De primeira, o autor expõe o que Marx escreveu posteriormente aos manuscritos *Grundrisse*, na obra *Contribuição à crítica da economia política* (1859),

364 Ainda de acordo com Rosdolsky, conforme obra e página referenciadas na Nota anterior, “Marx preocupa-se, antes de tudo, em captar as determinações formais das relações econômicas”. Para o filósofo alemão, segundo Roman Rosdolsky, “o que uma forma econômica efetivamente representa depende da função que lhe cabe e na qual se baseia”. Perceba a noção de movimento e de superação que Marx atribui às relações econômicas e respectivas categorias ao falar de “percurso dialético” da evolução das formas de existência dessas relações e suas categorias.

365 Ibidem, p. 123 c/c p. 513 Nota 2.

366 Conforme páginas 41-44 deste artigo expositivo.

367 O “valor social” do dinheiro, para Marx, corresponde ao trabalho social ou trabalho humano geral ou trabalho abstrato. No Folheto nº 02 do presente artigo expositivo de *Gênese*, quando abordamos o capítulo três, “Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”, tratamos da definição de trabalho abstrato, bem assim da distinção com o trabalho concreto (privado ou individual).

368 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 123. Continua H. Block, conforme a obra e página referenciadas: em polo oposto a Marx, outros teóricos “[...] Convertem a função em núcleo do conceito. Marx, ao contrário, diferencia claramente a essência [substância, digo eu] do dinheiro, de um lado, e os serviços [funções, digo eu novamente] que ele, por suas peculiaridades, é capaz de prestar [ou exercer, no caso de se falar em funções, acrescento]”. Aliás, o que Block observa se pode verificar da própria divisão do “Capítulo do Dinheiro” dos *Grundrisse*, onde se encontra, em itens distintos, primeiramente a abordagem da gênese e essência do dinheiro, e só depois, no item “O curso do dinheiro”, as suas funções ou determinações.

sobre a origem do dinheiro: “A principal dificuldade na análise do dinheiro é superada logo que se compreende que sua **origem** [do dinheiro, N.T.] é a própria **mercadoria**” (grifo nosso). Partindo de tal premissa, o autor de *Gênese* sustenta ser possível “compreender claramente as determinações formais” que são peculiares ao dinheiro. Entretanto, continua ele, o fato de todas as relações burguesas aparecerem “douradas ou prateadas [referindo-se à mercadoria-dinheiro ouro e prata da época, digo eu], ou seja, aparecerem como relações monetárias”, faz parecer que a “forma-dinheiro” adquiriu um “conteúdo infinitamente variado, que é estranho a ela [à mercadoria, sua origem, digo eu novamente]”<sup>369</sup>. Nesse sentido, o dinheiro se confunde enganosamente com o material monetário, como se fosse desvinculado da sua origem na mercadoria, da qual é medida do respectivo valor. Isso, de certa forma, segundo Rosdolsky, dificulta a compreensão da origem do dinheiro, e, por conseguinte, das suas determinações formais.<sup>370</sup>

Surgida da origem do dinheiro, que remete à mercadoria e ao processo de intercâmbio, a primeira determinação formal do dinheiro, “– primeira porque surge diretamente do processo de formação do dinheiro –”, explica Roman Rosdolsky, é sua função como “**medida do valor**” (grifo nosso), como **medida do valor das demais mercadorias**.

Em uma passagem d’*O capital*, que Roman Rosdolsky transcreveu em *Gênese*, Marx ensina: “O dinheiro é um cristal que se forma espontaneamente no processo de intercâmbio [no mercado, digo eu], no qual se igualam os diversos produtos do trabalho, que assim se transformam de fato em mercadorias”<sup>371</sup>.

Ainda de *O capital*, Roman reproduz um pouco mais do filósofo alemão sobre a formação do dinheiro: “Ao longo da história”, e isso aprendemos no Folheto nº 04 (quando versamos sobre o capítulo cinco de *Gênese*, “A transição do valor ao dinheiro”), “a expansão e o aprofundamento do intercâmbio desenvolvem a oposição, latente na natureza da mercadoria, entre valor de uso e valor [ou valor econômico ou intrínseco ou

369 Faz-se oportuno trazer à tona o esclarecimento de Rosdolsky quanto ao uso do *ouro* como a mercadoria monetária da investigação marxiana sobre o dinheiro: “Tanto na *Contribuição à crítica* como em *O capital*, Marx pressupõe que o ouro é a mercadoria monetária ‘para simplificar’” (Idem, p. 514 Nota 24) (grifo nosso). A análise das funções do dinheiro apresentada no presente texto também está concentrada na utilização do material monetário ouro como mercadoria-dinheiro. Realmente não encontramos nas páginas de *Gênese* ora em comento nenhuma menção às determinações ou função do dinheiro que contemple o *dinheiro fidúcia*, que substituiu, oficialmente, a partir de 1971, o padrão monetário ouro (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro>. Consultado em 05.05.2022). Para um contato, ainda que breve, com a história dos sistemas monetários e da instituição do ouro e prata como dinheiro, consulte o *site* referenciado supra.

370 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 124 (Idem em relação à redação dos parágrafos seguintes).

371 Significa dizer que os produtos derivados do trabalho humano só se tornam mercadorias quando submetidos à troca (ao intercâmbio). Entretanto, essa determinação só se faz presente em uma economia baseada essencialmente na troca, como a capitalista, e não nas economias pré-capitalistas (onde o intercâmbio de mercadorias ainda não constitui a base material delas e o dinheiro ainda não se constitui medida do valor, pois ali se trocam apenas a produção excedente). Conforme mencionado alhures, a investigação sobre o dinheiro em Marx é o exame do dinheiro do modo de produção capitalista. Relembrando o que disse a professora Leda Paulani (in PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 12m15s-12m34s). Visto em 25.02.2022), Marx estuda as relações de trocas e, por conseguinte, o dinheiro, no âmbito do *mundo capitalista*. Muito embora tenham existido eventuais relações de trocas e algum tipo de dinheiro em “outros arranjos sociais de produção material da vida”, as relações de troca e, sobretudo, o dinheiro de então, “não comandavam a vida material” daquelas sociedades. Tal fenômeno só vem a ocorrer no âmbito da sociedade burguesa, no âmbito do modo de produção capitalista.

mercantil da mercadoria, digo eu<sup>372</sup>”, o que exige, a fim de que o intercâmbio de mercadorias se realize, que “o valor mercantil [‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu novamente] ganhe uma **forma autônoma** [a **forma de terceira mercadoria**, o **dinheiro**, digo eu mais uma vez]” (grifo nosso). O valor mercantil “não repousa nem se fixa até que alcance definitivamente essa forma [autônoma, acrescento] pelo *desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro*” (grifo do autor).

Quando isso acontece, segundo Rosdolsky, passa a ser desnecessário “que o valor de cada mercadoria se expresse [...] por uma série interminável de equações de valor [...]”, tais como  $x$  mercadoria  $A = y$  mercadoria  $B$ ;  $x$  mercadoria  $C = y$  mercadoria  $D$  (ou 20 varas de linho = 1 casaco; 1 pão = uma medida de azeite (para ficar nos exemplos utilizados por Marx)), e assim por diante, “como ocorria no intercâmbio direto de produtos”, segundo estágio da evolução histórica do intercâmbio de mercadorias (estágio da troca primitiva), conforme identificamos no referido Folheto nº 04.

Doravante, “[...] uma só equação [ $x$  mercadoria  $A$  ou  $B$  ou  $C = y$  mercadoria dinheiro, digo eu] basta para representar esse valor de maneira socialmente válida”. Visto, segundo Marx, que o dinheiro foi colocado na condição de valor de troca (no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou mercantil ou intrínseco) “separado e independente em relação às mercadorias”, estas “são colocadas como algo particular diante do dinheiro, que se contrapõe a elas como sujeito”.

Karl Marx prossegue: “Pelo fato de terem sido [as mercadorias, digo eu] **equiparadas** ao dinheiro, elas são colocadas novamente em relação umas com as outras, como exige o próprio conceito de valor de troca”, estabelecendo “correspondências e comparações entre si, em proporções determinadas” (grifo nosso)<sup>373</sup>.

Diferentemente do que ocorria no estágio da troca primitiva ou do intercâmbio direto de produtos, vislumbramos do exposto até aqui que, na condição de valor, as mercadorias podem e devem ser convertidas em dinheiro, e assim Marx ensinou: “O dinheiro, ‘é o material universal em que [“as mercadorias”, intervém Rosdolsky] devem ser convertidas””. As mercadorias convertidas em dinheiro, referindo-se, Marx, ao dinheiro ouro e prata, “[...] devem ser douradas e prateadas para alcançar sua livre existência como valores de troca [...] [no sentido de ‘valor’, de valor econômico ou +mercantil ou intrínseco, digo eu]. **O valor de troca específico** [idem], **a mercadoria, é expressa, subsumida, submetida ao valor de troca** [ibidem] **que se tornou autônomo, ou seja, o dinheiro**” (grifo nosso).

372 Como vimos no Folheto nº 02, especificamente no capítulo três, “Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”, onde tratamos da definição marxiana de mercadoria e da distinção entre as suas três dimensões – valor de uso, valor de troca e “valor” –, em Marx o “valor” (ou valor econômico ou mercantil ou intrínseco) da mercadoria corresponde ao *trabalho humano socialmente necessário* para produzi-la, ao *trabalho abstrato*, o que é completamente distinto do valor de uso (que diz respeito à utilidade do bem/serviço) e especialmente do valor de troca das mercadorias (que se refere apenas ao operador numérico que expressa a equivalência quantitativa de uma mercadoria em relação a outra, como verificamos nas equações 20 varas de linho = 1 casaco e  $x$  mercadoria  $A = y$  dinheiro, onde o algarismo 20, o algarismo 1 e as variáveis  $x$  e  $y$  funcionam como operadores quantitativos e expressam os valores de troca propriamente ditos das mercadorias respectivas).

373 A autonomia do valor mercantil das mercadorias em face delas próprias, transformou esse valor numa terceira mercadoria, o dinheiro, permitindo a mencionada equiparação das mercadorias ao dinheiro.

Porém, o processo de formação do dinheiro de onde deriva a sua primeira determinação – o dinheiro como medida do valor – não para por aí. Quando se trata do dinheiro como medida do valor é preciso ter sempre em mente a “**lei geral do valor**”, assentada na construção teórica marxiana do **valor-trabalho**, conforme dispõe Roman Rosdolsky: “[...] como todas as mercadorias, inclusive o dinheiro, contêm **trabalho humano objetivado** [trabalho abstrato, digo eu], o valor de uma mercadoria cuja fabricação custou, digamos, um dia de trabalho se expressa em uma quantidade de ouro ou de prata que também contém um dia de trabalho”.<sup>374</sup>

Na condição de **valor**, como **todas** as mercadorias são consideradas “**trabalho humano objetivado** [trabalho abstrato, digo eu]” (grifo nosso), única categoria que se faz **comum** entre as mercadorias, esta determinação inerente às mercadorias, que as fazem “**comensuráveis entre si**” (grifo nosso), permite que seus valores possam ser “medidos coletivamente em uma mesma mercadoria especial”, em uma terceira mercadoria. “Esta se converte em **medida comum do valor** [em equivalente geral, digo eu], ou seja, **dinheiro**” (grifo nosso).

Desse modo, conforme nos ensina Roman Rosdolsky, apoiando-se em Marx, “o dinheiro atua como **denominador universal**, como **medida de valores**, como ‘o material em que o valor das mercadorias se expressa socialmente’”. O dinheiro, assim, crava Marx, “*é a forma necessária de manifestação da medida de valor imanente às mercadorias: o tempo de trabalho*” (grifo do autor em itálico, grifo nosso em negrito) – a forma necessária de manifestação da medida do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário objetivado nas mercadorias<sup>375</sup>.

A par do exposto, até se pode entender, à primeira vista, que no processo de circulação das mercadorias é o dinheiro que torna as mercadorias comensuráveis (que têm ou admitem medida comum). Mas ocorre o contrário, assinala Rosdolsky. No processo de intercâmbio de mercadorias, o dinheiro não é essa medida comum, não é ele que, tornando coisas diferentes iguais, permite o intercâmbio, que mercadorias qualitativamente distintas (valores de uso diferentes) sejam intercambiadas. Como vimos, é o “valor”, o valor econômico, intrínseco ou mercantil imanente às mercadorias – o **tempo de trabalho abstrato socialmente necessário** – que realiza essa proeza. O dinheiro, de modo não menos importante, peça chave que é do modo de produção capitalista, apresenta-se, como revela a professora Leda Paulani, na situação de “**veículo de expressão do valor das mercadorias**” (grifo nosso)<sup>376</sup>, nada mais que isso, embora seja imprescindível para a engrenagem e funcionamento de uma economia baseada na troca, como é a economia capitalista, onde o intercâmbio de mercadorias constitui a base material da sociedade que dela se forja, a sociedade burguesa.

---

374 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 125 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes). Os conteúdos dos parágrafos em Nota foram extraídos por Rosdolsky d’*O capital* e de *Contribuição à crítica da economia política*.

375 De que maneira ou como se mede o “valor” (ou valor econômico ou intrínseco das mercadorias, ou, ainda, valor mercantil) veremos no decorrer da nossa expedição, em momento específico.

376 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 39m51s-41m53s). Visto em 09.05.2022 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

Entendemos como fundamental a fixação desse conceito para a compreensão da formação do dinheiro do modo de produção capitalista.

De acordo com o que ensina Paulani, historicamente, no modo de produção capitalista, o ouro, sobretudo, assume a condição de equivalente geral, de “veículo de expressão do valor das mercadorias”, a condição de dinheiro, passando a ser “unidade de medida do valor de todas as demais mercadorias”. Contudo, assim como as demais mercadorias, o valor da mercadoria ouro (o valor da mercadoria-dinheiro da época) também é determinado pelo tempo de trabalho objetivado na sua produção, na produção de uma unidade de ouro (1 libra de ouro<sup>377</sup>, por exemplo), fração esta que passa a ser “a unidade de medida do valor de todas as demais mercadorias”. O tempo de trabalho de produção da unidade de ouro, portanto, passa a ser a medida do valor do universo das mercadorias.

Conforme Leda Paulani, “todas as demais mercadorias vão dizer o seu valor em ouro”, mais precisamente em frações de ouro, ou seja, com base no tempo de trabalho abstrato objetivado nessas frações, ou melhor, no tempo de trabalho objetivado na produção de uma unidade de ouro. E assim se pode dizer que “tal mercadoria vale 2 libras de ouro, outra 0,7 libras de ouro, outra tal 30 libras de ouro [...] e por aí vai”. Como equivalente geral, como dinheiro, o ouro se torna “veículo de expressão do valor das mercadorias”. Quando o ouro se torna **equivalente geral**, portanto, **dinheiro**, ele passa a ser “**medida do valor**” das demais mercadorias.

Na situação de veículo de expressão do valor das mercadorias, na situação de equivalente geral, “o ouro aparece na forma apenas **ideal**” (grifo nosso), ou seja, quando o valor de uma mercadoria é expresso em uma fração de peso do ouro, em 1 libra de ouro, por exemplo, “não se faz necessário” que o material ouro (1 libra de ouro) “esteja presente para que se possa dizer que aquela coisa vale uma libra de ouro”, basta que o ouro já tenha socialmente ou convencionalmente “assumido o papel de dinheiro”, de equivalente geral. Uma vez “funcionando” como dinheiro, pode-se dizer “o valor de qualquer coisa em ouro independentemente de ele estar presente no ato ou não”.<sup>378</sup>

Conforme prossegue a professora Leda, “A partir do uso continuado do ouro como equivalente geral, frações de peso do ouro ganham nomes próprios e passam a circular em determinados territórios”. A isso Marx chama de “**padrão dos preços**” (grifo nosso). “Os preços não são ditos ou expressos em ouro. No caso da Inglaterra, berço do capitalismo, os preços das mercadorias são expressos em libras”, por exemplo, e esse procedimento fixado pelo Estado cria **convencionalmente um padrão de preços**.<sup>379</sup>

377 “Libra”, assim como “onça”, é uma unidade de medida, mais especificamente uma unidade de massa (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Libra\\_\(massa\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Libra_(massa)). Visto em 09.05.2022). No caso, a libra ouro, através de um *padrão de preços* instituído pelo Estado “é o nome que se dá à determinada fração de peso do ouro” (in PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 43m48s-44m00s). Visto em 09.05.2022). No Reino Unido o termo libra dá nome à sua moeda oficial: [Libra ou Libra esterlina](#).

378 Idem (videoaula, minutagem: 41m45s-42m42s). Visto em 09.05.2022.

379 Ibidem (videoaula, minutagem: 43m01s-44m04s). Visto em 09.05.2022. Esse lado convencional, que não está presente na determinação do dinheiro como medida do valor mas decorre dele, se faz presente pelo Estado e se expressa através de um *padrão de preços* estabelecido, o qual determina a *forma moeda* do dinheiro, ou seja,

Nesse ponto da apreciação da determinação do dinheiro como medida do valor, percebemos como presentes dois aspectos que derivam da função do dinheiro como medida do valor: o processo de formação dos preços e a indicação da segunda determinação do dinheiro – o dinheiro como meio de circulação. Através do padrão dos preços, que está relacionado com o aval político do Estado à adoção de um determinado sistema monetário, o dinheiro na forma de equivalente geral se transmuta na forma moeda, que, por sua vez, possibilita a realização efetiva do intercâmbio das mercadorias. Sobre a formação dos preços examinaremos a seguir, sobre a segunda determinação do dinheiro versaremos no próximo item.

Voltamos com *Gênese*: “Como os preços só representam quantidades ideais de ouro, não é necessário dispor realmente de dinheiro [do ouro, no caso, digo eu] para fixá-los”. Marx explica: “A transformação ideal das mercadorias em dinheiro é *prima facie* [a primeira vista, digo eu novamente] independente e não limitada pela massa de dinheiro real”. Para esta finalidade, para o fim de transformar idealmente a mercadoria em dinheiro, prossegue Marx: “o dinheiro é necessário apenas como categoria, como relação pensada”. Porém, na condição de valor não pode ser uma categoria imaginária, “uma medida de valor imaginária”. Não pode ser, como medida de valor, separado da determinação do valor, do tempo de trabalho abstrato objetivado nele (no ouro, na condição de mercadoria-dinheiro).<sup>380</sup>

Nesta altura, vemos como colocada uma questão fundamental da análise marxiana das determinações do dinheiro: a questão da “**não identidade entre preço e valor**” (grifo nosso).<sup>381</sup>

Replicando um parágrafo dos *Grundrisse*, o autor de *Gênese* mergulha na análise dessa problemática, que já tinha iniciado anteriormente, conforme vimos nos Folhetos nº 03 e 04: “*O valor de troca* [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou mercantil ou intrínseco, digo eu] *colocado sob a determinação do dinheiro é o preço*. [...] No preço, o dinheiro se apresenta em primeiro lugar como a unidade de todos os valores de troca [como magnitude do valor, digo eu<sup>382</sup>]; em seguida, como unidade na qual esses valores são quantificados [como fração do peso do ouro, *x* libra de ouro, por exemplo, digo eu]; por serem igualados ao dinheiro, eles [os valores de troca, no sentido de valores das mercadorias, digo eu novamente] podem expressar sua relação quantitativa recíproca [qual seja, tal mercadoria vale *x* libra de ouro, outra vale *y* e assim por diante, digo eu

---

estabelece, por exemplo, que uma fração *x* do dinheiro-ouro sob um nome *y* circulará como moeda, como é o caso da libra inglesa (Ibidem (videoaula, minutagem: 44m05s-44m45s e 43m01s-44m04s). Visto em 09.05.2022).

380 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 126. Para que o dinheiro desempenhe a função de medida do valor, diz Marx, “sua substância material [ouro, no caso, digo eu] é essencial, embora sua presença, e mais precisamente sua quantidade – ou seja, o número de vezes em que está presente a porção de ouro ou de prata que serve de unidade – seja totalmente irrelevante nesta determinação, sendo usada em geral apenas como unidade imaginária [‘materialmente’, intervém Rosdolsky] não existente”. Ora, se a presença da substância material do dinheiro não é essencial, por que então sua existência é necessária? A substância material do dinheiro é necessária, como que responde Roman Rosdolsky, porque “só uma mercadoria real, um produto do trabalho [humano, digo eu], pode operar como medida do valor”. E pode operar como medida do valor, ensina Marx, “só porque é tempo de trabalho [abstrato] materializado em uma determinada substância [ouro, no caso, digo eu]; por isso ele mesmo é *valor* [...]” (grifo do autor) (Idem, p. 127).

381 Ibidem, p. 125. Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes.

382 Da magnitude do valor da mercadoria tratamos no item 5.1.2. do Folheto nº 04 para onde remetemos o leitor.

mais uma vez]" (grifo do autor).

Visto que uma das determinações do dinheiro é ser medida do valor (ser medida do tempo de trabalho abstrato objetivado na própria mercadoria-dinheiro), ser medida do valor pressupõe que as mercadorias (todas as mercadorias) sejam valores (tempo de trabalho abstrato, frisamos), por assim ser, essa medida, restringe Marx, “só diz respeito à apresentação e à magnitude do valor [...], à transformação dos valores em preço”<sup>383</sup>. Simplificando: **dinheiro é medida; não é valor, é medida do valor**. Valor é o **tempo de trabalho abstrato objetivado** na mercadoria. Preço é a **expressão quantitativa (monetária) do valor medido pelo dinheiro**, ou, se preferir, a **expressão em dinheiro do valor**.

Reportando-nos ao que ensinou Leda Paulani, quando se referiu ao dinheiro-ouro como veículo de expressão do valor das mercadorias, como equivalente geral de troca, vimos que esse dinheiro-ouro apenas aparece na forma ideal, ou seja, o valor de uma mercadoria é expresso em uma fração de peso do ouro, em 1 libra de ouro, para ficarmos com o parâmetro utilizado por Paulani em sua análise.

O aparecimento do dinheiro na forma ideal expressa a transformação dos valores das mercadorias em preço. Nesse sentido, assinala Roman Rosdolsky: “Nos preços, as mercadorias só estão transformadas em dinheiro de modo ideal [exemplo: mercadoria A vale 1 libra de ouro]”.<sup>384</sup>

Continua ele: na condição de valor, “[...]. O desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro, a formação do dinheiro, não significa que a mercadoria como tal tenha sido convertida em dinheiro, ou que graças à atribuição de um preço ela passa a participar do intercâmbio geral”. Nada disso. Como vimos alhures, as mercadorias ingressam no intercâmbio, segundo Marx, “sob a forma de valores de uso [em função de sua utilidade, digo eu]”. Somente “quando são vendidas elas se convertem de fato no equivalente geral [no dinheiro, digo eu novamente]. A determinação de seu preço é sua transformação ideal no equivalente geral; é uma equiparação com o ouro, mas que ainda não foi realizada [concretizada no intercâmbio real, digo eu]”<sup>385</sup>.

Para ilustrar o afirmado, Roman Rosdolsky nos traz, reproduzindo Marx, que na condição de valor, “A mercadoria, por exemplo o ferro, tem ‘no preço uma **aparência ideal de valor** ou uma **aparência representada em ouro**’; mas, naturalmente, ela [a mercadoria ferro, digo eu] não pode ‘ser ao mesmo tempo ferro real e ouro também real’. Por isso, “[...]. Para **fixar** seu preço [da mercadoria ferro, frisamos], basta **representá-la** em ouro” (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso). Todavia, no intercâmbio real, e não mais na condição de valor, deve-se trocar a mercadoria (ferro) por esse metal que funciona como dinheiro (no caso, o ouro) para que a mercadoria (ferro) “preste ao seu possuidor [ao possuidor do dinheiro ouro] o serviço de equivalente geral [possa ser trocado sempre e em qualquer lugar por uma única e mesma mercadoria, o dinheiro]”.<sup>386</sup>

---

383 O conteúdo do parágrafo em Nota foi extraído por Rosdolsky da obra *Teorias da mais-valia*.

384 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 125 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

385 A transcrição do assentado por Marx no parágrafo em Nota foi extraída por Rosdolsky de *Contribuição à crítica da economia política*.

386 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 126 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte). O conteúdo



No intercâmbio real, continua Marx “o preço tanto pode expressar ‘a magnitude do valor da mercadoria [tempo de trabalho abstrato objetivado nela], como [“pode expressar”, intervém Rosdolsky] a maior ou menor quantidade de dinheiro pela qual ela pode ser vendida em determinada circunstância”. Em nossas palavras: no intercâmbio real, o preço pode expressar o tempo de trabalho abstrato objetivado na mercadoria intercambiada como também a maior ou menor quantidade de dinheiro de acordo com dada circunstância (oferta e demanda, inflação, aumento ou diminuição da produtividade etc.). Assim, de acordo com Marx, “*na própria forma do preço está implícita a possibilidade de uma incongruência quantitativa, de uma divergência, entre o preço e a magnitude do valor* (grifo do autor)” – entre valor de mercado (preço) e valor real da mercadoria (valor econômico ou intrínseco ou mercantil), respectivamente.

Ao contrário do valor da mercadoria que tem como substância o trabalho abstrato, que é o valor econômico ou intrínseco ou mercantil da mercadoria, como vimos, o preço aparece, revela Marx, “como uma **relação externa** dos valores de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu], ou [das] mercadorias, com o dinheiro”. Na condição “de substância social”, de trabalho abstrato, “a mercadoria é **valor de troca** [idem], **mas não é preço**” – a condição de ser preço “não coincide imediatamente” com a mercadoria, “depende da mediação que se faz por meio de sua equiparação com o dinheiro” –; “a mercadoria é **valor de troca** [ibidem], **mas tem um preço** [quantidade determinada da unidade que o quantifica – 30 libras de ouro, por exemplo] (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso).<sup>387</sup>

Caminhando para o final deste item, inferimos de *Gênese* que a mercadoria-dinheiro possui duas determinações formais de existência: como **medida do valor** e como **padrão de preços** das mercadorias. Ou, de acordo com a precisão de Rosdolsky, “a mercadoria-dinheiro se transforma de medida do valor em padrão de preços<sup>388</sup>. Duas funções totalmente diferentes”, pois, o dinheiro, como medida do valor, descreve Marx, é “encarnação social do trabalho humano [do trabalho abstrato objetivado na produção dele próprio]”, e serve “[...] para transformar em preços, em quantidades imaginadas de ouro, os valores das variadíssimas mercadorias [que por sua vez também é encarnação social do trabalho humano abstrato]”; como medida ou padrão de preços, a partir da fixação de determinado peso em ouro como unidade de medida, é “quantidade de metal com peso fixo [libra de ouro, por exemplo, digo eu]” e serve para medir “tais quantidades de ouro [...]”.<sup>389</sup>

dos parágrafos em Nota foi extraído por Rosdolsky d’*O capital*.

387 Ibidem, p. 125.

388 Na condição de preços, “os valores das mercadorias estão transformados em diferentes quantidades imaginárias de ouro. ‘Como tais, essas diferentes quantidades de ouro se comparam e se medem entre si. Aparece assim a necessidade técnica de vinculá-las a uma quantidade fixa de ouro que sirva de unidade de medida’. Essa unidade de medida, dividindo-se posteriormente em partes alíquotas, continua a se desenvolver até tornar-se um “padrão de medida”. Nesse passo, “a mercadoria-dinheiro se transforma de medida do valor em padrão de preços” (Ibidem, p. 128). De acordo com a obra e página referenciadas nesta Nota, em relação à função do dinheiro como padrão dos preços, ou “padrão de medida dos preços”, Rosdolsky anota que tal determinação só aparece insinuada nos manuscritos *Grundrisse*. Como verificamos nas notas que compõem essa parte específica de *Gênese*, o disposto no restante do parágrafo em destaque foi extraído de *O capital*.

389 Ibidem, p. 128 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Para a determinação do dinheiro como padrão de preços é necessário fixar determinado peso em ouro como unidade de medida (exemplo, 1 libra de ouro

Resumindo o exposto neste item: **Valor** (ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria ou valor mercantil): é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a mercadoria. **Dinheiro**: é uma forma geral ou expressão geral do valor comum a todas as mercadorias; não é valor, é medida do valor. **Preço**: é a expressão quantitativa (monetária) do valor medido pelo dinheiro, ou, se preferir, a expressão em dinheiro do valor. Numa hipótese, duas mercadorias, qualitativamente diferentes, podem possuir o mesmo valor, por terem sido produzidas em um mesmo tempo de trabalho abstrato socialmente considerado, mas não necessariamente o mesmo preço, que é (também) influenciado por fatores externos à mercadoria: oferta e demanda de cada uma, inflação, produtividade etc.

Isso posto, concluído o exame da primeira determinação do dinheiro e também do processo de formação dos preços, o autor de “Gênese e estrutura de *O capital*”, anuncia que no capítulo sete (correspondente no presente Folheto ao item B (“O dinheiro como meio de circulação”)) veremos “como se comporta o dinheiro no intercâmbio real de mercadorias, e se as propriedades que adquire dentro desse intercâmbio não entram em contradição” com as que aqui conhecemos.<sup>390</sup>

Por fim, com vistas sempre ao melhor proveito do exposto, sugerimos rever o material complementar do Folheto nº 04, a videoaula “Dinheiro e o capital portador dos juros em Marx”, ministrada pela professora Leda Paulani, especificamente a parte da sua exposição em que trata da determinação do dinheiro abordada neste item, conforme referenciamos na Nota abaixo.<sup>391</sup>

## **B) O dinheiro como meio de circulação [o dinheiro na forma moeda, digo eu]**

Iniciamos o exame da segunda determinação do dinheiro com o que afirmou Roman Rosdolsky na conclusão da sua análise da determinação do dinheiro como medida do valor: “Tratamos até aqui do processo de formação dos preços, que inaugura a circulação das mercadorias (‘inaugura’ no sentido de que toda circulação de mercadorias pressupõe a existência de valores de troca [no significado de ‘valor’ ou valor econômico ou mercantil ou intrínseco, digo eu] em que os preços são fixados).”<sup>392</sup>

---

equivale a 1/116 onças de ouro (Ibidem, p. 126)). Por outro lado, em relação à determinação do dinheiro como medida do valor, o dinheiro só pode desempenhar essa função porque “ele mesmo é produto do trabalho [trabalho humano abstrato], sendo, portanto, potencialmente, um valor variável” (Ibidem, p. 128).

Muito embora Marx considere em sua análise o ouro como a mercadoria-dinheiro base, a prata também funcionou simultaneamente como medida do valor, ocorrendo a situação de *duplo padrão monetário*. Fazendo de passagem uma referência a esse problema, Roman Rosdolsky reporta-se ao que Karl Marx dispôs em *O capital* (sendo que, conforme o próprio Rosdolsky, os manuscritos *Grundrisse* não trataram do problema do duplo padrão monetário “nesse contexto” (Ibidem, p. 514 Nota 22)): “Se duas mercadorias distintas – por exemplo, o ouro e a prata – servem simultaneamente como medida de valor, todas as mercadorias terão duas diferentes expressões de preços – preços em ouro e preços em prata –, que coexistirão sem sobressaltos enquanto a relação entre o ouro e a prata se mantiver inalterada [por exemplo, digo eu: ‘valor da prata = 1/15 do valor do ouro’] [...]. Porém, qualquer alteração nesta relação de valor perturbará a proporção entre os preços das mercadorias expressos em ouro e em prata, demonstrando-se assim que, na realidade, a função de medida do valor é incompatível com tal duplicação” (Ibidem, p. 127).

390 Ibidem, p. 128.

391 [Material complementar do Folheto nº 04, "Capítulo 5 - A transição do valor ao dinheiro": videoaula "O dinheiro e o capital portador de juros"](#) (minutagem: [36m38s-48m25s](#)).

392 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 128.

Resgatemos também o que crava a professora Leda Paulani sobre o processo de circulação das mercadorias: “O que comanda o processo de circulação [...] é o fato de que a mercadoria sempre é um **não valor de uso para quem a possui**; pois se fosse valor de uso para o possuidor ele não a vendia ou não a trocava, não a colocava na esfera do mercado” (grifo nosso). Na **circulação** “a mercadoria é sempre um **não valor de uso** [não utilidade, digo eu] **para quem a possui** e **valor de uso** [utilidade, digo eu novamente] **para quem não a possui**” (grifo nosso). As mercadorias, portanto, têm “uma necessidade imanente, a **necessidade de circular**, de **mudar de mãos** [...], é o que Marx chama de ‘salto-mortal’ da mercadoria. [...] A mercadoria só se realiza se ela realiza o seu valor, se for vendida [...]” (grifo nosso).<sup>393</sup>

Na abertura do capítulo sete de *Gênese*, Roman Rosdolsky detecta que o processo de circulação de mercadorias apresenta dois aspectos distintos, “embora estreitamente vinculados”, pondera. O primeiro, reportando-se a Marx, diz respeito ao fato de que a circulação, “Na medida em que transfere ‘mercadorias de agentes para os quais elas são não valores de uso a agentes para os quais elas são valores de uso’, ela [a circulação de mercadorias, digo eu] é apenas a ‘**apropriação de algo natural** para satisfazer necessidades humanas’, **um metabolismo social**” (grifo nosso).<sup>394</sup>

O segundo aspecto refere-se ao fato de que, como “a substituição de valores de uso [o intercâmbio de mercadorias, digo eu] é feita por intercâmbio privado, **intermediado pelo dinheiro**, e as relações das mercadorias entre si estão cristalizadas como diferentes determinações do dinheiro [pelo valor e preço, digo eu], o intercâmbio passa a ser ‘ao mesmo tempo a criação de determinadas relações sociais de produção’; é **uma mudança de forma**” (grifo nosso).<sup>395</sup>

Conforme Rosdolsky observa, Marx considera em sua investigação apenas este último aspecto, típico das sociedades capitalistas, na medida em que estamos a tratar, não esqueçamos disso, do dinheiro do modo de produção capitalista, do dinheiro em uma economia baseada na troca, onde o intercâmbio de mercadorias constitui a sua base material e o dinheiro constitui medida do valor dessas mercadorias<sup>396</sup>.

---

393 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 50m54s-53m11s). Visto em 12.05.2022.

394 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit. p. 129 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). O disposto no parágrafo em Nota foi extraído por Rosdolsky de *O capital* e de *Contribuição à crítica da economia política*. É de se ressaltar que esse primeiro aspecto da circulação identificado por Marx já se fazia presente desde o segundo estágio da evolução histórica do intercâmbio de mercadorias, o estágio do intercâmbio direto de produtos (ou fase da “troca primitiva”)<sup>[Nota 322]</sup>, quando o homem passa a produzir mais do que necessita para o sustento cotidiano, quando seu trabalho lhe proporciona um produto *excedente*, embora o intercâmbio de mercadorias ainda não constituía a base material da economia e o dinheiro ainda não desempenhava a função de medida do valor – as relações de troca e, sobretudo, o “dinheiro” de então, não comandavam a vida material daquelas sociedades.

395 Nesse ponto, referindo-se ao Capítulo 3 de *Gênese* (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”), o autor faz remissão à análise de casos nos quais as relações formais da economia burguesa modificam o valor de uso ou nos quais o valor de uso intervém modificando essas relações formais, conforme registramos nas páginas 65-68, casos em que também há uma mudança de forma das relações sociais.

Como veremos a seguir, ao contrário do primeiro aspecto do processo de circulação, esse segundo aspecto é típico e exclusivo das economias baseadas na troca, das economias capitalistas. Por conseguinte, o dinheiro que faz a mediação do intercâmbio nesse contexto é uma categoria completamente distinta daquela presente nas sociedades pré-capitalistas, sendo, pois, exclusiva do capitalismo.

396 O autor de *Gênese*, nessa oportunidade, também chama a atenção para o fato que “nem todo intercâmbio

Na tentativa de esmiuçar o disposto acima quanto à mudança de forma do intercâmbio no bojo das sociedades capitalistas, com base no que dispusemos no Folheto nº 02 de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, relativo ao Capítulo 3 – *Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política*, e também no item A supra, expomos o seguinte: no contexto do processo da formação do dinheiro, o intercâmbio entre mercadorias (ou entre valores de usos das respectivas mercadorias) deixa de ser realizado diretamente (quando o valor de uso da mercadoria A é trocado pelo valor de uso da mercadoria B, significando que o dono de A necessita de B e o dono de B necessita de A), e passa a ser realizado pela mediação de uma terceira mercadoria, o dinheiro, desse modo esta mercadoria-dinheiro (o ouro, por exemplo), além de ter valor de uso específico como mercadoria específica (o ouro como ouro), passa a ter também valor de uso universal, cumprindo a função de equivalente geral de troca, a função de dinheiro, o que cria novas relações sociais de produção.

Avançando. Em decorrência da identificação dos dois aspectos do processo de circulação de mercadorias mencionados anteriormente, um identificado como metabolismo social, o outro como uma mudança de forma das relações sociais, Roman Rosdolsky constata que “a circulação pode ser entendida como movimento da mercadoria ou movimento do dinheiro”, uma vez que “ambos os elementos [mercadoria e dinheiro, digo eu] estão presentes nela”. E assim diz Marx: “Se eu vendo para comprar [o que implica no movimento da mercadoria, entrego mercadoria e recebo mercadoria, digo eu], posso também comprar para vender [o que corresponde ao movimento do dinheiro, entrego dinheiro e recebo dinheiro, digo eu novamente]”.<sup>397</sup>

Nesse sentido, Marx também identifica dois ciclos distintos do processo de circulação das mercadorias de maneira geral: o primeiro é apresentado pela fórmula **M-D-M** e o segundo pela fórmula **D-M-D**, onde M é mercadoria e D dinheiro. No primeiro caso, Marx situa que o dinheiro funciona apenas como “o meio para se obter mercadorias, e **as mercadorias são o fim**” (grifo nosso) –

---

de mercadorias é circulação de mercadorias”, esta pressupõe não só a *existência do mercado*, ou como menciona Marx, “um espaço de intercâmbios, uma totalidade destes, em um fluxo constante que alcança de forma mais ou menos abrangente toda a superfície da sociedade” (aliás, Rosdolsky assinala que Marx tem na circulação “a primeira totalidade entre as categorias econômicas” e também “a primeira forma na qual não só a relação social se apresenta como algo independente dos indivíduos – como ocorre, por exemplo, na peça moeda e no valor de troca –, mas também o conjunto do movimento social” (Ibidem, p. 130 c/c p. 514 Nota 6)), bem assim “pressupõe [...] ‘que as mercadorias entrem no processo de intercâmbio com *preços definidos*’, e que, consequentemente, a *mercadoria equivalente já possua o caráter de dinheiro*” (grifo nosso) (Ibidem, p. 130) (O contido nesta Nota foi extraído por Rosdolsky da obra marxiana *Contribuição crítica da economia política*).

397 Ibidem, p. 129 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Em mais uma reflexão metodológica, Rosdolsky faz uma observação quanto a possibilidade de duas visões sobre a circulação de mercadorias. Uma, no sentido de que a circulação, numa “primeira aproximação”, é percebida “como uma troca de mãos e de posição, que ocorre milhões de vezes, entre mercadoria e dinheiro” – “[...] A mercadoria é trocada por dinheiro; o dinheiro é trocado por mercadoria”, “esta constante renovação do mesmo processo [...] se repete até o infinito” – um *movimento infinito de troca de mãos e de posição entre mercadoria e dinheiro*; outra, quando se observa o processo com maior atenção, percebe-se que “a circulação de mercadorias revela também outros fenômenos, especialmente a *circularidade*, o retorno ao mesmo ponto de partida” (grifo nosso). Reportando-se à primeira, Roman Rosdolsky detecta mais uma influência de Hegel sobre Marx, quando este, numa passagem dos manuscritos *Grundrisse*, referindo-se à percepção de que a troca constante de mãos e posição da mercadoria e do dinheiro se dá infinitamente, admite que “desse ponto de vista” a circulação das mercadorias pode ser considerada “como um processo falsamente infinito” – ao que Rosdolsky acrescenta: “no sentido hegeliano” (Ibidem, p. 129 cc p. 514 Nota 3).

aqui estamos diante do **ciclo vender para comprar**, do processo de circulação simples, ou processo de circulação de mercadorias no sentido estrito, se assim podemos chamar para diferenciá-lo do processo de circulação geral (que abarca a circulação de mercadorias e também de capital). No segundo caso, “a mercadoria é apenas o meio para se obter dinheiro, e **o dinheiro é o fim**” (grifo nosso) – nesta hipótese estamos a falar do **ciclo comprar para vender** do processo de circulação que já envolve a transformação do dinheiro em capital.

Nas pegadas de Marx, para o exame da determinação do dinheiro como **meio de circulação**, Rosdolsky concentra a atenção no ciclo **vender para comprar (M-D-M)**, no **processo de circulação simples** ou **circulação de mercadorias estrito senso** (digo eu), reservando o ciclo comprar para vender, que implica relações de produção mais desenvolvidas e complexas, para um outro momento. Nessa linha, formula a seguinte pergunta: “Qual o papel do dinheiro no ciclo M-D-M?”<sup>398</sup>

Grosso modo, o dinheiro como **meio de circulação das mercadorias** (ou meio de troca) consiste em ser apenas o **meio de se obter mercadorias**. Mas a questão não é tão simplória como pode aparentar. Rosdolsky avança mais um pouco indo ao cerne da questão: “No intercâmbio real de mercadorias, ele [o dinheiro, digo eu] deve, antes de mais nada, **realizar os preços das mercadorias**, atuar como ‘**realizador dos preços**’” (grifo nosso).

Uma vez que o ouro é a mercadoria-dinheiro considerada na análise marxiana do dinheiro, vimos que este metal nobre no momento de sua produção é uma mercadoria como outra qualquer. Entretanto, na condição de equivalente geral, ensina o filósofo alemão, “Seu valor relativo e o das [...] outras mercadorias estão representados nas quantidades em que elas se trocam reciprocamente”<sup>399</sup>. Ou seja, agora, “nos preços das mercadorias já está dado o valor do ouro [mercadoria A = y libra de ouro, digo eu para exemplificar]”. Assim, o processo de circulação “pressupõe esta operação”.

Recordemos dos ensinamentos de Marx que “o ouro na condição de simples mercadoria, não é dinheiro, e que as demais mercadorias, através de seus preços, relacionam-se com o ouro como o meio que expressa sua representação em dinheiro”. Portanto, elucida Rosdolsky, “na circulação, as mercadorias **não só se transformam realmente em dinheiro** e se **trocamos por dinheiro real**, mas se **realizam como preços** [isto é, só podem ser transferidas para outrem por um determinado preço (x libra de ouro, por exemplo), digo eu]” (grifo nosso).

Portanto, sob as vistas de Roman Rosdolsky, em conformidade com o mencionado nas primeiras linhas deste item B, temos que o processo de formação dos preços “é a **premissa**” do processo de circulação das mercadorias e “**não o resultado**” (grifo nosso).

Na sequência da sua análise da determinação do dinheiro como meio

---

398 Ibidem, p. 130 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

399 O conteúdo do parágrafo em Nota foi extraído por Rosdolsky da obra marxiana *Contribuição crítica da economia política*.

de circulação, Rosdolsky alerta que não se deve desprezar o fato de que além do papel do dinheiro como meio de realização dos preços (que corresponde à parte M-D do processo vender para comprar), “no ciclo M-D-M [no ciclo completo, digo eu], a realização do preço da mercadoria serve sobretudo para facilitar o intercâmbio desta mercadoria por outra [que, por sua vez corresponde à parte D-M do ciclo completo, digo eu novamente]”.<sup>400</sup>

No fundo, no processo vender para comprar ocorre **uma troca de mercadoria por mercadoria** feita com a **mediação do dinheiro**. Diz Marx: O dinheiro só “serviu para facilitar a troca da primeira mercadoria pela segunda”. O resultado de todo o ciclo, esclarece Rosdolsky, “se reduz à troca de materiais M-M: ‘A mercadoria é trocada por dinheiro, o dinheiro é trocado por mercadorias’”.

Por assim ser, continua o autor de *Gênese* sempre apoiado em Marx, “se levarmos em conta o ciclo M-D-M em seu conjunto [o ciclo completo, digo eu], o dinheiro aparece como ‘um meio de troca das mercadorias; não um meio de troca em geral, mas sim um meio de troca adaptado ao processo de circulação, ou seja, **um meio de circulação** [das mercadorias, digo eu]’” (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso).<sup>401</sup>

Marx prossegue: “Enquanto”, na primeira parte do processo vender para comprar (ato M-D), “o dinheiro realiza o preço das mercadorias”, e “a mercadoria é trocada por seu equivalente real em ouro ou prata”, na segunda parte do ciclo completo, quando o dinheiro é transformado novamente em mercadoria (ato D-M), propiciando que a primeira mercadoria seja trocada pela segunda [M-M], “o dinheiro é algo [realmente, digo eu] **efêmero**” (grifo nosso). Como veículo dessa mediação, “sua substância [medida do valor] consiste em aparecer [ato M-D, digo eu] e desaparecer [ato D-M, digo eu novamente]. Como meio de circulação, o dinheiro **é apenas meio de circulação**. Para cumprir essa função, ele é apenas quantidade, número que circula” (grifo nosso).<sup>402</sup> Em nossa síntese: considerando a fórmula M-D do ciclo completo M-D-M o dinheiro tem a função de realizador do preço da mercadoria, aqui sua determinação como medida do valor ainda se faz presente; porém, levando em conta a fórmula D-M daquele ciclo o dinheiro apenas cumpre a função de meio de circulação, e aqui sua determinação como medida do valor não mais se faz presente.

Sob esse prisma Marx avança: “Como simples meio de circulação, na função que desempenha no fluxo constante da circulação, o dinheiro não é nem medida dos preços, pois ele já está posto como tal nos próprios preços, nem meio da realização dos preços, pois como tal ele existe em apenas um dos momentos da circulação [na primeira parte do ciclo completo: M-D, digo eu] e desaparece na totalidade desses momentos”.<sup>403</sup>

Como meio de circulação, continua o filósofo alemão, o dinheiro é apenas “um simples representante do preço diante de todas as mercadorias”. E esse papel ele só faz idealmente. Como representante do preço, o dinheiro ouro, por exemplo, não precisa

400 ROSDOLSKY, Roman. p. 131 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

401 Ibidem, p. 131 e 132.

402 Ibidem, p. 132.

403 Ibidem, p. 133 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

se apresentar materialmente na circulação, basta se colocar idealmente, sendo substituído, através do **padrão de preços**, por sua **forma moeda** (no caso, pelas moedas metálicas de cobre, alumínio, latão etc., por exemplo). Nesta relação, sentencia Marx, o dinheiro “[...] é o *signo de si mesmo*”.

Ora, sendo o dinheiro, nessa condição, apenas meio de circulação e de troca, prossegue o autor d’*O capital*, “a moeda de ouro ou de prata [no caso, o dinheiro de ouro ou de prata, digo eu] pode ser substituída por qualquer outro signo que expresse uma quantidade de sua unidade. Assim, o dinheiro simbólico pode substituir o dinheiro real, pois, como meio de troca, o dinheiro material [a moeda de cobre, por exemplo] também é simbólico”<sup>404</sup>.

Como **signo** ou **dinheiro simbólico**, isto é, na **forma de moeda**, o dinheiro propriamente dito “perdeu seu valor de uso [seu valor de uso específico enquanto mercadoria-dinheiro de ouro, digo eu]; seu valor de uso [agora, digo eu novamente] coincide com sua determinação de meio de circulação [...]”. Por isso, como moeda, é um signo indiferente à matéria de que é feito”. O dinheiro, como meio de circulação, “adquire na moeda sua forma mais característica”.

Mas Marx não para por aí: “como moeda”, diz ele, o dinheiro “perde também seu caráter universal e assume um caráter nacional ou local. Fragmenta-se em moedas de diferentes tipos, conforme o material com que foi fabricada [...]”. Para que assim seja recebe “um **aval político** e fala, por assim dizer, línguas diferentes em países diferentes<sup>405</sup>” (grifo nosso).

Por meio do **Estado** se convencionou e se instituiu o **padrão de preços**, que possibilita o dinheiro desempenhar a função de **meio de circulação**, quando ele assume sua **forma real**, na condição de **moeda**, sem deixar de ser, antes, **medida do valor**, quando se apresenta na **forma ideal**. Aqui se vê que dinheiro e moeda não são a mesma coisa. **Moeda é o dinheiro quando este funciona como meio de circulação.**<sup>406</sup>

Encerrando seu comentário sobre a segunda determinação do dinheiro em Marx, “tal como ela aparece nos *Grundrisse*”<sup>407</sup>, Rosdolsky nos traz, replicando o autor d’*O capital*, “que, como meio de circulação, a moeda ‘é indiferente à sua existência material, à quantidade de ouro ou de prata que lhe serve de substrato [a moeda pode ser de cobre, de latão ou qualquer outro material metálico inferior, digo eu]; ao contrário, sua quantidade é o aspecto essencial’ [já que ela [como meio de circulação ou de troca, digo eu] só pode ser um ‘signo de si mesma’, esclarece Rosdolsky]”. Porém, ainda segundo

404 Fazendo remissão à [Nota 315], vemos que em relação ao conteúdo do parágrafo em Nota, Rosdolsky considera que a denominada “teoria simbólica” do dinheiro se apresenta “de forma correta”, pois, aí, a ideia do “signo” ou “símbolo” é aplicada para a forma moeda do dinheiro como meio de circulação, digo eu (Ibidem, p. 515 Nota 25).

405 É o que Leda Paulani chama de “convencionalidade pelo Estado político”, ou convencionalidade estatal, como vimos em momento anterior.

406 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 53m13s-58m06s). Visto em 12.05.2022.

Neste artigo, acompanhando o critério adotado por Roman Rosdolsky, seguindo Marx, utilizamos a figura da *moeda metálica* (peça metálica) para representar o dinheiro como meio de circulação, mas cabe anotar que outros tipos de moedas serviram ou servem ao mesmo propósito, a saber: moeda-mercadoria, moeda-papel, papel-moeda, moeda-bancária e moeda-escritural (cartão de crédito etc.).

407 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 134.



Karl Marx, na determinação como medida do valor, na qual o dinheiro só aparecia de forma ideal, “o substrato material [ouro ou prata, por exemplo, digo eu] era essencial, enquanto sua quantidade e sua existência eram em geral indiferentes”.<sup>408</sup>

Para finalizar, voltamos com a professora Leda Paulani para uma breve revisão do disposto até aqui. “Enquanto expressão do valor dos bens” – enquanto medida do valor –, “o dinheiro não precisa estar presente efetivamente no intercâmbio, mas tão somente idealmente”. No entanto, enquanto meio de circulação das mercadorias, para que cumpra essa função, necessário se faz que através do padrão de preços estabelecido pelo Estado, conforme abordamos, “seja substituído, como diz Marx, por ‘signos de si mesmo’”, assumindo então uma forma real, a forma moeda (moedas metálicas como cobre, alumínio, latão etc.).<sup>409</sup>

Em resumo:

- a) Como meio de circulação ou meio de troca o dinheiro não pode existir só na forma ideal. Para que a troca ocorra efetivamente (a fim de que o intercâmbio real se realize), “para que a mercadoria de A, por exemplo, vá para as mãos de B, o dinheiro precisa estar presente, o sujeito B tem que ter o dinheiro equivalente à expressão monetária do valor daquele bem para que possa entregá-lo ao sujeito A e receber deste a mercadoria adquirida”. Para que exerça a função de meio de circulação o dinheiro precisa estar presente e circular, e o faz na forma moeda.<sup>410</sup>
- b) Como meio de circulação “o papel do dinheiro é efêmero”, aparece e desaparece ao longo do processo de circulação das mercadorias.<sup>411</sup>

Isso posto, assim como fizemos em relação ao item anterior, sugerimos rever o material complementar do Folheto nº 04, a videoaula “Dinheiro e o capital portador dos juros em Marx”, ministrada pela professora Leda Paulani.<sup>412</sup>

### C) “O dinheiro como dinheiro”

Antes de mais nada, novamente fazendo referência ao Folheto nº 03

408 Idem, p. 133 e 134. Em uma anotação derradeira, Roman Rosdolsky detecta que a exposição marxiana sobre a determinação do dinheiro como meio de circulação presente nos manuscritos *Grundrisse* é distinta da que aparece em *Contribuição à crítica da economia política* e em *O capital*. Naqueles manuscritos, diz ele, “Marx faz observações rápidas sobre a moeda divisionária [conjunto de moedas utilizado para transações de pequenos valores, sendo que no Brasil se utiliza a base centesimal para a moeda divisional (são os centavos da unidade do real), digo eu] e sobre o papel-moeda estatal de curso forçado [que é a moeda aceita pela economia por força de lei, não possuindo valor em si própria, sendo necessário um decreto governamental garantindo o seu valor – não é a mesma coisa que moeda fiduciária, cuja aceitação é feita pela confiança no emissor da moeda, digo eu]” (Ibidem, p. 133). No entanto, e talvez por isso, Rosdolsky não apresenta em *Gênese*, como ele mesmo revela, uma investigação da moeda divisionária e do papel-moeda, como também não realiza uma análise detalhada do ciclo M-D-M, que se acha nas duas obras posteriores citadas, precisamente nos capítulos sobre os meios de circulação. Ainda que, na avaliação do autor de *Gênese*, o tema seja oferecido nos *Grundrisse* como um “esboço fugaz”, esses manuscritos constituem “um complemento útil à compreensão das exposições posteriores, na medida em que encaram diretamente as funções que o dinheiro desempenha na realização dos preços das mercadorias e como meio de circulação propriamente dito” (Ibidem, p. 134).

409 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 47m44s-48m17s e 49m31s-50m41s). Visto em 16.05.2022.

410 Idem (videoaula, minutagem: 48m17s-49m31s). Visto em 16.05.2022.

411 Ibidem (videoaula, minutagem: 50m42s-50m57s). Visto em 16.05.2022

412 [Material complementar do Folheto nº 04, "Capítulo 5 - A transição do valor ao dinheiro": videoaula "O dinheiro e o capital portador de juros"](#) (minutagem: 41m44s-58m06s).

do presente artigo expositivo de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, mais precisamente ao disposto na Nota Preliminar da Parte II (“A primeira formulação da teoria de Marx sobre o dinheiro”), vimos que Roman Rosdolsky identifica quatro versões distintas entre si sobre o tema dinheiro em Marx, as quais se fazem presentes nos próprios manuscritos *Grundrisse* (1857/1858), na obra *Contribuição à crítica da economia política* (1859) e no Livro I de *O capital* (“O processo de produção do capital”) (1867). Nesse rumo, Rosdolsky aponta que no tocante à investigação marxiana da terceira determinação do dinheiro, “o dinheiro como dinheiro”, os *Grundrisse* também “divergem consideravelmente da *Contribuição à crítica* e de *O capital*”.<sup>413</sup>

Nos manuscritos *Grundrisse*, segundo Roman Rosdolsky, Marx concebe “a categoria do ‘dinheiro como dinheiro’, no essencial, como o desenvolvimento da forma D-M-D [que corresponde ao processo comprar para vender, digo eu]”, enquanto que na *Contribuição à crítica da economia política* o filósofo alemão “decidiu desenvolver a terceira determinação do dinheiro não a partir do ciclo D-M-D, mas sim ‘a partir da forma imediata da circulação das mercadorias, M-D-M [processo vender para comprar ou circulação simples, digo eu novamente]”<sup>414</sup>. A par dessa constatação, o autor de *Gênese* apresenta no capítulo oito, que corresponde ao presente item C, a abordagem já “corrigida” da terceira determinação do dinheiro. Ou seja, considera o desenvolvimento da terceira determinação do dinheiro a partir do ciclo **M-D-M**, que corresponde ao processo **vender para comprar** da circulação das mercadorias.

De acordo com Roman Rosdolsky, para Marx, “o dinheiro aparece em sua terceira determinação sob três formas: como **tesouro**, como **meio de pagamento** e como **moeda (ou dinheiro) mundial**”. Como tesouro, o dinheiro “permanece fora da circulação das mercadorias ou se retira dela”; como meio de pagamento, “embora ingresse nela [na circulação, digo eu], não o faz como meio de circulação [como mediador do intercâmbio de mercadorias, digo eu novamente]”; como dinheiro mundial, “finalmente, atravessa a barreira da circulação interna, demarcada pelas fronteiras estatais, para atuar como equivalente universal no comércio internacional, no mercado mundial”.<sup>415</sup>

Enquanto em sua primeira determinação, como medida do valor, o dinheiro “operava apenas como **dinheiro ideal**” e na segunda, como meio de circulação, “apenas

413 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 136. Idem em relação à redação do parágrafo seguinte.

414 Roman Rosdolsky pontua que, ao considerar, como fez nos *Grundrisse*, o ciclo D-M-D como o ponto de partida do desenvolvimento da terceira determinação do dinheiro, “o dinheiro como dinheiro”, Karl Marx demonstra que neste ciclo “o dinheiro não é apenas medida [do valor, digo eu] nem apenas meio de troca [meio de circulação, digo eu novamente], nem apenas ambas as coisas”, mas que “[...] possui também uma existência autônoma fora da circulação, e nessa nova determinação *pode* [o dinheiro, digo eu] ser subtraído da circulação, assim como a mercadoria *deve* ser subtraída dela [da circulação, digo eu mais uma vez] definitivamente” (grifo do autor). Contudo, como o próprio Marx detectou, o ciclo D-M-D “oculta, sob as formas dinheiro e mercadoria, relações de produção mais desenvolvidas”, ou seja, como emenda Rosdolsky, “aponta para que a produção capitalista [como tal, digo eu], e não a produção simples de mercadorias, passe a predominar” (Ibidem, p. 136). Ou seja, já pressupõe a existência de uma produção capitalista típica – já diz respeito ao processo de *transformação do dinheiro em capital*. Por isso, a fim de investigar a formação e desenvolvimento da determinação do “dinheiro como dinheiro”, presente nas relações capitalistas mais avançadas, o filósofo alemão viu que era preciso partir do ciclo inicial M-D-M, que contempla todas as determinações anteriores do dinheiro (medida do valor e meio de circulação) e que “só mostra o reflexo de um momento mais complexo [o do ciclo D-M-D, digo eu]” (Ibidem, p. 130). E assim o fez em *Contribuição à crítica*, sua primeira obra posterior aos *Grundrisse*.

415 Ibidem, p. 135 e 136.

como **dinheiro simbólico**", agora, conheceremos "as formas que mostram a **existência do dinheiro** 'em sua **corporalidade metálica**'" (grifo nosso); formas nas quais "ele aparece 'como única representação do valor ou única existência adequada do valor de troca, diante de todas as demais mercadorias, consideradas como simples valores de uso'. É aqui", anuncia Rosdolsky, "que Marx fala do '**dinheiro como dinheiro**', ou do 'dinheiro em sua terceira determinação'" (grifo nosso).<sup>416</sup>

Marx, no trato da determinação do "dinheiro como dinheiro", refere-se ao fato de que o dinheiro "se torna independente, tanto em relação à sociedade como ao indivíduo [...], passando a representar o valor de todas as coisas, pessoas e relações sociais".

Somente quando o dinheiro aparece efetivamente "como **suporte sólido do valor**, como **valor tornado autônomo**" (grifo nosso), o que se dá **definitivamente** com sua terceira determinação, só nessa condição "é que o dinheiro deixa de servir como simples intermediário do processo de intercâmbio, e, ao contrário, passa a enfrentar as mercadorias como meio de não circulação".

Na determinação formal do dinheiro como medida do valor, em virtude da venda M-D, o dinheiro também se mostra autônomo, visto que essa autonomização já está "implícita no próprio conceito de dinheiro", afirma Rosdolsky. Porém, na sua função de meio de circulação essa autonomização passa a ser transitória. Quando se considera o mesmo ato M-D como um elo do ciclo completo M-D-M, processo vender para comprar, este estado do dinheiro "serve [apenas, digo eu] aos fins da metamorfose M-M", à finalidade de se trocar mercadoria por mercadoria. Nesta condição, o dinheiro só serviu para viabilizar o intercâmbio de M por M. Já cumpriu sua função de meio de troca. Por isso, na determinação do dinheiro como meio de circulação sua autonomização "tem um caráter transitório e evanescente".

Feito esse introito, passemos à determinação do "dinheiro como dinheiro" e às três formas pela qual se apresenta.

### C.1) **O dinheiro como tesouro** [ou entesouramento, digo eu]

No estudo das determinações antecedentes do dinheiro, vimos primeiramente que da sua função de equivalente geral decorre a sua condição de medida do valor e de padrão de preços das mercadorias, primeira determinação do dinheiro identificada por Karl Marx. Saindo da condição de medida do valor e de padrão de preços o dinheiro se coloca, em decorrência disso, como moeda, se põe a serviço da circulação das mercadorias, a serviço da realização do valor de uso das mercadorias – apresenta-se como meio de circulação ou de troca, segunda determinação do dinheiro identificada pelo filósofo alemão.<sup>417</sup>

De acordo com a professora Leda Paulani, para Marx, "o dinheiro para deixar de ser servo das mercadorias [para sair da condição de mediador do intercâmbio, para se retirar do processo de circulação, digo eu] ele tem que ser enxergado como uma espécie

416 Ibidem, p. 135. Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes.

417 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 1h04m17s-1h05m09s). Visto em 20.05.2022.

de **mercadoria absoluta**, como **uma riqueza em si mesma** da qual ninguém duvida. Assim é o dinheiro quando ele se transforma em **tesouro**, em **reserva de valor**. Ser reserva de valor significa que pode ser entesourado (torna-se objeto de entesouramento)” (grifo nosso). Quando se transforma em tesouro ele está sendo visto como “encarnação da existência absoluta da riqueza e do valor”<sup>418</sup>. “É o dinheiro como **um fim em si mesmo**. [Nessa condição] O dinheiro é desejado **pelo que ele é**, é desejado por ter essa **forma autonomizada do valor de uso** na qual ele se constitui” (grifo nosso).<sup>419</sup>

Conforme Roman Rosdolsky em *Gênese*, “A transformação do dinheiro em um ente autônomo aparece de forma mais clara em sua forma de tesouro”. Detalhemos essa assertiva. “Na troca”, historicamente ambientada no segundo estágio da evolução do intercâmbio de mercadorias (o denominado estágio do “intercâmbio de produtos”, que corresponde ao sistema de trocas diretas ou trocas primitivas)<sup>420</sup>, “ninguém pode desfazer-se de seu produto sem que simultaneamente outra pessoa se desfaça do seu [ciclo P-P, onde P=produto, digo eu<sup>421</sup>]. Há aí uma “identidade imediata de dois atos”, “venda” do produto do próprio trabalho e “compra” do produto do trabalho alheio.<sup>422</sup>

Porém, com o desenvolvimento mercantil, já no contexto do intercâmbio de mercadorias, e não mais de produtos, surgiu a necessidade da introdução de uma terceira mercadoria para que se efetivasse o intercâmbio – o dinheiro. Neste terceiro estágio, no estágio do “intercâmbio real de mercadorias”, ocorre, observa Marx, “um distanciamento entre compra e venda, a circulação quebra a identidade imediata dos dois atos [“vender o produto do próprio trabalho e comprar o produto do trabalho alheio”, intervém Rosdolsky]”. Doravante, “Ninguém precisa comprar imediatamente [comprar o produto do trabalho alheio, digo eu] – no mesmo local, no mesmo momento, da mesma pessoa – pelo simples fato de haver vendido [de haver vendido o produto do seu trabalho, digo eu]”.

A introdução de uma mercadoria-dinheiro, tal qual o ouro, diz Marx, “é [...] antes de tudo uma expressão evidente do desdobramento do processo de circulação, ou da metamorfose da mercadoria, em dois atos separados, indiferentes, que se realizam em paralelo” – o ciclo completo M-D-M se desdobra ou cinde nos atos M-D e D-M. Tal cisão, complementa Rosdolsky, torna possível “que o vendedor da mercadoria isole intencionalmente o ato M-D [ato da venda]”, não deixando que o ciclo se complete até D-M [ato da compra], de modo a “apoderar-se da forma-dinheiro da mercadoria”.

418 Atenção: o dinheiro como tesouro não é a mesma coisa de capital. Aqui não estamos tratando do capital-dinheiro. Dele cuidaremos em outro momento, quando abordarmos a transformação do dinheiro em capital (ciclo D-M-D), como mencionado.

419 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 1h05m55s-1h08m34s). Visto em 20.05.2022.

420 [Nota 322].

421 Importante repetir um esclarecimento que já fizemos anteriormente. Em Marx, “produto” não é sinônimo de “mercadoria”. A forma mercadoria é típica do modo de produção capitalista e está relacionada com sua capacidade intrínseca de ser trocada no mercado, sua finalidade precípua; ao contrário do que ocorria nas economias pré-capitalistas, como na denominada economia primitiva, onde o que se produzia, o “produto”, tinha como finalidade precípua seu valor de uso (utilidade) – sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas –, sendo levado ao mercado incipiente, para troca direta, apenas o excedente produzido, cujo intercâmbio por outro produto completaria a satisfação das necessidades do produtor respectivo. No caso do parágrafo em Nota estamos tratando de “produto” e não ainda de “mercadoria”.

422 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 136. Idem em relação à redação do parágrafo seguinte.

Nesta hipótese, “o dinheiro se imobiliza para converter-se em **tesouro**, e o vendedor de mercadorias se converte em **entesourador**” (grifo nosso).<sup>423</sup>

Em conformidade com o registro de Marx, muito embora o processo de entesouramento seja “comum a toda produção de mercadorias”, foi nas sociedades pré-capitalistas, onde as engrenagens de funcionamento de uma economia baseada na troca ainda não eram desenvolvidas, onde o intercâmbio de mercadorias ainda não constituía a base material da sociedade que dela se forja, que o entesouramento se colocou como “um fim em si mesmo”. Nesse sentido prescreveu: “quanto menos se desenvolveu o caráter do produto como mercadoria e menos o valor de troca se apoderou da produção em toda sua amplitude e profundidade, tanto mais o dinheiro aparece como a riqueza propriamente dita, a forma geral da riqueza, em oposição à sua limitada expressão como valores de uso”. Daí, completa Rosdolsky, “a grande importância da formação de tesouros nas sociedades antigas, nas quais só os valores de uso excedentes se transformam em mercadorias e nas quais ‘a um modo de produção tradicional e orientado para conservar-se corresponde um conjunto de necessidades firmemente delimitado’”.<sup>424</sup>

Nas sociedades pré-capitalistas mais atrasadas, assinala Karl Marx, “[...] O valor da mercadoria [produto, digo eu] mede a magnitude de sua força de atração sobre os demais elementos que compõem essa riqueza material; mede, portanto, a riqueza social do seu possuidor”. Nessas sociedades, para o possuidor, o valor da mercadoria (produto) “é inseparável da sua forma”.

Marx continua: “todas as formas da riqueza natural, antes que esta tenha sido substituída pelo valor de troca, supõem uma relação essencial do indivíduo com o objeto; o indivíduo, em um de seus aspectos, aparece objetivado na coisa, enquanto a posse da coisa aparece como um desenvolvimento de sua individualidade: a riqueza em ovelhas é o desenvolvimento do indivíduo como pastor; a riqueza em cereais, o desenvolvimento do indivíduo como agricultor etc.”.<sup>425</sup>

O contrário se dá com a forma dinheiro das sociedades baseadas na troca, das sociedades capitalistas. Nelas, “o dinheiro como representante da riqueza universal, [...] como resultado puramente social, não supõe uma relação individual específica de seu possuidor. Sua posse não é o desenvolvimento de nenhum aspecto essencial da individualidade, [...] já que esta [relação] social existe ao mesmo tempo como objeto sensível, externo, que cada um pode possuir mecanicamente e que pode, da mesma forma perder”. Em nossas palavras: não importa se o possuidor do dinheiro é pastor de ovelhas ou agricultor, o seu vínculo com o dinheiro parece para nós como “puramente acidental”.

Porém, continua o autor d’*O capital*, “este vínculo com uma coisa que não está conectada de nenhum modo com sua individualidade lhe confere, graças ao caráter

423 Ibidem, p. 136 e 137. Rosdolsky acrescenta que “o entesouramento é típico das situações pré-capitalistas, mas ao mesmo tempo expressa tendências que, em última instância, impelem para a dissolução dessas condições primitivas e para o ocaso das comunidades que lhes correspondem”, uma vez que “são fundadas no valor de uso” como já vimos alhures (Ibidem, p. 138 e 139).

424 Ibidem, p. 137. Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte.

425 Ibidem, p. 138. Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes.

dessa coisa, um domínio absoluto sobre a sociedade, sobre todo o mundo das fruições, dos trabalhos etc.”.

Roman Rosdolsky replica dos *Grundrisse* uma frase de Marx que bem sintetiza o exposto: “[...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, ele o possui na medida em que seja proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro* (grifo do autor). **Leva no bolso seu poder social e sua ligação com a sociedade**” (grifo nosso)<sup>426</sup>. Rosdolsky, para fechar a questão, ainda reproduzindo Marx, desta feita recorrendo ao *O capital*, transcreve: “O poder social se converte assim em poder privado, pertencente a um indivíduo”<sup>427</sup>.

Nessas passagens se vê revelado o **poder do detentor do dinheiro** (o poder do capitalista, detentor dos valores de troca) sobre os demais cidadãos e a forma que se relaciona com a sociedade.

O desejo individual de possuir dinheiro, “o instinto do entesouramento”, que, segundo Rosdolsky, “é ilimitado por natureza”, o desejo de enriquecimento (“diferente do desejo de se obter uma riqueza particular – vestidos, armas, joias, mulheres, vinho etc. [sic]”) somente “é possível quando a riqueza universal, a riqueza como tal, é individualizada em um objeto particular, ou seja, quando o dinheiro é colocado em sua terceira determinação”, na condição de “dinheiro como dinheiro”.<sup>428</sup>

De acordo com Marx, a forma tesouro da determinação do “dinheiro como dinheiro”, o processo de entesouramento, sobretudo do dinheiro-ouro, “pretende manter e preservar [o dinheiro] como riqueza abstrata”, inclusive, completa Rosdolsky, “independentemente do contexto social”.

Roman Rosdolsky destaca, sempre na companhia de Marx, que embora o entesouramento seja comum a toda produção de mercadorias, nas sociedades capitalistas modernas cada vez mais a forma de entesouramento de material monetário, como o ouro, vem desaparecendo, cedendo lugar a outras formas de tesouro “que surgem do próprio processo de circulação e que, a rigor, são apenas momentos de repouso, ou pausas, desse processo”.<sup>429</sup>

Nessa linha, “a divisão do trabalho e a separação entre compra e venda conduzem a uma acumulação temporária dos meios de circulação: ‘Cada um é o vendedor da mercadoria que produz, mas comprador de todas as mercadorias de que necessita para sua existência social. Enquanto sua ação como vendedor depende do tempo de trabalho que sua mercadoria requer para ser produzida, sua ação como comprador está condicionada por uma constante renovação das necessidades vitais. Para poder comprar sem vender, deve ter vendido sem comprar’”, ou seja, na circulação M-D-M, seguindo Marx, a fração D-M fragmentou-se em uma série de compras que não foram realizadas de uma só vez, mas se sucederam no tempo, de modo que uma porção de

---

426 Ibidem, p. 118.

427 Ibidem, p. 138.

428 Nesse sentido, o dinheiro é posto não somente como um objeto, mas também como “o objeto do desejo de enriquecimento” (Ibidem, p. 139 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte)).

429 Ibidem, p. 140. Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes.

D circulou como moeda e a outra repousou como dinheiro (“como moeda suspensa”, diz Marx). E assim, “as diversas partes que compõem a massa monetária circulante aparecem revezando-se constantemente [no decorrer do tempo], ora numa forma, ora na outra”.

Desse fluxo, estende Roman Rosdolsky, nas pegadas do filósofo d’*O capital*, originam-se “fundos de reserva de moeda, ‘cuja formação, distribuição, dissolução e reconstituição se alteram constantemente’”. São canais que servem para adicionar ou subtrair “a massa de dinheiro circulante, que se expande e se contrai constantemente”. A eles, esclarece Rosdolsky, “se somam os fundos de reserva que surgem das funções do dinheiro como meio de pagamentos e como dinheiro mundial”, sobre as quais versaremos na sequência<sup>430</sup>.

O que é específico dessas sociedades, o que é singular da produção capitalista, “é o entesouramento condicionado pela rotação do capital [dinheiro que se transformou em capital, digo eu], ou seja, a acumulação de ‘capital momentaneamente ocioso, deixado em repouso, que também inclui o capital-dinheiro recém-acumulado e ainda não investido’”.

É certo que na produção capitalista, de acordo com Marx, “o entesouramento puro e simples nunca é a meta, mas sim o resultado ora de uma paralisia na circulação – quando massas de dinheiro maiores que as habituais adotam a forma de tesouro – ora de acumulações condicionadas pela rotação; ou então, por último, o tesouro só é formação de capital-dinheiro que, embora no momento esteja em forma latente, está destinado a funcionar como capital produtivo”<sup>431</sup>. Sobre a distinção entre dinheiro e capital, ou melhor, sobre a transformação do dinheiro em capital, conforme já mencionamos, trataremos em momento específico da nossa **Expedição**.

## C.2) O dinheiro como meio de pagamento

De acordo com Leda Paulani, para Marx, a determinação do “dinheiro como dinheiro” na forma de meio de pagamento demonstra que o dinheiro não tem só a função de mediar o intercâmbio das mercadorias, de ser meio de circulação ou meio de troca (“de atuar para as mercadorias mudarem de mãos”).<sup>432</sup>

Para ilustrar a professora cita alguns casos: “No pagamento da renda da terra por um agricultor capitalista, quando o dinheiro é utilizado para pagar o aluguel da propriedade rural [na qual plantará a lavoura visando a venda futura do produto a ser colhido, acrescentamos], não se tem a utilização do dinheiro como meio de circulação, pois não há nessa relação intercâmbio de mercadorias. Esse também é caso do emprego do dinheiro para pagamento de dívida e do uso do dinheiro para se comprar a honra, consciência e virtude de alguém, atributos que sequer são valores de uso, mas que

430 Rosdolsky complementa: “Além disso, em países onde a produção capitalista alcançou grande desenvolvimento, quando esses reservatórios ficam cheios demais isso indica [...] uma paralisia da circulação de mercadorias com interrupção das suas metamorfoses” (Ibidem, p. 140).

431 Ibidem, p. 518, Nota 38. Acerca das diferentes formas do capital, reveja <sup>[Nota 115]</sup>.

432 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (videoaula, minutagem: 1h09m4s-1h10m49s). Visto em 25.05.2022. Idem em relação à redação do parágrafo seguinte.



assumem a forma de mercadoria”. Outra situação, e talvez a mais importante, uma vez que é sobre ela que Marx dedica a atenção, diz respeito ao **dinheiro de crédito**, e com ele o desenvolvimento do **sistema de crédito**.

Grosso modo, a determinação do “dinheiro como dinheiro” na forma de meio de pagamento demonstra que o dinheiro, neste estado, desempenha uma função que vai além do papel como meio de circulação, como meio de troca das mercadorias. Na condição de meio de pagamento, o dinheiro é envolvido em uma série de relações, mas nenhum delas envolve o intercâmbio de mercadorias<sup>433</sup>. Assim como na forma de tesouro, também aqui, na função de meio de pagamento, “o dinheiro aparece como **forma absoluta do valor**”, como **valor autônomo** em relação à função de mediador que exerce no processo de circulação de mercadorias<sup>434</sup>. Ou seja, a circulação de mercadorias, se ocorrer, vai acontecer sem a presença do dinheiro como meio de circulação (o dinheiro na forma de moeda).

Roman Rosdolsky lembra que até esta altura do exame das determinações do dinheiro se partiu “da hipótese de que, ao circular, o dinheiro continua a atuar como meio de compra real; ou seja, os dois polos do intercâmbio – a mercadoria e o dinheiro – devem estar presentes simultaneamente”. Entretanto, é sabido que há momentos em que “as mercadorias que serão trocadas podem estar distanciadas no tempo. Embora relacionados um ao outro, os processos, por sua natureza, podem ocorrer separados: um acontece hoje, enquanto seu complemento acontece um ano depois etc.”, nos ensina Marx.<sup>435</sup>

Rosdolsky, buscando auxílio em *O capital*, menciona que com o desenvolvimento do processo de circulação de mercadorias “desenvolvem-se circunstâncias que determinam uma separação cronológica entre a venda da mercadoria e a realização de seu preço [recebimento de dinheiro pela venda da mercadoria]”. Um tipo de mercadoria requer mais tempo para ser produzida outro não. Algumas mercadorias estão mais sujeitas as variações das estações do ano outras não. Algumas são produzidas no local onde também é comercializada, outras têm que ser deslocadas por enormes distâncias até encontrar seu mercado. Em função desses descasamentos um possuidor de mercadorias pode “assumir o papel de vendedor antes que outro assuma o de comprador. [...] Um possuidor de mercadorias vende uma mercadoria que já existe; o outro compra com uma mera **representação do dinheiro**, ou com uma **representação de um dinheiro futuro**”<sup>436</sup>. Mas também pode acontecer que um proprietário de mercadoria ainda não produzida a venda imediatamente para entrega futura, recebendo pela venda, total ou parcialmente, no ato do contrato – nesta hipótese, pode ser, inclusive, que

433 Ibidem (videoaula, minutagem: 1h12m34s-1h12m47s). Visto em 25.05.2022.

434 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 140. Referindo-se à edição russa de 1939 do livro *Grundrisse* que tem em mãos, Rosdolsky observa que a forma do dinheiro como meio de pagamento é tratada apenas em dois momentos “e de forma muito rápida” e fragmentada: no final do “Capítulo sobre o dinheiro” dos manuscritos *Grundrisse* (“Elementos fundamentais da crítica da economia política”) propriamente ditos e, depois, num fragmento da primeira versão da obra *Contribuição à crítica da economia política*, publicado na referida edição. Mas mesmo assim reconhece neles “o essencial” para a investigação sobre o tema (Idem, p. 140 e 141).

435 Ibidem, p. 141.

436 Ibidem, p. 518 Nota 39.

o respectivo contrato seja utilizado pelo comprador para a realização de outros negócios referentes à mesma mercadoria, e assim por diante.

Nesses casos, como Rosdolsky observa, há uma modificação do “caráter original da metamorfose da mercadoria” que faz surgir as figuras do **credor e devedor**, e um novo vínculo passa a ocupar “o lugar da relação entre vendedor e comprador”. Nessa situação, “o próprio dinheiro adquire uma nova determinação, como **meio de pagamento**” (grifo nosso).<sup>437</sup>

Em outros termos, de acordo com Leda Paulani, na forma do dinheiro como meio de pagamento, na forma de dinheiro-crédito, “a mercadoria muda de mãos apesar de o dinheiro não estar efetivamente presente naquela relação; a mercadoria vai poder realizar o seu valor de uso [vai poder atender a necessidade de quem a adquiriu] antes que seu próprio valor [ou valor econômico ou intrínseco ou mercantil, digo eu] se realize, pois foi vendida a crédito [a prazo]. Por assim ser, o dinheiro deixa de ser meio de circulação, pois a circulação das mercadorias, nessa condição, acontece mesmo na ‘ausência’ dele”.<sup>438</sup>

Contudo, ressalva Rosdolsky amparado em Marx, “o dinheiro só pode exercer essa função na medida em que represente a ‘única existência adequada do valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco ou mercantil, digo eu]’, ou a ‘forma absoluta da mercadoria’”, que apareça como **valor autônomo** em relação à função de mediador que exerce no processo de circulação das mercadorias, “isto é, na medida em que sua terceira determinação [“o dinheiro como dinheiro”, digo eu] já esteja desenvolvida”.<sup>439</sup>

Como mencionado de passagem, o dinheiro de crédito traz com ele o desenvolvimento do sistema de crédito. Pois bem, a produção capitalista, com o desenvolvimento desse sistema, busca não depender da circulação metálica do dinheiro, inclusive no que se refere ao entesouramento, por exemplo. Diz Marx: “na medida em que os pagamentos se compensam, o dinheiro se apresenta como forma evanescente, medida meramente ideal, imaginária, das magnitudes de valor intercambiadas. Sua intervenção física se reduz a cobrir saldos relativamente insignificantes. O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento universal [...] acompanha o desenvolvimento de uma circulação mais elevada, mediada, fechada em si mesma e já colocada sob controle social; uma circulação na qual se suprime a importância que o dinheiro possui na circulação metálica simples [...]”.

437 Ibidem, p. 141. Como pudemos constatar até o momento do nosso estudo das determinações formais do dinheiro, as diversas determinações que ele “adquire no processo de circulação são apenas alterações de formas cristalizadas nas próprias mercadorias, apenas a expressão objetiva das relações sociais nas quais os proprietários de mercadorias levam adiante a metamorfose destas. [...] Assim, originalmente, os proprietários de mercadorias se enfrentavam só como proprietários de mercadorias; logo se converteram, um deles em vendedor, outro em comprador; logo cada um deles, alternadamente, passou a ser comprador e vendedor; ambos se tornaram entesouradores; finalmente, homens ricos. Assim, os proprietários de mercadorias não saem do processo de circulação da mesma forma como nele entraram. [...] No processo de circulação se originam novas relações de negócios; como veículos dessas condições modificadas, os proprietários de mercadorias assumem novos caracteres econômicos” (Ibidem, p. 519 Nota 40 (texto que Rosdolsky extraiu de *Contribuição à crítica*)).

438 PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e capital portador de juros em Marx**. Op. cit. (vídeoaula, minutagem: 1h11m38s-1h12m22s). Visto em 25.05.2022.

439 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 141 (Idem em relação à redação ao parágrafo seguinte).

Nessa configuração, o dinheiro real só volta a assumir um papel importante “quando perturbações súbitas no sistema de crédito interrompem o fluxo de compensação dos pagamentos”. Nessas hipóteses “[...] o dinheiro se faz subitamente necessário, como meio de pagamento universal e real”. Surge a demanda de que toda a riqueza exista como mercadoria e como dinheiro. “Nesses momentos de crise, o dinheiro aparece como a única riqueza, e isso se manifesta na desvalorização da riqueza material real [pois há uma corrida pelo dinheiro]. Perante o mundo das mercadorias, o valor existe apenas em sua forma adequada e exclusiva de dinheiro”.<sup>440</sup>

Da forma dinheiro como meio de pagamento, Roman Rosdolsky, ancorado em Marx, extrai o que este denomina de “contradição imanente ao desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento universal”, sobretudo diante dos momentos de crises. Nessas crises o dinheiro “é demandado como valor de troca que se tornou autônomo, equivalente universal que existe fisicamente, substrato material da riqueza abstrata”. É demandado na forma que é objeto do entesouramento propriamente dito, como dinheiro real. E aí reside a contradição que o desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento universal encobre, diz Marx: de um lado, “o valor de troca adotou formas independentes em relação ao seu modo de existência como dinheiro [uma delas o transformou em meio de pagamento, onde o dinheiro não precisa estar presente, o crédito tomou o seu lugar]”, do outro, diante das crises, principalmente as originadas no próprio sistema de crédito, “seu modo de existência como dinheiro tornou-se definitivo e o único adequado”<sup>441</sup>. Então, “toda a riqueza real deve transformar-se súbita e efetivamente em dinheiro, em ouro e prata, exigência insana que, não obstante, emana necessariamente do próprio sistema [de crédito digo eu]”<sup>442</sup>.

Em suma, Roman Rosdolsky conclui que “A evolução do dinheiro em sua função de meio de pagamento mostra de forma especialmente clara como as formas de circulação influenciam, de volta, as relações de produção”. Nesse sentido, encerra o capítulo oito de *Gênese* transcrevendo mais uma passagem de *Contribuição à crítica da economia política*, que replicamos por conter um fluxo bastante claro da evolução do dinheiro até sua forma de meio de pagamento, considerando o ciclo M-D-M (processo vender para comprar),

---

440 Ibidem, p. 141 e 142.

441 Ibidem, p. 142.

442 Ibidem, p. 519 Nota 45 (o conteúdo do parágrafo em Nota foi extraído por Rosdolsky d’ *O capital*). Chamamos atenção mais uma vez que na investigação marxiana sobre o dinheiro, pelo menos pelo que estudamos até agora, o dinheiro base é o dinheiro-ouro ou prata, o dinheiro metálico. Nesse sentido, prosseguindo na apreciação da contradição identificada, Marx coloca a mesma questão de outra forma. Tomando o ouro e a prata com a base material do dinheiro que examina, verifica que a alteração no valor do ouro e da prata, embora não afete a função do dinheiro como medida do valor das mercadorias, “se torna decisiva para o dinheiro como tesouro, pois, com a alta ou baixa do valor do ouro e da prata, cresce ou diminui a magnitude do valor do ouro ou da prata entesourados”. Mas o efeito dessa alteração não para por aí. Sua importância, continua Marx, “é ainda maior para o dinheiro como meio de pagamento”, visto que “o que deve ser pago é a quantidade de ouro ou de prata que, na data da celebração do contrato, representava um certo valor, ou seja, um certo tempo de trabalho”. Como o pagamento da realização da venda a prazo pelo comprador só corre bem depois da entrega da mercadoria comprada, “a mesma quantidade de ouro e de prata pode conter um valor maior ou menor, em relação à época em que o contrato foi celebrado”. Vê-se, portanto, que “a natureza do dinheiro encarnado em uma mercadoria específica [ouro ou prata, digo eu] entra em conflito com sua função de valor de troca tornado autônomo” (Ibidem, p. 142 e 143).

a circulação mercantil simples de mercadorias, adotado por Marx para a determinação do “dinheiro como dinheiro”.<sup>443</sup>

“Originalmente, a transformação do produto em dinheiro só aparece na circulação como uma necessidade individual do proprietário de mercadorias, pois seu produto não é valor de uso para ele, convertendo-se em valor de uso apenas depois de sua alienação [ou seja, para poder adquirir a mercadoria que deseja precisa vender a mercadoria que possui e que para ele não tem utilidade]. Mas, para pagar na data do vencimento do contrato [visto que adquiriu a mercadoria que desejava a prazo], ele deve ter vendido a mercadoria [ato M-D]. Logo, independentemente de suas necessidades individuais, a venda transformou-se, para ele, em uma necessidade social, inserida no processo de circulação. Como ex-comprador de uma mercadoria, ele se converte obrigatoriamente em vendedor de outra mercadoria [ato M-D], para obter o dinheiro não como meio de compra [pois adquiriu a mercadoria que deseja a prazo], mas como meio de pagamento [para honrar o contrato de crédito que pactuou]. [...] A transformação da mercadoria em dinheiro ou a primeira metamorfose da mercadoria vista como fim em si mesma, que no entesouramento parecia um capricho do proprietário [que vendia sua mercadoria (ato M-D) mas não comprava outra, não completando o ciclo M-D-M], converteu-se agora em uma função econômica. O motivo e o conteúdo da venda – realizada para pagar [para honrar o contrato de crédito] – são um conteúdo que surge da forma do processo de circulação”.<sup>444</sup>

### C.3) O dinheiro como moeda mundial<sup>445</sup>

Na última forma da determinação do “dinheiro como dinheiro” identificada por Marx veremos “o papel que o dinheiro desempenha como **meio internacional de pagamentos** e de **compra**, ou seja, como **moeda mundial**” (grifo nosso).

Como adiantado na descrição do papel do dinheiro no sistema internacional transcrita acima, vê-se, conforme o próprio Marx elucida, que essa forma do dinheiro não possui nenhuma “determinação nova, que se some às de ser dinheiro em geral, equivalente geral e, conseqüentemente, tesouro e meio e pagamento”. O que há de diferente é que o dinheiro como moeda mundial, “quando sai do âmbito da circulação interna [...] perde suas formas locais específicas – padrão de preços, moeda, moeda divisionária e signo de valor”, que são características atribuídas ao dinheiro por cada Estado em particular, como já vimos. Rosdolsky reforça: “no mercado mundial, o

443 Ibidem, p. 143.

444 Note que a partir desse fluxo podemos perceber com mais clareza a contradição imanente ao desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento, sobre a qual tratamos na Nota 430: ao mesmo tempo que a forma do dinheiro como meio de pagamento (o dinheiro-crédito) pode incrementar a circulação de mercadorias, e, por conseguinte, a produção, independente da presença do dinheiro real como meio de circulação, também pode desequilibrar a produção quando esse fluxo é alterado ou quebrado, quando, por exemplo, não se cumpre o contrato (seja por não se honrar o pagamento da mercadoria adquirida a prazo, seja por não se entregar a mercadoria pela qual já se pagou).

445 O autor de *Gênese* inicia a abordagem da última forma do “dinheiro como dinheiro” esclarecendo que ela se apoia exclusivamente no fragmento da primeira versão da *Contribuição à crítica da economia política* (1858), já mencionado, no próprio livro *Contribuição à crítica*, publicado em 1859, e em *O capital* (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 143 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte)).

dinheiro não recebe funções especiais diferentes das que já conhecemos”. Nessa condição, diz Marx, “o dinheiro retoma a forma originária de metais preciosos, de barras ou lingotes”.<sup>446</sup>

Isso posto, seremos breve. Na circulação internacional das mercadorias, considerando o ouro e a prata, sobretudo o primeiro, como a base do dinheiro da investigação marxiana, como já dito, o dinheiro aparece como **meio universal de troca**, e não como meio de circulação. Ele não circula como moeda, não é cunhado como moeda. O dinheiro internacional atua como **meio de compra** (aquisição de mercadorias de um país por outro) e **meio de pagamento**, sendo que esta última forma predomina, “para equilibrar balanços internacionais”. Porém, importante pontuar, que nessa função “o dinheiro deve existir em sua **forma de tesouro**, em seu corpo metálico, em uma forma em que não é apenas forma de valor, mas valor em si”.

Além disso, o dinheiro funciona no mercado mundial também “como a **materialização da riqueza**”. Quando se faz transferências de riqueza de um país a outro, na impossibilidade de se fazer essas transferências na forma de mercadorias ou pelo próprio objetivo da transferência (exemplos: “subsídios, empréstimos, etc.”).

É certo que a “universalidade da sua aparição, que corresponde à universalidade de seu conceito” efetivamente “distingue a função do dinheiro no mercado mundial”, garante Marx. Só aí o dinheiro se converte “na mercadoria universal, não só de acordo com seu conceito, mas também como modo de existência”.<sup>447</sup>

Prescreve de uma vez por todas o filósofo alemão: somente no mercado mundial “o dinheiro [do modo de produção capitalista, digo eu] funciona, de maneira plena, como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a encarnação social do trabalho humano *in abstracto*” (grifo do autor).<sup>448</sup>

Nesse sentido, na companhia de Rosdolsky e Marx, temos que “o dinheiro só se realiza ‘em sua terceira determinação [de “dinheiro como dinheiro”]’ no dinheiro mundial, na ‘mercadoria universal do mercado mundial’”.

Por fim, também em relação à terceira determinação do dinheiro, sugerimos rever o material complementar do Folheto nº 04, a videoaula “Dinheiro e o capital portador dos juros em Marx”, ministrada pela professora Leda Paulani.<sup>449</sup>

---

446 Ibidem, p. 144. Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes.

447 Ibidem, p. 144 e 145.

448 Ibidem, p. 145 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

Rosdolsky vai ao *O capital* mais uma vez: “Mas só o comércio exterior, a evolução do mercado na direção do mercado mundial, é que transforma o dinheiro em dinheiro mundial e o trabalho abstrato em trabalho social. A riqueza abstrata, o valor, o dinheiro, ou seja, o trabalho abstrato se desenvolve na medida em que o trabalho concreto abarca a totalidade dos modos de trabalho presentes no mercado mundial. A produção capitalista se baseia no valor, ou no desenvolvimento do trabalho contido no produto do trabalho social [no trabalho abstrato, digo eu]. Mas isso só é possível tendo como base o comércio exterior e o mercado mundial. Isso é tanto uma premissa como um resultado da produção capitalista” (Ibidem, p. 520 Nota 62).

449 Videoaula **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**, minuturação: [1h5m10s e seguintes](#) (in PAULANI, Leda Maria. Op. cit. Visto em 12.05.2022).

## FOLHETO Nº 06

### PARTE III – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL]<sup>450</sup>

#### Capítulo 9 – Observação preliminar (Sobre a realidade da lei do valor na economia capitalista)

Roman Rosdolsky, antes de tratar do tema da Parte III de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, aborda um **aspecto metodológico** que, segundo justifica, servirá “[...] para facilitar a compreensão do que virá”: entender “por que Marx começa [o exame da produção do capital, digo eu] com a análise da **circulação mercantil simples** [com o processo **vender para comprar** – ciclo **M-D-M** (Mercadoria-Dinheiro-Outra Mercadoria), digo eu novamente]<sup>451</sup>”, o qual não contempla a categoria capital, “e que papel essa análise desempenha em sua teoria”.<sup>452</sup>

Em busca das respostas, Rosdolsky parte dos resultados da investigação marxiana das categorias do modo de produção capitalista retratados na sequência “**mercadoria-valor-dinheiro-capital** [ou sequência “M-V-D-C”, conforme adota Roman Rosdolsky<sup>453</sup>]”, chamando a atenção para o fato de que, para Marx, essa sequência não reflete apenas a formulação “de **conceitos** e da **dialética** que os envolve”, mas que “a sucessão lógica das categorias reflete, ao mesmo tempo, a **evolução histórica real**” (grifo nosso).<sup>454</sup>

Desse modo, Roman Rosdolsky explana que “a nossa sequência M-V-D-C diz apenas que cada uma das categorias mencionadas se desdobra mais além de si mesma e nenhuma delas pode ser compreendida com clareza sem as precedentes. Também o contrário, no entanto, parece correto: cada uma dessas categorias pressupõe a seguinte, e só nela alcança seu desenvolvimento completo”. Isto é, “A categoria capital não pode ser concebida sem as categorias mercadoria, valor e dinheiro; mas essas categorias mais gerais só podem se desenvolver completamente com base no capital e o modo capitalista de produção”.

---

450 A terceira parte de *Gênese* corresponde à primeira seção do “Capítulo do capital” do texto “Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”, os *Grundrisse* propriamente ditos (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., Sumário).

451 No estágio pré-capitalista da economia mercantil simples, apesar do intercâmbio de mercadorias e alguma forma de dinheiro (distinta da forma dinheiro do estágio capitalista) existirem, a relação de troca ainda não constitui a base material da economia e o dinheiro ainda não desempenha a função de medida do valor das mercadorias. As relações de troca e, sobretudo, o dinheiro de então, não comandavam a vida material das sociedades da época. Mais sobre a *produção e circulação mercantil simples* veja o “Capítulo 3 – Produção de mercadorias e modo de produção”, itens 3.1. e 3.2. do livro **Economia Política: uma introdução crítica** (in NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. São Paulo - SP: Cortez Editora, Volume 1, 2021. Disponível em <https://zoboko.com/text/y530je2v/economia-politica-uma-introducao-critica/25>. Visto em 04.06.2022). Acerca dos estágios de evolução histórica do intercâmbio de mercadorias, veja <sup>[Nota 322]</sup>.

452 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 156.

453 Até a presente etapa da nossa **Expedição** (Folhetos nº 03, 04 e 05 deste artigo expositivo), da sequência M-V-D-C conhecemos as primeiras formulações de Marx sobre mercadoria, valor e dinheiro, suas vinculações e sucessões lógico-históricas. Para uma melhor compreensão do contido no Folheto nº 06, recomendamos a releitura dos fascículos citados entre parênteses.

454 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 151 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

Diante desse dilema metodológico que ele mesmo instala, Rosdolsky põe outros questionamentos: “[...]. Como se pode resolver essa ‘contradição’? Qual das duas interpretações da sequência é correta?”. O exame da categoria capital, e, por conseguinte, do modo de produção capitalista, deve pressupor a análise das demais e por isso devemos iniciar a investigação a partir da forma pré-capitalista da circulação mercantil simples, de onde são originárias, ou devemos entender que as categorias mais gerais só se desenvolveram porque têm como base o capital e a realidade do modo de produção capitalista, e por isso devemos investigar o capital a partir dele próprio, e, conseqüentemente, da própria circulação mercantil capitalista?

Com essas indagações Roman Rosdolsky refere-se ao que considera como “uma objeção muito antiga e recorrente contra a concepção marxiana do modo de produção capitalista” posta inauguralmente no final do século XIX/início do século XX.<sup>455</sup>

“O que se ataca”, diz ele, “é a estreita vinculação entre a teoria marxiana do valor [que brota da investigação da circulação mercantil simples (ciclo M-D-M), digo eu] e sua teoria do capital, ou seja, o fato de que, para chegar às leis do modo de produção capitalista, Marx parte da análise da produção mercantil simples, que pressupõe a igualdade social dos participantes da troca, deixando de lado a desigualdade que caracteriza a produção capitalista”.<sup>456</sup>

Curiosamente, conforme aponta Rosdolsky, “[...] o próprio Marx foi o primeiro a formular essa ‘objeção’ [ou objeção do tipo, digo eu]”, direcionando-a a Adam Smith e a seus sucessores. Tais economistas, em referência ao processo de apropriação de mercadorias<sup>457</sup>, segundo Marx, “declaram que o trabalho pessoal está na origem da propriedade [das mercadorias, digo eu] e que *a propriedade sobre o resultado do próprio trabalho* [a apropriação pelo indivíduo do produto do próprio trabalho, digo eu novamente] *constitui o pressuposto básico da sociedade burguesa* [...]” (grifo do autor).<sup>458</sup>

“Essa hipótese”, continua o filósofo alemão, “se baseia no pressuposto de que o valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu<sup>459</sup>] é a relação econômica que domina todas as relações de produção e

455 Ibidem, p. 151 c/c p. 521 Nota 2.

456 Ibidem, p. 151. Considerando tal escolha como um “erro”, [Rudolf Schlesinger](#), um crítico do filósofo alemão, registra, conforme obra e página referenciadas, “[...] que Marx deduziu leis para um determinado modelo [‘ou seja, para o sistema capitalista’, esclarece Roman Rosdolsky] tendo como ponto de partida leis válidas em um modelo de estrutura mais simples e anterior na sequência histórica [como a que diz respeito à *mercadoria*, ao *valor* e ao *dinheiro* do processo *vender para comprar*, digo eu] – o “modelo da economia mercantil simples”.

457 O termo *apropriação* “é um dos muitos substantivos que provém de um verbo, neste caso, do verbo *apropriar-se*. Em geral, dizemos que há uma apropriação quando algo passa de um proprietário para outro. Assim, quando se diz ‘meu amigo se apropriou da minha bicicleta’ entende-se que algo mudou de proprietário. Obviamente, esta ação pode estar dentro ou fora da lei”. A expressão também é utilizada no campo da cultura, no sentido de apropriação cultural, quando uma cultura absorve a outra; no campo empresarial, quando uma empresa se apropria dos clientes de outra; na esfera estatal, quando o Estado se apropria de bens do indivíduo por interesse geral, por exemplo; no campo jurídico, no sentido de considerar como crime uma apropriação indevida (crime de apropriação indébita), entre outras situações (Disponível em <https://conceitos.com/apropriacao/>. Consultado em 04.06.2022). No capítulo seguinte versaremos sobre a lei de apropriação da economia mercantil simples.

458 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 151 e 152. Sobre o economista britânico Adam Smith (1723-1790) mencionado no parágrafo em Nota, reveja <sup>[Nota 191]</sup>.

459 No caso, *valor de troca* no sentido de [“valor” ou valor econômico ou valor intrínseco da mercadoria](#),



de intercâmbio; tal relação é, portanto, um *produto* histórico da sociedade burguesa, da sociedade do valor de troca desenvolvido. [...], todos os economistas clássicos, inclusive [David] Ricardo<sup>460</sup>, gostam de promulgar como lei universal essa concepção que emana da própria sociedade burguesa, mas optam por **restringir sua realidade** a uma idade de ouro, na qual a propriedade ainda não existia, à época anterior ao pecado original econômico [a propriedade privada dos meios de produção, digo eu] [...]" (grifo nosso), o que a nosso ver insinua uma propensão ao intercâmbio como congênita ao ser humano (própria da natureza humana), portanto, um processo a-histórico, o que Marx rechaça metodologicamente, como vimos no início deste texto.<sup>461</sup>

Isso significa chegar-se, diz Karl Marx, “ao estranho resultado de que é necessário relegar a vigência plena da lei de apropriação da sociedade burguesa a uma época em que esta sociedade ainda não existia, e relegar a vigência da lei básica da propriedade à época em que não havia propriedade” (grifo do autor).

Apesar de o disposto acima tratar da lei de apropriação e não da lei do valor (ou do valor-trabalho)<sup>462</sup>, Rosdolsky afirma que “em relação à lei do valor, pode-se dizer exatamente o mesmo”. Nesse rumo, reproduz o que assentou o autor d’*O capital* sobre o assunto para rechaçar a ideia central dos economistas clássicos sobre a vigência também dessa lei a uma “época anterior ao pecado original econômico”: “[...]. Smith supõe que, ‘nos começos da sociedade’, quando os homens ainda se enfrentam apenas como proprietários e trocadores de mercadorias, o valor destas é determinado pelo tempo de trabalho que contêm, mas isso deixa de ocorrer quando se forma o capital e a propriedade do solo”. Isso significa dizer, Marx prossegue, “[...] que a lei [a lei do valor, digo eu] que vale para as mercadorias (consideradas como mercadorias) não vale para elas quando consideradas como capital ou produtos do capital, ou seja, quando se avança das mercadorias para o capital”.

Ora, exclama o filósofo alemão, “o produto só assume plenamente a forma de mercadoria quando todo ele é transformado em valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou

---

conforme abordamos em folheto anterior<sup>[segunda parte da Nota 300]</sup>, com base no que esclareceu o próprio Marx, é o valor medido através do [tempo de trabalho socialmente necessário](#), do [tempo de trabalho humano abstrato](#) objetivado na mercadoria, ou seja, do tempo de trabalho social padrão para produzir uma mercadoria, que possibilita a troca de bens qualitativamente distintos por meio de um equivalente geral, o dinheiro.

460 Sobre David Ricardo (1772-1823), veja <sup>[Nota 137]</sup>. Como vimos nos folhetos anteriores deste artigo, a referência aos *economistas clássicos*, ou simplesmente *os clássicos*, remete à escola clássica britânica de economia<sup>[Nota 46]</sup>, representada especialmente pelos economistas Adam Smith e o próprio David Ricardo.

461 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 152 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes). Perceba que a relação que Marx faz entre “trabalho” e “valor de troca” no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria, está embasada no fato de que para ele a substância do valor de uma mercadoria é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário objetivado na mercadoria, o tempo de trabalho abstrato.

462 Grosso modo, a lei do valor é a lei econômica da produção de mercadoria que condiciona a produção e troca/intercâmbio de cada mercadoria de acordo com o seu gasto socialmente necessário de trabalho. A lei do valor é a lei do equilíbrio espontâneo da sociedade mercantil-capitalista. Sobre a categoria do valor (e sua lei), bem como acerca da versão marxiana do valor-trabalho, ainda que de modo superficial, além dos mencionados Folhetos nº 03, 04 e 05 deste artigo, sugerimos a leitura do “Capítulo 3 – Produção de Mercadorias e modo de produção”, item 3.5. do livro **Economia política: uma introdução crítica**, disponível em <https://zoboko.com/text/y530je2v/economia-politica-uma-introducao-critica/29> (in NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Op. cit. Consultado em 04.06.2022). Da [lei do valor](#) e a partir dela da [teoria marxiana do valor-trabalho](#) trataremos a miúdo no decorrer da nossa **Expedição**. Quanto à diferença entre a lei do valor e a teoria do valor-trabalho, veja o texto **“Teorizando o valor dos produtos de trabalho”** (Disponível em [https://gaz.wiki/wiki/pt/Law\\_of\\_value](https://gaz.wiki/wiki/pt/Law_of_value). Consultado em 04.06.2022).

valor econômico ou intrínseco, digo eu mais uma vez] e seus componentes também são mercadorias [a exemplo da força de trabalho empregada na produção, digo eu]; ou seja, [o produto, esclarecemos] só se converte totalmente em mercadoria com o desenvolvimento da produção capitalista, tendo essa produção como base. Portanto, pretende-se que a lei da mercadoria [que corresponde à lei do valor, digo eu] exista em uma produção que não produz mercadorias (ou só o faz parcialmente)<sup>463</sup> e que não exista na produção que se baseia na existência do produto como mercadoria. A lei, e a mercadoria como forma universal do produto, foi concebida a partir da produção capitalista, porém não vale precisamente para ela”.

Em Karl Marx, e isso o próprio ressalta repetidamente, afirma Roman Rosdolsky, “o modo de produção capitalista ‘pressupõe circulação de mercadorias<sup>464</sup>, e portanto circulação de dinheiro’; e a produção de mercadorias só pode ser ‘a forma normal e dominante da produção quando ocorre no âmbito da produção capitalista’. Por conseguinte, a produção de mercadorias ‘em sua forma universal e absoluta’ é exatamente a produção capitalista de mercadorias [‘[...] só baseada no capital a produção de mercadorias ou produção de bens como mercadorias se torna ampla e domina o caráter do próprio bem’, assinalou Marx em *Teorias da mais-valia* (Livro IV de *O capital*), acrescentamos<sup>465</sup>]”. Pois, segue Marx, “só então, quando se baseia no trabalho assalariado [a partir da separação entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, digo eu], a produção de mercadorias se impõe forçosamente à sociedade como um todo”, e só então, complementa Rosdolsky, “também a lei do valor-trabalho [ou lei geral do valor, digo eu] pode sair da forma embrionária que mantinha em condições pré-capitalistas, convertendo-se em uma determinação que abrange toda a produção social e a regula”. Por isso, segundo Karl Marx, conforme Rosdolsky, “a lei do valor-trabalho, longe de pertencer ao passado, é uma característica justamente da sociedade capitalista, e só nela adquire plena vigência”.<sup>466</sup>

Isso posto, de maneira geral, tendo como mote a discussão sobre a realidade da lei do valor na economia capitalista (que dá nome ao capítulo nove de *Gênese*, ora em foco), a questão principal de que se ocupa Rosdolsky é metodológica: “saber se, a partir do ponto de vista de Marx, é possível falar de dois ‘modelos’ diversos – o da economia mercantil simples e o da economia capitalista – e se Marx deduziu as leis desta última [inclusive a lei do valor, digo eu] a partir das leis da primeira”. Para obter as respostas Roman vai ao texto marxiano *Introdução* (à crítica da economia política), escrito em agosto de 1857.<sup>467</sup>

Conforme abordamos no Folheto nº 02, em seu método da economia política

463 “[...], quando os homens ainda não se enfrentavam como capitalistas, trabalhadores assalariados, latifundiários, arrendatários, banqueiros etc., mas sim como simples produtores e trocadores de mercadorias [intercambiando apenas a parte excedente do produto do próprio trabalho, digo eu]” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 153).

464 Pressupõe uma produção voltada para o mercado, para a troca, e não como existia nas formas pré-capitalistas onde a produção era voltada basicamente para o consumo próprio, trocando-se, predominantemente, apenas a produção excedente, digo eu.

465 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 521 Nota 12.

466 Idem, p. 153.

467 Ibidem, p. 154 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

Marx demonstra que “para o pensamento, **o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é a maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto pensado [...]**” (grifo nosso)<sup>468</sup>. Desse modo, “uma categoria econômica simples, como por exemplo o valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu], [...] só pode existir [‘em sua forma plena’, observa Rosdolsky] sob a forma de relação unilateral e abstrata de um todo concreto já dado [‘ou seja, da sociedade capitalista<sup>469</sup>’, intervém Rosdolsky], embora como categoria [...] o valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, repetimos] tenha uma existência antediluviana [anterior ao dilúvio, digo eu]”.

O autor d’*O capital* ensina:

“Em toda ciência histórica ou social, ao se observar o desenvolvimento das categorias econômicas, é preciso levar sempre em conta que o sujeito – neste caso, a moderna sociedade burguesa – é algo dado, tanto na realidade como na mente. As categorias expressam as formas de existência, condições de existência, com frequência simples aspectos dessa sociedade específica, desse sujeito, e portanto, também do ponto de vista científico, essa sociedade não começa a existir no momento em que se começa a falar dela como tal [‘Em nosso caso’, complementa Roman Rosdolsky, ‘começa já na análise da mercadoria e do dinheiro’]”.

Avançando em sua crítica aos clássicos e sucessores, agora lançando mão da categoria dinheiro na sua versão mais simples, Marx afirma: “o dinheiro pode existir e existiu historicamente antes que o capital existisse, antes que os bancos existissem, antes que o trabalho assalariado existisse”. Entretanto, “embora o dinheiro tenha desempenhado desde muito cedo um papel múltiplo [...], como elemento dominante ele aparece na Antiguidade só em nações unilateralmente determinadas, nações comerciais. Até mesmo na Antiguidade mais culta, entre gregos e romanos, só no período de dissolução o dinheiro alcança pleno desenvolvimento, enquanto na moderna sociedade burguesa ele constitui um pressuposto”. Muito embora “a categoria mais simples tenha podido existir *historicamente* antes da mais concreta, seu desenvolvimento completo – em termos de abrangência e extensão – manifesta-se precisamente *nos estágios mais complexos da sociedade*” (grifo do autor).<sup>470</sup>

No mesmo tom, Marx traz mais um exemplo: a categoria trabalho, que para ele “parece ser uma categoria muito simples”. Decerto, “Também a representação do trabalho em sua universalidade – como trabalho em geral – é muito antiga”. Contudo, ao contrário do que ocorria nas sociedades pré-capitalistas, “a indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos reais

468 Nesse ponto, remetemos o leitor às páginas do Folheto nº 02 para uma rápida revisão do que expusemos sobre o referido método, na trilha do professor José Paulo Netto.

469 Uma sociedade cuja economia, grosso modo, se baseia essencialmente na troca e no mercado, onde o intercâmbio de mercadorias constitui a sua base material. Uma sociedade voltada para o mercado e a para a criação de [mais-valor](#) (ou mais-valia).

470 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 154 e 155. O filósofo alemão continua: “[...] até mesmo as categorias mais abstratas, apesar de válidas para todas as épocas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, são, não obstante, produto de condições históricas e só possuem plena validade nessas condições, dentro de seus limites” (Idem, p. 155).

de trabalhos, sem que nenhum deles predomine sobre os demais. [...] Por outro lado, essa abstração – o trabalho em geral – não é somente a expressão mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação a um trabalho particular corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho a outro e na qual o tipo específico de trabalho é, para eles, fortuito, e portanto indiferente”. Somente na sociedade capitalista desenvolvida, conclui Rosdolsky com Marx, “se pode encontrar tal situação”.<sup>471</sup>

O que foi dito para a categoria do trabalho Roman dispõe que vale também para a categoria do valor determinado pelo trabalho. Também essa categoria, diz ele, “tem uma ‘existência antediluviana’, também ela existiu historicamente muito antes da produção capitalista surgir, embora sob forma imatura, embrionária, e ‘de maneira nenhuma atravessando todas as relações econômicas’”.

Por isso, arremata Rosdolsky replicando Marx, “é totalmente apropriado considerar os valores das mercadorias, não só teoricamente mas também historicamente, como o *prius* [‘o que antecede’, intervém Rosdolsky] dos preços de produção”. Porém, somente na sociedade capitalista, pontua Roman, “a categoria do valor se manifesta em sua forma desenvolvida, pois só nessa sociedade a produção de mercadorias se converte na forma geral da produção”.

Roman Rosdolsky, todavia, compreende que a lei do valor deve modificar-se no contexto da sociedade capitalista. Para ele, “a categoria do valor [o tempo de trabalho abstrato objetivado na mercadoria, digo eu] passa a atuar como uma determinação abstrata”, que só expressa um aspecto, embora fundamental, dessa sociedade: “o fato de que nela todos os agentes econômicos devem vincular-se uns com os outros como trocadores de mercadorias (isso vale inclusive para a relação entre capitalistas e trabalhador [por meio da compra e venda da força de trabalho, digo eu])”.<sup>472</sup>

Mas as determinações abstratas, continua Roman, embora não possam ser aplicadas diretamente a “relações concretas mais desenvolvidas”, podem ser aplicadas por meio de uma **mediação** (indiretamente) – nesta hipótese, a “categoria dos **preços de produção** [ou dos preços de mercado, que, grosso modo, são a expressão do valor da mercadoria no dinheiro, digo eu] estabelece essa mediação” (grifo nosso).<sup>473</sup>

Assim, no caso da lei do valor, em conformidade com o que extraímos de *Gênese*, “[...] a passagem dialética [da categoria, digo eu] do valor-trabalho (ou da economia mercantil simples<sup>474</sup>) para os preços de produção (ou para o capital [ou, ainda, para a economia mercantil capitalista, digo eu novamente]) [...]”, é uma aplicação metodológica que permite compreender o concreto, própria sociedade capitalista. Não é uma mera dedução histórica.

---

471 Ibidem, p. 155 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

472 Ibidem, p. 155 e 156.

473 Ibidem, p. 156 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

474 Na qual só se reconhece a aquisição do produto do trabalho por meio do próprio trabalho, e a aquisição do produto do trabalho alheio por meio também do próprio trabalho – tendo como base a igualdade, a liberdade e a reciprocidade dos produtores.

Retornando aos críticos de Marx e às questões iniciais formuladas, Roman Rosdolsky, nas pegadas do filósofo alemão, chega à conclusão de que “não se trata de dois ‘modelos’ diferentes, mas sim de **um mesmo modelo** [de investigação, digo eu]: o do **modo de produção capitalista moderno**, cujo conhecimento só se torna possível quando se descobrem as leis internas que o impulsionam, ou seja, quando se trilha o caminho de ‘**elevar-se do abstrato ao concreto**’. Para compreender os **preços de produção** [ou de mercado, digo eu], que aparecem na **superfície** [da sociedade capitalista, digo eu novamente], devemos procurar sua **causa oculta**, o **valor**. Quem não quiser fazê-lo ficará limitado ao mero empirismo. Renunciará a obter uma verdadeira explicação dos processos da economia capitalista” (grifo nosso).

Decerto, em conformidade com Roman Rosdolsky, ao começar a investigação do modo de produção capitalista pela circulação mercantil simples, processo comprar para vender (ciclo completo M-D-M), Marx trata da **esfera mais abstrata** (isto é, desprovida de determinações) da própria produção capitalista, uma esfera que, conforme o filósofo alemão, “esconde todo um mundo, o mundo das relações do capital” (grifo nosso). Daí se falar da realidade da lei do valor na economia capitalista.

## Capítulo 10 – A lei de apropriação da economia mercantil simples<sup>475</sup>

De acordo com Roman Rosdolsky, referindo-se aos manuscritos *Grundrisse*, “Até agora, a exposição de Marx não ultrapassou a esfera da circulação mercantil simples<sup>476</sup>”, o que se mantém com a investigação sobre a lei da apropriação<sup>477</sup> de mercadorias.<sup>478</sup>

Na análise da **lei da apropriação** no âmbito das **economias mercantis simples** Karl Marx aborda teoricamente a **origem da relação de troca**, ou do **intercâmbio de mercadorias**, que é regida por essa lei. Inicialmente leva em conta a **inexistência de qualquer intermediação** no processo de troca<sup>479</sup>, para em seguida considerar a **intermediação do dinheiro**<sup>480</sup>. De um modo, por óbvio, ou de outro, a categoria capital, componente central da economia capitalista, ainda não se faz presente nessa investigação, ficando reservada para os capítulos seguintes<sup>481</sup>.

Rosdolsky inicia o capítulo com uma breve descrição da circulação simples sem intermediação do dinheiro fazendo referência aos sujeitos presentes nessa relação e o lastro que a sustenta: **peçoas** que se reconhecem **mutuamente** como **proprietários privados** de mercadorias, cujo vínculo, **sem qualquer mediação** (isto é, ainda sem a presença do dinheiro em qualquer de suas formas), é baseado em um **ato voluntário**. “Nela [na circulação simples aqui considerada, digo eu]”, prega o autor, “os que participam do intercâmbio se encaram como peçoas que, a partir de um acordo voluntário [sic], podem adquirir a posse [apropriar-se, digo eu] das mercadorias uns dos

---

475 O tema do décimo capítulo do livro de Roman Rosdolsky, “Gênese e estrutura de *O capital*”, foi tratado por Marx no “Capítulo do capital” dos manuscritos *Grundrisse*, especificamente no item “Transformação de dinheiro em capital” do “Capítulo do dinheiro como capital” da “Primeira seção: O processo de produção do capital” (in MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse*. Op. cit., Sumário).

Com base em uma Nota do Capítulo 10, percebemos que a investigação marxiana sobre a *lei da apropriação*, tal como se apresenta na circulação simples, está inserida no conteúdo do item “Transformação de dinheiro em capital” do capítulo sobre o capital dos manuscritos *Grundrisse*, embora seu conteúdo não guarde relação direta com o título do item. Tudo indica que por essa razão, em *Gênese*, Rosdolsky trata da lei da apropriação em um capítulo próprio, no capítulo dez. Somente no capítulo onze é que examina o conteúdo específico que dá nome ao item, passando a abordar nesse e nos demais capítulos a *categoria do capital*. Outra observação feita por Roman Rosdolsky destaca a investigação de Marx sobre a *apropriação* presente nos *Grundrisse* como “um complemento feliz ao primeiro tomo de *O capital*, que só trata do tema esporadicamente” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 157 c/c p. 522 Nota 1). Também em outra Nota do referido capítulo onze, o autor esclarece que o tema em foco foi apresentado por Karl Marx em duas versões, uma no próprio manuscritos *Grundrisse* (de 1857/1858) e a outra no *Fragmento da primeira versão da Contribuição [ou Para a] à crítica da economia política* (1858); no caso, Roman utiliza indistintamente as duas versões (Idem, p. 522 Nota 2 c/c p. 165).

476 Como vimos no capítulo anterior, a circulação mercantil simples diz respeito ao processo vender para comprar, representado pelo ciclo M-D-M, onde M=mercadoria e D=dinheiro. Na economia mercantil simples, onde se dá circulação simples de mercadorias, a categoria *capital* ainda não se faz presente.

477 [Nota 457].

478 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 157.

479 Nessa hipótese, Marx está se referindo ao ciclo P-P, ou processo de *intercâmbio ou troca direta de produtos* (P) [Nota 421], o segundo estágio da evolução histórica do intercâmbio [Nota 322].

480 No caso, o filósofo alemão está se referindo ao ciclo típico M-D-M da circulação simples, o processo *vender para comprar*, terceiro estágio da evolução histórica do intercâmbio, onde surge o dinheiro como mediador dessa relação. Perceba que agora estamos a tratar de “mercadoria” e não mais de “produto”.

481 Nos próximos capítulos estudaremos, efetivamente, o processo de produção do capital, a começar pela transformação do dinheiro em capital e seus desdobramentos, que corresponde ao processo *comprar para vender* (representado pelo ciclo D-M-D).

outros. Reconhecem-se reciprocamente como proprietários privados”<sup>482</sup>.

Roman verifica que “Em si mesma, a relação de troca não mostra como eles [os sujeitos envolvidos, digo eu] chegaram a ser proprietários de mercadorias, de que maneira se produziu a **apropriação original das mercadorias**” (grifo nosso). Karl Marx resolve a questão entendendo que a origem do processo de apropriação da mercadoria, que precede a troca, “parece” estar no “**trabalho**” (grifo nosso)<sup>483</sup>.

Como a mercadoria, na **condição de valor**<sup>484</sup>, assinala Roman Rosdolsky citando Marx, “representa apenas o **trabalho objetivado**, e que do ponto de vista da circulação ‘só é possível apropriar-se de mercadorias alheias, ou seja, de trabalho alheio, mediante a alienação do próprio [“trabalho”, complementa Rosdolsky], o processo de apropriação da mercadoria, que precede a troca, parece nascer, sem mediações, **do trabalho de seu possuidor**. O trabalho parece ser a origem da apropriação, [...] o título jurídico da propriedade”<sup>485</sup>. Grosso modo, como se apresentou a partir do segundo estágio de desenvolvimento do intercâmbio mercantil (que corresponde ao “intercâmbio de produtos”, que não envolve a mediação de um terceiro produto, a exemplo do dinheiro em qualquer das suas formas), a troca de uma mercadoria por outra só pode ocorrer entre **proprietários diretos das mercadorias em intercâmbio, cujas propriedades têm origem no trabalho dos respectivos proprietários**.

Fechada a questão, no sentido de que a lei da apropriação tem origem no próprio trabalho dos sujeitos da relação de intercâmbio dos produtos desse trabalho, Marx afirma: da “lei da apropriação pelo próprio trabalho [...] deduz-se que na circulação vigora o reino da **liberdade** e da **igualdade burguesas**, baseadas nessa lei”. Também daí vigora o **princípio da reciprocidade**, “da harmonia preestabelecida entre os proprietários de mercadorias” – se o sujeito A tem necessidade da mercadoria de B, e este tem interesse pela mercadoria de A, não se dando a apropriação por um ou por outro pela violência, ambos se reconhecem mutuamente como proprietários, “como pessoas cuja vontade impregna suas mercadorias”<sup>486</sup>.

Com isso, para o filósofo alemão, na relação entre os respectivos proprietários surge “a noção jurídica da **pessoa** [do sujeito de direitos, digo eu] e, na medida em que está contida nela, a noção da **liberdade**”, da **liberdade burguesa**<sup>487</sup>.

482 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 157. Idem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes.

483 De acordo com o autor de *Gênese*, “Na troca”, historicamente ambientada no segundo estágio da evolução do intercâmbio de mercadorias (o denominado estágio do “intercâmbio de produtos”, que corresponde ao sistema de trocas diretas ou trocas primitivas), “[...] há uma identidade imediata de dois atos”, entrega do produto do próprio trabalho e recebimento do produto do trabalho alheio (Ibidem, p. 136). Portanto, é do trabalho de cada um dos sujeitos participantes dos dois atos que a apropriação da mercadoria tem origem.

484 Sobre a mercadoria em sua “condição de valor” tratamos inicialmente no Folheto nº 04 deste artigo, mais precisamente nas páginas 88-91.

485 Nesse ponto, Roman resgata o que declaram os economistas clássicos, conforme anotamos no capítulo anterior: “a propriedade individual sobre o resultado do próprio trabalho constitui a condição básica da sociedade burguesa”.

486 Em sentido contrário ao disposto no parágrafo em Nota, Marx acrescenta e chama a atenção para o que dispunha o direito romano em relação a definição de *servo*: “[...] aquele que não pode adquirir nada para si mediante intercâmbio”, pois ele não é considerado *pessoa*, não sendo, pois, proprietário da mercadoria que eventualmente produziu, complementamos (in ROSDOLSKY Roman. Op. cit., p. 158).

487 De acordo com Gisele Pessoa, “A convergência do conceito de liberdade com o conceito de pessoa ocorre na medida em que esta é um ser racional e seu agir deriva da vontade pura, ação de causa puramente racional, e



Mesmo considerando essas noções de liberdade e independência, Rosdolsky capta de Marx que “um elemento de coerção” persiste nesse ambiente: “os agentes são impelidos ao intercâmbio por suas necessidades”. Entretanto, tal comportamento advém da própria natureza humana, um conjunto de necessidades e impulsos não externos ao indivíduo o coage. No campo das necessidades humanas, um agente pode até coagir o outro, ensina o filósofo alemão, mas apenas o empurrando para o sistema de trocas, na medida em que possui a mercadoria que o outro deseja e vice-versa. Aqui, contudo, o indivíduo é levado ao intercâmbio pela necessidade e impulso, não sendo obrigado pelo outro a realizar a troca. Desse modo, “a circulação das mercadorias realiza a liberdade e a independência dos proprietários das mercadorias”, afirma Rosdolsky.<sup>488</sup>

Passemos a outro valor que nasce da lei de apropriação das mercadorias da economia mercantil simples, a **igualdade burguesa**. Tendo vista que nesse ambiente do intercâmbio simples de mercadorias os indivíduos se confrontam apenas como proprietários de mercadorias, e cada um, diz Marx, “mantém com o outro a mesma relação social que o outro mantém com ele mesmo”, na condição de agentes do intercâmbio “sua relação é de igualdade”. Não se acha “qualquer diferença, e muito menos oposição, entre eles [...]”. É certo que estes agentes apresentam diferentes necessidades e valores de uso, mas isso nem de longe ameaça a igualdade social dos indivíduos. Pelo contrário, é exatamente essas diferenças ou diversidades naturais de suas necessidades, e também dos produtos dos respectivos trabalhos, que dão margem e fundamentam o intercâmbio e a igualdade social mencionada. Se ambos tivessem a mesma necessidade e o trabalho de cada um produzisse um mesmo bem, “não se estabelecerá entre eles nenhuma relação do ponto de vista da produção, não seriam indivíduos diferentes”. Não haveria aí “nenhum contato social entre eles”. Como diz o autor de *O capital*, “Ambos têm necessidade de respirar; para ambos o ar está disponível [...]”. Nessa condição “a vinculação que se cria entre os dois é apenas a de corpos naturais, não a de pessoas”. Aqui também não há contato social entre eles. Desse modo, Marx arremata, “A igualdade social no ato de intercâmbio e a vinculação que os produtores estabelecem entre si pressupõem a diferença natural [diferentes necessidades e impulsos, digo eu]”.

Também as mercadorias intercambiadas têm que ser equivalentes entre si, na condição de valores de troca, na condição de possibilitarem a troca de uma pela outra expressamente (exemplo: 20 varas de linho = 01 casaco, ou a 2 onças de ouro, ou a ½ kg de café ou, ainda, a 1 libra). Nessa linha, ainda com Marx: “Se um indivíduo engana o outro, isso não se deve à natureza da função social em que ambos se enfrentam [no intercâmbio, digo eu] [...] mas sim à astúcia, à arte da persuasão etc.; em suma, à superioridade individual de um sobre o outro”. Por isso (ou para evitar isso, digo eu), conclui Rosdolsky, “na troca, sujeitos e objetos estão submetidos à lei da igualdade”.

---

consequentemente livre” (in PESSOA, Gisele. **Conceito de pessoa: na trajetória filosófica e jurídica** (Artigo). Disponível em <https://jus.com.br/artigos/47003/conceito-de-pessoa-na-trajetoria-filosofia-e-juridica>. Consultado em 06.06.2022).

488 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 158 (Idem no que se refere à redação dos dois parágrafos seguintes).

Prossigamos. À determinação da liberdade e da igualdade também se une, no intercâmbio, a terceira determinação nascida da lei da apropriação das mercadorias da economia mercantil simples, a **reciprocidade**. Na relação de troca mercantil simples, sem qualquer mediação, um indivíduo só satisfaz a necessidade do outro por meio da mercadoria que possui à medida que esta mercadoria satisfaça a necessidade daquele, e vice-versa. “Cada um serve ao outro para servir a si próprio; cada um se serve do outro como meio”, prescreve Marx.<sup>489</sup>

O filósofo alemão avança: “na consciência de ambos estão presentes os seguintes pontos: cada um só alcança seus objetivos na medida em que se sirva do outro como meio; cada um se torna um meio para o outro; a reciprocidade é um fato necessário, que faz com que cada um seja simultaneamente meio e fim, e só alcance seu fim ao tornar-se meio, e só se torne meio quando se posiciona como fim para si mesmo [...]”. Por assim ser, “A reciprocidade é o pressuposto e a condição natural do intercâmbio, mas, como tal, ela é indiferente a cada um dos sujeitos do intercâmbio. Ela só interessa a cada um desses agentes na medida em que satisfaz os seus interesses”.<sup>490</sup>

O conteúdo do ato do intercâmbio que aparece como seu pressuposto e condição natural, o interesse comum, de fato, esclarece o autor d’*O capital*, está presente “na consciência de ambas as partes, mas como tal não é o que as impele [para o intercâmbio, digo eu]. Apenas existe, por assim dizer, por trás dos interesses individuais. Se assim o deseja, o sujeito pode ter a reconfortante consciência de que a satisfação de seu interesse individual corresponde à realização de um interesse geral, à superação do antagonismo [...]. O interesse geral, ou comum, seria a generalização do interesse egoísta”.<sup>491</sup>

É nesse tom que Karl Marx comenta uma máxima bem conhecida expressada pelos economistas burgueses: “cada um busca seu interesse privado e apenas seu interesse privado, e assim, sem o saber, serve ao interesse privado de todos, ao interesse geral”. Ora, ele rebate, é irônico que dessa “frase abstrata” se possa “deduzir, com mais acerto, que cada um cria obstáculos à realização do interesse do outro, de modo que, em lugar de uma afirmação geral, essa *bellum omnium contra omnes* [‘guerra de todos contra todos’, traduz Roman Rosdolsky] pode resultar em uma negação geral”.<sup>492</sup>

Para Marx, o aspecto central da questão é que “o interesse privado já é um interesse socialmente determinado, que só pode ser alcançado em um contexto fixado pela sociedade e com os meios que ela oferece [...]. Trata-se de interesses particulares; mas seu conteúdo, assim como sua forma e os meios para sua realização, depende de condições sociais que são independentes de todos”. Em nossas palavras: as necessidades dos indivíduos vão determinar as condições sociais que as vão atender, e essas condições não dependem da vontade de todos.

Dando como encerrada a parte da sua elaboração acerca da lei da apropriação

---

489 Ibidem, p. 158 e 159.

490 Ibidem, p. 159.

491 Ibidem, p. 522 Nota 12.

492 Ibidem, p. 159 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

das mercadorias que até aqui ocorreu sem qualquer mediação, uma troca direta entre os possuidores de mercadoria, sua origem (ciclo M-M ou, como consideramos neste texto, ciclo P-P), Karl Marx, nas palavras de Rosdolsky, passa a investigar “como as ideias de **igualdade, liberdade e reciprocidade** – que surgem do intercâmbio de mercadorias, e estabelecem as bases da relação entre os proprietários dessas mercadorias – se consolidam e se aperfeiçoam graças ao **sistema monetário**” (grifo nosso). Agora, a investigação marxiana, ao introduzir o sistema monetário, inclui no intercâmbio a **mediação do dinheiro**. Isto é, Marx passa a considerar, no âmbito da **circulação mercantil simples**, ou do **processo vender para comprar** propriamente dito, cuja representação se dá pelo ciclo **M-D-M**, uma terceira mercadoria, o **dinheiro**<sup>493</sup>.

Contemplando na análise o sistema monetário, Marx “refere-se sobretudo ao ‘papel igualador’ do dinheiro, que, com seu caráter de ‘leveller [“nivelador”, traduz Roman] radical’, dissolve todas as diferenças naturais, fazendo com que ‘um trabalhador que compre uma mercadoria por 3 xelins [...]’ apareça como portador da ‘mesma função, na mesma igualdade [...] que o rei que faz a mesma coisa’”.

Para o autor d'*O capital*, entretanto, no processo de circulação simples de mercadorias há também um outro aspecto que poderia contrariar a condição de igualdade considerada anteriormente: o aspecto da acumulação de dinheiro. Para Marx, porém, conforme Roman Rosdolsky, no processo de circulação simples de mercadorias “a acumulação de dinheiro para formar um tesouro só aparentemente revoga a igualdade dos proprietários de mercadorias. Pois, se ‘um indivíduo acumula e o outro não, nenhum o faz às expensas do outro [...]. Só se pode receber, sob a forma de dinheiro, o que se oferece sob a forma de mercadoria. Um desfruta do conteúdo da riqueza [a mercadoria, digo eu], o outro toma a posse de sua forma geral [dinheiro, digo eu novamente]. Se um empobrece e o outro enriquece, isso diz respeito às decisões, ao espírito de abstinência, à industriiosidade, à moralidade etc., de cada um. Não decorre das relações econômicas [...] nas quais, nos marcos da circulação, os indivíduos se ligam”<sup>494</sup>. Não há a exploração de um pelo outro. Um deles, ao transformar sua mercadoria em dinheiro, limita-se ao ato M-D; prefere guardar (acumular ou entesourar) o dinheiro que recebeu pela venda da sua mercadoria a praticar o ato seguinte, D-M. O outro, diferentemente, prefere utilizar o dinheiro que recebeu pela venda da sua mercadoria na aquisição de outra; percorrendo o ciclo completo M-D-M do processo vender para comprar<sup>495</sup>. Ambas atitudes, embora com consequências distintas, advêm de uma só causa, a troca da mercadoria que lhes pertence, fruto do trabalho de cada um.

493 Atente-se para o fato de que Marx, embora introduza o dinheiro na circulação das mercadorias, ainda não está tratando da categoria *capital*, que não é sinônimo de dinheiro. O simples fato de se considerar uma relação de troca mediada pelo dinheiro não significa dizer que se esteja a tratar, só por isso, de um *intercâmbio real mercantil capitalista*.

494 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 159 e 160. “Até mesmo a herança e relações jurídicas afins”, diz Marx, não causam prejuízo à igualdade social no contexto ora abordado. Para o filósofo alemão, “Se a condição original” do autor da herança (o falecido) está enquadrada nos parâmetros da determinação da igualdade da lei da apropriação, o fato do herdeiro o substituir e perpetuá-lo no patrimônio herdado diz respeito apenas a uma “validação” da lei social da apropriação “para mais além dos limites naturais da vida; uma confirmação dessa lei diante da ação fortuita da natureza, que de outro modo resultaria em abolir a liberdade do indivíduo [autor da herança, digo eu]. Além disso, nessa relação o indivíduo [idem] é apenas a individualização do dinheiro; como tal, ele deve ser tão imortal quanto o próprio dinheiro” (Idem, p. 160).

A par do que examina – as determinações que necessariamente surgem das condições reais do intercâmbio mercantil simples –, Rosdolsky não se surpreende com o fato de que “os apologistas do capitalismo” apreciam se refugiar “no terreno do intercâmbio mercantil simples, quando pretendem fazer desaparecer com um toque de mágica as contradições da ordem econômica capitalista”.<sup>496</sup>

Segundo Roman Rosdolsky, como as relações capitalistas também são relações de intercâmbio, os economistas burgueses pretendem em sua argumentação passar a ideia de que as relações capitalistas sejam só relações de intercâmbio. Em seus argumentos, transferem as determinações das relações típicas do intercâmbio mercantil simples para as relações econômicas mais desenvolvidas, para as relações capitalistas, “nas quais”, diz Marx, “os indivíduos já não se vinculam entre si apenas como agentes do intercâmbio, isto é, compradores ou vendedores”. Em uma circulação mercantil desenvolvida, estabelece Karl Marx, “o indivíduo só existe como produtor do valor de troca [...]”, só produz para o mercado, para a troca, para a venda. O produto do seu trabalho já não mais lhe pertence, digo eu.

Aplicar os pressupostos das relações mercantis simples às relações econômicas mais desenvolvidas, como a mercantil capitalista, é esquecer, avança o filósofo alemão, que os pressupostos que adotam “não surgem da vontade ou da natureza imediata do indivíduo, mas são **históricos**” (grifo nosso). Em sua existência natural o indivíduo era produtor de valor de uso para si e quando o produto do seu trabalho, esse valor de uso, ou parte dele, não mais fosse valor de uso para ele buscava o intercâmbio com outrem, para o qual o produto do próprio trabalho não lhe era mais valor de uso, mas sim o do outro. Coincidindo os interesses, por ato voluntário, realizavam o intercâmbio. Somente até esse estágio da evolução histórica do intercâmbio, no estágio da circulação mercantil simples, podemos falar na aplicação dos pressupostos de liberdade, igualdade e reciprocidade, digo eu.

Esquecem também, acrescenta o autor de *Gênese* reproduzindo Marx, “que a esfera da circulação das mercadorias é a superfície da sociedade burguesa [aparentemente quando se compra e se vende mercadoria há uma simples relação de troca de mercadorias, digo eu]; ‘nas profundezas, ocorrem processos inteiramente diferentes’, que produzem ‘outras relações econômicas entre esses indivíduos, mas complexas e que entram em conflito, em grau maior ou menor, com sua liberdade e independência’”.

Esquecem eles, ainda, que, se “já na determinação simples do valor de troca e do dinheiro [quando aparece os primeiros traços da separação entre a propriedade dos meios de produção e a da força de trabalho, digo eu] está latente o antagonismo entre o **trabalho assalariado** e o **capital**”<sup>497</sup> (grifo nosso), como afirma Marx, são nas relações

---

495 Como vimos no Folheto nº 05, onde versamos sobre as funções do dinheiro, no primeiro caso o proprietário da mercadoria a vende mas não adquire outra mercadoria (ato M-D do ciclo completo), preferindo acumular o dinheiro que recebeu na transação, que equivale à função do dinheiro como *tesouro* (entesouramento); no segundo, o dinheiro se apresenta em sua função como *meio de circulação* de mercadoria, o proprietário de M a vende para adquirir uma outra mercadoria (realizando o ciclo completo M-D-M).

496 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 160 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

497 Ibidem, p. 522 Nota 19.

capitalistas que esse antagonismo se apresenta evidente, explícito e ostensivo.

Diante desse marco, igualmente para demonstrar o caráter a-histórico e “pueril” da “apologética<sup>498</sup> burguesa”, Roman Rosdolsky traz à tona a análise de Marx da **divisão social do trabalho**, que, segundo o autor de *Gênese*, “constitui a premissa da produção de mercadorias [e também de produtos, considerando a distinção entre ambos adotada no presente trabalho, digo eu]”.<sup>499</sup>

De acordo com Karl Marx, a concepção da divisão do trabalho dos economistas clássicos, como Adam Smith, trata essa divisão “como algo correlato” ao valor da mercadoria (ao seu valor econômico ou intrínseco), uma vez que os produtos que assumem a forma de mercadorias e, por conseguinte, de valores, “correspondem”, segundo Roman Rosdolsky na trilha de Marx, “a trabalho realizado de diversas maneiras e a valores de uso diferentes, ou seja, são ‘uma existência objetivada da divisão do trabalho’”. Quando se passa para o processo de intercâmbio dessas mercadorias, a divisão de trabalho “expressa o fato de que ‘os agentes do intercâmbio produzem mercadorias diferentes, que respondem a necessidades diferentes, e se cada um depende da produção de todos, todos dependem da produção de cada um, pois se complementam reciprocamente. Assim, o produto de cada indivíduo, através do processo de circulação e da expansão da magnitude de valor<sup>500</sup>, constitui um meio de ele participar da produção social geral’ [a semelhança do disposto pelos clássicos quanto ao fato do interesse privado no intercâmbio de mercadorias convergir com ou ir ao encontro do interesse comum, ainda que não se tenha consciência disso, conforme mencionado neste texto, ressaltamos]”.

Mas não se disse tudo. Conforme Roman Rosdolsky, “Permanecem encobertas as complexas relações econômicas contidas na divisão social do trabalho”. A produção de mercadorias (leia-se, a produção na economia capitalista), diz Marx, “não pressupõe apenas a divisão do trabalho em geral, mas sim uma forma **especificamente desenvolvida** dessa divisão” (grifo nosso). Forma esta que se manifesta entre outros aspectos “no caráter privado dos produtores de mercadorias”.

Nesse sentido, é de se enfatizar que a divisão do trabalho, como categoria histórica que é, ao contrário do que entendiam os clássicos, de acordo com Rosdolsky, “também existiu – frequentemente sob forma bastante desenvolvida – nas sociedades comunistas primitivas, sem que por isso a produção tenha assumido, nelas, a forma de

---

498 “Apologética (do latim *apologetĭcus*, por derivação de ‘apologia’, do grego *απολογία*: ‘defesa verbal’) é a disciplina [teológica](#) própria de uma certa religião que se propõe a demonstrar a verdade da própria doutrina, defendendo-a de teses contrárias. Esta palavra deriva-se do deus grego [Apolo](#)”. De maneira geral significa a defesa fundamentada de uma crença ou dogma (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Apolog%C3%A9tica>. Consultado em 10.06.2022).

499 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 161. “Em termos genéricos”, a *divisão social do trabalho*, “refere-se às diferentes formas que os seres humanos, ao viverem em sociedades históricas, produzem e reproduzem a vida”. Historicamente, “Com a divisão do trabalho, indivíduos especializados na produção de um produto passaram a comercializar seu produto final com o produto final feito por outros indivíduos. Isto se refere tanto ao comércio especializado dentro de uma comunidade, tais como o de alfaiates, ferreiros, agricultores etc., ou ao comércio de especializações de comunidades inteiras em contato uma com a outra, tais como o de uma comunidade que fabrica roupas, uma que faz ferramentas, e outra que produz comida, que trocam entre si” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o\\_social\\_do\\_trabalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_social_do_trabalho). Consultado em 10.06.2022).

500 Da magnitude do valor da mercadoria tratamos no item 5.1.2. do Folheto nº 04 para onde remetemos o leitor.

mercadorias [algo destinado necessariamente ao mercado, frisamos]”. Portanto, arremata Roman, desta feita ancorado na obra marxiana *Contribuição à crítica da economia política*, “é tão correto dizer ‘que o intercâmbio privado é a divisão do trabalho’, quanto é errôneo dizer que ‘a divisão do trabalho pressupõe o intercâmbio privado’”.<sup>501</sup>

É precisamente essa forma específica de divisão de trabalho que importa [a divisão do trabalho no intercâmbio privado, no intercâmbio direcionado inteiramente para o mercado, digo eu], proclama o autor de *Gênese* sempre na companhia de Marx: “Na medida em que só se considera a relação de intercâmbio [seja ela qual for, digo eu], ‘um fazendeiro inglês e um camponês francês [...] estão na mesma situação econômica’”. Todavia, assenta Marx, é preciso perceber que enquanto “o camponês vende o pequeno excedente da produção familiar, cuja maior parte consome”, relacionando-se “com a maior parte de sua produção, não como valor de troca [se fosse destinada na sua inteireza ao mercado, digo eu], mas como valor de uso [para seu próprio consumo e necessidade, digo eu novamente], meio de subsistência imediato”, o fazendeiro, diferentemente, “depende totalmente da venda de seu produto, que é mercadoria; depende portanto, do valor de uso social deste produto [da utilidade para o mercado, digo eu mais uma vez]. Sua produção está inteiramente subordinada ao valor de troca”.<sup>502</sup>

Portanto, não é o camponês francês, no caso, o “agente característico da produção mercantil desenvolvida”. Ele vive em uma “economia seminatural”. O agente específico da produção mercantil desenvolvida é, na hipótese, o fazendeiro inglês, “o produtor capitalista para quem a produção para o mercado é decisiva”.<sup>503</sup>

Para o surgimento do fazendeiro inglês, o “desenvolvimento altamente diversificado das forças produtivas”, a “divisão do trabalho”, as “relações diversificadas entre os indivíduos nos marcos da produção”, tudo isso foi necessário para que ele produzisse sua mercadoria “como mero valor de troca”, destinada “inteiramente à circulação”.<sup>504</sup>

Assim, como ponto de partida, assinala Marx, “Para que o valor de troca [realizado no intercâmbio feito pelo fazendeiro inglês, digo eu] apareça na superfície [da sociedade burguesa, digo eu novamente] de uma forma tão simples [como processo vender para comprar (ciclo M-D-M), digo eu mais uma vez] [...], todo o sistema de produção burguesa deve estar subtendido”. Marx avança: só nesse sistema mercantil desenvolvido, no sistema de produção burguesa ou capitalista, seus membros “se encontram no processo de circulação como produtores privados, que estabelecem relações simples de compra e venda, e aparecem como agentes independentes [não precisam encontrar um outro proprietário de mercadoria para realizar o intercâmbio, digo eu]”.<sup>505</sup>

Do que examinou até aqui, Rosdolsky conclui, com Marx, pela não casualidade do fato de que “as ideias típicas da produção mercantil desenvolvida – que se

501 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 523 Nota 24.

502 Idem, p. 161.

503 Ibidem, p. 161 e 162.

504 Ibidem, p. 161.

505 Ibidem, p. 162 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

resumem na ‘trindade formada por **propriedade, liberdade e igualdade**’ – tenham encontrado sua formulação teórica nos ‘economistas italianos, ingleses e franceses dos séculos XVII e XVIII’ [teóricos que já observavam e viviam as transformações socioeconômicas que se anunciavam e que iriam se consolidar no século XVIII pelo menos no ocidente, digo eu<sup>506</sup>], que só anteciparam a realização da trindade pela sociedade burguesa moderna” (grifo nosso). Tais ideias, “Longe de expressar traços eternos da natureza humana”, continua Roman, “refletem o processo de intercâmbio capitalista, que constitui sua base real”. A reprodução dessas ideias em “relações jurídicas, políticas e sociais é apenas sua reprodução em escala ampliada”, que se realiza na sociedade burguesa por meio do Estado burguês, digo eu.

De uma perspectiva histórica, Marx acrescenta que a igualdade e a liberdade burguesas alicerçadas no mercado, no intercâmbio das mercadorias, “constituem exatamente o contrário da liberdade e da igualdade na Antiguidade, que não tinham como base o valor de troca desenvolvido. Ao contrário: foram arruinadas pelo desenvolvimento deste último”.<sup>507</sup>

Finalizando o capítulo dez de *Gênese*, após a crítica marxiana à apologética burguesa da circulação mercantil simples e das leis que dela surgem como parâmetro para a fundamentação do sistema que os economistas burgueses defendem, o autor traz o recado de Marx agora dirigido aos socialistas da época que pretendiam reformar o capitalismo (e não superá-lo) e assim resolver suas contradições a partir da tentativa de demonstrar que “o socialismo é a realização das ideias da sociedade burguesa proclamadas pela Revolução Francesa”, o que de certa forma ratificava pelo menos parte da referida apologética, crendo que “o intercâmbio, o valor de troca etc., originalmente (no tempo) ou conceitualmente (em sua forma acabada), formam um sistema de liberdade e igualdade para todos, porém adulterado pelo dinheiro, o capital etc.”.<sup>508</sup>

“[‘A esses socialistas’, acrescenta Rosdolsky] cabe dizer o seguinte: na verdade, o valor de troca – mais especialmente, o sistema monetário – é o sistema da liberdade e da igualdade; as perturbações que surgiram no desenvolvimento recente do sistema são inerentes a ele, são exatamente a realização da igualdade e da liberdade, que se desdobram em desigualdade e falta de liberdade”.

Que desigualdade e falta de liberdade são essas? A circulação mercantil simples, discorre Roman Rosdolsky citando Marx, “só reconhece ‘a apropriação do produto do trabalho por meio do trabalho, e do produto do trabalho alheio por meio do próprio trabalho’ – tendo como base a igualdade,

506 Tempos nos quais se consolida a sociedade capitalista em formação desde a época medieval, em pleno feudalismo. Formam-se sociedades urbanas industriais e uma nova percepção de ser humano e de vida em sociedade. A libertação das amarras da hereditariedade vira retórica e cresce os conflitos sociais. Assim como a pregação da liberdade como condição humana, a racionalidade também passa a ser a orientação da vida em sociedade, e se solidifica na perspectiva de intelectuais e de justificativa do poder.

507 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 523 Nota 27.

508 Idem, p. 162 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Reveja a crítica de Marx a esses socialistas, denominados por ele de “utópicos”, tendo como alvo um dos seus maiores representantes, o filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon<sup>[Nota 60]</sup>, presente em nossos textos “Socialismo ‘científico’ e Socialismo ‘utópico’” e “Arrazoado de *Miséria da Filosofia*”, disponíveis na Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução, deste [Blog](#).

a liberdade e a reciprocidade dos produtores”.

Considerando ser isso o que realmente ocorre, então, conclui Rosdolsky nas pegadas de Marx, “as contradições que acompanham o desenvolvimento da produção mercantil, assim como a lei da apropriação originária pelo trabalho, ‘decorrem do desenvolvimento do próprio valor de troca’”, e com ele a **separação entre trabalho e propriedade**. Por meio do meu trabalho eu me apropriava do produto dele originado que, por sua vez, propiciava a aquisição do produto do trabalho do outro. Agora, “a propriedade privada do produto do próprio trabalho se identifica com a separação entre trabalho e propriedade. Trabalho será igual a criar propriedade alheia; propriedade será domínio sobre trabalho alheio”, sentencia Karl Marx.<sup>509</sup>

---

509 Ibidem, p. 162 e 163.



## FOLHETO Nº 07

### PARTE III – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL] (continuação)

#### Capítulo 11 – A transição para o capital (“A transformação do dinheiro em capital”)<sup>510</sup>

No presente capítulo de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, Roman Rosdolsky começa a abordar o tema central da investigação marxiana: “a **categoria de [sic] capital**<sup>511</sup>” (grifo nosso). Para tanto formula as seguintes perguntas: *Que é capital? Como esse conceito deve ser desenvolvido?*<sup>512</sup>

Primeiramente, Rosdolsky reproduz a crítica de Marx aos posicionamentos dos economistas da época que entendiam capital ora como **trabalho acumulado** (realizado ou objetivado) nas mercadorias, ora como uma **soma de valores** ou **um valor de troca que reproduz a si próprio** (valor de troca no sentido de “valor” ou

---

510 O capítulo onze de *Gênese* corresponde ao item “Transformação de dinheiro em capital” da sequência *Capítulo do dinheiro como capital – Primeira seção: O processo de produção do capital – Capítulo do capital* dos manuscritos marxianos “Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”, os *Grundrisse* propriamente ditos (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., Sumário).

Em uma observação de pé de página do Capítulo 11 em foco, Roman Rosdolsky esclarece que o tema abordado foi apresentado por Karl Marx em duas versões, tal como ocorreu com o tema do capítulo anterior: uma no próprio manuscritos *Grundrisse* (de 1857/1858), outra no *Fragmento da primeira versão da Contribuição à crítica da economia política* (1858). No referido tópico, Roman utiliza indistintamente as duas versões (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 165).

511 “A palavra ‘capital’ vem do latim *capitale*, derivado de *capitalis* (com o sentido de ‘principal, primeiro, chefe’), que vem do [proto-indo-europeu](https://pt.wikipedia.org/wiki/Proto-indo-europeu) *kaput* significando ‘cabeça’”. A expressão *capitale* surgiu na Itália nos séculos XII/XIII (pelo menos desde 1211) “com o sentido de fundos, conjunto de mercadorias, somas de dinheiro [parte principal de uma quantia investida, excluídos os juros e rendimentos que ela pudesse trazer, digo eu] ou dinheiro com direito a juros. Em 1283 é encontrada referindo-se ao conjunto de bens de uma firma comercial” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo>. Visto em 05.08.2022). De acordo com o *site Dicionário Etimológico*, inicialmente, “o termo significava ‘o que está acima dos outros; principal, dominante’, como se vê ainda hoje, quando dizemos que algo é de capital importância, quando falamos nos sete pecados capitais e quando chamamos de capital a cidade em que fica a sede do governo. [...] Pouco a pouco, com o desenvolvimento da Economia Política, o sentido foi sendo ampliado, até que, no séc. XIX, passou a significar ‘a riqueza considerada como meio de produção’, por oposição ao ‘trabalho’, relação que Karl Marx analisou no clássico *O Capital*” (Disponível em <https://www.dicionarioetimologico.com.br/capital/>. Visto em 05.08.2022). Derivado da expressão “capital”, o vocábulo “capitalista”, por sua vez, foi utilizado em meados do século XVII para fazer referência “aos proprietários de capital”. David Ricardo, na sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), também fez uso da expressão com o mesmo sentido. Daí para frente o termo foi utilizado por vários escritores, como em 1823, pelo poeta inglês [Samuel Taylor Coleridge](https://pt.wikipedia.org/wiki/Samuel_Taylor_Coleridge) (1772-1834) e, em 1840, pelo filósofo socialista “utópico” francês [Pierre-Joseph Proudhon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon) (1809-1865), em seu trabalho *O que é a propriedade?*, associando-o igualmente aos “proprietários de capital”. Oito anos depois, em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895) <sup>[Nota 19]</sup>, na obra *Manifesto do Partido Comunista*, utilizaram a palavra para se reportarem ao “proprietário privado de capital”. Já o vocábulo “capitalismo” surgiu “em 1753 na *Encyclopédia*, com o sentido estrito de ‘estado de quem é rico’”. No entanto, “de acordo com o *Oxford English Dictionary (OED)*, o termo foi usado pela primeira vez [em 1845] pelo escritor indiano [William Makepeace Thackeray](https://pt.wikipedia.org/wiki/William_Makepeace_Thackeray) (1811-1863) em seu trabalho *The Newcomes*”, com o significado de “estado da posse do capital”. Também fizeram uso da expressão o socialista francês [Louis Blanc](https://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Blanc) (1811-1882), no ano de 1850, e, novamente, o filósofo Joseph Proudhon, em 1861. Marx e Engels foram “os primeiros” a utilizar o termo “capitalismo” no sentido de “sistema econômico ou modo de produção”, sendo assim empregado no Livro I (“O processo de produção do capital”) d’*O capital*, em 1867 (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo>. Visto em 05.08.2022).

512 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 165.

valor econômico ou valor intrínseco da mercadoria, volta a observar Rosdolsky como já fizera no capítulo cinco de *Gênese*<sup>513</sup>), ora como **valor que produz lucro** ou que, pelo menos, **é utilizado para produzir lucro**.

Vamos à primeira formulação criticada por Karl Marx. Conforme o filósofo alemão, reproduzindo o que afirmam tais economistas, **capital como trabalho acumulado (realizado)** – ou **trabalho objetivado** – é aquele “que serve de meio para um novo trabalho (produção)”. Diante desse entendimento, de pronto Marx proclama que “é tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital [ao contrário do que sugere a definição refutada, digo eu] como passar diretamente das diversas raças humanas ao banqueiro, ou da natureza à máquina a vapor”.<sup>514</sup>

Indo ao encontro da crítica marxiana, Roman Rosdolsky assinala que tal definição “diz apenas que **capital é um meio de produção**<sup>515</sup>” (grifo nosso), isto é, que

513 Idem, p. 524 Nota 3. Sobre essa observação, reveja a segunda parte da <sup>[Nota 300]</sup>. Do valor de troca das mercadorias no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco, e, por conseguinte da definição de mercadoria e da substância do seu valor (o tempo de trabalho socialmente necessário ou trabalho social ou, ainda, tempo de trabalho abstrato socialmente determinado), tratamos no Capítulo 3 (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”) do Folheto nº 02 deste artigo expositivo, para onde remetemos o leitor. Aliás, além do mencionado capítulo três, consideramos como fundamental para a compreensão dessas categorias, e, por conseguinte, do presente texto, a fixação do conteúdo abordado nos Folhetos nº 04 a 06 também deste artigo.

514 Ibidem, p. 165 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

515 Tendo em vista que neste e nos próximos capítulos deste Folheto as expressões “meios de produção” e “força de trabalho” serão bastantes utilizadas, inclusive relacionadas aos vocábulos “trabalho objetivado” e “trabalho vivo”, respectivamente, tratamos aqui de defini-las em termos gerais, partindo da conceituação dos componentes dos diferentes modos de produção historicamente reconhecidos, de onde derivam. O modo de produção é composto pelas *forças produtivas* e pelas *relações de produção*. A categoria forças produtivas é constituída pela combinação da “força de trabalho humana” com os “meios de produção”. Os meios de produção, por sua vez, formam um conjunto de recursos composto por *meios ou instrumentos de trabalho* e *objetos de trabalho*: os meios ou instrumentos de trabalho são bens e serviços que auxiliam a produção (instalações prediais (fábricas, armazéns, silos etc.), a infraestrutura (abastecimento de água, fornecimento de energia, transportes etc.) e a tecnologia (telecomunicações, conhecimento técnico, ferramentas, máquinas etc.); os objetos de trabalho correspondem aos elementos sobre os quais é aplicado o trabalho humano: matérias-primas de maneira geral (terra, água, jazidas de minérios, látex bruto, petróleo bruto, algodão, carvão, biomassa bruta, minério de ferro, ar, toras de madeira, etc.). Já a força de trabalho humana diz respeito ao número de pessoas com capacidade para participar do processo produtivo, a população economicamente ativa, sendo, o próprio homem, “a principal força produtiva – seu corpo, sua energia, sua inteligência, seu conhecimento” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as\\_produtivas](https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_produtivas). Consultado em 16.08.2022).

Uma vez dispendo-se das forças produtivas (meios de produção e força de trabalho), “é necessário que o homem se organize socialmente para produzir”. E assim se estabelecem as relações de produção, segunda grande categoria do modo de produção. As *Relações de produção* ou as *relações sociais de produção* dizem respeito às “formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material” (referem-se, por exemplo, às “formas de repartição dos produtos (bens de produção ou bens de consumo), à estrutura de classes e ao regime de propriedade dos meios de produção”). Para Marx, as relações de produção nas sociedades de classes são “relações entre classes sociais proprietárias e não proprietárias [dos meios de produção, esclarecemos]”. Nesse sentido, “as relações de propriedade são expressões jurídicas das relações de produção” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_produ%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_de_produ%C3%A7%C3%A3o) e <https://www.infopedia.pt/%24relacoes-de-producao?intlink=true>. Consultado em 16.08.2022). “A História mostra-nos que a um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas corresponde um tipo determinado de ‘relações de produção’, que são o conjunto de relações estabelecidas pelos homens com vista à produção. Os homens, para produzir, ‘estabelecem uns com os outros laços e relações bem determinadas (segundo Marx, necessárias e independentes da sua vontade): o seu contacto com a Natureza, isto é, a produção, só se efetua no quadro destes laços e destas relações sociais. Estas relações sociais que ligam os produtores uns aos outros [...] diferem naturalmente segundo o carácter dos meios de produção. [...] Isto equivale a dizer que as relações sociais segundo as quais os indivíduos produzem, as relações de produção, se alteram e se transformam com a evolução e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas” (Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$relacoes-sociais](https://www.infopedia.pt/$relacoes-sociais). Consultado em 16.08.2022). De acordo com Gerald A. Cohen, “[...] As relações de produção são relações de poder econômico sobre a força de trabalho e os meios de produção, de cujo privilégio alguns gozam, enquanto os demais carecem. Em uma sociedade capitalista, as

qualquer produção atual (que corresponde ao “trabalho vivo” e imediato) pressupõe a utilização do produto de um trabalho anterior (“trabalho morto”, ou seja, “trabalho objetivado” na produção da matéria-prima (objeto de trabalho), do maquinário etc. (instrumento de trabalho) que são utilizados na produção de outros bens)<sup>516</sup>.

De acordo com essa visão, diz Marx, “o capital teria existido em todas as formas de sociedade, o que é evidentemente a-histórico”. Nesse rumo, prossegue o intelectual alemão, “Capital seria um novo nome para algo tão antigo como o gênero humano, pois qualquer trabalho, até mesmo o menos desenvolvido, como a caça e a pesca [trabalho vivo, imediato e atual, digo eu], pressupõe utilizar o produto do trabalho anterior [‘trabalho morto’, digo eu novamente] como meio para realizar o trabalho vivo e imediato”<sup>517</sup>.

Para Karl Marx, a definição em causa concebe capital “*como coisa, não como relação*” (grifo do autor). O filósofo prossegue na sua rejeição: “O *x* da questão é o seguinte: embora todo capital seja trabalho objetivado que serve como meio para uma nova produção, nem todo trabalho objetivado que serve como meio para uma nova produção é capital”<sup>518</sup>. Disse ele no livro *Trabalho assalariado e capital* (1847): “O trabalho acumulado que serve como meio para uma nova produção é capital. Assim dizem os economistas”. Todavia, retruca, “[...] Uma máquina de fiar algodão [trabalho acumulado, digo eu] é uma máquina de fiar algodão. Sob certas condições converte-se em capital. Fora de um certo contexto, não é capital [...]”<sup>519</sup>. Ou seja, quando a máquina de fiar é utilizada como elemento necessário ao trabalho para produzir tecido destinado ao mercado para troca (venda), buscando-se com isso agregar valor à matéria-prima algodão visando lucro, estamos falando do trabalho acumulado na máquina de fiar convertido em capital. Outro contexto bem diferente é quando esta mesma máquina é utilizada para produção de valor de uso do seu proprietário (para atender uma necessidade do dono da máquina de fiar, para consumo próprio), condição em que, e se for o caso, apenas parte do tecido produzido, a produção excedente (que corresponde a apenas uma parte do trabalho acumulado na produção como um todo), será levada ao mercado para troca. Nesse

---

relações de produção incluem o poder econômico que os capitalistas detêm sobre os meios de produção, o poder econômico que os trabalhadores (ao contrário dos escravos) possuem sobre sua própria força de trabalho e a ausência de poder econômico dos trabalhadores sobre os meios de produção” (in COHEN, Gerald A. **Forças produtivas e relações de produção**. Campinas-SP: Crítica Marxista, Unicamp, 2010, p. 65. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie46Dossie2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie46Dossie2.pdf). Consultado em 16.08.2022).

Para Marx, “as relações sociais que os homens estabelecem entre si, e que constituem a sua existência social, decorrem das forças produtivas e dos modos de apropriação dos meios de produção. ‘As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção e ao mudar o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, alteram todas as suas relações sociais’ (Rocher)” (Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$relacoes-sociais](https://www.infopedia.pt/$relacoes-sociais). Visto em 16.08.2022).

516 A partir da posição de Marx, corroborada por Rosdolsky, depreende-se da definição criticada que capital é “trabalho morto”. Acerca do significado de cada um dos tipos de trabalho mencionados no parágrafo (trabalho objetivado e trabalho vivo), além de “trabalho morto”, veja <sup>[Nota 134]</sup>.

517 Desde os primórdios o homem teve que utilizar algum instrumento (machado de pedra, arco e flecha, por exemplo), produto de um trabalho anterior (trabalho morto), como meio para o exercício de um trabalho atual (como caçar e pescar).

518 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 166.

519 Idem, p. 523 Nota 2. Continua Marx, conforme a obra e página referenciadas: “Que é um escravo negro? Um homem de raça negra [...]. Um negro é um negro. Em certas circunstâncias, é convertido em escravo”.

contexto típico (mas não exclusivo) das sociedades pré-capitalistas, a totalidade do trabalho acumulado na máquina de fiar não foi convertido em capital. Não há nesta última relação o objetivo final e determinante de se usar um bem para produzir algo com a finalidade precípua de levá-lo ao mercado a fim de obter valor a mais.

Segundo Marx, na definição em destaque só “se leva em conta a simples matéria do capital [os meios de produção, digo eu] e se abre mão da determinação formal [as condições sociais que levaram o capital (o trabalho humano acumulado, no caso) a ter a forma que adquiriu a partir das relações de produção burguesas ou capitalistas, digo eu novamente], sem a qual não há capital”.<sup>520</sup>

Nessa linha, Marx cita outros exemplos: “[...] o ouro não é dinheiro por si mesmo, nem o açúcar é o preço do açúcar”, tudo depende da relação social que submete a máquina de fiar, o ouro e o açúcar a uma forma distinta de si mesmo. Tal qual o **dinheiro** e o **preço** como se conhece hoje, conforme vimos nos folhetos anteriores, “Também o **capital** é uma **relação social de produção**. É uma relação de produção burguesa, uma relação de produção da sociedade burguesa” (grifo nosso).<sup>521</sup>

No capítulo em comento, Rosdolsky traz outra definição de capital refutada por Marx, qual seja: a “que concebe o capital como ‘**uma soma de valores**’ ou ‘um valor de troca que reproduz a si próprio [valor de troca no sentido de “valor” ou valor econômico ou valor intrínseco da mercadoria, frisamos]’”, e não mais como meio de produção (como “acumulação dos produtos materiais do trabalho [ou como trabalho acumulado, digo eu]”).<sup>522</sup>

Considerando, conforme exposto nos folhetos anteriores, que mercadoria é “valor de uso” e “valor” (ou valor econômico ou valor intrínseco) e que, no caso da economia capitalista, a mercadoria converte-se essencialmente em “valor”, Karl Marx argumenta contra mais essa definição de capital afirmando: “se todo capital é uma soma de mercadorias, ou seja, de valores de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou valor intrínseco, digo eu], nem toda soma de mercadorias, de valores de troca [idem], é capital”. Assim sendo, continua Marx, “[...] Não podemos passar do valor de troca ao capital por adição simples”.

Em nossas palavras: levando em conta a circulação mercantil simples, ou processo vender para comprar, ciclo M-D-M (mas que doravante, neste trabalho, para efeito didático, trataremos como **M<sub>1</sub>-D-M<sub>2</sub>** (M<sub>1</sub>=mercadoria vendida, D=dinheiro e M<sub>2</sub>=outra mercadoria (mercadoria comprada)), no qual se baseiam os economistas criticados por Marx, as mercadorias ou “valores” que participam da circulação simples não podem ser consideradas capital pois elas têm apenas a função de satisfazer as necessidades de quem as adquire – troco a mercadoria que não mais tem valor de uso para mim por dinheiro que utilizo para adquirir uma outra mercadoria que tem valor de uso para mim mas não tem para seu proprietário, operando-se aí apenas uma troca de

520 Ibidem, p. 165.

521 Ibidem, p. 523 Nota 2.

522 Ibidem, p. 166 (Ibidem em relação à redação dos cinco parágrafos seguintes).

mercadoria por mercadoria ( $M_1-M_2$ , ou valor por valor) com a “mediação evanescente [de curta duração, efêmera, digo eu]” do dinheiro, que nessa formulação funciona como mero meio de circulação. Não há que se falar aí em soma de valores ou reprodução de valor mas tão somente em troca de valores equivalentes. No caso, de acordo com Marx, “a circulação serve apenas, por um lado, para que os valores de uso troquem de mãos, de acordo com as necessidades, e por outro para que eles troquem de mãos conforme o tempo de trabalho que representam, [...] na medida em que são momentos equivalentes do tempo de trabalho social geral [do tempo de trabalho abstrato, digo eu]”. Portanto, se todo capital é uma soma de mercadorias, ou seja, de valores, no intercâmbio simples de mercadorias isso não se verifica, uma vez que no final da circulação o que se operou foi apenas uma troca de  $M_1$  por  $M_2$ .

Finalmente, mais uma definição de capital posta pelos economistas e recusada por Marx é trazida por Rosdolsky: a que define “como ‘capital’ **o valor ‘que produz lucro’** ou que, ‘pelo menos, **é utilizado para produzir lucro**” (grifo nosso). Assim como as antecedentes, essa definição não responde à pergunta sobre o que é capital, adianta o autor de *Gênese*. Em Karl Marx, “[...] o lucro é uma relação do capital consigo mesmo”, e, por assim ser, digo eu, não pode ser elemento definidor do capital, pois, no caso, **o lucro pressupõe a existência do capital**. Desse marco, Roman passa especificamente à definição e ao desenvolvimento teórico da categoria capital empreendido por Karl Marx.

Sempre na companhia do pensador alemão, Roman Rosdolsky então avança. Para Marx, “O capital deve ser concebido como um **valor que se amplia**, ou seja, **como um processo**. Para isso, é preciso partir não de uma simples soma de produtos do trabalho [trabalho acumulado, digo eu] ou de valores [mercadorias, digo eu novamente], mas sim, ‘do valor de troca [no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco, digo eu mais uma vez] já desenvolvido no movimento da circulação” (grifo em negrito nosso, grifo em itálico do autor). O que, metodologicamente falando, significa investigar, de partida, as determinações mais abstratas desse movimento da circulação, um movimento típico da sociedade burguesa ou capitalista (que corresponde ao elemento concreto do método marxiano)<sup>523</sup>.

De acordo com exposto no Folheto nº 05, item B, a circulação pode ser entendida como movimento da mercadoria ou movimento do dinheiro, uma vez que ambos os elementos, mercadoria e dinheiro, estão presentes nela: se vendo para comprar, forma  $M_1-D-M_2$ , o que implica no movimento da mercadoria – entrego mercadoria e recebo mercadoria –, posso também comprar para vender, o que corresponde ao movimento do dinheiro – entrego dinheiro e recebo dinheiro – forma  $D-M-D$ , ou  $D_1-M-D_2$  (onde  $D_1$ =dinheiro inicial,  $M$ =mercadoria e  $D_2$ =dinheiro ( $D_1$ ) acrescido pela venda de  $M$ ).

Das duas formas de circulação identificadas, pergunta Rosdolsky, “Em qual delas o valor [cuja medida é expressada no dinheiro, como verificamos em folheto

523 Já nessa passagem podemos perceber a aplicação do método (tomado a Hegel) de ida e vinda do abstrato ao concreto na investigação marxiana de capital, de modo a desvendar as suas (do concreto) determinações. Sobre o referido método, reveja o Folheto nº 02.

anterior] pode converter-se em capital?”. O próprio responde: “Evidentemente não no ciclo M-D-M (circulação mercantil simples)”<sup>524</sup>.

No processo vender para comprar, ou na circulação mercantil simples, o valor da mercadoria (ou valor econômico ou intrínseco), o qual propicia a troca da mercadoria por outra com a mediação do dinheiro, tem no consumo da mercadoria, na realização do seu valor de uso (na troca de  $M_1$  por  $M_2$ ), “o objetivo final e o verdadeiro centro da circulação mercantil simples”, observa Roman Rosdolsky. E esse aspecto, segundo Marx, “diz respeito ao conteúdo (à matéria)” da relação de troca. “Logo”, continua o alemão, “não é nesse aspecto [no valor de uso da mercadoria, digo eu] [...] que devemos buscar as determinações mais desenvolvidas [da relação de troca ou do intercâmbio mercantil, digo eu novamente]”.<sup>525</sup>

Na circulação simples, tanto as mercadorias envolvidas como o dinheiro esgotam os seus papéis, seus valores de uso, suas utilidades – as mercadorias porque consumidas, o dinheiro porque, sendo meio de circulação, foi convertido nas mercadorias intercambiadas. Por isso, nas palavras de Marx replicadas por Roman, “a circulação mercantil simples, a forma M-D-M [ $M_1$ -D- $M_2$ , digo eu], ‘não embute em si o princípio da autorrenovação [da autoampliação, digo eu novamente]’, ‘não pode ser impulsionada a partir de si mesma [...]’”. Ela se esgota com a completude do ciclo  $M_1$ -D- $M_2$ . Para que o processo da circulação simples se repita, diz Marx: “É necessário que, de forma sempre renovada, as mercadorias [incluindo aí o dinheiro, digo eu mais uma vez] sejam colocadas nela [na circulação, digo eu] de fora para dentro, como lenha no fogo. Caso contrário, ela [a circulação, digo eu de novo] se extingue na indiferenciação”.<sup>526</sup>

Portanto, de acordo com Roman Rosdolsky, nas pegadas de Marx, não é na circulação simples, que tem como “objetivo final” e seu “verdadeiro centro” o consumo, a realização do valor de uso da mercadoria, e que por isso diz respeito à **matéria**, “[...] que devemos buscar as determinações mais desenvolvidas” da relação de troca ou do intercâmbio que moldam a sociedade burguesa. Assim, alerta Rosdolsky, “é preciso prestar atenção ao **aspecto formal**” (grifo nosso), nas formas que as categorias presentes de modo embrionário na circulação simples assumem no processo histórico-evolutivo do intercâmbio mercantil.<sup>527</sup>

À medida que o processo de circulação evolui, diz Marx, “O valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria, digo eu] se desenvolve e adquire determinações mais profundas no próprio processo de circulação. Ou seja, é preciso prestar atenção no **desenvolvimento do dinheiro**” (grifo nosso), que aparecerá, sob outra forma, acrescenta Rosdolsky, como “**resultado do processo de**

524 Não obstante, por razões metodológicas, o autor dos *Grundrisse* começa o exame da produção do capital exatamente com a análise da forma simples da circulação mercantil, a qual não contempla o capital. No Capítulo 9 do Folheto nº 06 conhecemos com mais detalhes a razão pela qual o autor dos *Grundrisse* começa o exame da produção do capital com a análise da **circulação mercantil simples** e qual o papel que essa análise desempenha em sua teoria.

525 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 167.

526 Idem, p. 166.

527 Ibidem, p. 167 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

**circulação**” (grifo nosso). Assim se chegará à categoria do **dinheiro como capital**, o dinheiro que “vai mais além de sua determinação simples como dinheiro [isto é, como tesouro, digo eu], sentencia o autor d’*O capital*.”

Indo além da sua determinação simples como dinheiro, a categoria do “dinheiro como capital” constitui “uma transição do valor e do dinheiro para o capital”, conclui Roman Rosdolsky<sup>528</sup>. O dinheiro nessa condição ou forma só realiza um único movimento dotado de sentido, assenta Rosdolsky: “o de **incrementar o valor, multiplicá-lo permanentemente**” (grifo nosso). Sob essa nova forma, conforme Marx, o dinheiro deixa de funcionar como “um mero meio de circulação de mercadorias [...]”<sup>529</sup>.

Quando tratamos das funções do dinheiro na circulação simples (processo vender para comprar (ciclo  $M_1$ -D- $M_2$ )), especificamente da determinação como dinheiro, aprendemos que ele pode até ser entesourado, retirado da circulação (voluntária ou involuntariamente), acumulado, tornando-se, conforme Marx, uma espécie de “meio de circulação suspenso” (ato  $M_1$ -D). Permanecendo, porém, à margem da circulação, “fica tão desprovido de valor como se estivesse sepultado no poço mais profundo de uma mina”, metaforiza o filósofo alemão, não havendo que se falar, no processo de circulação simples, que a acumulação de dinheiro pelo entesouramento gera incremento ou multiplicação de valor, e muito menos que gera enriquecimento. Por assim ser, forçosamente, mais cedo ou mais tarde, terá que retornar à circulação (ato D- $M_2$ ) e quando isso acontece “o valor nele contido [que mantém a mesma magnitude de antes do entesouramento, digo eu] se dissipa nos valores de uso das mercadorias pelas quais é trocado”, voltando “a ser mero meio de circulação”, completando-se, assim, o ciclo  $M_1$ -D- $M_2$ .

Como pudemos observar, no processo vender para comprar “não ocorre uma verdadeira criação ou incremento do valor, mesmo se o dinheiro subtraído da circulação é entesourado”, ratifica Rosdolsky. **Na circulação simples, o dinheiro, seja como medida do valor, seja como meio de circulação ou como tesouro, não cria nem incrementa o valor.** Se o dinheiro atua como medida do valor ele é tão somente a expressão do valor da mercadoria (expressão do tempo de trabalho abstrato) que no dinheiro é representado pelo

528 A propósito, cremos necessário fazer um apontamento sobre o que verificamos nesta altura do capítulo onze de *Gênese* e que nos pareceu ser uma divergência de Roman Rosdolsky ao que Marx dispõe quanto ao não enquadramento do “dinheiro como capital” na terceira determinação do dinheiro (o “dinheiro como dinheiro”). Roman deixa claro seu entendimento ao expressar que, “evidentemente, trata-se do dinheiro em sua terceira determinação” (Ibidem, p. 167). Inclusive discorre sobre a categoria do “dinheiro como capital” assumindo tal posição, embora lance mão da argumentação de Marx ao desenvolver o conceito da categoria em si. Já para o filósofo alemão, com não menos clareza, “*O dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro” (grifo do autor); e diz mais: “[...] Seja como for, o *dinheiro como capital* se diferencia do *dinheiro como dinheiro*. É necessário desenvolver a nova determinação” (grifo do autor) (Ibidem, p. 524 Nota 11). Por não identificar prejuízo para o desenvolvimento do tema, visto que Rosdolsky utiliza, como dissemos, a argumentação de Marx sobre a definição e o desenvolvimento da categoria em si, optamos por desconsiderar no decorrer da reprodução do capítulo as menções do autor de *Gênese* à identificação da categoria em causa com a referida terceira dimensão do dinheiro.

529 De acordo com o apresentado no Folheto nº 05 (onde versamos sobre as funções do dinheiro), como meio de circulação o dinheiro apenas propicia o intercâmbio de uma mercadoria por outra (ciclo completo  $M_1$ -D- $M_2$ ) – não cria nem multiplica valor; como tesouro, o dinheiro é retirado da circulação e passa a figurar como um “meio de circulação suspenso”, acumulado ou entesourado (ato  $M_1$ -D do ciclo completo), e igualmente não cria nem multiplica valor.

preço. Se atua como meio de circulação apenas é trocado por uma mercadoria equivalente que se destina, por sua vez, ao consumo imediato. Se é entesourado, simplesmente é represado, retirado da circulação, voluntária ou involuntariamente (“[...] A mesma magnitude de valor que antes existia sob a forma de mercadoria existe agora sob a de dinheiro; ela se acumula nesta última forma porque se renuncia a ela na outra [...]”, arremata o filósofo alemão). Portanto, no que se refere à circulação simples, Roman Rosdolsky conclui: “Na forma M-D-M [ou  $M_1$ -D- $M_2$ , digo eu], o dinheiro perde, ao fim e ao cabo, sua autonomia e sua perenidade, tenha entrado ou não na circulação”.

Em sendo assim, Rosdolsky pergunta: quais as condições necessárias para que o dinheiro **se conserve** e ao mesmo tempo **se multiplique** “como valor independente, sem dissipar-se como mero meio de circulação e sem coagular-se como tesouro?”. Afinal, na lição de Marx, “como **forma universal da riqueza**<sup>530</sup> [...] o dinheiro só pode fazer um movimento quantitativo: **acrescentar-se** [...]; e só se preserva como **algo distinto do valor de uso**, como **valor**, ao se **multiplicar**” (grifo nosso).<sup>531</sup>

Decerto, não é no processo vender para comprar, na circulação mercantil simples, que teremos a resposta. Somente no **processo comprar para vender**, na **circulação mercantil capitalista**, representado pelo ciclo  $D_1$ -M- $D_2$ , é que encontramos presentes as condições necessárias que respondem a indagação posta.

Diz Karl Marx: para que o dinheiro “se preserve como dinheiro [mas se multiplique e assim crie valor a mais ( $D_2$ ), digo eu], ele tem de reingressar na circulação, tal como havia saído dela, mas não [reingressando, digo eu novamente] como simples meio de circulação [...]”. Em se tratando, desta feita, do processo comprar para vender, para que o dinheiro se preserve como dinheiro ele tem que ingressar e sair da circulação (ato  $D_1$ -M), reingressar nela e aí permanecer para acrescentar-se (ciclo completo  $D_1$ -M- $D_2$ ). Esse movimento lhe confere uma outra forma<sup>532</sup>. Perceba que aqui Marx chega ao processo comprar para vender tratando primeiramente do aspecto da conservação do dinheiro como dinheiro, porém não como um simples “tesouro”, mas como potencial criador e incrementador de valor – um dinheiro que se reproduz. E assim Rosdolsky conclui: “o ilimitado impulso de crescimento do valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu] só pode converter-se [...] em uma realidade viva sob a **forma de capital**” (grifo nosso), isto é, como **dinheiro que produz a si mesmo**.

Como a mercadoria chega ao mercado na forma de “valor” ou valor econômico ou intrínseco (ou na forma de “valor de troca”, como Marx opta intencionalmente por denominar em várias passagens da sua análise, conforme

530 O dinheiro é qualitativamente e segundo a sua forma desprovido de limites, ou seja, ele é o *representante universal da riqueza material*, “pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria”. Porém, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, cada soma de dinheiro real “é quantitativamente limitada, sendo, por isso, apenas um meio de compra de eficácia limitada” (in MARX, Karl Heinrich. **O capital**. Op. cit., p. 206).

531 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 168 (Idem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

532 Ao trabalhar com a categoria dinheiro como algo que se movimenta saindo, reingressando e permanecendo na relação de troca, o que lhe confere uma forma distinta da anterior (a circulação simples), Roman identifica mais um “eco” da influência de Hegel em Marx (Ibidem, p. 525 Nota 19).



mencionamos neste escrito), **a própria circulação** (porém não mais a circulação mercantil simples) deve revelar-se, segundo Marx, “como **um momento na produção dos valores de troca** [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu mais uma vez]” (grifo nosso), como “**um elo no processo de conservação e multiplicação desses valores**” (grifo nosso), complementa Rosdolsky.

Nesse sentido, em conformidade com o autor de *Gênese*, para criar e incrementar valor a mercadoria deve chegar ao mercado orientada “não para a fruição imediata, mas para a **reprodução e nova produção de valores**” (grifo nosso). O consumo, nessas condições deve ser “**um consumo produtivo**” (grifo nosso), voltado para a criação de **valor a mais**. Somente nessas condições, ou seja, “quando o ciclo M-D-M [ato vender para comprar, digo eu] se transforma no ciclo D-M-D [ato comprar para vender, frisamos], **o dinheiro pode converter-se em capital**, um valor que se **mantém** e se **reproduz**” (grifo nosso). O capitalista não está interessado em ir ao mercado com sua mercadoria para satisfazer uma ou outra necessidade de consumo, trocando um não valor de uso (sua mercadoria) por um valor de uso (mercadoria alheia), ciclo  $M_1-D-M_2$ , mas sim para obter valor, valor a mais, ciclo  $D_1-M-D_2$ .

De acordo com os ensinamentos marxianos apresentados no capítulo ora em comento, sendo o dinheiro a forma universal da riqueza material, porque imediatamente convertível em qualquer mercadoria, o **capital** é definido “como **representante da forma universal da riqueza – o dinheiro**”.<sup>533</sup>

O capital assim definido como **representante do dinheiro**, como um valor que se **amplia**, que se **reproduz**, uma **relação social**, um **processo**, “constitui o impulso desenfreado de passar por cima de suas próprias barreiras<sup>534</sup>. Caso contrário, deixaria de ser capital, **dinheiro que produz a si mesmo**. Tão logo deixasse de sentir determinado limite como uma barreira, tão logo se sentisse à vontade dentro dele [desse limite, digo eu], seria rebaixado de valor de troca a valor de uso, de forma universal da riqueza a determinada existência material dela [ou seja, de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco seria rebaixado a mero meio de circulação, a mero mediador da relação de troca, convertendo-se na mercadoria adquirida com sua mediação, digo eu mais uma vez]<sup>535</sup>”.

Dito isso, após a descrição do desenvolvimento do conceito de capital,

533 Ibidem, p. 525 Nota 20 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

534 Nesta oportunidade remetemos o leitor ao nosso texto “[Arrazoado e sinopse de O capital](#)”, páginas 13 a 15, onde apresentamos, embora ainda de maneira incipiente, a definição marxiana de capital em um aspecto mais amplo e geral (pois, como sabemos, o conteúdo de *Gênese*, objeto deste artigo, refere-se aos primeiros manuscritos de Marx da crítica da economia política capitalista, onde as categorias consideradas aparecem conceitualmente ainda em desenvolvimento).

535 Nesse comentário Roman Rosdolsky observa que “a diferença conceitual entre ‘limite’ e ‘barreira’ foi tomada de Hegel” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 525 Nota 20). Por oportuno, cabe o registro de que o disposto no parágrafo em Nota nos remete às distintas formas que o capital assumiu ao longo do tempo no esforço de ultrapassar seus próprios obstáculos, as quais correspondem às diferentes fases conhecidas do modo de produção capitalista, o que, a nosso ver, só comprova a incrível precisão da constatação de Karl Marx relativa à essência do capital feita há mais de um século e meio: Capitalismo Comercial ou Mercantil, também denominado por alguns estudiosos de “pré-capitalismo” (do século XV/XVI (Era dos Descobrimentos ou das Grandes Navegações) ao XVIII), Capitalismo Industrial (meados do século XVIII ao XIX), Capitalismo Financeiro ou Monopolista (século XX/XXI) e a fase que alguns identificam, conquanto em formação, como Capitalismo Informacional ou Cognitivo ou, ainda, de Plataformas (século XXI).

Rosdolsky avança para o tema principal do capítulo em foco: a **transformação do dinheiro em capital** – como se dá a transformação do ciclo  $M_1-D-M_2$  (circulação mercantil simples) no ciclo  $D_1-M-D_2$  (circulação mercantil capitalista)?

O autor de *Gênese* expõe: na condição de dinheiro que produz a si mesmo, “É preciso especificar o valor de uso [do capital, digo eu] cujo consumo deve revelar-se ao mesmo tempo como **produção de valor e mais-valia**<sup>536</sup>” (grifo nosso). Continua Roman agora com Marx, “O capital é, por natureza, um valor que ‘cria mais-valia’ [‘um valor ativo’, diz Marx<sup>537</sup>]. Logo, diante dele [isto é, diante da sua própria condição de valor ativo, digo eu], só pode sustentar-se ‘como valor de uso, isto é, como algo útil [ao próprio capital, digo eu novamente], [...] aquilo que o multiplica, que o reproduz, e que portanto o conserva; [...] não um artigo de consumo no qual ele [“o capital”, diz Rosdolsky] se perde, mas sim [...] por meio do qual se conserva e cresce”<sup>538</sup>. Um valor de uso “a partir do qual se origina, se produz e se multiplica o próprio valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria, digo eu]<sup>539</sup>”. **O trabalho é esse valor de uso.**

Visto que capital, como “valor tornado autônomo”, prescreve Marx,

536 Grosso modo, pois também trataremos detalhadamente desta categoria no decorrer da nossa **Expedição**, *Mehrwert* – em português, *mais-valia* (ou *mais-valor*, segundo alguns autores) – é o termo empregado por Karl Marx para expressar “a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho”; este último, considerado por Marx, como a “*base do lucro no sistema capitalista*” (grifo nosso) (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-valia>. Visto em 17.08.2022). Assim, “A lei da mais-valia é a forma que se manifesta no capitalismo a *lei do valor*” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_do\\_valor](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_valor). Visto em 17.08.2022). “Ao analisar a gênese do lucro capitalista, Marx toma como ponto de partida as categorias da Escola Clássica Inglesa: Adam Smith havia observado que o trabalho incorporado em uma mercadoria (o seu custo de produção em termos de salários) era inferior ao ‘trabalho comandado’ (aquilo que a mercadoria podia, uma vez vendida, ‘comprar’ em termos de horas de trabalho). Para Smith, esta discrepância é que explicava a existência do lucro, mas não suas causas. Adam Smith considerava que o lucro estava associado à propriedade privada do capital. Uma das saídas que Smith considera é que lucro é proveniente da oferta e da procura. Ou seja, o lucro é criado pelo mercado. Distancia o lucro (riqueza) do processo de trabalho”. Já para David Ricardo “o salário gravita sempre em torno dos seus níveis ‘naturais’ – isto é, de um mínimo de subsistência fisiológica. Caso, em função de uma escassez de mão de obra, o salário subisse além do nível natural, os operários se reproduziriam de tal forma que a oferta excessiva de trabalho deprimiria de novo os salários ao mesmo nível natural. Para Ricardo, o lucro acabava sendo simplesmente um ‘resíduo’ – aquilo que sobrava como renda do empresário depois de pagos os salários de subsistência e as rendas da terra [...]” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-valia>. Consultado em 17.08.2022).

Teoricamente, Marx divide a categoria do mais-valor ou mais-valia em *mais-valor absoluto* e *mais-valor relativo*. De acordo com Louis Althusser, o mais-valor absoluto “diz respeito à *duração da jornada de trabalho*” (grifo nosso), sendo “obtido ou a despeito da legislação existente”, o que significa não respeitá-la, ou “[...], por intermédio da legislação existente, onde as horas extras [por exemplo, digo eu] permitem aos capitalistas extrair o máximo de lucro da ‘produtividade’” (in MARX, Karl Heinrich. **O capital. Livro I**. Op. cit., p. 46 (texto “Advertência aos leitores do Livro I d’*O capital*”). Já o *mais-valor relativo*, ainda com Althusser (Idem, p. 46 e 47), diz respeito “à *intensificação da mecanização da produção* (industrial e agrícola) e, portanto, ao crescimento da produtividade que daí resulta. A automação é a sua tendência atual. Produzir o máximo de mercadorias pelo preço mais baixo, para extrair daí o máximo lucro, é a tendência irresistível do capitalismo. Naturalmente, ela vem junto com uma exploração crescente da força de trabalho” (grifo nosso), sentencia. O referido filósofo marxista francês relata que a “revolução ininterrupta dos meios de produção”, sobretudo nos instrumentos de produção (tecnologia), que faz parte, aliás, da história do capitalismo, “tem efeitos precisos no agravamento da exploração da força de trabalho (aceleração do ritmo de trabalho, supressão de empregos e postos de trabalho), não apenas para os proletários, mas também para os trabalhadores assalariados não proletários, inclusive para certos técnicos, até mesmo de alto escalão, que ‘não estão mais atualizados’ com o progresso técnico e, portanto, não têm mais valor de mercado: daí o desemprego subsequente”, e a [precarização do trabalho](#), no caso, principalmente, das camadas menos ou não especializadas da força de trabalho, digo eu.

537 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 525 Nota 23.

538 Idem, p. 168.

539 Ibidem, p. 169.

só se realiza em um valor de uso que o multiplica, o reproduz e o conserva, o dinheiro convertido em capital “é indiferente às particularidades de todas as mercadorias e [...] pode adotar a forma de qualquer mercadoria”. O capital, assim, Marx prossegue, “não é esta ou aquela mercadoria, pois pode metamorfosear-se em qualquer uma delas”.<sup>540</sup>

Considerando, conforme o filósofo alemão, que “As mercadorias, como um todo, não excluem o dinheiro; ao contrário, apresentam-se [no mercado, digo eu] como encarnações suas [ou seja, apresentam-se encarnadas no dinheiro, digo eu novamente]”, no intercâmbio, “[...] a mercadoria, assim como o dinheiro, só vale como trabalho objetivado [como trabalho abstrato objetivado, digo eu mais uma vez]”.<sup>541</sup>

Nesse aspecto, assinala Rosdolsky, “não há diferença de princípio entre as mercadorias e o dinheiro transformado em capital”, pois ambos são **trabalho objetivado**<sup>542</sup>. Entretanto, antes de se ter trabalho objetivado se tem trabalho vivo e este, de acordo com Marx, “só pode existir como sujeito vivo, como capacidade e possibilidade, portanto como *trabalhador*” (grifo do autor). Em consequência, deduz Roman Rosdolsky ancorado em Marx, “o trabalho é o único valor de uso ‘que pode se **opor e complementar** o dinheiro como capital’” (grifo nosso).<sup>543</sup>

Desse modo, prescreve Karl Marx, “**O único intercâmbio que permite ao dinheiro transformar-se em capital é o que estabelece o possuidor do dinheiro** [capitalista, digo eu] **com o possuidor da capacidade viva de trabalho**<sup>544</sup>, isto é o **trabalhador** [relação que deriva do processo de separação entre capital e trabalho, e a exploração deste por aquele, características essenciais do modo de produção capitalista, digo eu]”. Nesse sentido, Roman Rosdolsky define “o **trabalho vivo como o valor de uso do capital**, como o ‘verdadeiro não capital’ que se opõe ao capital como tal<sup>545</sup>”.

Como o próprio Marx destaca nos *Grundrisse* (e também no Livro I d’*O capital*), segundo Rosdolsky, “a transformação do dinheiro em capital [...] ‘se desenvolve a partir da relação que se estabelece entre o valor de troca [no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco, digo eu] que se tornou autônomo e o valor de uso [a utilidade de multiplicar-se, reproduzir e conservar-se, conforme

540 Ibidem, p. 168.

541 Ibidem, p. 168 e 169.

542 Revisando: mercadoria, na condição de valor ou valor econômico ou intrínseco, é o tempo de trabalho abstrato objetivado, materializado nela; na condição de valor de uso, é a utilidade para satisfazer necessidades humanas. O dinheiro, por sua vez, é a medida do valor ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria, a medida do tempo de trabalho abstrato objetivado na mercadoria. Preço, finalmente, é a expressão do valor ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria – do tempo de trabalho abstrato objetivado – medido pelo dinheiro.

543 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 169 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

544 Nesse ponto, Rosdolsky faz a observação que Marx, nos manuscritos de 1857/58, *Grundrisse*, ainda não emprega a expressão “força de trabalho”, o que vai fazer posteriormente, mas sim “capacidade ou faculdade de trabalho” (Ibidem, p. 525 Nota 26).

545 Para Marx, “O trabalho, colocado como *não capital* como tal, é: (1) [...] não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto material”. É o trabalho “dissociado de todos os meios de trabalho e objetos de trabalho, de toda sua objetividade [...], existência puramente subjetiva do trabalho”; (2) sendo o trabalho, nessa condição, “a fonte viva do valor” (“para os capitalistas”, acrescenta Rosdolsky), e portanto a “possibilidade universal da riqueza [...] como atividade”, continua Marx, ambas formulações “se condicionam reciprocamente e decorrem da natureza do trabalho, já que este, como antítese, como existência contraditória do capital, está pressuposto pelo capital e, ao mesmo tempo, pressupõe o capital” (Ibidem, p. 525 Nota 28). Voltaremos ao assunto quando do nosso estudo direto dos *Grundrisse* propriamente ditos.

visto anteriormente]”<sup>546</sup>. Ou seja, a transformação do dinheiro em capital é desenvolvida a partir da relação que se estabelece entre o **valor da força de trabalho** (adquirida pelo capitalista em troca de dinheiro na forma salário) e a sua **utilização pelo capital** para criar e multiplicar valor.

Essa é a primeira premissa da relação do capital, acrescenta Rosdolsky ancorado em Marx: por um lado tem “o fato de que o proprietário do dinheiro, o capitalista, pode trocar seu dinheiro ‘pela capacidade alheia de trabalho [ou força de trabalho, digo eu], transformada em mercadoria’”; por outro, “O trabalhador, por sua vez, ‘dispõe de sua capacidade de trabalho como proprietário livre e a trata como mercadoria [já que a vende ao capitalista, digo eu]”, além do que, nessa condição, já não dispõe do produto do seu trabalho, ou, como diz Marx, “já não dispõe de seu trabalho na forma de outra mercadoria, de trabalho objetivado [aquilo que produziu não lhe pertence, mas sim ao proprietário dos meios de produção, ao capitalista que adquiriu dele a capacidade ou força de trabalho, digo eu]”. A única mercadoria “que tem para colocar à venda é sua capacidade de trabalho [sua força de trabalho, repetimos], existente em seu próprio corpo vivo”, sentencia o filósofo alemão.

Não esqueçamos que o desenvolvimento marxiano do conceito geral de capital parte das determinações menos complexas da circulação mercantil simples, do processo vender para comprar representado pela sequência  $M_1-D-M_2$ . Como visto até aqui, “o intercâmbio entre capital e trabalho [...] é apenas uma relação de dinheiro e mercadoria [a capacidade viva de trabalho ou força de trabalho, digo eu novamente]”, pois, conforme o filósofo alemão, o que aí ocorre “não é o intercâmbio entre dinheiro e trabalho, mas sim entre dinheiro e capacidade viva de trabalho” – a venda pelo trabalhador da sua mercadoria força de trabalho para o capitalista em troca de salário com o qual adquire mercadoria (ato  $M_1-D-M_2$ ).<sup>547</sup>

Porém, esse intercâmbio não se limita à circulação simples, ele vai além, analisa Rosdolsky: “o que impulsiona esse intercâmbio, sucessivamente, para mais além dos limite da circulação simples é o valor de uso específico do que foi intercambiado, o valor de uso da capacidade viva do trabalho”, a utilidade de reproduzir valor, de produzir valor a mais, digo eu.

Importante lembrar que na circulação simples de mercadorias o valor de uso não interferia no conteúdo da relação de troca como algo externo a ela, não afetava a forma da relação: o sujeito *A* troca sua mercadoria não valor de uso para ele por outra mercadoria não valor de uso para seu proprietário – o sujeito *B* –, de modo a satisfazer as

546 No cotejo entre o apresentado nos manuscritos *Grundrisse* de 1857/58 e no Livro I d’*O capital*, Roman Rosdolsky afirma que a solução de Marx sobre o tema é a mesma, pontuando que “A diferença é que ali [em *O capital*, digo eu] a solução aparece em forma acabada, omitindo-se os passos intermediários que conduzem a ela, enquanto aqui [nos manuscritos de 57/58, digo eu novamente] podemos observá-la, por assim dizer, *in statu nascendi* [no estado de nascença, traduzimos]”. Ademais, completa Roman, ambas soluções “resultam do método dialético de Marx [...]. A diferença está apenas no modo de exposição”. Ainda sobre o método, de acordo com Rosdolsky, a solução marxiana para o problema da formação do capital não se restringe ao “desenvolvimento dialético de conceitos. Ela se baseia igualmente em uma profunda análise das condições históricas concretas que conduziram à formação do modo capitalista de produção” (Ibidem, p. 169).

547 Ibidem, p. 170 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

diferentes necessidades naturais de ambos. E isso ocorreu em todos estágios da evolução histórica do intercâmbio (salvo no primeiro estágio)<sup>548</sup>. Mas no intercâmbio entre capital e trabalho verifica-se o contrário, explica Marx, “o valor de uso do que é trocado pelo dinheiro define uma relação econômica especial” (grifo do autor). Trata-se, continua ele, de “um momento econômico essencial”. Aqui têm lugar, na verdade, prossegue o filósofo, “dois processos diferentes – e até opostos – não só do ponto de vista formal [do ponto de vista da sua forma, digo eu], mas também qualitativo [do ponto de vista do seu conteúdo, digo eu novamente]”, assim enumerados por Roman: “(1) o **intercâmbio da capacidade de trabalho pelo salário** (ato que cabe dentro da circulação simples) e (2) o **uso da capacidade de trabalho pelo capitalista**<sup>549</sup>”.

Explicitando os dois atos, Karl Marx aponta que o primeiro processo “é um intercâmbio e pertence inteiramente ao processo habitual de circulação [no qual o trabalhador vende sua força de trabalho (mercadoria do trabalhador) ao capitalista em troca de salário, ato  $M_1-D$  da circulação mercantil simples, frisamos]; o segundo é um processo qualitativamente diferente, e só por abuso pode ser considerado como intercâmbio, seja de que tipo for. Contrapõe-se diretamente ao intercâmbio [‘de mercadorias’, acrescenta Rosdolsky]” (grifo do autor); é uma “categoria essencialmente diferente”.<sup>550</sup>

Em nossas palavras, o segundo ato expressa não um intercâmbio mas sim a utilização de uma mercadoria (no caso a força de trabalho) para produzir uma mercadoria com valor agregado – um “processo específico de apropriação do trabalho por parte do capital”. Neste segundo ato o dinheiro não mais desempenha o papel de intermediário entre mercadorias, esse papel ele desempenhou no primeiro ato.

Da junção dos dois processos tem-se o **processo do intercâmbio mercantil capitalista comprar para vender**, típico das sociedades burguesas, retratado pela sequência  $D_1-M-D_2$  – a **transformação da forma de circulação  $M_1-D-M_2$  na forma  $D_1-M-D_2$** . Ou seja, o capitalista adquire força de trabalho e entrega salário ao trabalhador (ato  $M_1-D$  da circulação mercantil simples) para que este produza valor para o capitalista (ato  $D_1-M$  da circulação mercantil capitalista) na forma de dinheiro convertido em capital (na forma de dinheiro que produz a si mesmo, ato  $M-D_2$  da circulação capitalista). “No curso dessa transformação, o **dinheiro converteu-se em capital** [forma completa  $D_1-M-D_2$ , ilustramos]” (grifo nosso), arremata Rosdolsky.

Enquanto na circulação mercantil simples a mercadoria ( $M_1$ ) se transforma em dinheiro ( $D$ ) e este em outra mercadoria ( $M_2$ ), realizando-se no final a troca de  $M_1$  por  $M_2$  por meio de  $D$ , em cuja relação as duas categorias apenas transitam de uma forma a outra, na circulação mercantil capitalista o dinheiro como meio de circulação das mercadorias entra e sai de cena (ato  $D_1-M$ ) e é substituído pelo

548 [Nota 322].

549 Ato que se situa fora do intercâmbio simples entre capital e trabalho, como veremos no capítulo seguinte. Na circulação mercantil capitalista a criação de valor a mais e sua multiplicação não se dão na própria circulação, mas à margem dela.

550 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 171 (Idem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

dinheiro como capital (ato M-D<sub>2</sub>). Nessa condição, não mais apenas viabiliza o intercâmbio, mas agora e essencialmente produz, conserva e multiplica valor num movimento contínuo: **“Assim, no capital, o dinheiro perdeu sua rigidez; de objeto tangível [moeda, por exemplo, digo eu], passou a ser processo”**<sup>551</sup>.

Antes, na etapa da circulação simples de mercadorias (ciclo M<sub>1</sub>-D-M<sub>2</sub>), a premissa do intercâmbio, segundo Marx, era a produção “que só criava valores de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria, digo eu] como excedentes [visto que só se trocava aquilo que não era valor de uso para seu proprietário, digo eu novamente]”, valor este que corresponde, como vimos em folhetos anteriores, ao **tempo de trabalho social** (ou **tempo de trabalho abstrato**) encarnado nas mercadorias que ingressavam na circulação; “agora”, no processo comprar para vender, que corresponde ao ciclo D<sub>1</sub>-M-D<sub>2</sub>, à circulação mercantil capitalista, “a própria circulação retorna à atividade que cria e produz o valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu mais uma vez] [...] como seu fundamento” e, ao mesmo tempo, “como seu resultado”, fazendo com que o dinheiro, que antes na circulação servia como meio de troca, passe a ser produtor de valor a mais se transformando em capital. Essa produção de valores [ou valores econômicos ou intrínsecos, ou ainda “valores de troca”, como Marx opta intencionalmente por denominar, mas com ressalva, conforme já mencionado, lembramos] “se converte na forma social decisiva, que domina todo o sistema de produção”, observa Roman Rosdolsky.

“Mas, o capital”, crava Marx, “só adquire essa característica sugando continuamente, como um vampiro, o trabalho vivo, substância que o anima”, ou, dizendo o mesmo mas de outro modo, de acordo com o que extrai Roman Rosdolsky, desta feita do Livro I d’*O capital*, “O capital é trabalho morto que, como um vampiro, só se reanima ao sugar trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga”<sup>552</sup>.

Não obstante a construção teórica e o desenvolvimento conceitual empreendido, Marx enfatiza que o fato essencial de o capitalista buscar, e encontrar, “no mercado de trabalho, no espaço da circulação, a capacidade de trabalho [ou força de trabalho, frisamos] transformada em mercadoria [...] é o resultado de um largo processo histórico, é a síntese de muitas reviravoltas econômicas. Pressupõe o declínio de outros modos de produção [...] e determinado desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (grifo nosso)<sup>553</sup>. “Um **processo histórico** [e **dialético**, digo eu] cuja expressão teórica é a categoria do **‘dinheiro como capital’**” (grifo nosso)<sup>554</sup>.

Em uma síntese do exposto, vimos que no transcorrer do processo histórico de evolução do intercâmbio mercantil o então produtor de mercadorias se viu expropriado

551 Prescreve Marx: “Do ponto de vista do capital, o dinheiro e a mercadoria, assim como a própria circulação simples, só existem como momentos abstratos particulares de sua existência [como determinações de sua existência concreta, digo eu]. O capital aparece neles [nesses momentos, digo eu novamente] constantemente, passando de uma forma a outra, na mesma medida em que desaparece” (Ibidem, p. 171).

552 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 526 Nota 40.

553 Idem, p. 169 e 170;

554 Ibidem, p. 171.

dos meios de produção que se deslocaram para as mãos do detentor do dinheiro, ou capitalista, restando àquele produtor, para que possa viver e sobreviver, apenas a alternativa de ofertar, em troca de salário, ao agora proprietário dos meios de produção, sua capacidade produtiva, força de trabalho, da qual continua sendo proprietário, transformando-se em trabalhador assalariado. Sendo a força de trabalho, nessas condições, uma mercadoria, posto que passa a ser transacionada tal qual as demais mercadorias, na perspectiva do trabalhador esse intercâmbio é representado pelo ato da circulação simples de mercadorias (processo vender para comprar), definido pela sequência  $M_1-D-M_2$ , na qual a força de trabalho ( $M_1$ ), propriedade do trabalhador, é trocada por dinheiro, propriedade do capitalista, na forma de salário ( $D$ ), com o qual adquire mercadoria ( $M_2$ ) para satisfazer suas necessidades de subsistência.

Porém, com desenvolvimento histórico do intercâmbio de mercadorias, quando não mais se troca apenas o excedente, a circulação simples não consegue explicar o surgimento da mercadoria ( $M_2$ ) adquirida pelo trabalhador, e não poderia mesmo explicar, pois ela decorre de uma nova forma de relação econômica que para ser entendida deve ser observada pela ótica do proprietário dos meios de produção, do capitalista, e não mais pela perspectiva do trabalhador. Trata-se de uma relação cujo objetivo fundamental e único é a criação, reprodução e incremento de valores de troca (no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria). Estamos a falar do **processo comprar para vender**, da **circulação mercantil capitalista**, cuja finalidade única é a produção e circulação direcionada ao mercado, à venda de mercadorias, **visando valor a mais**. Desse modo, essa nova forma de circulação mercantil segue o ciclo definido pela sequência  $D_1-M-D_2$ , um ciclo oposto ao da circulação simples, assim descrito: o detentor dos meios de produção, **detentor de capital**, ao adquirir, com o dinheiro que possui ( $D_1$ ), a **capacidade viva de trabalho** ( $M$ ) – a mercadoria força de trabalho –, apropria-se e utiliza-se dela para com a venda do produto desse trabalho (na forma de trabalho objetivado em  $M$ ) auferir valor a mais ( $D_2$ ), caso contrário o capitalista teria prejuízo<sup>555</sup>. Da relação entre capital e trabalho trataremos a seguir.

---

555 No capítulo onze de “Gênese e estrutura de *O capital*” que acabamos de reproduzir, o autor apenas em pouquíssimos momentos inclui alguma menção à mais-valia ou mais-valor. Claramente, ao investigar a transformação do dinheiro em capital, Marx está preocupado com o desenvolvimento desse processo e em conceituar a categoria capital. Nos três capítulos seguintes, todos reproduzidos neste Folheto nº 07, Rosdolsky dedica-se ao aprofundamento da análise do intercâmbio entre capital e força de trabalho, do processo de trabalho e processo de valorização, e, por fim, da criação e conservação do valor no processo de produção (capital variável e capital constante) para, só depois, adentrar na que considera “principal categoria do sistema marxiano, a categoria que, nas palavras de Engels, estava destinada a ‘subverter a economia’ tradicional ‘e que oferece [...] a chave para se compreender toda a produção capitalista’: a mais-valia [ou mais-valor, digo eu]”, ou, como se fala coloquialmente, o “lucro” no modo de produção capitalista (Ibidem, p. 191).

## Capítulo 12 – O intercâmbio entre capital e força de trabalho<sup>556</sup>

Da investigação marxiana de como se deu a transformação do dinheiro em capital, exposta no capítulo anterior, foi destacada a existência de dois processos distintos no **intercâmbio entre capital e trabalho**. Na perspectiva do trabalhador, recapitula Roman Rosdolsky, esse intercâmbio se restringe “à **venda de sua força de trabalho em troca de uma soma em dinheiro, o salário**” (grifo nosso). No mesmo intercâmbio, agora na perspectiva do capitalista (proprietário dos meios de produção), verifica-se o “oposto”: “**o capital adquire o próprio trabalho, ‘a força produtiva que conversa e multiplica o capital’**” (grifo nosso).<sup>557</sup>

A partir dessas duas perspectivas distintas, Rosdolsky faz uma observação fundamental: “essa força [produtiva, ressaltamos] não surge do valor da mercadoria comprada [valor econômico ou intrínseco da força de trabalho em si, digo eu], mas sim do **valor de uso** desta [ou seja, surge da utilização da força de trabalho para produzir valor a mais, digo eu novamente]” (grifo nosso).

Para o trabalhador o intercâmbio entre capital e trabalho “é um ato de **circulação mercantil simples**, no qual sua mercadoria (força de trabalho) percorre a forma de circulação **M-D-M** [ou ato  $M_1-D-M_2$ , **processo vender para comprar** – o trabalhador vende força de trabalho e recebe salário ( $M_1-D$ ), com o qual adquire mercadoria para satisfazer suas necessidades de subsistência ( $D-M_2$ ), lembramos]” (grifo nosso). Já o capital percorre caminho diverso, “definido pela forma **D-M-D** [ou ato  $D_1-M-D_2$ , **circulação mercantil capitalista** ou **processo comprar para vender** – o capitalista adquire a mercadoria força de trabalho ( $D_1-M$ ) para empregá-la na produção de outra mercadoria visando receber valor a mais, ou mais dinheiro ( $M-D_2$ ), acrescentamos]” (grifo nosso).

Do lado do trabalhador, prossegue o autor de *Gênese* reproduzindo Marx, trata-se “de um **intercâmbio de equivalentes** (força de trabalho por preço do trabalho), enquanto por parte do capital só se pode falar de um **intercâmbio aparente** (ou mesmo de um ‘**não intercâmbio**’), pois através dele o capitalista ‘deve receber mais valor do que aquele que entregou [ao trabalhador, na forma de salário, digo eu]” (grifo nosso).

O presente capítulo foca no primeiro processo: **a venda da força de trabalho pelo trabalhador em troca de salário** (processo vender para comprar). No referido intercâmbio, conforme clarifica Roman, o trabalhador comparece “como o **proprietário** de uma mercadoria, a **força de trabalho**, que não existe como uma coisa fora dele, mas pertence à sua corporalidade viva” (grifo nosso). Sendo parte dele mesmo, “Subtende-se, pois, que só pode **ceder** ao proprietário do dinheiro, ao capitalista, o **controle** de sua

---

556 O capítulo doze de *Gênese* corresponde ao item “Troca entre capital e trabalho” da sequência *Capítulo do dinheiro como capital–Primeira seção: O processo de produção do capital–Capítulo do capital* dos manuscritos marxianos “Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”, os *Grundrisse* propriamente ditos (in MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse*. Op. cit., Sumário).

557 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 173 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).



capacidade de trabalho, e que tal controle se limita”, como continua dizendo Karl Marx, “a um **trabalho determinado**, é um **controle limitado no tempo** (tanto tempo de trabalho)” (grifo nosso). Assim encontramos no Livro I (“O processo de produção do capital”) d’*O capital*, conforme nos revela Rosdolsky: “se o trabalhador vender sua força de trabalho ‘de uma vez por todas [“então”, intervém Roman Rosdolsky] venderá a si próprio, transformando-se de homem livre em escravo, de possuidor de mercadoria em simples mercadoria”<sup>558</sup>.

Cedendo tão somente o controle da sua capacidade de trabalho, e por um período limitado de tempo, o trabalhador, continua Marx, pode reiniciar o intercâmbio assim que tenha as condições biológicas necessárias e apropriadas “para poder reproduzir suas forças vitais”. A repetição periódica do ato de intercâmbio entre capital e força de trabalho, complementa Rosdolsky, sempre ancorado em Marx, “expressa o fato de que o trabalhador não é um ‘*perpetuum mobile* [movimento perpétuo, digo eu em tradução livre]’; deve satisfazer suas necessidades de descanso e alimentação ‘antes de estar em condições de retomar o trabalho e renovar o intercâmbio com o capital’”<sup>559</sup>.

Porém, há um aspecto importante que o autor dos *Grundrisse* capta desse movimento repetitivo: não há uma real repetição nesse intercâmbio, ou como assinala Roman Rosdolsky, “a repetição é apenas aparente”. Diz Karl Marx: “O que ele [o trabalhador, digo eu] troca com o capital é [o controle de, digo eu novamente] **toda sua capacidade de trabalho**, que gasta, digamos em vinte anos. Em lugar de pagá-la de uma só vez, **o capital paga aos poucos** [‘o que não altera a essência da relação”, acrescenta Rosdolsky]” (grifo nosso)<sup>560</sup>. Ou seja, **mediante contrato** o trabalhador coloca à disposição do capitalista (ato M<sub>1</sub>-D) a sua **força de trabalho** pelo **tempo que for pactuado**, cujo **pagamento é realizado aos poucos** na forma de **salário**. Não obstante, como o trabalhador é proprietário da força de trabalho e continuará sendo, pois apenas cede ao capitalista um controle temporário sobre ela, a condição de proprietário dessa mercadoria “integra o conjunto de características que, historicamente, coloca a relação de trabalho assalariado acima dos modos anteriores de exploração”, chama a atenção Rosdolsky.<sup>561</sup>

Diferentemente do escravo e do servo, o trabalhador assalariado, pontua Marx, “é proprietário de si mesmo; na troca, dispõe de suas próprias forças”. “O que vende”, diz Rosdolsky, “é apenas [o controle de, digo eu] uma porção, determinada e específica, de suas forças; a totalidade de sua força de trabalho é maior que cada dispêndio específico”, sendo, por isso, conclui Rosdolsky, ainda com o autor d’*O capital*,

558 Ibidem, p. 173 e 526 Nota 1.

559 Ibidem, p. 173.

560 O intercâmbio é um só, mas que se desenvolve durante determinado período de tempo e sob dada condição, dando a impressão de que se repete.

561 Ibidem, p. 173 e 174. O mais emblemático e perverso exemplo histórico desses modos anteriores de exploração, prossegue Roman, citando Marx, é mesmo o da relação escravista (embora tenha existido também a relação de servidão, onde os servos eram equiparados aos animais de tração), na qual “o produtor direto [o trabalhador escravo, digo eu] pertence ‘ao proprietário individual, particular, como sua máquina de trabalho. [...] esse trabalhador é uma coisa que pertence ao outro, e por isso não se comporta como sujeito perante sua própria força vital ou perante a ação viva de trabalho” (Ibidem, p. 174).

“reconhecido como pessoa, como um ser humano que, ‘à margem do trabalho, é algo para si mesmo, e cuja expressão vital só é alienada como meio para manter a própria vida’”.<sup>562</sup>

Nas lições do filósofo alemão, porém, não se pode perder de vista que o trabalhador assalariado vende sua capacidade de trabalho, sua força vital, “a um capitalista, a quem se contrapõe como indivíduo independente”. Entretanto, é evidente que esta condição de independência não se apresenta exatamente assim na relação com a classe capitalista, embora, “a pessoa real, individual” mantenha “grande possibilidade de escolha e, portanto, de exercício de uma liberdade formal” – “liberdade”, acrescenta Roman Rosdolsky, “de que não dispunham os produtores em outras sociedades de classes, e sem a qual sua luta de libertação seria quase inimaginável”.

Acima, fizemos referência à pessoa do trabalhador assalariado, à sua esfera individual. Mas, e do ponto de vista social, em qual condição se situa a classe trabalhadora em face da capitalista? Consultando *O capital* (Livro I) Rosdolsky antecipa o trato marxiano da questão: “Do ponto de vista social, a classe operária [...] é um *accessório* do capital, assim como o instrumento inanimado de trabalho [...]. O escravo romano estava preso por correntes ao seu proprietário; o assalariado também está preso, porém por fios invisíveis. A contante troca de patrão individual e a *fictio juris* [‘ficção jurídica’, traduz Rosdolsky] do contrato mantém de pé a aparência de que o assalariado é independente”.<sup>563</sup>

O trabalhador individualmente livre é proprietário da sua capacidade de trabalho, “que ele gasta e controla, e que conserva consigo ao alienar”, assenta Marx. Assim como qualquer outro proprietário de mercadoria, a forma que se dá o intercâmbio e o uso que o comprador fará da mercadoria adquirida, no caso, a força de trabalho, pouco interessa para o vendedor (em se tratando do trabalhador assalariado não importa se foi contratado como uma reserva de mão de obra ou se deverá produzir isso ou aquilo etc.). Uma ou outra função formal da relação não altera o fato de que o trabalhador assalariado, conforme a lei do intercâmbio de mercadorias, “só receba do capitalista o **equivalente** à sua força de trabalho” (grifo nosso), observa Roman Rosdolsky.<sup>564</sup>

Neste ponto, se põe um outro aspecto do intercâmbio entre capital e trabalho: o **valor da força de trabalho**, o **montante do equivalente** pela cessão da força de trabalho. Nesse sentido, uma coisa é certa, pontua Karl Marx: o valor da força de trabalho não pode ser determinado “pela forma como o comprador [o capitalista, digo eu] usa sua mercadoria, mas sim pela **quantidade de trabalho** materializado nela” (grifo nosso),

---

562 Ibidem, p. 174 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Embora no intercâmbio o trabalhador coloque à disposição do capital toda sua capacidade de trabalho, o capitalista, porém, apenas detém o controle de porção determinada e específica dela, distribuída ao longo de determinado período de tempo e sob certas condições. Caso contrário o trabalhador seria um escravo.

563 Ibidem, p. 527 Nota 7.

564 Ibidem, p. 174 e 175. O leitor poderá indagar, e o [sistema de pagamento por peças?](#) Na obra e páginas referenciadas lemos que para Marx esse sistema apenas “introduz a aparência de que o trabalhador recebe uma determinada parte do produto [do seu trabalho, como se vendesse ao capitalista não a sua força de trabalho, mas um produto (o trabalho objetivado em um produto), recebendo o completo pagamento do trabalho, de acordo com a quantidade de produtos que elabora, digo eu]. Mas trata-se apenas de outra forma de medir o tempo [de trabalho, digo eu novamente] (em vez de dizer ‘você trabalha doze horas’ se diz ‘você recebe tanto por peça, ou seja, seu tempo de trabalho é medido pela quantidade de produtos’)”.

visto que, ainda segundo Marx, e como insinuado anteriormente, “O valor de uso de uma coisa não diz respeito ao vendedor como tal [no caso, o trabalhador, digo eu], mas só ao comprador<sup>565</sup>. A qualidade que tem o salitre de poder ser utilizado para fazer pólvora não determina o preço do salitre; este preço depende dos seus custos de produção”. E os custos de produção da força de trabalho, que determina o “valor” ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria força de trabalho (ou “valor de troca”, como Marx opta intencionalmente por denominar em várias passagens da sua análise, conforme mencionamos no capítulo anterior), é estabelecido e se mede, diz Rosdolsky, “[...] pela **quantidade de trabalho necessária para manter o trabalhador vivo e reproduzi-lo como trabalhador**” (grifo nosso), uma vez que a mercadoria oferecida pelo trabalhador, prescreve Marx, “existe apenas como capacidade de seu corpo”. Essa quantidade de trabalho “determina em geral [...] a **soma de dinheiro** [salário, digo eu] que o trabalhador recebe no intercâmbio” (grifo nosso).<sup>566</sup>

Ora, se o trabalhador vende sua mercadoria força de trabalho ao capitalista e recebe por ela, em forma de dinheiro, o seu equivalente, como se dá em qualquer intercâmbio de mercadorias intermediado pelo dinheiro, então o trabalhador, conjectura o filósofo alemão, está “imerso [...] na troca capitalista de equivalentes”, isto é, numa relação de “igualdade” (conforme dispusemos no Capítulo 10 deste artigo quando caracterizamos a circulação mercantil simples, na qual se insere a relação de troca entre o trabalho e o capital (ciclo  $M_1-D-M_2$ )). Nada disso. Tal igualdade, exclama o próprio Marx, é só “uma aparência, e uma aparência enganosa”, pois, na verdade, ela foi abolida, o capital “**apropriou-se, sem intercâmbio, de uma parte do seu tempo de trabalho**, e isso ocorreu graças à *forma do intercâmbio*” (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso).<sup>567</sup>

565 No intercâmbio simples de mercadorias quando alguém vende alguma coisa é porque esta coisa não é, ou deixou de ser, valor de uso para ele (não tem utilidade no que se refere à sua fruição). Por outro lado, quando alguém compra algo é porque este algo é valor de uso para ele. Portanto, o valor de uso diz respeito ao comprador. Para o vendedor interessa quanto receberá como equivalente pela mercadoria vendida e qual o parâmetro quantitativo de estipulação desse equivalente.

566 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 175. No apêndice da Parte III (“A seção sobre processo de produção [do capital]”) de *Gênese*, intitulado “Sobre a crítica à teoria marxiana do salário”, o autor dedica algumas linhas sobre a *teoria do salário* em Marx. Igualmente como faz em relação às demais mercadorias, também quanto à mercadoria força de trabalho o filósofo alemão “distingue” *valor de preço*. Para Marx, “o *preço da força de trabalho* é o *salário*, que depende da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho; já o *valor da força de trabalho* é a *magnitude média* à qual o salário efetivamente pago tende a equiparar-se, em períodos prolongados, sendo portanto independente da oferta e da demanda” (grifo nosso). Diferentemente do preço, o valor da força de trabalho é determinado pelos *custos de produção*, assim como também ocorre com todas as demais mercadorias. Entretanto, como a força de trabalho, diz Marx, “só existe como capacidade ou dom do indivíduo vivo”, sendo inseparável de seu portador, o próprio trabalhador, “os custos de produção”, assinala Rosdolsky, citando Marx, “nesse caso, são os *custos necessários* para ‘*manter o trabalhador como tal*’ e para ‘*perpetuar a linhagem dos trabalhadores*’” (grifo nosso). Na sua maior parte, continua Roman, os custos de produção da força de trabalho “é formada pelos *meios de vida* que servem para conservar o trabalhador e sua família: alimentação, vestuário, habitação etc. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos ‘*meios de vida necessários*’ e, em última instância, pela quantidade de trabalho neles incorporada” (grifo nosso). Ainda no referido apêndice, Roman Rosdolsky traz uma discussão sobre como determinar quais as exigências necessárias e os meios de vida necessários para manter o trabalhador, sobre as quais não discutiremos neste artigo (Idem, p. 237). Como observamos no Capítulo 2 (Folheto nº 02), nos *Grundrisse* Marx não tratou do tema salário. Dele tratou tão somente em *O Capital* (Livro I), portanto, o que dissemos aqui sobre salário é suficiente para darmos prosseguimento ao contido no capítulo doze de *Gênese*.

567 ROSDOLSKY, Roman. p. 175.

Como abordamos antes, no intercâmbio entre o trabalho e o capital, o capitalista adquire a força de trabalho pelo tempo que for pactuado, cujo pagamento é realizado aos poucos na forma de salário, porém, como será visto neste escrito, na utilização da força de trabalho pelo detentor do capital, no seu consumo (não exauriente), o trabalhador assalariado se defronta com o capitalista “**em uma relação econômica diferente, exterior à do intercâmbio** [...]” (grifo nosso), esclarece Marx.<sup>568</sup>

Não esqueçamos, e isso é fundamental, que estamos a falar do **processo comprar para vender** (ato  $D_1-M-D_2$ ), no qual o capitalista compra a mercadoria força de trabalho em troca de dinheiro (também uma mercadoria) para utilizá-la a fim de produzir valor a mais. No intercâmbio entre capital e trabalho temos embutida a compra e venda da mercadoria força de trabalho, uma circulação simples (entrega-se a mercadoria capacidade de trabalho, recebe-se seu equivalente em salário). Contudo, na utilização da mercadoria força de trabalho pelo comprador (capitalista) para produzir valor a mais, temos uma outra relação, uma relação exterior ao intercâmbio de mercadorias propriamente dito. **Não há aí um consumo exauriente da mercadoria adquirida, mas sim seu uso para produzir valor a mais.** Portanto, olhando o processo comprar para vender como um todo, na perspectiva do trabalhador, vê-se uma “ilusão”, **uma aparência de troca de equivalentes.** E isso ocorre em função da forma sob a qual o intercâmbio passa a se apresentar, que não só modifica essencialmente essa relação mas também supera os modos de produção anteriores.

Há mais. De acordo com o autor d’*O capital*, como o trabalhador recebe dinheiro, forma universal de riqueza, pela venda da sua mercadoria força de trabalho, “ele passa a ter acesso ao **usufruto da riqueza universal**, até o limite do seu equivalente [...]” (grifo nosso), até o limite do salário que recebe. Porém, em regra, esse limite é muito estreito. Embora a esfera de sua fruição **não esteja limitada qualitativamente**, pois é livre (pelo menos em tese) para adquirir qualquer mercadoria, ela é **limitada quantitativamente**. “Também isso ‘o diferencia do escravo, do servo da gleba etc.’”, arremata Roman Rosdolsky citando Marx<sup>569</sup>.

Importante perceber, segundo Rosdolsky, que Marx desenvolve seu raciocínio tendo como parâmetro a lei do intercâmbio e a perspectiva do trabalhador, ou seja, tem como parâmetro as determinações do intercâmbio mercantil simples, ambiente onde situa a relação de troca entre a força de trabalho e o capital, visto, frisamos, que “o objetivo

---

568 Idem, p. 175 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

569 Nesta altura o leitor deve estar pensando, “na prática essa fruição também é limitada qualitativamente, e não só para o trabalhador”. Não há dúvida quanto a isso, mas também não há dúvida de que esse limite qualitativo (e também o quantitativo) é mais estreito na esfera prática de fruição do trabalhador. É certo que todos nós, sem distinção, estamos livres para ir ao Catar assistir a seleção brasileira de futebol sagrar-se hexacampeã do mundo, entretanto, nem todos, ou melhor, somente a “minoridade da minoria” pode na prática exercer essa liberdade – objetivamente a limitação quantitativa da esfera de fruição da ampla maioria das pessoas se transformou em limitação qualitativa. E isso ocorre em qualquer intercâmbio; a diferença é o estreitamento maior ou menor desses limites na esfera de fruição de um ou de outro sujeito (de uma ou de outra classe social) participante da relação. No entanto, como observamos alhures, Marx está examinando as determinações das categorias presentes no intercâmbio entre capital e trabalho que se desenvolvem, num primeiro momento, como vimos, no âmbito da circulação mercantil simples. E nesse ambiente, também como aprendemos, prima os princípios da liberdade, igualdade e reciprocidade das partes, que os economistas burgueses querem estender como presentes na forma mercantil capitalista.

desse intercâmbio [para o trabalhador, digo eu] não é o valor como tal, mas sim a satisfação das suas necessidades imediatas ['[...] para manter sua vida, para satisfazer suas necessidades físicas, sociais, etc.'], conforme o próprio Marx acrescenta]<sup>570</sup>.

Sabemos que no âmbito da circulação mercantil simples (ciclo  $M_1-D-M_2$ ) o dinheiro funciona como meio de circulação de mercadorias mas também pode ser entesourado, retirado da circulação (voluntária ou involuntariamente). O trabalhador, pelo menos em tese, poderia muito bem economizar uma parte do dinheiro que ganha na forma de salário para mantê-lo na forma universal de riqueza, ato  $M_1-D$ , entesourando-o, e “enriquecer”, não o convertendo em riqueza material, ato  $D-M_2$ . Ora, diz Marx, isso só será possível “se ele sacrifica a satisfação substancial de suas necessidades [...]; se, mediante a abstinência, apertando o cinto, aceita retirar da circulação, para seu consumo, menos bens do que entrega a ela”, ou também “se abre mão, ainda mais, do tempo de descanso ['e', intervém Rosdolsky] renova com maior rapidez o ato de intercâmbio ['de sua força de trabalho', observa mais uma vez Rosdolsky] [fazendo hora extra, digo eu], ou o torna mais estafante, mediante maior presteza [aumentando sua produtividade à exaustão, digo eu novamente].

Exigem do trabalhador que pratique abstinência de consumo e que atue com maior presteza. O filósofo alemão repudia com ironia tais exigências: “[...]. Se todos, ou a maioria, trabalhassem com presteza máxima [...], eles não aumentariam o valor de sua própria mercadoria [a força de trabalho, digo eu], mas apenas a quantidade ofertada [de trabalho, digo eu]; [...] os salários não tardariam a ser reduzidos até o nível correspondente [tanto relativamente, em relação ao incremento da produção sem a contrapartida de aumento salarial, quanto em termos absolutos, pois com o aumento da produtividade a tendência é se contratar menos e por menor remuneração, digo eu].

Dizem ainda que “Deve praticar a abstinência aquele que realiza o intercâmbio para obter meios de subsistência, e não aquele que visa enriquecer”, assinala Marx transcrevendo entendimento da época. Todavia, retruca mais uma vez o filósofo alemão com certa ironia, “[...] o que os trabalhadores podem conseguir com suas poupanças é, no melhor dos casos, uma distribuição mais racional de seus gastos, de modo que ‘na velhice, ou casos de doença ou crises etc., eles não dependam dos sanatórios, do Estado, da mendicância (em uma palavra, que vegetem às custas de seus próprios bolsos, que sejam um encargo para a própria classe trabalhadora, e não para os capitalistas)”.

Os capitalistas reivindicam “a favor” dos trabalhadores que aproveitem a fase próspera da economia para poupar o suficiente e com isso sobreviver nas crises e suportar o período de escassez de trabalho ou de rebaixamento de salários. Verdadeiramente, o que se pretende com essas pregações, desvenda Rosdolsky ao amparo conclusivo de Marx, é “facilitar ao capital a superação das crises e velar para que ‘os capitalistas obtenham

---

570 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 176 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes). Por oportuno, de acordo com Roman (Ibidem, p. 527 Nota 20), “nunca ocorreu a Marx”, por óbvio, “limitar o valor da força de trabalho ao ‘mínimo existencial’ do ponto de vista físico”. Especificamente sobre este assunto Rosdolsky versa no já citado apêndice da Parte III de *Gênese*.

grandes juros com suas economias ou que o Estado as absorva [absorva as crises, digo eu]. Em qualquer caso, [os trabalhadores, digo eu novamente] terão economizado para o capital, e não para si mesmos”.<sup>571</sup>

Não obstante, Marx observa que tal engajamento geralmente é exigido por cada capitalista de seus trabalhadores, “mas só os seus, porque contrapõe a ele como trabalhadores; evita exigir o mesmo ao restante dos trabalhadores, que se contrapõe a ele como consumidores” (grifo do autor). Dirigindo-se aos outros trabalhadores consumidores, o capitalista “recorre a todos os meios para estimulá-los a consumir, colocando em suas mercadorias novos atrativos, criando neles novas necessidades etc. Este aspecto da relação entre capital e trabalho constitui um elemento fundamental da civilização; nele se baseia a justificativa histórica e o poder atual do capital”.<sup>572</sup>

Roman Rosdolsky, após discorrer sobre o pano de fundo da relação capital e trabalho, sempre lastreado em Marx, menciona que por estar “[...] ‘imerso em uma relação de circulação simples’”, “[...] o trabalhador assalariado em geral não consegue enriquecer nem elevar-se acima da condição de sua classe [...]”. No intercâmbio com o capital o que ele recebe como equivalente não é “riqueza” mas tão somente meios de subsistência, “valores de uso para o consumo direto”. Na perspectiva do trabalhador, ainda que economize, “cedo ou tarde” o dinheiro que recebe volta à circulação (ato  $D-M_2$  da sequência  $M_1-D-M_2$ ) e acaba, por um processo posterior, agora na perspectiva do capitalista, convertendo-se em capital (ato  $M-D_2$  da sequência  $D_1-M-D_2$ ).<sup>573</sup>

Ora, se o trabalhador figurasse no intercâmbio para obter riqueza e não meios de subsistência para satisfação de suas necessidades diretas, o trabalho (não capital) competiria com o capital (não trabalho). Defrontaria com o capital não como trabalho, mas como capital. Entretanto, sentencia Marx, “o capital não pode defrontar o capital. [O capital, digo eu] Deve ter diante de si o trabalho, pois, por definição, o capital só é capital como não trabalho, imerso em uma relação antagônica. Caso contrário, o próprio conceito de capital, e a relação que ele estabelece, seriam destruídos”.

É uma premissa do modo de produção capitalista, e não um paradoxo, assinala Rosdolsky, que “[...] todos os meios para a objetivação do seu trabalho”, isto é, todos os meios de produção do produto de seu trabalho (que corresponde a trabalho objetivado na mercadoria produzida), que antes pertencia ao próprio trabalhador, agora pertença ao capital. No modo capitalista de produção, “o trabalhador só dispõe de sua capacidade de trabalho [...]”, que trocou por salário, e por isso nada pode reivindicar em face ao resultado que sua mercadoria força de trabalho, alienada ao capitalista, gerou. Portanto, a força produtiva de seu trabalho” não pode beneficiá-lo, “mas sim ao capital”. O trabalhador, como vimos, permuta sua mercadoria força de trabalho por outra mercadoria

571 Ibidem, p. 176 e 177. Essa passagem nos remete, a título de reflexão, à frase de um ministro do governo brasileiro, em pleno século XXI, referindo-se [ao consumo das classes de baixa renda em viagens ao exterior](#), na defesa de uma taxa mais alta do dólar como benéfica para a economia mundial e, principalmente, a nacional, em contraposição a um câmbio mais baixo.

572 Ibidem, p. p. 428 Nota 24.

573 Ibidem, p. 177 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

(sequência  $M_1-D-M_2$ , que significa no final uma troca de mercadoria por mercadoria (ato  $M_1-M_2$ )). De outra banda, o capitalista, diz Marx, “recebe o trabalho como trabalho vivo, força produtiva [ou força de trabalho, digo eu], atividade que incrementa a riqueza [sequência  $D_1-M-D_2$ , digo eu mais uma vez]”. A par disso, conclui: “É claro que o trabalhador não pode enriquecer através desse intercâmbio. É mais provável que empobreça, [...] já que sua força criadora, a força de seu trabalho, se torna uma força do capital, potência alheia que se opõe a ele. **Aliena o trabalho como força produtiva da riqueza; o capital se apropria dele como tal.** Nesse intercâmbio já está inscrita a **separação entre trabalho e propriedade do produto do trabalho**, entre **trabalho e riqueza**” (grifo nosso)<sup>574</sup>. Não o trabalho concreto e individual (o trabalho do artesão, por exemplo), mas o trabalho abstrato. A **transformação do trabalho concreto em abstrato** “[...] é, em si, o resultado do intercâmbio entre capital e trabalho, na medida em que este intercâmbio outorga ao capitalista o direito de propriedade sobre o produto do trabalho [sobre o trabalho objetivado, digo eu]”. O trabalhador é portador de trabalho abstrato como valor de uso para o capital. E isso “[...] só se concretiza no processo de produção capitalista”.<sup>575</sup>

---

574 Referindo-se aos economistas burgueses, Marx registra que aqueles consideram o salário como improdutivo, entendendo que só é produtivo aquilo que produz riqueza. Como salário é produto da troca entre capital e trabalho, dizem eles, nesse intercâmbio de mercadoria por mercadoria o trabalhador não produz riqueza, nem para o capitalista (que paga o salário como um equivalente pela cessão da força de trabalho) nem para o trabalhador (já que deve usá-lo para adquirir mercadorias com vistas à sua reprodução social) (Ibidem, p. 528 Nota 28).

575 Ibidem, p. 177 e 178. Do trabalho concreto e abstrato tratamos no Capítulo 3 do Folheto nº 02 deste artigo.

## Capítulos 13 e 14 – Uma aproximação à categoria da mais-valia

Dando prosseguimento ao estudo do **processo de produção do capital**, Parte III de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx”, Roman Rosdolsky, no Capítulo 13 – *Processo de trabalho e processo de valorização* e também no Capítulo 14 – *Criação e conservação do valor no processo de produção (capital variável e capital constante)*<sup>576</sup>, aliado aos dois capítulos anteriores, encerra o que designou de uma aproximação à “principal categoria do sistema marxiano, a categoria que, nas palavras de Engels<sup>577</sup>, estava destinada a ‘subverter a economia’ tradicional ‘e que oferece [...] a chave para se compreender toda a produção capitalista’: a **mais-valia**” (grifo nosso).<sup>578</sup>

Levando em conta a consideração de Rosdolsky e o formato que adotamos para a reprodução do seu livro, em folhetos ou fascículos, optamos por reunir os dois capítulos mencionados em um só, unificando-os em torno do título “Uma aproximação à categoria da mais-valia”, de modo a dedicar o Folheto seguinte à mais-valia em si (natureza, conceito geral e formas fundamentais).

### A) Processo de trabalho e processo de valorização<sup>579</sup>

No capítulo anterior, acabamos de conhecer o que Roman Rosdolsky considera como o “primeiro aspecto do processo [de produção do capital, digo eu] que tem lugar entre o capital e o trabalho: o **intercâmbio da força de trabalho**, que pertence à **circulação mercantil simples**” (grifo nosso)<sup>580</sup>. Com o término do intercâmbio entre capital e trabalho houve um intercâmbio de equivalentes<sup>581</sup> que conferiu ao capitalista a posse da força de trabalho em troca do pagamento de salário para suprir as necessidades de subsistência do trabalhador. O intercâmbio mercantil puro e simples entre capital e trabalho acaba aí<sup>582</sup>.

---

576 Os capítulos treze e quatorze de *Gênese* correspondem ao item “Processo de trabalho e processo de valorização” da seqüência *Capítulo do dinheiro como capital-Primeira seção: O processo de produção do capital-Capítulo do capital* dos manuscritos marxianos “Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”, os *Grundrisse* propriamente ditos (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., Sumário).

577 Sobre Friedrich Engels, veja <sup>[Nota 19]</sup>.

578 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 191.

579 De pronto, no começo do Capítulo 13, Roman Rosdolsky observa que a investigação marxiana dos processos de trabalho e de valorização se apresenta mais completa e clara em *O capital*, especificamente no primeiro tomo ou Livro I – *O processo de produção do capital*. No tocante a esse aspecto, “os *Grundrisse* se diferenciam muito” da obra maior de Marx. O autor de *Gênese* aponta, entre outras coisas, que faltam naqueles manuscritos “marcantes diferenciações conceituais entre objeto de trabalho e matéria-prima, processo de trabalho e processo de produção, processo de formação do valor e processo de valorização etc.”, embora trate deles. Isso sem falar no modo de exposição, haja vista que o disposto nos *Grundrisse* dialoga com “o modo [hegeliano](#) de expressão”. No entanto, para Roman, esses manuscritos “nos introduz no laboratório científico de Marx e nos permite testemunhar o nascimento de sua teoria econômica”, e isso importa muito para ele. Não obstante as diferenças apontadas, Rosdolsky conclui que “Os resultados da investigação são os mesmos nos dois casos, de modo que se pode considerar a exposição que aparece nos *Grundrisse* como a primeira redação do capítulo V [*O processo de trabalho e o processo de valorização*, digo eu] do primeiro tomo de *O capital*” (Idem, p. 179 e 184).

580 Ibidem, p. 178.

581 Venda da mercadoria força de trabalho em troca de dinheiro na forma salário, ato M<sub>1</sub>-D do processo vender para comprar (seqüência M<sub>1</sub>-D-M<sub>2</sub>, circulação mercantil simples).

582 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 179.



Avançando em direção ao segundo aspecto do processo de produção do capital – **transformação do trabalho em capital** –, Karl Marx dispõe que “A *transformação do trabalho* (como atividade viva e orientada a um fim) *em capital* é, em si, o resultado do intercâmbio entre capital e trabalho, na medida em que este intercâmbio [que funciona no âmbito do processo mercantil simples, frisamos] outorga ao capitalista o direito de propriedade sobre o produto do trabalho [...]” (grifo do autor). Entretanto esta transformação só se concretiza “por meio do consumo de trabalho, que, em princípio”, continua o filósofo alemão, “está à margem desse intercâmbio e é independente dele”. Portanto, a transformação do trabalho em capital, Rosdolsky acrescenta, “só se concretiza no **processo de produção capitalista**” – no **processo mercantil capitalista**. Por isso devemos descrevê-lo, ordena o autor. É o que se coloca a seguir.<sup>583</sup>

O capítulo treze de *Gênese* começa com a distinção entre a **existência imediata do trabalho vivo**<sup>584</sup> e a sua **existência como atividade real**. Em si, conforme Roman, em sua existência imediata, fora da relação capital e trabalho, isto é, “separado do capital e integrado à corporalidade do trabalhador, o trabalho vivo **só potencialmente é fonte de valor**” (grifo nosso). “Quando conduzido a uma atividade real, pelo contato com o capital, é que o trabalho se torna uma atividade produtiva, **criadora de valores**”, ensina Marx.<sup>585</sup>

O segundo aspecto do processo de produção do capital, tratado no referido capítulo, visto que o capitalista já se encontra “de posse da força de trabalho que, colocada em ação, revelar-se-á criadora de capital, força produtora da riqueza [...] deve ter seu conteúdo definido pelo **consumo de trabalho**”, como diz Roman, ou pela “**relação do capital com o trabalho como valor de uso**” (grifo nosso), segundo Marx<sup>586</sup> – em suma, a matéria que compõe o capital (meios de produção – algodão (matéria-prima ou objeto de trabalho) e máquina de fiar (instrumento de trabalho), por exemplo) deve ser elaborada ou consumida pelo trabalho vivo (força de trabalho), momento em que o trabalho não objetivado (trabalho vivo) é superado e se objetiva na matéria do capital que, por conta disso, adquire nova forma, a forma de um novo produto (o produto final – o vestido, por exemplo).

Superada a fase do intercâmbio mercantil simples entre capitalista e trabalhador, como seu resultado, continua o autor de *Gênese*, “o capital pôde incorporar o trabalho vivo, **convertendo-o em um elemento seu**, ao lado de seus elementos materiais, os meios de produção, que são trabalho objetivado [produtos de um trabalho precedente, digo eu]”<sup>587</sup>. Doravante, o **capital** passa a ter como componentes não só os

583 Idem, p. 178.

584 Trabalho vivo é trabalho não objetivado, ainda não materializado em um produto.

585 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 179 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

586 Pois a relação do capital (em seu aspecto material, como trabalho objetivado nos meios de produção) com o trabalho vivo, diz Marx, “[...] só pode ser a relação do trabalho com seu objeto, com sua matéria (Ibidem, p. 179).

587 Roman Rosdolsky aponta, citando Marx, que “na condição de material de trabalho, a substância do capital”, o *trabalho objetivado*, “só pode apresentar-se sob duas determinações: ‘a de *matéria-prima* [objeto de trabalho, digo eu], ou seja, substância inerte, simples material para a atividade do trabalho, o qual lhe imprime uma forma e uma finalidade, e a de *instrumento de trabalho*, meio objetivo que a atividade subjetiva [*trabalho vivo* ou *trabalho não objetivado*, digo eu mais uma vez] interpõe entre si e o objeto” (grifo nosso) (Ibidem, p. 179 e 180).

**meios de produção** (matéria-prima ou objeto de trabalho e instrumento de trabalho, seu **elemento objetivo**), mas também o **trabalho vivo** (seu **elemento subjetivo**).

O capital, considerado em sua substância, isto é, na condição de trabalho objetivado nos meios de produção, para que possa **conservar-se e multiplicar-se**, “deve ser posto em **movimento** pelo **trabalho não objetivado** [pelo trabalho vivo em sua existência como atividade, na forma de força de trabalho, que está na posse do capitalista, digo eu]” (grifo nosso). E isso “só pode ocorrer no processo de produção, no qual os elementos objetivos do capital, material passivo [os meios de produção, digo eu novamente], são submetidos à atividade criadora do trabalho [seu elemento subjetivo, frisamos]” – este movimento Marx denominou de **processo de trabalho**.

Ainda sobre o assunto, Roman Rosdolsky cita uma passagem d’*O capital*, Livro I: “Ao consumir a matéria-prima [objeto de trabalho, digo eu] e o instrumento de trabalho, o trabalho [trabalho vivo, digo eu mais uma vez] ‘modifica a própria forma; passa da forma de atividade à do ser, da forma de movimento à da objetividade’. Ou seja, ao entrar em atividade e após consumir os meios de produção, o trabalho vivo (trabalho não objetivado) passa a ser trabalho objetivado no produto final.”<sup>588</sup>

Por assim ser, conforme apura Roman, citando Marx, o resultado do processo de trabalho “é o **produto** [final, digo eu], resultado neutro, no qual reaparecem os elementos do capital consumidos na produção (matéria-prima, instrumentos e trabalho)”<sup>589</sup>. Por isso, esse processo deve ser considerado como **consumo produtivo**, ou seja, consumo que não é ‘mero consumo da substância [consumo do trabalho objetivado (matéria-prima, maquinário etc.), digo eu]’<sup>590</sup>” (grifo nosso). Continua o autor na companhia do filósofo alemão: na verdade, “Ele [o processo de trabalho, ressaltamos] consome ‘a forma anterior do objeto, para colocá-lo sob nova forma [...]. [Este consumo, digo eu] [...] dá forma ao objeto e materializa a atividade’” no produto final. Como produto final, arremata Marx, temos que “o resultado do processo de produção”<sup>591</sup> é **valor de uso** [utilidade social do produto saído do processo produtivo rumo ao mercado, digo eu]”.

De acordo com Olavo Ximenes, em Marx, enquanto *trabalho vivo* é trabalho como capacidade ou atividade, *trabalho objetivado* é trabalho materializado em um determinado produto. No tocante ao *trabalho objetivado*, no processo de produção ele aparece “nas figuras de *matéria-prima* [objeto de trabalho, digo eu] e *instrumento de trabalho*” – ou seja, como *meios de produção* –, “que posteriormente serão entendidas como *capital fixo* ou como *capital constante*”, sendo, pois, *componentes materiais do capital* (grifo nosso). Desse modo, “[...] matéria-prima e instrumento de trabalho aparecem [...] como momento do próprio capital”. Logo, “como componentes [...] do capital [...], matéria-prima e instrumento de trabalho”, na condição de trabalho objetivado, “são *produto*” (in XIMENES, Olavo Antunes de Aguiar. **Aproximação à categoria de modo de produção nos Grundrisse (1857-1858) de Karl Marx**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2017. Disponível em <https://1library.org/article/capital-constante-capital-vari%C3%A1vel-modo-produ%C3%A7%C3%A3o-capitalista-capital.qvnp1gdq>. Consultado em 16.08.2022). No item B do presente escrito, trataremos especificamente da parte constante do capital – capital constante ou fixo – e também da sua parte variável (trabalho vivo) – capital variável ou circulante.

588 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 180 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

589 “Resultado neutro”, como clarifica Rosdolsky, no sentido de que no produto final “desaparece a diferença entre os fatores subjetivos [trabalho vivo, digo eu] e objetivos [objetos de trabalho e instrumentos de trabalho, digo eu novamente] do processo de produção” (Ibidem, p. 529 Nota 5).

590 Entendido “mero consumo” como aquele que extingue o objeto consumido.

591 Com base no conteúdo do capítulo em comento, combinado com o observado pelo próprio Rosdolsky na <sup>[Nota 579]</sup>, quer nos parecer mais adequado entender a expressão “processo de produção” como “processo de trabalho”, uma das peças conceituais do processo de produção como um todo.

Até o momento, a análise de Rosdolsky limitou-se ao **aspecto material do processo de produção**. Não focalizou ainda a determinação formal do capital, que significa “concebê-lo ao mesmo tempo como processo de conservação e multiplicação dos valores [que diz respeito ao processo de valorização, conforme veremos logo mais]”. Assim visto, “trata-se [o aspecto material do processo de produção submetido ao processo de trabalho, digo eu] de um processo de **autoconservação do capital**” (grifo nosso).<sup>592</sup>

Como afirma Karl Marx, da maneira que se considerou o processo de produção até aqui, focado no processo de trabalho, o capitalista “[...] não desempenha nenhum papel. O trabalho não consome o capitalista como matéria-prima ou instrumento. Tampouco é o capitalista quem realiza esse consumo, mas sim o trabalho”. Em suma, o processo de produção, no que se refere ao aspecto material, noticia o filósofo alemão, ainda “não se apresenta como processo de produção de capital, mas como processo de produção puro e simples”, tal como aparece “em todas as formas de produção”<sup>593</sup>. Sob esse enfoque, não se observa “nenhuma determinação econômica específica” distinta da verificada no processo de produção mercantil simples<sup>594</sup>.

Para Karl Marx, estão equivocados os economistas que ressaltam o aspecto material “para apresentar o capital como elemento indispensável a todo processo de produção. Insistem nisso, naturalmente, porque não levam em conta seu comportamento como capital durante o processo”. Marx prossegue: “No fim do processo não pode surgir nada que não estivesse presente em seu início, como premissa e condição”. Tínhamos, no início do processo de trabalho, meios de produção e trabalho, agora, no término dele, continuamos tendo tudo isso, pois no produto final, como já visto, reaparecem os elementos do capital consumidos na produção – objetos de trabalho (matéria-prima), instrumentos de trabalho (maquinário, instalações físicas etc.) e trabalho. O que ocorreu então? Simplesmente o consumo desses elementos pelo trabalho deu nova forma ao objeto e materializou a atividade do trabalho no produto final; no máximo conservou-se o valor do capital original.<sup>595</sup>

A par do exposto, chegou a hora de examinar o tema por outro ângulo, pelo ângulo da **determinação ou aspecto formal do processo de produção**, que significa desvendar “o **movimento específico do capital**” e “**qualquer determinação de valor**” (grifo nosso) ou, ainda, conceber o capital **ao mesmo tempo** como **processo de conservação e multiplicação de valores**, o qual, segundo Rosdolsky, o aspecto material “esconde”<sup>596</sup> – este movimento Marx denominou de **processo de valorização do capital**.

Como vimos preliminarmente no capítulo onze deste Folheto, para Karl Marx, “Do ponto de vista da forma [...] o **capital** não consiste nem em objetos do trabalho nem em trabalho, mas sim em **valores** e, mais precisamente, em **preços**” (grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso). Portanto, o capital não é “coisa” mas “**relação social**”.

---

592 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 181.

593 Idem, p. 180.

594 Ibidem, p. 181.

595 Ibidem, p. 180 e 181.

596 Ibidem, p. 180.

Uma vez que valores e preços se formam à margem do intercâmbio de mercadorias, especificamente a partir do uso pelo capitalista da força de trabalho, que, por sua vez, consome os objetos de trabalho e instrumentos de trabalho a fim de produzir e reproduzir valor, é a partir da forma desse processo, desse movimento, que o capital se constitui como capital, como valor que se mantém (capital original) e se reproduz (capital multiplicado).<sup>597</sup>

Por assim ser, prossegue o autor d'*O capital*, “o **valor do produto** [final, digo eu] só pode ser igual à **soma dos valores materializados nos elementos objetivos do processo**, [...] igual ao valor da **matéria-prima** mais o valor da parte destruída (ou seja, transmitida ao produto e abolida em sua forma original) do **instrumento de trabalho** [a exemplo do valor da depreciação do maquinário, digo eu] mais o valor do **trabalho** [‘valor da força (ou capacidade) de trabalho’, esclarece Rosdolsky<sup>598</sup>]” (grifo nosso). Assim sendo, complementa Roman Rosdolsky, “O **preço do produto** [que corresponde à expressão do seu valor, recordamos] é igual aos seus **custos de produção**”. Perceba que desse ponto de vista o valor do capital não sofreu alteração, só assumiu “um aspecto físico diferente”, observa Roman. Através da “metamorfose” dos meios de produção pela atividade do trabalho, o capital, só assim e somente por isso, pôde se autoconservar.

Para clarificar o disposto acima, vamos ao exemplo de Marx: “[...]. Se, na origem, o capital era igual a 100 táleres<sup>599</sup>, manteve-se, agora como antes, igual a 100 táleres, embora os 100 táleres, no processo de produção existissem como 50 táleres de algodão, 40 táleres de salário e 10 táleres da máquina de fiar, enquanto existem agora como **fio de algodão** com um **preço** de 100 táleres [“A soma é igual à unidade original”, diz o próprio Marx]”<sup>600</sup>. Portanto, esse exemplo nos revela, elucida Rosdolsky, “que durante o processo de produção, o valor original do capital se decompõe em elementos quantitativos que o constituem (valor da força de trabalho, valor da matéria-prima, valor dos instrumentos de trabalho), para reaparecer no produto [fio de algodão, digo eu] como soma de valores”<sup>601</sup>. O único movimento ocorrido, aponta Marx, é que, primeiro, “o valor existe como unidade”, depois “como divisão dessa unidade [...]”, por fim “como soma”<sup>602</sup>. Além disso, também é possível extrair do exemplo que no produto final, no fio de algodão, está expressado o seu preço, que no caso é o somatório

597 Ibidem, p. 181 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Ainda em conformidade com o disposto na obra e página referenciadas, os componentes do capital (objetos de trabalho e instrumentos de trabalho), assinala Roman Rosdolsky, “experimentam modificações materiais durante o processo de trabalho”, ou seja, diz Marx, “a partir da forma do movimento, do processo, eles se combinam novamente, no produto, em uma forma objetiva, imóvel, [...]”; e “isso não diz respeito à sua determinação como valores [...]”. Antes de entrarem no processo produtivo, os meios de produção eram indiferentes ao produto final, embora elementares para o processo de produção. “Agora são o produto” sob a forma do produto final, e não capital.

598 O autor informa que nos *Grundrisse* ainda aparece frequentemente a expressão “valor do trabalho” em vez de “valor da força (ou capacidade) de trabalho” (Ibidem, p. 529 Nota 11).

599 Etimologicamente, “em alemão arcaico *Thal*, hoje grafado *Tal*, significa ‘vale’ e *thaler* quer dizer algo ou alguém ‘do vale’”. Como moeda, o *táler* surgiu em decorrência da adoção da palavra *thaler* como “uma abreviação de ‘Joachimsthaler’, um tipo de moeda de prata cunhada pela primeira vez em 1518 na cidade de *Joachimsthal* (hoje Jáchymov, na República Checa)”, situada em um vale. “O *táler* foi usado na Europa por quase quatrocentos anos” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/T%C3%A1ler>. Consultado em 26.08.2022).

600 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 181 e 182.

601 Idem, p. 181.

602 Ibidem, p. 182.

dos valores dos meios de produção e da força de trabalho.

Assim sendo, com base na seguinte frase exposta nos *Grundrisse*, “Dizer que o preço do produto é igual ao preço dos custos de produção significa dizer que o valor do capital é igual ao valor do produto [...]”<sup>603</sup>, o que é também o mesmo que afirmar, pelo menos é assim que entendemos, que, aqui, há apenas uma coincidência na igualdade quantitativa do valor e preço<sup>604</sup>.

Nesta altura, é sabido que é “premissa do modo de produção capitalista” que o capital se conserve e se multiplique. Portanto, prossegue Rosdolsky, citando Marx, “o fato de que o processo material de produção tenha de chegar até o produto final ‘está implícito na [...]’ precondição [‘de’, acrescenta Rosdolsky] que o capital tem de se converter em valor de uso”, isto é, conservar-se e multiplicar-se”<sup>605</sup>.

Na perspectiva analítica do processo de produção apresentada, o capital teria necessariamente que conservar-se antes de multiplicar-se. O que significa levar em conta, assim como ocorre com o trabalhador, o fato de que o capitalista também precisa se alimentar e sobreviver.<sup>606</sup>

Por óbvio, se o capital somente conservasse seu valor original (de 100 táleres, distribuídos entre os meios de produção e trabalho, referindo-nos ao exemplo de Marx), ainda que assumisse a forma superior do produto final (100 táleres de fio algodão), precisando “utilizar partes do capital original para satisfazer suas necessidades pessoais”, seu capital “tenderia a desaparecer”, constata Rosdolsky. Aliado a isso, haveria também os riscos de o capital diminuir ou até mesmo de se perder durante o processo produtivo, além de sofrer desvalorização constante por causa do desenvolvimento das forças produtivas (o que aumenta os custos), cujos impactos devem ser compensados. Por conseguinte, “o capital que só pudesse conservar seu valor não o conservaria”, prescreve Marx.

Depreende-se do abordado, considerando que preço do produto é igual ao preço dos custos de produção, que o capital “deve conservar-se durante as flutuações dos preços”. Ora, dizem os economistas tradicionais segundo Marx, por isso existe o lucro, caso contrário “todos consumiriam o próprio dinheiro, em vez de usá-lo na produção”.

Karl Marx aponta uma confusão por parte desses economistas. Para melhor evidenciá-la faz uma distinção semântica entre “custos **de** produção” e “custos **da** produção” (grifo nosso). Segundo o filósofo, os economistas consideram em seus cálculos o seguinte: “capital original = 100 (por exemplo, matéria-prima = 50, trabalho = 40, instrumentos = 10) + 5% de juros [= 5, digo eu] + 5% de lucro [= 5, digo eu novamente].

---

603 Ibidem, p. 182. “O valor do capital [100 táleres, digo eu]”, que se dividiu em porções entre os meios de produção e a força de trabalho, “se conservou no ato de produção” como valor. Os elementos do processo de produção, componentes do capital, por sua vez, também se conservaram, porém não “em seu caráter material determinado [como algodão, como máquina de fiar, como força de trabalho, digo eu], mas sim como *valores*” (grifo do autor) (Ibidem, p. 182 c/c 529 Nota 15).

604 Lembramos que para Marx valor é diferente de preço, conforme vimos preliminarmente no Folheto nº 03, Capítulo 4, páginas 82 e 83.

605 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 181.

606 Idem, p. 182 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

Portanto, custos **de** produção = 110, não = 100 [que para Marx é o total dos custos **da** produção, valor que corresponde ao capital original dividido em porções entre a matéria-prima, trabalho e instrumentos, digo eu]. Conclusão: os custos **de** produção são maiores que os custos **da** produção” (grifo nosso).<sup>607</sup>

Temos claro que os custos dos meios de produção e da força de trabalho não são estipulados de forma arbitrária. Vimos objetivamente como se formam. Entretanto, ao observarmos os cálculos dos economistas tradicionais do que Marx chama de custos **de** produção não temos como identificar objetivamente como se formam os valores dos componentes juro e lucro. Como explicar “esse incremento de 10% sobre os custos **da** produção?”, pergunta Rosdolsky (grifo nosso). Karl Marx responde: pela categoria da **mais-valia**, ou **mais-valor**, “valor que supera o equivalente” – valor que supera aquilo que se trocou no intercâmbio simples entre capital e trabalho (salário por força de trabalho), e que, como Rosdolsky acrescenta, “não pode nascer do valor de uso incrementado do produto [do valor de uso social do produto final, digo eu]<sup>608</sup>, nem de transações comerciais [da venda do produto final, digo eu novamente]”.

Comungar com o entendimento daqueles economistas, ensina o autor dos *Grundrisse*, é aceitar “que o valor do capital não se valoriza, não se multiplica” – pois faz parte do custo **de** produção –, é aceitar também “que o capital não é um elemento real do processo produtivo [que produz valor a mais, digo eu], não é uma *relação específica de produção*” (grifo do autor), o que “implica supor condições em que os custos de produção não têm a forma de capital e o capital não é condição da produção”<sup>609</sup>.

Em outras palavras: é afirmar, como visto, que capital é apenas uma determinação material da matéria-prima e do instrumento de trabalho e que por isso na relação entre capital e trabalho não há que se falar do trabalho como valor de uso do capital (isto é, do trabalho como atividade que conserva, reproduz e multiplica o valor do capital original)<sup>610</sup>, bem assim que não há contraposição no processo de produção entre capitalista e trabalhador, pois nesta relação, dizem, só se tem um intercâmbio entre salário e força de trabalho (intercâmbio de equivalentes). Portanto, se assim for, capitalista e trabalhador são “*associés*”, isto é, associados “que aportam elementos diferentes no processo de produção, permutando-os conforme o valor de cada um”, descreve Marx<sup>611</sup>.

607 Ibidem, p. 183 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

608 Roman Rosdolsky traz à tona em Nota do capítulo em comentário importante que Marx faz nos próprios manuscritos *Grundrisse*, referindo-se aos “apologistas do capital”, a exemplo dos economistas tradicionais mencionados no parágrafo em Nota, que para justificar o próprio capital recorrem ao intercâmbio simples do capital e trabalho: “explicam o capital descrevendo um processo que torna sua existência [de fato, digo eu] impossível. Para demonstrá-lo, lançam mão de uma demonstração que evita o problema [o problema que torna impossível a existência do capital como capital, digo eu]. Pagas meu trabalho, o recebes [salário, digo eu] em troca de seu próprio produto [produto do seu próprio trabalho, digo eu], e me deduzes o valor da matéria-prima e do instrumento de trabalho que me facilitaste [isto é, parte dos custos da produção, digo eu]. Portanto, somos *associés* [associados, traduzimos] que aportam elementos diferentes ao processo de produção, permutando-os conforme o valor de cada um. Assim o produto se transforma em dinheiro e o dinheiro se reparte de tal modo que tu, capitalista, recebes o preço correspondente à tua matéria-prima e ao teu instrumento, e eu, trabalhador, o preço que o trabalho lhes acrescentou. Tu saís ganhando, já que agora possuis tua matéria-prima e teu instrumento em uma forma passível de ser consumida (passível de circular) [como produto final, digo eu]. Eu também, pois meu trabalho se valorizou [...]” (Ibidem, p. 530 Nota 21).

609 Ibidem, p. 182 e 183.

610 Ibidem, p. 180.

611 Ibidem, p. 530 Nota 21. Oportuno extrair dessa pequena passagem uma provocação: frequentemente

Capta-se dos *Grundrisse* que “o trabalho pode acrescentar **valores de uso**” e também “pode criar **valores** de troca (no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria) **maiores** que os que já existiam [nos objetos de trabalho e nos instrumentos de trabalho consumidos pela atividade do trabalho no processo produtivo, digo eu]” (grifo nosso). Esta última possibilidade somente é entendida se percebermos que o valor (ou valor econômico ou intrínseco) a mais criado **não faz parte dos custos de produção** (somatório do valor dos meios de produção e da força de trabalho), ele corresponde exatamente à **mais-valia**.<sup>612</sup>

Na sempre companhia de Marx, Roman Rosdolsky assinala que “a mais-valia tem origem na diferença entre o **trabalho objetivado no salário** [que corresponde ao elemento subjetivo dos meios de produção, e, por assim ser, faz parte dos custos da produção, digo eu] e o **trabalho vivo** realizado pelo trabalhador”. No intercâmbio entre capital e trabalho, o salário e a força de trabalho objetivada no salário conferem uma equivalência a essa relação. Daí se dizer que o trabalho se objetiva no salário, o qual é destinado à sobrevivência do trabalhador, e que o trabalho vivo continua à disposição do capitalista para multiplicar o capital original, situação esta que ocorre à margem do intercâmbio, como visto.

Continuemos com o autor d’*O capital* em sua aproximação conceitual à categoria da mais-valia. Em uma abordagem inicial da mais-valia, Marx lança mão de duas hipóteses: uma que contempla a **jornada inteira de trabalho** e outra que considera a **meia jornada**. Na hipótese de ser necessária “uma jornada de trabalho para manter o trabalhador vivo durante uma jornada de trabalho”, a jornada completa seria permutada pelo que fosse produzido (o produto do trabalho) durante o período da sua duração, “de modo que o capital não poderia valorizar-se nem, portanto, conservar-se como capital”. No caso, grosso modo, se na jornada inteira o trabalhador produzisse 100 táleres de fio de algodão, ele receberia em salário 100 taléres. Na hipótese, para que pudesse sobreviver, o capitalista teria que ingressar no processo produtivo não como capitalista mas sim com trabalhador, atuando tal qual este último. Se o capitalista, “para viver, também tivesse que trabalhar, não se sustentaria como capital, mais sim como trabalho”. A propriedade dos meios de produção, o fato de ser ele o proprietário dos objetos e instrumentos de trabalho, “seria apenas nominal”. Pois, se o trabalhador recebesse o equivalente ao que foi produzido numa jornada completa de trabalho, os meios de produção consumidos pelo trabalho no processo produtivo, do ponto de vista econômico, “pertenceriam tanto ao trabalhador como ao capitalista, pois se produziria valor para este último na medida em que ele mesmo fosse um trabalhador”. Ou seja, para receber o equivalente em relação aos meios de produção que disponibilizou, o capitalista teria que relacionar-se com eles não como capital, mas como materiais e meios de trabalho, tal como o faz o trabalhador. No

---

presenciamos várias tentativas de se difundir a ideia de que empregados de uma empresa não são trabalhadores mas sim “colaboradores”, “parceiros” e que formam, juntos com os proprietários ou executivos, um “time”. Não se tem aí uma patente atualidade do pensamento burguês da época de Marx travestido de um novo capitalismo, de um novo patamar da relação entre capital e trabalho? “Tudo novo de novo”? (parafrazeando o título da música do compositor e cantor Paulinho Moska).

612 Ibidem, p. 183 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

caso, simplesmente, “**o capital não existiria**” (grifo nosso) – o capital como capital, e, por conseguinte, o capitalista como capitalista.

Porém, na hipótese de se considerar meia jornada de trabalho como “suficiente para manter um trabalhador vivo durante uma jornada inteira”, eis que surge “a **mais-valia do produto**, já que o capitalista paga o preço de meia jornada, enquanto o produto [final, digo eu] conserva, objetivado, o resultado de uma jornada inteira”. Se o capitalista paga ao trabalhador o que equivale à sua subsistência como resultado do que produziu em meia jornada, “pela segunda metade da jornada de trabalho o capitalista não pagou nada [...]. O intercâmbio entre capital e trabalho [...] no que concerne ao trabalhador é um intercâmbio simples, mas no que concerne ao capitalista tem de ser um não intercâmbio [...] [‘O capitalista’ intervém Rosdolsky] tem de receber mais valor do que entregou [sob pena de não atuar como capitalista propriamente dito, como observamos na hipótese anterior, digo eu]”.<sup>613</sup>

Da perspectiva do capital, o intercâmbio entre capital e trabalho “é aparente, encobre outra determinação econômica formal, diferente do próprio intercâmbio [externo e independente dele, frisamos]; caso contrário, o capital como capital [como relação social e não como coisa, como produtor de valor em si, digo eu], bem como o trabalho como trabalho, contrapostos um ao outro, não poderiam existir [...]. **Não é o intercâmbio que converte o capitalista em capitalista, mas sim um processo no qual, sem intercâmbio, ele recebe tempo de trabalho objetivado, isto é, valor**” (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso).<sup>614</sup>

Diferentemente da primeira hipótese, na qual o trabalhador receberia pelo tempo de trabalho objetivado no produto final, situação em que o capital como capital deixaria de existir, na segunda hipótese, onde o trabalhador não recebe pelo tempo de trabalho objetivado no produto final, mas apenas o necessário para sua subsistência, o que é alcançado na primeira metade da jornada de trabalho, encerrando-se, pois, o intercâmbio simples (entrega-se força de trabalho e recebe-se salário), o capitalista, uma vez que cumpriu sua parte do intercâmbio com o pagamento do salário, deve atuar, agora, à margem do intercâmbio, fora e independente dele, para receber valor – valor este que extrai na segunda metade da jornada de trabalho.

No primeiro ato (no intercâmbio simples do capital e trabalho), “o trabalho como tal, existente para si, entra em cena necessariamente como trabalhador”, no segundo ato (que ocorre fora do intercâmbio simples) entra em cena “o capital que existe para si”<sup>615</sup>, o capital como capital, e com ele o capitalista. Apenas nesse segundo ato é que se pode falar, ensina Karl Marx, em capitalista. O que se retratou na segunda hipótese, reforça o filósofo, “está posto **na própria relação econômica**”, isto é, na própria “**relação capitalista**”, complementa Rosdolsky (grifo nosso). Nesse sentido, acusa Marx, “Muitos socialistas [‘dos quais [...] deseja diferenciar-se, como comunista

613 Ibidem, p. 183 e 184.

614 Ibidem, p. 184.

615 Na expressão “existe para si”, Rosdolsky indica a presença de mais um sinal da influência de Hegel em Marx (Ibidem, p. 530 Nota 26).



científico’, Roman esclarece] dizem que necessitamos de capital, mas não de capitalistas. Supõem que o capital é uma coisa, não uma relação de produção que, refletida em si, é justamente o capitalista”. O capital, ele prossegue, até “pode ser separado de um capitalista e transferido a outro. Mas, ao perder o capital, ele também perde a qualidade de ser capitalista”. O capital “é perfeitamente separável de tal ou qual capitalista, mas não do capitalista que, como tal, se contrapõe ao trabalhador” (grifo do autor).<sup>616</sup>

Assim sendo, os conteúdos dos processos de trabalho e de valorização, dada a utilização da mercadoria força de trabalho em face ao consumo dos meios de produção (processo de trabalho) para produzir valor a mais, para criar capital e para produzir riqueza (processo de valorização), nos remete a uma nova forma de produção e circulação de mercadorias, à **forma mercantil capitalista**<sup>617</sup>.

## **B) Criação e conservação do valor no processo de produção (capital variável e capital constante)**

No item anterior conhecemos que a parte dos custos de produção<sup>618</sup> das mercadorias “que garante o **incremento do valor**, a **mais-valia**”, é o “**trabalho vivo** trocado diretamente pelo capital” (grifo nosso)<sup>619</sup>. Com essa afirmação Rosdolsky reconhece o **trabalho como única fonte de valor**, como **criador do valor** (inclusive nossa conclusão pode ser confirmada a partir da pergunta posta por ele mesmo a seguir): “por que se deve considerar o trabalho [vivo, digo eu] como *única fonte de valor, como criador do valor* [e garantidor do seu incremento, digo eu novamente]?”; “o que acontece com as outras partes do valor do capital, que representam o trabalho incorporado [objetivado, digo eu] na matéria-prima e nos meios de trabalho [nos meios de produção, digo eu mais uma vez]?” (grifo nosso).<sup>620</sup>

Conforme o exemplo de Rosdolsky, “Quando o capitalista desembolsa um capital de 100 táleres”, sendo 50 táleres de fio de algodão, 10 táleres nos instrumentos de trabalho (fuso de fiar<sup>621</sup>) e 40 táleres no pagamento de salários”, cumprindo o trabalhador uma jornada de trabalho completa de 8 horas, “ele espera ‘reproduzir’ todo o seu capital [...]” e ainda obter “um lucro correspondente de 40 táleres”. À vista disso, no final do processo produtivo o dono do capital “deve estar

616 Ibidem, p. 184. No que tange à possibilidade de o capital se separar de um capitalista e se transferir para outro, conforme a obra e página referenciadas, mesma eventualidade pode ocorrer em relação ao trabalhador, ou seja, o trabalho pode se separar do trabalhador: “o trabalhador individual também pode deixar de ser o ser-para-si do trabalho: pode herdar dinheiro, roubá-lo etc. Mas então deixa de ser trabalhador [o trabalhador que se contrapõe ao capitalista, digo eu]. Como trabalhador, é somente o trabalho que existe para si”.

617 O qual corresponde ao processo comprar para vender, representado pela sequência D<sub>1</sub>-M-D<sub>2</sub>.

618 Meios de produção (objetos de trabalho (matéria-prima) e instrumentos (meios) de trabalho) e trabalho vivo (força de trabalho).

619 Disse Marx em *Teorias da mais-valia* (Livro IV d’*O capital*) sobre a troca entre trabalho vivo e capital: “o que aqui se vende diretamente não é a mercadoria na qual o trabalho se realizou, mas o próprio uso da força de trabalho, ou seja, de fato, o próprio trabalho [capacidade ou atividade de trabalho, digo eu], pois o uso da força de trabalho é sua ação, o trabalho”. Em outras palavras: não se vende aqui o produto final do processo produtivo no qual o trabalho vivo se objetivou, como se trocasse mercadoria por mercadoria (produto final por dinheiro (salário))” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 531 Nota 1).

620 Idem, p. 185 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

621 “Fuso é um utensílio cilíndrico feito de madeira, utilizado para fiação e torção de fibras como lã, linho, cânhamo e algodão em fio” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fuso\\_\(t%C3%Aaxtil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fuso_(t%C3%Aaxtil)). Consultado em 23.08.2022).

de posse de uma mercadoria [um vestido, digo eu] que vale 140 táleres ”.

De acordo com o exposto no item A deste texto, o salário do trabalhador corresponde ao trabalho despendido em meia jornada, caso contrário, se correspondesse à jornada integral, o salário corresponderia ao valor do produto final resultado do processo produtivo da jornada completa (= 140 táleres, conforme o exemplo em questão), o que deixaria sem sentido falar em capital como capital e, por conseguinte, em capitalista. No exemplo em questão, “[...] A metade de sua jornada [da jornada do trabalhador, digo eu] cria apenas 40 táleres; a outra metade”, mantendo-se tudo mais constante, “cria um valor igual”. O trabalhador não poderia produzir um valor maior que 40 táleres na segunda metade da jornada, pois “dispõe apenas de uma jornada completa, e em uma jornada não pode trabalhar duas”. Desse modo, “cria um produto real [produto final, digo eu] igual a 80 táleres, não a 140”. Ora, se o capitalista investiu 100 táleres no processo de produção, no lugar de lucrar 40 táleres teria um prejuízo de 20 sobre o capital original. Como então o trabalhador pode produzir o resultado de 140 táleres, se, conforme demonstrado, trabalhando uma jornada completa de 8 horas, produz 80 táleres?<sup>622</sup>.

A fim de responder as perguntas formuladas, Rosdolsky assenta que se deve distinguir **valor** (ou valor econômico ou intrínseco) de **valor de uso**. Sob a ótica do **processo de trabalho puro e simples**, tomando o mesmo exemplo, para o trabalhador não interessa os valores dos meios de produção (10 táleres de fuso e 50 táleres de fio de algodão) que serão consumidos no processo produtivo. Para ele são apenas fuso e fio de algodão, e não valores (no sentido de valores econômicos ou intrínsecos). O processo de trabalho, diz Marx, “supõe a existência do instrumento [de trabalho – o fuso de fiar, digo eu], que facilita o trabalho, e do material [objeto de trabalho – fio de algodão, digo eu novamente], ao qual o trabalho confere uma nova forma [a forma de vestido, digo eu]”.

Posto que o trabalho “pode criar utilidade no processo de produção” alterando as formas das coisas – algodão é convertido em fio, o fio em pano, o pano cru em pano estampado e este em vestido –, “[...] O processo de produção simples”, ensina Marx, “implica que a etapa posterior de produção conserve a anterior”. Continua o filósofo alemão: “O trabalho **conserva e aumenta o valor de uso existente** [originalmente, a exemplo do algodão, digo eu], convertendo-o em objeto de um novo trabalho [em fio de algodão, digo eu novamente], orientado para a finalidade última [o vestido como produto final, digo eu mais uma vez]”. O trabalho fez com que “o material objetivo” deixasse “para trás uma forma indiferente de existência, passando à condição de objeto trabalhado”. Com isso, os meios de produção são “preservados da inutilidade e da caducidade, convertendo-se em um novo trabalho vivo”. Ao longo do processo, até obter a forma de vestido (produto final), “a substância do algodão se conservou”.<sup>623</sup>

No decorrer do processo produtivo o algodão foi recebendo uma forma distinta e cada vez mais útil, “mais apropriada ao consumo, até adquirir finalmente a

---

622 Lembremos que o objeto de trabalho e o instrumento de trabalho (meios de produção) não criam valor, o valor deles (o trabalho objetivado neles em um processo de produção anterior) são transportados e conservados no presente processo de produção da mercadoria final.

623 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 185 e 186.

forma sob a qual pode ser objeto de consumo [final, digo eu] direto, quando então o consumo do material [matéria-prima algodão, digo eu novamente] e a abolição de sua forma [anterior, digo eu mais uma vez], satisfazem uma necessidade humana”, que no exemplo assumiu a forma do vestido. Neste caso, a **alteração da forma do material é o próprio valor de uso dele**. E isso vale para todos os meios de produção envolvidos no processo de produção do vestido, no caso.<sup>624</sup>

Portanto, no que se refere ao processo de produção puro e simples, com foco no **valor de uso dos meios de produção**, no que tange à **conservação e ao incremento** desse valor de uso, as perguntas formuladas são respondidas sem dificuldade.

Todavia, observa Rosdolsky, esses meios de produção, além de serem valores de uso, “na condição de **elementos do capital** [...] são, ao mesmo tempo, **valores**, ou seja, **quantidades determinadas de tempo de trabalho** [abstrato, digo eu] **objetivado**. Como tais, **reaparecem no valor do produto** [final, digo eu]” (grifo nosso). Como isso ocorre, veremos agora.

Sabemos que os valores (ou valores econômicos ou intrínsecos, digo eu) dos meios de produção já existem como tais antes do início da produção do produto final. Por isso se diz, pontua Rosdolsky, que “reaparecem no valor do produto”. Na jornada de trabalho para a produção do vestido, por exemplo, o trabalhador não cria o fio de algodão nem o fuso de fiar. Os valores dos meios de produção nesse processo “não se ‘reproduzem’, não se recriam, mas só se conservam ‘na medida em que sua qualidade como valores de uso para o trabalho posterior se conserva, mediante o contato com o trabalho vivo’”<sup>625</sup>.

Assim sendo, no **processo de trabalho** (no qual os elementos objetivos do capital, material passivo, os meios de produção, são submetidos à atividade criadora do trabalho (seu elemento subjetivo)), “[...] *O que [...] se apresentava como **conservação da qualidade do trabalho precedente** [fio de algodão, digo eu] – e do material no qual ele estava representado [algodão bruto, digo eu novamente] –, no **processo de valorização** (onde se desvenda o movimento específico do capital e qualquer determinação de valor) “se apresenta como **conservação da quantidade de trabalho já objetivado**” (grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso). Em ambos os casos, “Esta conservação não exige nenhum esforço laborativo [quantitativo, digo eu] adicional do trabalhador”, explica Rosdolsky. “Não é a quantidade, mas sim a qualidade do trabalho vivo que preserva o tempo de trabalho já existente na matéria-prima e nos instrumento de trabalho”, admite o autor de *Gênese*.*

Por assim ser, na medida em que os meios de produção, diz Marx, “resultam de um trabalho anterior [...], o produto [final, o vestido, digo eu novamente], além do novo valor acrescentado [o trabalho vivo objetivado no vestido, digo eu mais uma vez], contém também o velho [isto é, o valor velho ou o trabalho anterior objetivado nos meios

624 Idem, p. 186 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

625 “O valor de uso do algodão bruto, e depois seu valor de uso como fio, se conservará ao ser tecido, ao existir como um dos elementos objetivos (junto à máquina de tecelagem) do ato de tecer”, explica Marx (Ibidem, p. 186).

de produção, digo eu]”. O trabalhador “substitui [conservando, acrescentamos] o velho tempo de trabalho [o tempo de trabalho objetivado nos meios de produção, digo eu novamente] através do próprio ato do trabalho [do trabalho vivo na própria jornada de trabalho, digo eu], e não através de um tempo de trabalho especial adicionado”. A substituição referida “ocorre [então, digo eu] pela incorporação do novo [tempo de trabalho, digo eu]; nessa incorporação, o velho [tempo de trabalho, digo eu novamente] se conserva no produto e se transforma em elemento de um novo produto [o vestido, digo eu mais uma vez]”.<sup>626</sup>

Desse modo, de acordo com o disposto nos *Grundrisse*, Rosdolsky conclui que “não é a quantidade [que corresponde ao trabalho abstrato (o trabalho considerado sob o ponto de vista do gasto de energia humana), digo eu], mas sim a qualidade do trabalho vivo [que equivale ao trabalho concreto, ao trabalho que dá nova forma aos elementos materiais do processo de produção (o trabalho considerado sob o ponto de vista da forma como se gasta a energia), digo eu novamente] que preserva o tempo de trabalho já existente na matéria-prima e no instrumento de trabalho”<sup>627</sup>.

De acordo com Roman Rosdolsky, citando Marx, “a **capacidade de conservar o valor** [dos meios de produção, digo eu], presente no trabalho, **nada custa ao trabalhador; tampouco ao capitalista**, que a embolsa ‘gratuitamente como **mais-trabalho**’. ‘Mas [o capitalista, digo eu] a obtém gratuitamente [...] porque, como pressuposto [do modo capitalista de produção, digo eu], o material e o instrumento de trabalho já estão sob controle do capitalista’” – o que corresponde ao processo histórico da **separação entre o trabalho e os meios de produção**. Por conta disso, continua Marx,

626 Ibidem, p. 187 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

627 Nessa passagem, Roman Rosdolsky detecta uma divergência nas exposições dos manuscritos *Grundrisse* de 18/1858 e de *O capital* (Livro I, publicado em 1867), sobre a qual, conforme inferimos da leitura do capítulo em comento, em termos de implicações no mérito da análise marxiana, não percebemos qualquer prejuízo, muito menos Rosdolsky aponta tal ocorrência; tanto é que ele se mantém considerando o disposto nos manuscritos de 1857/1858. Vamos à divergência expositiva mencionada. Nos *Grundrisse*, conforme reproduzido no parágrafo em Nota, a conservação do tempo de trabalho objetivado nos meios de produção não se deve à quantidade do tempo de trabalho, “mas sim à sua qualidade de ser trabalho”, que lhes confere várias formas sem nenhum pagamento especial por isso, ou seja, não se paga pela qualidade geral do trabalho, pelo fato de que do trabalho, como trabalho, pode se abstrair “qualquer qualificação especial, qualquer especificação –, pois o capital comprou essa qualidade [capacidade de trabalho, digo eu] no contexto de seu intercâmbio [processo vender para comprar, digo eu novamente] com o trabalhador”. Já no livro *O capital*, Marx considera que a conservação do tempo de trabalho objetivado nos meios de produção tanto se deve à quantidade de tempo de trabalho como também à qualidade de ser trabalho, isto é, tanto deve ao trabalho útil, concreto, que cria valor de uso (o trabalho considerado sob o ponto de vista da *forma como se gasta a energia*) – aspecto qualitativo – quanto ao trabalho humano abstrato que cria valores (o trabalho considerado sob o ponto de vista do *gasto de energia humana*) – aspecto quantitativo. Em sua obra maior, Marx leva em conta “o duplo aspecto dos resultados do trabalho” no mesmo período de tempo. Nesse sentido, esse duplo aspecto dos resultados do trabalho – “a agregação de novo valor ao objeto de trabalho”, valor econômico ou intrínseco de um lado, e “a conservação dos antigos valores no produto”, valores de uso de outro –, “decorre”, complementa Rosdolsky, “do duplo caráter do próprio trabalho: trabalho útil, concreto, que cria valores de uso, e trabalho humano abstrato, que cria valores [valores econômicos ou intrínsecos, digo eu]”. Com isso, segundo Rosdolsky, Karl Marx corrige sua formulação original presente nos *Grundrisse*, conforme exposto na primeira parte do item B deste texto, que o trabalho que conserva o valor dos meios de produção é o trabalho concreto (útil e específico), considerado como processo de fiar (a forma como se gasta a energia humana), e não o abstrato, o dispêndio de força de trabalho humana (o gasto da energia propriamente dito). Na linha adotada nos *Grundrisse*, que ainda não considera a dualidade do resultado do trabalho no mesmo período de tempo do processo de produção do vestido, no caso, para explicar a conservação do valor dos meios de produção não se poderia recorrer ao trabalho abstrato, mas sim ao concreto; porém, para se explicar a criação do valor, por outro lado, se deveria recorrer ao caráter abstrato do trabalho, ao trabalho geral, que se diferencia apenas pelo seu aspecto quantitativo (tempo de trabalho abstrato socialmente necessário) (Ibidem, p. 187 e 188).

“o trabalhador não pode trabalhar se não tiver acesso ao trabalho já existente em forma objetiva [na forma de meios de produção, digo eu], sob controle do capital, [...]” e também “se não conservar o trabalho objetivado nesse material [se destruir os meios de produção, por exemplo, ou, o que dá no mesmo, se não conservar o valor (ou valor econômico ou intrínseco) dos meios de produção, digo eu]”.<sup>628</sup>

Portanto, conforme prescreve o filósofo alemão, a “força natural vivificante do trabalho”, além de conservar não apenas, “sob esta ou aquela forma”, a matéria e o instrumento que utiliza, “conserva também o trabalho objetivado neles seu valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu]”. Como os meios de produção pertencem ao capitalista, essa força “[...] pertence ao capital, e não ao trabalho [...]”. Em função do processo histórico da separação entre o trabalho e os meios de produção, como força viva de trabalho o “capital não paga por ela, assim como não se paga ao trabalhador porque este sabe pensar etc.”. A condição de a força de trabalho como “dom natural” atuante beneficiar apenas o capitalista já está posta “na relação entre o capital e o trabalho, que é, em si, **mais-valia de um e salário de outro**”.

Karl Marx prossegue. Apesar da relação entre capital e trabalho assalariado pressupor e basear-se na **separação entre trabalho e meios de produção**, no processo de produção capitalista essa **separação fica suspensa** e o capitalista “não paga nada” para suspendê-la. “[...]. Se o capital devesse pagar por ela, no mesmo instante deixaria de ser capital”. Admitindo-se esse pagamento, os meios de produção estariam sendo reconhecidos como de propriedade do trabalhador, tendo, por isso, legitimamente, que ser comprados de seu proprietário, fazendo com que a existência do capital e do trabalho assalariado, que se baseia nessa separação, e suas categorias, entre elas a mais-valia, deixassem de existir. Não haveria que se falar em capital como capital, e, conseqüentemente em capitalista.

Entretanto, se no processo produtivo capitalista a separação entre o trabalho e os meios de produção é **imperiosa enquanto pressuposto**, também a sua **suspensão é obrigatória como exigência do processo de produção capitalista**, pois, segundo Rosdolsky, “o fator subjetivo do processo de produção, a força de trabalho, é fonte de novo valor”, visto que “sua atividade”, continua Roman, agora citando Marx, “é a ‘objetivação de tempo de trabalho novo em um valor de uso [no valor de uso dos meios de produção, digo eu]’”. Aqui Rosdolsky entende ser necessário fazer uma distinção em relação a esse trabalho novo, dividindo-o em **trabalho necessário** e **mais-trabalho**.

Assinala Roman Rosdolsky citando Marx: “Enquanto produz apenas um equivalente ao valor de sua própria força de trabalho”, adquirida pelo capitalista no intercâmbio simples de mercadoria em troca de salário, “o trabalhador ‘só repõe o dinheiro adiantado [salário, digo eu] pelo capitalista (que comprou a força de trabalho) e gasto em meios de subsistência [processo vender para comprar, ciclo  $M_1-D-M_2$ , digo eu] pelo próprio trabalhador””. Em relação ao salário pago, “esta parte do novo valor criado aparece ‘apenas como reprodução’”. Aqui estamos diante do **trabalho necessário** – o

---

628 Ibidem, p. 188 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

trabalho trocado por salário com vistas à subsistência do próprio trabalhador.<sup>629</sup>

Como mencionado, o trabalho novo não só reproduz o valor adiantado pelo capitalista ao trabalhador mas, e principalmente, precisa criar e cria valor a mais. Esta outra parte do novo valor criado, por sua vez, também fruto do trabalho novo, “não é reprodução, mas *agregação de valor, criação de um valor a mais*” (grifo do autor), define Marx. Aqui o autor d’*O capital* está se referindo ao **mais-trabalho**. Mais-trabalho este que, ao criar valor a mais, conclui Rosdolsky, “constitui uma categoria fundamentalmente diferente, e só ela confere sentido à produção capitalista”, a categoria da **mais valia**.<sup>630</sup>

O fator subjetivo do processo de produção, a força de trabalho, arremata Roman, “[...] É o único elemento da produção que experimenta uma modificação de valor no processo de valorização”, além de também reproduzir o próprio valor (trabalho em troca de salário) – “não só reproduz o próprio valor, mas também agrega, ao produto, um novo valor”. Assim, Roman Rosdolsky chega aos conceitos de **capital constante** e **capital variável**, “que correspondem às diferentes funções dos meios de produção e da força de trabalho no processo de valorização”.

“*Os mesmos componentes do capital*”, meios de produção e força de trabalho, “que *do ponto de vista do processo de trabalho* se distinguem como fatores objetivos e subjetivos”, respectivamente, “diferenciam-se, *do ponto de vista do processo de valorização*, como *capital constante* [meios de produção, digo eu] e *capital variável* [força de trabalho, digo eu novamente]” (grifo em itálico do autor).<sup>631</sup>

Nessa linha, Marx diferencia “**trabalho que conserva valor**”, o **capital constante**, do “**trabalho que cria valor**”, o **capital variável** (grifo nosso). Com essa construção teórica, Karl Marx, segundo Rosdolsky, “sepultou as teorias apologéticas burguesas que pretendem identificar a origem do lucro nos ‘serviços produtivos [“que”, intervém Rosdolsky] os meios de produção prestam [...] em virtude de seus valores de uso no processo de trabalho [sua utilidade para produção do produto final, digo eu]””. Com esse entendimento os capitalistas pressupõem que os valores de uso dos meios de produção no processo de trabalho também criam valor. No exemplo de Marx reproduzido em *Gênese*, considerando o capital original de 100 táleres, distribuídos entre dada quantidade de algodão (50 táleres), de salário do trabalhador (40 táleres) e de instrumentos de trabalho (10 táleres), para que o capitalista individual tivesse o lucro esperado de 10% sobre seus custos de produção, o processo de trabalho teria que criar 55 táleres de algodão, 11 de instrumentos de trabalho e 44 de salário, perfazendo o total de 110 táleres de custo de produção total.<sup>632</sup>

Ora, se os valores dos meios de produção não sofrem acréscimos no processo de produção e o salário do trabalhador corresponde ao que produziu em parte da jornada de trabalho, não há que se considerar os novos valores de 55, 11 e 44 táleres, respectivamente, atribuídos aos meios de produção e ao trabalho necessário. Os 10 táleres

---

629 Ibidem, p. 188 e 189.

630 Ibidem, p. 189 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

631 Trata-se de uma passagem do Livro I d’*O capital* trazida por Rosdolsky (Ibidem, p. 532 Nota 25).

632 Ibidem, p. 189.

acrescidos ao capital original adveio da segunda parte da jornada de trabalho, do trabalho a mais realizado. Assim, o “excedente de 10 táleres constitui todo o lucro do capitalista”, conclui Rosdolsky.<sup>633</sup>

Finalizando seu comentário acerca da criação e conservação do valor no processo de produção (capital variável e capital constante) presente nos *Grundrisse*, Roman Rosdolsky conclui, com Marx, que a “ilusão” de que o lucro do capitalista é produzido “uniformemente em todas as partes do capital [meios de produção (objeto de trabalho e instrumentos de trabalho), e trabalho, digo eu] [...], baseia-se, de um lado, no desconhecimento do papel dos meios de produção no processo de valorização, e, de outro, na confusão entre taxa de mais-valia e taxa de lucro (que é calculada sobre o capital total)”, sobre as quais Roman tratou no Capítulo 25 de *Gênese*, como veremos no momento adequado. Não obstante, Rosdolsky adianta-se e replica no capítulo quatorze em comento uma pequena frase de Marx em torno dessa “confusão”: “Ora, a taxa de lucro não expressa, de modo algum, a taxa ‘em que o trabalho vivo incrementa o trabalho objetivado [nos meios de produção, digo eu], pois este incremento é simplesmente igual ao tempo que ele trabalhou mais do que teria de trabalhar para produzir seu salário’”<sup>634</sup>.

Por isso, diz Roman, “só se pode averiguar corretamente o grau desse incremento a partir da relação entre o novo valor produzido e a parte variável do capital”.

---

633 Ibidem, p. 190 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). Diz Karl Marx conforme obra e página referenciadas: “Todo o trabalho objetivado produzido pelo trabalhador, é de 50 táleres [40 relativos ao trabalho necessário (salário), e 10 referentes ao mais-trabalho, digo eu]. Sejam quais forem os custos dos instrumentos e da matéria-prima, o trabalhador não pode agregar mais, já que seu dia não pode resultar em mais trabalho objetivado [...]”. Por óbvio, nesta etapa da investigação relativa ao processo de conservação e valorização do capital, Marx não considera eventual aumento da produtividade. Esse elemento ingressará em sua investigação mais à frente.

634 Prosseguindo com Roman Rosdolsky: se o trabalhador não fosse trabalhador do capitalista, “[...], não seria obrigado, naturalmente, a realizar mais-trabalho”. Só realizaria o trabalho necessário (relativo a uma parte da jornada inteira) para garantir os meios de sua subsistência. Porém, se trabalhasse, nessa mesma condição, o dia inteiro, já que dispõe de material e instrumento de trabalho, não consideraria o valor a mais criado como lucro, como uma porcentagem do dinheiro inicial empregado no processo produtivo. Para o trabalhador, esse valor a mais significaria simplesmente um incremento sobre o valor que produziu na meia jornada de trabalho, já que poderia comprar uma quantidade a mais de meios de subsistência, na proporção do valor incrementado. Importando para ele somente o valor de uso dos meios de subsistência e nada mais. Não se interessaria, como o capitalista, em reproduzir e multiplicar valor (processo comprar para vender, ciclo D<sub>1</sub>-M-D<sub>2</sub>, circulação mercantil capitalista) (Ibidem, p. 533 Nota 33).

## FOLHETO Nº 08

### PARTE III – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL] (continuação)

#### Capítulo 15 a 18 – A categoria da mais-valia: natureza, formas fundamentais e desdobramentos

No Capítulo 15 – *O conceito geral e as duas formas fundamentais da mais-valia*, bem assim no Capítulo 16 – *Mais-valia relativa e produtividade (Sobre a crescente dificuldade de o capital valorizar-se na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve)*, no Capítulo 17 – *Os métodos de produção da mais-valia relativa (Cooperação, manufatura, maquinaria)*, e, por fim, no Capítulo 18 – *As jornadas de trabalho simultâneas, a lei capitalista de população e o exército industrial de reserva (A crítica a Malthus)*, todos da Parte III – *A seção sobre o processo de produção do capital* de “*Gênese e estrutura de O capital* de Karl Marx”, o pensador e pesquisador ucraniano Roman Rosdolsky comenta sobre a principal categoria do sistema marxiano, a **mais-valia**, conforme se apresenta nos manuscritos *Grundrisse* de 1857/1858.<sup>635</sup>

Em função do formato que adotamos para a reprodução de *Gênese*, em folhetos ou fascículos, optamos por agrupar os capítulos mencionados em um só, de modo a dedicarmos integralmente o Folheto nº 08 à categoria da mais-valia.

#### A) O conceito geral e as duas formas fundamentais da mais-valia<sup>636</sup>

No Folheto antecedente, aprendemos que “no processo de produção capitalista, o incremento do valor não pode resultar de ‘serviços produtivos’ prestados pelos elementos objetivos do capital, os meios de produção [objetos e instrumentos de

---

635 Os conteúdos dos capítulos quinze e dezesseis de *Gênese* correspondem ao item “Mais-valor absoluto e relativo” da sequência *Capítulo do dinheiro como capital – Primeira seção: O processo de produção do capital – Capítulo do capital* dos manuscritos marxianos “Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”, os *Grundrisse* propriamente ditos (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., Sumário). De acordo com o próprio Roman Rosdolsky, nos capítulos dezessete e dezoito a correspondência de *Gênese* com a organização adotada nos *Grundrisse* “se torna impossível”, já que os temas passam a ser tratados ali de forma dispersa (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 201). Entretanto, os temas relativos à “lei de população do capitalismo” e à “crítica marxiana a Thomas Malthus”, inseridos no capítulo dezoito de *Gênese*, estão presentes no item “Mais-valor e lucro” da referida sequência dos *Grundrisse*.

Na explanação de todos os capítulos, Rosdolsky não se limita aos *Grundrisse*, recorrendo algumas vezes às obras posteriores de Marx, sobretudo *O capital*. Quando tal fato ocorrer faremos a devida menção.

636 Está em curso na literatura econômica marxista no Brasil um debate sobre a troca da expressão *mais-valia* por *mais-valor* nas publicações nacionais como a melhor tradução do termo em alemão *Mehrwert* utilizado por Karl Marx. Para o professor Mário Duayer, a expressão mais adequada seria “mais-valor”. Já o professor Eleutério Prado e outros argumentam em favor do vocábulo “mais-valia” (in TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida. **Mais-Valia ou Mais-Valor**. Uberlândia-MG: Economia Ensaios (v. 34 nº 2), Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia, 2020, p. 225 e 226. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/45288>. Consultado em 13.09.2022). Na obra *Gênese*, em comentário, Roman Rosdolsky utiliza o vocábulo “mais-valia”. Já no exemplar dos *Grundrisse* adotado em nossa “expedição”, de edição da Boitempo Editorial (2011), cujo um dos tradutores é o professor Duayer, a palavra acatada é “mais-valor”. Como não entraremos no mérito do debate, no presente artigo faremos uso preferencialmente da expressão “mais-valia”, por ser a mais popularizada, embora também acataremos o verbete “mais-valor” quando for o termo usado na obra em citação.



trabalho, recapitulamos]”, resultado de um processo produtivo anterior. No processo produtivo atual os **meios de produção não criam valores**. Há simplesmente uma **transferência dos valores** da forma que se encontravam antes do início do novo processo (como fio de algodão e fuso de fiar, repetindo o exemplo de Marx mencionado em *Gênese*) para outra forma (a forma de produto final, o vestido).<sup>637</sup>

Citando o filósofo alemão, Rosdolsky afirma: “[...]. O **único valor** que realmente se cria no processo de produção [real ou atual, digo eu] ‘é o **valor acrescentado pela nova quantidade de trabalho** [pelo trabalho vivo atual ou real, digo eu novamente]. Este valor [acrescentado, digo eu mais uma vez] se divide em **trabalho necessário**, que **reproduz o salário** [...], e em **mais-trabalho**, que **excede o trabalho necessário e cria a mais-valia**” (grifo nosso).

Aí se tem desvelado o “segredo do excedente capitalista”, anuncia Roman. Em decorrência do processo histórico da separação entre meios de produção e trabalho, uma vez despojado dos objetos e instrumentos de trabalho, o trabalhador se torna assalariado e naturalmente, sob essa condição, “é obrigado a trabalhar mais [realizando mais-trabalho, digo eu] do que o tempo necessário para produzir seu sustento [que corresponde ao trabalho necessário, digo eu novamente]; para viver, precisa entregar uma parte de seu tempo de vida ao capital”.

Nesse sentido, Karl Marx constata: “O que, do **ponto de vista do capital**, é **mais-valia** [a valorização do capital, como veremos], do **ponto de vista do trabalhador** é **mais-trabalho**, trabalho que supera a necessidade de manter sua vida” (grifo nosso). O **capital**, portanto, **não só deve extrair mais-trabalho**, mais também, e principalmente, deve fazer com que este mais-trabalho **produza mais-valia** e se realize como tal.

Sendo certo, repete Roman Rosdolsky, que somente através do mais-trabalho o capital “pode valorizar-se, criar mais-valia”, mais acertado é, pois decorre dessa constatação, afirmar, conforme Marx, que o “tempo de trabalho absoluto do trabalhador [‘o tempo de trabalho que contém mais-valia’, intervém o pensador ucraniano] lhe é imposto como condição para que possa efetuar o trabalho necessário, isto é, para que possa realizar para si o trabalho necessário à conservação de sua força de trabalho, obtendo valores de uso para si [meios de subsistência, digo eu]”. Em síntese: **para que o capital crie mais-valia, razão de ser do próprio capital, é imprescindível que haja mais-trabalho, o qual pressupõe, obrigatoriamente, a existência do trabalho necessário, que, por sua vez, só existe por que existe o mais-trabalho**.

No cenário de domínio do capital, aponta Rosdolsky, “não há diferença fundamental entre a situação do trabalhador assalariado e a das classes exploradas de épocas anteriores; [...] (em que prevaleceram a escravidão, a servidão ou submissões de qualquer tipo) [...]”. O que parecia ser uma exclusividade dos modos de exploração antigos, o trabalho a mais realizado pelo

---

637 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 191 (Idem em relação à redação dos cinco parágrafos seguintes). O valor dos elementos materiais (meios de produção) do processo produtivo, diz Marx, conforme obra e página referenciadas, “resulta de uma produção anterior, não da que se realiza em tempo real [ou atual, digo eu], na qual entram como matéria-prima e instrumento”. O valor desses materiais foi gerado no momento da sua produção.

produtor direto, o mais-trabalho além do necessário para sustentar sua vida, para sobreviver como produtor direto, aparece no modo de produção capitalista com outro papel e como seu pressuposto fundamental. Porém, uma coisa é certa: **todos os modos de exploração do trabalho têm como base o mais-trabalho do produtor direto (o sujeito que trabalha), contudo somente no modo capitalista de produção o mais-trabalho produz mais-valia.**

De maneira geral, o que justifica o mais-trabalho é a criação de mais-produto, mais mercadorias. Não obstante, conforme ensina Roman Rosdolsky, o fato “de todo mais-trabalho” pressupor um mais-produto não quer dizer “que a possibilidade do mais-produto crie automaticamente o mais-trabalho”, e muito menos a mais-valia. **A criação de mais-valia pressupõe o trabalho assalariado.**<sup>638</sup>

Um bom exemplo disso é o produtor ou trabalhador autônomo. Quando um trabalhador deixa de ser assalariado e passa a ser um pequeno proprietário rural autossuficiente, que trabalha para consumir o resultado do produto de seu trabalho, a categoria do mais-trabalho não se faz presente, embora possa produzir mais-produto na medida em que aumenta seu tempo de trabalho e/ou sua produtividade. Na hipótese, mesmo no âmbito da economia capitalista, que é o que interessa a Marx, por não ser assalariado não há que se falar em trabalho necessário nem em mais-trabalho (respectivamente, trabalho pago realizado mediante salário para adquirir meios de subsistência e trabalho não pago realizado para o capitalista que o emprega) que são imposições do capital. O capital como tal não existe para ele. Para que se possa considerar que o mais-produto é gerado por um mais-trabalho que cria mais-valia é preciso que se estabeleçam relações de produção tais que o mais-produto seja necessariamente extraído do mais-trabalho visando mais valor.<sup>639</sup> Contudo, conforme adiantamos, isso não basta para criar mais-valia<sup>640</sup>.

Mencionamos que a relação direta entre mais-produto e mais-trabalho também ocorreu nos modos de produção anteriores como o escravista e o da servidão, em relação aos quais, por óbvio, não há que se falar em mais-valia. O que se teve ali foi a expropriação direta do tempo de trabalho absoluto do trabalhador e, até mesmo, da sua condição de humano, não pessoa que era. “Ao trabalho forçado direto”, diz Marx, “a riqueza não se contrapõe como capital, mas como relação de dominação [...]; [...] essa relação [‘ao contrário da relação capitalista’, intervém Rosdolsky] não cria a indústria geral”, “a laboriosidade<sup>641</sup>”, Roman Rosdolsky complementa.

638 Ibidem, p. 192 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

639 É possível que o leitor faça aqui uma associação do trabalhador autônomo de antes com a figura fetichizada do “empreendedor” de hoje, tal qual o motorista de aplicativo etc. A nosso ver ele é um trabalhador precarizado de cujo mais-trabalho se extrai mais-valia. Mas essa é uma questão que ultrapassa o escopo da nossa **Expedição**. Não obstante, vale a reflexão e até mesmo um estudo específico por parte do leitor.

640 Como vimos, tanto nos modos de produção pré-capitalistas como no âmbito do próprio modo capitalista de produção em algumas hipóteses não há que se falar em mais-valia. Nos modos pré-capitalistas porque não há um intercâmbio entre capital e trabalho em troca de salário, embora haja mais-trabalho e mais-produto. No próprio modo capitalista de produção, como é o caso do produtor autônomo do nosso exemplo, porque não há intercâmbio do capital com o trabalho e tampouco mais-trabalho, embora possa ter mais-produto.

641 Sobre o conceito geral de *laboriosidade*, veja <https://conceito.de/laboriosidade#:~:text=A%20laboriosidade%20costuma%20ser%20considerada%20como%20um%20valor,detalhes%20e%20tentando%20conseguir%20o>

Muito embora, segundo Rosdolsky, as classes dominantes de épocas anteriores conseguissem “extrair quantidades consideráveis de mais-trabalho das massas populares que dominaram”, “[...] o caráter da produção”, de acordo com Marx, não impunha “um apetite ilimitado por mais-trabalho”,<sup>642</sup> uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, o volume do mais-produto eram pequenos e o “valor de troca” (no sentido de “valor” ou valor econômico ou intrínseco)<sup>643</sup> ainda não predominava como atributo principal da mercadoria, mas sim seu valor de uso (o que significa dizer que a produção não tinha como objetivo fundamental o mercado em si, mas a satisfação desta ou daquela necessidade específica).<sup>644</sup>

No capitalismo, onde predomina o “valor” como principal atributo da mercadoria (vale dizer, onde predomina a produção voltada para o mercado, sendo o valor de uso apenas um meio e não o fim da produção), onde o desenvolvimento das forças produtivas se mostra crescente, o que, por conseqüência, torna cada vez maior o volume do mais-produto, a **apropriação do mais-trabalho** pelos capitalistas “se converte em **um fim em si**, e o **constante incremento** deste [mais-trabalho, digo eu] se transforma em **condição indispensável** do processo de produção” (grifo nosso), conclui Roman.<sup>645</sup>

Com essas características, somente no capitalismo, descreve Marx, citado pelo pesquisador ucraniano, “o dinheiro se converte ‘no **instrumento da laboriosidade universal**’, e a aspiração de ter dinheiro converte-se em ‘impulso de todos’” (grifo nosso). Quando “o trabalho não mais visa a um produto específico que mantém uma relação específica com as necessidades específicas do indivíduo” – o

[%20melhor%20resultado%20poss%C3%ADvel](#) (consultado em 13.09.2022).

642 Frase extraída por Rosdolsky d’*O capital*, Livro I - *O processo de produção do capital* (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 535 Nota 16).

643 De acordo com Roman Rosdolsky (Idem, p. 506 Nota 8), referindo-se à mercadoria, “Nos *Grundrisse* [...], Marx emprega com muita frequência a expressão ‘valor de troca’ em lugares onde deveria usar simplesmente ‘valor’ [valor econômico ou intrínseco, digo eu]”. No Livro I de *O capital*, segundo Rosdolsky, Karl Marx continua empregando a expressão “valor de troca” para definir mercadoria, porém, ali, o próprio Marx esclarece ser “falsa” a afirmação de que mercadoria é valor de uso e valor de troca se se busca “maior precisão” no conceito. O autor d’*O capital* justifica que o uso da palavra “valor de troca” na definição de mercadoria foi uma mera opção pela “terminologia em voga”, ponderando que se tal escolha esteja clarificada “o modo de expressão que usamos não cria problemas e serve para simplificar”. Todavia, afirma contundente: “A mercadoria é *valor de uso*, objeto voltado para o uso, e ‘*valor*’ [valor econômico ou valor intrínseco, digo eu novamente]” (grifo nosso). Embora o conceito marxiano de mercadoria seja composto por duas categorias (valor de uso e valor), sua dimensão é tríplice: valor de uso, valor e valor de troca. A mercadoria “[...] Apresenta-se [conceitualmente, digo eu] como um ser de dupla face (que é) quando seu valor possui uma forma própria de manifestação – a de *valor de troca* –, diferente de sua forma natural [de valor de uso (de utilidade), digo eu mais uma vez]” (grifo nosso). Sobre a questão, Marx faz uma observação significativa: “considerada isoladamente, [a mercadoria] nunca possui aquela forma [de valor de uso e de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu]: isso só ocorre na relação de valor [de troca] ou de intercâmbio com uma segunda mercadoria, de tipo diferente”. Conforme definimos no Folheto nº 02 deste artigo expositivo, uma mercadoria é tudo aquilo que é produzido pelo trabalho humano, substância do seu valor, e colocado no mercado para ser trocado/vendido de acordo com seu valor de uso (utilidade). Diante dessa brevíssima abordagem, recomendamos a releitura do Capítulo 3 (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”) do referido folheto, onde, entre outros aspectos, aprofundamos a definição de mercadoria, tratamos da substância do seu valor (o tempo de trabalho socialmente necessário ou trabalho social ou, ainda, tempo de trabalho abstrato socialmente determinado), além da distinção entre valor de uso, “valor” (valor econômico ou valor intrínseco) e valor de troca. Isso posto, *valor de troca* no sentido de “[valor](#)” ou [valor econômico](#) ou [valor intrínseco da mercadoria](#), com base no que esclareceu o próprio Marx, é o valor medido através do [tempo de trabalho socialmente necessário](#), do [tempo de trabalho humano abstrato](#) objetivado na mercadoria, ou seja, do tempo de trabalho social padrão para produzir uma mercadoria, que possibilita a troca de bens qualitativamente distintos por meio de um equivalente geral, o dinheiro.

644 Ibidem, p. 192.

645 Ibidem, p. 193.

**trabalho como trabalho concreto** – “mas sim ao dinheiro, ou seja, à **riqueza em sua forma universal**, a laboriosidade do indivíduo passa a não ter limite” (grifo nosso) – é o **trabalho como trabalho abstrato**. Doravante, o trabalho “é indiferente a qualquer particularidade”, assumindo “qualquer forma” que sirva ao fim de gerar riqueza em sua forma universal (dinheiro).<sup>646</sup>

A relação que se coloca agora é uma relação que supera “largamente ‘em energia e eficácia’ o uso do trabalho forçado direto, típico das sociedades anteriores”. Esta nova condição transforma “o modo de produção do capital em um ‘modo de exploração que inicia uma época’”.<sup>647</sup>

Um modo de exploração tal que “uma laboriosidade universal só é possível ali onde cada trabalho produz **riqueza universal**, e não uma forma particular dela [mercadorias, digo eu]; logo, ali onde a retribuição ao indivíduo é em **dinheiro**” (grifo nosso), diz Marx.<sup>648</sup> Ali onde tem destaque, conforme Roman Rosdolsky, citando o filósofo alemão, “o papel específico que o capital desempenha ‘como **produtor de laboriosidade alheia, sugador de mais-trabalho e explorador de força de trabalho**’” (grifo nosso),<sup>649</sup> portanto, como **indutor da criação de mais-valia**, ou seja, como **indutor da sua própria valorização**. “Por isso”, finaliza Rosdolsky, esse novo modo de exploração “**pressupõe o trabalho como trabalho assalariado**” (grifo nosso).<sup>650</sup>

Dito isso, com base no conhecido até agora, podemos conceituar **mais-valia** (*mehrwert*, em alemão) como sendo **o valor a mais criado pelo trabalho a mais que valoriza o próprio capital**<sup>651</sup> – como já mencionado, o que na perspectiva do trabalhador é mais-trabalho, sob a ótica do capitalista é mais-valia.

Até aqui estudamos o processo de formação/criação de mais-valia, de onde decorre sua conceituação, o qual podemos resumir da seguinte forma:

a) a jornada de trabalho de um dia é dividida em **trabalho necessário**

646 Ibidem, p. 535 Nota 17. No Folheto nº 02 do presente artigo expositivo, quando versamos sobre o já mencionado Capítulo 3 (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”), tratamos da definição de trabalho abstrato, bem assim da distinção com o trabalho concreto (privado ou individual).

647 Ibidem, p. 193. Parágrafo extraído d’*O capital*, Livro II (“O processo de circulação do capital”), conforme Rosdolsky (Ibidem, p. 535 Nota 18).

648 Ibidem, p. 535 Nota 17.

649 Rosdolsky extrai esse papel do capital do Livro I da obra maior marxiana (Ibidem, p. 535 Nota 14).

650 Ibidem, p. 535 Nota 17. Nos modos anteriores de exploração do trabalho humano, como visto no Folheto nº 07, capítulos onze e doze, o produtor direto (como é o caso do escravo na relação escravista, mas não só) pertence a um proprietário como sua máquina de trabalho – é uma *coisa* que pertence ao outro, e por isso não se comporta como sujeito perante sua própria força vital ou perante a ação viva de trabalho. Em uma sociedade capitalista, o produtor direto, o trabalhador, é um sujeito de direito, uma *pessoa*, sendo detentor do poder econômico sobre sua força de trabalho, que, na relação capitalista, assume a forma de mercadoria do trabalhador, que adquirida pelo capitalista, sob algumas condições contratuais e legais, é trocada por um equivalente em salário.

651 *Mehrwert* é o termo em alemão empregado por Karl Marx para a categoria traduzida em português como *mais-valia* (ou *mais-valor*, segundo alguns autores) (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-valia>. Visto em 13.09.2022). Teoricamente, como veremos, Marx divide a categoria da mais-valia em *mais-valia absoluta*, ligada ao prolongamento da jornada de trabalho, e *mais-valia relativa*, relacionada com o aumento da produtividade.

Oportuno observar que Roman Rosdolsky, de certa maneira seguindo a ordem de disposição dos assuntos adotada nos *Grundrisse*, somente faz a *relação da mais-valia com o lucro do capitalista* na Parte V – “O capital produtivo. Lucro e juros” da sua obra. Portanto, só bem mais adiante a relação da mais-valia com o lucro vai ser também contemplada em nosso escrito.

**e mais-trabalho;**

- b) ambientado em uma parte da jornada, o **trabalho necessário** decorre do **intercâmbio entre capital e trabalho**, ou seja, da aquisição pelo capitalista da **mercadoria força de trabalho** pertencente ao trabalhador, cuja contrapartida é o pagamento de **salário**, por isso é **trabalho pago**, o qual é destinado à aquisição de **meios de subsistência**;
- c) contextualizado na outra metade da jornada, o **mais-trabalho** consiste na atividade laboral realizada **além do tempo de trabalho necessário**, sendo um **trabalho não pago** dedicado ao capitalista;
- d) da relação entre trabalho pago e trabalho não pago resulta a **valorização do capital** empregado no processo de produção e, por conseguinte, a **mais-valia**.

Apresentado o conceito geral e descrito o processo da sua formação/criação, podemos partir para o **processo de incremento de mais-valia**. Nesse rumo, Roman Rosdolsky, fazendo remissão ao Livro II d'*O capital*, aponta que há dois métodos fundamentais para aumentar a mais-valia, considerando a perspectiva do capital, ou para aumentar o mais-trabalho, levando em conta a perspectiva do trabalhador, e com este aumento criar mais mais-valia: o **mais-trabalho absoluto** e o **mais-trabalho relativo**.<sup>652</sup>

O "**mais-trabalho absoluto**", diz K. Marx, "é o **prolongamento da duração do processo laborativo, ou jornada de trabalho**" (grifo nosso), cujo trabalho a mais é obtido "estendendo-se o tempo total de trabalho dos produtores", o trabalho além do trabalho necessário, por meio do cumprimento de horas extras, por exemplo, bem assim através do acréscimo de jornadas simultâneas de trabalho, que decorre do aumento no número de trabalhadores, como veremos neste Folheto.

O "**mais-trabalho relativo**", sendo fixa a duração da jornada, "é o **aumento da produtividade, ou a intensificação do rendimento do trabalho**", o que implica numa **redução do tempo de trabalho necessário**" (grifo nosso).

O mais-trabalho absoluto tem como base, segundo o autor d'*O capital*, "a fertilidade natural do solo, da natureza"<sup>653</sup>. Em consequência, expõe Roman Rosdolsky, esta forma do mais-trabalho "é não só a base da segunda, mas também é muitíssimo mais antiga. É tão velha quanto a exploração do homem pelo homem, e pode ser considerada uma forma de exploração comum a todas as sociedades de classes". **Do mais-trabalho**

---

652 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 193 (Idem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes). Chamamos a atenção para uma distinção, aparentemente sutil, entre *produção* e *aumento* de mais-trabalho e mais-valia. Como estamos a saber, o mais-trabalho é extraído do trabalho a mais realizado para além do trabalho necessário à subsistência do trabalhador, mas dentro da jornada de trabalho de um dia; e este mais-trabalho já produz mais-valia. O aumento da produção de mais-trabalho gera, por sua vez, mais mais-valia e se dá quando se extrapola o tempo de trabalho da jornada (ou se junta várias jornadas simultâneas (aumento de quantidade trabalhadores) em um só dia num mesmo espaço) e/ou pelo incremento da produtividade do trabalho dentro da própria jornada fixa.

653 Fazendo remissão ao Livro II d'*O capital*, Roman observa que "Assim, a possibilidade de mais-trabalho depende, antes de tudo, da produtividade natural do trabalho agrícola" (Marx considera tal assertiva como "o núcleo de verdade da teoria dos [fisiocratas](#)", diz Roman Rosdolsky) (Ibidem, p. 535 Nota 20).

### **absoluto decorre a mais-valia absoluta.**

O autor de *Gênese* avança, sempre com Marx: “O capital não pode renunciar ao mais-trabalho absoluto, especialmente nos primórdios do seu modo de produção, quando ‘se apodera do processo [“produtivo”, intervém Rosdolsky] em sua forma histórica tradicional, já existente, e se limita a prolongar sua duração”<sup>654</sup>. “[...] Nessa etapa do desenvolvimento [nos primórdios do capitalismo, digo eu] ‘a diferença entre a produção capitalista e os estágios anteriores da produção é apenas formal’”. Apenas formal no sentido de que nos estágios anteriores “a extração coercitiva do mais-trabalho [absoluto, digo eu novamente] ocorre ‘diretamente pela violência’ [...], enquanto no capital ‘é mediada pela troca [troca-se “livremente” a mercadoria força de trabalho, de propriedade do trabalhador, por salário, a contrapartida do capitalista (proprietário dos meios de produção), digo eu mais uma vez]”<sup>655</sup>.

Por mais que a extração do mais-trabalho absoluto “tenha sido e ainda seja” indispensável para o capital, conforme considera Roman Rosdolsky, “ela não é suficiente para caracterizar a essência do modo de produção capitalista”. Como essa essência “consiste, principalmente, na revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, para fazer recuar cada vez mais os limites naturais decorrentes do tempo de trabalho necessário e alargar cada vez mais o domínio do mais-trabalho [...], não é no mais-trabalho absoluto, mas sim no [mais-trabalho, digo eu] relativo, que aparece ‘claramente o caráter industrial, historicamente específico, do modo de produção baseado no capital’”. Sob este aspecto, isto é, à luz do mais-trabalho relativo, a diferença entre o modo capitalista de produção e os modos de produção mais antigos se revela muito mais profunda.<sup>656</sup>

O **mais-trabalho relativo** diz respeito ao “desenvolvimento da **produtividade social do trabalho**” (grifo nosso), define Rosdolsky ancorado no Livro IV – “Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico” d’*O capital*.<sup>657</sup> Neste contexto, o capital “é **produtivo**, ‘na medida em que, no tipo de coerção que exerce sobre o trabalho assalariado [...], estimula a força produtiva do trabalho a criar **mais-valia relativa**’” (grifo nosso).<sup>658</sup> **Do mais-trabalho relativo decorre a mais-valia relativa.**

Sabemos que o modo capitalista de produção, segundo Roman, “está de antemão orientado para o valor de troca [no sentido de ‘valor’ ou valor econômico ou intrínseco, digo eu], e que nele a produção de valores de uso não é uma finalidade, mas um meio”. A sua finalidade “é a **valorização do capital**. [...] o capital deve **não só extrair o mais-trabalho, mais também realizá-lo como mais-valia**” (grifo nosso).

---

654 Frase extraída por Roman do Livro I d’*O capital* (Ibidem, p. 536 Nota 23).

655 Portanto, como nos mostra Marx (Ibidem, p. 193), embora sob formas distintas, o mais-trabalho absoluto “aparece tanto nos modos de produção do escravismo, da servidão etc., nos quais o valor de uso é o ponto central e predominante, como no modo de produção capitalista, orientado diretamente para o valor de troca [no sentido de valor’ ou valor econômico ou intrínseco] e só indiretamente para o valor de uso”.

656 Ibidem, p. 194.

657 Ibidem, p. 193 c/c p. 535 Nota 21.

658 Ibidem, p. 194 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). O trecho em Nota replica o contido em *O capital*, Livro IV, conforme Rosdolsky (Ibidem, p. 536 Nota 26).

Neste ponto da investigação, como resultado de uma mesma tendência fundamental do capital de incrementar a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, Karl Marx passa a examinar o que denomina de as **tendências “expansionistas” e “civilizatória”** do próprio capital (grifo nosso).<sup>659</sup>

Para Marx, “A mais-valia criada em um ponto [na produção, digo eu] demanda a criação de mais-valia em outro ponto [na circulação, digo eu novamente], para que haja intercâmbio” (grifo do autor). É uma condição necessária para a produção baseada no capital que, além da esfera da produção, haja também “uma esfera da circulação constantemente ampliada [...]” (grifo do autor).<sup>660</sup>

Karl Marx prossegue. “Assim como o capital tem a tendência permanente de criar mais-trabalho [que corresponde à esfera da produção, digo eu], também tem a tendência complementar de criar mais pontos de intercâmbio [esfera da circulação, digo eu novamente] [...]”. Por isso, “todo e qualquer limite se apresenta [‘ao capital’, intervém Rosdolsky] como uma barreira a ultrapassar”. O capital busca inexoravelmente “submeter todos os momentos da produção ao intercâmbio e abolir a produção de valores de uso diretos [valores de uso visando satisfazer diretamente as necessidades humanas como um fim em si mesmo, digo eu], que não entram no processo de intercâmbio” (não esqueçamos que o capital está de antemão orientado para produzir valores de troca, sendo que a produção de valores de uso não é sua finalidade, mas um meio – a finalidade é a valorização do próprio capital).

Ou seja, o modo de produção capitalista requer “ampliação quantitativa do consumo existente; [...] difusão das ‘velhas’ necessidades por espaços mais amplos; [e, digo eu] [...] produção de novas necessidades, com descoberta e criação de novos valores de uso”.<sup>661</sup>

Em um cenário do tipo, continua o alemão, o comércio aparece “como pressuposto e momento essencial que engloba a própria produção”, e “a tendência de criar o mercado mundial [‘está’, intervém Rosdolsky] dada diretamente no próprio conceito de capital”.<sup>662</sup>

A partir da multiplicação e desenvolvimento das forças produtivas, em que se baseia a produção de mais-valia relativa, o capital precisa “ampliar, dentro da circulação, a esfera do consumo, assim como ampliou antes a esfera da produção”. Não basta que o mais-trabalho gere “*mero excedente quantitativo*”, é imprescindível que “*as diferenças qualitativas do trabalho*” aumentem, se diversifiquem e se multipliquem continuamente, resultando em produtos inovadores e que criem novas necessidades (grifo do autor).<sup>663</sup>

Com a duplicação, por exemplo, da capacidade produtiva (produtividade),

---

659 Ibidem, p. 196.

660 Ibidem, p. 194 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

661 Ibidem, p. 195.

662 Ibidem, p. 194. De acordo com o exposto no Capítulo 11 do Folheto nº 07, para onde remetemos o leitor, o filósofo alemão define *capital* como sendo um valor que se amplia, que se reproduz, uma relação social, um processo, e, por ser assim, constitui o impulso desenfreado de passar por cima de suas próprias barreiras. Caso contrário, deixaria de ser capital, dinheiro que produz a si mesmo.

663 Ibidem, p. 194 e 195.

prosegue K. Marx, onde o capitalista empregava 100 de capital agora basta 50 para multiplicá-lo. Este capital e trabalho liberados têm necessariamente que ser aplicados em “um novo setor de produção [conservando-se o valor da velha indústria, digo eu baseado no próprio Marx], qualitativamente diferente [...], um setor que produza e satisfaça uma nova necessidade”.<sup>664</sup>

Todo esse movimento tende à exploração cada vez mais intensa da natureza; ao “intercâmbio universal dos produtos de todos os climas e países”; a “novas elaborações (artificiais) dos objetos naturais para encontrar novos valores de uso [...]”; à “identificação”, “criação” e à “satisfação de novas necessidades procedentes da própria sociedade”; ao “cultivo de todas as propriedades do homem social e a produção deste como um indivíduo portador de múltiplas necessidades [...]”, um “[...] indivíduo social o mais pleno e universal possível [...]”.

Logo, “a produção baseada no capital cria, de um lado, a laboriosidade universal, [...] de outro, cria um sistema de exploração geral das propriedades naturais e humanas, um sistema de utilidade geral<sup>665</sup>, utilizando tanto a ciência como todas as propriedades físicas e espirituais”. Diante desse quadro, o próprio filósofo alemão exclama: “nada parece ser mais elevado, nem justificado em si mesmo, fora dessa esfera da produção social e da troca”.

Assim está criada pelo capital “a **sociedade burguesa** e um regime de apropriação universal, pelos membros da sociedade, tanto da natureza como das relações sociais. [...] Pela primeira vez, a natureza é convertida em um objeto para o homem, em coisa útil, apenas” (grifo nosso); deixando de ser objeto de idolatria e de divinização, decreta Marx. De tudo isso decorre as **tendências expansionista e civilizatória do capital**. Nesse sentido o capital é “constantemente revolucionário, derruba as barreiras que dificultam o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e intercâmbio das forças naturais e espirituais”.<sup>666</sup>

Conceituada a categoria da mais-valia e diferenciada suas duas formas, nos itens seguintes acompanharemos, com R. Rosdolsky, a investigação marxiana acerca das barreiras que o capital encontra para se valorizar, bem assim, o aprofundamento da análise mais-trabalho e mais-valia relativos que explica “de um lado, por que o capital encontra nas máquinas a forma mais adequada de existência e, de outro, por que, com o desenvolvimento da produção capitalista, a massa de trabalho vivo empregado decresce continuamente, em comparação com aquela objetivada nos meios de produção, ao mesmo tempo que o trabalho vivo não pago [mais-trabalho, digo eu] tende a crescer em relação

---

664 Ibidem, p. 195 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

665 Marx está se referindo, segundo Roman, à “teoria da utilidade’ desenvolvida pelos filósofos e economistas dos séculos XVII e XVIII”. Karl Marx vai desenvolver um esboço dessa teoria em *A ideologia alemã* e no Livro I d’*O capital*, conforme informação do próprio Rosdolsky (Ibidem, p. 536 Nota 33).

666 Ibidem, p. 195 e 196. Sobre o impacto revolucionário do capitalismo em face dos modos de produção anteriores, disseram Marx e Friedrich Engels<sup>[Nota 19]</sup>: “Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas” – “tudo que é sólido se desmancha no ar” (in MARX, Karl Heinrich e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, Coleção A Obra Prima de Cada Autor, 2000, p. 48).



ao trabalho vivo pago [trabalho necessário, digo eu novamente]”.<sup>667</sup>

## **B) Mais-valia relativa e produtividade (Sobre a crescente dificuldade de o capital valorizar-se na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve)<sup>668</sup>**

Roman Rosdolsky abre o capítulo dezesseis recordando: “o modo de produção capitalista caracteriza-se especialmente pela **tendência** – que lhe é específica – de **criar mais-valia relativa**. Só dessa forma o capital consegue impulsionar constantemente o desenvolvimento das forças produtivas materiais [os meios de produção, digo eu] e colocar o **progresso social a serviço da riqueza**” (grifo nosso).

Porém, o autor de *Gênese* sublinha que, enquanto portador dessa tendência, “o capital se choca contra barreiras inerentes à sua própria natureza, barreiras que mostram que esse modo de produção [o modo de produção capitalista, digo eu] é um **período transitório**, embora **historicamente necessário**”<sup>669</sup> (grifo nosso).

De acordo com Roman Rosdolsky, lastreado em Marx, “O capital só desenvolve as forças produtivas da sociedade na medida em que, com isso, se valorize, ou seja, crie mais-valia [relativa, digo eu]”. Portanto, **o desenvolvimento das forças produtivas (gerador da riqueza capitalista) pelo capital está condicionado (e condiciona ao mesmo tempo) à criação de mais-valia relativa, à valorização do próprio capital**. Todavia, **a valorização do capital, a mais-valia relativa, por sua vez, “está confinada aos limites da relação entre o trabalho necessário e o mais-trabalho”** (grifo nosso). Assim sendo, “na medida em que as forças produtivas se desenvolvam e o [tempo de, digo eu] trabalho necessário se aproxime de seu limite ‘inferior’, a valorização do capital torna-se cada vez mais difícil”.

Como veremos a seguir, dos limites da relação trabalho necessário e mais-trabalho derivam as dificuldades intrínsecas que o capital encontra para criar mais-valia relativa, impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas materiais com vistas à produção da riqueza do sistema capitalista.

Karl Marx resume em três observações, segundo Rosdolsky, o resultado de sua investigação sobre o crescimento da mais-valia relativa e o crescimento da produtividade do trabalho em face à relação entre o trabalho necessário e o mais-trabalho, que, paradoxalmente, como adiantamos, dificulta a valorização do capital:<sup>670</sup>

### **i.) O aumento da produtividade do trabalho aumenta o valor do capital porque o aumento da produtividade reduz o trabalho**

667 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 196.

668 Sobre o tema do capítulo em foco, Rosdolsky observa que a análise empreendida por Marx nos *Grundrisse* “não reaparece em *O capital*”, por isso busca expô-la aqui “com certo detalhe” (Idem, p. 197 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes)).

669 Roman Rosdolsky alerta que Marx ainda não se refere às “barreiras resultantes da necessidade de realização do capital e de sua mais-valia”, às barreiras que o capital encontra por precisar reproduzir a si e a sua mais-valia, sobre o que versará na parte dos *Grundrisse* dedicada ao processo de circulação do capital, que neste artigo expositivo corresponde à Parte IV (Ibidem, p. 537 Nota 2). Na parte dos *Grundrisse* sobre a qual versamos – o processo de produção do capital –, Karl Marx analisa as barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas, à criação da mais-valia relativa. Perceba que nesta terceira parte Marx trata da *criação* da mais-valia relativa e na quarta tratará da sua *reprodução*.

670 Ibidem, p. 199.

**necessário em relação ao trabalho total**<sup>671</sup>: “o aumento da produtividade do trabalho vivo aumenta o valor do capital [ou diminui relativamente o valor da força de trabalho, digo eu com base em Rosdolsky<sup>672</sup>]”, não porque a maior produtividade tenha aumentado com o mesmo trabalho a quantidade de mercadorias produzidas (produto final), ou a quantidade de trabalho objetivado no produto final ou, ainda, valores de uso, mas porque o aumento da produtividade “reduz o trabalho necessário”. Dessa observação extrai-se que **é inversa a relação entre o aumento da produtividade e tempo de trabalho necessário**.<sup>673</sup>

Roman Rosdolsky explica o disposto acima: “Suponhamos que a relação entre o trabalho necessário e mais-trabalho seja 1:1”, isto é, que o “trabalhador trabalha, para si e para o capitalista, a mesma quantidade de tempo”. Considerando uma jornada inteira de trabalho, em uma metade da jornada o trabalhador trabalha para si – **trabalho necessário** – e na outra trabalha para o capitalista – **mais-trabalho**.<sup>674</sup>

Por conta do intercâmbio entre o capital e o trabalho objetivado no trabalhador,<sup>675</sup> correspondente a meio dia de trabalho (**trabalho necessário**), o capitalista se legitima, diz Marx, a “**apropriar-se da jornada inteira de trabalho**”, criando, assim, as condições para obter (graças ao **mais-trabalho**), também em meia jornada, “a **mais valia de seu capital**” (grifo nosso). Portanto, no caso, tanto o **trabalhador** quanto o **capitalista** recebem o correspondente à **fração do trabalho objetivado equivalente à 1/2 fração da jornada inteira**. O trabalhador, o recebe na forma de **salário**, com o qual adquire os **meios de sua subsistência**; o capitalista, na forma de **mais-valia**, que representa a **valorização do capital** que inicialmente empregou.

Partindo dessa equivalência, imaginando agora que a **produtividade do trabalho duplicou** e que a condição natural do modo capitalista de produção não se alterou, ou seja, que o capitalista **não compartilhou com o trabalhador o resultado do aumento da produtividade**, e que, portanto, a jornada anterior de um dia inteiro foi mantida, temos o seguinte resultado: na perspectiva do trabalhador, em função do aumento da produtividade do trabalho, o **trabalho necessário**, que se destina à

671 Em sua primeira observação o filósofo alemão foca nos efeitos do *aumento da produtividade do trabalho* sobre o *trabalho necessário*.

672 ROSDOLSKY, Roman. p. 199 c/c p. 537 Nota 7.

673 Idem, p. 199.

674 Ibidem, p. 197 (Ibidem, em relação à redação do parágrafo seguinte).

675 Em cujo intercâmbio o capitalista adquire a mercadoria força de trabalho do trabalhador em troca de salário que é gasto por este na aquisição dos meios de subsistência, lembramos.

manutenção do trabalhador por um dia inteiro e que representava a fração de 1/2 ou 2/4 da jornada completa, **diminuiu para 1/4 desta jornada**; por conseguinte, **o capitalista**, que extraia de mais-valia o equivalente a 1/2 ou 2/4 de um dia trabalhado, passa a extrair uma **mais-valia total** correspondente a **3/4 desse dia inteiro de trabalho**.<sup>676</sup>

Se o capital compartilhasse com o trabalho o resultado do aumento da produtividade, se a jornada diminuísse na mesma proporção do novo trabalho necessário (1/4), “o capitalista conseguiria apropriar-se da mesma quantidade de mais-trabalho” da jornada completa anterior, e, por conseguinte, de mais-valia, equivalente à fração de 2/4 do dia trabalhado. Como isso não ocorre, pois ele “aspira a uma valorização cada vez maior de seu capital [...]”, na mesma proporção em que o trabalho necessário diminui (1/4) cria-se mais-trabalho a mais, ou, o que é o mesmo, cria-se mais mais-valia (que passou de 2/4 para 3/4 da jornada de um dia).<sup>677</sup>

Referindo-se ao trabalhador, Marx conclui: “A maior produtividade de seu trabalho **reduz o tempo de trabalho necessário [...] e prolonga o tempo de trabalho dedicado à valorização do capital** [o mais-trabalho, digo eu]” (grifo nosso).<sup>678</sup> “Pois a **mais-valia que o capital obtém no processo de produção nasce do mais-trabalho, o trabalho que excede o trabalho necessário**” (grifo nosso).<sup>679</sup>

Portanto, “O aumento da produtividade só pode aumentar o mais-trabalho [ou a mais-valia, ressaltamos] [...] na medida em que reduz a proporção da relação entre o trabalho necessário e o mais-trabalho” – no exemplo, a relação que era de 1/2 (50%) por 1/2 (50%) passou para 1/4 (25%) por 3/4 (75%) da jornada inteira. Desse modo, diante da duplicação da produtividade do trabalho, enquanto a mais-valia cresceu 25%, o trabalho necessário

676 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 197 e 198. Memória de cálculo do apresentado no parágrafo em Nota:

a) Situação I: produtividade anterior = 1;

a.1) Tempo de trabalho necessário =  $1/2 = 1/4 + 1/4 = 2/4$  da jornada inteira;

a.2) Tempo de mais-trabalho =  $1/2 = 1/4 + 1/4 = 2/4$  da jornada inteira;

b) Situação II: produtividade atual = 2;

b.1) Tempo de trabalho necessário =  $2/4_{(a.1)} \div 2 = 1/4$  da jornada inteira\*;

\*Neste cálculo considera-se as seguintes condições: que o tempo de trabalho total deva se limitar à jornada de um dia; que na jornada deva estar incluído também o tempo de mais-trabalho, visto que o capitalista, naturalmente, não abre mão da mais-valia, caso contrário deixaria de ser capitalista e o capital não seria capital; bem assim que o capitalista não compartilha o aumento da produtividade do trabalho com o trabalhador (seja reduzindo sua jornada, seja reproduzindo o multiplicador no tempo de trabalho necessário), pois deseja uma valorização cada vez maior do seu capital; por fim, que o trabalho necessário deva ser dividido pelo multiplicador da produtividade como decorrência necessária das condições anteriores.

b.2.) Tempo de mais-trabalho =  $2/4_{(a.2)} + 1/4_{(a.1 - b.1)} = 3/4$  da jornada inteira.

677 Idem, p. 197.

678 Ibidem, p. 198.

679 Ibidem, p. 199 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

decreceu na mesma proporção.

- ii.) **A mais-valia não aumenta na mesma proporção que o aumento da produtividade**<sup>680</sup>: “a mais-valia do capital não aumenta acompanhando o multiplicador da produtividade; ela aumenta conforme a diferença entre [‘de um lado’, intervém Rosdolsky] a fração da jornada de trabalho vivo que antes representava trabalho necessário e [‘de outro’, intervém Roman mais uma vez] essa mesma fração dividida pelo multiplicador da produtividade”. Da segunda observação marxiana extrai-se que **é direta a relação entre o aumento da produtividade e o da mais-valia, mas não na mesma proporção.**<sup>681</sup>

Para clarificar a sua segunda observação, Karl Marx apresenta um novo cenário. Se na situação anterior (subitem “i.”) o trabalhador tivesse que desempenhar como trabalho necessário a fração de tempo de  $\frac{2}{3}$  de um dia inteiro, a **duplicação da produtividade** teria causado uma redução do trabalho necessário de  $\frac{2}{3}$  para  $\frac{1}{3}$  da jornada completa, “duplicando correspondentemente o [‘tempo de’, intervém Roman] mais-trabalho” de  $\frac{1}{2}$  para  $\frac{5}{6}$  da jornada inteira. Contudo, teríamos aí um problema. Dado que o trabalho total antes do aumento da produtividade ( $=\frac{7}{6}$ ) e a soma ( $=\frac{7}{5}$ ) do novo tempo de trabalho necessário ( $=\frac{1}{3}$ ) com o novo tempo de mais-trabalho ( $=\frac{5}{6}$ ), decorrentes da duplicação da produtividade, ultrapassariam a jornada de trabalho de um dia, no caso, “a **jornada total de trabalho** [de um dia, digo eu] ‘aparece necessariamente como **caso-limite**’” (grifo nosso), afirma Rosdolsky, com Marx.<sup>682</sup> “O capital não pode apropriar-se de toda a jornada, pois uma parte dela precisa sempre ser permutada pelo trabalho objetivado no trabalhador [o trabalho necessário, digo eu]: **‘A mais-valia pressupõe a relação entre o trabalho vivo [mais-**

---

680 Em sua segunda observação o filósofo alemão foca nos efeitos do *aumento da produtividade do trabalho* sobre o *mais-trabalho* (na perspectiva do trabalhador) ou sobre a *mais-valia* (na perspectiva do capitalista).

681 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., 199.

682 Memória de cálculo do apresentado no parágrafo:

a) Situação I: produtividade anterior = 1;

a.1) Tempo de trabalho necessário =  $\frac{2}{3}$  da jornada inteira;

a.2) Tempo de mais-trabalho =  $\frac{1}{2}$  da jornada inteira;

a.3) Tempo de trabalho total =  $\frac{2}{3}_{(a.1)} + \frac{1}{2}_{(a.2)} = \frac{7}{6}$  da jornada;

b) Situação II: produtividade atual = 2;

b.1) Tempo de trabalho necessário =  $\frac{2}{3}_{(a.1)} \div 2 = \frac{2}{6} = \frac{1}{3}$  da jornada inteira\*;

\* Neste cálculo considera-se as seguintes condições: que o tempo de trabalho total deva se limitar à jornada de um dia; que nesta jornada deva estar incluído também o tempo de mais-trabalho, visto que o capitalista, naturalmente, não abre mão da mais-valia, caso contrário deixaria de ser capitalista e o capital não seria capital; bem assim que o capitalista não compartilha o aumento da produtividade do trabalho com o trabalhador (seja reduzindo sua jornada, seja reproduzindo o multiplicador no tempo de trabalho necessário), pois deseja uma valorização cada vez maior do seu capital; por fim, que o trabalho necessário deva ser dividido pelo multiplicador da produtividade como decorrência necessária das condições anteriores.

b.2.) Tempo de mais-trabalho =  $\frac{1}{2}_{(a.2)} + \frac{1}{3}_{(a.1 - b.1)} = \frac{5}{6}$  da jornada inteira;

b.3) Tempo de trabalho total =  $\frac{1}{3}_{(b.1)} + \frac{5}{6}_{(b.2)} = \frac{7}{5}$  da jornada.

**trabalho, digo eu] e o trabalho objetivado no trabalhador [trabalho necessário, digo eu novamente];** ambos os termos da relação precisam existir' [...]. A mais-valia relativa não pode 'aumentar na mesma proporção numérica que a força produtiva [a produtividade do trabalho, digo eu]'. Pelo contrário, **seu crescimento deve tornar-se mais lento**" (grifo nosso). Segundo a análise de Rosdolsky, qualquer crescimento posterior da produtividade geraria "[...] um menor crescimento relativo da mais-valia".<sup>683</sup>

A relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de mais-trabalho que era, no exemplo do subitem "i.", de 1/4 (25%) por 3/4 (75%) passou para 1/3 (33,33%) por 5/6 (66,67%) da jornada inteira, registrando-se um crescimento da mais-valia de apenas 8,33%. Embora a mais-valia continue crescendo, o ritmo de crescimento se tornou bem mais lento que o anterior (25%).<sup>684</sup>

A par disso, especificamente no que se refere à duplicação da produtividade em face ao mais-trabalho ou à mais-valia, o filósofo alemão conclui: "[...] Vê-se que o **mais-trabalho** (do ponto de vista do trabalhador) ou a **mais-valia** (do ponto de vista do capital) **não aumentam [sic] na mesma proporção da produtividade**".

Desse modo, "o aumento da quantidade absoluta de valor do capital como consequência de um determinado aumento da produtividade depende da fração da jornada de trabalho que representa o trabalho necessário e, portanto, expressa a **relação originária** entre o **trabalho necessário** e a **jornada de trabalho vivo** [o **mais-trabalho, digo eu]**", arremata o autor dos *Grundrisse*.<sup>685</sup>

iii.) **Quanto mais desenvolvido for o capital, quanto mais-trabalho (ou mais-valia) já tenha criado em uma etapa anterior, mais terá que desenvolver a produtividade do trabalho para valorizar-se, e numa proporção sempre menor**<sup>686</sup>: "quanto maior for a mais-valia do capital antes do aumento atual da

683 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 198.

684 Nesse sentido, seguindo o mesmo raciocínio matemático reproduzido nos dois subitens, o autor d' *O capital* demonstra, lançando mão de outras simulações, das quais tomamos a última, que "[...] Se o trabalho necessário se reduzisse a 1/1.000 da jornada", em vista da multiplicação por mil da produtividade, "o trabalho necessário se reduziria a 1/1.000.000 do dia de trabalho e a mais-valia total atingiria 999.999/1.000.000 desse mesmo dia". Assim, a mais-valia "teria aumentado 999/1.000.000", ou seja, "com a multiplicação por mil da produtividade, ela [a mais-valia, digo eu] não chegaria a aumentar um milésimo [...]" (Idem, p. 198 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte)).

685 Ibidem, p. 199. Sendo a expressão de uma relação originária entre essas duas categorias do trabalho, "o aumento da produtividade, em uma mesma proporção, pode [inclusive, digo eu] aumentar de maneira diferente o valor do capital em países diferentes, por exemplo [...]", o que também pode ocorrer "nos diferentes setores da indústria [...], segundo a relação diferente que exista, nesses setores, entre o trabalho necessário e a jornada de trabalho vivo", ressalta Marx, conforme obra e página referenciadas.

produtividade, tanto maior será a quantidade de mais-trabalho ou mais-valia já incorporados [sic] ao capital [em momento anterior, digo eu], ou tanto menor a fração da jornada de trabalho que já constituía o equivalente do trabalhador, sob a forma de trabalho necessário; logo, tanto menor será o crescimento da mais-valia recebida pelo capital [na etapa atual, digo eu novamente] graças ao aumento da produtividade”.<sup>687</sup>

Decerto a mais-valia aumentará, “mas em uma proporção cada vez menor em relação ao desenvolvimento da produtividade [ou das forças produtivas, digo eu]”. “Quanto mais desenvolvido é o capital, quanto mais-trabalho já criou, tanto mais formidavelmente terá de desenvolver a produtividade para valorizar-se (ou seja, para agregar mais-valia a si mesmo) [e ainda, digo eu] em proporção cada vez menor”. A barreira à tendência imanente do capital de autovalorizar-se, levando-se em conta a valorização do capital já realizada, **será sempre “a proporção [cada vez menor, digo eu] entre a fração do dia que expressa o trabalho necessário e a jornada inteira de trabalho”**, cuja proporcionalidade cada vez menor repercute também como um limite à produção de mais mais-valia ou à valorização do capital.<sup>688</sup>

Vimos, portanto, que para a mais-valia relativa aumentar, em função do aumento da produtividade do trabalho, considerando o caso-limite da jornada de um dia de trabalho, o tempo de trabalho necessário tem que diminuir. Além disso, sabemos que, muito embora o aumento da produtividade gere uma maior valorização do capital, esta não se dá na mesma proporção que o incremento da produtividade. Ademais, considerando a tendência natural do capital de valorizar-se, na medida em que tal inclinação já venha se concretizando ao longo do tempo, o trabalho necessário pode atingir seu limite de redução proporcionada pelo incremento crescente da produtividade, até o ponto deste não mais reduzi-lo sensivelmente, o que colocaria o próprio nível de autovalorização do capital (o nível da mais-valia) em um patamar tão baixo ao ponto do incremento da produtividade chegar a ser indiferente para o capital, no que se refere à sua valorização<sup>689</sup>. E aí, o capital teria deixado de ser capital.<sup>690</sup>

686 Em sua terceira e última observação filósofo alemão foca nos *efeitos do desenvolvimento que o capital já atingiu para continuar se valorizando*.

687 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 199.

688 Idem, p. 199 e 200.

689 Não esqueçamos que a redução crescente do trabalho necessário por conta do aumento da produtividade leva a um aumento crescente do mais-trabalho e, por conseguinte, da mais-valia. Desse modo, quando o incremento da produtividade não mais reduzir de forma sensível o trabalho necessário, significa que o mais-trabalho, e a mais-valia, portanto, também não conseguem aumentar com algum grau de significância. Marx ressalta nos *Grundrisse* (Ibidem, p. 537 Nota 11), que o crescimento menor da mais-valia não ocorre porque o salário aumentou ou porque aumentou a participação do trabalho no produto final. Ocorreu exatamente o contrário. O salário já diminuiu muito em relação ao dia de trabalho dedicado ao mais-trabalho e em relação à proporção da participação do trabalho no produto do trabalho.

## C) Os métodos de produção da mais-valia relativa (Cooperação, manufatura, maquinaria) Capítulo 17

O pensador e pesquisador ucraniano Roman Rosdolsky dá início ao Capítulo 17 de “Gênese e estrutura de *O capital*” afirmando que “**não se obtém a mais-valia relativa pelo prolongamento da jornada de trabalho, mas sim pelo barateamento do valor da força de trabalho**” (grifo nosso). Dessa constatação decorre o que Karl Marx caracteriza como “o impulso imanente e a tendência permanente do capital [...] de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, ou seja, [‘revolucionar’, intervém Rosdolsky] o modo de produzir [...], para aumentar a produtividade do trabalho”, e assim diminuir “o valor da força de trabalho”, abreviando o tempo de trabalho necessário que é imprescindível para “a reprodução desse valor”.<sup>691</sup>

Dito isso, é preciso, então, dar continuidade à análise da categoria da mais-valia para se descobrir como o capital desenvolve seu impulso na direção da mais-valia relativa, a mais-valia que decorre do aumento da produtividade. Neste rumo, o autor de *Gênese* aponta três métodos de produção da mais-valia relativa: “a **utilização capitalista da cooperação**, a **divisão manufatureira do trabalho**” e, principalmente, “o **desenvolvimento da maquinaria moderna**” (grifo nosso)<sup>692</sup>. Todos eles “põem as forças produtivas sociais do trabalho<sup>693</sup> a serviço do capital”. Examinemos cada um deles.

### *A cooperação simples da força de trabalho*

De acordo com Karl Marx, citado por Roman, “[...]. O que o trabalhador vende ao capitalista [...] é ‘sua [mercadoria, digo eu] **força de trabalho individual, isolada**’ (grifo nosso), e que por ela **paga o salário**. Entretanto, no processo de produção o trabalhador “não é usado como indivíduo, mas como integrante de um ‘organismo ativo’ que acrescenta novas potências sociais à capacidade de trabalho de cada um”<sup>694</sup>.

Pensando assim, o filósofo alemão introduz a cooperação simples de forças de trabalho como um dos métodos de produção da mais-valia relativa; que, como veremos,

690 Ibidem, p. 200. No final do capítulo, Rosdolsky destaca um alerta do próprio Marx, no sentido de que as ideias lançadas só são verdadeiras no nível de abstração apresentado e apenas sob o ponto de vista adotado, ou seja, na medida em que foi enfocada “apenas a relação abstrata entre o desenvolvimento da produtividade e o crescimento da mais-valia”. Dessa passagem de *Gênese* podemos perceber que tal abstração é uma preparação para a teoria do lucro de Marx. Por isso, conforme Roman, esses raciocínios só estão de forma fragmentária em *O capital* (Livro I).

691 Ibidem, p. 201 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). A passagem exposta no parágrafo em Nota foi extraída por Roman Rosdolsky d’*O capital* (Livro I).

692 Ainda de acordo com a obra e página referenciadas na Nota anterior, Rosdolsky informa que toda a seção IV (“A produção do mais-valor relativo”) do Livro I d’*O capital* Marx dedicou “à descrição sistemática desses temas”, e que nos *Grundrisse* apenas os esboçou e ainda assim misturados a outros.

693 É sabido que as forças produtivas são constituídas pela combinação da “força de trabalho humana” com os “meios de produção”<sup>[Nota 515]</sup>. O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho “aumenta a massa de meios de produção – máquinas, equipamentos, instalações, matérias primas, matérias auxiliares e toda infraestrutura disponível para produção – que o mesmo número de trabalhadores põe em movimento, produzindo uma massa crescente de mercadorias que entram na esfera da circulação para terem seu valor realizado [serem vendidas, digo eu]” (in RUTKOSKI, Márcio Moraes. **O Papel das Crises para a Teoria de Marx sobre a Derrocada do Capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Economia). Florianópolis-SC: Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2004, Capítulo 4, item 4.1 (Disponível em <https://1library.org/document/yrov09jy-papel-crisis-para-teoria-marx-sobre-derrocada-capitalismo.html>). Visto em 14.09.2022).

694 Parágrafo extraído por R. Rosdolsky do Livro I d’*O capital* (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 537 Nota 4).

não se trata de “uma mera adição” de forças de trabalho, alerta Roman Rosdolsky, mas sim do “caráter **coletivo** e **coordenado** do trabalho” com o fim de **umentar a capacidade produtiva**. É só observarmos a divisão de trabalho dentro de uma fábrica para percebermos a correção do afirmado, reforça Rosdolsky.<sup>695</sup>

Embora pareça óbvio que o trabalho associado sempre esteve diretamente ligado ao crescimento da produção econômica, conhecer a forma como se dá esta associação no âmbito do modo de produção capitalista e seus desdobramentos é fundamental para se entender a engrenagem do capitalismo.

De acordo com o pensador ucraniano, sempre ancorado em Marx, “a associação dos trabalhadores no processo de produção [capitalista, digo eu] não é estabelecida por eles, mas sim pelo capital”. Ela representa a existência do capital e não a dos trabalhadores. No ponto de vista do trabalhador individual, “tal associação aparece como arbitrária”, diz Karl Marx. Uma vez estabelecida pelo capital, o aumento da produtividade decorrente do trabalho associado só beneficia o próprio capital. O filósofo alemão continua: “Os avanços da civilização – em outras palavras, o incremento das forças produtivas sociais – [...] não servem para enriquecer o trabalhador, mas o capital”, posto que monopolizados pela classe capitalista. Como efeito adverso, o incremento das forças produtivas sociais (os avanços) ampliam os domínios do mais-trabalho relativo com o aumento da produtividade, o que aumenta “o poder objetivo [ou o poder do capital, digo eu baseado em Rosdolsky] sobre o trabalho”. “Por isso”, Marx prossegue, “o trabalhador considera, com razão, que o desenvolvimento da capacidade produtiva de seu próprio trabalho lhe é hostil”<sup>696</sup>. Não lhe beneficia.

O modo capitalista de produção, afirma Roman, citando Marx, “se baseia, antes de mais nada, no desenvolvimento das potências sociais do trabalho”. Todavia, “o capital só consegue colocar essas potências a seu serviço porque, desde o início, é uma força coletiva; como tal, ‘não se depara com o trabalho isolado, mas sim [com, digo eu] o trabalho combinado’”. Esta característica de trabalho combinado, coordenado, é uma exigência do próprio capitalismo, pois a sua finalidade, diferentemente das sociedades pré-capitalistas que produziam valores de uso, recordemos, é produzir valor, é produzir para o mercado, para a venda, ou, mais exatamente, é produzir mais-valia.

Para tanto, visto que a produção de mais-valia decorre do mais-trabalho, este, diz Marx, “deve ser, desde o início, suficientemente grande, para que uma parte dele possa ser novamente usado como capital”, e como capital reproduzir-se e valorizar-se (criar mais-valia) cada vez mais. Ou seja, o capital deve estar em condições “de pôr em movimento simultâneo uma certa quantidade de capacidade viva de trabalho”.

Por assim ser, “a acumulação e a concentração de forças de trabalho, ‘o agrupamento de muitos em torno de um capital’, estão contidos no conceito de capital”.<sup>697</sup> Diferentemente dos modos de produção anteriores, no capitalismo

695 Idem, p. 202 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

696 Passagem extraída do Livro IV da obra maior marxiana (Ibidem, p. 537 Nota 8).

697 Ibidem, p. 202. O autor de *Gênese*, na obra e página referenciadas, distingue *acumulação e concentração de forças de trabalho* com *acumulação e concentração do capital*, que se opõem à ideia de pluralidade de capitais, a



a acumulação, a concentração e a cooperação de forças de trabalho se dão por meio do “intercâmbio com o **trabalho livre**” e não o “forçado” ou o imposto (grifo nosso).<sup>698</sup>

### ***A divisão manufatureira do trabalho***

De acordo com o que nos apresenta R. Rosdolsky, ancorado em Marx, nos primórdios do capitalismo o capital só coordenava os trabalhadores formalmente, pois **a coordenação se restringia ao produto do trabalho, não abrangendo o próprio trabalho.**<sup>699</sup>

Melhor explicando. Estamos ainda nos tempos dos tecelões e fiandeiros manuais, autônomos e dispersos em suas próprias moradias, os quais o capital passou a contratar. Mantendo o modo de produzir, o capitalista simplesmente adquiria mediante contrato o produto do trabalho daqueles produtores. “Esses trabalhadores dispersos”, Marx esclarece, “compartilham apenas a relação de cada um com o capital [...]. Em vez de permutar com muitos, permutam com um único capitalista [...]”. Entretanto, o modo de se produzir propriamente dito “ainda não está sob controle do capital”, pois o modo de produzir, artesanal, “existe previamente” ao capital. Neste estágio inicial, o **capital controla tão somente o produto do trabalho** dos produtores contratados.<sup>700</sup>

Na divisão manufatureira do trabalho, Marx prossegue, “**o trabalho cooperativo só existe em si**” (grifo nosso), pois todos trabalham de fato isoladamente, porém para o capital, “[...] que, por conseguinte, ocupa a posição central [do intercâmbio, digo eu] [...]”. O que ainda não há é a concentração do trabalho pelo capitalista, mas apenas a concentração dos intercâmbios do produto do trabalho. O capitalista compra todas as mercadorias produzidas pelos artesãos etc. para revender.<sup>701</sup>

Porém, logo este estado de coisas é superado. O capital deixa de contratar trabalhadores do jeito em que os encontrou, cada um trabalhando à sua maneira e isoladamente, e os faz cooperar em uma empresa, como bem observa Rosdolsky. “O capital se apresenta agora”, prescreve Marx, “como ação coletiva dos trabalhadores, [...] como vínculo que os mantém juntos e, por isso, cria essa ação”. Ao mesmo tempo, continua o alemão, o capital provoca “**a total separação dos trabalhadores em relação às condições da produção** [meios de produção, por exemplo, digo eu]” e,

---

qual se relaciona com a esfera da concorrência de capitais. Assunto que só mais à frente será abordado por Rosdolsky.

698 Ibidem, p. 538 Nota 10. Rosdolsky ressalta, ainda na referida Nota, que “a aglomeração de muitos trabalhadores em um processo de produção não é característica exclusiva e peculiar do capitalismo”. Observamos isso no modo de produção escravista e feudal, onde a agricultura em grande escala ocupava um grande número de escravos e servos da gleba, e também, nos empreendimentos industriais do mundo antigo ou da Idade Média, onde se registrou certa cooperação em grande escala entre os trabalhadores. Nesses contextos se estava diante do trabalho forçado, vigiado. Porém, no capitalismo, ainda que o capital tenha adotado, porque não as criou, a concentração e aglomeração de trabalhadores, ele “põe em prática”, assinala Marx, “a mesma associação de *outro modo* [grifo do autor], à sua maneira, através do *intercâmbio com o trabalho livre* [grifo nosso]”. A cooperação em grande dimensão não é imposta pela violência física direta, “mas porque as condições da produção são propriedade alheia”, pertencem ao capitalista, “e existem como associação objetiva [...]”, prescreve o filósofo alemão. Repare que no capitalismo, além da concentração do trabalho pelo capital, as condições da produção (como os meios de produção) são também acumuladas e concentradas por ele.

699 Ibidem, p. 202. Época dos [sistemas de corporações](#).

700 Ibidem, p. 202 e 203.

701 Ibidem, p. 203 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

segundo Roman, “sua **dependência absoluta em relação ao capital**” (grifo nosso). **Doravante, o capital não mais controla só os intercâmbios mas também o próprio trabalho.**

Ocorre que o capital não pode se ater à mera cooperação dos trabalhadores. “Deve ir mais além”, sugere Roman Rosdolsky. Até então, a distinção que se tinha entre a empresa capitalista incipiente e a indústria artesanal de corporações era unicamente o número maior de trabalhadores em torno de um mesmo capital. “Ao evoluir”, discorre Rosdolsky, no amparo do filósofo alemão, “a empresa capitalista primitiva logo se vê obrigada a ‘utilizar de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo lugar e a simultaneidade de seus trabalhos’”, a exemplo da divisão do “trabalho total em determinadas operações parciais e entregando cada uma dessas operações a um grupo específico de trabalhadores”.

Assim surge, conforme Roman, citando Marx, “a **típica manufatura capitalista como modo de produção industrial**” – a “**primeira forma histórica da produção capitalista**” (grifo nosso). “Ela modifica a divisão do trabalho fabril: o que importa não é principalmente a qualidade do produto, como ocorria no artesanato, mas sim a produção em série, por ‘tratar-se de valor de troca e mais-valia’” – a produção orientada substancialmente para o mercado, para a troca, para a produção de mais-valia, para a valorização do capital, produzindo em massa, em cidades mercantis e costeiras, para a exportação, para o mercado externo<sup>702</sup>. Muito embora haja extração de mais-valia relativa na manufatura, a mais-valia produzida neste cenário, diz Marx, “[...] decorre do emprego simultâneo de muitos trabalhadores”, o que faz o mais-trabalho absoluto ainda predominar na manufatura e nela imprimir sua marca.<sup>703</sup>

### ***O desenvolvimento da maquinaria moderna***

Não percamos de vista que a finalidade precípua e única do modo capitalista de produção, a partir da exploração do trabalho assalariado, é de valorizar o capital, é de criar mais-valia. Por mais que a manufatura primitiva capitalista persiga a produção da mais-valia relativa via cooperação e divisão do trabalho, não obstante todo o desenvolvimento da divisão do trabalho ocorrido, “*seu fundamento*”, ensina Rosdolsky, ancorado em Marx, “*permanece sendo a habilidade artesanal, e seu ‘mecanismo específico [...] [“é”, interfere Roman] o trabalhador coletivo formado pela combinação de muitos trabalhadores parciais*”<sup>704</sup> (grifo do autor). Neste contexto, “[...] Como regra geral, [...] ‘o mais-trabalho [relativo, o trabalho além do trabalho necessário que produz mais-valia relativa, frisamos] de cada trabalhador permanece relativamente pequeno’”.

Como afirma Karl Marx nos manuscritos de 1857/1858, “a introdução

702 Ressalta-se, segundo Rosdolsky, sempre lastreado no autor d’*O capital*, que fora “desses grandes entrepostos, a manufatura ‘não se apodera desde logo da chamada indústria urbana, mas sim da indústria camponesa suplementar – fiação, tecelagem –, trabalhos que requerem menor grau de habilidade profissional e menor formação técnica’; ou então ‘de setores de produção como as fábricas de vidro, metal, serralherias etc., que desde o princípio demandam maior concentração de força de trabalho [...] e de meios de trabalho etc.’” (Ibidem, p. 203 e 204).

703 Ibidem, p. 204 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

704 Trecho extraído por Rosdolsky do Livro I d’*O capital* (Ibidem, p. 538 Nota 19).

da maquinaria” se desenvolve “a partir da relação entre **capital e trabalho vivo**” (grifo nosso)<sup>705</sup>. É com base nessa máxima que o filósofo desenvolve sua análise sobre o tema.

“Só a indústria moderna, baseada na maquinaria”, sob a qual a mais-valia relativa participa mais crescentemente da mais-valia total, “pode superar essa barreira”, estabelece Roman Rosdolsky embasado no Livro I d’*O capital*<sup>706</sup>. A contínua revolução do modo de produzir, que até aqui foi baseada na força de trabalho, vira seu eixo para os meios de trabalho (meios de produção).<sup>707</sup>

Não se quer dizer com isso, em absoluto, que tal alteração refletiu favoravelmente na classe operária. O que altera “profundamente”, sustenta o autor de *Gênese*, é a “relação original entre o trabalhador e esse meios [de trabalho ou de produção, digo eu]”. “No lugar do ofício dominado pelo trabalhador [o ofício de artesanato, de vidraceiro etc., digo eu] aparece agora”, avança Roman, citando Marx, “um ‘monstro vivo’ que ‘materializa o pensamento científico e passa a exercer, de fato, o papel de coordenação’, dominando todo o processo; a partir daí, o trabalhador individual passa a existir ‘como apêndice vivo e isolado’”<sup>708</sup>.

O filósofo alemão avança. “A atividade do trabalhador é reduzida a uma mera atividade abstrata “[...] indiferente à sua forma particular”, convertendo-se “cada vez mais em [...] atividade [...] puramente mecânica [...]”, digo eu citando o próprio Marx<sup>709</sup>”. A atividade do trabalho passa a ser “totalmente determinada e regulada pelo movimento da maquinaria, e não o contrário. [...] O processo de produção deixa de ser processo de trabalho, no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante”<sup>710</sup>. **O trabalho deixa de ser trabalho concreto e se torna trabalho abstrato.**

O trabalho, por estar “[...] subsumido no conjunto da maquinaria, é apenas um elo de um sistema cuja unidade não está mais localizada nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa) [...], diante da qual a força de valorização da capacidade laborativa individual desaparece como algo infinitamente pequeno”<sup>711</sup>.

Na medida em que “[...] o meio de trabalho [...] se apresenta”, no processo de produção, “diante do trabalho [...] sob a forma de máquinas”, o processo produtivo “deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência”. Somente sob essa condição e a partir dela ocorre o “**pleno desenvolvimento do capital**” (grifo nosso). Com o desenvolvimento das

705 Ibidem, p. 539 Nota 29.

706 Ibidem, p. 538 Nota 22.

707 Ibidem, p. 204 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

708 Enquanto na manufatura o meio de trabalho (a ferramenta simples, por exemplo) transmitia ao objeto (à matéria-prima) a atividade do trabalhador, na atividade sob a maquinaria, na grande indústria, “[...] o que se transmite à matéria é o trabalho, ou ação, da própria máquina, à qual [‘o trabalhador’, intervém Roman] vigia e impede que se danifique” (Ibidem, 204).

709 Ibidem, p. 539 Nota 25.

710 Ibidem, p. 204 e 205. O capital junta na fábrica o trabalho de massas com a destreza das máquinas. Assim sendo, diz Marx, a fábrica “atua como um todo”, fazendo com que o “espírito social do trabalho” adquira “uma existência objetiva independente dos trabalhadores individuais” (Ibidem, p. 539 Nota 24).

711 Ibidem, p. 205 (Ibidem em relação à redação dos cinco parágrafos seguintes).

forças produtivas, a “tendência do capital, portanto, é dar à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo”.

Pois bem, que efeitos todo esse avanço revolucionário nos meios de trabalho e no modo de produzir provoca sobre o processo de valorização do capital, sobre o processo de produção de mais-valia total?

No bojo dessa indagação de Roman Rosdolsky está instalada uma discussão que, mesmo com outra roupagem, permanece até hoje, e que perdurará, quer nos parecer, enquanto o capitalismo existir. Marx, reproduzido por Roman, replica o que dizem “os economistas”: “a maquinaria ‘economiza trabalho’ e que, com sua ajuda, ‘o trabalho humano faz e cria coisas que não poderiam ser produzidas sem ela’”. Nenhum maior problema com tais afirmações, ambas são corretas, diz Rosdolsky. Apenas “que dizem respeito ‘ao valor de uso da maquinaria’, [sua utilidade junto, digo eu] ao processo de trabalho como tal, silenciando-se assim sobre o papel da maquinaria no processo de valorização do capital”, sobre ser “um meio para aumentar a produção de mais-valia”.

É certo que a introdução do maquinismo no processo de produção esteve historicamente relacionada com uma exploração do trabalho muito além de uma jornada humanamente suportável, com uma “exploração ultrajante do trabalho de mulheres e crianças”, métodos voltados “para aumentar o mais-trabalho e a mais-valia absoluta”. Mas a finalidade do maquinismo não é esta. Rosdolsky observa que “a finalidade inerente à maquinaria [...] é, antes de tudo, um meio para aumentar a mais-valia relativa”<sup>712</sup>.

Como vimos no item *B*, o conceito de mais-valia relativa implica uma economia de tempo de trabalho necessário, através do aumento da produtividade, com o fim de ampliar o mais-trabalho relativo. Tal tendência, diz Marx, se concretiza “pela transformação do meio de trabalho em maquinaria”. Por assim ser, para o alemão, somente “na imaginação dos economistas [a ‘máquina’, complementa Rosdolsky] vem em socorro do trabalhador individual”, com vistas a abreviar e facilitar sua vida.

Na realidade, “A economia do trabalho necessário [que significa mais tempo de trabalho não pago dedicado ao capitalista (que é exatamente o mais-trabalho), lembramos] e a criação do [próprio, digo eu] mais-trabalho são as características da maquinaria”, arremata Karl Marx nos *Grundrisse*.<sup>713</sup>

“Na verdade”, o filósofo continua, “o capital só usa a máquina na medida em que ela faz o trabalhador [‘por meio da redução do trabalho necessário’, intervém Roman] trabalhar para o capital durante uma parte maior de seu tempo, transformando a maior parte de tempo em um tempo que não lhe pertence”, reduzindo-se “ao mínimo a quantidade de trabalho necessário para produzir um objeto dado, mas só para que o máximo de trabalho se valorize em um máximo de objetos”.<sup>714</sup>

O avanço técnico no lugar de diminuir a exploração do trabalhador e torná-lo mais independente, confisca “uma parte crescente de seu tempo de trabalho

---

712 O parágrafo em Nota foi escrito com base em trecho extraído por Rosdolsky d’*O capital*, Livro I (Ibidem, p. 205).

713 Ibidem, p. 539 Nota 28.

714 Ibidem, p. 206 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

na forma de mais-trabalho, de modo a perpetuar e fortalecer o poderio do capital, que lhe é hostil”.

Aliado a essa questão, a maquinaria, “por mais que estenda o mais-trabalho e diminua o trabalho necessário [...], só obtém esse resultado através da redução do número de trabalhadores ocupados por um mesmo capital” (grifo do autor). Uma parte do capital “que era aplicada em força viva de trabalho” – capital variável – “é transformada em maquinaria” – capital constante –, “que não produz mais-valia”<sup>715</sup>, pois não cria valor (não no processo de trabalho atual), como vimos neste Folheto.

A utilização da maquinaria “para aumentar a mais-valia implica, pois, uma contradição”, denuncia Marx no Livro I da sua obra maior: “dos dois fatores que determinam qual será a mais-valia produzida por um capital de magnitude dada, ele [o capital, digo eu] aumenta um (a taxa de mais-valia) e diminui o outro (o número de trabalhadores)”<sup>716</sup>. Além do exposto, Rosdolsky indica outro efeito da maquinaria: “a formação do chamado exército industrial de reserva”. Esses dois aspectos serão comentados no próximo item.

Para encerrar o disposto no Capítulo 17 da sua obra, Roman Rosdolsky menciona outras questões acerca do desenvolvimento da maquinaria com foco apenas no processo de trabalho, sem relacioná-lo, como foi feito até agora, com o processo de valorização do capital, isto é, não considerando sua “utilização especificamente capitalista”; aspectos estes que fornecem algumas pistas de como “[...] o desenvolvimento da maquinaria – embora esta, sob o controle do capital, só conduza à sujeição do trabalhador – oferece a mais segura perspectiva de sua futura libertação”.<sup>717</sup>

715 Da referida construção teórica, Rosdolsky ressalta que dela resulta “a lei ‘do aumento da [composição orgânica do capital](#)’”, que formulada pelos clássicos, “teve que esperar Marx para ocupar o lugar que lhe cabe no sistema da economia política”. Sobre essa lei versaremos em outro momento da nossa **Expedição** (Ibidem, p. 539 Nota 32).

716 Ibidem, p. 539 Nota 33.

717 Ibidem, p. 206 e 207. De acordo com Roman, o desenvolvimento da maquinaria “permite reduzir radicalmente o tempo de trabalho, condição para que a eliminação da sociedade de classes [como pretende Marx, digo eu] deixe de ser uma expressão vazia” (Ibidem, p. 207). Karl Marx também menciona em relação ao processo de trabalho que o desenvolvimento das forças produtivas (“máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos etc.”, conforme exemplifica) é produto da laboriosidade humana, não individual, mas coletiva, sobre a natureza – a natureza não produz os meios ou instrumentos de trabalho; eles “[...] são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza” – são “[...] conhecimento objetivado” (Ibidem, p. 206). Segundo Roman, “o desenvolvimento da maquinaria como sistema automático, quando levado às últimas consequências (basta lembrar a automação, que se difunde hoje), revoluciona radicalmente a natureza do processo de trabalho, pois outorga ao trabalhador a função, totalmente modificada, de um mero ‘vigilante e regulador’ desse processo” (Ibidem, p. 207). Além disso, para o autor dos *Grundrisse*, conforme Rosdolsky extrai do Livro I d’*O capital* (Ibidem, p. 540 Nota 40), o desenvolvimento da maquinaria moderna, a partir da grande indústria, força a substituição do contingente do exército industrial de reserva “[...] por indivíduos capazes de realizar diferentes tipos de trabalho”, bem assim força a sociedade a substituir o trabalhador assalariado atual, “capacitado a cumprir uma função social muito específica [...], pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para quem as funções sociais sejam diferentes modos de atividades que ele é capaz de realizar” (Ibidem, p. 207 (Ibidem em relação ao disposto na sequência desta Nota)). Ademais, Marx prossegue, não obstante o capital trazer a lume “todos os poderes da ciência e da natureza”, da “cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado”, o capital insiste em pretender “medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas, mantendo-as confinadas nos estreitos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras, aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem para o capital apenas como meios para produzir, reproduzindo sua mesquinha base. *In fact*, todavia, elas criam as condições materiais para lançar essa base pelos ares”. Por ultrapassar em muito os marcos do capítulo em causa, como o próprio Roman observa, a temática desenvolvimento da maquinaria e suas consequências no que concerne ao

## D) As jornadas de trabalho simultâneas, a lei capitalista de população e o exército industrial de reserva (A crítica a Malthus)

Na investigação da mais-valia exposta nos itens anteriores, Karl Marx averiguou sua natureza – desvendando-a “como ‘encarnação do ‘tempo de trabalho [...] comandado pelo capital [o mais-trabalho, digo eu] [...], acima do tempo de trabalho necessário’” –, bem assim as respectivas formas absoluta e relativa fundamentais.<sup>718</sup>

Para o desenvolvimento da referida investigação, segundo o autor de *Gênese*, “o número de trabalhadores empregados pelo capital era uma informação indiferente”. No tocante à sua natureza, independentemente da quantidade de trabalhadores envolvidos no processo de produção, a mais-valia sempre será obtida ou via mais-trabalho absoluto (pelo alongamento da jornada total de trabalho) ou via mais-trabalho relativo (pela redução do tempo de trabalho necessário em função do aumento da produtividade).

Num ou noutro caso, “o grau de valorização do capital”, que corresponde à taxa de mais-valia, “dependia apenas da divisão da jornada em trabalho necessário e mais-trabalho” – isto é, da divisão do tempo de trabalho de um dia inteiro entre o trabalho empregado na reprodução do próprio trabalhador e o trabalho destinado ao capitalista. Em se tratando da análise da natureza e das formas da mais-valia, portanto, o “número de trabalhadores explorados pelo capital ou”, como Marx se refere nos *Grundrisse*, “a soma das ‘jornadas de trabalho simultâneas’<sup>719</sup>”, poderia ser ignorado.

Entretanto, como Karl Marx revela, para que “o capital exista como capital, para que [‘o capitalista’, intervém Rosdolsky] possa viver do lucro e ao mesmo tempo acumular”, precisa e deve estar em condições de “colocar em ação, simultaneamente, uma certa quantidade de capacidade viva de trabalho [...]”, e, além disso, “seu lucro deve ser igual à soma do mais-trabalho de muitas jornadas simultâneas de trabalho vivo”<sup>720</sup>.

A par disso, Roman Rosdolsky indaga: “Como o número de trabalhadores contratados pelo capital influi na valorização do capital, na produção de mais-valia?”.

Para começo de conversa, o escritor ucraniano entende ser preciso introduzir dois conceitos, o de “taxa de mais-valia” e o de “massa total de mais-valia produzida”, além de fazer a devida distinção entre eles. Segundo aquele pensador, a **taxa de mais-valia**, conforme adiantado, refere-se ao **grau de valorização do capital**, enquanto que a **massa total de mais-valia** diz respeito à “**escala em que o capital pode valorizar-se de uma vez**”.<sup>721</sup>

Para determinar a **taxa de mais-valia** “é indiferente considerar o **número**

---

processo de trabalho voltará ser abordada com mais detalhes no capítulo de *Gênese* “dedicado à ordem social socialista”.

718 Ibidem, p. 209 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

719 Vale esclarecer que Marx, ao falar em “jornadas de trabalho simultâneas”, se refere ao *número de trabalhadores empregados* atuando *coletivamente* durante uma *jornada diária* sob o comando de *um mesmo capitalista*.

720 No tocante à questão de qual o número mínimo de trabalhadores deve ser contratado por um empresário “para metamorfosear-se em capitalista”, como diz Marx, e como esta quantidade mínima deve aumentar ao longo do desenvolvimento do capitalismo, Rosdolsky não alonga, limitando-se a citar as páginas do Livro I d’ *O capital* que aborda a questão (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 540 Nota 4).

721 Idem, p. 210 (Ibidem em relação à redação dos cinco parágrafos seguintes).

**de trabalhadores empregados**” (grifo nosso). Tanto faz que o capital empregue “cinco ou cinquenta trabalhadores”. Se trabalham “a mesma quantidade de tempo, e se a relação entre trabalho pago [trabalho necessário, digo eu] e não pago [mais-trabalho, digo eu novamente] é a mesma, cada um dos cinquenta trabalhadores criará tanta mais-valia quanto cada um dos cinco”<sup>722</sup>.

De outra banda, no tocante à **massa total de mais-valia produzida**, ocorre o oposto. Na apuração da massa de mais-valia “é necessário conhecer não só a [própria, digo eu] **taxa de mais-valia** e a **extensão da jornada de trabalho** – como ocorre na jornada individual – mas também o número de vezes em que essa jornada se repete no espaço, ou seja, o **número de trabalhadores ocupados simultaneamente**” (grifo nosso)<sup>723</sup>.

Se, como afirma Rosdolsky, ancorado em Marx, “esta ‘jornada de trabalho social’”, isto é, a jornada composta por vários trabalhadores ocupados simultaneamente (seja no ambiente de uma mesma empresa, seja no ambiente de várias empresas em uma mesma sociedade), “constitui uma magnitude fixa, ‘a mais-valia só pode ser relativamente aumentada através de um aumento na capacidade produtiva do trabalho’; por outro lado, se esta capacidade for dada, o aumento do mais-trabalho só pode ocorrer ‘em sua forma absoluta [...], mediante a proletarização de uma parte maior da população, com o aumento das jornadas de trabalho simultâneas [isto é, com a contratação de mais trabalhadores, digo eu]””. Isso ocorrendo, Roman Rosdolsky ressalva, consultando o Livro I da obra maior do filósofo alemão<sup>724</sup>, que “o **crescimento da população trabalhadora** aparece como ‘o **limite matemático** para a **produção da mais-valia** pelo capital social total”” (grifo nosso).

Até aqui Rosdolsky trouxe a análise marxiana sobre o “modo como o número de trabalhadores empregados influi sobre a valorização do capital, sobre a massa de mais valia que o capital é capaz de produzir”. Mas este não é o único aspecto que sobressai do tema das “jornadas de trabalho simultâneas”.

Soubemos também através do pensador ucraniano que o modo capitalista de produção, se de um lado, “só se torna possível se o capital consegue apropriar-se constantemente de mais-trabalho”, de outro o mais-trabalho, como explica Marx diretamente, “só existe em relação com o trabalho necessário, ou seja, só na medida em

722 Para esclarecer, tudo que foi abordado nos itens anteriores, atinente à apuração de mais-valia, está relacionado tão somente à taxa de mais-valia, ao grau de valorização do capital, visto que lá Karl Marx examinou apenas a natureza e as duas formas da mais-valia.

723 Segundo Rosdolsky, Marx agrupa os dois últimos fatores, “extensão da jornada” e “número de vezes em que essa jornada se repete no espaço” sob “o conceito de ‘trabalho incorporado’” (grifo nosso) – o qual se obtém pela multiplicação da jornada de trabalho pelo número de jornadas de trabalho simultâneas – que acaba por apagar “a diferença”, para efeito da determinação da massa de mais-valia produzida, “entre uma e várias jornadas” (*in* ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 210 c/c p. 540 Nota 5). Roman esclarece ainda que “O mesmo enfoque pode estender-se ao trabalho colocado em movimento pelo capital total de uma sociedade [isto é, não só o trabalho restrito a uma mesma empresa, mas ampliado para as várias empresas de uma mesma sociedade, digo eu], que passa a ser visto, nesse caso, como uma *jornada integrada de trabalho* [que conforme o exemplo de R. Rosdolsky corresponde a uma jornada total de 48 milhões de horas (8 horas de trabalho diárias (extensão da jornada) x 6 milhões de trabalhadores (número de vezes em que essa jornada se repete no espaço de dada sociedade)), digo eu novamente]” (grifo nosso). É o que Marx chama de “jornada de trabalho social” (Idem, p. 210).

724 Ibidem, p. 540 Nota 7.

que este existe”. **Um (o mais-trabalho) não existe sem o outro (o trabalho necessário).** Karl Marx prossegue: “Para criar mais-trabalho, o capital deve [necessariamente, digo eu] **criar continuamente trabalho necessário**; [...] ao mesmo tempo, **deve eliminar** [ou pelo menos ‘tende a reduzir ao mínimo’, ameniza Rosdolsky] o trabalho como **trabalho necessário**, de modo a transformá-lo em **mais-trabalho**” (grifo nosso).

Recordemos que a situação descrita no parágrafo anterior está relacionada com a análise marxiana da natureza e das formas fundamentais da mais-valia, que ocorre no contexto analítico da jornada de trabalho isolada, não considerando a “justaposição de muitas jornadas de trabalho [ou simultaneidade de jornadas de trabalho, digo eu]”.<sup>725</sup>

É sabido que a jornada de trabalho vivo, fonte de valorização do capital, se submete a limites, seja naturais (a exemplo da capacidade física e mental do trabalhador), seja legais (definidos pela sociedade). Levando-se em conta que a duração da jornada não pode ser alongada e que o desenvolvimento técnico das forças produtivas obstaculiza no momento um incremento do mais-trabalho relativo, o capital só pode, como ensina Marx, “superar o limite natural definido pela jornada de trabalho de um indivíduo se, a essa jornada, acrescenta simultaneamente outra, ou seja, soma, no espaço, mais jornadas de trabalho simultâneas”.

Fazendo isso, até certo ponto, se consegue substituir o prolongamento da jornada de trabalho pela multiplicação do número de trabalhadores, “aumentando a massa de mais-valia absoluta, apesar de a taxa de mais-valia [o grau de valorização do capital, digo eu] permanecer a mesma”, observa Roman. No caso, o mais mais-trabalho pode ser extraído com o emprego de um maior número possível de trabalhadores.

Ocorre que o impulso do capital na direção da mais-valia relativa o induz, diz Marx, “a colocar como não necessários [prescindíveis, digo eu]”, muitos desses trabalhadores. Aumentando a produtividade, o capitalista se esforçará para extrair o mesmo tempo de mais-trabalho em menos dias, ou menos jornadas, ou, ainda, com menos trabalhadores<sup>726</sup>.

Karl Marx constata que a tendência do capital é “combinar mais-valia absoluta e relativa”, almejando a “máxima extensão da jornada de trabalho com a máxima quantidade de jornadas simultâneas, junto com a redução ao mínimo do tempo de trabalho necessário e da quantidade de trabalhadores necessários”. A primeira condição Roman Rosdolsky relaciona com a exigência de “um aumento da população trabalhadora”,

<sup>725</sup> Ibidem, p. 211 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

<sup>726</sup> Lançando mão do exemplo apresentado por Rosdolsky, para produzir 12 horas de mais-trabalho era necessário 6 dias, que corresponde a 6 trabalhadores, considerando que cada um só poderia entregar um mais-trabalho de 2 horas/dia. Porém, o capitalista se esforçará para produzir a mesma quantidade de mais-trabalho em menos dias. Nesse sentido, como contrapartida do aumento da produtividade (com a introdução de nova tecnologia, ou forma de organização, por exemplo), desta feita com quatro trabalhadores, ou em quatro dias, o capitalista conseguiria extrair a mesma quantidade de mais-trabalho (12 horas/dia) (Ibidem, p. 211). Rosdolsky esclarece: “cada um deles não deve realizar agora duas horas de mais-trabalho, mas três. Logo, o mais-trabalho relativo cresceu”, enquanto que o mais-trabalho absoluto decresceu. A relação entre o mais-trabalho relativo e o trabalho necessário que era “de 2 : 10 [que corresponde à taxa de mais-valia de 0,2, digo eu]”, agora é “de 3 : 9 [que equivale à nova taxa de mais-valia de 0,3333..., digo eu novamente]”. Apenas se “o mesmo capital pudesse empregar os seis trabalhadores com a nova taxa de mais-valia” poderia se falar em aumento da mais-valia relativa e também da mais-valia absoluta (Ibidem, 541 Nota 11).



enquanto a segunda relaciona com a diminuição relativa da população trabalhadora, isto é, com a redução da população trabalhadora efetivamente empregada, “mesmo que, em termos absolutos, ela permaneça a mesma ou possa crescer”. As duas tendências, ainda que contraditórias, “são necessárias ao capital”, Marx prescreve.<sup>727</sup>

Nesse sentido, o filósofo alemão verifica que a “unidade dessas tendências contraditórias e, por conseguinte, a contradição viva [‘realizam-se’, intervém Roman] na **maquinaria**” (grifo nosso). Esta “diminui o tempo de trabalho necessário e aumenta o de mais-trabalho; [...] por isso se revela como o meio mais poderoso para produzir mais-valia, tanto relativa como absoluta”, Rosdolsky complementa<sup>728</sup>.

Para Marx, de acordo com Rosdolsky, a grande contradição que decorre das formas absoluta e relativa da mais-valia revela que “à ambígua lei do capital – ‘combinar a maior massa absoluta de trabalho necessário e a maior massa relativa de mais-trabalho’ – corresponde uma lei igualmente ambígua: de um lado, transformar a maior parte possível da população em população proletarizada [empregada, digo eu]; de outro, ‘transformar permanentemente uma parte dessa população em superpopulação, população momentaneamente inútil [desempregada, digo], até que o capital possa vir a utilizá-la’”.

“Duas tendências se misturam constantemente”, anuncia Marx no Livro IV d’*O capital*: “a primeira é a de empregar a menor quantidade de trabalho possível” mantendo “a mesma (ou maior) quantidade de mercadorias, o mesmo (ou maior) produto líquido, renda líquida, ou mais-valia; a segunda é a de empregar o maior número possível de trabalhadores, embora o menor número possível em relação à quantidade de mercadorias produzidas, pois com a massa de trabalho empregado cresce – em dado estágio da produtividade – a massa de mais-valia e de mais-produto”. Uma tendência “lança os trabalhadores na rua”, criando “uma população excedente [superpopulação, digo eu]”, a outra “volta a absorvê-los [geralmente com nível de salário mais baixo que a média anterior, para ficar só nesta hipótese, digo eu] e amplia de modo absoluto sua sujeição, de maneira que o trabalhador sempre oscila dentro de seu destino e não consegue escapar dele”.<sup>729</sup>

Por esse caminho, o autor d’*O capital* chega ao que passou a chamar-se “exército industrial de reserva”<sup>730</sup>. Uma vez que o conceito foi tratado no Livro I da obra

727 Ibidem, p. 212 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

728 Nessa passagem de *Gênese*, sobre a “contradição”, o autor faz em Nota uma citação à obra *Ciência da Lógica* do filósofo da dialética, Georg Hegel (1770-1831)<sup>[Nota 26]</sup>, caracterizando-a como “uma determinação tão essencial e imanente como a identidade”. Inclusive, diz Hegel, “se estivéssemos diante de uma ordem de prioridades e houvesse que conservar separadas ambas as determinações, seria preciso considerar a contradição como o que há de mais profundo e essencial. Diante dela, a identidade é só a determinação do simples e imediato, do ser inanimado; enquanto a contradição é a raiz de todo movimento e condição vital; algo só se move, só tem impulso e atividade, na medida em que contém uma contradição interna [...]. Portanto, esse algo está vivo só na medida em que contém uma contradição interna, e sua força está em apreender e resistir à contradição presente em seu interior” (Ibidem, p. 542 Nota 14).

729 Ibidem, p. 541 Nota 18.

730 Rosdolsky pontua que tal “expressão não aparece assim nos *Grundrisse*”. Nestes manuscritos de 1857/1858, Marx qualifica “a população excedente”, em contraposição à “população necessária” de trabalhadores, como “reserva” ou como “reserva para uso posterior”. Além dessa informação, R. Rosdolsky nos traz um aspecto muito importante, e que não pode deixar de ser mencionado: “a expressão ‘exército industrial de reserva’ foi cunhada por Friedrich Engels”, na sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) (Ibidem, p. 542 Nota

maior de Marx com mais detalhes, Rosdolsky expõe em *Gênese* apenas o método que o alemão utilizou para conceber o referido conceito: “como o resultado de um processo dialético de criação e supressão simultâneas do trabalho necessário por parte do capital”. Além disso, Roman cita também que nos *Grundrisse* Marx equipara o “exército industrial de reserva à ‘esfera da pobreza’”, o que não repete em *O capital*, onde opta por equipará-lo à esfera das “pessoas em situação de miséria e integrantes” do que o filósofo chamou de “lumpemproletariado”, que “constitui ‘o resíduo mais baixo da superpopulação relativa’”.<sup>731</sup> Isso é tudo que se lê em *Gênese* sobre “o exército industrial de reserva”.

Nesta altura do capítulo dezoito<sup>732</sup>, o autor ucraniano ocupa-se da parte dos *Grundrisse* em que Karl Marx se atém à “lei de população no capitalismo”, demonstrando “a diferença dessa lei em relação àquelas que vigoravam em etapas anteriores da produção”, bem assim, “[...] Até onde sabemos”, diz Rosdolsky, à “única crítica detalhada de Marx à teoria da população de Malthus<sup>733</sup>”.

Marx concebe em *O capital* (Livro I) que “[...] todo modo de produção histórico particular tem suas leis específicas de população, historicamente válidas”, que regem o aumento da população e a superpopulação.<sup>734</sup> Embora considere que são “leis naturais”, pois relacionadas com a “história da natureza do homem”, são, porém, “leis naturais do homem que está em determinado desenvolvimento histórico, com um determinado desenvolvimento das forças produtivas, condicionado por seu próprio processo histórico [...]”. Para o filósofo alemão, “Estas diferentes leis remetem às diferentes maneiras como o indivíduo se relaciona com as condições de produção ou [...] com a reprodução de si mesmo como membro da sociedade, já que só em sociedade o

---

19). Ainda sobre este assunto, vale mencionar que o historiador baiano Jacob Gorender observa, após destacar a percepção de Engels em identificar a coexistência do capitalismo com um contingente de trabalhadores sem emprego, que o filósofo, amigo e parceiro de Marx por toda a vida designou no seu livro a expressão “exército de reserva de operários desempregados”, sendo que no Livro I d’*O capital* foi Marx quem a empregou pela primeira vez como “exército industrial de reserva”, tornando-se um dos “conceitos essenciais” da crítica marxiana da economia política capitalista (in MARX, Karl Heinrich. **Para a Crítica da Economia Política**. Op. cit., p. VIII (Introdução)).

731 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 212 e 213. *Lumpemproletariado* (em alemão, *Lumpenproletariat* – vocábulo composto pela palavra alemã *Lumpen* (“esfarrapada”) e pela palavra francesa *prolétariat* (“classe de assalariados em um sistema capitalista”)), “[...] Refere-se – principalmente na [teoria marxista](#) – à [subclasse](#) desprovida de [consciência de classe](#). Karl Marx e Friedrich Engels cunharam a palavra na década de 1840 e a usaram para se referir aos estratos inferiores da sociedade, explorados pelas forças [reacionárias](#) e [contrarrevolucionárias](#), particularmente no contexto das revoluções de 1848<sup>Nota 591</sup>. Eles descartaram o potencial revolucionário do *Lumpenproletariat* e contrastaram com o [proletariado](#). Entre outros grupos, criminosos e prostitutas são geralmente incluídos nesta categoria”. Em *O capital*, Marx desviou-se de seu foco no comportamento cruel e degenerado do *lumpenproletariat* de seus escritos anteriores, descrevendo este grupo “como parte do que ele chamou de ‘exército de reserva industrial’”. Assim, criminosos, prostitutas e outros lumpemproletariados se juntaram ao conceito de “população excedente” do sistema capitalista (Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Lumpenproletariat#Etymology>. Visto em 22.09.2022).

732 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 213.

733 Thomas Robert Malthus (1766-1834) foi um economista e matemático britânico, “considerado o pai da demografia, por sua teoria de controle do aumento populacional, conhecida como [malthusianismo](#). Afirmava que, enquanto os meios de subsistências crescem em [progressão aritmética](#), a população cresce em [progressão geométrica](#), e a melhoria da humanidade seria impossível sem limites rígidos para a reprodução” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Malthus](https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus). Consultado em 22.09.2022). “No limite, isso acarretaria uma drástica escassez de alimentos e, como consequência, a fome. Portanto, inevitavelmente o crescimento populacional deveria ser controlado” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_populacional\\_malthusiana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_populacional_malthusiana). Consultado em 22.09.2022).

734 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 542 Nota 22.

homem trabalha e se apropria dos resultados de sua atividade”. Qualquer “dissolução dessas relações para tal ou qual indivíduo, ou parte da população”, Marx prossegue, “coloca-os à margem das condições que reproduzem esta base, remetendo-os à condição de superpopulação”.<sup>735</sup>

Nessa linha, interfere Rosdolsky, ainda que citando o alemão, trata-se de um erro completo “misturar as diversas leis históricas que regem o crescimento da população, tal como fazem os malthusianos, pois ‘em certo estágio da produção social [...] pode existir superpopulação, inexistente em outro estágio, e seus efeitos podem ser diferentes’<sup>736</sup>”.

Dessa maneira, apenas no modo capitalista de produção, no modo de produção que se baseia no capital, a superpopulação “resulta do **próprio trabalho**, do **desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho**” (grifo nosso).<sup>737</sup> A própria população trabalhadora ao propiciar a acumulação de capital, assinala Marx no Livro I da sua obra magna, “produz um volume crescente de meios que permitem convertê-la em **relativamente excessiva**” (grifo nosso). Aqui se tem exatamente “uma lei de população peculiar ao modo de produção capitalista”. É especificamente a dinâmica populacional no interior do modo capitalista de produção que Marx vai investigar.<sup>738</sup>

Para Karl Marx, em **todos os estágios** da sociedade “uma dada **base produtiva** determina ao mesmo tempo qual é a **população adequada** e qual é a **superpopulação**” (grifo nosso). Na concepção marxiana da lei de população, “Superpopulação e população, tomadas em seu conjunto, são a população que determinada base produtiva pode criar”. Para o filósofo alemão, o ponto em que esta população pode superar esse limite, isto é, sua base produtiva, depende do próprio estágio de desenvolvimento desta.<sup>739</sup>

Ao investigar a dinâmica populacional da sociedade capitalista, Roman, ao mesmo tempo, adentra na crítica de Marx à teoria malthusiana de população. É a partir dessa crítica que Marx elabora sua lei populacional. Nessa direção, vamos ao que escreve o professor Nildo Viana sobre a lei populacional malthusiana: “[...]. A lei da população de Malthus se fundamenta na relação entre ‘**meios de subsistência**’ e ‘**aumento populacional**’ (e isto gera sua explicação sobre as causas da fome e da miséria). Segundo Malthus, a **população** cresce em **progressão geométrica** (2, 4, 8, 16...) e a **produção de alimentos** (meios de subsistência) em **progressão aritmética** (1, 2, 3, 4...), o que geraria a escassez, a fome”. Nem de um jeito nem de outro, se opõe Marx.<sup>740</sup>

735 Idem, p. 213 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

736 Como exemplo Marx cita que a “[...] superpopulação de atenienses livres que se transformam em colonos difere consideravelmente de uma superpopulação de operários que são internados em locais de trabalho obrigatório”, da mesma forma “a população mendicante que consome o excedente de um mosteiro [na Idade Média, digo eu] difere da que se forma em uma fábrica [...]” (Ibidem, p. 213).

737 Ibidem, p. 213.

738 Ibidem, p. 542 Nota 22.

739 Ibidem, p. 213 e 214.

740 VIANA, Nildo. **A teoria da população de Marx**. Goiânia-GO: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Boletim Goiano de Geografia, v. 26, n. 2, jul/dez 2006, Universidade Federal de Goiás (UFG), p. 90-92 (Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/272856870\\_A\\_TEORIA\\_DA\\_POPULACAO\\_EM\\_MARX](https://www.researchgate.net/publication/272856870_A_TEORIA_DA_POPULACAO_EM_MARX). Visto em 26.09.2022). Veja as linhas gerais da teoria populacional de Malthus, publicada no livro *Um ensaio sobre o princípio da população*, em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_populacional\\_malthusiana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_populacional_malthusiana) (visto em

No que se refere à crítica marxiana, o professor Viana afirma tanto seu caráter “metodológico” quanto “teórico”. No que diz respeito à crítica metodológica, Marx contrapõe a concepção dialética à teoria de Thomas Malthus, conferindo-lhe um “caráter **a-histórico**” (grifo nosso) por este reconhecer a existência da superpopulação como **algo uniforme** (de mesma natureza) em **todas as formas de sociedade** (“nas diferentes fases históricas do desenvolvimento econômico”). Quanto ao caráter teórico dessa crítica, Marx considera “os equívocos” derivados de uma “concepção **metafísica** ligada a determinados interesses de classe”, no caso, da classe burguesa, ou capitalista nascente.<sup>741</sup>

Segundo Karl Marx, Malthus não tem a compreensão das diferenças específicas entre uma forma histórica de sociedade e outra, reduzindo “estupidamente” relações “muito complexas e mutantes a uma só relação, a duas equações nas quais se contrapõem, de um lado a reprodução natural do homem e, de outro, a reprodução natural dos vegetais (ou meios de subsistência), como se tratasse de duas séries naturais, uma aumentando geometricamente [a população, digo eu] e a outra aritmeticamente [a produção de alimentos, digo eu novamente]” – acredita que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente superior à capacidade da terra de produzir os meios de subsistência necessários.<sup>742</sup>

Para o matemático britânico, conforme Marx, deve haver uma “diferença natural” entre a reprodução humana e a dos alimentos, como os cereais. Malthus parte da suposição de que “o crescimento da humanidade é um processo puramente natural”, e que por isso “requer **limites e freios externos**” para não continuar seguindo “uma proporção geométrica”. Na verdade, Malthus está preocupado com a **superpopulação em face à produtividade de meios de subsistência** – com determinada **quantidade de pessoas** em face a determinada **quantidade de meios de subsistência**. Esquece ele, que também a superpopulação “constitui uma relação historicamente determinada, de nenhum modo fixada por números ou pelo limite absoluto da produtividade de meios de subsistência, mas sim por limites fixados por determinadas condições de produção”.

Na teoria de população malthusiana as condições pertencentes à população e à superpopulação, em cada fase histórica da humanidade, apresentam-se “como uma série de *freios externos* [como o controle moral, a contenção sexual e o adiamento dos casamentos, de acordo com o professor Adilson Marques Gennari] que *impediram* a população de se desenvolver de modo malthusiano [em progressão geométrica, digo eu]” (grifo do autor).<sup>743</sup> Na outra ponta, sua teoria considera que “[...] a livre reprodução de produtos naturais se deteve por impulso interno, sem freios externos”. Para Marx, Malthus transforma, no caso da reprodução humana, os limites a ela inerentes e historicamente variáveis em limites externos, e, no caso da produção dos meios de

---

26.09.2022).

741 VIANA, Nildo. Op. cit., p. 91.

742 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 214 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

743 GENNARI, Adilson Marques. **Dois teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus**. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/duas-teorias-da-populacao-no-pensamento-classico-karl-marx.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/duas-teorias-da-populacao-no-pensamento-classico-karl-marx.pdf), p. 9 e 10. Consultado em 22.09.2022.

subsistência naturais, transforma o que seria obstáculos externos, determinados pela ação humana, em limites inerentes ou leis naturais da reprodução.<sup>744</sup>

Concordando com o David Ricardo<sup>745</sup>, que criticou a teoria malthusiana antes de Marx afirmando que “a quantidade de trigo disponível é indiferente para o trabalhador se este não tem emprego [e, portanto, salário para adquiri-lo, digo eu]”, o filósofo alemão elucida de vez a questão: “**são os meios de emprego, e não os meios de subsistência, que colocam ou não o trabalhador na categoria de superpopulação**” (grifo nosso).<sup>746</sup> A criação de “trabalhadores excedentes”, pessoas desprovidas da propriedade dos meios de produção e que precisam sobreviver, “é própria da época do capital”.<sup>747</sup>

Nesse sentido, finalizando o que tinha a dizer em oposição à doutrina da população de Thomas Malthus, segundo Roman Rosdolsky nos mostrou em *Gênese*, Marx crava que o **excedente populacional** “*é puramente relativo; não mantém nenhuma relação com os meios de subsistência, mas sim com o modo de produzi-los. Trata-se, portanto, de um excedente específico a cada etapa do desenvolvimento*” (grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso).<sup>748</sup>

No caso do modo de produção capitalista, Rosdolsky conclui que “a lei simples da **mais-valia** já implica a tendência do capital não só de **impulsionar até o infinito o trabalho humano**, mas também de ‘**torná-lo relativamente supérfluo**’. Decorre daí que **a teoria da população excedente do exército industrial de reserva, também está conceitualmente contida na teoria da mais-valia**” (grifo nosso).

Outra questão que está intimamente ligada à dinâmica populacional, e que pressupõe a extração de mais-valia, é o processo acumulação de capital.<sup>749</sup> Da relação entre a existência da superpopulação e a formação de uma capital adicional, a acumulação capitalista, Roman Rosdolsky trará à tona mais à frente.<sup>750</sup>

744 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 215. Rosdolsky traz em Nota uma curiosidade que vale reproduzir. No Livro IV d’*O capital*, Marx menciona que na obra “Origem das espécies”, seu autor, [Charles Darwin](#) (1809-1882), embora para Marx este não tenha percebido, “encontra-se em detalhes a refutação histórico-natural do princípio [matemático, digo eu] fundamental da teoria malthusiana”, “[...] ao descobrir a progressão geométrica nos reinos animal e vegetal” (Idem, p. 543 Nota 34).

745 Sobre o economista britânico citado, reveja <sup>[Nota 137]</sup>.

746 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 215. Esse trecho Rosdolsky extraiu de uma carta, de 1865, de Marx ao filósofo e sociólogo alemão [Friedrich Albert Lange](#) (1828-1875) (Idem, p. 543 Nota 36).

747 VIANA, Nildo. Op. cit., p. 92.

748 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 216 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

749 VIANA, Nildo. Op. cit., p. 92.

750 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 216.

## FOLHETO Nº 09

### PARTE III – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO [DO CAPITAL] (continuação)

#### Capítulo 19 – O processo de reprodução [de capital] e a inversão da lei de apropriação<sup>751</sup>

Roman Rosdolsky esclarece que até o momento a análise do capital foi considerada apenas sob o ponto de vista da sua “gênese”, de seu “devir<sup>752</sup>”. Não foi enfocado “o fluxo constante de sua renovação, de sua reprodução”, mas tão só o fluxo de sua criação e produção.<sup>753</sup>

Segundo afirma o próprio Karl Marx, embora tenha examinado primeiramente o processo de produção do capital e seus pressupostos econômicos – mercadoria, valor e dinheiro – (surgidos “de fora para dentro [...] como pressupostos exteriores”<sup>754</sup>), a simples repetição, o prosseguimento desse processo de produção, imprime a si mesmo “características novas”, fazendo “desaparecer algumas características aparentes que ele apresentava quando isolado”<sup>755</sup>. Quando se passa a visualizar o capital que se forma dentro do processo de sua reprodução, tais pressupostos aparecem “como momentos do movimento do próprio capital [...], seja qual for sua gênese histórica”.

---

751 De acordo com o próprio Roman Rosdolsky, também no capítulo dezenove de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx” a correspondência do tema com a organização adotada nos *Grundrisse* “se torna impossível”, já que seu conteúdo é tratado nesses manuscritos de 1857/1858 de forma dispersa (Idem, p. 201). Assim como ocorreu em vários dos capítulos anteriores, na explanação do capítulo em foco Rosdolsky não se limita aos *Grundrisse*, recorrendo igualmente a obras posteriores de Marx, sobretudo *O capital*. Quando tal fato ocorrer faremos a devida menção.

Roman afirma em uma observação de pé de página (Ibidem, p. 217), especificamente sobre o tema da “reprodução do capital”, que as versões da obra maior marxiana e dos manuscritos de 1857/1858 “diferem especialmente pelo fato de que em *O capital* o problema [da reprodução do capital, digo eu] é investigado a partir do ponto de vista da reprodução simples [que ocorre, esclarecemos, quando parte da mais-valia (denominada de ‘rendimento’ do capital original) ‘serve ao capitalista apenas como fundo de consumo’, sendo consumida tão periodicamente quanto é ganha (in MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. Op. cit., p. 642)] e só depois aparece o contexto da reprodução ampliada [ou acumulação do capital, que ocorre, frisamos, ‘quando o capitalista, não consumindo toda a mais-valia de que se apropria, consagra parte da mesma à produção e a transforma em capital complementar [reaplicando-a no processo produtivo, digo eu]’ (in LAPIDUS, I. e OSTROVITIANOV, K. V. Op. cit. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lapidus/1929/manual/18-04.htm>. Consultado em 03.11.2022)]”. Nos *Grundrisse* só encontramos a análise da reprodução ampliada do capital (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 217).

752 De acordo com o Site Wikipedia, *Devir* (do latim *devenire*, tornar-se, transformar-se, devenir, vir a ser) “é um conceito filosófico que indica as mudanças pelas quais passam as coisas”. Em Hegel, filósofo com marcante influência sobre Karl Marx, o conceito do *devir* “constitui a síntese dialética do ser e do não ser, pois tudo o que existe é contraditório estando então sujeito a desaparecer. Tal como Heráclito, Hegel viu a oposição e o conflito como essenciais ao devir” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Devir>. Consultado em 14.10.2022). O *devir* é um processo, um fluxo permanente, movimento ininterrupto, atuante como uma lei geral do universo, que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes.

753 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 217 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

754 Quando se fala, neste primeiro momento, de “pressupostos exteriores do capital”, “surgidos de fora para dentro”, significa dizer que tais elementos ainda não eram analisados como que emergindo “[...] da sua natureza interna, [...] a partir do próprio capital”, o que só ocorreria em um momento seguinte da investigação marxiana (Ibidem, p. 217).

755 Trecho extraído por Roman do Livro I d’*O capital* (Ibidem, p. 543 Nota 1).

Rosdolsky esclarece, citando Marx, que “do ponto de vista da investigação realizada até aqui”, supôs-se que “antes de ingressar no mercado como comprador de força de trabalho e de meios de produção, ‘o capitalista e proprietário se convertera em possuidor do dinheiro graças a alguma forma de **acumulação primitiva** que teve lugar independentemente da exploração de trabalho alheio não pago [mais-trabalho, digo eu]” (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso). Ou seja, antes de apropriar-se do trabalho alheio, ainda durante o processo de desenvolvimento das formas pré-capitalistas, o capitalista que surge daí já possui as condições materiais para tanto (dinheiro); condições estas, afirma o filósofo alemão, “[...] que não tiveram origem nem em seu intercâmbio com o trabalho vivo nem em seu comportamento como capital [como capitalista, digo eu] diante do trabalho [do trabalhador, digo eu novamente]”<sup>756</sup>.

É necessário perceber, o que não fazem os economistas burgueses, “que a acumulação de capital, que precedeu o trabalho e não teve origem nele, integra as condições que são ‘etapas históricas anteriores de seu devir, assim como os processos pelos quais a Terra passou, desde um amálgama de fogo e vapores até sua forma atual, se situam aquém de sua existência acabada como Terra’”. Como bem evidencia Marx diretamente, “[...] É claro que capitalistas individuais sempre podem surgir graças ao entesouramento. [...] Mas o tesouro não se converte em capital, a não ser mediante a exploração do trabalho”.<sup>757</sup>

Fazendo referência ao *O capital* (Livro I), Roman Rosdolsky assinala que para Marx “[...] as tentativas dos apologistas de defender que ‘o eterno direito do capital aos frutos do trabalho alheio’ tem origem na ‘propriedade do trabalho’ e nas ‘simples e ‘justas’ leis de intercâmbio de equivalentes’”, devem “ser relegadas à condição de fábulas [...]”. A seguir, Roman traz a argumentação que lastreia a correção da afirmação marxiana, principalmente “[...] se levarmos em conta o processo de reprodução do capital, em vez de enfocarmos um processo isolado de produção”.

Vimos alhures<sup>758</sup>, como resultado do processo de produção do capital, que “o capitalista se apropria de mais-trabalho, que existe em primeiro lugar sob a forma de mais-produto”, e que por isso deve ser transformado em dinheiro no processo de circulação (quando da revenda pelo capitalista do mais-produto ou mercadoria adquirida).

---

756 De acordo com nosso pensador ucraniano, sempre com Marx, é nesse tipo de acumulação primitiva que os “economistas burgueses se agarram [...] para afirmar que a valorização do capital, que consiste em apropriação de trabalho não pago [mais-trabalho, digo eu], está ‘em harmonia com as leis gerais da propriedade, tal como elas são proclamadas pela própria sociedade capitalista’. Eles dizem: independentemente de como as coisas ocorrem hoje, os capitalistas ganharam seu capital ‘trabalhando’; logo, é natural que reclamem uma recompensa pelos ‘serviços produtivos’ que este capital presta”. Todavia, Rosdolsky continua, “Esse argumento apresenta várias falhas”. Sabe-se que a origem do capital “se baseou em saques (por exemplo, a expropriação de camponeses), trapaças, dominações, em suma, violências e todo tipo de procedimentos que nada têm a ver com o método pacífico de acumular o que se ‘ganha trabalhando’. (Se o capitalismo se [sic] tivesse limitado a métodos pacíficos, ainda não teria saído da infância)”. Além do mais, os economistas burgueses confundem e misturam “as condições do devir do capital com ‘as condições de sua realização atual. Confundem os momentos em que o capitalista pratica a apropriação como um não capitalista – porque ainda não se tornou propriamente capitalista – com as condições nas quais ele pratica a apropriação como capitalista” (Ibidem, p. 217 e 218).

757 Ibidem, p. 218 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). Sobre “entesouramento”, uma das funções históricas do dinheiro, tratamos no Folheto nº 05, subitem “C.1. O dinheiro como tesouro”.

758 Conforme subitem “A divisão manufatureira do trabalho”, item “C” do Folheto nº 08.



Da realização do mais-produto (sua venda ou transformação em dinheiro) Marx somente trata na seção seguinte dos *Grundrisse* (“Segunda Seção: O processo de circulação do capital”). No presente capítulo dezenove, portanto, o pensador ucraniano supõe, como ele mesmo afirma, “que o capitalista consegue passar adiante sua mercadoria, e que a vende por seu valor”. Desse modo, “a mais-valia se realiza”, convertendo-se em dinheiro.

Em sendo assim, este dinheiro, Marx alerta, “**já é agora em si capital**” (grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso) e, como capital, é “**mando sobre novo trabalho**” (grifo nosso). Agora, “[...]. Também este novo capital (que Marx chama de ‘**capital excedente**’ ou ‘**capital adicional**’, para distingui-lo do capital original, do qual é fruto)”<sup>759</sup> (grifo nosso), diz Rosdolsky, retorna ao processo de produção para valorizar-se sem a necessidade de novo intercâmbio com o trabalho – movimento que o autor dos *Grundrisse* identificou como **processo de reprodução do capital original**. Sob essa nova condição, como capital que se reproduz, que cria valor a mais, as premissas presentes no processo de produção do capital são substituídas por outras, a saber:<sup>760</sup>

- a) **Capital adicional como mais-valia capitalizada**: o capital adicional, desde sua origem, “não contém nem um só átomo de valor que não decorra de trabalho alheio não pago [mais-trabalho, digo eu]”<sup>761</sup>, prescreve Karl Marx. “Em consequência, as formas específicas que deve assumir para valorizar-se mais uma vez – a saber, as de capital constante e de capital variável<sup>762</sup> – também são formas específicas do mais-trabalho”, Rosdolsky acrescenta. Na investigação do ato original de produção, avança o autor de *Gênese*, a ação do capital original aparentava “tornar disponíveis as condições objetivas da produção” – meios de produção e meios de vida para os trabalhadores –, “em quantidades”, descreve Marx, “que possibilitassem a realização do trabalho vivo não só como trabalho necessário, mas como mais-trabalho”. Agora, desaparecendo essa aparência, quem desempenha efetivamente esse papel é a **mais-valia capitalizada** (abstraindo-se, ou descontando, evidentemente, “a parte da mais-valia consumida pelo próprio capitalista” para seu desfrute<sup>763</sup>). Por certo, o alemão continua, “desapareceu a aparência [...] de que o capital, a partir da circulação, produz algum valor”.<sup>764</sup> Efetivamente, **a mais-valia é criada fora da circulação mas é dentro da circulação que ela se realiza**<sup>765</sup>. Fora da circulação existe apenas em potência.<sup>766</sup> A mercadoria, o valor, o dinheiro, “[...] *elementos que se*

759 Capital original é o dinheiro inicialmente aplicado no processo produtivo. A realização desse capital original cria um novo capital, o capital adicional ou excedente ou, ainda, mais-valia capitalizada.

760 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 218 e 219.

761 Frase extraída por Rosdolsky do Livro I d’*O capital* (Idem, p. 543 Nota 10).

762 Conforme página 187.

763 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 543 Nota 11.

764 Idem, p. 219.

765 Doravante, no processo de reprodução do capital, a mais-valia capitalizada faz as vezes do capital original, produzindo mais mais-valia e assim sucessivamente.



*contrapunham à força viva de trabalho como poderes alheios, exteriores [...], estão colocados agora como seu próprio produto e seu resultado*" (grifo do autor) – como produto e resultado da mais-valia capitalizada.<sup>767</sup>

- b) **Separação absoluta entre propriedade e trabalho como produto do próprio trabalho:** até o momento, de acordo com Rosdolsky, “era possível supor que o capital se convertia em um poder que dominava o trabalho graças, precisamente, à ‘acumulação primitiva’ [conforme Nota 750 supra] realizada por seu proprietário”. Porém, quando se considera “o ciclo do capital adicional, ou seja, o **processo de reprodução** [do capital original, digo eu]”, tal “ilusão desaparece [...]”. Doravante, “a força de trabalho se defronta com condições objetivas de produção [os meios de produção, digo eu novamente] que ela mesma criou [no próprio processo de produção, digo eu] e que assumem a forma de capital, de modo que o processo de realização do trabalho se converte simultaneamente no processo de sua desrealização”<sup>768</sup>. Ainda com Roman, citando Marx, “dentro do processo produtivo, a força de trabalho ‘não apenas produz as condições do trabalho necessário como condições que pertencem ao capital [isto é, para realizar trabalho necessário, pelo qual recebe salário com vistas à sua subsistência como trabalhador, necessariamente tem que realizar trabalho não pago para o capitalista (mais-trabalho), digo eu mais uma vez]; também a possibilidade de criação de valor, a valorização que existe nela como possibilidade, agora existe como mais-valia, mais-produto, em uma palavra, como capital””. No caso, K. Marx arremata: “[...] O trabalhador não só produziu a riqueza alheia e a própria pobreza, mas também a relação entre essa riqueza [...] e ele mesmo como pobreza”, ou, como diz Roman, produziu “**a relação do capital**” (grifo nosso). Ao mesmo tempo que produz riqueza para o capitalista o trabalhador produz a própria pobreza.<sup>769</sup> Trata-se, portanto, de uma “**relação social**” (grifo nosso) como resultado do processo capitalista de

766 Site Edisciplinas USP. **O capital – Crítica da Economia Política. Capítulo 4. Transformação do dinheiro em capital.** Aula 21. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2249205/mod\\_resource/content/1/aula-21-marx-o-capital.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2249205/mod_resource/content/1/aula-21-marx-o-capital.pdf). Consultado em 14.10.2022. Recomendamos a leitura do resumo em referência, que muito bem elucida o abordado.

767 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 219.

768 Nessa passagem dos *Grundrisse* propriamente ditos, Roman identifica mais uma vez a presença do pensamento de Hegel no desenvolvimento da investigação marxiana: o trabalho como realidade própria (do trabalhador) e realidade alheia (do capitalista). Uma “[...] realidade alienada, que não lhe pertence para si, mas como mero ser para outro e, portanto, como ser-de-outro-modo, ou ser do outro, oposto a si mesmo” (Idem, p. 544 Nota 14).

769 Ibidem, p. 219. A passagem do parágrafo em Nota também foi extraída por Roman do Livro I da obra magna marxiana (Ibidem, p. 544 Nota 15). Como consta no referido Livro I, de acordo com o conteúdo da Nota 15 citada, o processo capitalista de produção como processo de reprodução (em sua interdependência) “não só produz mercadorias, não só produz mais-valia, mas produz e reproduz a própria *relação capitalista*: de um lado o *capitalista*, de outro o *assalariado*” (grifo do autor).

produção/reprodução, algo “ainda mais significativo [...] do que seus resultados materiais [mercadorias, digo eu]”, qual seja: a *produção de capitalistas e de trabalhadores assalariados*, prescreve Marx nos *Grundrisse*. Para o filósofo alemão, o que se tem aqui então é “*um produto fundamental do processo de valorização do capital*” (grifo do autor). Isso mesmo. E a economia como vista no dia a dia “se esquece disso completamente”, exclama Rosdolsky, “só visualiza as coisas produzidas”.<sup>770</sup>

O capital, agora “pronto e acabado”, como algo que existe, ensina Karl Marx, “[...]. Já não precisa de pressupostos [externos, digo eu] para se desenvolver; ele mesmo está pressuposto; partindo de si, cria os pressupostos de sua conservação e crescimento”.

Derivado do capital original de produção, que em parte, deduzida a parcela para consumo próprio, é trocado formalmente pela força viva de trabalho (e também por trabalho morto (meios de produção))<sup>771</sup>, forma-se o que Marx nominou de “capital adicional I”, resultado do processo produtivo inicial. O capital adicional I, uma vez “relançado no processo de produção, realiza de novo sua mais-valia no processo de intercâmbio e reaparece como um novo capital adicional no começo de um terceiro processo de produção”, e assim entra em cena o “capital adicional II”. Enquanto o capital adicional I tinha como pressupostos “os valores pertencentes ao capitalista [oriundos da acumulação primitiva, como visto] e lançados por ele em circulação [...]”, o “pressuposto do capital adicional II é a própria existência do capital adicional I, ou seja, o fato de que o capitalista já se apoderou antes de trabalho alheio [quando da produção do capital adicional I, digo eu], sem intercâmbio”. E assim o processo pode recomeçar “indefinidamente”. “*A apropriação do trabalho alheio no passado se apresenta*”, portanto, “*como precondição para uma nova apropriação de trabalho alheio no presente [sem contrapartida de novo equivalente, digo eu novamente]*” (grifo do autor). “Que o capitalista já se encontre confrontado, como capital, ao trabalho vivo é a única condição primordial para que não só ele [o capital, digo eu] se conserve como capital, mas também para que, como capital em crescimento, se aproprie de cada vez mais trabalho alheio, sem equivalente”.<sup>772</sup> Até aqui, conhecemos o processo de reprodução do capital em suas primeiras linhas.

Passemos então à segunda parte do capítulo em foco, a **inversão da lei de apropriação de mercadorias**, com a transcrição feita por Rosdolsky do que se lê nos *Grundrisse*: “Criando-se um capital adicional I através do intercâmbio simples entre trabalho objetivado [trabalho anterior objetivado nos meios de produção, digo eu] e força

---

770 Ibidem, p. 219 c/c p. 544 Nota 16.

771 Sobre “trabalho vivo” e “trabalho morto”, reveja <sup>[Nota 134]</sup>.

772 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 220. Nos manuscritos *Grundrisse* de 1857/1858 consta que no capital adicional, que é produzido pelo trabalho, “está implícita ao mesmo tempo a necessidade real de novo mais-trabalho, e deste modo o próprio capital adicional constitui a possibilidade real de novo mais-trabalho e, ao mesmo tempo, de novo capital adicional”, e, conseqüentemente de mais mais-valia capitalizada. “Vê-se aqui como o mundo objetivo da riqueza se amplia progressivamente pela ação do trabalho e se defronta com ele como um poder alheio [...]” (Idem, p. 544 Nota 19).

viva de trabalho [trabalho atual com o uso dos meios de produção, digo eu novamente] – um intercâmbio inteiramente baseado nas leis da troca de equivalentes, avaliados pela quantidade de trabalho, ou de tempo de trabalho, contida neles – e, considerando-se que esse intercâmbio, tal como se expressa juridicamente, pressupõe o direito de propriedade de cada um sobre seus próprios produtos e a livre decisão sobre seu uso [o que corresponde à **lei de apropriação de mercadorias**<sup>773</sup>, digo eu] – e na medida em que a relação entre o capital adicional II e o I decorre dessa primeira relação – [...]”, chega-se “ao estranho resultado de que o **direito de propriedade se inverte dialeticamente**: do lado do capital, transforma-se no **direito ao produto alheio** ou no **direito de propriedade sobre o trabalho alheio, no direito de apropriar-se de trabalho alheio sem equivalente** [...]” (grifo nosso); do lado do trabalho, o direito de propriedade do produto do trabalho transforma-se “[...] **no dever de reconhecer que o produto do próprio trabalho e até mesmo o próprio trabalho são valores que pertencem a outro** [ao capitalista, digo eu]” (grifo nosso).<sup>774</sup>

Consta nos manuscritos de 57/58 que o intercâmbio de equivalentes, operação que originou e fundamentou o direito de propriedade, ocorrido no início do processo de produção original do capital a partir da troca da força de trabalho por salário, “modificou-se até o ponto de tornar-se um intercâmbio aparente, pois a parte do capital intercambiada por força viva de trabalho é trabalho alheio apropriado [o mais-trabalho, digo eu] sem que a ele se tenha dado um equivalente como contrapartida”, sendo trabalho não pago.<sup>775</sup>

Nessa linha, Marx proclama implacável: “*A relação de intercâmbio deixou cabalmente de existir, é mera aparência*” (grifo do autor). Originalmente, “o direito de propriedade [do produto do trabalho, digo eu] se apresentava como sendo baseado no trabalho próprio”; agora a propriedade se apresenta “como direito ao trabalho alheio e como impossibilidade, por parte do trabalho, de apropriar-se de seu próprio produto”.

De acordo com o que Rosdolsky apresenta, muito embora Karl Marx não tenha sido o primeiro a identificar que “a transição ao modo de produção capitalista implica uma inversão das leis de apropriação [falaram sobre ela Adam Smith e David Ricardo, entre outros, acrescentamos<sup>776</sup>]”, ele “foi o primeiro a explicar a natureza dessa inversão e a demonstrar a necessidade dela” para o modo capitalista de produção. Disse Marx: “A separação radical entre a propriedade (mais ainda, a riqueza) e o trabalho aparece agora como consequência da lei [de apropriação, digo eu novamente] cujo ponto de partida era a identidade de ambos [a equivalência entre propriedade e trabalho, ou seja, o produtor possuía os meios de produção e, por assim ser, também era dono do produto do seu trabalho, digo eu]”. Com a transição para o capitalismo essa lei se inverte.

A natureza da inversão da lei da apropriação mostra que, ao contrário do que pensavam os economistas tradicionais, o trabalhador **não entrega ao capitalista seu trabalho**<sup>777</sup>, diretamente, mas sim sua **capacidade criadora de valor**,

773 Conforme Folheto nº 6, Capítulo 10.

774 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 220 e 221.

775 Idem, p. 221 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

776 Ibidem, p. 545 Nota 26.

777 Se assim fosse, trocaria trabalho por trabalho, como ocorria nos modos de produção anteriores à produção

sua **força de trabalho** medida pelo **tempo de trabalho abstrato objetivado** na produção. Para Roman Rosdolsky, “toda a dificuldade para compreender o capital e suas formas está em descobrir exatamente como a lei de intercâmbio de mercadorias – que diz que as mercadorias são trocadas segundo o tempo de trabalho nelas contido [que corresponde a substância do valor das mercadorias, tema que já estudamos alhures] – faz surgir uma forma de apropriação, típica do capitalismo, que não dá ao trabalho, em troca, um equivalente e, mesmo assim, ‘em primeira instância, não contradiz essa lei’”.

Marx explica: “Ao adquirir a força de trabalho em um intercâmbio de equivalentes, o capital adquire **tempo de trabalho sem equivalente [mais-trabalho ou trabalho não pago, digo eu]**, na medida em que este tempo **excede** o tempo de trabalho contido na força de trabalho [**trabalho necessário ou trabalho pago, digo eu novamente**]. *Graças à forma do intercâmbio* [típica da produção capitalista, digo eu mais uma vez], *apropria-se, sem intercâmbio, de tempo de trabalho alheio*” (grifo em negrito nosso, grifo em itálico do autor).<sup>778</sup> Simplificando: mensalmente, considerando a jornada de uma dia inteiro de trabalho dividida em duas frações, o que o trabalhador assalariado recebe é a contrapartida em forma de salário pelo trabalho necessário (equivalente a uma parte da jornada) realizado no mês com vistas a sua subsistência como trabalhador – trabalho pago; igualmente em cada mês, o trabalhador excede esse tempo de trabalho necessário laborando (na outra parte da mesma jornada), sem remuneração, para o capitalista, realizando então mais-trabalho – trabalho não pago.

Assim sendo, o filósofo alemão conclui que “o intercâmbio se torna o seu contrário, e as leis da propriedade privada – liberdade, igualdade, propriedade, a propriedade sobre o produto do trabalho e a livre disposição dele – se tornam a despossessão do trabalhador e a alienação de seu trabalho; ele passa a relacionar-se com seu trabalho como propriedade alheia e vice-versa”.

Explicando esse fenômeno, o nosso autor ucraniano afirma que “O caráter peculiar da mercadoria força de trabalho – que, como valor [no sentido de valor econômico ou intrínseco, digo eu<sup>779</sup>], representa apenas seus custos de produção [tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, digo eu novamente], mas como valor de uso [relacionado à utilidade da mercadoria força de trabalho, digo eu mais uma vez] é fonte de criação de novo valor – possibilita que o intercâmbio entre trabalhador e capitalista respeite as leis do intercâmbio de mercadorias e, simultaneamente, entre em contradição com essas mesmas leis”, desembocando “de fato na apropriação de trabalho alheio sem

---

burguesa, e não força de trabalho por salário. Naqueles estágios, a base da produção ainda não repousava no intercâmbio propriamente dito, assentado, pelo menos formalmente, nos pressupostos de liberdade, igualdade e propriedade (Ibidem, p. 224).

778 Ibidem, p. 222 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

779 “Valor” ou valor econômico ou valor intrínseco da mercadoria é o valor medido através do [tempo de trabalho socialmente necessário](#), do [tempo de trabalho humano abstrato](#) objetivado na mercadoria, ou seja, do tempo de trabalho social padrão para produzir uma mercadoria, que possibilita a troca de bens qualitativamente distintos por meio de um equivalente geral, o dinheiro. Sobre valor de uso, valor de troca e valor, os quais decorrem da definição e dimensão da categoria mercadoria, recomendamos a releitura do Capítulo 3 (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”) do Folheto nº 02 deste artigo, onde, entre outros aspectos, aprofundamos a definição de mercadoria, tratamos da substância do seu valor (o tempo de trabalho socialmente necessário ou trabalho social ou, ainda, tempo de trabalho abstrato socialmente determinado), além da distinção entre valor de uso, valor (valor econômico ou valor intrínseco) e valor de troca.

intercâmbio, embora mantenha ‘a aparência de intercâmbio’”, afinal no início do processo produtivo, formalmente, a mercadoria força de trabalho foi adquirida pelo capitalista mediante salário, em um suposto intercâmbio de equivalentes.

Essa aparência, no entanto, sentencia o autor d’*O capital*, é “necessária”, visto que, acrescenta Roman, “a produção capitalista, como produção de mercadorias, pressupõe as leis do intercâmbio de mercadorias”. E a força de trabalho é também uma mercadoria. Caso contrário, os fundamentos das leis que justificam e buscam legitimar a sociedade burguesa – liberdade, igualdade e propriedade privada, como defendem seus apologistas, não se sustentariam, sequer aparentemente, e, sem essa aparência, também a ordem capitalista de produção.

Ressalta-se, para findar este escrito, que a mencionada aparência do pleno funcionamento da lei do intercâmbio de equivalentes é denunciada diante da **inversão do direito de apropriação**, e este só se torna visível, complementa o filósofo, “quando consideramos a produção capitalista no **fluxo ininterrupto de sua renovação** e, em vez de enfocarmos o capitalista singular e o trabalhador singular, enfocamos a **totalidade**, a classe capitalista e, diante dela, a classe trabalhadora” (grifo nosso).

“Vista isoladamente”, prega Roman, “a transação entre o trabalhador e o capitalista parece totalmente ‘justa’, ou seja, em conformidade com as leis gerais do intercâmbio de mercadorias [...]”. No entanto, pelo ângulo do fluxo ininterrupto de renovação do capital, no qual estão contempladas a classe capitalista e a classe trabalhadora (o sistema em sua totalidade), o que se vê, diz Marx, é “uma apropriação unilateral dos produtos do trabalho alheio, de modo a um produtor explorar o outro”.<sup>780</sup>

Em tese, o direito original de apropriação não deveria permitir a apropriação unilateral dos produtos do trabalho alheio. Uma vez que permite, este direito é “pura ficção”, apenas “um reflexo dos processos considerados isoladamente”, classifica o filósofo alemão; uma ficção necessária, concluímos. A troca de trabalho por trabalho não é intercâmbio de mercadorias. Karl Marx clarifica mais uma vez: “Pois, enquanto não se intercambia a própria força de trabalho, a base da produção ainda não repousa no intercâmbio; este continua limitado a um circuito estreito que se baseia no não intercâmbio, tal como ocorria em todos os estágios anteriores à produção burguesa [nos modos de produção escravista e servil, por exemplo, digo eu]”. Em vista disso, Rosdolsky acrescenta, com Marx, que “o modo de apropriação capitalista”, embasado na “ausência de propriedade, na expropriação do trabalhador”, tal qual descrito neste texto, “não é uma negação total nem uma ‘falsificação’ das leis do intercâmbio livre, mas sim ‘sua **última configuração**’” (grifo nosso).<sup>781</sup>

Juntando os dois assuntos analisados no capítulo dezenove de *Gênese*, o autor chega à conclusão, na trilha de Marx, “que ‘a verdadeira natureza do capital só se estabelece no final do *segundo ciclo*’ (ou seja, o ciclo do capital adicional I) [no processo de reprodução do capital original, digo eu]; portanto, só aqui ‘se dissipa a ilusão de que o

780 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 222 e 223.

781 Idem, p. 224.

capitalista troca com o trabalhador outra coisa que não seja uma parte do próprio trabalho objetivado deste [o produto final do próprio trabalho, digo eu]'. E só aqui o trabalho vivo é 'simples recurso para valorizar o trabalho objetivado, morto [os meios de produção, digo eu], para impregná-lo de um sopro vivificador e perder nele sua própria alma'; enquanto as condições objetivas desse trabalho [os meios de produção, digo eu de novo] aparecem agora 'como existências alheias, autônomas [...] como valor que existem para si e se conservam para si, [...] que constituem a riqueza alheia à força de trabalho, a riqueza do capital'. O que resulta daí é a 'alienação extrema', a separação do próprio trabalho em relação às condições de sua realização". A separação entre trabalho e propriedade sobre o produto do trabalho, entre trabalho e riqueza, é uma premissa que está colocada desde os primórdios do capitalismo. "No processo de produção e reprodução do capital esta premissa apenas se realiza", encerra Roman Rosdolsky.<sup>782</sup>

---

782 Ibidem, p. 225.

## Capítulo 20 – A acumulação primitiva e a acumulação de capitais<sup>783</sup>

No capítulo anterior, a análise marxiana demonstrou que assim que o capital original, através do intercâmbio entre capital e trabalho, se transforma em capital adicional, este, também denominado de capital excedente, ou ainda de mais-valia capitalizada, “começa a gerar seus [próprios, digo eu] pressupostos, ou seja, as condições que permitem criar novos valores sem intercâmbio, passando pelo processo de produção”. Essas condições ou pressupostos, “que antes apareciam como componentes de seu dever [sendo, inclusive, exteriores ao próprio capital), postos de fora, digo eu], [...] apresentam-se agora como resultados de sua própria realização, como realidade criada por ele; *não mais como condição de sua gênese, mas como resultados de sua existência*” (grifo do autor).<sup>784</sup>

Conforme deduz o pensador ucraniano Roman Rosdolsky, “as condições para o dever do capital não estão contidas no modo de produção capitalista; devem encontrar uma explicação fora dele”. Contudo, as condições que resultam da sua existência são dadas pelo seu próprio movimento.

A partir de uma metodologia que “mostra os aspectos onde é necessário introduzir a análise histórica”, segundo Karl Marx, verificou-se que **a gênese da economia burguesa ou capitalista**, “mera **forma histórica** do processo de produção”, aponta “para mais além de si mesma”, aponta para os **modos históricos de produção pré-capitalistas** (grifo nosso).

Nessa direção, Rosdolsky, transcrevendo Marx, observa que o método marxiano (a “forma dialética da exposição”) “nos leva a considerar as ‘condições prévias do capital’, as quais, embora ‘pertencam à história de sua formação, de modo algum pertencem à sua história contemporânea’ e encontram sua mais clara expressão no que se passou a chamar de **acumulação primitiva de capital**”<sup>785</sup> (grifo nosso).

Karl Marx registrou nos manuscritos *Grundrisse* as condições da relação capitalista que, segundo ele, “estão presentes na forma como esta relação se apresenta desde o início”. É o que Roman Rosdolsky nos revela agora: a) **disponibilidade da capacidade viva de trabalho**: disponibilidade da força de trabalho, segundo Marx, “*como existência meramente subjetiva* [que existe em si, digo eu], *separada dos elementos de sua realidade objetiva* [apartada dos meios de

---

783 Tal qual anotamos em relação ao tópico anterior, no capítulo vinte de *Gênese* o autor observa a impossibilidade de se fazer a correspondência do seu conteúdo com a organização adotada nos *Grundrisse* devido a forma dispersa que os temas se encontram nesses manuscritos de 1857/1858 (Ibidem, p. 201).

Também na explanação do capítulo em foco, Rosdolsky não se limita aos *Grundrisse*, recorrendo igualmente a obras posteriores de Marx, sobretudo *O capital*. Quando tal fato ocorrer faremos a devida menção.

784 Ibidem, p. 227 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

785 Como lemos nos *Grundrisse*, do mesmo modo, por exemplo, que a fuga dos servos para as cidades se coloca como um dos pressupostos históricos do sistema urbano, embora não seja “uma *condição*, um elemento da realidade do sistema urbano desenvolvido [...]” (grifo do autor), as condições prévias da existência do capital também não são condições da sua realidade desenvolvida, correspondem tão somente “a seus pressupostos passados, aos pressupostos de seu dever, abolidos em sua própria existência” (Ibidem, p. 546 Nota 2).

produção, digo eu novamente]; logo, separada das condições de realizar trabalho vivo e dos meios de existência [ou subsistência, digo eu], meios de conservar a força viva de trabalho [...]" (grifo do autor); b) **acumulação de valores de uso**: “o valor (o capital), que se contrapõe [ao trabalho, que submete a capacidade viva de trabalho, digo eu mais uma vez]”, segundo Roman, citando o filósofo alemão, “deve ser ‘uma acumulação de valores de uso suficientemente grande [uma acumulação de riqueza advinda de processos produtivos anteriores, digo eu], de modo a proporcionar as condições objetivas [aquisição de meios de produção, repetimos] não só para produzir os produtos ou valores necessários para reproduzir ou conservar a capacidade viva de trabalho, mas *também para absorver mais-trabalho*, para lhe suprir material objetivo [e, conseqüentemente, criar mais-valia, digo eu novamente]” (grifo do autor); c) **livre relação de troca**: existência, prescreve K. Marx, de uma “*livre relação de troca [...] entre as partes* [cuja relação corresponde ao intercâmbio mercantil simples, processo vender para comprar (ciclo M-D-M), recordamos<sup>786</sup>]; [...] ou seja, uma produção que não proporciona diretamente, ao produtor, os meios de subsistência, sendo mediada pela troca, e na qual ninguém pode apoderar-se diretamente do trabalho alheio, devendo comprá-lo através de uma operação de intercâmbio com o trabalhador<sup>787</sup>” (grifo do autor); e, finalmente, d) **valor (capital)**: a parte do valor que se defronta com o trabalhador, pondo-o a realizar mais-trabalho, a qual, Marx acrescenta, “*deve entrar em cena como valor e ter como finalidade última gerar valores, autovalorizar-se, obter dinheiro, e não criar valores de uso e desfrutar diretamente deles*” (grifo do autor).<sup>788</sup>

Assim, só podemos falar de **relação capitalista** se houver por parte do trabalhador a **colocação de sua própria capacidade de trabalho como elemento de troca**, isto é, **se dispuser da sua força de trabalho como mercadoria**. De acordo com R. Rosdolsky, citando Marx, “o modo de produção capitalista pressupõe a dissolução de todas as relações ‘nas quais os próprios trabalhadores, as capacidades vivas de trabalho, ainda estão imediatamente incluídos nas condições objetivas de trabalho [ainda estão incluídos como meios de produção, mais precisamente como instrumentos de produção, digo eu] e como tais são apropriados, em relações de escravidão ou servidão” – **o capitalismo, portanto, pressupõe a dissolução de todas as relações sociais de produção antigas (pré-capitalistas)**.<sup>789</sup>

Nesse sentido, o modo capitalista de produção (o capital) não considera o trabalhador (o indivíduo trabalhador) como condição da produção, ao contrário do que ocorria nos modos de produção escravista e feudal; “**só o trabalho o é**”, proclama Marx (grifo nosso). “**O capital**”, diz ele, “**não se apropria do trabalhador**”, da sua existência como indivíduo livre, “**mas de seu trabalho**”, da **mercadoria força de trabalho que lhe pertence** (grifo nosso). Além disso, a apropriação da força de trabalho não é feita

786 Conforme [Nota 322].

787 Uma operação em que um produtor A troca seu produto por outro pertencente a B, com a intermediação do dinheiro: o produtor A troca sua mercadoria não valor de uso para ele por outra mercadoria não valor de uso para seu proprietário – o produtor B –, de modo a satisfazer as diferentes necessidades naturais de ambos. Sobre a função do dinheiro como meio de circulação, veja o item “B” do Folheto nº 05 deste Artigo Expositivo.

788 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 227 e 228.

789 Idem, p. 228 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).



diretamente pelo capital, mas “com a mediação do intercâmbio”, como visto<sup>790</sup>.

Entretanto, o intercâmbio do trabalho vivo por dinheiro, “não basta nem para constituir o capital, de um lado, nem o trabalho assalariado, de outro”. Esse intercâmbio pode dar lugar a outras relações que não se enquadram como capitalistas, a exemplo do trabalho do alfaiate autônomo que prestando um serviço específico para alguém entrega valor de uso (seu serviço) e recebe em troca dinheiro para aplicar em sua subsistência (consumo), recebendo, igualmente, valor de uso.

Destacando do rol de relações de trabalho não capitalistas o ofício de alfaiate autônomo, Marx afirma: “A roupa não só contém um trabalho específico que lhe deu uma forma (uma forma útil determinada, transmitida ao tecido pelo movimento do trabalho); contém também uma certa quantidade de trabalho; portanto, contém não só valor de uso [uma forma específica (roupa) que serve a uma utilidade específica, ao consumo direto, digo eu], mas valor em geral, valor como tal [valor que correspondente ao valor econômico ou intrínseco da mercadoria, isto é, ao tempo de trabalho objetivado na roupa produzida, digo eu]. Mas este valor não existe para A, que usa a roupa e não é vendedor de roupas. Mediante permuta, ele obteve o trabalho não como trabalho que cria valor [no sentido de valor econômico ou intrínseco, repetimos], mas como atividade que cria valor de uso, utilidade. [...]. Mas, mesmo supondo que A paga o serviço [do alfaiate, digo eu] em dinheiro, seu dinheiro não se transforma em capital [o dinheiro que cria e reproduz valor, digo eu novamente]; ele foi usado como meio de circulação para obter um objeto de consumo [processo vender para comprar, uma relação de intercâmbio mercantil simples (ato M-D-M), digo eu], um valor de uso. Este ato **não produz riqueza**; ao contrário, **consome riqueza**” (grifo nosso).<sup>791</sup>

Ao transformar seu dinheiro em roupa, o sujeito A, possuidor do dinheiro, “não o valoriza, mas o desvaloriza”, pois a mercadoria roupa foi adquirida para uso próprio no dia a dia, desgastando-se naturalmente pelo consumo. Na medida em que A repete a operação de aquisição de valor de uso com o dinheiro que ainda possui “tanto mais se empobrecerá”. O dinheiro que circula e que é trocado pelo trabalho vivo do alfaiate “**não é capital**, mas **é renda**, é dinheiro como **meio de circulação** [...] e **não [...] dinheiro que se conserva e se valoriza** [dinheiro como capital, digo eu mais uma vez] mediante a compra do trabalho como tal” (grifo nosso). **Uma coisa é dinheiro como renda, outra coisa é dinheiro como capital.**

Marx prossegue: “A troca de dinheiro na condição de renda, de meio de circulação, por trabalho vivo não transforma o dinheiro em capital, e portanto não coloca o trabalho na condição de trabalho assalariado, na acepção econômica do termo. **Consumir (gastar) dinheiro não é fazer dinheiro**” (grifo nosso).

---

790 O disposto no parágrafo em Nota não quer dizer de modo algum, observa o filósofo alemão, de acordo com a obra e página referenciadas na Nota anterior, que não se encontre “dentro do sistema burguês de produção [...] escravidão nesse ou naquele ponto. Mas ela só pode existir alhures porque não existe em outros pontos, e, nesse sistema, é uma anomalia”. Todavia, tal anomalia se verifica, com não rara frequência, ainda nos dias de hoje, principalmente em países da periferia do capitalismo como o [Brasil](#), mas não só, tanto no meio urbano como rural, inclusive praticada por [empresas multinacionais](#).

791 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 229 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

Portanto, o simples intercâmbio de trabalho objetivado na forma de dinheiro (esforço anterior que fez com que A possuísse dinheiro para ingressar no intercâmbio) por trabalho vivo (o trabalho atual realizado pelo alfaiate) não constitui o **capital** nem, por consequência, o **trabalho assalariado**. Ambos (capital e trabalho assalariado) são constituídos pelo “***intercâmbio de trabalho objetivado como valor, como valor que se conserva*** [que não é utilizado para o simples consumo da mercadoria roupa, digo eu], ***por trabalho vivo como valor de uso do primeiro*** [por trabalho vivo para realizar mais-trabalho, digo eu novamente]; *ou seja, não como valor de uso para um uso ou consumo particulares, determinados, mas valor de uso para* [criar, digo eu] *o valor*” (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso).

A par disso, segundo Roman Rosdolsky, só existe **relação capitalista** onde “**o comprador da força de trabalho compra mercadorias [meios de produção, digo eu] que lhe servem como meio para conservar e multiplicar os valores que estão em seu poder**” (grifo nosso). Não basta adquirir a força de trabalho por um equivalente em dinheiro, por exemplo. É imprescindível que essa capacidade viva de trabalho seja utilizada para produzir, conservar e reproduzir valor (mais dinheiro), ou mais-valia, para o comprador da mercadoria força de trabalho pertencente ao trabalhador.<sup>792</sup>

Daí ser fundamental e condição obrigatória que o trabalhador, proprietário da força de trabalho, observa Roman, seja “pessoalmente livre e, ademais”, deva “estar em uma situação na qual já não lhe seja possível intercambiar produtos que ele mesmo produziu [o produto do seu trabalho não mais lhe pertence, digo eu]”. Que não mais esteja na condição de escravo ou de servo ou que, caso não tenha sido nem um nem outro, já esteja separado ou desprovido da propriedade dos meios de produção. Que seja “um proletário sem posses”. A “única mercadoria que ele [agora, digo eu] pode oferecer [e livremente, digo eu novamente] é sua força de trabalho”<sup>793</sup>.

792 Ibidem, p. 230 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Rosdolsky, ainda sobre esse assunto, menciona que Marx diferencia *trabalhadores assalariados*, “no sentido econômico estrito”, de *diaristas* “que se encontram aqui e ali, no período de dissolução das condições pré-burguesas”. Embora se considere que seus serviços eram realizados mediante pagamento e que não visavam tão somente o consumo pelo seu empregador, mas também a criação de valor (valor econômico ou intrínseco), a venda, a produção daí resultante, que misturava o trabalho de um trabalhador livre com o dos servos, em escala maior era direcionada para consumo (valores de uso direto) e não para produção de valores. Quando o nobre vendia parte dessa produção, o fazia em relação aos produtos supérfluos, “ao consumo de luxo”, diz K. Marx; neste caso, o trabalho remunerado do diarista lhe criava “um valor”. Ali onde ocorreu a multiplicação dos trabalhadores livres e o desenvolvimento dessas relações, prossegue o alemão, “o velho modo de produção [...]” começava “dissolver-se [apesar das idas e vindas que fizeram que o modo de produção vigente não se transformasse em todas as regiões e ao mesmo tempo (como “na velha Polônia”), digo eu com base em Marx], preparando-se as condições do verdadeiro trabalho assalariado” (Ibidem, p. 230). Segundo o pensador ucraniano, é preciso anotar que historiadores da economia europeia em várias tentativas pretenderam “deduzir o caráter ‘capitalista’ das fazendas do século XVIII a partir da existência, nesses estabelecimentos, de diaristas livres”, porém, como estamos a ver, tal dedução não coaduna com a investigação marxiana (Ibidem, p. 548 Nota 14).

793 O autor de *Gênese* conta que essas condições sociais de trabalhador livre e desprovido de posses, que cria e reproduz valor, ao contrário do que possa aparentar considerando a ordem social atual, não se constituíram de maneira simples. Foi necessária “uma evolução secular até que pudesse surgir uma classe de proletários desse tipo” (sobre *proletário* ou *proletariado* tratamos na *Seção Preliminar – Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item “O universo marxiano, principais conceitos”), deste [Blog](#)). Com exceção da escravidão e situações assemelhadas, “[...] os produtores das épocas anteriores [pré-capitalistas, digo eu] eram proprietários ou, pelo menos, estavam de posse dos meios de produção (da terra ou das ferramentas necessárias ao trabalho manual). Para eles, as condições objetivas da produção apareciam ‘como pressupostos da natureza, como condições naturais de existência do produtor, assim como seu corpo vivo, o qual, por mais que ele reproduza e desenvolva,

Embora houvesse no modo de produção de épocas anteriores uma “unidade original” entre o produtor e as condições de produção (onde o produtor era o proprietário ou estava na posse dos meios de produção), para Marx não é essa unidade que precisa ser explicada ou que resulta de um processo histórico, mas sim “a separação [...]”, a separação entre o produtor e as condições de produção, “uma separação que é plena [e que se realiza, digo eu], pela primeira vez, na relação entre trabalho assalariado e capital”.<sup>794</sup>

De acordo com Roman Rosdolsky, ancorado em Marx, “o modo de produção capitalista pressupõe uma série de perturbações históricas [pressupostos históricos, digo eu], pelas quais se destroem as diversas formas que ainda mantinham vinculados o produtor e os meios de produção”. Vamos às principais: “[...] a **dissolução do vínculo com a terra** – o solo – como condição natural da produção [...]’. (Por isso, *‘na fórmula do capital [...] está implícita a não propriedade da terra [por parte do indivíduo que trabalha, o produtor, digo eu] [...]’*)<sup>795</sup>; a **dissolução de relações nas quais o produtor ‘é proprietário do instrumento** [de trabalho, digo eu]’”, a exemplo das manufaturas onde tinha a propriedade das ferramentas etc.; e, em decorrência dos dois casos citados, “a **dissolução da situação na qual o produtor ainda ‘possui os meios de consumo [...] necessários para viver como produtor [...]** durante a produção, antes de terminá-la’. (‘Como proprietário da terra, ele pode abastecer-se diretamente do seu fundo de consumo necessário. Como mestre artesão, herdou, ganhou, economizou. Como jovem artesão, é primeiro aprendiz, ainda não é propriamente trabalhador independente, compartilha a refeição com o mestre, numa relação patriarcal [...].’)<sup>796</sup>

Não obstante, Karl Marx dispõe que “[...] O capital não se forma a partir da propriedade da terra (quando muito, pode formar-se a partir do arrendatário, se ele faz comércio com produtos agrícolas), tampouco da corporação (embora neste último ponto [‘haja’, intervém Rosdolsky] uma possibilidade<sup>797</sup>), mas sim da riqueza formada no **comércio** e na **usura**”.<sup>798</sup> O alemão continua: “É inerente ao conceito do capital, em sua gênese, que ele surja do dinheiro e, portanto, **da riqueza que existe sob a forma de dinheiro**. Também é inerente que ele surja da circulação [daquela riqueza, digo eu], que apareça como **produto da circulação**” (grifo nosso).<sup>799</sup>

Entretanto, Marx demonstra no Livro III de *O capital*<sup>800</sup>, que a riqueza

---

originalmente não é criado por ele mesmo, mas é um pressuposto de sua existência” (Ibidem, p. 230).

794 Ibidem, p. 230 e 231.

795 Nessa passagem de *Gênese*, o autor acrescenta um aspecto exposto no Livro IV d’*O capital*, onde Marx confirma que “A primeira condição para o desenvolvimento do capital é a separação da propriedade do solo em relação ao trabalho, como um poder independente, sob controle de uma classe particular, diante do trabalhador livre”. Daí que, continua o alemão referindo-se a uma descrição dos fisiocratas, “o proprietário da terra aparece como verdadeiro capitalista, ou melhor, como o proprietário do mais-trabalho [...]. Também nesse aspecto o sistema fisiocrata acerta [...]” (Ibidem, p. 548 e 549 Nota 20).

796 Ibidem, p. 231.

797 Sobre essa questão, lê-se nos *Grundrisse* a seguinte explicação: “Ao ocorrer a dissolução das corporações, alguns mestres se transformam em capitalistas industriais; não obstante, esse caso é raro, o que está de acordo com a natureza da coisa. Ali onde surgem o capitalista e o operário, em geral a corporação se arruína, o mestre e o oficial se arruínam” (Ibidem, p. 549 Nota 23).

798 Ibidem, p. 231 e 232.

799 Ibidem, p. 231.

800 Ibidem, p. 549 Nota 26.

formada no comércio (oriunda de uma produção para venda no atacado e não para um cliente individual) e na usura (riqueza monetária conseguida por saques (por exemplo, a expropriação de camponeses), trapaças, dominações, em suma, violências e todo tipo de procedimentos que nada têm a ver com o método pacífico de acumular o que se ganha trabalhando, como mencionamos anteriormente), embora condição importante para a conversão em capitalistas das pessoas endinheiradas de então, por si só não é suficiente para explicar “a transição de um modo de produção a outro [do modo de produção feudal ao capitalista, digo eu com base em Rosdolsky]”.<sup>801</sup>

Portanto, observa Rosdolsky, na trilha de Marx, “Não foi a riqueza em dinheiro como tal [seja ele extraído do comércio incipiente, seja acumulado por meio de saques etc., digo eu], que converteu em capitalistas os comerciantes e pessoas endinheiradas dos séculos XV ao XVII. Pelo contrário, essa conversão pressupunha o processo histórico da **separação dos meios de produção em relação ao trabalho e aos trabalhadores**. Só depois desse processo ‘ter alcançado certo nível, a riqueza monetária pôde colocar-se como intermediária entre as condições objetivas de vida, assim liberadas, e as forças de trabalho vivas, liberadas mas também despossuídas, e assim pôde comprar umas com as outras’. Só então tornou-se possível a ‘**acumulação primitiva**’ das condições de produção por parte dos capitalistas” (grifo nosso).

Marx, no desenvolvimento da sua investigação, chama a atenção para o fato de que a acumulação primitiva do capital não pode ser entendida como se o próprio capital “houvesse acumulado e criado as condições objetivas da produção – meios de subsistência, matérias-primas, instrumentos – e as houvesse entregue aos trabalhadores despojados delas”. “Nada mais estúpido”, reclama. O filósofo explica: a “formação primitiva [do capital, acrescentamos] ocorre simplesmente quando, através do processo histórico de dissolução do antigo modo de produção, o valor existente como riqueza monetária adquire, por um lado, a capacidade de comprar as condições objetivas do trabalho e, por outro, a de trocar por dinheiro o trabalho vivo dos trabalhadores livres. Todos esses elementos existiam [a mão-de-obra, a matéria-prima algodão, o torno de fiar etc., por exemplo, digo eu]; sua separação é um processo histórico, um **processo de dissolução, e é esse processo que permite ao dinheiro transformar-se em capital**<sup>802</sup>” (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso).<sup>803</sup> Não é o capital que cria as

---

801 Ibidem, p. 232 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Se assim fosse, em conformidade com a obra e página referenciadas, “a antiga Roma, Bizâncio etc.”, diz Marx, “teriam terminado sua história com trabalho livre e capital, ou melhor, teriam começado uma nova história. Também ali a dissolução das velhas relações de propriedade estava ligada ao desenvolvimento da riqueza monetária, do comércio etc. Mas, em vez de conduzir à indústria, essa dissolução conduziu na verdade ao predomínio do campo sobre a cidade”. Ademais, prescreve Marx no Livro III d’*O capital*, “No mundo antigo, os resultados do comércio e do desenvolvimento do capital comercial foram sempre a economia escravista; segundo o ponto de partida, eles resultaram na transformação de um sistema escravista patriarcal, voltado para a produção de meios de subsistência direta, em um sistema orientado para a produção de mais-valia. Em troca, na era moderna, desembocam no modo capitalista de produção. Disso se deduz que esses mesmos resultados ainda estavam condicionados por outras circunstâncias totalmente diferentes do desenvolvimento do capital comercial” (Ibidem, p. 549 Nota 28).

802 “[...]. Separados da terra”, informa Marx nos *Grundrisse*, “os fiandeiros e os tecelões [por exemplo, digo eu], com seus tornos e teares, caíram sob o domínio da riqueza em dinheiro etc.”. A “riqueza em dinheiro não descobriu nem fabricou o torno de fiar nem o tear”, eles já existiam; só os separou do produtor (Ibidem, p. 549 Nota 34).

803 Ibidem, p. 233 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

condições objetivas da produção e as fornece aos trabalhadores, é exatamente a retirada das condições objetivas da posse ou da propriedade dos trabalhadores que possibilita a criação do capital.

Marx prossegue: originariamente, “[...]. *O que é específico do capital é o fato de ele juntar as massas de braços e os instrumentos que encontra e aglomerá-los sob sua autoridade. Esta é a sua verdadeira acumulação*, a acumulação de trabalhadores em [‘determinados’, intervém Roman] pontos, junto com seus instrumentos”. Contudo, “[...], tal concentração só pode ter lugar se esses trabalhadores virarem assalariados, isto é, trabalhadores que devem vender sua força de trabalho porque se defrontam com os meios de produção como propriedade alheia, como uma potência estranha e autônoma [...] [‘porque’, intervém Rosdolsky] o controle desses meios se encontra em mãos de poucos proprietários de dinheiro ou de mercadorias, que assim se convertem em capitalistas”. Somente quando inserido nessa relação, agora na condição de trabalhador assalariado, consegue obter os meios de sua subsistência. Considerando que esse processo deve ser reproduzido continuamente, só no capitalismo os meios de produção e os meios de subsistência do trabalhador adotam as formas de mercadorias e de capital.

Dessa perspectiva, Roman Rosdolsky observa, sempre na companhia do filósofo alemão, que **“a acumulação primitiva é um elemento constituinte da relação capitalista e está ‘contida no conceito de capital’”** (grifo nosso). Contudo, Marx ensina, “Uma vez existindo o capital, e a partir da própria produção capitalista, essa separação [entre os trabalhadores e os meios de produção, que constitui a essência dessa acumulação, digo eu com base em Rosdolsky] se conserva e se reproduz em escala cada vez maior [o que ‘ocorre em virtude da constante capitalização da mais-valia’, intervém o autor de *Gênese*], até que se produza a reviravolta histórica [‘até que seja instaurada a ordem social comunista’, intervém novamente Roman<sup>804</sup>]”. Com isso, conclui o alemão, “acumular, transformar de forma sempre renovada uma parte do mais-produto em meios de produção, converte-se em função específica do capitalista”. Aqui, conforme os *Grundrisse*, se tem a **“acumulação específica do capital”** (grifo nosso), ou **acumulação de capitais**, que deve ser entendida como o “oferecimento do material [‘por parte do capitalista’, intervém Rosdolsky] para o [‘novo’, interfere novamente Rosdolsky] mais-trabalho”<sup>805</sup>, ou seja, para a **reprodução ampliada do capital**.<sup>806</sup>

804 Ibidem, p. 551 Nota 43.

805 E que pressupõe, por sua vez, diferentemente da acumulação primitiva, a existência prévia de capitais (Ibidem, p. 551 Nota 42).

806 Ibidem, p. 234 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Nesse ponto de “*Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*”, o pensador ucraniano faz uma consideração importante. Diz ele, sempre com Marx: “Isso não significa, naturalmente, que o emprego de partes do mais-produto para a reprodução ampliada seja característica exclusiva do capital. ‘[...] É absurdo considerar que essa acumulação é específica do capital, já que as condições objetivas do trabalho vivo devem estar presentes em geral, outorgadas pela natureza ou produzidas historicamente’. Daí que a acumulação específica do capital ‘significa simplesmente que o mais-trabalho objetivado (mais-produto) é valorizado por um novo trabalho vivo, em lugar de colocá-lo (gastá-lo) em pirâmides etc., como faziam por exemplo os reis egípcios ou os aristocráticos sacerdotes etruscos’. No capitalismo, portanto, a função de ampliar a produção corresponde aos capitalistas e se apresenta com sendo a transformação do mais-produto em capital [em valor que se reproduz e não se consome simplesmente, como é o caso do gasto em pirâmides, conforme citado, digo eu]. (Exatamente por isso, esta ampliação da produção se diferencia da de épocas anteriores)” (Ibidem, p. 551 Nota 44).

Desse modo, a acumulação de capital transforma em um “*processo contínuo o que na acumulação primitiva aparece como um processo histórico particular*, processo de gênese do capital e transição de um modo de produção a outro”, arremata Karl Marx. Enquanto “a transformação do dinheiro em capital pressupõe o processo histórico da acumulação primitiva [...], ‘o efeito do capital (uma vez que ele já tenha surgido) e de seu processo consiste em submeter toda a produção e em desenvolver e estender em todas as direções a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e condições objetivas do trabalho’”, leciona Roman citando mais uma vez o filósofo alemão.

“Por isso, o avanço posterior do modo de produção capitalista não provoca apenas a paulatina destruição do trabalho artesanal, do trabalho da pequena propriedade da terra etc., mas também faz com que ‘os grandes capitalistas abocanhem os pequenos, pela descapitalização destes’”.<sup>807</sup>

No processo de acumulação ampliada do capital novamente se vê o processo de separação inaugurada com a acumulação primitiva. Agora, conforme K. Marx, na acumulação que passa a ser do capital, esse mesmo processo de separação aparece “como processo permanente na acumulação e concentração do capital e, finalmente, se manifesta como centralização dos capitais já existentes em poucas mãos, com descapitalização de muitos capitalistas”, retirando destes as condições objetivas (meios de produção) e subjetivas (força de trabalho) de produção. Este é um processo que só terá fim “com a eliminação do próprio capitalismo, ou seja, [com, digo eu] a restauração da unidade original entre os produtores e as condições de produção”, conclui Roman Rosdolsky.<sup>808</sup>

Com o exposto, finalmente concluímos a reprodução da Parte III de “Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx” – *O processo de produção do capital*. Nos folhetos seguintes versaremos sobre o processo de circulação do capital presente nos manuscritos *Grundrisse*, conforme nos apresenta o pensador ucraniano Roman Rosdolsky, cujo conteúdo, em grande parte, corresponde ao Livro II da obra maior marxiana.

---

807 Ibidem, p. 234 e 235.

808 Ibidem, p. 235.

## FOLHETO Nº 10

### PARTE IV – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO [DO CAPITAL]

#### NOTA PRELIMINAR DO AUTOR DE *GÊNESE E ESTRUTURA DE “O CAPITAL”*

Concluído o estudo da investigação inaugural do processo de produção do capital empreendida pelo nosso filósofo alemão-prussiano Karl Marx nos *Grundrisse* (1857/1858), Roman Rosdolsky, na sua empreitada de comentar esses manuscritos, chega à seção cuja maior parte corresponde ao tema do Livro II da obra definitiva de Marx, *O capital: crítica da economia política*: a seção que trata do **processo de circulação do capital**.<sup>809</sup>

Preliminarmente, Roman relembra um aspecto metodológico bastante relevante que marcou a seção dos *Grundrisse* sobre o processo de produção do capital: a investigação marxiana do processo de produção ali registrada não ultrapassou a etapa do capital “**em devir**”<sup>810</sup> (grifo nosso).

Contudo, de acordo com o próprio Rosdolsky, tal constatação não vale somente para a investigação do processo de produção, aplica-se também à análise do **processo de circulação do capital** esboçada nos referidos manuscritos. Isso significa que nos escritos de 1857/1858 encontramos o capital em sua **forma não acabada**, ou seja, em sua forma de “**capital em geral**” (grifo nosso) – o capital ainda em processo de devir, de vir a ser “capital acabado”<sup>811</sup>.

Como afirma o autor de *Gênese*, “A ‘forma acabada’ do capital supõe que este tenha ultrapassado não só o processo de sua **produção** propriamente dita, mas também o de sua **circulação**. Nesse sentido, **a circulação é um elemento necessário à conformação do capital**” (grifo nosso), sendo “ao mesmo tempo”, como ensina diretamente Marx, “**o seu devir, seu crescimento, seu processo vital**” (grifo nosso).

Portanto, somente após ultrapassada a etapa do capital “em devir” é que se pode falar na “forma acabada” do capital. Desse modo, para Karl Marx, sob uma perspectiva metodológica, só se pode falar de “capital acabado” quando o capital ultrapassa, “por assim dizer, sua vida orgânica interna e estabelece relações vitais

809 Ibidem, p. 263 (Ibidem em relação à redação dos seis parágrafos seguintes).

810 [Nota 752].

811 Estudamos no Folheto nº 02, Capítulo 2, deste Artigo Expositivo, páginas 49-51, que a escolha de Karl Marx por começar sua investigação econômica pela forma do “capital em geral” se deve à intenção de analisar o que todas as diferentes formas de capital têm em comum, que é “*ser capital*” (grifo nosso). Por isso nos manuscritos de 57/58 o filósofo alemão ainda não aborda o movimento real e concreto do capital (a concorrência de capitais ou pluralidade de capitais, que examinará só bem mais adiante). Nos *Grundrisse* ele quer deliberadamente e em primeiro lugar examinar *em abstrato* o processo de formação do capital, a “história geral do nascimento do capital”, sua “autodeterminação”, ou sua “autoformação”. Este processo, que Rosdolsky classifica como dialético, “é apenas a expressão ideal [abstrata, digo eu] do movimento real de devir [de vir a ser, digo eu do capital]”.

com o que está fora dele”<sup>812</sup>. Ou, dizendo de outra forma, quando a análise do “capital em geral” avança para a do “capital em sua realidade”, quando avança para o campo da concorrência e da pluralidade de capitais.

Apesar de saber que a circulação é a esfera da concorrência, e, por isso, dominada pelas circunstâncias aleatórias e pelo risco, o processo de circulação do capital foi abordado por Marx nos *Grundrisse* apenas em sua “**forma abstrata** [ideal, digo eu]” (grifo nosso), e não também em sua forma concreta, em consonância com método de investigação adotado<sup>813</sup>.

Muito embora nunca se deva perder de vista, alerta Rosdolsky, citando o autor d’*O capital*, “que, ‘na realidade [...] esta [a circulação, digo eu] é a esfera da concorrência’, a qual [em regra, digo eu novamente] ‘[...] está dominada pelas circunstâncias aleatórias e o risco’”<sup>814</sup>, “[...] em um primeiro momento”, prossegue o autor ucraniano, ainda com Marx, “a investigação científica do processo de circulação deve prescindir de todas as manifestações externas da concorrência, para poder captar a imagem pura, a ‘forma fundamental simples’ do processo”. Somente após a análise da forma fundamental simples do processo de circulação é que o fluxo da circulação do capital real deve ser examinado<sup>815</sup>. Aí está o porquê de Marx não se dedicar no momento inicial da investigação à pluralidade de capitais, ou à concorrência de capitais, que traduz a ideia de “capital acabado”<sup>816</sup>.

Dentro desse esquadro, Roman Rosdolsky anuncia que o nosso filósofo alemão parte e desenvolve o conceito de circulação considerando dois pontos de vista: primeiro, que “o capital permanece na esfera da circulação propriamente dita, ou seja, no mercado de mercadorias e de trabalho”, não se expandindo para o campo da concorrência ou pluralidade de capitais; segundo, que o capital já percorreu a fase de produção.<sup>817</sup>

812 Trecho extraído por Roman Rosdolsky do Livro III - *O processo global da produção capitalista de O capital* (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 558 Nota 2).

813 Conforme páginas 37-39 do Folheto nº 02.

814 Mais um trecho que Roman Rosdolsky extrai do Livro III da obra maior marxiana (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 558 Nota 3).

815 O exame do circuito do capital contemplando o capital real foi exposto por Marx no citado Livro III, seguindo a distinção entre o método que utiliza para investigar e o que adota para apresentar os resultados da apuração, conforme vimos e continuaremos a ver ao longo deste artigo expositivo. Os registros do processo investigativo Marx deixou nos manuscritos *Grundrisse* e nos posteriores, os resultados da apuração expôs em *O capital*.

816 No início do presente Artigo Expositivo I, precisamente na página 54, replicamos uma frase de Roman Rosdolsky que expressa o que considera como um dos grandes méritos da sua obra, *Gênese*: a descoberta de caráter metodológico nos *Grundrisse* da distinção entre as categorias do *capital em geral* e da *pluralidade de capitais*. Descoberta que ele próprio eleva como “[...] a *chave* para compreender não só os *Grundrisse* mas também *O capital*” (grifo nosso). De acordo com o que expõe o nosso pensador ucraniano, Marx, conscientemente, trabalha naqueles manuscritos somente com a categoria do capital em geral, tanto no exame do processo de produção quanto na investigação do processo de circulação do capital. A par disso, oportuno registrar o debate em torno dessa distinção metodológica introduzido pelo marxista alemão do nosso tempo, [Michael Heinrich](#) (1957), uma voz discordante do que defende Roman Rosdolsky. Heinrich vai questionar a importância dessa distinção dada por Rosdolsky para a compreensão d’*O capital*, considerando que apesar da sua centralidade nos *Grundrisse* ela perderá importância durante a década de 1860 e desaparecerá em *O capital*. Aliás, recomendamos a leitura do artigo de Michael Heinrich, [“Capital em geral e a estrutura de O Capital de Marx: novos insights a partir dos Manuscritos Econômicos de 1861-1863”](#) (consultado em 20.03.2023), seguida da leitura do texto de Santiago Marimbondo, [“O capital em geral’ e os ‘múltiplos capitais’ / Debate com Michael Heinrich a partir de Roman Rosdolsky”](#), sobre o referido artigo de Heinrich (consultado em 20.03.2023).

817 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 263 e 264.



## Capítulo 21 – Do processo de produção ao processo de circulação do capital. Anotações sobre o problema da realização e o primeiro esquema da reprodução [do capital]<sup>818</sup>

O pensador ucraniano Roman Rosdolsky começa o capítulo anunciando que, diferentemente do *Livro II – O processo de circulação do capital* da obra definitiva de Karl Marx, a seção dos manuscritos *Grundrisse* que cuidou da investigação da circulação começa com uma digressão (afastamento ou desvio momentâneo do assunto sobre o qual se fala ou escreve). No entanto, continua o pensador ucraniano, este desvio, que “vai além da análise abstrata do processo de circulação e das novas determinações formais do capital que se originam nesse processo”, é um “complemento útil” à análise abstrata. Trata-se da digressão para abordar o **problema da realização** e das **crises de superprodução** no capitalismo.<sup>819</sup>

Marx afasta-se temporariamente do tema da circulação do capital propriamente dito para enfrentar o **problema da realização (venda)** da mercadoria produzida, diante da **limitação da capacidade de consumo**, em face a **busca incessante do capital por valorização contínua** (expansão) que inobserva os limites a essa valorização. Tais limites, quando forçosamente ultrapassados, impossibilitam a própria valorização crescente do capital através da circulação, gerando as **crises de superprodução**.<sup>820</sup>

Antes de conhecermos os comentários de Rosdolsky expostos no capítulo é de bom tom esclarecer o que ele pretende. Primeiramente, quando menciona no subtítulo o **“problema da realização”** (grifo nosso), está se referindo ao **problema das crises de superprodução** no modo de produção capitalista. Este como uma consequência daquele. Outrossim, quando no mesmo subtítulo cita o que denomina de **“o primeiro esquema da reprodução”** (grifo nosso), quer tratar do modelo proposto por Marx de **equilíbrio relativo necessário para que o sistema capitalista se reproduza** (ou seja, para que possa ser mantido e continuado). Começamos pela questão da realização que desemboca na crise da superprodução.

De acordo com o economista Márcio Pochmann, para Marx a crise no capitalismo é **“sempre uma crise de superprodução”** (grifo nosso). Ou seja, uma

818 O conteúdo do Capítulo 21 de *Gênese* corresponde ao item “Reprodução e acumulação do capital” da *Segunda seção: O processo de circulação do capital, Capítulo do capital*, dos manuscritos *Grundrisse*, de acordo com a edição de 2011 publicada pela Editora Boitempo (in MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse*. Op. cit., Sumário).

Contudo, na explanação do capítulo, Rosdolsky não se limita aos *Grundrisse*, recorrendo algumas vezes às obras posteriores de Marx, sobretudo *O capital*. Quando tal fato ocorrer faremos a devida menção.

819 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 265. Na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução* (item *Pensamento econômico*), deste [Blog](#), em nosso texto “Arrazoado e sinopse do livro *O capital*”, apresentamos uma definição sintética de “capital”, contemplando as distintas formas que assume no curso do seu movimento, muito embora sua conceituação venha sendo detalhada ao longo deste Artigo Expositivo desde o Folheto nº 01.

820 Em vista da complexidade do assunto presente no Capítulo 21 de *Gênese* e que o mesmo não trata diretamente do processo de circulação do capital, embora seja elucidativo para sua compreensão, optamos por dedicar o Folheto nº 10 exclusivamente a esse tópico, reservando para o fascículo seguinte a reprodução dos capítulos que tratam diretamente do tema principal da Parte IV do livro de Rosdolsky.

**crise de excesso do capital** a uma dada taxa de valorização (taxa de retorno, de lucro, de remuneração) deste mesmo estoque de capital.<sup>821</sup> Mobilizou-se no processo produtivo determinado montante de capital (investimentos em meios de produção e aquisição de força de trabalho) com vistas a se obter certa taxa de valorização, que não pôde ser alcançada em vista da não observância dos **limites imanentes** ao próprio capital em face do impulso pela **valorização ilimitada**, sua razão de ser. É o que veremos nesta primeira parte.

Nos *Grundrisse*, na observação do professor Francisco Paulo Cipolla, da qual lançamos mão para introduzir o conteúdo do assunto, Karl Marx, de maneira geral,

“se ocupa em desvendar a **predisposição** [natural, digo eu] **do capital à crise de superprodução**<sup>822</sup>. Essa predisposição à crise é o resultado da **tensão** entre os limites à expansão do capital e a **indiferença** do capital em relação a esses limites. Uma vez determinados os limites à expansão do valor impostos pela própria natureza do capital, está determinada a predisposição do capital à crise na medida em que o movimento de expansão do valor procura transpor todos os limites. Dessa forma **a crise é concebida como parte da definição de capital e o capital como uma forma transitória de organização social**. Esses limites se referem a **limites** [sic] **à produção**, ultrapassados os quais a valorização do capital por meio do seu processo complementar de circulação já não é possível” (grifo nosso).<sup>823</sup>

Na visão do autor dos *Grundrisse*, segundo Márcio Pochmann, sendo **um modo de produção que se constituiu voltado exclusivamente para a valorização do capital**, o modo capitalista de produção pode até, em determinados momentos, durante a persecução desse objetivo, adequar-se ao atendimento das necessidades humanas, mas não é essa a sua vocação. Não mesmo.<sup>824</sup>

Entretanto, durante o processo de valorização do capital, o capitalismo apresenta momentos de crise. **Crise não meramente pontual ou excepcional, mas parte integrante do sistema capitalista, seu elemento intrínseco**. Eis um dos pontos centrais da teoria marxiana. Faz parte da natureza do modo de produção capitalista,

821 POCHMANN, Márcio. **As crises do capitalismo**. Introdução a David Harvey – Aula #2. TV Boitempo Editorial, 2021. Disponível em <https://youtu.be/EZsytOBnIrk?t=1040> (Minutagem: 17m20s-18m04s). Visto em 20.03.2023.

822 Marx em seus escritos previu três crises do capitalismo: “1. A *crise final*, onde aconteceria o colapso do capitalismo, que seria substituído pelo socialismo através da ‘revolução do proletariado’; 2. A *crise estrutural*, intrínseca ao capitalismo e que tenderia a ser cumulativa; 3. As *crises de superprodução*, que seriam cíclicas” (grifo do autor) (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_do\\_capitalismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_capitalismo). Consultado em 20.03.2023). Entretanto, conforme expressado neste texto, entendemos que tanto a “crise final” como a “crise estrutural” têm origem nas crises cíclicas de superprodução.

A predisposição do capital às crises de superprodução vinha sendo observada por Marx ao longo do tempo. Inclusive, repetindo o observado em folheto anterior, uma delas, a [crise econômica e financeira de 1857](#) que se anunciava desde 1856, considerada como a primeira crise econômica global do capitalismo, fez com que, entre 57/58, apressasse a redação e organização dos sete cadernos que deram origem aos *Grundrisse* (in MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 7 (Nota da Edição); e ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 25 c/c 480 (Nota 40)).

823 CIPOLLA, Francisco Paulo. Op. cit., p. 75 (Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 20.03.2023).

824 POCHMANN, Márcio. Op. cit. Disponível em <https://youtu.be/EZsytOBnIrk?t=870> (minutagem: 14m30s-15m43s). Visto em 23.03.2023.

sua razão de ser, criar e destruir suas estruturas de funcionamento para construir novas capazes de permitir que o capital continue seu fluxo de valorização ilimitada, até que surja a próxima crise.<sup>825</sup>

Grosso modo, no que se refere às crises de superprodução, segundo a concepção marxiana, “o capital, para lucrar, busca sempre o aumento da mais-valia [busca sempre se valorizar, que é sua razão de existir, e não, necessariamente, responder às necessidades humanas, repetimos com base em Márcio Pochmann<sup>826</sup>]. É reduzindo os salários dos operários e/ou aumentando a produtividade que ele aumenta os lucros. No entanto, se há aumento de produtividade e, simultaneamente, o poder de compra da massa dos consumidores permanece igual ou diminui, em algum momento vai haver sobreprodução, quer dizer, produção de mercadorias que não podem ser vendidas [ou realizadas, de onde deriva o problema da realização do capital-mercadoria, digo eu], que não podem ser convertidas em valor de troca, em lucro, justamente pela falta de compradores (subconsumo) [ou seja, por insuficiência de poder de compra, esclarecemos]. A superprodução, por sua vez, [num primeiro momento, digo eu novamente] impede o lucro e força as empresas a cortar custos, reduzindo salários e demitindo trabalhadores, diminuindo dessa maneira ainda mais a massa dos consumidores, num círculo vicioso”.<sup>827</sup>

Em nível de sistema, há outras saídas de longo prazo para o capitalismo em crise. Mas esse é um assunto para bem mais adiante, para a última etapa da nossa “expedição”. Sendo uma questão complexa e que diz respeito, segundo Pochmann, “[...] à capacidade do próprio capitalismo de destruir, queimar, o capital em excesso e se constituir em outras formas de valorização do capital”,<sup>828</sup> em um processo dialético de destruição e criação ao mesmo tempo,<sup>829</sup> antes, precisamos conhecer a formação do capital, seu desenvolvimento e o circuito que percorre em busca da ilimitada valorização.<sup>830</sup>

825 Idem. Disponível em <https://youtu.be/EzsyOBnIrk?t=945> (minutagem:15m45s-17m20s). Visto em 23.03.2023. Vê-se importante, diante da ideia de que as crises capitalistas fazem parte da sua natureza, chamar a atenção do leitor para as distintas formas históricas que o capital assumiu ao longo do tempo no esforço de ultrapassar seus próprios obstáculos, as quais correspondem às diferentes fases conhecidas do modo de produção capitalista, o que, a nosso ver, só comprova a incrível precisão da constatação de Karl Marx relativa à essência do capital feita há mais de um século e meio: Capitalismo Comercial ou Mercantil, também denominado por alguns estudiosos de “pré-capitalismo” (do século XV/XVI (Era dos Descobrimentos ou das Grandes Navegações) ao XVIII), Capitalismo Industrial (meados do século XVIII ao XIX), Capitalismo Financeiro ou Monopolista (século XX/XXI) e a fase que alguns identificam, conquanto em formação, como Capitalismo Informacional ou Cognitivo ou, ainda, de Plataformas (século XXI).

826 Ibidem. Disponível em <https://youtu.be/EzsyOBnIrk?t=890> (minutagem: 14m50s-15m44s). Visto em 23.03.2023.

827 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_do\\_capitalismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_capitalismo). Consultado em 23.03.2023.

828 POCHMANN, Márcio. Op. cit. Disponível em <https://youtu.be/EzsyOBnIrk?t=1511> (minutagem: 25m11s-25m26s). Visto em 23.03.2023).

829 Idem. Disponível em <https://youtu.be/EzsyOBnIrk?t=984> (minutagem: 16m24s-16m50s). Visto em 23.03.2023).

830 Diante do exposto até aqui, recomendamos fortemente o trecho da didática explanação de Márcio Pochmann sobre o problema da realização que desemboca no problema das crises de superprodução no capitalismo, para onde remetemos o leitor: <https://youtu.be/EzsyOBnIrk?t=721> Ibidem (minutagem: 12m01s-26m27s). Visto em 23.03.2023).

Expressando-se a respeito do problema das crises do capitalismo, Marx afirma, segundo Cipolla, que “É suficiente demonstrar que o capital contém uma **restrição particular à produção** [...] para termos descoberto o fundamento da superprodução, da contradição fundamental do capital desenvolvido; para termos descoberto de modo mais geral, o fato de que o capital não é, como acreditam os economistas, a forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas” (grifo nosso).<sup>831</sup>

Com vistas a se desvendar a tendência à superprodução no capitalismo, fez-se necessário, conforme revela o professor Francisco Cipolla, “encontrar quais são as restrições [ou contradições, digo eu] à expansão da produção que a própria natureza do capital lhe impõe”. Para o autor citado, “A **contradição fundamental** da qual Marx deriva a tendência à superprodução é a inerente à busca de **expansão ilimitada do valor** [a busca pela expansão ilimitada da valorização do capital (mais-valia), digo eu] por meio da **produção de valores de uso** [mercadorias finais diversas, digo eu novamente] cuja absorção é **limitada** pela **capacidade de consumo**” (grifo em negrito nosso, grifo em itálico do autor).

Portanto, segundo Cipolla, esta procura pela valorização sem limites do capital aplicado no processo produtivo “se choca com o caráter limitado do consumo”, com “o caráter de valor de uso das mercadorias”, ou, ainda, com a realização do valor de uso ofertado (com a necessidade da venda da mercadoria final ofertada), que, por sua vez, “[...] tem um limite na necessidade social que se tem do produto [ou das mercadorias, digo eu novamente], necessidade esta balizada pelo **poder de compra**” (grifo nosso).<sup>832</sup>

De acordo com o professor em citação, decorre daí a tendência capitalista de “produzir mais valores de uso do que a proporção adequada à realização das mercadorias, isto é, sua transformação em dinheiro”, o que gera um ambiente propício para a crise de superprodução.<sup>833</sup>

831 CIPOLLA, Francisco Paulo. Op. cit., p. 75 (Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 23.03.2023). Idem em relação à redação do parágrafo seguinte.

832 Ibidem, p. 75 e 76 (Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 23.03.2023).

833 Ibidem, p. 75 (Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 23.03.2023). Enquanto na circulação mercantil simples (processo vender para comprar) a possibilidade de crise tem lugar na interrupção do ciclo completo da circulação da mercadoria, isto é, na paralisação da compra por parte daquele que vendeu a mercadoria da qual era dono para adquirir uma mercadoria de terceiro, restringindo-se ao ato  $M_1-D$  do ciclo completo  $M_1-D-M_2$  (onde  $M_1$ =mercadoria,  $D$ =dinheiro e  $M_2$ =nova mercadoria); no processo de circulação mercantil capitalista (processo comprar para vender – ciclo completo  $D_1-M-D_2$ , onde  $D_1$ =dinheiro (capital original),  $M$ =mercadoria e  $D_2$ =mais dinheiro (capital adicional)), a possibilidade de crise está na impossibilidade de o capitalista vender a mercadoria produzida (limitando-se ao ato  $D_1-M$  do ciclo capitalista completo) com intuito de obter  $D_2$ , de lucrar, ou, em termos mais técnicos, de conservar, reproduzir e valorizar o capital original aplicado no processo produtivo, obtendo mais-valia (Ibidem, p. 76 (Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 20.03.2023)). Para uma revisão dos assuntos tratados nesta Nota, releia o item B (“O dinheiro como meio de circulação”) do Folheto nº 05; o Capítulo 9 (“Observação preliminar (Sobre a realidade da lei do valor na economia capitalista)”) e o Capítulo 10 (“A lei de apropriação da economia mercantil simples”), ambos do Folheto nº 06; além do Capítulo 11 (“A transição para o capital (A transformação do dinheiro em capital)”) do Folheto nº 07.

Do exposto é de se perceber uma contradição no capital, no capital em movimento. A contradição que realça da própria natureza do capital, no caso, é a contraposição entre **valor** e **valor de uso**<sup>834</sup>. Antinomia esta, conforme ainda Francisco Paulo Cipolla, que “[...] não resulta da possível disjunção entre compra e venda, mas sim da disjunção entre objetivo de valorização ilimitado perante o caráter necessariamente limitado da capacidade de consumo”. Esse choque, no final, representa a **separação do movimento do capital entre produção e circulação**.<sup>835</sup>

Retornando a Roman Rosdolsky, este, levando em conta o circuito do capital como um todo, o qual, além da circulação propriamente dita, inclui o processo de produção, aponta, citando Karl Marx, que no processo de valorização o capital **“conservou seu valor”** e **“aumentou esse valor, criando mais-valia”** (grifo nosso). Marx continua: “Como resultado dessa **unidade dos processos de produção e de valorização** [ou seja, da unidade entre a conservação e a valorização do capital original, digo eu], [...] surge agora o próprio **capital**, como produto do processo cujo pressuposto era ele mesmo [o capital original, digo eu novamente] [...] e como um valor superior [como capital adicional, digo eu mais uma vez] porque contém mais trabalho objetivado que aquele [‘valor’, intervém Rosdolsky] que serviu de ponto de partida. Este [novo, digo eu] valor é dinheiro”.<sup>836</sup>

Muito embora o novo valor seja dinheiro, “o é apenas *em si*; ainda não existe como tal”, diz Marx (grifo do autor). O filósofo alemão prossegue: “o que existe, o que está disponível, é uma mercadoria que tem um preço (ideal) determinado. Só idealmente ela corresponde a determinada soma de dinheiro”. É uma mercadoria que ainda não foi realizada, não foi de fato transformada em dinheiro, pois não foi vendida. Para que seja “transformada de fato em dinheiro, precisa realizar-se primeiro no intercâmbio, ou seja, entrar novamente no processo da circulação mercantil simples [esfera do consumidor, digo eu]”, mudando de mãos com a intermediação do dinheiro (processo vender para comprar, ciclo  $M_1-D-M_2$ ), para que do outro lado, no âmbito do processo de circulação mercantil capitalista (processo comprar para vender, ciclo  $D_1-M-D_2$ ), seja efetivamente criado valor a mais para o proprietário do capital original, o capitalista.

O autor dos *Grundrisse* avança detectando em sua investigação que “Observado atentamente, o processo de **valorização do capital** [...] se apresenta ao

834 Para uma revisão sobre as categorias “valor” e “valor de uso”, entre outros atributos da mercadoria que também serão úteis para o entendimento do disposto a seguir, reveja as sete primeiras páginas do Capítulo 3 do Folheto nº 02.

835 CIPOLLA, Francisco Paulo. Op. cit., p. 76 (Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 23.03.2023).

836 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 265 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes). No circuito geral do capital, o capital original ressurge como capital adicional (processo comprar para vender, ciclo  $D_1(\text{capital original})-M-D_2(\text{capital adicional})$ ) (sobre esse fluxo, reveja o Folheto nº 09, Capítulo 19, deste Artigo Expositivo). Nesse circuito o capital reaparece como novo valor (capital adicional) que contém mais trabalho objetivado que o próprio capital original necessário para o início da produção. O mais trabalho objetivado contido no capital adicional nada mais é que o mais-trabalho na forma da mercadoria final produzida (o mais-produto), fruto da combinação, no processo produtivo, dos meios de produção com a força de trabalho, ambos adquiridos pelo capital original.



mesmo tempo como seu processo de **desvalorização**, sua **desmonetização**” (grifo nosso).

Explicamos. Ao ingressar no processo de produção, o capital, quando adquire meios de produção e força de trabalho, perde sua forma e dinheiro (ato  $D_{1(\text{capital original})}-M_{(\text{meios de produção e força de trabalho})}$  do ciclo  $D_1-M-D_2$ ), o que implica na sua desvalorização ou desmonetização (deixa de ser dinheiro e passa a ser bens e força de trabalho). E essa forma de dinheiro só pode ser recuperada no processo de circulação, quando as mercadorias produzidas são colocadas à venda no mercado e são de fato vendidas (ato  $M_{(\text{mercadorias produzidas pela combinação dos meios de produção e da força de trabalho})}-D_{2(\text{capital adicional (mais-valia)})}$  do ciclo completo  $D_1-M-D_2$ ). Voltando a ser dinheiro, o capital volta a ser valorizado e monetizado.

Todavia, se esse processo de circulação não se realiza efetivamente, se o capitalista não encontra consumidores com quem possa trocar por dinheiro a mercadoria colocada à venda, a possibilidade de fracasso está dada. Marx esclarece: “Se o processo não se realiza – e a possibilidade desse fracasso está sempre dada, em cada caso, pela separação entre venda e compra – o dinheiro do capitalista [o capital original, digo eu] se terá transformado em um produto sem valor. Não só não terá adquirido nenhum valor novo, como também terá perdido o valor original [não foi conservado pois não foi realizado e, por isso, tampouco foi valorizado, digo eu]”. Ocorrendo isso ou não, sempre “a desvalorização<sup>837</sup> é um elo do processo de valorização”.<sup>838</sup>

Na verdade, Karl Marx observou que a mercadoria final produzida, “em sua forma imediata, não é valor”. Para que seja valor “tem de entrar novamente na circulação para realizar-se [ser vendida, digo eu] como tal”. Embora o processo de produção reproduza “o capital como valor [capital original, digo eu] e novo valor [capital adicional, digo eu mais uma vez], [...] ao mesmo tempo o coloca como não valor, como algo que não se valoriza enquanto não entrar [novamente, digo eu] no intercâmbio”. Enquanto a mercadoria final não for vendida, seu preço não se realiza, e, portanto, o capital que lhe deu origem, e que só existe para se conservar, se valorizar e expandir de forma permanente, não se conservou nem valorizou e muito menos se expandiu. “Como mercadoria”, continua Marx, “o capital compartilha o destino das mercadorias; torna-se fortuito que seja trocado ou não por dinheiro, que seu preço se realize ou não”.<sup>839</sup>

O nosso filósofo alemão-prussiano observou que no processo de produção a valorização do capital original dependia inteiramente de sua relação – como trabalho objetivado nos meios de produção (trabalho morto) – com o trabalho vivo (o trabalho atual que produz a mercadoria final destinada ao mercado consumidor)<sup>840</sup>. Ou seja,

837 Desvalorização não no sentido do capital desvalorizar-se por conta do incremento da produtividade do trabalho, como vimos no já mencionado Folheto nº 08, [item B](#), mas no sentido de que o capitalista não consegue recuperar total ou parcialmente o valor do capital original aplicado no processo produtivo por conta da não venda na proporção adequada das mercadorias finais produzidas. Rosdolsky aponta que somente nos *Grundrisse* Marx usa o termo “desvalorização” neste sentido (Ibidem, p. 558 Nota 4).

838 Ibidem, p. 265 e 266.

839 Ibidem, p. 266 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

840 Tratemos sucintamente dos tipos de trabalho mencionados no parágrafo em Nota, pois cuidamos deles ao longo

a valorização do capital original dependia totalmente da sua relação com o trabalho assalariado (com a mercadoria força de trabalho atual). Concluído o processo de produção da mercadoria final, agora, na condição de capital-mercadoria, “a valorização [do capital original, digo eu] depende da circulação [desse capital original transformado em capital-mercadoria, digo eu novamente], que está à margem daquele processo [do processo de produção, digo eu mais uma vez]”. Portanto, como mercadoria final a ser disponibilizada no mercado, o capital tem de ser a) **valor de uso** (objeto da necessidade, objeto de consumo) e b) **valor de troca**, no sentido de que deve e só pode ser realizado com a venda da mercadoria representada nele, que tem que ser trocado por seu equivalente em

deste Artigo I: *trabalho objetivado, trabalho vivo e trabalho morto*. Vamos começar pelo trabalho objetivado: “O trabalho é uma atividade processual de objetivação. Logo, pode-se afirmar que é um processo de objetivação em que há transformação. Nele, *alguma coisa é transformada em outra coisa e, no final do processo, o trabalho aparece objetivado*. Ou seja, aquilo que era potência se objetiva. Com efeito, ‘o trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado’. Aquilo que aparecia como movimento, como processo, se manifesta ‘como qualidade imóvel, na forma do ser’ [o produto (mercadoria/serviço) final do trabalho realizado, digo eu]. Mas ‘há uma diferença entre o produto do trabalho e o processo de trabalho. No produto o processo está extinto. Isso não significa que o trabalho tenha desaparecido. Ele se objetivou. No processo de trabalho, por meio da objetivação, o ser humano atua e transforma uma ideiação prévia’. O importante, para Marx, porém, não é o resultado da objetivação *per se*. O centro do trabalho é o processo de objetivação” (grifo nosso) (*in* PETO, Lucas Carvalho e VERÍSSIMO, Danilo Saretta. **Natureza e processo de trabalho em Marx**. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822018000100248&%3A~%3Atext=Logo%2C%20pode-se%20afirmar%20que%2Cse%20incorporou%20a%20seu%20objeto](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100248&%3A~%3Atext=Logo%2C%20pode-se%20afirmar%20que%2Cse%20incorporou%20a%20seu%20objeto). Consultado em 24.03.2023). Sobre o *trabalho vivo* vamos ao que dispõe Karl Marx na obra *Contribuição à [ou Para a] crítica da economia política* (1859), na interpretação de Eric Hamraoui. Nela, Marx “define o trabalho como ‘atividade útil para a apropriação das matérias naturais sob uma ou outra forma’”, sendo “definível ao mesmo tempo como ‘condição natural da existência do homem’ e ‘condição das trocas orgânicas entre o homem e a natureza’. Esse processo de apropriação dos objetos exteriores para a satisfação das necessidades do homem – ou seja, de produção dos valores de uso que contribuem para a manutenção e o crescimento da vida – em que consiste o ‘*trabalho vivo*’ constitui, segundo Marx, ‘uma necessidade física da vida humana’”. Ou seja, trabalho vivo é o trabalho que produz bens para a satisfação das necessidades humanas, para o consumo direto – é o trabalho que produz valores de uso. “O trabalho vivo preserva assim um ‘contato natural com os elementos materiais (as matérias-primas e os instrumentos da produção) de sua existência’ que ele transforma em elementos constitutivos de sua própria dinâmica: ‘enquanto ele é útil, [...] é atividade produtiva; o trabalho, por seu simples contato com os meios de produção, ressuscita-os de dentre os mortos, faz deles os fatores de seu próprio movimento’” (grifo nosso) (*in* HAMRAOUI, Eric. **Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais**. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172014000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000100006). Consultado em 07.12.2020). O trabalho vivo em Marx é representado pelo **capital variável**, sendo que este “representa o *valor da força de trabalho*, a qual, como já referido, cria, no processo produtivo, uma quantidade de valor superior ao seu próprio valor, pelo que, o capital variável é trabalho vivo, porque *varia* durante esse processo produtivo, levando a que o capital total se valorize através da criação de mais-valia” (grifo nosso). Marx ensina: “A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda o seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu chamo-a, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável” (*in* DONÁRIO, Arlindo Alegre, e SANTOS, Ricardo Borges dos. **A Teoria de Karl Marx**. Universidade Autónoma de Lisboa. CARS – Centro de Análise Económica de Regulação social. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wxy7wUNt5F0J:https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf+%&cd=24&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>, p. 20. Consultado em 24.03.2023). Ainda com o apoio de Donário e Santos, temos que o denominado “trabalho morto” é representado pelo **capital constante**, cristalizado e acumulado nos [objetos, digo eu] meios e instrumentos de produção, nomeadamente, nas matérias-primas e nas amortizações do capital fixo. Este capital, que constitui o trabalho cristalizado nas mercadorias em processos produtivos passados, é utilizado no processo produtivo actual [sic], apenas transmite o seu valor às novas mercadorias, mas não cria novo valor”. Diz Marx: “A parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção”. A essa parte do capital, parcela que representa o trabalho morto, Marx o chama de “a parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante” (Idem, p. 20. Consultado em 24.03.2023).

dinheiro para assumir a condição de novo valor (a condição de capital adicional). Portanto, “O novo valor”, ensina o nosso teórico revolucionário, “só pode realizar-se na venda”. Aqui chegamos definitivamente ao problema da realização do valor, trazendo com ele o “problema das crises”, anuncia Rosdolsky.

Fazendo referência à análise marxiana que conhecemos no Folheto nº 05 (“As funções do dinheiro”), Roman Rosdolsky aponta que a contradição entre valor de uso e valor de troca (no sentido de valor ou valor econômico ou valor intrínseco) “que já se manifestava na mercadoria e na circulação mercantil simples, reaparece em forma nova quando se trata da circulação do capital”<sup>841</sup>.

Enquanto na circulação mercantil simples essa contradição aparecia, segundo Marx, como uma “[...] diferença puramente formal [‘No sentido de que a mercadoria deve percorrer uma troca de forma (M<sub>1</sub>-D e D-M<sub>2</sub>)’, acrescenta Rosdolsky<sup>842</sup>] [...]]; aqui [na circulação mercantil capitalista, digo eu], ao contrário, a condição de algo avaliado pelo valor de uso é firmemente determinada pela condição de algo avaliado pela soma total das necessidades dos que participam da troca [...]”. O próprio K. Marx clarifica: “Como valor de uso determinado, unilateral, qualitativo – por exemplo, trigo –”, este, na qualidade de produto do capital, “só é demandado em determinada quantidade, isto é, em certa medida”. Medida que “é dada, em parte, por sua qualidade como valor de uso – sua utilidade ou aplicabilidade específicas [sic] –, em parte pela quantidade de agentes (engajados no intercâmbio) que necessitam desse produto específico (o número de consumidores multiplicado pela magnitude de sua necessidade desse produto específico)” e que possuam poder de compra, acrescentamos.<sup>843</sup>

Ora, prossegue o autor dos *Grundrisse*, ao contrário do valor do capital como tal (cuja necessidade de expansão é ilimitada), “[...] o valor de uso não tem caráter ilimitado. Só até certo ponto certos [sic] objetos podem ser consumidos e ser objetos de necessidade [sic] [...]”. O produto como valor de uso “contém em si um limite – o limite

841 Vimos no citado Folheto nº 05 que, por meio do dinheiro (D), uma mercadoria (M<sub>1</sub>) é intercambiada por outra (M<sub>2</sub>) (circulação mercantil simples (processo vender para comprar, ciclo M<sub>1</sub>-D-M<sub>2</sub>)). Marx assentou nos *Grundrisse* que, na condição de objeto do intercâmbio, “a mercadoria deve ser valor de uso, mas só chega a sê-lo através da venda, pois a mercadoria não é valor de uso para quem a possui como mercadoria [e deseja vendê-la, acrescentamos], mas sim para quem a adquire, como valor de uso, através do intercâmbio”. Ou seja: na esfera do *sujeito vendedor*, a mercadoria que vende não é valor de uso para ele, mas valor de troca (no sentido de valor ou valor econômico ou intrínseco, cuja substância é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário) – o valor da mercadoria a ser vendida depende da sua “trocabilidade”, da sua “capacidade de ser vendida pela quantidade de valor de troca representado nela”. Na esfera do *sujeito comprador*, a mercadoria que compra é para ele apenas valor de uso. O valor de uso da mercadoria para o sujeito comprador só se realiza com a venda pelo sujeito vendedor. Assim, de acordo com o próprio Marx, agora em trecho do escrito *Contribuição à crítica economia política* (1859), no âmbito do intercâmbio mercantil simples, a mesma relação de troca (M<sub>1</sub>-D-M<sub>2</sub>), de um lado, deve expressar “a igualdade essencial das mercadorias, equiparadas como materialização do tempo geral de trabalho [ou tempo de trabalho abstrato socialmente necessário (M<sub>1</sub>(trabalho abstrato objetivado no milho)=M<sub>2</sub>(trabalho abstrato objetivado no feijão)), digo eu] e só quantitativamente diferentes [M<sub>1</sub>(1 kg de milho)=M<sub>2</sub>(2 kg de feijão), digo eu novamente]; de outro, e ao mesmo tempo, deve expressar sua relação como objetos qualitativamente diferentes [M<sub>1</sub>=milho e M<sub>2</sub>=feijão, digo eu mais uma vez], como valores de uso particulares para necessidades particulares, diferenciando-as como valores de uso reais” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit. p. 266 c/c p. 558 Nota 8).

842 Idem, p. 558 Nota 9.

843 Ibidem, p. 266 e 267.



da necessidade que se tem dele – [...]”. Este limite, no entanto, “não se mede pela necessidade do produtor [vendedor, acrescentamos], mas sim pela necessidade total dos que participam da troca [o conjunto de consumidores compradores, digo eu]”. A par disso, dispõe nosso autor ucraniano: “Quando a correspondência da produção com essa necessidade geral fracassa, o produto do capital deixa de ser valor de uso e em consequência [deixa de ser também, digo eu] capital”.<sup>844</sup>

Embora afirme que isso é tudo que se pode dizer sobre a “**necessidade social como barreira à realização**” (grifo nosso), Roman Rosdolsky ressalva que o problema não para no quesito do produto do capital como objeto de consumo. Para além de objeto de consumo, o produto do capital (a mercadoria final ou o capital na forma mercadoria final) deve ser trocado por seu equivalente em dinheiro. O que cria mais uma barreira à realização do capital como mercadoria. Vamos a ela.

Como no processo de produção “o capital criou um novo valor [o capital adicional, digo eu], para o qual parece que não pode haver nenhum equivalente disponível”, é necessário criar um “mais-equivalente” para fazer frente à mais-valia criada na produção do capital, aduz Marx; mas este “mais-equivalente”, afirma Rosdolsky, “deve ser criado primeiro na [própria, digo eu] produção”<sup>845</sup>. O filósofo alemão continua: assim, o capital, “na condição de valor, [...] [‘encontra’, intervém Rosdolsky] um **obstáculo na produção alheia**, do mesmo modo que, na condição de valor de uso, encontra um obstáculo [para sua realização, digo eu] no consumo alheio”, como vimos.

Enquanto o consumo alheio como obstáculo se refere a não correspondência da produção com a quantidade do produto específico que se pode comprar (necessidade social e poder de compra), a produção alheia como obstáculo diz respeito a não correspondência da produção com a quantidade de trabalho objetivado que existe na esfera da circulação, ou seja, com a quantidade de produto final ofertado pela concorrência. Com isso, conforme aponta Marx, não há que se falar da “indiferença do valor diante do valor de uso”, ela se mostra “falsa”, bem assim da indiferença entre “a substância do valor [tempo de trabalho abstrato socialmente necessário (trabalho vivo), digo eu] diante de sua medida como trabalho objetivado em geral”.

Assim sendo, os elementos de uma relação, no caso, a relação de produção considerando o consumo alheio – valor e valor de uso –, e a relação de produção considerando a produção alheia – substância do valor (tempo de trabalho abstrato socialmente necessário (trabalho vivo)) e trabalho objetivado geral –, estão imbricados entre si e seus respectivos desequilíbrios levam às **crises de superprodução** no capitalismo.

Diante desses dois obstáculos – a necessidade social ou consumo alheio e a produção alheia ou quantidade de trabalho objetivado existente

844 Ibidem, p. 267 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

845 Não podemos esquecer que a mais-valia, cria do mais-trabalho, nasce no processo de produção, mas somente se realiza (transforma-se em dinheiro) no processo de circulação do capital.

na esfera da circulação –, Roman Rosdolsky resgata o que foi escrito por Karl Marx sobre as tendências “expansionistas” e “civilizatórias” do capital.<sup>846</sup> Naquela oportunidade, o filósofo alemão demonstrou “como o insaciável impulso de valorização do capital leva a criar uma ‘esfera da circulação [...] que se expande através da própria produção’ e a ‘suscitar a criação de cada vez mais mais-trabalho [trabalho não pago, lembramos] [...] como complemento de si mesma [da própria esfera da circulação, digo eu]’”.<sup>847</sup>

Para realizar a mais-valia (transformar o valor a mais em dinheiro) é preciso criar novas necessidades e modificar as já existentes. Nessa direção, “[...] o impulso de valorização”, discorre Roman, citando Marx, “deve ‘ampliar a esfera do consumo dentro da circulação, da mesma forma como antes ampliou a esfera da produção’”.<sup>848</sup>

Entretanto, segundo Rosdolsky, da análise marxiana não se pode concluir que tais obstáculos podem ser eliminados pelo próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Aliás, Marx é restritivo nesta questão: da constatação de que o capital se esforça para superar os obstáculos à sua realização, “e portanto de que idealmente [‘ou tendencialmente’, intervém Rosdolsky] passe por cima deles, [‘desse fato’, intervém novamente Rosdolsky] não se pode concluir que consiga superá-los realmente”, ou que eles simplesmente deixem de existir. Para o autor dos *Grundrisse* não há de imediato uma unidade entre produção e valorização do capital – que o processo de produção garante a valorização do capital.

Em sua existência, em seu movimento, “*esta unidade de produção e de valorização não é imediata, mas sim um processo [...]*” por meio do qual as contradições inerentes a ele “são continuamente eliminadas (subjugadas pela força, [...] embora essa eliminação se apresente como uma amena restauração do equilíbrio), mas também continuamente recriadas” (grifo do autor).

Levando em conta que os *Grundrisse* têm como foco a investigação do capital em geral, ainda não veremos, de acordo com Roman Rosdolsky, como esse movimento do capital em face das respectivas contradições ocorre concretamente. Para Marx, até aqui, o que importa é “antes de tudo comprovar a existência dessas contradições em primeira instância” e, complementa Rosdolsky, “demonstrar que tanto elas como as tendências a superá-las temporariamente estão contidas no ‘conceito simples do capital’”. O “desdobramento posterior” desse processo, conclui Roman, “deve ser considerado como uma evolução a partir desse germe”.

Na sequência, o autor de *Gênese* aborda o problema das crises de superprodução que deriva do problema da realização mencionando a controvérsia descrita no *Grundrisse*. Marx diz: “A controvérsia em torno da questão de se a superprodução é possível e necessária na produção capitalista gira em torno de se

846 Conforme páginas 197-198.

847 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 267 e 268.

848 Idem, p. 268 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

o processo de valorização do capital na produção pressupõe diretamente sua valorização na circulação, de se a valorização no processo de produção é sua valorização real”.

Sobre essa questão Roman Rosdolsky denuncia a divisão dos economistas burgueses em dois grupos, um capitaneado pelo economista britânico David Ricardo e o outro pelo economista suíço Jean Sismondi<sup>849</sup>. Em oposição a Ricardo, Karl Marx destaca “a contradição fundamental” do capitalismo que reflete diretamente nas crises gerais de superprodução: “A pobreza e a restrição do consumo das massas, que conflitam com a tendência de a produção capitalista desenvolver as forças produtivas como se seu limite fosse dado apenas pela capacidade absoluta de consumo da sociedade”<sup>850</sup>. Por isso, para Marx, as crises “não são fortuitas”, como pensava Ricardo, “mas sim explosões das **contradições imanentes**, em grande escala e em períodos determinados”<sup>851</sup> (grifo nosso). Em relação a David Ricardo e sua escola, Marx é taxativo: “nunca compreenderam as verdadeiras crises modernas, nas quais esta contradição do capital aparece de forma condensada, em grandes tempestades que ameaçam cada vez mais sua condição de elemento fundamental da organização da sociedade e da própria produção”.<sup>852</sup>

De outra banda, segundo Rosdolsky, diferenciando-se também de mais um economista da época, Jean Sismondi, “Marx destaca a ‘tendência universal’ e a ‘essência positiva’ do capital, e concebe a superação (periódica) das ‘barreiras que aparecem na esfera do intercâmbio’ como algo contido na própria ‘essência do capital’”. Para o filósofo alemão, por ser assim, essas barreiras não podem ser superadas por fatores externos, de fora para dentro do sistema de produção, por medidas legislativas etc., sendo esta a forma encontrada pelo capital para superá-las, como quer Sismondi.

Ainda se referindo à oposição marxiana ao economista suíço, o nosso autor ucraniano em comentário, exatamente por conta das características inerentes à natureza do capital destacadas acima, não titubeia em afirmar, inspirado em já conhecidos argumentos

849 Nesse ponto, Rosdolsky reproduz o problema da superprodução em Marx em cotejo com o que defende esses dois grupos de economistas burgueses, conforme consta nos *Grundrisse*: O primeiro grupo, capitaneado por David Ricardo<sup>[Nota 137]</sup>, concebe “a produção como idêntica à autovalorização do capital”, não levando em conta as barreiras ao consumo nem as que se opõem à própria circulação. Esse grupo centra a atenção “no desenvolvimento das forças produtivas e no crescimento da produção industrial”, portanto na oferta, “ignorando a demanda” (Ibidem, p. 268). Porém, Ricardo não despreza totalmente essas barreiras, pois “tem uma suspeita de que o valor de troca de uma mercadoria não é um valor à margem do intercâmbio e só se preserva como valor através do intercâmbio; mas considera fortuitas e superáveis as barreiras em que a produção tropeça”, pois essa superação, segundo ele, estaria “inscrita na essência do capital”. Dessa forma, nega, como [John Stuart Mill](#) (1806-1873), [Jean-Baptiste Say](#) (1767-1832) e [John Ramsay McCulloch](#) (1789-1864), a possibilidade de crises gerais de superprodução. O segundo grupo, ao qual o economista suíço [Jean de Sismondi](#) (1773-1842) pertence, ressalta a existência dessas barreiras ao consumo, captando a natureza limitada da produção baseada no capital. Este economista “destaca não só a colisão [do capital, digo eu] com essas barreiras, mas também a criação delas pelo próprio capital”, que gera, ele mesmo, contradições que, segundo avalia, “tendem a levá-lo à ruína”. Para Sismondi, o capital cria barreiras externas a ele, não as considera como inerentes à existência do capital, daí propor a colocação de freios externos à produção, freios “de fora para dentro, por meio dos costumes, da lei etc.”. Assim, “exatamente por tratar-se de barreiras exteriores e artificiais, o capital sempre as ultrapassa” (Ibidem, p. 269). No Livro IV d’*O capital* como veremos em momento próprio, Marx volta a opor Sismondi a D. Ricardo, bem como aos outros economistas citados nesta Nota (Ibidem, p. 558 Nota 21).

850 Trecho extraído por Rosdolsky do Livro III da obra maior marxiana (Ibidem, p. 558 Nota 22).

851 Trecho extraído por Rosdolsky do Livro IV da obra maior marxiana (Ibidem, p. 558 Nota 23).

852 Ibidem, p. 269 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

do próprio Marx, que as contradições do capitalismo, por serem “constantemente ‘ultrapassadas’ e recolocadas, em escala mais ampla”, em algum momento provocarão “sua queda e a transição a uma ‘forma superior da produção social’”.

Os economistas burgueses, diz Rosdolsky sobre a ênfase da crítica de Marx àqueles, “para ‘eliminar’ as crises de superprodução [para não reconhecerem as crises de superprodução do capitalismo, digo eu], omitem as características específicas do modo de produção capitalista, equiparando a circulação do capital [processo comprar para vender, ciclo  $D_1-M-D_2$ , onde se destaca o papel de D de se valorizar crescentemente e o valor de troca de M, recordamos] à circulação mercantil simples [processo vender para comprar, ciclo  $M_1-D-M_2$ , onde se destaca o valor de uso de M e o papel de D de apenas intermediar a troca de  $M_1$  por  $M_2$ , frisamos] e, mais ainda, ao comércio baseado na troca direta”, como se a produção estivesse sempre ajustada ao consumo e não objetivasse fundamentalmente a valorização do capital.<sup>853</sup>

Na avaliação do filósofo alemão, esses economistas “Esquecem totalmente o momento da valorização [do capital, digo eu] e colocam produção e consumo no mesmo plano, **pressupondo uma produção baseada no valor de uso e não no capital**” (grifo nosso) – pressupondo uma produção voltada para atender às necessidades humanas e não com vistas exclusivamente à valorização do próprio capital. Ademais, segundo Roman Rosdolsky, procuram enfatizar apenas o momento de unidade entre compra e venda, negando os antagonismos, quando, na verdade, segundo Marx, “a relação econômica [...] contém antagonismos [...] e é a unidade de opostos”.<sup>854</sup>

Outro ponto sustentado pelos economistas tradicionais criticados por K. Marx é, por exemplo, a tendência de o capital alocar-se em proporções corretas entre os vários setores da produção. Marx rebate: com essa afirmação eles desconsideram propositalmente que “também é uma tendência necessária que ele [o capital, digo eu] ultrapasse essas proporções, já que o [‘capital’, intervém Roman] procura obter sempre mais mais-trabalho, mais produtividade [mais mais-valia, digo eu], mais consumo etc.”.

Ora, Rosdolsky complementa, sempre com Marx: “Se, no capitalismo,

853 Ibidem, p. 269 e 270.

854 Ibidem, p. 270 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). Nesse ponto da sua obra, Roman transcreve mais uma importante passagem do Livro IV d’*O capital*: “Se, por exemplo, compra e venda – ou a metamorfose das mercadorias [ $M_1-D-M_2$ , mercadoria 1 transformada em mercadoria 2 por meio do dinheiro, digo eu] – representa a unidade de dois processos, ou o movimento de um processo [metamorfose das mercadorias, digo eu novamente] através de duas fases opostas [compra e venda, digo eu mais uma vez], sendo dessa forma, essencialmente, a unidade de duas fases, esse movimento é ao mesmo tempo, em essência, a separação dessas duas fases e sua autonomização recíproca. Mas como, não obstante, elas devem permanecer unidas [para que a metamorfose das mercadorias aconteça, digo eu], a independência dos dois aspectos correlatos só pode aparecer de forma violenta, como um processo de destruição. É justamente na crise que eles afirmam sua unidade, a unidade de diferentes aspectos. A independência dessas duas fases relacionadas e complementares é violentamente aniquilada. Assim, a crise manifesta a unidade de duas fases que se tornaram independentes. Não haveria crise se não existisse a unidade interna de fatores aparentemente indiferentes entre si. Não, diz o economista apologético [defensor da inexistência de crise de superprodução no modo de produção capitalista, digo eu]. Porque há essa unidade, não pode haver crise. Isso significa que [‘para eles’, intervém Rosdolsky] a unidade de fatores opostos exclui a contradição” (grifo nosso), no que Marx discorda como vimos nesta Nota (Ibidem, p. 559 Nota 25).

a produção seguisse um plano geral, predeterminado, ‘de fato não poderia ocorrer superprodução’<sup>855</sup>. Mas como isso é uma contradição em termos, já que o aumento da produção capitalista ‘não é diretamente regulado nem determinado pelas necessidades da sociedade’, o capital ‘cria e elimina continuamente a *proportionate production*’ [a proporcionalidade na produção, digo eu em tradução livre]; na produção capitalista, a proporcionalidade surge ‘como uma busca constante a partir da desproporcionalidade’<sup>856</sup>. Não obstante tenham “uma coesão interna, eles [os elementos individuais da valorização do capital (meios de produção ou capital constante), trabalho necessário (trabalho pago ou capital variável) e mais-trabalho (trabalho não pago ou mais-produto ou massa de mais-valia), digo eu com base em Roman] ‘podem encontrar-se ou não, coincidir ou não, concordar ou não’”. Uma coisa é certa, define Marx, “a existência autônoma e reciprocamente indiferente desses fatores constitui a base das contradições” e, por conseguinte, das crises.

Ainda quanto à contradição entre a produção do capital e sua valorização, “cuja unidade é, de acordo com seu próprio conceito, o capital”, não basta, prega Rosdolsky, que seja indicada “a possibilidade abstrata e geral das crises”. É preciso, conforme Marx, “demonstrar que a produção dominada pelo capital contém uma limitação [‘que é’, intervém Roman] específica e que contradiz sua tendência universal a superar todos os obstáculos que se opõem a ela”. Isso é suficiente, continua o autor dos *Grundrisse*, “para desvelar a base da superprodução, a contradição fundamental do capital desenvolvido; ou, de maneira geral, [isto basta, digo eu] para desvelar o fato de que, ao contrário do que dizem os economistas [burgueses digo eu novamente], o capital não é a forma absoluta de desenvolvimento das forças produtivas”. Roman Rosdolsky avança: “O mesmo impulso de valorização do capital, que o impele a ampliar a produção sem reconhecer limites”, não considerando o mercado disponível nem a demanda efetiva, “obriga-o ao mesmo tempo a restringir a esfera do intercâmbio”. Ou seja, como diz Marx, o mesmo movimento impulsivo de valorização do capital impõe ao capital que restrinja “a possibilidade de valorização, de realização do valor criado no processo de produção”.<sup>857</sup>

Dito isso, ultrapassada a etapa mais geral da tese marxiana sobre a contradição entre a produção e a valorização do capital, Rosdolsky traz à tona a mesma tese, porém circunscrita à **relação capital e trabalho**.<sup>858</sup>

Em *Gênese*, Roman Rosdolsky cita uma “**premissa fundamental**” (grifo nosso) da produção capitalista em Karl Marx: “o fato de que **o capital precisa estabelecer um intercâmbio com o trabalhador**” (grifo nosso), isto é, que o capital “deve conter **trabalho necessário [trabalho pago, acrescentamos]**” (grifo nosso). “Só assim”, diz Marx, “valoriza a si próprio e cria mais-valia”.<sup>859</sup>

855 Trecho extraído por R. Rosdolsky do Livro IV d’*O capital* (Ibidem, p. 559 Nota 28).

856 Trecho extraído por R. Rosdolsky do Livro III da obra magna marxiana (Ibidem, p. 559 Nota 30).

857 Ibidem, p. 270 e 271.

858 Da *relação capital e trabalho* tratamos inicialmente no Folheto nº 07 e no Folheto nº 08 deste Artigo Expositivo.

859 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 271 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

Entretanto, se, de um lado, o capital obrigatoriamente precisa estabelecer um intercâmbio com o trabalhador, e o faz por meio do trabalho necessário (trabalho pago); de outro, assinala o filósofo alemão, “só contém trabalho necessário até o ponto e na medida em que este cria **mais-trabalho [trabalho não pago]**, digo eu] e em que o mais-trabalho seja realizável depois [transformado, digo eu novamente] como **mais-valia**. Logo, contém [também, acrescentamos] o mais-trabalho como condição do trabalho necessário, e a mais-valia como limite do trabalho objetivado [trabalho contido na mercadoria posta a venda, digo eu novamente], [ou como limite, digo eu] do valor em geral [...]. Assim, o capital limita [...] o trabalho [necessário, digo eu] e a criação de valores, precisamente pelo mesmo motivo e na medida em que contém mais-trabalho e mais-valia”.

Portanto, em vista da sua natureza, Marx prossegue, “ele [o próprio capital, digo eu] contém uma barreira [o trabalho necessário, digo eu novamente] que contradiz sua tendência a ampliá-los ilimitadamente [a ampliar o mais-trabalho e a mais-valia, esclarecemos]. Como o capital, de um lado, cria para eles [para o mais-trabalho e mais-valia, repetimos] uma barreira específica [que é o trabalho necessário, digo eu novamente] e, de outro, os impele a ultrapassar todas as barreiras, ele [o capital, digo eu mais uma vez] é uma contradição viva”<sup>860</sup>.

Como o capital, segundo o autor dos *Grundrisse*, “[...] transforma o mais-trabalho e o intercâmbio de capital por mais-trabalho em condições para o trabalho necessário [pois este só existe porque existe o mais-trabalho, digo eu] [...], e isso já estreita e condiciona a esfera do intercâmbio [entre capital e trabalho, digo eu]”, é fundamental para o capital que restrinja o **consumo do trabalhador** ao que necessita para que reproduza sua capacidade ou força de trabalho, para que sobreviva como trabalhador. Fazendo assim, “[o capital, digo eu novamente] converte o valor que expressa o trabalho necessário em um obstáculo à realização da capacidade de trabalho, e com isso à capacidade de troca do trabalhador [à capacidade de adquirir bens no mercado para sua subsistência, digo eu mais uma vez], e trata de reduzir a um mínimo o trabalho necessário como proporção do mais-trabalho [isto é, trata de reduzir a um mínimo o trabalho pago como proporção do trabalho não pago, digo eu]”. De acordo com Roman Rosdolsky, “Esta tendência, que nasce do ilimitado impulso de valorização do capital [da busca por mais mais-valia, digo eu], resulta mais uma vez em uma restrição à sua esfera de intercâmbio”.

Ao contrário dos estágios pré-capitalistas, no capitalismo, conforme Marx, tem-se presente dois aspectos singulares que o distingue dos demais modos históricos de produção: o primeiro é que o “[...] o consumo só se realiza com a mediação do intercâmbio”, o segundo é que, considerando a perspectiva do trabalhador, “o trabalho não tem valor de uso direto [o trabalhador não é proprietário do produto do seu trabalho, digo eu]”. Para adquirir valor de uso (bens para sua subsistência) o trabalhador tem que ir

860 Sobre o termo “contradição”, reveja <sup>[Nota 728]</sup>.

ao mercado, e para ir ao mercado o trabalhador tem que ser um trabalhador assalariado. Portanto, **toda a base do modo capitalista de produção “é o trabalho como valor de troca e como criador de valor de troca [criador de salário, digo eu novamente]”** (grifo nosso) – só consome quem trabalha e só trabalha quem vende sua mercadoria força de trabalho ao capitalista em contrapartida do salário, o qual corresponde ao tempo de trabalho necessário (trabalho pago) que, por sua vez, está condicionado à realização de mais-trabalho (trabalho não pago).<sup>861</sup>

O mesmo raciocínio e a mesma adjetivação de obstáculo à valorização do capital vale para a **produtividade** (que gera a mais-valia relativa), por mais paradoxal que isso seja. Conforme observamos no Folheto nº 08, item “Mais-valia relativa e produtividade (Sobre a crescente dificuldade de o capital valorizar-se na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve)”, para onde remetemos o leitor<sup>862</sup>, há uma tendência imanente do capital em desenvolver a produtividade ao máximo, necessariamente, para aumentar o tempo de trabalho criador de mais-valia (o tempo de mais-trabalho ou de trabalho não pago). Porém, com isso, provoca uma redução relativa no tempo de trabalho necessário (trabalho-pago), e, por conseguinte, uma redução na capacidade de troca (salário) dos trabalhadores.<sup>863</sup>

Ocorre que a mais-valia relativa, vinculada ao aumento da produtividade, como vimos no citado Folheto nº 08, cresce em uma proporção muito menor do que

861 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 272 e 273. Por isso, o trabalhador assalariado (o trabalhador do modo capitalista de produção) é, conforme Marx, “ele mesmo, um centro autônomo de circulação, é alguém que participa do intercâmbio, que cria valores de troca [salário, digo eu mais uma vez] e os conserva mediante a troca [os conserva por meio dos bens que adquire para sua subsistência, digo eu]”. Desse modo, de maneira geral, ele se apresenta no mercado como consumidor. Porém, para o capitalista individual, seus próprios trabalhadores não são considerados consumidores, mas apenas trabalhadores – na sua perspectiva somente são considerados consumidores os trabalhadores dos demais capitalistas. Para o capitalista individual os trabalhadores dos demais capitalistas são para ele consumidores e não trabalhadores. Os trabalhadores que não os seus se apresentam, no mercado, diante de cada um dos outros capitalistas, como “detentores de valores de troca (salário), de dinheiro que eles trocam pela mercadoria daquele”. Entretanto, “a relação entre o capitalista individual e os trabalhadores dos demais capitalistas [...] [potenciais consumidores para aquele, digo eu] não altera em nada a relação entre o capital em geral e o trabalho”. Como cada capitalista “sabe que não se relaciona com seus próprios trabalhadores como um produtor diante de consumidores”, sempre “deseja reduzir ao máximo o consumo deles, ou seja, sua capacidade de troca, seu salário”. Naturalmente, na condição de capitalista individual, deseja “que os trabalhadores dos demais capitalistas consumam a maior quantidade possível de suas próprias mercadorias”. No entanto, “[...] a relação entre cada capitalista e seus trabalhadores é a relação geral entre o capital e o trabalho, a relação essencial” (grifo do autor). Ora, há aí uma “ilusão”. É uma verdadeira ilusão o capitalista individual pensar que toda a classe trabalhadora, com exceção dos seus trabalhadores, se apresentem a ele “[...] como consumidores e gastadores de dinheiro, e não como trabalhadores [...]”. Este tipo de consumidor é sempre um trabalhador e por isso sempre chegará diante de cada capitalista com sua capacidade de consumo aviltada pelo salário que recebe do seu patrão. Em sendo assim, como a existência do lucro sobre uma mercadoria pressupõe uma demanda que não é do trabalhador que a produziu, a demanda de cada trabalhador não pode ser uma demanda adequada às exigências de lucro de qualquer capitalista (Ibidem, p. 273). Lê-se também nos *Grundrisse* que “o próprio capital considera que a demanda proveniente dos trabalhadores – isto é, o pagamento dos salários, no qual se baseia essa demanda – não é um lucro, mas uma perda, confirmando-se assim a relação imanente entre o capital e o trabalho”. Novamente, “a concorrência entre capitais, sua indiferença e autonomia recíprocas, convence o capital individual a se comportar diante dos trabalhadores de todo o capital restante não como trabalhadores [parecendo para ele como sendo esta uma demanda adequada, digo eu]: *hic* [‘daí’, intervém Roman] que se viole a proporção correta [da produção em relação ao consumo, desembocando em mais uma crise de superprodução, digo eu]” (Ibidem, p. 274).

862 Conforme item B do Folheto nº 08.

863 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 271.

o aumento da produtividade, e essa proporção diminui ainda mais quanto maior tenha sido o incremento prévio de produtividade. Já a massa dos produtos derivados desse aumento da produtividade, diferentemente, cresce em proporção análoga ao crescimento da força produtiva, ao crescimento do mais-trabalho. Fundamentado nesse aspecto, diz Marx, “Na mesma medida em que aumenta a massa dos produtos, aumentam as dificuldades para realizar [transformar em dinheiro, digo eu] o tempo de trabalho [trabalho não pago, digo eu novamente] contido neles, pois aumenta a exigência de consumo”.<sup>864</sup>

Conforme resumiu Marx, segundo Rosdolsky, o próprio capital coloca, não só, “o tempo de trabalho necessário como obstáculo para o valor de troca da capacidade viva de trabalho”, mas também “o tempo de mais-trabalho como obstáculo para o tempo de trabalho necessário”, bem assim “a mais-valia como obstáculo para o tempo de mais-trabalho”. No entanto, e ao mesmo tempo, na tentativa de superar todos esses obstáculos, tentando ignorá-los, provoca a superprodução, em relação a qual, e para ultrapassar a crise que ela provoca, “necessita recomeçar sua tentativa a partir de um nível superior de desenvolvimento das forças produtivas, experimentando em cada caso um colapso cada vez maior como capital”.<sup>865</sup>

Para Karl Marx está claro “que quanto maior for o desenvolvimento do capital, tanto mais ele se apresentará como obstáculo à produção – logo, também ao consumo –, sem falar nas demais contradições que o fazem aparecer como obstáculo insuportável para a produção e a troca”. Se assim não fosse não teríamos as diversas fases históricas porque passou, passa e passará o modo de produção capitalista<sup>866</sup>, até seu colapso final como defendem os marxistas.

A par do exposto nos *Grundrisse*, Roman Rosdolsky não tem dúvida que a “contradição entre produção e valorização [do capital, digo eu] repousa sobre a própria natureza do capital, sobre a **relação contraditória entre trabalho necessário e mais-trabalho**. Quanto maior for o mais-trabalho, tanto menor (relativamente) será o trabalho necessário; também tanto menor será a possibilidade de realizar o mais-produto [de vender a produção resultante do mais mais-trabalho, digo eu]” (grifo nosso). “Nesse sentido”, continua Rosdolsky, desta feita citando Marx, “o ilimitado impulso de valorização do capital ‘coincide com a criação de barreiras no âmbito da troca [no âmbito do intercâmbio, digo eu novamente]’”.

“Se isso é verdade”, R. Rosdolsky conjectura, “se o próprio capital gera um obstáculo à realização da mais-valia criada no processo de produção, como é possível que o capitalismo se desenvolva? Como o capital evita uma situação de crise permanente? Partindo dessas premissas, não se deveria declarar então, [...] que no capitalismo a realização da mais-valia é impossível em larga escala, salvo se o mais-produto é vendido no exterior, no intercâmbio com outras nações?”<sup>867</sup>.

864 Idem, p. 271 e 272.

865 Ibidem, p. 272 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

866 Conforme <sup>[Nota 825]</sup>.

867 Em *Gênese e estrutura de “O capital”* as objeções citadas são debatidas no Capítulo 30 “A polêmica em torno



Caminhando para o final do seu comentário sobre a investigação marxiana dos “obstáculos ‘necessários’, ‘imanescentes’, do modo de produção capitalista, tal como se manifestam nas crises de superprodução”, o autor ucraniano dedica-se a reproduzir mais uma passagem dos *Grundrisse*, desta feita em relação à demanda criada pelo próprio processo de produção, a “demanda de matérias-primas, produtos semielaborados, maquinaria, meios de comunicação e materiais de todo tipo usados na produção [...]”, enfim, a **demanda pelos meios de produção**.<sup>868</sup>

Para Marx, esta demanda “[...] é adequada e suficiente sempre e quando os produtores realizem [sic] o intercâmbio entre si”. Quando “um capitalista compra de outro – compra mercadorias ou as vende –, ambos mantêm uma relação de troca simples [processo vender para comprar, ciclo  $M_1-D-M_2$ , digo eu]; não se comportam entre si como capital”. A questão da valorização do capital “permanece à margem dessa relação recíproca”. A inadequação da demanda, no caso, se revela apenas “tão logo o produto final encontra, como limite, o consumo direto e definitivo”, o que nos remete aos obstáculos da necessidade social, da produção alheia, da relação capital e trabalho e da produtividade (mais-valia relativa) já abordados.

O autor em comento constata, então, que os obstáculos “necessários” e “imanescentes”, como Marx os adjectiva, descritos e analisados até aqui, não são absolutos, pois se revelam como obstáculos somente “no movimento permanente, na constante luta de tendências conflitivas” – a tendência à expansão ilimitada do capital por meio da produção de valores de uso versus a tendência à limitação do consumo desses valores de uso<sup>869</sup>.

Visando facilitar e aprimorar a compreensão do exposto até aqui, recomendamos a videoaula ministrada pelo economista Márcio Pochmann, *As crises do capitalismo*, que vinculamos a este Folheto como material complementar.<sup>870</sup>

Avançando, o autor de *Gênese* passa, então, aos **esquemas de reprodução do capital**<sup>871</sup> pensados por Marx, assunto que corresponde à segunda

dos esquemas da reprodução de Marx”, que compõe a “Parte VII Ensaios críticos”, onde Roman Rosdolsky examina o assunto à luz de autores posteriores a Marx, tanto sob a perspectiva metodológica encontrada nos *Grundrisse* como sob a perspectiva teórica apresentada em *O capital* (Ibidem, p. 559 Nota 43). Roman procura mostrar neste exame “os resultados teóricos de sua leitura dos *Grundrisse*”, conforme relata o professor Hector Benoit (in BENOIT, Hector. **Resenha de “Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx”**. Revista Outubro nº 07. Disponível em <http://longoestudo.blogspot.com/2012/09/resenha-de-genese-e-estrutura-de-o.html>. Visto em 25.03.2023). Adiantamos que trataremos do Capítulo 30 em um apêndice a este Folheto nº 10.

868 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 274 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

869 Segundo também assinala Francisco Cipolla, há uma inclinação do capital “em produzir mais valores de uso do que a proporção adequada à realização das mercadorias, isto é, sua transformação em dinheiro [sua venda, digo eu]”. “Esse choque entre infinito e finito [a busca ilimitada pela valorização do capital versus a limitação da necessidade social, da capacidade de consumo, por exemplo, digo eu novamente]”, continua Cipolla, “representa a separação da metamorfose do capital entre produção e circulação” (grifo nosso) (in CIPOLLA, Francisco Paulo. Op. cit., p. 75. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 25.03.2023).

870 Conforme <https://youtu.be/EZsytOBnRrk> (in POCHMANN, Márcio. Op. cit. Visto em 25.03.2023).

871 De acordo com o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, *reprodução*, do ponto de vista econômico, diz respeito à reposição das condições de existência de algo (que na hipótese é o capital) ao mesmo tempo em que se transforma. Este algo, embora continue com os mesmos fundamentos, assume formas diferentes. É a partir da sua

parte do subtítulo do Capítulo 21 em comento.

Considerando que os “obstáculos ‘necessários’, ‘imanescentes’, do modo de produção capitalista, tal como se manifestam nas crises de superprodução” não são absolutos, como assentado anteriormente, Roman Rosdolsky entende que “o problema das condições que possibilitam que o sistema capitalista se reproduza mantendo um **equilíbrio relativo** (interrompido por crises periódicas) não só é teoricamente admissível, mas também de máximo interesse para a ciência da economia” (grifo nosso). Este equilíbrio do sistema, diz ele, deve, portanto, “poder expressar-se mediante um esquema [na verdade são dois esquemas, como veremos a seguir, digo eu], que Marx esboçou nos *Grundrisse*”.<sup>872</sup>

De acordo com o economista britânico Michael Roberts, os esquemas marxianos de reprodução do capital dizem respeito “ao processo de circulação [...] do **capital social agregado** [que nada mais é que o capital total da sociedade, digo eu]” (grifo nosso). Ou como explica o referido economista britânico com outras palavras: estes esquemas buscam observar “**como o capital (dinheiro e mercadorias) circula ao nível macro de uma economia, a fim de reproduzir-se** [conservar-se e valorizar-se, digo eu novamente] **de modo que um novo período de produção e acumulação de capital possa recomeçar**” (grifo nosso).<sup>873</sup>

Para fins didáticos, no desenvolvimento desta parte optamos por trabalhar com os esquemas constantes d’*O capital*, apresentados por Michael Roberts, que são derivados dos esquemas esboçados nos manuscritos *Grundrisse* de 1857/1858<sup>874</sup>: o **esquema da reprodução simples do capital** e o **esquema da reprodução ampliada ou estendida ou expandida do capital**. A diferença é que na sua obra maior Marx reúne os cinco setores da economia presentes nos *Grundrisse* em dois departamentos<sup>875</sup>: o **Departamento I**, que produz **meios de produção**, o qual contempla os capitalistas fabricantes de máquinas e os fabricantes de matérias-primas, e o **Departamento II**, que produz **bens de consumo ou meios de consumo**, abarcando os capitalistas fabricantes de bens de consumo para o próprio segmento, e, sobretudo, os capitalistas fabricantes de bens de consumo para os trabalhadores.<sup>876</sup> Portanto, não há nenhum prejuízo em

---

própria transmutação que este algo em processo de reprodução se reproduz e se reafirma (in BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **A escassez na abundância capitalista** (videopalestra). Campinas-SP: Instituto de Economia da Unicamp. 2019. Disponível em <https://youtu.be/7JKKYyhCxt8?t=402> (minutagem 6m42s-7m40s). Consultado em 25.03.2023.

872 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 274.

873 ROBERTS, Michael. **O esquema de reprodução de Marx**. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/07/06/marxs-reproduction-schema/>. Consultado em 05.04.2023.

874 Conforme se depreende do capítulo vinte e um de *Gênese e estrutura de O capital*, em comento, nos *Grundrisse* Marx cuida de esboçar o modelo de reprodução simples e apenas apressadamente um rascunho do modelo de reprodução ampliada (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 274 a 276).

875 De acordo com Roman Rosdolsky, nos *Grundrisse* o filósofo alemão divide hipoteticamente o capital total da sociedade (ou capital social agregado) em cinco tipos: A) o do capitalista fabricante de matérias-primas 1; B) o do capitalista fabricante de matérias-primas 2; C) o do capitalista fabricante de máquinas; D) o do capitalista fabricante de bens supérfluos ou de luxo (bens destinados ao consumo dos próprios capitalistas, portanto não destinados ao consumo dos trabalhadores); E) o do capitalista fabricante de meios de subsistência, ou de meios de vida (bens para o consumo dos trabalhadores) (Idem, p. 274 e 275).

876 ROBERTS, Michael. Op. cit. Disponível

em

recorreremos aos esquemas exibidos em *O capital* e às análises de outros autores para tratar dos esquemas de reprodução do capital de Marx, combinando-as com algumas passagens de *Gênese*<sup>877</sup>.

Continuando na apresentação dos esquemas marxianos de reprodução do capital, o teórico britânico Michael Roberts observa que Marx deseja mostrar como o capital se reproduz naqueles dois departamentos, e também “comparar a reprodução do capital **sem qualquer acumulação extra** (chamada de **reprodução simples**) e a reprodução do capital **quando ele se acumula** (cresce), o que ele [sic] chama de **reprodução expandida ou estendida**” (grifo nosso). Para Roberts, “o esquema de reprodução de Marx não foi projetado para mostrar que o capital pode se acumular harmoniosamente ou, alternativamente, gerar crises crônicas de subconsumo. Sim, o capital não se acumula de forma harmoniosa”. “[...], o esquema de Marx mostra que os departamentos nunca estão em ‘equilíbrio’ se quisermos dizer com isso que ambos são do mesmo tamanho e devem crescer juntos no mesmo ritmo”.<sup>878</sup>

Dito isso, antes de passarmos ao exame dos dois esquemas de reprodução expostos em *O capital*, é preciso citar as suposições de que parte Marx em sua economia hipotética para ambos os esquemas representados nas Tabelas 1, 2 e 3 *infra*. Primeiro, o filósofo alemão considera que o **capital social agregado (W) totaliza 1.000W**, sendo que deste montante os Departamentos I e II contribuem cada um com 500W. Segundo, que os dois departamentos têm o mesmo tamanho, a **mesma composição orgânica**<sup>879</sup>. Além dessas, o nosso alemão-prussiano também supõe a **inexistência de progresso tecnológico**, de modo que o crescimento da economia (a reprodução expandida do capital) só possa ocorrer se uma quantidade maior de meios de produção for obtida a partir da produção da própria economia, junto ao Departamento I,<sup>880</sup> e não por meio de exportação, o que significa dizer, em relação a esta última condição, que Marx supõe a existência de uma **“economia fechada”** (grifo nosso). Por fim, unicamente para o **esquema de reprodução simples** (Tabela 1), deve-se admitir que

<https://thenextrecession.wordpress.com/2021/07/06/marxs-reproduction-schema/>. Consultado em 05.04.2023.

877 O próprio Rosdolsky pontua que “não é difícil reconhecer nesse esquema de cinco setores [...] um esboço do modelo da reprodução simples” que aparece nos Livros II, III e IV d’*O capital* (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 275 c/c p. 560 Notas 65 e 66).

878 ROBERTS, Michael. Op. cit. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/07/06/marxs-reproduction-schema/>. Consultado em 05.04.2023.

879 A categoria *composição orgânica do capital* (Coc), citada no parágrafo em Nota, não foi detalhada por Rosdolsky em *Gênese*, mas apenas mencionada. Grosso modo, trata-se de um conceito criado por Karl Marx em sua teoria do capitalismo que “consiste na relação entre o valor do *capital constante* [meios de produção (matéria-prima, tecnologia, maquinaria, instalações etc.), digo eu] e o [valor, digo eu novamente] do *capital variável* [trabalhadores assalariados, digo eu], cujas variações se fazem sentir na modificação da taxa de lucro” (grifo nosso). A composição orgânica do capital “resulta”, portanto, “da relação de proporcionalidade existente entre esses dois tipos de capital, expressa na fórmula  $Coc=c/v$ ”, onde  $c=capital\ constante$  e  $v=capital\ variável$ . Tal composição “será tanto mais elevada quanto maior for a parcela de capital constante em relação a parcela de capital variável” (Disponível em <https://www.controlacao.com.br/significado/composicao-organica-do-capital>. Consultado em 05.04.2023).

880 Não se admitindo, na hipótese, que os departamentos recebam meios de produção adicionais advindos de reservas mantidas em armazéns, etc.

os dois departamentos “**crecem à mesma taxa (zero)**” (grifo nosso).<sup>881</sup>

A par dessas considerações, começamos com o **modelo de reprodução simples do capital**:

**Tabela 1 – Esquema da reprodução simples**

Departamentos	$c$ (capital constante: meios de produção)	$v$ (capital variável: salário do trabalhador)	$s$ (mais-produto)	$W$ (capital social agregado)
A) Departamento I (Capitalistas fabricantes de máquinas e fabricantes de matérias-primas)	250	100	150	<b>500</b>
B) Departamento II (Capitalistas fabricantes de bens de consumo para os trabalhadores e fabricantes de bens de consumo para os próprios capitalistas)	250	100	150	<b>500</b>
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>200</b>	<b>300</b>	<b>1000</b>

**Na reprodução simples não há acumulação de capital.** Todo o capital excedente (mais-valia), o mais-produto ( $s$ ) gerado no Departamento I (150s) e também no Departamento II (150s), é gasto no Departamento II em bens de consumo.

Na Tabela 1 observa-se que o Departamento I, produtor de meios de produção, apresenta uma produção total de  $500W$  no ano 1, sendo que  $250c$  de matérias-primas e de maquinaria são retidos pelos próprios capitalistas do departamento a fim de continuarem a produção no ano seguinte. Dos  $250W$  restantes,  $100v$  correspondem ao pagamento de salários dos respectivos trabalhadores para que sobrevivam (trabalho necessário ou trabalho pago), cujos bens de consumo serão adquiridos junto ao Departamento II, e  $150s$  equivalem ao mais-produto, e, por conseguinte ao mais-trabalho, de onde deriva a mais-valia, cujo montante destina-se ao consumo, pelos próprios capitalistas do Departamento I, dos bens também produzidos pelo Departamento II.<sup>882</sup>

O Departamento II, que, por sua vez, só produz bens de consumo, também perfaz uma produção total de  $500W$ . Deste montante,  $250c$  correspondem à aquisição no ano anterior dos meios de produção gerados pelo Departamento I, de modo que produza seus bens de consumo de hoje (ano 1) e que também possa continuar a fabricação de bens de consumo no ano seguinte;  $100v$  decorrem dos salários pagos aos respectivos trabalhadores para que sobrevivam (trabalho necessário ou trabalho pago), cuja quantia é gasta em bens de consumo ofertados pelo mesmo Departamento II, e, por fim,  $150s$ , relativos ao mais-produto e, por conseguinte, ao mais-trabalho (trabalho não pago), de onde deriva a mais-valia, são destinados ao consumo dos capitalistas do próprio Departamento II.

881 ROBERTS, Michael. Op. cit. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/07/06/marxs-reproduction-schema/>. Consultado em 05.04.2023. Idem em relação à redação do parágrafo seguinte.

882 Este e os parágrafos seguintes foram redigidos com base na análise de Francisco Cipolla adaptada à Tabela 1 (in CIPOLLA, Francisco Paulo. Op. cit., p. 77 e 78. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf). Visto em 06.04.2023).

Por assim ser, temos que:

- a) No Departamento I:
  - a.1) Os capitalistas fabricantes de máquinas compram matérias-primas dos capitalistas desse mesmo departamento e bens de consumo dos capitalistas do Departamento II que produzem especificamente para o segmento;
  - a.2) Os capitalistas fabricantes de matérias-primas compram maquinaria dos capitalistas do seu departamento e bens de consumo dos fabricantes do Departamento II que produzem para a camada social capitalista;
- b) No Departamento II:
  - b.1) Os capitalistas fabricantes de bens para o consumo dos trabalhadores em geral compram meios de produção ofertados pelos capitalistas do Departamento I e bens de consumo vendidos pelos capitalistas do mesmo Departamento II, fabricantes de bens para consumo de toda a classe detentora do capital;
  - b.2) Os capitalistas fabricantes de bens de consumo para os capitalistas em geral compram meios de produção dos fabricantes do Departamento I e bens de consumo dos capitalistas do próprio departamento que produzem bens de consumo para o segmento;
- c) Nos Departamentos I e II:
  - c.1) Os trabalhadores dos dois departamentos (isto é, de toda a economia) compram bens de consumo dos capitalistas do Departamento II que produzem especificamente para a classe trabalhadora.

Aplicando o que aduz Roman Rosdolsky à Tabela 1 supra (reprodução simples do capital), o Departamento I pode empregar  $250c$  (retendo meios de produção) “[...] diretamente para reprodução [para a produção do ano atual e do seguinte, digo eu]”, já que este capital “existe na forma natural de meios de produção”, e intercambiar com o Departamento II o montante de  $100v$ , referente à aquisição de bens de consumo dos trabalhadores, e a quantia de  $150s$  relativa à aquisição de bens de consumo dos capitalistas do departamento, cuja soma deve ser igual à capacidade de produção de bens de consumo do Departamento II ( $250c$ ). Desse modo se obtém uma equação que expressa uma reprodução simples do capital sem acidentes:  $100v_1 + 150s_1 = 250c_2$ .<sup>883</sup>

Ainda na trilha de Rosdolsky, no presente modelo de reprodução simples do capital todos os capitalistas estão em condições de continuar produzindo no ano seguinte,

---

883 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 276. Onde  $v_1$ =capital variável do Departamento I,  $s_1$ =mais-produto do Departamento I e  $c_2$ =capital constante do Departamento II.

mantendo a mesma escala. Ademais, se de um lado não há crescimento do capital (acumulação de capital) decorrente da atividade produtiva, do outro o capital se reproduz, circula entre os dois departamentos, sem qualquer deficiência na demanda.<sup>884</sup>

Dito isso, partimos agora para conhecer o que se passa no caso da **reprodução ampliada** ou **estendida** ou **expandida do capital**, ou, como bem assinala Roman Rosdolsky, “o que se passa com a **acumulação** [do capital, digo eu]” (grifo nosso). Em outras palavras: vamos ver como se daria a reprodução do capital na economia quando em crescimento e na situação em que os capitalistas dos seus dois departamentos não consumissem todo o excedente (mais-produto (*s*)) produzido, pois, se assim fizessem, no final do processo de reprodução do capital “estariam como no início [do processo produtivo, digo eu], e a mais-valia de seu capital não cresceria”, diz Marx. E isso, arremata Rosdolsky, “seria contraditório com o objetivo da produção capitalista”. Portanto, **na reprodução ampliada há acumulação de capital**, seu fator fundamental.<sup>885</sup>

O economista britânico Michael Roberts apresenta no artigo *O esquema de reprodução de Marx* duas novas tabelas para analisar a reprodução ampliada do capital. A primeira, que chamamos de Tabela 2, mostra as transações prévias necessárias entre os capitalistas dos Departamentos I e II para a transição da reprodução simples à ampliada, de modo a possibilitar a efetiva expansão do capital. Assim, a segunda, a Tabela 3, retrata exatamente a reprodução ampliada.<sup>886</sup>

**Tabela 2 – Esquema das transações entre os departamentos para a reprodução ampliada do capital**

Departamentos	<i>c</i> (capital constante: meios de produção)	<i>v</i> (capital variável: salário do trabalhador)	<i>s</i> (mais-produto)	<i>W</i> (capital social agregado)
A) Departamento I (Capitalistas fabricantes de máquinas e fabricantes de matérias-primas)	300	120	180	<b>600</b>
B) Departamento II (Capitalistas fabricantes de bens de consumo para os trabalhadores e fabricantes de bens de consumo para os próprios capitalistas)	200	80	120	<b>400</b>
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>200</b>	<b>300</b>	<b>1000</b>

**Tabela 3 – Esquema da reprodução ampliada**

Departamentos	<i>c</i> (capital constante: meios de produção)	<i>v</i> (capital variável: salário do trabalhador)	<i>s</i> (mais-produto)	<i>W</i> (capital social agregado)
A) Departamento I (Capitalistas fabricantes de máquinas e fabricantes de matérias-primas)	360	144	216	<b>720</b>
B) Departamento II (Capitalistas fabricantes de bens de consumo para os trabalhadores e fabricantes de bens de consumo para os próprios capitalistas)	240	96	144	<b>480</b>
<b>Total</b>	<b>600</b>	<b>240</b>	<b>360</b>	<b>1200</b>

884 Idem, p. 275.

885 Ibidem, p. 276.

886 ROBERTS, Michael. Op. cit. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/07/06/marxs-reproduction-schema/>. Consultado em 05.04.2023.



Antes de tratarmos da interpretação das Tabelas 2 e 3, recordemos, sobretudo, duas das suposições dos esquemas marxianos: a inexistência de progresso tecnológico e existência de uma economia fechada, de maneira que o crescimento do capital (reprodução ampliada) só pode ocorrer se uma quantidade maior de meios de produção for obtida e desde que essa aquisição seja feita junto a capitalistas de dentro desta mesma economia.

Nesse esquadro, o crescimento econômico só pode ocorrer, diz Roberts, se “[...] alguns dos meios de produção recém-produzidos [pelo Departamento I, digo eu], que o Departamento II teria obtido, forem desviados [retidos, digo eu] para o [pelo, digo eu novamente] Departamento I. Isso dá ao Departamento I os meios adicionais de produção de que precisa”.<sup>887</sup>

Primeiramente, vamos nos concentrar na transição da reprodução simples para a reprodução ampliada ou estendida ou expandida do capital, esquematizada na Tabela 2. No exemplo utilizado pelo teórico britânico, o Departamento I retém 50c em meios de produção, aumentando, numa proporção de 20%, seu investimento em máquinas e matérias-primas de 250c (Tabela 1) para 300c (Tabela 2). Em contrapartida, o investimento do Departamento II nesses bens sofre uma redução na mesma proporção, passando de 250c (Tabela 1) para 200c (Tabela 2).

Diante da redução nos investimentos em meios de produção pelo Departamento II e do incremento nos investimentos do tipo pelo Departamento I, conservando-se a relação  $c/v$  e  $s/v$  (na mesma proporção de 20%), o capital social agregado do Departamento I aumentará de 500W (Tabela 1) para 600W (Tabela 2) e a do Departamento II reduzirá de 500W (Tabela 1) para 400W (Tabela 2)<sup>888</sup>.

Feito esse necessário rearranjo, ainda em conformidade com o economista britânico M. Roberts, agora a economia está em condições de crescer. Para tanto, os 600W produzidos em meios de produção pelo Departamento I (Tabela 2) são distribuídos na mesma proporção (20%) entre o próprio Departamento I (que retém parte desses bens para continuar sua produção nos anos seguintes) e o Departamento II. Com isso passamos a analisar finalmente o processo de reprodução ampliada do capital, esquematizado na Tabela 3.

Após a realocação (rearranjo de recursos) entre os dois departamentos (Tabela 2), o Departamento I poderá crescer de 600W (Tabela 2) para 720W (Tabela 3) na produção de novos meios de produção e o Departamento II de 400W (Tabela 2) para 480W (Tabela 3) em bens de consumo, sendo que a economia como um todo crescerá de 1000W para 1200W<sup>889</sup>.

887 Idem. Disponível em <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/07/06/marxs-reproduction-schema/>. Consultado em 05.04.2023 (Ibidem em relação à redação dos parágrafos seguintes).

888 No caso do Departamento I, o capital variável ( $v$ ) passa de 100v (x 20%) na Tabela 1 para 120v na Tabela 2 e o mais-produto ( $s$ ) passa de 150s (x 20%) na Tabela 1 para 180s na Tabela 2. Já em relação ao Departamento II, ocorre o inverso, o capital variável ( $v$ ) que era de 100v (x 20%) na Tabela 1 reduz para 80v na Tabela 2 e o mais-produto ( $s$ ) que era de 150s (x 20%) na Tabela 1 diminui para 120s na Tabela 2.

889 No caso do Departamento I, o capital variável ( $v$ ) passa de 120v (x 20%) na Tabela 2 para 144v na Tabela 3

A par do exposto, a título de conclusão, Michael Roberts observa que

“A transição da reprodução simples para a reprodução expandida requer um **crescimento desequilibrado**. O Departamento I deve crescer em relação ao Departamento II. Isso não significa que o setor de bens de consumo deva declinar absolutamente [...]. Posteriormente, o Departamento II pode crescer. De fato, os dois departamentos poderiam então crescer na mesma proporção, como fazem nos próprios exemplos de reprodução expandida de Marx. Mas o desequilíbrio relativo persistirá. O Departamento I permanecerá relativamente maior do que o Departamento II sob reprodução expandida do que sob reprodução simples. Assim, o esquema de Marx mostra que os departamentos nunca estão em ‘equilíbrio’ se quisermos dizer com isso que ambos são do mesmo tamanho [mesma composição orgânica, como assentado anteriormente, digo eu] e devem crescer juntos no mesmo ritmo [na mesma proporção, no caso, 20%, digo eu novamente]”.

Na comparação entre os dois esquemas, Michael observa que a reprodução simples de Marx “requer um ‘equilíbrio’ (uma igualdade) entre o novo valor gerado no Departamento I ( $v_1 + s_1$ ) e a demanda do Departamento II por capital constante ( $c_2$ ). Já a reprodução expandida requer que o novo valor gerado no Departamento I exceda a demanda do Departamento II por capital constante. Como Lenin colocou: ‘Marx demonstrou claramente em seus esquemas que a produção dos meios de produção pode e deve superar a produção de artigos de consumo’”. Marx tinha a visão de que “o **desequilíbrio era necessário para o crescimento**, caso contrário, ‘não haveria produção capitalista se tivesse que se desenvolver simultaneamente e uniformemente em todas as esferas’” (grifo nosso).

De fato, segue Roberts, “uma economia capitalista em expansão com um Departamento I maior do que o Departamento II expressa a **lei geral da acumulação capitalista**, ou seja, um aumento mais rápido do capital constante sobre o capital variável, ou uma composição orgânica crescente do capital” (grifo nosso).

Alias, o teórico britânico observa que na economia hipotética marxiana até poderia haver mais departamentos, “mas a divisão de Marx não é arbitrária”. Ele “quer mostrar a natureza de classe da acumulação e reprodução capitalistas; com um departamento que produz os meios de produção do capital [Departamento I, digo eu] e outro que produz os bens de consumo necessários do trabalho [sic] [Departamento II, digo eu novamente]”.

Ainda em conformidade com Michael Roberts, para Karl Marx a **valorização ilimitada** e, por conseguinte, a **acumulação de capital**, são dois objetivos principais do capitalismo, e a produção é um dos meios para alcançá-los. Assim assenta o filósofo

---

e o mais-produto (s) passa de 180s (x 20%) na Tabela 2 para 216s na Tabela 3. Já em relação ao Departamento II, o capital variável (v) que era de 80v (x 20%) na Tabela 2, aumenta para 96v na Tabela 3 e o mais-produto (s) que era de 120s (x 20%) na Tabela 2, aumenta para 144s na Tabela 3.



alemão numa crítica à economia política clássica: “[...] Acumulação por acumulação, produção em prol da produção: esta foi a fórmula em que a economia clássica expressou a missão histórica da burguesia no período de sua dominação. Assim, a economia capitalista torna-se cada vez mais um sistema de produção por causa da produção”. Marx continua sua crítica: “Nunca fará [referindo-se à economia política clássica, digo eu], portanto, representar a produção capitalista como algo que ela não é, ou seja, como produção tendo como finalidade imediata o consumo de bens ou a produção de meios de gozo. Isso seria ignorar o caráter específico da produção capitalista”. Para o teórico e crítico alemão-prussiano, **a produção capitalista não é uma produção voltada para o consumo ou para atender as necessidades humanas, mas sim uma produção voltada para a acumulação de capital**. O capitalismo é um sistema econômico que visa ao **lucro** e à **acumulação das riquezas**.

Neste ponto, voltamos aos comentários de Roman Rosdolsky para compreender as implicações da busca ilimitada de valorização do capital, que emperra diante do **problema da realização**, sobre o qual abordamos no início deste texto, e que está diretamente ligado com o **problema das crises de superprodução**.

Diante do desequilíbrio entre o Departamento I (fabricante de meios de produção) e o Departamento II (fabricante de bens de consumo) verificado na transição entre a reprodução simples (Tabela 1) para a reprodução ampliada (Tabela 2), em desfavor do último departamento, o nosso pensador ucraniano pontua que “a transição para a reprodução ampliada já está vinculada a uma crise”. Segundo Marx, “[...] A possibilidade real de uma valorização maior [do capital, digo eu]”, a “produção de valores novos e maiores”, depende da manutenção das proporções de emprego do capital quando da transição da reprodução simples (Tabela 1) para a ampliada (Tabela 2), envolvendo os dois departamentos, do contrário, os capitalistas do Departamento 2 – os fabricantes de bens de consumo para os trabalhadores (meios de subsistência) e os de bens de consumo para os próprios capitalistas (bens supérfluos) – “produziriam demais”. Produziriam numa proporção para além das condições econômicas presentes. Ou, como assinala o autor d’*O capital*, produziriam “demais em relação à proporção do capital destinada aos trabalhadores, ou demais em relação à parte do capital que os capitalistas podem consumir ([...] demais em relação a proporção em que teriam de aumentar seu capital)”.<sup>890</sup>

Isso quer dizer, Marx explica, que “a superprodução geral pode ter lugar não porque os trabalhadores ou os capitalistas consumam mercadorias de menos, em relação às que deveriam ser consumidas, mas sim porque se produz demais delas; *não demais para o consumo* [‘tendo em vista as necessidades reais’, intervém Roman], *mas sim para assegurar a relação correta entre o consumo e a valorização* [do capital, digo eu]; *demais para a valorização*” (grifo do autor).

O nosso filósofo alemão defende que “em uma situação dada do desenvolvimento das forças produtivas (posto que este desenvolvimento determinará a

890 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 276 e 277 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

proporção entre o trabalho necessário e o mais-trabalho) se estabelece uma proporção fixa, segundo a qual o produto se divide em quatro partes”: em “matéria-prima”, em “maquinaria”, em “trabalho necessário” e em “mais-trabalho [ou mais-produto, lembramos]”. Por seu turno, Marx continua, “o próprio mais-produto [derivado do mais-trabalho, digo eu] se divide em duas partes, uma que retorna ao consumo [consumo pelos capitalistas dos chamados ‘bens supérfluos’ ou de ‘luxo’, digo eu novamente] e outra que se converte novamente em capital [com vistas a continuar a produção e a valorização crescente do capital, digo eu mais uma vez]”. Em Karl Marx, “Esta divisão interna, inerente ao conceito de capital, se apresenta no intercâmbio de tal modo que o intercâmbio dos capitais entre si tem lugar em proporções determinadas e limitadas [...]”, como vimos.<sup>891</sup>

Nessa linha, o esquema da reprodução ampliada do capital de Marx, como afirma Roman Rosdolsky, “só aponta a divisão ‘interna’ e ‘conceptual [sic]’ do capital, em condições que ensejam o equilíbrio de um sistema capitalista em crescimento. Mas, na realidade, essas condições de equilíbrio só se impõem contra perturbações constantes [contra as crises, digo eu]”. Pois, em consonância com o entendimento marxiano, os citados elementos da divisão interna e conceitual do capital (matéria-prima, maquinaria, trabalho necessário e mais-trabalho ou mais-produto, recordamos), conceitualmente opostos, no que se refere ao intercâmbio entre eles e em si, existem “independentemente um do outro; a necessidade de cada um se manifesta durante a crise, que põe fim violentamente à aparência de sua indiferença recíproca” (grifo do autor).<sup>892</sup>

Conhecido os esquemas de reprodução marxianos, para continuar o trato dos problemas da **realização** e das **crises de superprodução** da economia capitalista, Rosdolsky traz para o centro da análise a relação entre o **trabalho necessário** (trabalho pago), que corresponde ao capital variável (v), e o **mais-trabalho** (trabalho não pago), que diz respeito ao mais-produto (s), relação sobre a qual, “[...] em última instância”, para Marx, “tudo se baseia”. Aqui está presente um outro perigo, “que”, segundo Rosdolsky, “espreita a valorização do capital”.<sup>893</sup>

Levando em conta, avança Roman citando Marx, que “as ‘proporções para o intercâmbio dos capitais’” estão determinadas pela relação trabalho necessário e mais-trabalho, “e como esta relação depende do desenvolvimento das forças produtivas, toda ‘revolução nas forças produtivas’ deve modificar as proporções do intercâmbio mencionadas [em desfavor do trabalho necessário relativamente ao mais-trabalho, como já visto]. ‘Se, à revelia disso, a produção segue adiante indiferentemente [“pois o ilimitado impulso expansivo do capital o faz violar seguidamente todas as ‘proporções corretas’”, intervém Rosdolsky], no fim das contas terá de manifestar-se um déficit (uma magnitude negativa) no intercâmbio, de um lado ou de outro”.

891 Ibidem, p. 277.

892 Ibidem, p. 277 e 278. Roman Rosdolsky chama a atenção para mais uma influência de Hegel nos *Grundrisse*: “o conceito de ‘indiferença’” (Ibidem, p. 278 c/c p. 560 Nota 72).

893 Ibidem, p. 278 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

Aí se encontra mais um obstáculo ao ilimitado impulso expansivo do capital. Karl Marx dá seguimento ao seu raciocínio: “o obstáculo consiste sempre em que o intercâmbio – e, portanto, também a produção – se efetua de tal maneira que a proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário se mantém a mesma, o que é igual a uma valorização sempre idêntica do capital”. Melhor dizendo: é um obstáculo para a valorização ilimitada do capital quando, no curso do movimento do capital, a relação entre o mais-trabalho e o trabalho necessário mantém-se sempre numa mesma proporção, pois isso resulta numa valorização do capital também na mesma proporção. A consequência de ser a produção impulsionada para mais além desse limite é que em algum momento deverá produzir-se, sentencia o autor dos *Grundrisse*, “uma desvalorização geral, ou uma destruição do capital”. Instalada a crise de superprodução, esta “se resolve com uma queda real da produção, do trabalho vivo, a fim de restaurar a relação correta entre o trabalho necessário e o mais-trabalho, sobre a qual [...] tudo se baseia. [...] Ambos [‘os aspectos’, intervém Rosdolsky] estão presentes na essência do capital: tanto a desvalorização do capital [...] como o fim dessa desvalorização e o restabelecimento das condições para a valorização do capital”. Marx acrescenta<sup>894</sup>: “O processo em cujo transcurso isso ocorre só poderá ser analisado quando tivermos analisado [sic] o capital real, ou seja, a concorrência etc., as condições reais”. Essa análise o filósofo só apresenta em *O capital*, ponto de chegada da nossa missão.

Isso é tudo sobre os problemas da realização, das crises de superprodução e dos esquemas de reprodução do capital expostos nos *Grundrisse*. Com Rosdolsky conhecemos duas coisas fundamentais sobre o assunto: a) que os esquemas de reprodução marxianos “só pretendem assinalar que – dentro de períodos limitados, nos quais a técnica de produção e a taxa de exploração do trabalho<sup>895</sup> permanecem relativamente estacionárias – a reprodução ampliada pode ter lugar enquanto se mantenham determinadas proporções de intercâmbio entre os dois principais departamentos da produção social [no caso, os Departamentos I e II, frisamos]”, mas tal resultado não é o que o capital persegue na sua essência; portanto, continua nosso autor em comento, “qualquer interpretação desses esquemas que enfatize a ‘harmonia’ está descartada”; b) que Marx insiste em destacar “a contradição entre o impulso irrestrito à valorização do capital e a restrita capacidade de consumo da sociedade capitalista”.<sup>896</sup>

Por certo, os esquemas de reprodução de Marx é um tema dos mais debatidos da teoria crítica marxiana. Tanto é que Roman Rosdolsky dedica a última seção de *Gênese*, a “Parte VII Ensaio crítico”, às discussões em seu entorno, que inclui marxistas históricos, a exemplo de Rosa Luxemburgo.<sup>897</sup> Sabendo disso, optamos, na sequência,

894 Ibidem, p. 561 Nota 74.

895 A taxa de exploração na economia marxiana expressa a razão entre o montante total do *trabalho não pago* (mais-trabalho) e o total dos *salários pagos* (trabalho necessário). Quanto maior o trabalho não pago no intercâmbio entre o capital e o trabalho, maior a taxa de exploração (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa\\_de\\_explora%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_explora%C3%A7%C3%A3o). Visto em 05.04.2023).

896 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 278.

897 Segundo o professor Giliad de Souza Silva, “Um dos temas mais polêmicos na teoria marxiana versa sobre o problema da realização ou de demanda efetiva, que Marx expõe nos últimos capítulos do Livro 2 de *O Capital*

por trazer para o Folheto nº 10, em um texto à parte, o Apêndice II - “Observação metodológica à crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução de Marx”, vinculado ao Capítulo 2 - “A estrutura da obra [O capital] de Marx” do livro de Rosdolsky, e também as controvérsias apreciadas por ele no Capítulo 30 - “A polêmica em torno dos esquemas de reprodução de Marx” da referida Parte VII.

---

(MARX, 1985). Roman Rosdolsky, um relevante pensador social e estudioso dos textos econômicos de Marx, no capítulo 30 de sua obra (ROSDOLSKY, 2001) [*Gênese e estrutura de 'O capital' de Karl Marx*, complementamos], dedica mais de 50 páginas para apresentar tal controvérsia, sobretudo as questões apresentadas por Rosa Luxemburgo e Mikhail Tugan-Baranovsky, complementada por Rodolf Hilferding, e as posições no debate interno da Rússia do início do sec. XX. O cerne da polêmica versa sobre as possibilidades endógenas de autorreprodução do capitalismo, isto é, se o sistema necessita ou não de uma ‘terceira classe’, além dos trabalhadores e capitalistas, para fazer o sistema funcionar. A noção apresentada por Luxemburgo é que o sistema tende a sucumbir por subconsumo (ou superprodução de mercadorias), caso não se introduza uma terceira classe, a saber, os ‘consumidores externos’ (in SILVA, Giliad de Souza. **O que são os esquemas de reprodução de Karl Marx**. Uberlândia-MG: Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia, Economia e Ensaios, número 37, 2022, p. 55 (Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/358279817\\_O\\_que\\_sao\\_os\\_esquemas\\_de\\_reproducao\\_de\\_Karl\\_Marx\\_What\\_are\\_the\\_reproduction\\_schemes\\_of\\_Karl\\_Marx](https://www.researchgate.net/publication/358279817_O_que_sao_os_esquemas_de_reproducao_de_Karl_Marx_What_are_the_reproduction_schemes_of_Karl_Marx). Consultado em 05.04.2023)).

## APÊNDICE AO FOLHETO Nº 10

### NOTA DO ARTICULISTA

O Folheto nº 10 do Artigo Expositivo I inaugurou uma nova etapa do nosso estudo do livro *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*, o **processo de circulação do capital**, exposta na *Parte IV – A seção sobre o processo de circulação* da obra do pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky.

Como vimos, o tópico de abertura da referida seção, o “Capítulo 21 - Do processo de produção ao processo de circulação do capital. Anotações sobre o problema da realização e o primeiro esquema da reprodução”, começa com uma digressão em relação ao tema central para abordar, entre outros, um dos aspectos mais debatidos da teoria crítica marxiana: os **esquemas da reprodução do capital**.<sup>898</sup> Talvez por esse motivo, Rosdolsky dedica dois momentos do seu livro às controvérsias em torno do assunto: o **Apêndice II - Observação metodológica à crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução de Marx**, vinculado ao “Capítulo 2 - A estrutura da obra [O capital] de Marx” (*Parte I – Introdução*), e também o **Capítulo 30 - A polêmica em torno dos esquemas de reprodução de Marx**, um dos tópicos da *Parte VII – Ensaios críticos*, última seção de *Gênese*. É exatamente dessas controvérsias que tratamos aqui.

Como sabemos, a obra de Roman Rosdolsky traz um comentário sobre os *Grundrisse* (“Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”), manuscritos redigidos e organizados por Karl Marx em sete cadernos, entre 1857 e 1858, primeiros escritos marxianos voltados diretamente à economia política capitalista. Inclusive são reconhecidos como o “laboratório econômico” de Marx e também como a primeira versão da sua obra maior e definitiva *O capital: Crítica da economia política*.

O referido conjunto de manuscritos traz à luz o método marxiano que vai do “abstrato ao concreto” e, atrelado a ele, a distinção entre o método utilizado para se investigar algo, no caso, os elementos fundamentais da crítica da economia política capitalista, e o de exposição dos resultados da investigação. Os registros do processo investigativo Marx deixou nos *Grundrisse*, os resultados da apuração expôs em *O capital*.

Apesar de *Gênese e estrutura de O capital* focar nos *Grundrisse*, os textos objeto deste Apêndice trazem os debates travados em torno dos esquemas marxianos da reprodução do capital expostos no *Livro II – O processo de circulação do capital* da obra maior de Marx. Entretanto, Roman examina criticamente essas controvérsias em cotejo com o método esculpido nos manuscritos de 57/58, cujos escritos os autores que aparecem nos textos que ora reproduzimos não conheceram. Daí a razão de trazermos para a primeira etapa da **Expedição**, sem prejuízo para o entendimento do assunto pelo leitor, parte do conteúdo de uma seção da obra de chegada da nossa “caravana literária”.

---

898 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 265 e 278.

## Texto 1: Observação metodológica à crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução [do capital] de Marx

Ancorado nos *Grundrisse*, mas não só, Roman Rosdolsky aborda o aspecto metodológico da crítica da filósofa, economista e revolucionária marxista polaco-alemã Rosa Luxemburgo<sup>899</sup> aos esquemas da reprodução do capital presentes no *Livro II – O processo de circulação do capital* da obra maior marxiana. Rosdolsky retornará a essa crítica, porém focando em seu conteúdo, no “Capítulo 30 - A polêmica em torno dos esquemas de reprodução de Marx”, objeto do segundo texto deste apêndice. Por enquanto ficamos na análise do nosso pensador marxista ucraniano das premissas metodológicas colocadas por Luxemburgo.<sup>900</sup>

Roman começa realçando que Rosa Luxemburgo considera como ponto principal da sua crítica duas questões metodológicas: “A primeira: os processos econômicos e políticos devem ser analisados a partir do ponto de vista do capital individual ou, ao contrário, a partir do ponto de vista do capital social global? A segunda: este último enfoque é compatível com uma formulação abstrata que considere apenas a existência de capitalistas e operários?”<sup>901</sup>

Em relação à primeira questão, o nosso autor ucraniano assinala que a própria Rosa afirma “que nenhuma dúvida pode existir”. Luxemburgo “considera que qualquer teoria séria em economia política deve focar os processos econômicos ‘não a partir do ponto de vista da superfície do mercado, ou seja, do capital individual, plataforma predileta dos economistas vulgares<sup>902</sup>’, mas sim ‘a partir

899 Rosa Luxemburgo, nascida em 5 de março de 1871 na cidade de Zamość, Polônia, foi uma filósofa e economista marxista polaco-alemã, “mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia da Polônia (SDKP), ao [Partido Social-Democrata da Alemanha](#) (SPD) e ao [Partido Social-Democrata Independente da Alemanha](#) (USPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o [Partido Comunista da Alemanha](#) (KPD). Em 1915, após o SPD apoiar a participação alemã na [Primeira Guerra Mundial](#), Luxemburgo fundou, ao lado de [Karl Liebknecht](#), a [Liga Espartaquista](#). Em 1º de janeiro de 1919, a Liga transformou-se no KPD. Em novembro de 1918, durante a [Revolução Espartaquista](#), ela fundou o jornal *Die Rote Fahne* (*A Bandeira Vermelha*), para dar suporte aos ideais da Liga. Luxemburgo considerou o levante espartaquista de janeiro de 1919 em Berlim como um grande erro. Entretanto, ela apoiaria a insurreição que Liebknecht iniciou sem seu conhecimento. Quando a revolta foi esmagada pelas [Freikorps](#), milícias nacionalistas compostas por veteranos da Primeira Guerra que estavam desiludidos com a [República de Weimar](#), mas que rejeitavam igualmente o marxismo e o avanço comunista, Luxemburgo, Liebknecht e alguns de seus seguidores foram capturados e assassinados. Luxemburgo foi fuzilada e seu corpo jogado num curso d'água (o *Landwehrkanal*), em Berlim, em 15 de janeiro de 1919” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa\\_Luxemburgo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa_Luxemburgo). Consultado em 09.05.2023). Mais sobre Rosa Luxemburgo, veja o artigo de Osvaldo Coggiola, **Vida e polêmicas de Rosa Luxemburgo – um roteiro** (Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/vida-e-polemicas-de-rosa-luxemburgo-um-roteiro/>. Consultado em 08.05.2023).

900 A crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução marxianos está presente em seu livro *A acumulação do capital* publicado em 1912 (*in* ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 67 e 496 Nota 1).

901 Idem, p. 67.

902 Segundo a economista [Krishna Bharadwaj](#) (1935-1992), em tradução livre, “Karl Marx usou o epíteto ‘economia vulgar’ para descrever certas posições que, começando na [economia clássica](#) nas obras de [Malthus](#) (1766-1834), [Say](#) (1767-1832), alguns dos pós-ricardianos [termo relativo ao economista britânico [David Ricardo](#) (1772-1823), digo eu], incluindo [John Stuart Mill](#) (1806-1873), desenvolveram um ‘sistema analítico’ (como em Say)”, tomando mais tarde uma forma acadêmica. “O epíteto não era simplesmente um rótulo depreciativo, mas tinha, portanto, um conteúdo analítico específico e significativo. Marx contrastou nitidamente o ‘vulgar’ da economia política clássica, esta última compreendendo ‘todos os economistas que desde a época de [W. Petty](#) (1623-1687) investigaram o real quadro interno de relações burguesas de produção’ (*O Capital*, Vol. I, pp. 174-5)”. Para Karl

do ponto de vista – em última instância, o único correto e decisivo – do capital social global<sup>903</sup>”. Concordando com Karl Marx, ela afirma: “Com efeito, este é o critério que Marx aplica e desenvolve sistematicamente, pela primeira vez, no segundo tomo de *O capital*, mas que serve de base a toda sua teoria. [...] A teoria econômica de Marx é inseparável da ideia de um capital global da sociedade, concebido como uma grandeza real e efetiva, que ganha expressão tangível no lucro global da classe capitalista e em sua distribuição, e de cuja dinâmica indivisível procedem todos os movimentos visíveis dos capitais individuais”. Só Marx conseguiu extrair com clareza “[...] a diferença fundamental entre as duas categorias – capital individual e capital social global – em seus movimentos”, conclui.<sup>904</sup>

Portanto, a crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas marxianos

Marx, a Economia vulgar baseia-se na análise das “aparências” da produção capitalista. “Marx viu, na produção capitalista, [ao contrário dos ‘vulgares’, digo eu] ‘mais do que em qualquer outra’, uma ‘realidade’, ‘o interior fisiológico do sistema’ – que foi captado na economia política científica, em sua análise, localizando a geração de excedente na produção, explicando a maneira pela qual o excedente é apropriado pelos proprietários do meios de produção e distribuídos como receitas tripartidas de aluguéis, lucros e salários, e que trouxe à tona os inevitáveis e endêmicos conflitos de interesses de classe e daí as contradições incipientes nos processos de geração, distribuição e acumulação de excedentes. [...] No entanto, esta ‘realidade’ se esconde atrás de ‘aparências’ que assumem formas e emergem como conceitos esotéricos e categorias de análise pertencentes à esfera de troca onde ‘Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham reinam supremos; a troca aparece como entre ‘equivalentes’, regidos inteiramente pela concorrência no mercado”. Neste cenário, “[...] as relações sociais assumem formas fetichistas na ‘falsa consciência’, formando percepções subjetivistas dos agentes participantes da produção. Marx atacou a economia política vulgar por permanecer no nível dessas ‘aparências’; desde essas percepções muitas vezes refletidas dos agentes burgueses da produção, a economia vulgar tende a defender, racionalizar e, portanto, servir aos interesses da classe burguesa. Enquanto Marx assim reconhecia, na economia política vulgar, uma função ideológica explícita ou implícita, fazendo apologia da burguesia, sua crítica não se limitou apenas ao ideológico; ele traçou meticulosamente suas raízes analíticas de desenvolvimento e criticou as inconsistências lógicas e ambivalências de suas posições teóricas. Para Marx, a conquista significativa da economia política científica estava em traçar a fonte do excedente na produção e identificar o papel do trabalho como uma causa de valor e a fonte de mais-valia. Ele compreendeu o ‘interno, as interconexões’ da produção capitalista através do reconhecimento dos diferentes papéis que os ‘agentes’ – terra, capital e trabalho – desempenhavam no processo de produção e na geração de valor e os diferentes princípios pelos quais suas receitas foram governadas. Identificou a restrição imposta à relação salário-lucro. Em contraste, a economia política vulgar adotou a ‘fórmula da trindade’ em relação à forma e fontes dessas receitas. Tratado como tendo uma coordenada simétrica, a terra era vista como fonte de renda e o capital de lucros, assim como o trabalho é de salário, sendo considerado que os agentes são todos pagos de acordo com a produtividade. Assim, tanto a terra quanto o capital são uma fonte de valor e de excedente como o trabalho. Assim, ‘temos uma mistificação completa do modo capitalista da produção, a conversão das relações sociais em relações entre as coisas’; para Marx, o direito ao excedente na forma de rendas e lucros, originários das relações de propriedade, é aqui confundido com a criação de excedente pelos próprios meios materiais. Além disso, ao atribuir um papel simétrico e status à trindade, ao prever suas receitas conforme determinado pelo mesmo processo de competição, e independentes uns dos outros, uma visão harmoniosa foi construída pela economia vulgar. Essa visão, explicando as receitas distributivas em ‘linguagem doutrinária’ ajudou a teoria a se adequar às percepções burguesas: os salários apareciam como o retorno competitivo do trabalho e, analogamente, os lucros como recompensa pela abstinência. A ascensão em receitas distributivas de qualquer classe, refletindo sua maior produtividade e contribuição, não poderia interferir em receitas alheias que fossem determinadas iguais, mas independentes. Marx vê as raízes da economia vulgar posterior em certas ‘representações’ ou ‘elementos’ da economia política clássica” (in BHARADWAJ, K. (1990). **Economia vulgar**. In: Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (orgs) *Marxian Economics*. O Novo Palgrave. Palgrave Macmillan, Londres. Disponível em [https://doi.org/10.1007/978-1-349-20572-1\\_59](https://doi.org/10.1007/978-1-349-20572-1_59). Consultado em 08.05.2023).

903 Para a economista marxista polaco-alemã, a existência dos capitais isolados, sua autonomia, “é tão somente a forma externa, a aparência superficial da vida econômica, aparência que o economista vulgar confunde com a realidade das coisas, apresentando-a como a fonte única do conhecimento. Sob essa superfície, e por cima dos choques da concorrência, há o fato de que os capitais isolados formam um todo” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 67).

904 Idem, p. 67 e 68.

não reside no grau de importância que Marx atribui ao capital global da sociedade, uma “grandeza real e efetiva”.

De acordo com Roman Rosdolsky, a crítica metodológica de Rosa dirige-se diretamente ao *Livro I – O processo de produção do capital* em face do *Livro II – O processo de circulação do capital* e do *Livro III – O processo global da produção capitalista*. Para essa relevante economista marxista, segundo Rosdolsky, o filósofo alemão, nos três livros, ao considerar na análise “uma **sociedade puramente capitalista**”, formada **apenas por capitalistas e por operários**, faz uma “**abstração teórica**” (grifo nosso). Agindo assim, na avaliação de Luxemburgo, ainda com as palavras de Roman Rosdolsky, Marx enfrenta “o problema da ‘reprodução e circulação do capital social global’ a partir de uma premissa que **impossibilita** de antemão qualquer **solução real** ao problema” (grifo nosso).<sup>905</sup>

Em relação ao propósito do Livro I, onde são examinados os “capitais individuais” e “suas práticas de exploração na fábrica”, segundo Rosa Luxemburgo, é até de se admitir tal abstração, porém, conforme escreveu, quando Marx encara o problema da “reprodução e circulação do capital social global”, o que faz no Livro II, isto é, o “problema da acumulação do capital social como um todo”, julga parecer “inoportuno e perturbador” tal abstração.

Como a acumulação do capital social global, continua Luxemburgo,

“é um processo histórico real, dentro do qual a evolução capitalista acontece, entendo ser impossível estudá-lo sem levar em conta todas as condições dessa realidade histórica. Desde o primeiro até o último dia, a acumulação do capital, concebida como processo histórico, abre caminho imersa em formações pré-capitalistas dos mais variados tipos, debatendo-se politicamente com elas, em luta incessante, e estabelecendo com elas, ao mesmo tempo, um permanente intercâmbio econômico<sup>906</sup>. Se as coisas se passam assim, como se pode enfocar esse processo e descrever as leis de sua dinâmica interna, apegando-se a uma ficção teórica abstrata [isto é, que a sociedade analisada é puramente capitalista, formada apenas por capitalistas e trabalhadores assalariados, frisamos], que não reconhece a existência daquele meio ambiente, daquela luta, daquele intercâmbio?”.

Portanto, conclui:

“Colocada assim a questão, a fidelidade à teoria de Marx exige que nos afastemos da premissa adotada no primeiro tomo

905 Ibidem, p. 68 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

906 Nessa oportunidade, referindo ao que afirma Rosa Luxemburgo quanto ao fato de que “a acumulação do capital, concebida como processo histórico, abre caminho imersa em formações pré-capitalistas”, Roman Rosdolsky acrescenta: “não só a acumulação de capital, mas também a circulação de capital em geral”. Pois, como assenta Marx no Livro II d’*O capital*, “dentro do processo de circulação do capital industrial, no qual este atua como dinheiro ou como mercadoria, o ciclo do capital industrial cruza, seja como dinheiro, seja como mercadoria, com a circulação mercantil dos mais diversos modos sociais de produção, na medida em que estes produzem mercadorias” (Ibidem, p. 68 e 496 Nota 3). Aliás, ao longo deste Artigo Expositivo, mesmo quando estudamos o processo de produção do capital, vimos em várias passagens menções ao processo de circulação mercantil simples em intercâmbio com a circulação mercantil capitalista.



de *O capital*, adequada e frutífera ali, para colocar o problema da acumulação, concebida como processo global, a partir da base concreta do intercâmbio entre o capital e o meio histórico que o envolve. Assim agindo, a explicação do processo retorna, a meu ver, aos ensinamentos fundamentais de Marx e fica em perfeita harmonia com o resto de sua maior obra econômica”.

Explicitado o argumento de Rosa à primeira questão metodológica realçada, passamos à crítica de Roman Rosdolsky às objeções colocadas, na qual o autor ucraniano faz distinções importantes, que apresentamos inicialmente na forma de enunciados: a) “capital individual” não é igual a “capital em geral”; b) ao considerar a abstração teórica do “capital em geral” não significa que Marx ignora as vinculações sociais históricas pré-capitalistas; c) uma coisa é levar em conta as vinculações sociais históricas na análise do “capital em geral”, como Marx apresenta nos Livros I e II, o que é perfeitamente possível teoricamente, outra coisa é analisar o “capital real”, a “pluralidade de capitais”, a “concorrência entre os capitais”, superando essa abstração teórica, como faz no Livro III.

O autor de *Gênese* comunga com Luxemburgo no que se refere à distinção entre as categorias de “capital individual” e a de “capital social global”. Rosdolsky admite que “se trata de uma diferença metodológica fundamental, que separa nitidamente a teoria econômica de Marx e a teoria burguesa, especialmente a teoria [econômica, digo eu] vulgar”. Todavia, discorda da economista polaco-alemã no que diz respeito ao fato, como ela acredita, “que essa diferença oferece a chave para a compreensão da obra de Marx e sua estrutura”. Muito pelo contrário, afirma Roman, “[...] o que caracteriza metodologicamente os diversos tomos de *O capital* não é o fato de que no primeiro deles [no Livro I, digo eu] Marx se limita à análise do capital individual, passando a considerar no segundo e no terceiro tomos [nos Livros II e III, digo eu novamente] o capital em suas vinculações sociais”.<sup>907</sup> Ocorre que Rosa Luxemburgo não considera em sua crítica, e sequer menciona, o “capital em geral”, se atendo ao capital individual, talvez entendendo-os como sinônimos.

O nosso pesquisador ucraniano esclarece: “Já no primeiro tomo [...], aparece muitas vezes a oposição entre as categorias de capital em geral e de capital individual”. Inclusive, como vimos nos folhetos anteriores deste Artigo Expositivo I, em especial no Folheto nº 02, Marx deixa claro e bem evidenciado o porque de trabalhar com a categoria de “capital em geral” na investigação que corresponderá ao Livro II da sua obra definitiva, deixando para superar esse limite, “fazendo a passagem para a análise da ‘pluralidade de capitais’ e de suas inter-relações, ou seja, do capital que existe ‘na realidade’”, apenas no Livro III.<sup>908</sup> No segundo tomo Marx não menciona a expressão “capital individual”. Portanto, nos dois primeiros livros ele não ultrapassa a análise do “capital em geral”, só no terceiro é que supera tal limite, e tampouco usa o termo “capital

907 Ibidem, p. 68 e 69.

908 Ibidem, p. 69 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

individual” como sinônimo ou equivalente a “capital em geral”.<sup>909</sup>

Em Karl Marx, Rosdolsky ressalta, não há coincidência entre os conceitos de “capital individual” e de “capital em geral”. São categorias distintas. “O segundo é muito mais amplo que o primeiro. Daí resulta que, para Marx, podemos – ou melhor, devemos –, **considerar o ‘capital total da sociedade’** [ou capital social global, digo eu] **dentro dos marcos definidos pela categoria de ‘capital em geral’**” (grifo nosso).

Para elucidar melhor tal distinção transcrevemos o texto de nota de pé de página de *Gênese*, extraído do Livro I d’*O capital*:

“A ilusão gerada pela forma monetária [de que o trabalhador é um consumidor indiferente à sua condição de trabalhador assalariado, quando parece ser se o olharmos individualmente, digo eu] desaparece logo que consideramos não o capitalista individual e o trabalhador individual, mas sim a classe capitalista e a classe trabalhadora. A classe capitalista **entrega** constantemente à classe trabalhadora, sob forma monetária [salário, digo eu novamente], o correspondente a uma parte do produto criado por esta última e apropriado pela primeira. Também constantemente, o trabalhador **devolve** à classe capitalista esses pagamentos [adquirindo bens de consumo para sua subsistência da mão dos capitalistas que fabricam bens para essa classe, digo eu mais uma vez], obtendo desta a parte que lhe corresponde de seu próprio produto [do produto do seu trabalho, do trabalho necessário ou trabalho pago, digo eu]. A forma mercantil do produto e a forma monetária da mercadoria disfarçam a transação [...]. Do ponto de vista social, a classe operária é um acessório do capital também quando está fora do processo direto de trabalho, assim como o instrumento inanimado de trabalho” (grifo nosso).<sup>910</sup>

Neste ponto da sua “crítica da crítica”, Rosdolsky chega ao segundo problema metodológico apontado por Rosa Luxemburgo: “se a consideração dos processos econômicos a partir do ponto de vista do capital global pode ser compatível ou não com a visão, evidentemente abstrata, de uma sociedade formada apenas por capitalistas e operários”. Também aqui Roman diverge de Luxemburgo. Para ele, as críticas que Rosa faz às análises marxianas da “Seção III - A reprodução e circulação do capital social global” do Livro II, considerando-as uma “ficção abstrata”, acusando Marx de abstrair “todas as condições da realidade histórica”, “[...] só seriam oportunas se, através desses esquemas, Marx tivesse tentado descrever o processo de reprodução do capital não só em sua ‘expressão abstrata’, em sua ‘forma fundamental’, mas também em seu curso histórico real”. Mas ele não faz isso.<sup>911</sup>

Ao mencionar que Marx faz uma abstração de “todas as condições

909 Sobre a ênfase dos dois primeiros livros no “capital em geral”, reveja o [Folheto nº 02](#), páginas 17-20.

910 Ibidem, p. 496 Nota 7.

911 Ibidem, p. 69. Extraímos dessa parte de *Gênese* que, para Rosa, equivocadamente, como já podemos definir pelo visto até aqui, uma análise que contemple o capital social global, como a da Seção III citada, tem “de lidar não só com os processos econômicos vistos como uma totalidade, mas também com a realidade concreta e imediata do capitalismo”.

da realidade história”, diz Rosdolsky, Rosa Luxemburgo “na verdade [...] se refere a apenas uma condição: a existência de um entorno não capitalista, que explica a presença de outros atores, além da burguesia e do proletariado”.<sup>912</sup>

Roman Rosdolsky crava ser verdade “que, ‘como processo histórico’ a acumulação do capital [a busca ilimitada do capital por mais valorização, digo eu] pressupõe, ‘do primeiro ao último dia’, um ambiente pleno de formações pré-capitalistas e uma incessante interação com elas. Mas também pressupõe ‘do primeiro ao último dia’, muitas outras coisas, como por exemplo a concorrência interna e interestatal de capitais, a não coincidência de preços e valores, a existência de uma taxa média de lucro, o comércio exterior, a exploração dos países de baixa produtividade por parte de seus competidores mais afortunados etc.”. Porém, intencionalmente, segue o pensador ucraniano, “Em seu esquema abstrato da reprodução, Marx abriu mão de analisá-las, com razão, mas isso não quer dizer, que para compreender a ‘realidade’ empiricamente considerada, se possa ignorá-las, assim como não se pode ignorar o ‘entorno histórico’ do capitalismo”.<sup>913</sup>

Rosa, segundo Rosdolsky, “assinala com satisfação as ‘contradições aparentemente flagrantes’ que existiriam entre os esquemas da reprodução do segundo tomo [Livro II, digo] e ‘a concepção do processo capitalista global e seu curso, tal como exposto por Marx no terceiro tomo [Livro III, digo eu novamente] de *O capital*’”. Ocorre que, para o autor de *Gênese*, aqui, mas não só, Rosa se contradiz. Tendo afirmado “repetidamente (com razão) que, não só no primeiro e no segundo tomos de *O capital*, mas também no terceiro, Marx partiu da premissa de uma sociedade formada apenas por capitalistas e operários, premissa que, presumivelmente, excluía desde logo a possibilidade de uma explicação correta do processo de acumulação”, conforme citado anteriormente, como Marx, no Livro III, “[...] poderia ter chegado a conclusões opostas (e consideradas corretas por Rosa Luxemburgo)?”. Ou seja, como o filósofo alemão, partindo da mesma premissa, poderia ter chegado no terceiro livro, em que aborda o capital real ou concreto, a conclusões opostas (com as quais ela concorda) às assentadas no Livro II?

Um fato importante para descobrir a “fonte desses erros”, como se expressa Roman, pode estar na constatação temporal de que ela não conheceu os *Grundrisse*, o que, a nosso ver, deságua na seguinte formulação do autor ucraniano: “a completa omissão [de Rosa, digo eu] da categoria marxiana de ‘**capital em geral**’ e o desconhecimento do papel desempenhado pela abstração que conduz a uma ‘sociedade puramente capitalista’ na **metodologia** marxiana” (grifo nosso).

Mas não precisamos ficar somente nos *Grundrisse*. No Livro IV – *Teorias da mais-valia*, que Luxemburgo conheceu, Marx expressa claramente que para tratar das “relações essenciais da produção capitalista, pode-se supor que todo

912 Ibidem, p. 69 e 70.

913 Ibidem, p. 70 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

o mundo das mercadorias, todos os domínios da produção material [...] estão submetidos (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista (isso ocorre quase sempre e, mais ainda, é o objetivo principal, e só nesse caso as forças produtivas do trabalho se desenvolvem plenamente). Essa premissa [a de uma sociedade puramente capitalista, evidenciamos], que expressa a situação-limite, [...] permite que consideremos todos os trabalhadores ocupados na produção de mercadorias como trabalhadores assalariados e que, em todos os domínios, os meios de produção se opõem a eles como capital [pois não mais as matérias-primas e instrumentos de trabalho, por exemplo, são de propriedade dos trabalhadores, digo eu].<sup>914</sup> Aliás, antes, no Livro III, Marx já justificava tal suposição metodológica: “Na teoria, pressupomos que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem em forma pura. Mas, na realidade, existe tão somente uma aproximação; tal aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido estiver o modo capitalista de produção e quanto menos ele esteja contaminado pelos restos de situações econômicas anteriores”.<sup>915</sup>

É certo que o filósofo alemão-prussiano não confundiu, “nem por um instante”, assegura Rosdolsky, “essa hipótese metodológica com a realidade do capitalismo”. Naqueles manuscritos, e também em *Introdução* [à crítica da economia política], além de mais tarde em *O capital*, Marx tinha como objetivo, “antes de mais nada, compreender a realidade concreta do modo de produção capitalista”. Mas, para tanto, “visualizava apenas um método científico adequado, que esboçara [nos primeiros escritos citados acima, digo eu]: **o método de ‘caminhar do abstrato ao concreto’**” (grifo nosso). Vimos nos folhetos anteriores que, para o autor d’*O capital*, a investigação das leis em que se baseia o modo de produção capitalista requer que se busque “em primeiro lugar o **devir do capital**<sup>916</sup> – ou seja, seus processos tanto de produção como de circulação e reprodução – em condições ideais, como ‘tipo geral’. Para isso, era preciso prescindir de todas as ‘formações mais concretas’ do capital, entre as quais a existência de agentes não capitalistas etc.”.<sup>917</sup>

Roman Rosdolsky reforça que a investigação abstrata empreendida “não se restringe, de modo algum, à análise do capital individual (tal como corresponderia à concepção de Rosa Luxemburgo), pois, para determinados fins investigativos, também o ‘capital total de uma sociedade’ pode e deve ser concebido como ‘capital enquanto tal’ ou como ‘capital em geral’ [portanto, em sua forma abstrata, digo eu]”. Isso tudo está nos *Grundrisse*.

914 Ibidem, p. 71 c/c p. 497 Nota 12.

915 Ibidem, p. 497 Nota 12.

916 De acordo com o Site Wikipedia, *Devir* (do latim *devenire*, tornar-se, transformar-se, devenir, vir a ser) “é um conceito filosófico que indica as mudanças pelas quais passam as coisas”. Em [Hegel](#) (1770-1831), filósofo com marcante influência sobre Karl Marx, o conceito do *devir* “constitui a síntese [dialética](#) do ser e do não ser, pois tudo o que existe é contraditório estando então sujeito a desaparecer. Tal como [Heráclito](#) [500 a.C. - 450 a.C., acrescentamos] Hegel viu a oposição e o conflito como essenciais ao devir” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Devir>. Consultado em 08.05.2023). O *devir* é um processo, um fluxo permanente, movimento ininterrupto, atuante como uma lei geral do universo, que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes.

917 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 71 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

Para encerrar este Texto 1, não obstante a crítica que Roman faz às premissas metodológicas da crítica de Luxemburgo, cabe registrar algumas indagações em termos absolutos postas por ele: “o processo de reprodução do capital social global não pressupõe uma pluralidade de capitais? Logo, esse processo não deveria ser excluído da análise do ‘capital em geral’, aparecendo apenas no contexto da análise da ‘pluralidade de capitais’, ou seja, da concorrência?”<sup>918</sup>. Por que então Marx analisa no Livro II o capital social global no âmbito do “capital em geral”? O próprio Rosdolsky explica que conceitualmente o processo de reprodução do capital não requer a presença na análise da concorrência em sentido estrito. Para ele basta “apenas a existência de intercâmbio entre os dois departamentos da produção social [como vimos no Folheto nº 10, digo eu], a indústria dos meios de produção e a dos meios de consumo”, portanto, “dois capitais particulares”. Citando Marx, complementa: “É claro que ‘com a dualidade já aparece a pluralidade em sua forma geral’, que resulta na ‘transição do *capital em geral* para os *capitais particulares*, os capitais reais” (grifo do autor).<sup>919</sup>

E assim, Roman Rosdolsky conclui sua resposta ao segundo questionamento metodológico de Rosa Luxemburgo: “Mas isso não exclui a necessidade de uma análise abstrata nos marcos do ‘capital em geral’. Eis o motivo que levou Marx a realizar uma investigação [do capital social global, digo eu] como a que aparece no segundo tomo de *O capital* [especificamente na Seção III, digo eu novamente], antes de focar a ‘ação recíproca dos diferentes capitais’, a taxa média de lucro etc.”, estas últimas abordadas no Livro III, onde “[...] a análise em profundidade – e concreta – do processo social da reprodução e das crises (assim como das teorias compreendidas nesse terreno)”, de acordo com o plano marxiano, deveriam aparecer.<sup>920</sup>

Na sequência, o nosso pensador ucraniano apresenta vários momentos do Livro IV<sup>921</sup>, “que Rosa Luxemburgo conhecia e apreciava”, ele frisa este fato, em que Marx defendeu seu ponto de vista metodológico “com clareza”.<sup>922</sup> Porém, vamos nos abster de citá-los sem qualquer prejuízo para o nosso estudo.

Dessa passagem de *Gênese* vamos a um trecho que avaliamos como mais importante. Sobre a mencionada “clareza” metodológica exposta no quarto livro d’*O capital*, Rosdolsky assinala: “Pressentindo talvez que alguém haveria de criticar o fato de que essa etapa de sua análise [a etapa da reprodução e circulação do capital global, digo eu] não reproduzia as ‘condições reais [...]’, Marx escreveu logo adiante: ‘Cabe observar que devemos descrever o processo de circulação ou o de produção antes de ter descrito o **capital acabado**<sup>923</sup> – capital e lucro –, pois devemos explicar não só como o capital produz, mas como é produzido. O movimento real parte

918 Nessa passagem de *Gênese*, Rosdolsky faz uma observação no sentido de que “É possível que o próprio Marx tenha considerado esse tipo de ressalva em algum momento”, como observou em um ponto dos *Grundrisse*, mas não entra em detalhes (Ibidem, p. 71 c/c p. 497 Nota 14).

919 Ibidem, p. 71 e 72.

920 Ibidem, p. 72 e 73.

921 Ibidem, p. 72-74.

922 Ibidem, p. 72.

923 Conforme Folheto nº 10.

do capital existente (= ‘acabado’); ou seja, o movimento real que ocorre sobre a base da produção capitalista desenvolvida começa por si mesmo, pressupõe a si mesmo. O processo de reprodução e as tendências à crise que nele se desenvolvem só podem ser descritos aqui de forma incompleta e devem ser completados no capítulo [‘livro’, intervém Rosdolsky] [que trata, digo eu] do ‘Capital e lucro’ [referindo-se ao Livro III, digo eu novamente]”.<sup>924</sup>

Por fim, Rosdolsky destaca mais uma vez, e negativamente, a interpretação de Rosa Luxemburgo sobre os esquemas de reprodução marxianos: “Vemos então que a ‘ficção teórica’ de Marx”, que ela tanto criticou, “é tão somente a análise do processo de reprodução social nos marcos do ‘capital em geral’. Isso mostra como a autora de *A acumulação do capital* interpretou **erroneamente o método** de *O capital*, e quão pouco crédito merece sua crítica aos esquemas marxianos da reprodução. (Quanta razão tinha Lenin quando apontava a incompreensão da metodologia de *O capital* como o aspecto mais débil da teoria econômica marxista na época da Segunda Internacional! [da qual Rosa Luxemburgo participou, digo eu])<sup>925</sup>”. A destacada marxista polaco-alemã considerou os processos econômicos a partir do ponto de vista do capital individual, enfatizando a diferença entre este e o capital social global. Mas, concomitantemente, confundiu “essa diferença com a distinção, não menos fundamental, entre o ‘capital geral’ e o capital ‘real’, ou os ‘capitais múltiplos’ [e antes, entre aquele e o capital individual, digo eu mais uma vez]. Em sua opinião, só o capital individual permite uma abordagem abstrata, enquanto a categoria do capital social global deve representar uma realidade imediata. Daí seu frequente apelo à ‘realidade histórica’ contra a ‘ficção teórica’ [atribuída ao autor dos *Grundrisse*, digo eu]; daí sua crítica equivocada aos esquemas da reprodução de Marx [...]”. Nessa linha, Roman Rosdolsky lamenta o fato de que pensando assim Rosa Luxemburgo não foi capaz “de seguir desenvolvendo concretamente, no sentido da teoria marxista, o núcleo válido de seu livro [*A acumulação do capital*, digo eu]: o conflito, cada vez mais acentuado, entre o desenfreado instinto de valorização do capital e a limitada capacidade de consumo da sociedade se torna uma das principais fontes da expansão econômica e política do capitalismo”.<sup>926</sup>

924 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 72 e 73.

925 Criada principalmente por iniciativa de [Friedrich Engels](#) (1820-1895), por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889, portanto seis anos depois da morte de Marx, em 1883, a Segunda Internacional ou Internacional Socialista ou Internacional Operária foi uma organização dos partidos socialistas e operários que durou até 1914/16. “Embora sem a participação do ainda poderoso movimento [anarco-sindicalista](#) e dos sindicatos, a Segunda Internacional representou a continuidade do trabalho da extinta [Primeira Internacional](#), dissolvida nos anos 1870”, da qual Karl Marx e Engels participaram, tendo sido Marx um dos seus dirigentes (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda\\_Internacional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Internacional). Consultado em 11.05.2023). Mais sobre a Segunda Internacional, veja o texto do **Capítulo X – A segunda Internacional (1889-1914)** da autoria de Marx Beer (in BEER, Marx. **História do Socialismo e das Lutas Sociais Quarta Parte: As Lutas Sociais na Época Contemporânea**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/beer/ano/historia/p4cap10.htm>. Consultado em 11.05.2023).

926 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 73 e 74.

## Texto 2: A polêmica em torno dos esquemas da reprodução [do capital] de Marx

Na percepção de Roman Rosdolsky, os conhecimentos metodológicos obtidos dos *Grundrisse* “devem lançar nova luz sobre antigas questões em litígio na economia marxista, sobretudo no que diz respeito ao controverso **problema dos esquemas da reprodução** do segundo tomo de *O capital* e do assim chamado **problema da realização**” (grifo nosso). Por isso, logo na primeira linha do Capítulo 30, que ora reproduzimos, afirma: “O objetivo deste trabalho é, antes de tudo, de **natureza metodológica**” (grifo nosso).<sup>927</sup>

Uma vez delimitada a abordagem do Capítulo 30 da *Parte VII – Ensaios críticos* do livro *Gênese e estrutura de “O capital”*, em comento, o nosso autor ucraniano examina os problemas postos a partir das interpretações de marxistas das mais variadas correntes, como a polaco-alemã Rosa Luxemburgo; os russos Nikolai Bukharin, Nicolai Danielson, Sergei Bulgakov e Vladimir Lenin; o ucraniano Tugan-Baranovski; o tcheco-austriaco Karl Kautsky; os austríacos Rudolf Hilferding, Otto Bauer e Gustav Eckstein, além do polonês Henryk Grossmann.

Como uma introdução ao capítulo, Rosdolsky trata inicialmente sobre o que chama de “**aspecto formal**” (grifo nosso), ou **aspecto numérico**, dos esquemas marxianos apresentados no Livro II d’*O capital*. Para “ilustrar as **condições necessárias à reprodução do capital social total** [ou **capital social agregado**, digo eu]” (grifo nosso), como vimos no Folheto nº 10, Karl Marx repartiu a produção social da sua economia hipotética em dois grandes departamentos ou setores: o Departamento I que produz meios de produção e o Departamento II que produz bens de consumo. Em seguida, dividiu o valor dos produtos de cada departamento em capital constante (*c*) – meios de produção usados em um processo de produção –, em capital variável (*v*) – capital gasto em salários dos trabalhadores –, e em mais-valia (ou mais-produto) criada no processo produtivo (*p*). Por fim, investigou “como devem intercambiar-se os componentes do valor do produto de ambos os departamentos para que se possa avançar para a rodada [ano, digo eu] seguinte do processo produtivo”.<sup>928</sup>

Primeiramente, como estudamos no referido folheto, no que diz respeito à reprodução do capital, o filósofo alemão tratou das condições que viabilizam a reprodução simples, isto é, “a reprodução de quantidades constantes” do capital, e depois cuidou das condições que possibilitam a sua reprodução ampliada (estendida ou expandida).

Recordando. Na reprodução simples toda a mais-valia (ou mais-produto) é consumida pelo capitalista, não havendo acumulação de capital que possibilite a sua crescente reprodução nos anos seguintes. Dessa lógica, Marx deduziu a fórmula geral do equilíbrio da reprodução simples, que retrata um crescimento da economia na mesma

927 Idem, p. 371.

928 Ibidem, p. 371 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

proporção de ano para ano:  $cII = vI + pI$ , onde  $cII$  é o capital constante usado no Departamento II e que deve ser equivalente à soma do capital variável ( $vI$ ) e da mais-valia ou mais-produto ( $pI$ ) do Departamento I.<sup>929</sup>

Por óbvio, a fórmula apresentada não pode ser aplicada às condições da reprodução ampliada do capital, onde, ao contrário da reprodução simples, “uma parte da mais-valia, em vez de ser consumida pelo capitalista, é acumulada, ou seja, incorporada ao capital (constante e variável) de ambos os departamentos”. Dizendo de outro modo: na reprodução ampliada uma parte da mais-valia é incorporada ao capital constante, com incremento do investimento em meios de produção, e ao capital variável, com contratação de mais força de trabalho, em busca de sempre mais mais-valia – que é o objetivo único do capital. Nesse caso, a fórmula geral do equilíbrio da reprodução ampliada é outra:  $cII + \beta cII = vI + \alpha I + \beta vI$ , onde  $\alpha$  é a parte da mais-valia destinada à aquisição de bens de consumo pelos capitalistas do Departamento I,  $\beta c$  a parte da mais-valia que deve ser acrescentada (portanto, acumulada) ao capital constante no período produtivo seguinte pelo Departamento II e  $\beta v$  a parte acrescentada ao capital variável do Departamento I. Esta fórmula foi desenvolvida pelo revolucionário russo bolchevique Nikolai Bukharin<sup>930</sup>, a partir dos esquemas da reprodução do Capítulo XXI do segundo livro de *O capital*.

Feita esta breve explanação, vamos diretamente ao que Roman Rosdolsky aborda na primeira parte do capítulo trinta, onde está preocupado com o aspecto formal (numérico) dos esquemas da reprodução do Livro II. Quanto à descrição

929 Ibidem, p. 372 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

930 A fórmula do equilíbrio da reprodução ampliada do capital elaborada por Bukharin, um crítico severo de Rosa Luxemburgo e de sua crítica aos esquemas de Marx, aparece em seu livro *Der Imperialismus und die Akkumulation des Kapitals*, de 1925 (Ibidem, p. 591, Nota 1). Nikolai Ivanovich Bukharin (1888–1938) “foi um revolucionário [bolchevique](#) russo, político soviético, filósofo marxista e prolífico autor sobre a teoria revolucionária”. Sua vida política começou aos dezesseis anos, quando participou de atividades estudantis na Universidade de Moscou relacionadas com a [Revolução Russa de 1905](#), precedente da [Revolução Russa de 1917](#). “Em 1911, depois de uma breve prisão, Bukharin foi exilado em Onega”, na própria Rússia, “mas logo escapou para Hanôver”, na Alemanha. “Durante o exílio, ele continuou sua educação e escreveu vários livros que o estabeleceram como um importante teórico bolchevique em seus 20 anos”. Com o advento da Revolução de Fevereiro de 1917, revolucionários exilados começaram a voltar para a Rússia, entre eles Bukharin. Em outubro de 1917, quando da Revolução Bolchevique, foi eleito para o [Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética](#) e tornou-se membro do [Politburo](#). “Na luta de poder subsequente [à revolução de outubro de 17, esclarecemos] entre [Leon Trótski](#) (1879-1940), [Grigori Zinoviev](#) (1883-1936), [Lev Kamenev](#) (1883-1936) e [Stalin](#) (1878-1953) Bukharin se aliou com Stalin”, posicionando-se como centrista do Partido e apoiando a [Nova Política Econômica](#) (NEP), formulada por [Vladimir Lenin](#) (1870-1924), contra a [Oposição de Esquerda](#), que queria uma industrialização mais rápida, a escalada da luta de classes contra os [kulaks](#) (camponeses mais ricos) e agitação para a [revolução mundial](#). “Foi Bukharin que formulou a tese de ‘[Socialismo em um só país](#)’ [tese oposta à da revolução mundial, digo eu], apresentada por Stalin em 1925 [após a morte de Lenin, digo eu novamente]”. Esta tese defendia “que o socialismo (na teoria marxista, o estágio de transição do capitalismo para o comunismo) poderia ser desenvolvido em um único país, mesmo um subdesenvolvido como a Rússia. Esta nova teoria afirmou que a revolução não precisa mais ser encorajada nos países capitalistas, uma vez que a Rússia poderia e deveria alcançar o socialismo sozinha. A tese se tornaria uma marca do [stalinismo](#)”. “De 1926 a 1929, Bukharin teve grande poder como Secretário-geral do [Comintern](#) [ou Terceira Internacional, digo eu]. Mas a decisão de Stalin de proceder com a coletivização”, se afastando da NEP defendida por Bukharin, culminou com a sua expulsão do Politburo em 1929. “Quando a [Grande Purga](#) começou em 1936, algumas das cartas de Bukharin, conversas e telefonemas grampeados, indicaram deslealdade. Preso em fevereiro de 1937, ele foi acusado de conspirar para derrubar o estado soviético. Depois de um julgamento de exibição [...], foi executado em março de 1938” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nikolai\\_Bukharin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nikolai_Bukharin). Consultado em 11.05.2023).



e análise numérica que Rosdolsky realiza, optamos por contorná-la e avançar para a descrição teórica dos problemas que encontrou neste campo.

Voltando-se para as críticas de Rosa Luxemburgo aos esquemas marxianos da reprodução ampliada do Livro II<sup>931</sup>, Roman Rosdolsky discorre sobre o que qualificou como ataque violento de Rosa aos esquemas mencionados. Fazendo referência ao esquema de transição da reprodução simples para a ampliada, o autor ucraniano replica a acusação de Luxemburgo de que Marx “só podia obter ‘de forma clara as condições de acumulação do departamento I [produtor de bens de produção, digo eu]”, pagando o preço de uma ‘construção totalmente arbitrária das proporções do departamento II [fabricante de bens de consumo, digo eu novamente]’, que acumulava e consumia ‘sem nenhuma regra visível’, ‘de forma errática’, ‘por saltos’”. Já no caso do esquema da reprodução ampliada, segundo Roman, ela “admite que [...] a acumulação avança regularmente em ambos os departamentos, de modo que não têm lugar ‘mudanças arbitrárias na distribuição da mais-valia em II [Departamento II, digo eu]’”. Não obstante, Luxemburgo faz uma outra acusação dizendo “que também neste caso ‘a acumulação no departamento II é totalmente dependente e está totalmente dominada pela acumulação em I [Departamento I, digo eu mais uma vez], [...] de modo que I inicia e participa ativamente de todo o movimento de acumulação, enquanto II sofre esse movimento passivamente’”.<sup>932</sup>

Em vista da primeira observação, o autor de *Gênese* demonstra matematicamente que no esquema de Marx da transição da reprodução simples para a ampliada, a acumulação não é “tão ‘errática’ ou avança tão ‘aos saltos’ no departamento II como parecia a Rosa Luxemburgo e como todos acreditaram até aqui”, diz ele.<sup>933</sup> Rosdolsky percebe um “erro ‘matemático’” da polaco-alemã que a levou a tal conclusão. Inclusive crê que Rosa “deve ter sido induzida a esse erro pela forma dos exemplos numéricos de Marx, que de fato”, segundo afirma, “parecem confusos”. Pelo mesmo motivo, aponta e demonstra que também Bukharin foi induzido a erro nas equações que deduziu da sua fórmula do equilíbrio geral da reprodução ampliada.<sup>934</sup> Apesar disso, Roman Rosdolsky considera a fórmula do equilíbrio geral de Bukharin como “muito útil”.<sup>935</sup>

Passando para a segunda crítica, Roman recorre à economista inglesa Joan Robinson<sup>936</sup>, encampando o que esta disse, quando “refutou de forma convincente

931 No que se refere especificamente à reprodução ampliada, ou processo de acumulação do capital, Marx trabalha com “dois diferentes estágios do desenvolvimento capitalista”, afirma Rosdolsky: o primeiro corresponde à **transição da reprodução simples para a ampliada**, retratada no esquema 1 do segundo livro d’*O capital*; o seguinte é referente “a uma etapa mais avançada do desenvolvimento capitalista”, exatamente a **reprodução ampliada do capital**, descrita no esquema 2, que “parte de uma [composição orgânica do capital](#) mais elevada” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 372 e 373).

932 Idem, p. 373.

933 Ibidem, p. 373 e 374.

934 Ibidem, p. 374.

935 Ibidem, p. 375.

936 Sobre a economista inglesa Joan Robinson (1903-1983), autora da introdução à edição inglesa do livro de Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital*, de onde Rosdolsky extraiu o trecho do parágrafo em Nota, e

a segunda objeção [...] ao demonstrar que ‘a matemática é totalmente neutra em relação a ambos os departamentos’ e que o impulso para acumular pode emanar igualmente de ambos”.<sup>937</sup>

Como o propósito deste texto é apresentar o **conteúdo** dos esquemas marxianos da reprodução do capital e também as respectivas controvérsias existentes sobre eles, como dito, não esmiuçaremos a demonstração matemática de Rosdolsky que embasam seus argumentos contrários à Rosa Luxemburgo e às ressalvas feitas à Bukharin. No fundo, o que está por trás da crítica de Luxemburgo é se os esquemas da reprodução de Marx **têm aderência à realidade ou não**. E isso nos interessa mais.

Nessa trilha, Roman Rosdolsky formula uma questão de mérito: “se, com a ajuda desses esquemas, Marx pretendia descrever (e, em caso positivo, em que medida) o que acontece na realidade capitalista concreta”.<sup>938</sup>

Ao tratar da questão da “aderência à realidade” dos esquemas marxianos da reprodução do capital, observamos que o nosso autor ucraniano faz uma espécie de divisão entre as correntes político-ideológicas dos intérpretes marxistas dos referidos esquemas e localiza a discussão na crítica desses intérpretes ao livro de Rosa Luxemburgo publicado em 1912, *A acumulação do capital*, onde, entre outros aspectos, a autora identifica a não aderência dos esquemas de Marx à realidade capitalista e o critica profundamente por isso, conforme vimos no Texto 1. Assim, Rosdolsky inicia sua análise por alguns dos que denomina de adversários **austromarxistas** de Rosa Luxemburgo: Karl Kautsky; Rudolf Hilferding, Otto Bauer e Gustav Eckstein<sup>939</sup>.

considerada uma das mais importantes economistas do século XX, veja <https://puraeconomia.blogspot.com/2005/03/joan-robinson-1903-1983.html>. Consultado em 11.05.2023.

937 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 373.

938 Idem, p. 375.

939 “Austromarxismo foi uma corrente marxista que se desenvolveu na Áustria, entre as décadas finais do [Império Austro-Húngaro](#) [1867-1918] e os primeiros anos da [Primeira República Austríaca](#) [1919-1938]”. Esta corrente “É conhecida pela sua teoria da [nacionalidade](#) e [nacionalismo](#), e pela sua tentativa de conciliá-la com o socialismo no contexto imperial”. “Embora marcado pela tentativa de conciliar o socialismo com o nacionalismo austríaco, foi um movimento heterogêneo, abrigando em suas fileiras tanto pensadores [neokantianos](#) [...], quanto [marxistas ortodoxos](#). Recebeu ainda a influência de correntes [positivistas](#) desenvolvidas na Áustria [...]”. “Em 1921, como via independente da [Segunda Internacional](#) e do [Comintern](#) [Terceira Internacional, digo eu], os austromarxistas fundaram a Associação Internacional dos Partidos Socialistas, que ficou conhecida como *2½ª Internacional ou Internacional de Viena*. Defendiam temas que mais tarde seriam tornados princípios da [social-democracia](#) europeia, como a universalização de serviços de saúde, habitação municipal e educação públicas. O austromarxismo inspirou movimentos posteriores como o [Eurocomunismo](#) e a [Nova Esquerda](#), todos em busca de um meio-termo [socialista democrático](#) entre o [comunismo](#) e a [social-democracia](#) e uma forma de finalmente unir os dois movimentos (grifo do autor) (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Austromarxismo>. Visto em 13.05.2023).

Entre seus principais teóricos, destacamos os citados no parágrafo em Nota:

a) [Karl Kautsky](#) (1854-1938): importante teórico marxista techo-austríaco, fundador, em 1883, do principal periódico do movimento socialista da época *Die Neue Zeit* (*O novo tempo*). Foi amigo de Friedrich Engels e, inclusive, editor do *Livro IV – As teorias da mais-valia* da obra marxiana *O capital*, publicado em 1905, após a morte de Engels (1895). A partir de 1916, “pelos suas posições crescentemente reformistas e antirrevolucionárias”, tendo sido um dos fundadores da ideologia social-democrata, e em virtude das críticas ao [Bolchevismo](#) da União Soviética, acabou sendo descrito como “renegado” por Vladimir Lenin no seu panfleto clássico *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl\\_Kautsky](https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Kautsky). Consultado em 13.05.2023);

b) [Rudolf Hilferding](#) (1877-1941): economista e importante [revisionista marxista](#) austríaco, sendo um destacado líder da social-democracia alemã durante a [República de Weimar](#). “Hilferding foi um dos proponentes

Na avaliação do autor de *Gênese*, os austromarxistas citados “sabiam perfeitamente que os esquemas de Marx haviam sido concebidos em um nível máximo de abstração e que, por isso, não incorporavam muitas características decisivas da realidade capitalista: classes e regiões não capitalistas, comércio exterior, taxa média de lucro, preços de produção diferentes de valores etc.”. Porém, ainda assim, continua Roman, “esses autores pretendiam ver, nos esquemas, a prova de uma **viabilidade econômica ilimitada da economia capitalista**”.<sup>940</sup>

Examinando o que defende cada um daqueles marxistas austríacos, começando pelo fundador da escola autromarxista, Karl Kautsky, Roman destaca o duro ataque desferido à “hipótese” de Rosa Luxemburgo, “de que o capitalismo deve ruir por razões econômicas [o que corresponde à ideia da ‘derrocada’ do modo de produção capitalista, digo eu]”, e que, pensando assim, Rosa assumia, segundo Kautsky, “uma posição ‘oposta à de Marx, que demonstrou o contrário no segundo tomo de *O capital*, ou seja, nos esquemas da reprodução”<sup>941</sup>.

Referindo-se a outro membro da escola autromarxista, Rudolf Hilferding, Rosdolsky o aponta como também opositor da “teoria da derrocada<sup>942</sup>” mencionada por Rosa Luxemburgo, cuja teoria, segundo crava, é sempre atribuída “erroneamente” a Karl Marx. Conforme Roman, Hilferding destacava que, seguindo esses esquemas, a produção e reprodução capitalista, simples ou ampliada, “se estende até o infinito [...] sem levar à superprodução de mercadorias”. Porém, condicionava tal resultado, acrescenta Roman, ao estabelecimento e manutenção de “proporções corretas [de capital, digo eu] entre os diversos setores produtivos”. Só assim, a produção e reprodução do capital poderia “prosseguir sem perturbações”. Como podemos observar, o referido autromarxista opõe-se também à “teoria da derrocada” mencionada por Rosa Luxemburgo. Para ele, o Livro II “demonstra como, no sistema capitalista, é possível haver produção em uma escala cada vez mais ampliada”. Sua tese era sustentada no pilar da proporcionalidade entre os setores da economia,<sup>943</sup> negando, com base nesses esquemas, que a crise de superprodução e,

---

de uma leitura ‘econômica’ de Karl Marx, identificando-se com o chamado austromarxismo. [...] Participou também do ‘Debate da Crise’ – rebatendo a teoria de Marx acerca da instabilidade e eventual colapso do capitalismo, argumentando que a concentração [acumulação, digo eu] do capital estaria caminhando para a estabilização” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf\\_Hilferding](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf_Hilferding). Consultado em 13.05.2023);

c) **Otto Bauer** (1881-1938): foi um social-democrata austríaco, considerado um dos principais pensadores da corrente socialista austromarxista. Ele foi uma inspiração tanto para o movimento da Nova Esquerda como para o Eurocomunismo, nas tentativas destes para encontrar uma ‘terceira via’ para o socialismo democrático” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Otto\\_Bauer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Otto_Bauer). Consultado em 13.05.2023).

d) **Gustav Eckstein** (1875-1916): foi também um socialista revisionista marxista austríaco, seguidor de Karl Kautsky e grande crítico do livro *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburgo (Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Gustav\\_Eckstein](https://en.wikipedia.org/wiki/Gustav_Eckstein). Consultado em 13.05.2023).

940 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 375 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

941 Roman Rosdolsky chama a atenção para o fato de que Kautsky só chegou a essa interpretação “depois da Primeira Guerra Mundial”, em sua obra *Materialistische Geschichtsauffassung* (Ibidem, p. 375).

942 Mais detalhes sobre a “teoria da derrocada” veremos adiante na análise do conteúdo da crítica de Rosa Luxemburgo.

943 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 376 e 402. Rosdolsky chama novamente a atenção para o fato de que o mais tarde discípulo de Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, em 1909, no livro *O capital financeiro*, já defendia tal posição antes daquele (Ibidem, p. 375 e 376).

por conseguinte, de realização da produção social e da mais-valia, “deva ter origem em um subconsumo das massas, inerente à produção capitalista”. Aliás, não se pode depreender dos “esquemas em si” de Marx “a possibilidade de uma superprodução geral de mercadorias. Ao contrário, pode-se mostrar que é factível qualquer aumento da produção que possa ser feito, em geral, com as forças produtivas disponíveis”.<sup>944</sup>

Roman Rosdolsky, referindo-se ao último ponto da manifestação de Hilderfing, dá razão a ele: por uma questão metodológica, “dos ‘esquemas em si’ não se depreende a possibilidade da superprodução, já que eles só investigam as condições de um transcurso normal da reprodução, sem perturbações”. Mas, exatamente por isso, complementa Roman, “é impossível deduzir desses esquemas a impossibilidade da superprodução”.

É certo, na percepção do nosso pensador ucraniano, que aquele austromarxista “não nega os fatos empíricos da superprodução e do subconsumo das massas, nem o papel que esses fatos desempenham como elementos das crises reais”. O que pretende demonstrar em última instância “é a relação de proporcionalidade entre os diversos setores produtivos”. Só isso importa para Hilferding. É daí que surge a sua “teoria das desproporções”, bem como “sua recusa de qualquer teoria da derrocada”.

Inserindo Marx nesse trecho da explanação sobre Rudolf Hilderfing, Roman recorda o **ponto central das crises** na visão de Karl Marx: “Quase tudo que Marx escreveu sobre as crises pretendia demonstrar que a **superprodução** periódica e recorrente constitui ‘o **fenômeno fundamental da crise**’ e que essa superprodução tem sua ‘**razão última**’ na ‘**pobreza e no consumo restrito das massas**’”.<sup>945</sup>

Ora, exclama Rosdolsky, “tudo isso [que Marx disse, digo eu] talvez seja válido no grosseiro mundo dos fatos, mas não no mundo ‘em si’ dos esquemas”. O eixo principal da análise de Marx transcrito acima consta nos Livros III e IV da obra maior marxiana, e não no Livro II, onde, como visto, Marx examinou abstratamente o capital e o seu movimento, o “capital em geral”, e não o capital real ou concreto, que tratou nos dois livros seguintes. É neste contexto metodológico que Karl Marx apresentou seus esquemas da reprodução social global do capital no segundo tomo. Por ser assim, a economia hipotética marxiana do Livro II simplesmente “não pode produzir valores de uso em excesso, bens em excesso, e [...] tem o poder de corrigir qualquer escassez de bens de consumo mediante uma distribuição mais proporcional da produção”.<sup>946</sup>

É precisamente na sociedade capitalista real, uma sociedade de classes “na qual”, descreve Marx, “a maioria dos produtores permanece mais ou menos restringida ao necessário [meios de subsistência realizado pelos salários, advindos do trabalho necessário, ou trabalho pago, recordamos], [...] ou seja, fica mais ou menos excluída do consumo da riqueza”, quando esta excede “o âmbito dos meios de vida necessários”,

944 Ibidem, p. 402 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

945 Ibidem, p. 402 e 403.

946 Ibidem, 403 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

é que significa “exatamente encontrar-se em situação de ‘subconsumo’”; enquanto, “[...] de outro lado, a classe dominante (diferentemente das classes dominantes de épocas passadas) subordina seu próprio consumo à ânsia de valorização [a busca ilimitada por acumulação do capital, digo eu], desempenhando, no fundo, o papel de ‘produtora de superprodução’”.

Concluimos com o que assenta o autor de *Gênese*: “Por isso, nessa sociedade [investigada por Marx, digo eu] devem produzir-se crises de superprodução periódicas, mesmo que prevaleça a mais perfeita proporcionalidade entre os setores produtivos”. Isso é tudo que nos interessa no momento sobre Rudolf Hilderfing. Nas páginas seguintes da análise do ponto de vista desse automarxista sobre os esquemas marxianos da reprodução do capital social global e seus desdobramentos, Roman Rosdolsky vai detalhar como Hilderfing demonstra isso em seu livro. Pularemos esta parte.<sup>947</sup>

Cada um a sua maneira, os também austromarxistas Otto Bauer e Gustav Eckstein caminharam na mesma direção dos seus colegas. Otto vê nos esquemas de Marx, segundo Roman, a confirmação da “ilimitada capacidade de expansão do modo de produção capitalista”. Eckstein, mais prudente, diz, que os esquemas marxianos “[...] definitivamente, só demonstram a *possibilidade* do equilíbrio” da economia capitalista (grifo do autor), “[...] demonstram”, continua ele, “como a produção capitalista teria de avançar se quisesse permanecer em equilíbrio; demonstram a magnitude da necessidade social dos diversos tipos de produtos”.<sup>948</sup>

Da visita que fez aos automarxistas, o autor de *Gênese* conclui dando razão ao que Henryk Grossman<sup>949</sup> escreveu: “Os novos defensores da harmonia idealizam o esquema do equilíbrio não porque seja um excelente instrumento metodológico para a análise, mas sim porque – confundindo o método de investigação com os fenômenos a investigar – acreditavam deduzir dos esquemas do equilíbrio uma tendência do capitalismo ao equilíbrio”. Na visão de Rosdolsky, a interpretação errônea dos austromarxistas dos esquemas da reprodução do capital de Marx se deve não só ao rechaço instintivo à “ideia de uma derrocada econômica da ordem social vigente [...]”, imersos que estavam “na *práxis* reformista”, mas também à “escassa compreensão que esses autores tinham da metodologia econômica de Marx”.<sup>950</sup> Pode-se afirmar, nas pegadas do nosso autor ucraniano, que confundem “um exemplo matemático”, como utilizado por Marx em sua economia hipotética, “com uma demonstração teórica”, confundem “a esfera do ‘abstrato’ com a do ‘concreto’”.<sup>951</sup>

Roman Rosdolsky prossegue. Sem entender que estas duas esferas dos

947 Ibidem, p. 403 e 404.

948 Ibidem, p. 376 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

949 Henryk Grossman (1881-1950) foi um economista, historiador e revolucionário marxista polonês. A principal contribuição de Grossman para a teoria político-econômica foi seu estudo da teoria marxista da crise apresentado no livro *A Lei da Acumulação e Quebra do Sistema Capitalista* (1929) (Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Henryk\\_Grossman](https://en.wikipedia.org/wiki/Henryk_Grossman)). Consultado em 14.05.2023).

950 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 377.

951 Idem, p. 376.

fenômenos investigados (esferas abstrata e concreta) são ligadas por “uma ‘ponte’ qualitativa”, por uma “intermediação dialética”<sup>952</sup>, é de se pensar que o modelo teórico marxiano “contém, simplificados, todos os elementos essenciais do objeto concreto investigado, do mesmo modo que, por exemplo, uma fotografia tomada de grande altura revela todos os elementos fundamentais de uma paisagem, mesmo que na fotografia só sejam visíveis cadeias montanhosas, grandes rios, florestas etc.”. Concebida assim a relação entre o “abstrato” e o “concreto”, “ignoramos a necessária ‘contradição entre a lei geral [abstrata, digo eu] e relações concretas mais desenvolvidas’. Caímos na ilusão de que a imagem abstrata reflete as condições concretas, sem ‘mediações’”. Na visão de Rosdolsky, foi esta “a fonte metodológica do erro dos críticos austromarxistas de Rosa Luxemburgo”. Esqueceram **“que as fórmulas abstratas do segundo tomo de *O capital* só constituem um ‘etapa da análise’, motivo pelo qual não se pode aplicá-las diretamente à realidade capitalista concreta [...]”** (grifo nosso).<sup>953</sup>

Encerrando com os austromarxistas, Roman introduz mais um aspecto essencial para o entendimento dos esquemas da reprodução de Karl Marx: a **hipótese fundamental desses esquemas**.

No Folheto nº 02 reproduzimos o que Roman Rosdolsky descobriu nos *Grundrisse* sobre o papel do **valor de uso** na economia de Marx. Para o referido autor ucraniano, esta categoria **“também influi nas relações da reprodução social** [do capital, digo eu]”<sup>954</sup> (grifo nosso). Sob esta ótica, de acordo com Roman, “Marx tem em vista a antítese [...] entre valor de uso e valor de troca [no sentido de valor ou valor econômico ou intrínseco, digo eu], que já encontramos quando analisamos o valor e o dinheiro, mas que invade todo os sistemas da economia burguesa”.<sup>955</sup>

No exame da reprodução do capital social global (capital social agregado) e do valor dos seus produtos é preciso considerar, ensina Marx, segundo Rosdolsky,

952 Sobre o termo “intermediação” ou “mediação dialética”, veja o texto **Mediação numa perspectiva dialética** (in PEIXOTO, Joana. **Artigo Tecnologias e relações pedagógicas: a questão da mediação**. Cuiabá-MT: Revista Educação Pública, v. 25, nr. 591/1, 2016, p. 403-405. Disponível em [https://node1.123dok.com/dt05pdf/123dok\\_br/original/2020/12\\_28/wrveci1609151344.pdf?X-Amz-Content-Sha256=UNSIGNED-PAYLOAD&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=7PKKQ3DUV8RG19BL%2F20230522%2F%2Fs3%2Faws4\\_request&X-Amz-Date=20230522T222422Z&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Expires=600&X-Amz-Signature=0a66dff2c4bf1f045789b0878d33e7043729bae67591e46b3a6a4b29ee3dffa3](https://node1.123dok.com/dt05pdf/123dok_br/original/2020/12_28/wrveci1609151344.pdf?X-Amz-Content-Sha256=UNSIGNED-PAYLOAD&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=7PKKQ3DUV8RG19BL%2F20230522%2F%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20230522T222422Z&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Expires=600&X-Amz-Signature=0a66dff2c4bf1f045789b0878d33e7043729bae67591e46b3a6a4b29ee3dffa3). Consultado em 14.05.2023.

953 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 377 e 378.

954 No Capítulo 3 (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”) do [Folheto nº 02](#) reproduzimos a análise contida em *Gênese e estrutura de “O capital”* sobre o papel do valor de uso na economia de Marx e como esta categoria influi nas relações da reprodução social.

955 Idem, p. 378 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). **“Valor” ou valor econômico ou valor intrínseco da mercadoria** é o valor medido através do **tempo de trabalho socialmente necessário**, do **tempo de trabalho humano abstrato** objetivado na mercadoria, ou seja, o tempo de trabalho social padrão para produzir uma mercadoria, que possibilita a troca de bens qualitativamente distintos por meio de um equivalente geral, o dinheiro. No citado capítulo três do Folheto nº 02 tratamos da definição de mercadoria, da substância do seu valor (o tempo de trabalho socialmente necessário ou trabalho social ou, ainda, tempo de trabalho abstrato socialmente determinado), além da distinção entre valor de uso, valor (valor econômico ou valor intrínseco) e valor de troca. Sobre a mencionada antítese entre valor e dinheiro, veja o [Capítulo 5](#) (*A transição do valor ao dinheiro*) do Folheto nº 04.

“A reconversão de uma parte do valor do produto em capital [produtivo, digo eu] e a entrada de outra parte no consumo individual da classe capitalista, assim como da classe trabalhadora [...]”. Essas duas situações, continua o filósofo alemão, “configuram um movimento dentro do próprio valor do produto, movimento que expressa o resultado do capital global; tal movimento é não só reposição de valor [no sentido de que parte da mais-valia é aplicada no novo processo produtivo e no mercado de consumo, digo eu], mas também de matéria [reposição de meios de produção e de meios de vida (bens de consumo), digo eu]; daí que esteja condicionado tanto pelas proporções relativas dos componentes de valor do produto social quanto por seu valor de uso, sua figura material”.

Quando Karl Marx analisou o processo de produção e circulação do capital individual, parecia ser, de acordo com Roman, “que à produção capitalista interessava apenas a formação do valor [cuja substância é o trabalho abstrato socialmente necessário, digo eu] e da mais-valia. Porém, ao considerar a reprodução do capital social, vemos que essa formação do valor e da mais-valia encontra um obstáculo que não havíamos levando em conta: o obstáculo do ‘valor de uso em escala social’” (grifo nosso).<sup>956</sup>

Para que o capital total seja reproduzido, o capitalista “deve dispor não só de um fundo de valores, mas também dispor desses valores em uma forma de uso determinada – na forma de máquinas, matérias-primas e meios de subsistência – e nas proporções exigidas pelas técnicas de produção”. Porém, isso não significa “que, em última instância, o sistema econômico capitalista tenha como finalidade satisfazer as necessidades sociais de produção e de consumo”. Longe disso. “O traço mais evidente desse sistema é – e segue sendo – sua busca insaciável de lucros crescentes. Por isso, só se produzem ‘bens’, ou valores de uso, que também sejam, ao mesmo tempo, valores; e as necessidades humanas só são satisfeitas na medida em que isso incremente a mais-valia”.<sup>957</sup>

Por certo os trabalhadores (“os criadores de toda a riqueza social”, crava Rosdolsky) possuem grandes e sempre crescentes necessidades materiais, mas, como vimos alhures, só podem satisfazê-las se vender sua força de trabalho, ou, antes, como bem lembra o autor de *Gênese*, “se sua força de trabalho for uma mercadoria vendável no mercado”; todavia, “ela só é vendável se for capaz de criar mais-valia”. Também é certo que, no caso dos “fatores objetivos” da produção, os meios de produção, ocorre movimento semelhante: “máquinas e instrumentos de produção, mesmo os mais aperfeiçoados, só são empregados se podem aumentar a taxa de lucro”. Por fim, “também ‘o capitalista total’ está restringido em suas comodidades e fruições pela necessidade da acumulação permanente de capital [se acumula ou se consome o capital excedente (mais-valia) e em que proporção, digo eu]”.

Assim sendo, conforme pontua Roman, “do ponto de vista do processo da reprodução social, a categoria valor aparece condicionada pela categoria valor de uso,

956 Idem, p. 378 e 379.

957 Ibidem, p. 379 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).



mas, na economia capitalista, esta última se encontra totalmente submetida ao valor e à formação do valor. Quando falamos da reprodução do capital social global, tal como Marx a investiga, não devemos perder de vista essa convivência de finalidades contraditórias, essa constante inter-relação das categorias valor e valor de uso, que, não obstante, devem ser reconciliadas”.

Os esquemas marxianos, segundo o nosso pensador ucraniano, por serem “um modelo muito abstrato e muito simples”, apresentam “a solução dessa antinomia”. É o que eles demonstram “ao dividir toda a produção social em dois grandes departamentos [...] e fazer com que ambos trabalhem um para o outro. Para poder repetir o processo produtivo, cada departamento deve conseguir repor o valor de seus elementos de produção; mas só pode fazê-lo se toma uma parte desses elementos do outro departamento, em uma forma material apropriada. Por outro lado, cada departamento só pode lograr a posse dos valores de uso de que necessita se os obtém do outro, mediante intercâmbio de equivalentes de valor. Esta dependência recíproca de ‘substituição do valor’ e ‘substituição de material’ se expressa claramente nos esquemas da reprodução; mas os esquemas só podem exibir essa dependência se separarem estritamente os departamentos e limitarem suas relações mútuas, exclusivamente, ao intercâmbio de valores equivalentes”.<sup>958</sup>

Diante da “suposta ‘rigidez’ das premissas fundamentais”, do sentido e das condições restritas desses esquemas, não próximos da realidade concreta, Roman Rosdolsky lança uma pergunta plausível: “por que usar um modelo teórico para explicar a possibilidade de solucionar o conflito entre valor de uso e valor, tal como se manifesta no processo de reprodução social, se na prática capitalista essa solução se impõe cotidianamente, mediante o ajuste dos preços das mercadorias à demanda social, mediante a falência de empresas individuais etc.?”. Ele mesmo responde, citando Marx: “De fato, as coisas se passam assim. Mas a prática capitalista mostra o fenômeno das **crises econômicas**, que expressam a impossibilidade – periodicamente recorrente – de resolver o conflito; nelas ‘irrompem as contradições e antinomias da produção burguesa’” (grifo nosso).<sup>959</sup>

É desse ponto de vista que há, conclui Rosdolsky, “interesse teórico em saber em que medida pode-se superar, em princípio, a antinomia de valor de uso e valor de troca [no sentido de valor ou valor econômico ou valor intrínseco, digo eu] na ordem econômica capitalista”. Os esquemas da reprodução do Livro II que foram “construídos para responder a essa questão, podem prestar excelentes serviços”.

Portanto, como assenta Roman Rosdolsky, a hipótese fundamental dos esquemas marxianos da reprodução consiste no seguinte: **“para que se mantenham as condições de equilíbrio da reprodução do capital social global, as relações de troca entre os dois grandes departamentos da produção social devem ser coerentes,**

958 Ibidem, p. 379 e 380.

959 Ibidem, p. 380 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).



**tanto do ponto de vista do valor como do valor de uso” (grifo nosso).**

Avançando, o Capítulo 30 faz agora um cotejo entre os **esquemas da reprodução e o problema da realização da mais-valia** [da transformação da mais-valia obtida no processo de produção em dinheiro, digo eu],<sup>960</sup> incluindo a solução marxiana para o problema da realização da mais-valia e as colocadas pelos economistas já mencionados em Nota anterior, Stuart Mill, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, bem assim por Jean Sismondi<sup>961</sup>.

960 Rosdolsky inicia esse assunto fazendo menção ao *Tableau Économique* do **fisiocrata** francês **François Quesnay** [1694-1774], revelando que Marx, com os esquemas da reprodução do capital, também tinha o objetivo, que o nosso autor ucraniano adjetiva como “objetivo principal”, de “esboçar um novo *Tableau Économique* que reunisse ‘os incontáveis atos individuais de circulação’ que ocorrem na superfície da sociedade burguesa ‘em seu movimento social característico’, descrevendo a ‘circulação que envolve grandes classes econômicas da sociedade, funcionalmente determinadas’”. Apesar de que vários aspectos do trabalho de Quesnay diferenciassem do de Marx, desde a não complexidade da tarefa de Quesnay, tratando “apenas da reprodução simples”, até a ainda coincidência em seu tempo entre valor e valor de uso, não existindo a questão da “antinomia fundamental entre valor de uso e valor de troca”, ainda assim o filósofo alemão tinha esse intento na mente. Disse Karl Marx em relação ao *Tableau* de Quesnay, que, segundo Roman, “vale para os esquemas da reprodução do segundo tomo [Livro II d’*O capital*, digo eu]: “eles também pretendem ‘representar todo o processo de produção do capital como processo de reprodução’ (aparecendo a circulação como uma mera forma deste último processo), incluindo ao mesmo tempo, neste ciclo, não só ‘a origem da renda e o intercâmbio entre capital e renda’, mas também ‘a relação entre o consumo reprodutivo e o consumo final’, bem como ‘a circulação entre consumidores e produtores’” (Ibidem, p. 380 e 381).

“O *Tableau économique* (em português, ‘Quadro econômico’) é um modelo econômico descrito por François Quesnay, em 1759, que estabeleceu as bases da teoria econômica dos fisiocratas. Quesnay acreditava que o comércio e a indústria não eram fontes de riqueza, e em vez disso em seu livro *Tableau économique* argumentou que os *excedentes agrícolas*, fluindo através da economia sob a forma de aluguel, salários e compras, formam o *real motor econômico*. Em primeiro lugar, disse Quesnay, o regulamento impede o fluxo de renda em todas as classes sociais e, portanto, o desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, os impostos sobre as classes produtivas, tais como agricultores, devem ser reduzidos em favor de aumentos para as classes improdutivas, tais como proprietários de terras, que com sua forma de vida luxuosa, distorciam o fluxo de renda. Além disso, o *Tableau* pode ser compreendido como a síntese visual das ideias econômicas desenvolvidas pelo sistema filosófico fisiocrático, pois ele trata da representação geométrica das regras que regem a *ordem natural*” (grifo do autor). “O *tableau économique* é creditado como a ‘primeira formulação precisa’ de sistemas interdependentes na economia e da origem da teoria do multiplicador na economia” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tableau\\_%C3%A9conomique](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tableau_%C3%A9conomique). Consultado em 15.05.2023).

961 Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842), “foi um historiador, ensaísta político e economista suíço”, de origem burguesa, que, influenciado por **Adam Smith**, abraça o liberalismo econômico até 1819, quando publica *Novos princípios de Economia Política*, aludindo, pela primeira vez, “à necessidade de redistribuição das riquezas”. Segundo ele, “longe de assegurar o bem-estar de todos, o liberalismo econômico aumenta a miséria dos trabalhadores porque: a concorrência exerce uma pressão no sentido da redução dos custos de produção e portanto sobre os salários; e o ritmo elevado do progresso técnico faz com que os antigos resistam na base da redução de preço e, portanto, dos salários”. “Há, portanto, uma contradição: a mecanização leva ao desemprego e permite uma produção em massa que os trabalhadores não podem comprar, do que resulta em excesso de produção”. As suas opiniões foram criticadas por autores liberais. Na segunda edição de *Novos princípios*, ele reitera sua crítica do liberalismo econômico, “particularmente no que diz respeito às crises de superprodução que afetaram gravemente a Inglaterra”. Perante esta situação, “Sismondi apresenta um programa de intervenção do Estado tendo por objetivo a proteção da classe trabalhadora, a luta contra os excessos da concorrência e a regulação do progresso para evitar o desemprego: garantia profissional, de modo que o patrão é responsável pelo trabalhador doente ou desempregado; fim da dissociação trabalho/propriedade, pelo retorno ao artesanato e à pequena exploração agrícola”. “As suas posições foram parcialmente criticadas por Karl Marx, que o considerou como o líder do ‘socialismo pequeno-burguês’ e por Lenin que o designou de ‘socialista romântico’”. “Ainda que dizendo-se discípulo de Adam Smith, criticou a **Lei de Say** (em vez de negar a possibilidade de superprodução, ele explicou-a por três fatores: o subconsumo, a concorrência e a incerteza da previsão pelos mercados) e apelou à intervenção do Estado. Não é portanto considerado um ‘clássico’, sendo normalmente referido como **socialista utópico**, precursor de **Schumpeter** [1883-1950] pelos seus trabalhos sobre o progresso técnico e, de acordo com outros autores, por ser social democrata”. “Sismondi é o primeiro a dizer que *tudo o valor vem do trabalho*, porque é o único a adicionar valor a um produto. Ele critica a teoria de Adam Smith que atribui o valor de uma

Os esquemas marxianos da reprodução do capital “devem demonstrar não só como se repõem as partes componentes do valor anual do produto social ( $c + v + p$ ), mas também como uma parte da mais-valia produzida pode ser dirigida à ampliação da produção capitalista, o que naturalmente pressupõe o intercâmbio regular desses componentes do valor e sua realização [venda, digo eu] no mercado. Nesse sentido, **os esquemas da reprodução do segundo tomo podem ser considerados como uma solução (provisória) do assim chamado problema da realização**” (grifo nosso). Nesta altura do nosso estudo dos problemas da superprodução e da realização, dos problemas das crises e também da reprodução do capital, tal conclusão parece óbvia. Mas o que o autor ucraniano pretende aqui é registrar “três soluções para o problema da realização” apresentadas pela história da economia política.<sup>962</sup>

A primeira remonta a Mil, Ricardo e Say. Rosdolsky formula que todos eles acreditavam que a solução do problema da realização da mais-valia estava em equiparar “a produção capitalista à produção mercantil simples”, reduzindo esta última, “ingenuamente, ao mero intercâmbio de produtos”. Para aqueles economistas clássicos, “cada ato de produção [...] cria sua própria demanda”. Como, no final, “os produtos são sempre intercambiados por produtos [ $M_1-D_1-M_2$ , processo vender para comprar do ciclo da produção mercantil simples, onde  $M_1$ =mercadoria vendida,  $D$ =dinheiro e  $M_2$ =outra mercadoria (mercadoria comprada), recordamos], existe um ‘equilíbrio metafísico’ entre compradores e vendedores. Por isso, todas as mercadorias podem ser vendidas no mercado, sempre que sejam produzidas em quantidades corretas, em proporções corretas”. Para eles, a rigor, o problema da realização “não existia”. A questão se reduzia “ao problema da proporcionalidade entre os diversos setores da produção social”.

Chamando o economista suíço Jean Sismondi para o debate, “um crítico contemporâneo da escola clássica”, considerado “o primeiro economista burguês a tomar consciência do caráter especificamente histórico do modo de produção capitalista”, Roman Rosdolsky realça a diferente posição que defendia: “Sismondi percebia que as mercadorias que apareciam no mercado não eram ‘produtos’ puros e simples, mas sim produtos do capital”. O economista suíço já enxergava que o proprietário do capital, quando da produção, “obtem um incremento de valor (*mieux valeur*) não ‘porque o produto de sua empresa contém mais que os custos de produção completos, mas sim

---

mercadoria à quantidade de trabalho que ela pode exigir e faz da divisão do trabalho e da extensão dos mercados a fonte da produtividade. Para Sismondi, *o capital é trabalho acumulado*. O trabalho apenas acrescenta valor quando se acumula em capital, ou seja, se houver um valor líquido (um excedente, um lucro) uma vez que estejam pagas todas as despesas, em particular os salários. Uma produção que é consumida inteiramente em salários não acrescenta nenhum valor, não é produtiva, não faz mais do que reconstituir e perpetuar um ciclo sem sair dele. Acrescentar valor é acrescentar capital fixo, máquinas, armazéns, às forças cegas da natureza que redirecionadas pela inteligência e habilidade, etc. são portanto a riqueza futura. Este capital apenas produz se for fecundado pelo trabalho, que o põe em movimento. Sismondi acrescenta que o excedente, o lucro, é capturado pelos ricos, que são os donos do capital e, por esse facto, podem decidir sozinhos a partilha do valor acrescentado, e da riqueza. Eles também decidem o que é produzido. Neste caso, no século XIX, produzem bens de luxo que não têm quaisquer utilidades para os trabalhadores, que, colocados em competição pelo capital, veem os seus salários cair e se afundam na pobreza. Estas teses serão amplamente retomadas por Marx” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean\\_de\\_Sismondi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_de_Sismondi). Consultado em 15.05.2023).

962 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 381 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

porque não paga esses custos de produção completos, pois não dá ao trabalhador um salário suficiente em troca de seu trabalho”. Reconhecendo que o “acréscimo de valor, ou ‘mais-produto’, constitui a fonte da acumulação do capital”, conforme Roman, aquele economista via aí uma “dificuldade insuperável”: “como o mais-produto pode ser vendido, se os trabalhadores que o produziram só podem recomprar uma parte do produto, correspondente ao salário recebido, e se, por outro lado, os capitalistas não consomem todo o mais-produto, já que uma parte dele deve ser capitalizada?”. “Em última instância, pensava”, prossegue Rosdolsky, “a realização do mais-produto seria impossível, a menos que ele fosse vendido no exterior”.<sup>963</sup>

Segundo o autor de *Gênese*, “Marx não negava que a realização da mais-valia constitui um dos problemas mais espinhosos da economia burguesa”. Entretanto, discordava “categoricamente” do economista suíço quanto à possibilidade da realização. Pregava que “de fato a produção capitalista cria seu próprio mercado; nesse sentido, ‘resolve’ a dificuldade da realização da mais-valia. Mas não a resolve completamente, não consegue aboli-la. Apenas ‘cria forma’ dentro da qual ela pode mover-se, remetendo a dificuldade da realização ‘a uma esfera mais ampla’, ao abrir espaços de manobra mais dilatados”.

Marx via que a produção capitalista constantemente tende a suplantiar os seus próprios limites (“os da queda da taxa de lucro e da desvalorização do capital”, conforme cita Rosdolsky), porém “só consegue isso”, afirma o filósofo alemão, “mediante caminhos que recolocam os mesmos limites, em escala ainda mais formidável”.<sup>964</sup>

Uma solução dialética para o problema da realização, segundo Roman Rosdolsky, inspirado em Marx, “exige o progresso do modo de produção capitalista, a constante extensão de seus mercados interno e externo”. Nessa linha, continua o ucraniano, “a reprodução ampliada do capital nem é ‘impossível’ (como imaginava Sismondi) nem pode prosseguir até o infinito (como acreditavam os clássicos), pois o modo de produção capitalista deve reproduzir suas contradições internas em uma escala cada vez mais elevada, até que a ‘espiral’ do desenvolvimento capitalista (imagem tomada de Sismondi) chegue ao fim”.<sup>965</sup>

Até o momento, na parte introdutória do capítulo trinta, reproduzimos os debates em torno dos esquemas da reprodução marxianos, e também do problema da realização da mais-valia, protagonizados por Rosa Luxemburgo, pelos economistas austromarxistas, pelos clássicos e pelo suíço Jean Sismondi. A partir de agora, Rosdolsky expõe, na segunda parte do capítulo, como este debate se deu entre os russos, precisamente entre os “**Narodniki**”<sup>966</sup>

963 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 382 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

964 Ibidem, p. 592 Nota 29.

965 Ibidem, p. 382.

966 “Narodniks” ou “populistas russos” foi o nome dado aos “membros das elites urbanas cultas da Rússia, aderentes ao [socialismo agrário](#), que, durante as décadas de 1860 e 1870, idealizaram um regresso à vida no campo,

e os “**Marxistas legais**”<sup>967</sup> (grifo nosso).

Diferentemente da Europa Ocidental e Central, onde “nenhum motivo social, ligado aos processos em curso, impelia os teóricos da Segunda Internacional a discutir os temas tratados na seção III [A reprodução e a circulação do capital social total, completamos] do segundo tomo de *O capital*”, a situação da Rússia era bem outra. Ali, quando da publicação do Livro II na Alemanha, em 1885, já havia no seio da “intelectualidade progressista” um agitado “debate em torno da **possibilidade** e da **necessidade** do **desenvolvimento do capitalismo** na Rússia” (grifo nosso). Apropriando-se das análises de Marx do segundo livro, de um lado do debate estavam os *narodnikis*, “que questionavam essa possibilidade”, e também sua necessidade, de outro estavam os *marxistas legais*, “que a afirmavam”.<sup>968</sup> O tradutor da obra maior marxiana para o russo, Nicolai Danielson<sup>969</sup>, o mais importante teórico narodniki,

inspirados no romantismo, em [Rousseau](#) e [Alexandre Herzen](#). O [populismo](#) surgiu na Rússia por volta de 1870, e seus prosélitos eram intelectuais militantes que pretendiam basear o poder e o controle coletivos de comunidades rurais na [democracia direta](#), distante da burocracia e do autoritarismo [tsarista](#). Os populistas russos foram inspiradores do [Comunismo](#), embora tenham sido posteriormente criticados pelos comunistas. O seu movimento ficou conhecido como o *Narodnichestvo* (ou *Narodismo*). O termo deriva da expressão russa ‘Khojdenie v narod’, ‘Ir para o povo’. Este movimento terminou num rotundo fracasso. Em breve eles foram confrontados com uma realidade rural que era bem diferente da idealizada. Os intelectuais idealizadores deste movimento concluíram que os camponeses russos não eram os seus aliados numa revolta vindoura. Terminado este capítulo romântico no campo, alguns destes intelectuais russos enveredaram por uma nova estratégia: o [terror](#), com a criação do movimento [Terra e Liberdade](#) (*Sêmlia i Vólja*) em 1876. Em vez dos camponeses no campo, estes revolucionários procuraram o apoio dos camponeses nas cidades (a urbanização na Rússia avançava a passos largos após a libertação dos [servos](#) em 1861). O [proletariado](#), mesmo sendo uma minoria na Rússia, mostrou-se mais favorável a estes ideais” (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Narodnik>. Consultado em 15.03.2023). “Os narodniks geralmente acreditavam que era possível abandonar a fase capitalista do desenvolvimento da Rússia e avançar diretamente para o socialismo. [...] A filosofia e as ações dos Narodniks, portanto, ajudaram a preparar o caminho para as [revoluções russas de 1905 e 1917](#). (Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Narodniks>. Consultado em 15.05.2023).

967 “Marxistas legais”, ou “[Marxistas jurídicos](#)”, foi uma “Corrente político-social surgida nos anos 90 do século passado [século XIX], no seio da intelectualidade liberal burguesa da Rússia. [Struve](#) (1870-1949), [Bulgákov](#) (1871-1949), [Túgan-Baranóvski](#) (1865-1919) e outros, apresentando-se como partidários do marxismo, escolheram da doutrina de Marx unicamente a sua teoria sobre a inevitabilidade da substituição da formação socioeconômica feudal pela capitalista. Desta maneira rejeitaram completamente a «alma» do marxismo, isto é, a doutrina sobre a queda inevitável do capitalismo, sobre a revolução socialista e sobre a transição para o socialismo. Os «marxistas-legais» criticavam na imprensa legal os populistas [os narodnikis, digo eu], que negavam a inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Posteriormente, os «marxistas legais» converteram-se em inimigos do marxismo, tornando-se membros do partido burguês dos democratas-constitucionalistas.

Os «marxistas legais» também eram chamados de ‘Críticos russos’” (Disponível em [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo\\_legal.htm#:~:text=Os%20C2%ABmarx%20C3%ADstas-legais%20BB%20criticavam%20na%20imprensa%20legal%20os%20populistas%20C2%20tornando-se%20membros%20do%20partido%20burgu%C3%AAs%20dos%20democratas-constitucionalistas](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_legal.htm#:~:text=Os%20C2%ABmarx%20C3%ADstas-legais%20BB%20criticavam%20na%20imprensa%20legal%20os%20populistas%20C2%20tornando-se%20membros%20do%20partido%20burgu%C3%AAs%20dos%20democratas-constitucionalistas). Consultado em 15.05.2023). Concomitantemente, foram reconhecidos como oponentes dos marxistas revolucionários russos e da doutrina [marxista-leninista](#) (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail\\_Tugan-Baranovskii](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail_Tugan-Baranovskii). Consultado em 15.03.2023).

968 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 383.

969 Nikolai Frantsevich Danielson (1844-1918) “foi um economista, publicitário e um dos teóricos do populismo liberal russo. Ele também é famoso por suas traduções de *O Capital* de Marx, e por ser um escritor sobre o desenvolvimento econômico russo”. “Danielson acreditava que o ‘estágio capitalista’ de desenvolvimento poderia ser encurtado na Rússia, uma vez que o desenvolvimento tardio da Rússia permitiria que ela adotasse a mais recente tecnologia industrial ocidental sem ter que passar pela evolução social que a produziu pela primeira vez no Ocidente. Essa teoria remonta a A.I. Herzen e [N.G. Chernyshevsky](#). [...] Também antecipou a teoria de [Leon Trotsky](#) do [desenvolvimento desigual e combinado](#). Danielson argumentava que o capitalismo era essencialmente dispensável para um maior desenvolvimento econômico, e que a industrialização poderia continuar com base em uma economia socialista. Como os *narodniks*, ele via as comunas camponesas

na classificação do autor de *Gênese*, por volta de 1887 em diante, trocou intensa correspondência com Friedrich Engels sobre o assunto, objetivando escrever um livro que oferecesse ao leitor “uma explicação”, segundo ele, “de nossa [da Rússia, digo eu] vida econômica e de suas tendências evolutivas à luz da teoria do autor [‘ou seja, Marx’, clarifica Rosdolsky]”.<sup>970</sup>

Em 1891, em uma dessas cartas a Engels, inclusive reproduzindo citações do Livro I d’*O capital*<sup>971</sup>, Danielson escreveu: “Em minha última carta, quis apresentar-lhe uma versão russa da ‘criação do mercado interno para as classes industriais’. Quis apontar como tem lugar ‘o aniquilamento da indústria rural [na Rússia, digo eu], processo no qual a manufatura se separa da agricultura’, para demonstrar que ‘só o aniquilamento da indústria doméstica rural pode formar um mercado interno suficientemente grande e estável, como o modo capitalista requer’”. Por fim, identificando seu país como um entrante tardio no mercado mundial capitalista, alinhavou: “Quis chamar sua atenção para a peculiaridade de nossa situação: ingressamos no mercado mundial em uma época na qual o modo de produção capitalista e o progresso técnico que o acompanha já haviam obtido a supremacia”. “Como resultado, temos, de um lado, um campesinato que constantemente se empobrece [não sendo absorvido pela indústria urbana, digo eu] e, de outro, uma indústria cada vez mais concentrada e tecnicamente mais avançada, mas totalmente dependente das flutuações do mercado interno, isto é, dependente de quão extensa é a separação entre a indústria e a agricultura”.<sup>972</sup>

Ciente da continuidade da troca de correspondência entre os dois, e conhecedor delas, Rosdolsky reproduz o que chama de “ceticismo” de Nicolai Danielson sobre se o capitalismo poderia atingir pleno desenvolvimento na Rússia, fragmento que extrai de uma carta posterior enviada pelo narodniki russo (1892) a Engels, onde o missivista remetente atualiza mais uma vez o seu interlocutor sobre a gradativa dificuldade do capitalismo russo de se desenvolver: “[...] Por isso, parece que nossa criancinha, o capitalismo, que destrói os fundamentos da indústria camponesa doméstica mas que não dispõe de um mercado interno nem de mercados externos, não tem entre nós uma base firme para desenvolver-se”.<sup>973</sup>

Roman Rosdolsky é taxativo quanto ao posicionamento do russo: “Danielson estava errado”. O autor de *Gênese* complementa indicando a origem do erro: “[...] Mas, ao contrário do que ele faz, não se deve considerar estaticamente o problema. Pois, quando a acumulação avança e uma parte da mais-valia acumulada é usada para empregar força de trabalho adicional, os novos trabalhadores, gastando seus salários, ajudarão a realizar a mais-valia criada no período de produção anterior. Os novos trabalhadores empregados, por sua vez, criam um valor, em produtos, cuja magnitude deve exceder a

sobreviventes como núcleos potenciais para uma organização socialista da economia russa” (Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Nikolai\\_Danielson](https://en.wikipedia.org/wiki/Nikolai_Danielson). Consultado em 15.05.2023).

970 ROSDOLSKY, Op. cit., p. 383.

971 Idem, p. 384 c/c p. 592 Nota 34.

972 Ibidem, p. 383 e 384.

973 Ibidem, p. 384.

soma total de seus salários, e assim a contradição se reproduz em um novo nível... Esta consideração dialética do problema é fundamentalmente diferente da ideia abstrata, e por isso simplificada ('linear'), defendida pelo populista russo".<sup>974</sup>

Aliás, Engels, em resposta, divergiu de Danielson, destacando, nas palavras de Roman, "que, segundo a doutrina de Marx, era preciso buscar a solução do conflito entre a tendência ilimitada à valorização do capital e o limitado poder de consumo da sociedade capitalista, antes de mais nada (mas não exclusivamente!), na expansão da ordem social capitalista, na criação do mercado interno". Porém reconhecia que em um país como a Rússia (essencialmente agrário e que ingressara tardiamente no caminho do desenvolvimento capitalista, não dispondo de mercados externos significativos para ampliar seu mercado) esse processo seria mesmo "penoso e cheio de contradições".<sup>975</sup>

Em outro trecho desta carta resposta Engels escreveu: à medida que "a indústria russa esteja restrita ao mercado interno, a produção só poderá atender ao consumo interno. E este crescerá lentamente... Pois um dos fenômenos secundários que necessariamente acompanham a grande indústria é que, em um mesmo processo combinado, ela cria e destrói seu próprio mercado. Ela o cria pela destruição das bases da indústria camponesa doméstica. Mas o campesinato não pode viver sem indústria doméstica. Como camponeses, estão arruinados; seu poder aquisitivo se reduz a um mínimo. Até que se estabeleçam em novas condições de existência, na condição de proletários, só representarão um mercado muito pobre para as fábricas recém-criadas". O capitalismo, continua Engels, está "cheio de contradições internas", uma delas é "a tendência a destruir seu mercado interno ao mesmo tempo que o gera". Outra contradição, aponta o filósofo parceiro e amigo de Marx, seria a "situação sem saída", que, em última instância, o capitalismo deve gerar em se tratando de "um país sem mercado externo, como a Rússia [...]".

Por tudo, o "general"<sup>976</sup> conclui o debate com Danielson pontuando em uma carta seguinte que, em vista das características da Rússia da época, "a transformação causada pela revolução econômica [capitalista, digo eu] deve ser mais profunda e mais aguda que em qualquer outro lugar", realizando-se "[...] com terríveis comoções e padecimentos. Mas a história é a mais cruel de todas as deusas. Seu carro triunfal passa sobre montanhas de cadáveres, não só na guerra, mas também no desenvolvimento econômico 'pacífico'".<sup>977</sup>

Neste ponto, chamamos a atenção do leitor para a riqueza do diálogo de Engels com Danielson, a fim de conhecermos a partir de um caso prático a fundamental importância da concepção marxiana/engeliana histórico-dialética para o entendimento

974 Ibidem, p. 384 e 385.

975 Ibidem, p. 385 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

976 Apelido de Engels dado por seu círculo de amizade, visto seu grande conhecimento prático e teórico de estratégia militar, fruto do período em que prestou serviço militar na Alemanha e do interesse que passou a ter pelo tema a partir dessa experiência, estudando-o largamente.

977 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 386.



do movimento de formação e desenvolvimento do capitalismo, bem assim da necessidade de se perceber, a partir desse desenvolvimento, as condições necessárias para sua superação.

Passemos, então, ao posicionamento dos “marxistas legais”. Segundo Roman Rosdolsky, os adversários russos dos narodnikis, os “marxistas legais ou jurídicos”, apoiando-se na análise de Karl Marx da reprodução do capital social global do Livro II, descobrem a insuficiência teórica da doutrina dos populistas”. Rosa Luxemburgo, trazida aqui por Rosdolsky, detecta a descoberta, mas entende que os marxistas legais vão além do intuito “de saber se o capitalismo era capaz de se desenvolver de modo geral, e na Rússia em particular”. Ao analisarem “tão fundo” a questão e concluírem positivamente, Rosa observa que eles acabaram por demonstrar, “até mesmo teoricamente, a possibilidade de que o capitalismo dure eternamente”.<sup>978</sup>

Como destaca Roman, assim como os austromarxistas, os marxistas legais russos “confundem a análise abstrata de Marx com a realidade capitalista, extraindo conclusões injustificadas”. Referindo-se àquele que adjetiva como o “mais qualificado e mais ‘ortodoxo’ dos marxistas legais, Serguei Nikolaievich Bulgakov<sup>979</sup>”, percebe que este, embora reconheça que os esquemas marxianos “não podem representar com exatidão o curso da vida econômica”, pois “não levam em conta nem os ciclos industriais nem as crises periódicas”, compreendeu os esquemas de Marx no sentido de que “mostram, em princípio, a possibilidade da reprodução ampliada e que essa possibilidade **pode converter-se em realidade**” (grifo nosso). De maneira geral, assinala Rosdolsky, Serguei Bulgakov “mostra-se convencido de que os esquemas oferecem **a solução global e definitiva para o problema da realização** [da mais-valia, digo eu]” (grifo nosso). Embora entenda que Bulgakov ignora o fato de que tais esquemas só “oferecem uma solução muito abstrata, e por isso incompleta, para o problema da realização, Roman Rosdolsky, no geral, não lhe tem objeção.<sup>980</sup>

Porém, além da questão do alto grau de abstração dos esquemas marxianos não considerado por Bulgakov, Rosdolsky detecta que aquele “vai muito mais longe” do que deveria: visto que na abstração marxiana os dois departamentos da economia hipotética de Marx “dependem exclusivamente um do outro e nenhum deles necessita de outros compradores”, aquele marxista legal “esboça um quadro insustentável de autossuficiência absoluta da produção capitalista – não só no mundo hipotético dos esquemas, mas na realidade”. Inclusive, Bulgakov, concordando com o economista ucraniano Tugan-Baranovski<sup>981</sup>, diz que este “tem razão quando afirma que a

978 Idem, p. 386 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

979 Serguei Nikolaievich Bulgakov (1871-1944) “foi um cristão ortodoxo russo, teólogo, filósofo e economista. Até 1922, ele trabalhou na Rússia, quando foi expulso do país com outros intelectuais por ordem de Lenin durante o episódio dos [Navios dos filósofos](#)” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sergei\\_Bulgakov](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sergei_Bulgakov). Consultado em 16.05.2023).

980 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 386 e 387.

981 Mikhail Tugan-Baranovski (1865-1919) “foi um político, economista e historiador ucraniano, o mais importante economista pré-revolucionário russo e ucraniano”. Crítico da [teoria do valor-trabalho](#), “É autor de numerosas obras sobre a teoria do valor, a distribuição do rendimento social, a história de desenvolvimento gerencial, e os

produção capitalista em crescimento cria um mercado que se **expande ininterruptamente** e que o tamanho desse mercado **só depende** da existência das **forças produtivas**” (grifo nosso).<sup>982</sup>

Roman Rosdolsky alerta que, apesar de marxista ortodoxo, Bulgakov, ao interpretar os esquemas da reprodução do capital de Marx enfatizando as forças produtivas como solução do problema da realização e das crises, “não se diferencia” das concepções dos economistas clássicos Ricardo e Say, entre outros, “que salientavam a harmonia do sistema [capitalista, complementamos]”. Nosso pensador ucraniano, vê um problema grave na interpretação daquele marxista legal: “Como Bulgakov pretendeu tornar essa interpretação compatível com as numerosas manifestações de Marx sobre a **‘limitação da capacidade de consumo das massas’** como ‘causa básica de todas as crises’?” (grifo nosso). Ou, “como a limitada capacidade de consumo da sociedade [em função do baixo poder de compra, digo eu] influi na realização dos produtos em geral e na realização da mais-valia em particular?”.<sup>983</sup>

O autor de *Gênese* observa que Bulgakov “acreditava haver respondido a essa questão” quando “reconhece a importância do consumo social, que se expressa em crises econômicas periódicas e recorrentes”, mas “nega que as crises tenham algo a ver com o problema da realização”, seja da produção seja da mais-valia. Na avaliação de Serguei Bulgakov, “O consumo, a satisfação das necessidades humanas constitui um elemento secundário da circulação do capital. Pois o volume da produção é determinado pelo volume do capital e não pelo tamanho das necessidades sociais. Por isso, a ampliação da produção não precisa ser acompanhada por um crescimento do consumo [...]. [...] Evidentemente, a produção capitalista deve sua ampliação especialmente ao departamento I, que produz capital constante [meios de produção, digo eu]. Só uma parte relativamente pequena deve ser creditada ao departamento II, que produz diretamente para o consumo”. Para o referido marxista legal, fica claro o papel que cabe ao consumo na produção capitalista e onde deve ser buscado o principal mercado para as mercadorias produzidas pelo capital, que para ele é o mercado dos meios de produção. Assim, continua Bulgakov, “a produção capitalista pode ampliar-se ilimitadamente, dentro dos estreitos limites da motivação de lucro e das crises, [...] independentemente do consumo, e até mesmo quando este diminui”.

---

fundamentos das atividades gerenciais em cooperativas”. “Socialista, embora crítico dos populistas russos [os noridnikis, digo eu], afirmava que era possível o desenvolvimento do capitalismo no [Império Russo](#)”, posicionando-se ao lado de um grupo de intelectuais marxistas “que Lenin e outros chamavam ironicamente de ‘marxistas legais’”. “Tugan-Baranovski também criticava a teoria marxista da [mais-valia](#)”. Em sua obra, “*As crises industriais na Inglaterra*, expôs sua teoria das crises (mais conhecida como *teoria da desproporção*), segundo a qual as crises seriam provocadas pela desproporção entre investimento, poupança e consumo” (grifo do autor). “É creditada a Tugan-Baranovski a apresentação da hipótese de [ciclos longos](#) de desenvolvimento capitalista”. Tugan é reconhecido como um importante oponente dos marxistas revolucionários russos e da doutrina [marxista-leninista](#). [...] Tugan-Baranovski tentou reformar o marxismo ortodoxo russo, acrescentando uma grande dose de ética neo-kantiana, juntamente com elementos da Economia Política Clássica britânica e um traço da Escola Histórica Alemã” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail\\_Tugan-Baranovski](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail_Tugan-Baranovski). Consultado em 16.05.2023).

982 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 387.

983 Idem, p. 388 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).



Serguei, assim como os clássicos, vê os limites da motivação de lucro e das crises nas forças produtivas. Para ele, segundo Rosdolsky, as crises, por exemplo, “resultariam apenas do desenvolvimento desequilibrado dos diversos setores produtivos e devem ser consideradas como crises de desproporção. Pois ‘a condição única e fundamental para a possibilidade da reprodução ampliada consiste na proporcionalidade dos diversos setores produtivos. Se esta condição é respeitada, as dimensões da produção ficam determinadas apenas pela magnitude da acumulação do capital, pela necessidade de seu crescimento’”. É dessa forma, segundo Roman, que Bulgakov entende como deveria ser interpretada a posição de Marx sobre as crises.

Em sua obra, conforme ainda Rosdolsky, Bulgakov também nega com ênfase “a ideia de que o modo de produção capitalista requer necessariamente mercados externos”. Neste aspecto, é possível, que o russo tenha apelado, como insinua o nosso autor ucraniano, “para a conhecida passagem do segundo tomo de *O capital*, na qual Marx diz que seria irrelevante incorporar o comércio exterior à análise do processo de reprodução do capital”. No entanto, é preciso ter sempre em mente que ali, continua Rosdolsky citando o filósofo alemão, “Marx só considera a reprodução do capital social em sua ‘forma fundamental’, ou seja, em um nível totalmente abstrato”, viés no qual, de fato, “a incorporação do comércio exterior ‘só pode confundir o problema e a solução, sem contribuir com nenhum fato novo’”.<sup>984</sup>

Não obstante, conforme um trecho do capítulo trinta de *Gênese*, Bulgakov até admite o “papel de válvula de segurança” que o comércio exterior pode desempenhar quando de um evento de superprodução, diz ele: “uma superprodução parcial de uma ou algumas mercadorias pode ser superada pela exportação do excedente e sua colocação em mercados estrangeiros”. O comércio exterior, com essa função, de acordo com Bulgakov, “pode proteger um país de uma crise parcial ou geral de superprodução”.<sup>985</sup>

Por assim ser, “para um país capitalista”, afirma Serguei Bulgakov, “a necessidade do mercado externo tem causas que não decorrem da organização da produção capitalista, mas são externas a essa organização”, sendo de índole “histórica” ou “geográfica”. Como exemplo, com base em Bulgakov, Roman cita a Inglaterra, que “deve compensar com importações certas deficiências atribuídas ao clima e às características do solo”, o que não seria o caso “de países grandes, semelhantes a continentes, como os Estados Unidos ou a Rússia, que podem produzir todas, ou quase todas, as matérias-primas e os artigos de subsistência”. Portanto, com essa configuração de pensamento, ao contrário dos narodniki, Bulgakov encontrou argumentos para sua previsão de “um futuro

984 Ibidem, p. 388 e 389.

985 Ibidem, p. 389. Após a negação de qualquer vínculo teórico entre o problema da realização e o problema do comércio exterior, Rosdolsky menciona, ancorado em Rosa Luxemburgo, que Bulgakov “precisou construir uma teoria especial do comércio exterior que [...] ‘não foi inspirada em Marx, mas nos mestres alemães da economia política burguesa’”. Nela, diz Rosa, “não há lugar, de fato, para o comércio exterior. Se, logo no começo de sua evolução, o capitalismo cria em cada país um ‘círculo fechado’, dentro do qual gira como um gato que quer apanhar o próprio rabo, se ele ‘se basta a si mesmo’, se cria para si um mercado sem limitações e que tende a ampliar-se – então, qualquer país capitalista é também, economicamente, uma totalidade fechada que ‘se basta a si mesma’” (Ibidem, p. 390).

grandioso e brilhante”, palavras dele, para o iniciante capitalismo russo, “anunciando”, como assinala Rosdolsky, “a esperança de que a Rússia logo estaria em condições de derrotar seus competidores no mercado mundial...”.<sup>986</sup>

Lastreado por Rosa Luxemburgo, Roman Rosdolsky traz agora para a discussão outro adversário russo dos populistas narodnikis, Tugan-Baranovski, mais um marxista legal, cujas conclusões vão na mesma direção de Bulgakov: ambos examinam o problema da acumulação do capital, da realização e das crises capitalistas partindo da análise marxista da reprodução social do capital. Os dois “proclamam a autossuficiência da produção capitalista e sua suposta independência em relação ao consumo social”, ao contrário de Marx. Bulgakov e Tugan “negam que o impulso na direção dos mercados externos surja das leis inerentes ao capitalismo”. Localizam “a origem das crises econômicas, única e exclusivamente, na desproporcionalidade entre os diversos setores da economia”. Como afirma Rosdolsky, “Em todos esses aspectos, ambos são precursores da corrente posterior de economistas marxistas que aceitam a ideia de uma harmonia intrínseca do capitalismo”.<sup>987</sup>

Em seu livro de 1901, Tugan-Baranovski afirma, citando expressamente os esquemas de Marx do Livro II, conforme sua leitura, “que a produção capitalista cria mercado para si mesma”. Assim, continua: “Se é possível ampliar a produção social, se as forças produtivas são suficientes para isso, então, havendo distribuição proporcional da produção social, também a demanda deve experimentar uma ampliação correspondente; sob essas condições, cada mercadoria nova produzida representa um novo poder aquisitivo que aparece para comprar outras mercadorias”. Sendo a ampliação da produção “praticamente ilimitada, devemos supor que a ampliação do mercado também é ilimitada”. Realizando-se a produção social nas “proporções corretas”, só há de ter uma “única barreira para a ampliação do mercado”: as “**forças produtivas** de que a sociedade dispõe”. Na avaliação de Rosa Luxemburgo, reproduzida por Roman Rosdolsky, Tugan “considera ter demonstrado que a acumulação capitalista – dadas as condições de ‘proporcionalidade’ [...] – pode prosseguir sem reservas até o infinito”.<sup>988</sup>

Neste ponto, replicamos a conclusão de Tugan da interpretação que faz dos esquemas de Marx: “na economia capitalista, a demanda de mercadorias independe, em certo sentido, do volume total do consumo social [de meios de vida ou de bens de consumo, digo eu]: é possível que diminua o volume total desse consumo e, ao mesmo tempo, cresça a demanda social total de mercadorias [que corresponde ao somatório da demanda por meios de produção e por bens de consumo, digo eu], por mais absurdo que isso possa parecer do ponto de visto do senso comum. A acumulação de capital social leva a uma contração da demanda social de bens de consumo e, ao mesmo tempo,

986 Ibidem, p. 390.

987 Ibidem, p. 390 e 391.

988 Ibidem, p. 391. Oportuno expor o que prescreve o economista clássico Jean-Baptiste Say em sua lei, a cujo núcleo, de acordo com Roman Rosdolsky, o próprio Tugan confere validade: “que, havendo uma distribuição proporcional da produção social, a oferta e a demanda de mercadorias devem coincidir” (Ibidem, p. 392 e 393).

a um aumento da demanda social total de mercadorias [proporcionado pelo incremento da demanda total por meios de produção ou por capital constante, digo eu novamente]”.<sup>989</sup>

Roman Rosdolsky verifica que a afirmação de Tugan-Baranovski “contraria claramente os esquemas de Marx”, pois, nestes, “o avanço da acumulação é acompanhado por um crescimento constante do consumo social”. Nessa linha, o nosso autor ucraniano arremata: “Por isso, Tugan deve refugiar-se em um fator não levado em conta nos esquemas do segundo tomo: a lei da crescente composição orgânica do capital<sup>990</sup>”. Procedendo assim, Baranovski coloca em primeiro plano o “consumo produtivo”, o consumo de capital constante ou de meios de produção, em comparação à demanda de bens de consumo (meios de vida). No entendimento desse marxista legal russo, “O movimento da economia capitalista assume a feição de um mecanismo que, por assim dizer, existe para si mesmo, no qual o consumo do homem [consumo social, digo eu] aparece como um mero elemento do processo da reprodução e da circulação do capital”.<sup>991</sup>

Disso tudo, ele extrai a seguinte conclusão e imagem. A conclusão: “As máquinas assumiram o lugar dos trabalhadores vivos, e os meios de produção substituíram os bens de consumo no mercado de mercadorias”. A imagem (nas palavras de Rosdolsky): “uma sociedade capitalista onde desapareceu toda a classe trabalhadora, com exceção de um único trabalhador, o qual aciona uma enorme massa de maquinaria para produzir, com sua ajuda, máquinas sempre renovadas, sem que isso gere uma discrepância entre a produção e o consumo social”. Tugan faz uma completa e radical separação entre a produção e o consumo social, afastando-se do que Marx quis mostrar com seus esquemas. Conforme inferimos do pensamento de Tugan-Baranovski, para ele aí está a chave dos esquemas marxianos para a contínua reprodução ampliada do capital.<sup>992</sup>

Conhecemos até aqui um pouco das interpretações dadas aos esquemas da reprodução do capital social global do Livro II da obra máxima de Marx pelos automarxistas, pelos narodnikis e também pelos marxistas legais russos.

989 Ibidem, p. 391 e 392.

990 A categoria *composição orgânica do capital* (Coc), citada no parágrafo em Nota, não foi detalhada por Rosdolsky em *Gênese*, mas apenas mencionada. Grosso modo, trata-se de um conceito criado por Karl Marx em sua teoria do capitalismo que “consiste na relação entre o valor do *capital constante* [meios de produção (matéria-prima, tecnologia, maquinaria, instalações etc.), digo eu] e o [valor, digo eu novamente] do *capital variável* [trabalhadores assalariados, digo eu], cujas variações se fazem sentir na modificação da taxa de lucro” (grifo nosso). A composição orgânica do capital “resulta”, portanto, “da relação de proporcionalidade existente entre esses dois tipos de capital, expressa na fórmula  $Coc = c / c + v$ ”, onde  $c = \text{capital constante}$  e  $v = \text{capital variável}$ . Tal composição “será tanto mais elevada quanto maior for a parcela de capital constante em relação a parcela de capital variável” (Disponível em <https://www.controlacao.com.br/significado/composicao-organica-do-capital>. Consultado em 05.04.2023).

991 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 392 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte). Chamamos a atenção para a diferença entre “consumo do homem”, ou consumo social, e “consumo produtivo”, postas no parágrafo em Nota.

992 Assim, diferenciando “renda nacional” de “demanda nacional” e estes dois de “riqueza nacional”, Tugan crava: “a renda nacional pode diminuir e, ao mesmo tempo, a demanda nacional pode crescer; o aumento da riqueza nacional pode ser acompanhado de uma diminuição da renda nacional, por paradoxal que isso possa parecer” (Ibidem, p. 392).

Como bem constatou o nosso pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky, vimos reveladas por essas correntes marxistas “as inesperadas consequências que podem surgir quando os esquemas da reprodução de Marx são retirados do contexto geral de sua doutrina e considerados isoladamente”.<sup>993</sup>

Há mais. Reportando-nos ao terceiro item do Capítulo 30, conheceremos a interpretação dos **esquemas marxianos da reprodução do capital social global e a teoria da realização da produção e da mais-valia** de um dos mais importantes marxistas revolucionários do século XIX/XX: **Vladimir Lenin**<sup>994</sup>.

Roman Rosdolsky dedica várias páginas do item às questões não especificamente econômicas que envolvem o tema em foco, sobre as quais não vamos nos ater dado o escopo do nosso trabalho. Entretanto, vale mencionar a aproximação ideológica do jovem marxista revolucionário Lenin do final do século XIX com os marxistas legais Serguei Bulgakov e Tugan-Baranovski em oposição aos narodnikis (populistas russos), muito embora aqueles marxistas fossem defensores, como vimos, de um desenvolvimento capitalista harmônico quando das respectivas interpretações dos esquemas da reprodução de Marx. Adiantamos, em conformidade com Rosdolsky, que não há de se atribuir a Lenin uma inclinação a interpretar a teoria econômica de Marx de modo a reforçar a ideia de um capitalismo harmônico defendida pelos dois compatriotas.<sup>995</sup>

Vamos em frente. No contexto político, ideológico, social e econômico da Rússia das três últimas décadas do século XIX, os marxistas legais tinham como uma de suas principais tarefas “realizar uma luta sem tréguas contra a ideologia dos populistas [narodnikis, digo eu], que negavam o papel histórico especial da classe operária russa e pretendiam fazer o movimento socialista retroceder para o caminho utópico de um socialismo camponês especificamente russo” – o que significa marchar

993 Ibidem, p. 393.

994 Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924), mais conhecido pelo pseudônimo Lenin ou Lenine, foi um muito importante revolucionário comunista e teórico político russo que serviu como chefe de governo de 1917 até sua morte, inicialmente da Rússia Soviética e mais tarde da União Soviética. “Sob sua administração, a Rússia e em seguida a União Soviética tornaram-se um Estado socialista unipartidário governado pelo [Partido Comunista \(PCUS\)](#). Ideologicamente marxistas, suas teorias políticas são conhecidas como [leninismo](#)”. Nascido em uma família de classe média alta, “interessou-se por políticas socialistas revolucionárias após a [execução de seu irmão](#) em 1887. Expulso da Universidade Imperial de Kazan por participar de protestos contra o regime czarista do Império Russo, nos anos seguintes graduou-se em Direito”. Em 1893 tornou-se uma importante figura do [Partido Operário Social-Democrata Russo](#) (POSDR). Em 1897, foi preso por sedição (rebelião contra o poder constituído) e exilado para uma cidade na própria Rússia por três anos, onde casou-se. “Após seu exílio, mudou-se para a Europa Ocidental, onde se tornou um teórico de destaque através de suas publicações. Em 1903, assumiu um papel fundamental em uma divisão ideológica do POSDR, liderando a facção [bolchevique](#) contra os [mencheviques](#)”. Foi um incentivador da insurreição durante a fracassada [Revolução Russa de 1905](#). Fez campanha para que a Primeira Guerra Mundial “fosse transformada em uma [revolução proletária](#) em escala europeia, que, como marxista, acreditava que culminaria no colapso do capitalismo e sua substituição pelo socialismo. Depois que a [Revolução de Fevereiro](#) de 1917 derrubou o czar e estabeleceu um [Governo Provisório](#), voltou à Rússia para desempenhar um papel de liderança na [Revolução de Outubro](#), em que os bolcheviques derrubaram o novo regime. Muito mais de Lenin, veja <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lenin>. Consultado em 20.05.2023.

995 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 393 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte). Aliás, cabe registrar que alguns anos mais tarde Nicolai Bulgakov e Tugan-Baranovski “abandonaram o movimento socialista e converteram-se em ideólogos da burguesia liberal russa” (Ibidem, p. 393).

direito para o socialismo partindo do campo. Portanto, a fim de “combater essa ideologia, era necessário demonstrar a insustentabilidade das premissas teóricas nas quais se baseava”.

Indo direto ao problema da realização, o nosso autor ucraniano expõe que os populistas “defendiam a impossibilidade de realização da mais-valia na economia capitalista [russa, acrescentamos]”, sob o argumento da “carência de mercados externos disponíveis para a burguesia russa”, do “tamanho diminuto do consumo popular” e das “crises de superprodução inerentes ao capitalismo”. Por sua vez, os marxistas “desejavam demonstrar que a realização da mais valia era possível sem a necessidade de mercados externos e até mesmo se o consumo popular se mantivesse retraído”, relacionando “as crises de superprodução, não à dificuldade de realização, mas sim à falta de planejamento do sistema econômico capitalista”, o que guarda relação com a tal necessária “proporcionalidade entre os diversos setores produtivos” ou, no sentido oposto, com as “crises de desproporção dos meios de produção”, conforme entendiam. Para chegar a essa conclusão bastava, na visão dos marxistas legais, e também de Lenin, “a análise abstrata, desenvolvida no segundo tomo de *O capital*, das condições hipotéticas de equilíbrio da reprodução ampliada no capitalismo ‘puro’... [no sentido dos esquemas marxianos da reprodução, digo eu]”<sup>996</sup>, pois essas condições “demonstram como, conservando-se determinadas proporções no intercâmbio entre as indústrias produtoras de meios de produção e as de bens de consumo, a sociedade capitalista pode não só renovar seu capital constante e variável, mas também ampliá-lo, capitalizando uma parte da mais-valia”.<sup>997</sup>

Note que Lenin, ao assumir tal entendimento sobre os esquemas de Marx, sabia que estes não esclareciam totalmente o problema da realização, já que omitiam “fatores decisivos da realidade capitalista, como o incremento da composição orgânica do capital e da mais-valia relativa”, fatores que perturbariam o equilíbrio entre produção e consumo, criando “obstáculos cada vez maiores à realização do produto social”, explica Rosdolsky. Só depois “de estabelecer essas teses teóricas fundamentais”, disse Lenin, “Marx explicou o processo completo de realização do produto em geral, e da mais-valia em particular, na produção capitalista”.

Até aí tudo bem. Porém, acreditando, como os marxistas legais, que “[...] o crescimento da produção capitalista e, por conseguinte, do mercado interno não se faz tanto através dos bens de consumo, mas através dos meios de produção”, decorrendo daí a ideia de que “o crescimento do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, ‘independente’ do crescimento do consumo pessoal [...]”, como dizia Lenin, pondo foco no crescimento relativamente mais rápido das indústrias produtoras de meios de produção, o teórico revolucionário russo, na realidade, pontua Rosdolsky, não traduz os esquemas marxianos do Livro II, pois estes “não demonstram nada disso”. Na verdade,

996 Ibidem, p. 393 e 394.

997 Ibidem, p. 395 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

continua o autor de *Gênese*, os dois departamentos na economia hipotética de Marx se desenvolvem “na mesma velocidade”.<sup>998</sup>

Portanto, assim como fizeram os marxistas legais analisados anteriormente, Vladimir Lenin, conforme deduzimos do que diz Roman Rosdolsky, provavelmente combinou a análise do processo de reprodução do Livro II com a lei da crescente composição orgânica do capital só desenvolvida por Marx no Livro III. Assim posto, o ponto de vista de Lenin sobre o problema da realização da produção social e da mais-valia que apresentamos a seguir se situa dentro desse esquadro teórico.<sup>999</sup>

Vejamos o que Lenin escreveu:

“Um desenvolvimento da produção (e, por conseguinte, do mercado interno) liderado pelos meios de produção parece paradoxal e, indiscutivelmente, constitui uma contradição. É uma autêntica ‘produção como um fim em si’, a ampliação da produção sem a correspondente ampliação do consumo. Mas isso não é uma contradição da doutrina, e sim da vida real. [...] Corresponde à missão histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica: a primeira consiste em desenvolver as forças produtivas da sociedade; a segunda nega, à massa do povo, a fruição dessas conquistas técnicas”.

Primeiramente, é preciso contextualizar a formação desse ponto de vista de Lenin: “**a situação do capitalismo russo ainda primitivo**” (grifo nosso), diz Rosdolsky. O teórico bolchevique russo observou que a industrialização de um país semifeudal como a Rússia oferecia um mercado ilimitado para os meios de produção. Não há qualquer erro nessa apreciação, pontua Roman: isso vale “para todos os países que estão na etapa da revolução industrial e ainda devem criar os fundamentos da indústria moderna – uma rede de transportes e uma agricultura mecanizada –, o que na maioria das vezes se faz às custas de um nível de vida muito baixo das massas populares”. O capitalismo, “enquanto constrói sua base industrial [...] deve produzir enormes quantidades de fábricas, máquinas, estradas de ferro, instalações portuárias etc”, enfim, toda uma infraestrutura que acaba oferecendo durante dezenas de anos “um mercado rapidamente crescente para os meios de produção”.

Ocorre que, em algum momento, construídos os elementos fundamentais da industrialização, “o aparato industrial terá de produzir bens para o consumo individual”, dedura Roman Rosdolsky. A partir de então, o “problema do poder aquisitivo das massas passa [...] a ocupar o primeiro plano e não pode ser eludido”, a não ser que se acredite no que pregava o marxista legal Tugan-Baranovski sobre “a produção de máquinas como um fim em si”.<sup>1000</sup>

Não fazendo ressalva à validade em si do ponto de vista Vladimir Lenin, Roman Rosdolsky faz um esclarecimento importante: sua tese “só pode reclamar

998 Ibidem, p. 395 e 396.

999 Ibidem, p. 396 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1000 Ibidem, p. 395 e 396.

validade, do ponto de vista histórico, para uma época cronologicamente limitada – a época da industrialização incipiente –, e por isso, **não pode ser considerada com uma lei geral de desenvolvimento do capitalismo**".<sup>1001</sup>

Outro quesito puramente técnico, e não menos importante, que o autor de *Gênese* destaca negativamente da tese de Lenin, embora não alcance a validade que lhe atribui, remete à distinção que Karl Marx faz no Livro III entre as “condições da valorização direta do capital e as de sua realização”. Para Marx elas “**não são idênticas**” (grifo nosso): “As primeiras só estão limitadas pela capacidade produtiva da sociedade, enquanto as outras só o estão pela proporcionalidade entre os diversos setores produtivos e pela capacidade de consumo” (grifo itálico do autor e grifo em negrito nosso). O teórico bolchevique, de acordo com Rosdolsky, se posiciona erroneamente quando sustenta que “a ‘capacidade de consumo da sociedade’ e a ‘proporcionalidade entre os diversos setores produtivos’ **não são duas condições distintas e independentes**. Ao contrário, um determinado nível de consumo constitui um dos elementos da proporcionalidade” (grifo nosso).<sup>1002</sup>

Cabe dizer que Roman Rosdolsky não tem dúvida “que toda perturbação do equilíbrio entre consumo e produção também perturba, cedo ou tarde, a proporcionalidade dos diversos setores produtivos”. Diz mais: “é claro que o conceito de proporcionalidade – se pensamos nele até o fim – também deve abarcar a correspondência recíproca de produção e consumo”. Porém, outra coisa é depreender desse fato que “não se possa separar os conceitos de ‘proporcionalidade’ e de ‘equilíbrio entre consumo e produção’, ou que em todas as circunstâncias eles devam ser considerados conceitos equivalentes”.<sup>1003</sup> Não há que se falar da “proporcionalidade em um sentido mais amplo”, conceito que Rosdolsky extrai da teoria da realização de Lenin.<sup>1004</sup> O próprio Karl Marx, no Livro IV, prossegue o autor de *Gênese*, “localiza a origem das crises parciais precisamente na desproporcionalidade entre os diversos setores produtivos, sem levar em conta a relação entre produção e consumo”.<sup>1005</sup>

Mas, o leitor pode estar se perguntando, qual a importância dessa discussão técnica para o problema da realização do produto social e da mais-valia que estamos a tratar? De pronto, esse debate revela um aspecto metodológico importante e que passou despercebido por vários estudiosos, incluindo Lenin, até porque, escrevendo sobre o assunto nas últimas três décadas do século XIX, não conheceram os *Grundrisse* (que escritos em 1857/1858, foram descobertos em 1923 e publicados tão somente em 1939 e 1941) nem o Livro IV d’*O capital* publicado em 1905, pelo menos

1001 Ibidem, p. 397.

1002 Ibidem, p. 397 e 398.

1003 Ibidem, p. 398. Inclusive, de acordo com o que expõe Roman Rosdolsky na página referenciada, o próprio Lenin em um artigo posterior vai dizer que da teoria de Marx se deduz que mesmo havendo idealmente uniformidade e proporcionalidade na reprodução e na circulação do conjunto do capital social “não se poderá evitar a contradição entre o aumento da produção e os limites restritos do consumo”. Portanto, Lenin aí assume plenamente o que Marx prescreve no trecho do quarto livro, conforme transcrito no parágrafo em Nota.

1004 Ibidem, p. 399.

1005 Ibidem, p. 398.

não profundamente<sup>1006</sup>: a contradição entre produção e consumo sustentada por Marx, não é apenas um aspecto a ser comprovado, e “nada mais”, ela desempenha um papel importante na teoria marxiana, e, como afirma Rosdolsky, “só é omitida na análise do segundo tomo por razões metodológicas”.<sup>1007</sup> Não podemos esquecer do que repetimos várias vezes ao longo do Folheto nº 10 e mesmo neste apêndice: além do Livro I, no Livro II, especialmente na Seção III, onde tratou da reprodução e da circulação do capital social global, o autor de *O capital* não se dedicou ao capital concreto, ao capital real, mas ao “capital em geral”, ao capital em suas determinações abstratas. Como constata o nosso autor ucraniano, “Os resultados a que Marx chegou nesses volumes – embora extraordinariamente importantes – deveriam ser concretizados e complementados com a investigação posterior do ‘capital em sua realidade’”.<sup>1008</sup>

O outro lado da importância do embate acerca do lugar que ocupa a contradição entre produção e consumo para entendermos melhor a interpretação da teoria da realização de Marx por Roman Rosdolsky e, por conseguinte, das crises decorrentes desse processo, em face da teoria da realização de Lenin, consiste primeiro, pelo menos é o que captamos da longa análise de Rosdolsky, em considerar que, “no fundo”, as formulações daquele teórico russo “desembocam na teoria das crises de desproporção, mesmo quando essa teoria é modificada para se afirmar que a proporcionalidade dos setores produtivos [corolário da teoria da proporcionalidade, digo eu] também depende das relações de consumo”. Na visão de Rosdolsky, “A ideia de que a relação entre produção e consumo está subsumida no conceito de proporcionalidade serviu para aproximar Lenin, perigosamente, da teoria da ‘proporcionalidade’ das crises, de Bulgakov e Tugan”, ou, que dá no mesmo, da teoria das “crises de desproporção dos meios de produção”, como observado anteriormente.<sup>1009</sup> Vladimir Lenin, conforme registra Roman, “jamais” atacou “a essência dos pontos de vistas de Bulgakov e de Tugan” – expressados na referida teoria da proporcionalidade –, inclusive foi na defesa dos dois e dele próprio quando criticados por terem extraído dos esquemas de Marx uma posição que conduzia à “harmonia entre a produção e o consumo”, negando a acusação, e colocando Marx junto com eles nesta investida, dizendo: “Mas Marx [sic] e os autores que expuseram suas ideias, com os quais Struve<sup>1010</sup> polemiza, longe de deduzir dessa análise a harmonia entre a produção e o consumo, destacam energicamente, ao contrário, as contradições inerentes ao capitalismo, que não podem deixar de manifestar-se na realização capitalista”.<sup>1011</sup>

De qualquer forma, como revela o autor de *Gênese*, Lenin rechaçou o livro *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburgo, não só “por sua errônea crítica

1006 Ibidem, p. 400.

1007 Ibidem, p. 399.

1008 Ibidem, p. 400.

1009 Ibidem, p. 399.

1010 Sobre o marxista legal russo Piotr Berngárdovitch Struve (1870-1944), veja: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/struve.htm#:~:text=Struve%2C%20Piotr%20Berng%C3%A1rdovitch%20%281870-1944%29%3A%20Publicista%20tusso.%20Por%20volta,%C3%B3rg%C3%A3os%20marxistas%20legais%3A%20N%C3%B3voe%20SI%C3%B3vo%2C%20Natch%C3%A1lo%20e%20Jizn.> Consultado em 20.05.2023.

1011 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 400 c/c p. 595 Nota 97.



aos esquemas da reprodução de Marx, mas também porque suas concepções teóricas [sobretudo, digo eu, a ideia da derrocada do capitalismo], não eram compatíveis com a versão da teoria da realização que ele mesmo [Lenin, digo eu novamente] defendia”.

Inclusive, ainda de acordo com o que relata Rosdolsky, “Solidarizou com os críticos austromarxistas de Rosa porque as opiniões destes coincidiam com as suas, expressas nos argumentos usados em 1899 contra os narodniki”.<sup>1012</sup> Ora, se todos que não atacou iam em direção à defesa de que os esquemas de Marx do Livro II levavam, no fundo, à confirmação, em regra, do crescimento harmônico do modo de produção capitalista, com as condicionantes que já conhecemos, então a crítica de Lenin a Rosa, defensora da teoria da derrocada, no mínimo o aproximava do entendimento contrário.

Apesar de fazer essas considerações, o nosso pensador marxista ucraniano imputa ao **aspecto metodológico** o maior defeito da teoria da realização defendida por Vladimir Lenin. A despeito de admitir que Lenin não viu contradição entre a exposição de Marx no Livro II com a do Livro III, o que qualifica como correta, crê que aquele bolchevique “tenha exagerado a validade teórica da análise da Seção III do segundo tomo de *O capital*, querendo ver nela ‘a palavra definitiva’ da teoria da realização de Marx”. Assim, tentou “compatibilizar, de maneira geral e escolástica, os resultados dessa análise com as numerosas passagens do terceiro tomo, que aparentemente a contradiziam e à qual remetiam-se com facilidade Tugan-Baranovski e os narodniki [...]”. Ocorre que a exposição do Livro III “constituía o degrau seguinte da análise [marxiana, digo eu], um degrau no qual já não se tratava de focar as condições de equilíbrio da economia capitalista em seu curso ‘normal’, mas sim de assinalar as causas das necessárias perturbações desse equilíbrio, ou seja, de analisar as crises e a tendência à derrocada do capitalismo [tendência defendida por Rosa Luxemburgo, digo eu]”.<sup>1013</sup>

Desse modo, depreende-se “que os esquemas da reprodução e a análise do segundo tomo não podem oferecer, por si sós, uma ‘explicação completa’ [e conclusiva, digo eu] para o problema da realização [e, em consequência, das crises, digo eu novamente]”. Só se tem essa explicação completa fazendo-se “uma conexão com a teoria marxiana das crises e da derrocada”, presente no mencionado Livro III.<sup>1014</sup>

Todavia, ensina Roman Rosdolsky, “Se até mesmo sob as premissas mais severas – ou seja, no interior do modelo abstrato de uma sociedade puramente capitalista – é possível realizar a mais-valia e acumular capital (dentro de certos limites) [...]”, e assim está estampado nos esquemas da reprodução do Livro II, então “o modelo abstrato de Marx suportou o teste”.<sup>1015</sup>

Isso posto, de modo a cumprir o combinado nas primeiras linhas do Texto 1 que expôs a observação metodológica de Roman Rosdolsky à crítica

1012 Idem, p. 400.

1013 Ibidem, p. 400 e 401.

1014 Ibidem, p. 401.

1015 Ibidem, p. 409.

de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução do capital elaborados por Marx, trataremos a partir de agora da substância dessa crítica que Rosa exibiu em sua obra.

Na aferição do autor de *Gênese e estrutura de "O capital"*, somente levando em consideração as interpretações dos esquemas marxianos pelos austromarxistas, narodnikis e pelos marxistas legais russos “é possível compreender o livro de Rosa Luxemburgo [...]”. O tema central da sua obra “[...] consistia em destacar energicamente a **ideia da derrocada** [do modo de produção capitalista, digo eu] e, com isso, o **núcleo revolucionário do marxismo**”, em um contra-ataque ao uso das “doutrinas econômicas de Marx para defender a tendência do capitalismo à harmonia”, bem como, à recusa daqueles marxistas à ideia da derrocada capitalista e ao esforço que faziam para explicar vulgarmente as crises “como meras crises de desproporção [...]” (grifo nosso).<sup>1016</sup>

Fazendo menção ao economista marxista polonês Henryk Grossmann, Rosdolsky destaca o que para ele parece ser um acerto daquele economista quando qualifica como “um grande mérito histórico de Rosa Luxemburgo” ter “retornado à ideia fundamental de *O capital*, demonstrando que existe um limite econômico absoluto para o desenvolvimento do modo de produção capitalista”, em intencional “contraste” e em “protesto” contra os que defendiam “a tendência do capitalismo à harmonia”, uma completa deformação da teoria marxiana.<sup>1017</sup>

O nosso pesquisador ucraniano lança uma pergunta que nesta altura, acreditamos, já esteja na mente do leitor: “Por que não foi Lenin, mas Rosa, quem se ocupou dessa tarefa?”: a resposta está na “diferença da situação do marxismo na Rússia e na Alemanha<sup>1018</sup>”. Trata-se efetivamente de um questionamento de cunho político, mas que vemos como passível de esclarecer o que estava por trás e também nas entrelinhas das diferentes e divergentes interpretações teórico-econômicas por marxistas dos esquemas da reprodução do capital social global do Livro II.<sup>1019</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, a Alemanha de Rosa Luxemburgo vivia um capitalismo que não só estava no auge, mas já mostrava alguns sinais de decadência. Neste cenário, segundo Rosdolsky, “a tarefa da esquerda marxista [alemã, digo eu] consistia em ressaltar a ideia da derrocada econômica e política da ordem social capitalista” em face a uma “poderosa burocracia operária, fortemente enraizada nas massas”. Embora professasse “um credo ‘marxista’, essa burocracia apoiava ambos os pés no terreno da ordem social dominante e só confiava em alcançar progressos sociais e políticos no interior dessa ordem”. Era essa burocracia operária o adversário de Rosa. Diante desse quadro, o nosso autor ucraniano afirma sem exitar: “O livro de Rosa Luxemburgo foi escrito para cumprir esse papel”.<sup>1020</sup>

Enquanto isso, na Rússia, os marxistas dirigiam seu interesse teórico

1016 Ibidem, p. 407.

1017 Ibidem, p. 408.

1018 Entenda como incluído aqui a Áustria.

1019 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 407.

1020 Idem, p. 407 e 408.

de um “utópico socialismo camponês”, como visto. No fim do século XIX ainda se fazia necessário destacar naquele país “a inevitabilidade e o caráter historicamente progressista do desenvolvimento capitalista”. Daí o esforço que faziam “para demonstrar a viabilidade do incipiente capitalismo russo”.<sup>1021</sup>

Feito esse apanhado sobre a luta da esquerda nas duas nações, Roman passa a discorrer sobre a teoria de Luxemburgo da acumulação do capital, assinalando: do exposto sobre o papel do livro *A acumulação do capital* “não se depreende que aceitemos a teoria específica proposta por Rosa para descrever a acumulação”. Rosdolsky não considerava correta o seu entendimento de que “a acumulação do capital só pode ser explicada com a ajuda das assim chamadas ‘terceiras pessoas’, ou seja, o intercâmbio com o meio não capitalista”<sup>1022</sup>. Aí se localiza, de acordo com aquele pensador, “o erro da crítica de Rosa Luxemburgo”.<sup>1023</sup> Karl Marx sabia que “o processo de acumulação do capital dificilmente pode ser compreendido se não se leva em conta esse fator”. Tanto é que nas etapas posteriores da sua investigação o filósofo alemão passou a contemplá-las, como metodologicamente projetado por ele.<sup>1024</sup>

A partir desse ponto do capítulo trinta de *Gênese*, o autor começa a discorrer sobre os erros de conteúdo da crítica de Rosa aos esquemas da reprodução marxianos. O erro fundamental da sua crítica, diz Roman, foi só saber “defender a ideia da derrocada fazendo uma crítica – fundamentalmente errada – à teoria da reprodução de Marx”. Sem perceber, sustenta o ucraniano, ela “voltava a usar as premissas da reprodução simples na análise da reprodução ampliada”, submetendo-se “involuntariamente”, continua Rosdolsky desta vez replicando Henryk Grossmann, “à influência daqueles que desejava combater, acreditando que o esquema de Marx admite de fato uma acumulação ilimitada [...]”, deixando, talvez por isso, de “examinar o esquema da reprodução de Marx nos marcos do sistema global do próprio Marx, e especialmente sua teoria da acumulação”. Na linha da sua própria opinião, segundo Grossmann, que “do esquema da reprodução de Marx resulta a possibilidade de acumulação *ad infinitum*, que Tugan, Hilferding e depois Otto Bauer deduziram corretamente essa ideia a partir do esquema”, Rosa Luxemburgo “abandonou o esquema de Marx para salvar a ideia da derrocada, resultante do primeiro tomo [Livro I, digo eu] de *O capital*”.<sup>1025</sup>

Roman Rosdolsky identifica na explanação de Henryk Grossmann a explicação de boa parte dos erros da marxista polaco-alemã. Mas também explica seus erros a compreensão insuficiente da metodologia marxiana: “não percebeu a diferença entre o capital individual e o capital social global”, bem como a relevante distinção “entre o ‘capital em geral’ e o ‘capital em sua realidade’”. Destes aspectos

1021 Ibidem, p. 408.

1022 Já falamos sobre isso no Texto 1. Fazendo uma análise abstrata no Livro II, “Marx precisou abrir mão, naturalmente, do papel das ‘terceiras pessoas’, assim como, em geral, de todos os fatores alheios ao próprio capitalismo”. A maior parte dos adversários de Rosa supunha incorretamente que Marx ignorou completamente essas “terceiras pessoas” (Ibidem, p. 598 Nota 120).

1023 Ibidem, p. 408.

1024 Ibidem, p. 598 Nota 120.

1025 Ibidem, p. 408.

tratamos com exclusividade no Texto 1 deste apêndice.<sup>1026</sup>

Igualmente entra no elenco de equívocos cometidos por Luxemburgo levantados por Rosdolsky o fato dela misturar “erroneamente o capital social global com o capital em sua existência histórica concreta”. Para a autora de *A acumulação do capital*, “o conceito de uma ‘sociedade puramente capitalista’, de Marx, só podia ser útil ao se considerar o processo de produção e circulação do capital individual; mas o conceito perderia todo o sentido quando se enfocasse a sociedade capitalista e seu conjunto e, especialmente, o problema da acumulação do capital social global”.<sup>1027</sup>

Conforme Roman Rosdolsky, citando o autor d’*O capital*, o modelo de Marx de uma “sociedade puramente capitalista” tem a finalidade de “mostrar as tendências evolutivas” do capitalismo, “libertadas ‘de qualquer circunstância acessória perturbadora’”. As premissas metodológicas do modelo marxiano, como a própria Rosa Luxemburgo escreveu acertadamente uma vez, o que chama atenção, “só corresponde à tendência histórica do movimento da acumulação e ao seu resultado teórico final [...]”. E ela não parou por aí: “Nunca ocorreu a Marx, nem em sonhos, pensar que seus esquemas matemáticos tivesse o valor de uma prova para demonstrar que a acumulação podia ocorrer em uma sociedade formada apenas por capitalistas e trabalhadores [uma sociedade puramente capitalista, digo eu]”. A nossa marxista polaco-alemã inclusive admite que Marx investigou “o mecanismo interno da acumulação capitalista”, tendo estabelecido na investigação “as leis econômicas concretas que governam esse processo”.<sup>1028</sup>

Ora, levando em conta o que disse Rosa nas passagens citadas, e o que sugere Roman Rosdolsky ao incluí-las na sua análise, o modelo de Marx foi mesmo “só um instrumento para mostrar em forma pura, as condições do equilíbrio em uma economia capitalista em expansão [...]”. Logo, arremata o autor ucraniano em comentário, “não se sustenta” a afirmação de Luxemburgo quando, numa outra ocasião, qualificou a proposta marxiana da reprodução do capital do Livro II como uma “abstração sem vigor”.<sup>1029</sup>

Porém, não só de apontar os erros da crítica de Rosa Luxemburgo “vive” Roman Rosdolsky. Ele também identificou seus pontos fortes. Estes iremos apenas listar: a indicação de que os esquemas da reprodução ampliada de Marx não consideram as modificações decorrentes do progresso técnico (a crescente composição orgânica do capital, o aumento da taxa de mais-valia e o incremento da taxa de acumulação); o reconhecimento de que na incorporação dessas modificações aos esquemas, as condições de equilíbrio da reprodução ficam perturbadas e a acumulação não pode realizar-se sem romper as relações fundamentais do esquema marxiano.<sup>1030</sup>

Não obstante dar razão a Rosa, no que se refere a esse último “ponto forte”,

1026 Ibidem, p. 408 e 409.

1027 Ibidem, p. 409.

1028 Ibidem, p. 409 e 410.

1029 Ibidem, p. 410.

1030 Ibidem, p. 410 e 411.

Rosdolsky não ver no rompimento das “relações fundamentais do esquema marxiano” a consequência posta por ela da não realização da acumulação e que esta seja “impossível”.

O que acontece, e este é um aspecto também fundamental para o entendimento adequado dos esquemas marxianos do Livro II, é que “qualquer revolução nas forças produtivas, em escala social, deve pôr fim ao estado de equilíbrio entre os setores produtivos, levando, através de todo tipo de perturbações e de crises, ao estabelecimento de um novo equilíbrio temporário”. Não se pode perder de vista que Marx “conscientemente pretendia investigar [...] as relações de equilíbrio da reprodução ampliada **enquanto** as condições da produção permanecem constantes” (grifo nosso).<sup>1031</sup> Fundamental essa compreensão.

Para encerrar este escrito, que se alongou deveras, reproduzimos a apreciação final de Roman Rosdolsky, ancorado na obra definitiva de Karl Marx:

“O modelo de Marx, que mostra uma reprodução ampliada em equilíbrio no ‘capitalismo puro’, não podia nem devia ser um reflexo fiel do mundo capitalista concreto. Ele não leva em consideração nem a anarquia da produção nem o conflito entre produção e consumo, inseparáveis da essência do capitalismo. Nesse modo de produção, o desenvolvimento proporcional dos setores produtivos e o equilíbrio entre produção e consumo só podem ocorrer submetidos a dificuldades e perturbações permanentes. O estado de equilíbrio deve ser alcançado em períodos breves, pois do contrário o sistema capitalista não poderia funcionar. Nesse sentido, os esquemas da reprodução de Marx não são mera abstração. Mostram um aspecto da realidade econômica<sup>1032</sup>, mesmo que a proporcionalidade dos setores produtivos, pressupostas nos esquemas, só possa ser temporária e resulte ‘da desproporcionalidade, em um processo permanente’”.<sup>1033</sup>

Por fim, assimilamos da investigação de Roman Rosdolsky dos esquemas da reprodução do capital de Karl Marx dois importantes resultados. O primeiro é que não se deve considerar esses esquemas como um esboço teórico que o filósofo alemão “não pôde ‘completar’ por falta de tempo”. Na aferição do nosso autor ucraniano, “tudo indica que [...] o próprio Marx nunca teve a intenção de ir mais longe do que o que foi publicado no segundo tomo de *O capital*”. Pelo que acabamos de conhecer da análise de Rosdolsky reproduzida nos dois textos deste apêndice, por certo que Marx fez uma escolha metodológica coadunada com a ideia filosófica de “**totalidade**”<sup>1034</sup>. O segundo resultado consiste na descoberta por Roman de que os esquemas da reprodução do Livro II “só constituem uma fase – embora importantíssima – da análise marxiana do processo da reprodução social. Precisam ser complementados pela teoria marxiana das crises e

1031 Ibidem, p. 411.

1032 Constituem, constata o filósofo revolucionário alemão, “um fragmento da realidade econômica”.

1033 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 412.

1034 Sobre a categoria filosófica da *totalidade*, veja o texto **A totalidade como categoria central na dialética marxista** (in CARVALHO, Edmilson. Instituto de Estudos Sociais, Revista Outubro nr. 15, 2007. Disponível em <https://aquihadragoespodcast.wordpress.com/2018/02/16/a-totalidade-como-categoria-central-na-dialetica-marxista/>. Consultado em 20.05.2023).

da derrocada” do capitalismo. Portanto, “esses esquemas só podem ser compreendidos no contexto geral da doutrina de Marx”. Também no segundo resultado a ideia metodológica da “totalidade” está decisivamente presente. Na avaliação do autor ucraniano, “À primeira vista, as perturbações no equilíbrio da reprodução, provocadas pelo progresso técnico, só parecem demonstrar que o curso da produção capitalista deve levar, sempre renovadamente, a crises e, através delas, à substituição do equilíbrio temporário existente por um novo equilíbrio também temporário”. As contradições do modo capitalista de produção, das quais vimos algumas neste escrito, vão se reproduzindo “em um grau cada vez mais elevado, até que finalmente a ‘espiral’ do desenvolvimento capitalista chega ao fim”.<sup>1035</sup>

---

1035 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 418 e 419.

## FOLHETO Nº 11

### PARTE IV – A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO [DO CAPITAL] (continuação)

#### NOTA DO ARTICULISTA

No capítulo anterior apresentamos uma abordagem apenas preliminar sobre os obstáculos e dificuldades do processo de realização do capital (sua transformação em dinheiro), resultantes do exame do “capital em geral”, o capital *in abstrato*, cuja solução definitiva começaria a aparecer em uma etapa posterior da investigação marxiana, como veremos no decorrer da nossa **Expedição**.<sup>1036</sup> Naquele tópico, Roman Rosdolsky cuidou de reproduzir a digressão presente no início da segunda seção dos manuscritos *Grundrisse* (1857/1858), que vai além da análise do assunto principal da seção – a investigação do processo de circulação do capital e das novas determinações formais do capital que se originam naquele processo – para abordar o problema da realização e o problema das crises de superprodução no capitalismo.

A partir do Capítulo 22 de *Gênese*, Roman Rosdolsky passa a se debruçar, conforme adjetiva, sobre “O que mais interessa na seção dos *Grundrisse* dedicada ao processo de circulação”: o exame das **novas determinações formais do capital** que se originam na esfera da circulação, tendo em vista, de acordo com o que prescreve o próprio Marx, “demonstrar o ulterior desenvolvimento da forma do capital que nela tem lugar [pois, a circulação, tal qual considerada nos manuscritos de 1857/58, ‘é um processo de **transformação qualitativa do valor** [...], na medida em que nesse processo de transformação como tal – nesse trânsito de uma determinação a outra – surgem novas determinações’ (grifo nosso), digo eu, recorrendo ao próprio Marx<sup>1037</sup>]”.

Para tanto, o filósofo alemão supõe que “o capital percorre normalmente seu processo de circulação”, conseguindo, o capitalista, “vender suas mercadorias e reconverter em capital a maior parte do dinheiro obtido”. Ou seja, do ponto de vista metodológico, realçado sobretudo no Folheto nº 10 e Apêndice, aqui se foca no “processo ideal” da reprodução do capital.

Com vistas a melhor abordagem dos três capítulos de *Gênese* que examinam tais determinações<sup>1038</sup>, e que, por sinal, esgotam os comentários do nosso autor ucraniano acerca dos registros iniciais da investigação marxiana lançados nos *Grundrisse* sobre o processo de circulação do capital, reunimos todos eles no Folheto nº 11.

1036 Idem, p. 279 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1037 Ibidem, p. 561 Nota 2.

1038 O capítulo vinte e dois analisa a influência do tempo de circulação do capital na determinação do valor; o capítulo vinte e três destaca a rotação do capital e o tempo de rotação e, por fim, o capítulo vinte e quatro traz as determinações formais do capital fixo e do capital circulante.

## Capítulos 22 a 24: As novas determinações formais do capital que se originam na esfera da circulação

### A) O tempo de circulação [do capital] e sua influência na determinação do valor (Capítulo 22)<sup>1039</sup>

Inicialmente, Roman Rosdolsky recorda que na investigação do processo de produção demonstrou-se “que a valorização do capital consiste exclusivamente em apropriação de trabalho alheio não pago [mais-trabalho, digo eu novamente] e que a maneira mais exata de medir o grau dessa valorização é utilizar a magnitude do tempo de mais-trabalho extraído dos trabalhadores”. Partindo dessa assertiva, o autor abre o capítulo com duas perguntas: será que a importância do fator tempo na produção se esgota no parâmetro do tempo de mais-trabalho extraído? Ou o tempo de permanência do capital no processo de produção deve ser considerado como criador de valor e de mais-valia, mesmo quando não haja tempo de mais-trabalho despendido ao longo de todo o processo?<sup>1040</sup>

Em suma, o tema deste capítulo é a distinção entre o **tempo de produção** e o **tempo de trabalho**, ou, como bem anota Rosdolsky com base no *Livro II – O processo de produção do capital* da obra maior marxiana, a “diferença entre a duração do processo de produção – o tempo de produção – e a duração do tempo de trabalho para confeccionar o produto”.<sup>1041</sup>

Uma boa ilustração da questão Marx encontrou no setor agrícola, mas não só: “Na agricultura (e, em maior ou menor grau, em muitos outros setores produtivos), as condições do processo produtivo impõem interrupções ou pausas naturais no tempo de trabalho [fase do plantio, fase do manejo, fase da colheita etc, digo eu], que em determinado ponto deve recomeçar, de modo a prosseguir ou completar o processo; nesses casos, a vigência do processo produtivo não coincide com a continuidade do processo de trabalho”.<sup>1042</sup>

Diferentes produtos podem exigir tempo de trabalho igual, embora o tempo de produção de cada um pode apresentar diferenças importantes. O vinho, por exemplo, tendo praticamente se encerrado o tempo de trabalho despendido na produção, requer que permaneça armazenado por um longo período, em cujo lapso temporal há relativamente pouca demanda de trabalho.<sup>1043</sup>

---

1039 O conteúdo do Capítulo 22 de *Gênese* corresponde ao item “O circuito do capital” da *Segunda seção: O processo de circulação do capital, Capítulo do capital*, dos manuscritos *Grundrisse*, de acordo com a edição de 2011 publicada pela Editora Boitempo (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., Sumário).

Contudo, na explanação do capítulo, Rosdolsky não se limita aos *Grundrisse*, recorrendo às vezes à obra posterior, *O capital*. Quando tal fato ocorrer faremos a devida menção.

1040 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 279.

1041 Roman observa que nos *Grundrisse* “essa diferença só é tratada de forma fugaz, na medida exata em que era necessário fazê-lo para mostrar sua influência sobre a valorização do capital” (Idem, p. 561 Nota 4).

1042 Ibidem, p. 279 e 280.

1043 Ibidem, p. 280 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).



Apesar de tais “diferenças” determinarem, assinala Roman, “diferentes [sic] períodos de rotação [do capital, digo eu] para diferentes [sic] setores”, conforme veremos no próximo capítulo, Karl Marx não crê que as diferenças no tempo de produção da cada produto devam “compensar-se”, em vista de que “capitais da mesma magnitude devem gerar lucros de mesma magnitude”.

O filósofo alemão refuta a ideia de que “uma circunstância natural que impeça o capital, em determinado setor produtivo, de intercambiar-se pela mesma quantidade de tempo de trabalho no mesmo tempo que outro capital em outro setor produtivo possa ajudar de alguma forma a aumentar o seu valor [o valor do capital, digo eu]”.

Para Marx, “A não coincidência entre tempo de produção e tempo de trabalho decorre geralmente das condições naturais que aqui interferem na valorização do trabalho, ou seja, na apropriação de mais-trabalho pelo capital. Naturalmente, tais obstáculos no caminho deste não constituem vantagens, mas sim, de *son point de vue*, perdas”<sup>1044</sup>. Isto é, os obstáculos, do ponto de vista do capital, constituem perdas e não ganhos, daí não se falar em compensação entre os diferentes tempo de produção de diferentes produtos.

Por ser assim, conforme consta nos *Grundrisse*, a valorização do capital, e por isso também a mais-valia, “não depende da duração da fase produtiva, mas sim do tempo de trabalho – tanto o objetivado como o vivo – empregado na fase produtiva. Só o tempo de trabalho vivo – e precisamente na proporção em que ele seja empregado, em relação ao trabalho objetivado – pode criar mais-valia, porque [‘cria’, intervém Rosdolsky] mais-trabalho [...]”. Por isso, ressalta o autor de *Gênese*, “ao contrário do que ocorre com o tempo de trabalho, não se pode atribuir ao tempo de produção um papel criador de valor”.<sup>1045</sup>

Portanto, do ponto de vista do capital, **o tempo de produção não cria valor ou mais-valia, mas sim o tempo de trabalho não pago (mais-trabalho)**, o qual pode ser concluído e encerrado antes de se esgotar o tempo de produção.

Até aqui Rosdolsky examinou o fator tempo considerando a permanência do capital na esfera da produção. Mas sabemos que concluída a fase de produção, o capital deve ingressar na esfera da circulação, “que, como se sabe, também demanda tempo”, enfatiza o pensador ucraniano. A par disso, mais dois questionamentos são postos por Roman: “O que sucede então com este gasto de tempo? Como ele influi na criação de valor e na valorização do capital?”<sup>1046</sup>. Ou, de outro modo, o tempo de circulação do capital cria valor? O tempo de circulação do capital interfere na sua valorização, na produção de mais mais-valia?

De acordo com os ensinamentos de Marx, “a circulação ocorre no espaço e no tempo”. Nesse sentido, identificou dois tipos de circulação: a **circulação “espacial”**,

1044 Ibidem, p. 561 Nota 9.

1045 Ibidem, p. 280.

1046 Ibidem, p. 280.

ou **“real”**, e a **circulação “econômica”**. A circulação espacial, definida como “o transporte físico do produto até o mercado”, faz parte, sob o prisma econômico, do **“processo de produção”**, uma vez que pode ser considerada, na visão do nosso alemão, como “transformação do produto em mercadoria [algo que se destina e está pronto para o intercâmbio, para a comercialização, para a troca, digo eu]”, haja vista que “o produto só está realmente terminado quando se encontra no mercado”. Esse movimento que leva o produto ao mercado “faz parte de seus custos de produção”. Na circulação real ou espacial não há qualquer modificação de conteúdo no produto, o seu transporte apenas modificou a sua “existência espacial”. A extração de “metais das minas” ou o “transportar de mercadorias” até o mercado consumidor são “movimentos no espaço”.<sup>1047</sup> Ambos atos estão incluídos na esfera da produção. A circulação propriamente dita, a circulação econômica, somente “começará depois de [‘o produto’, intervém Roman] chegar ao seu lugar de destino”.<sup>1048</sup>

A circulação espacial confere ao produto um novo valor de uso e que, inclusive, consome tempo de trabalho (a exemplo da tarefa de pesar, medir, empacotar etc, dando ao produto uma forma adequada à venda e ao consumo), sendo, ao mesmo tempo, valor de troca (no sentido de valor econômico ou intrínseco<sup>1049</sup>), e, por isso, cria valor.<sup>1050</sup>

Diferentemente da circulação espacial ou real, a **circulação econômica**, a circulação propriamente dita, que ocorre **fora da esfera da produção**, é tão somente um **“processo qualitativo do valor”** (grifo nosso), **não cria valor** e, por conseguinte, **mais-valia**, é apenas “uma mudança de forma que o valor experimenta ao passar por diferentes fases”. Não obstante, esse tipo de circulação também **exige tempo**, especialmente “o tempo exigido pela transformação da mercadoria em dinheiro [processo de realização, digo eu] e do dinheiro novamente em mercadoria [processo de reprodução, digo eu novamente]”.<sup>1051</sup>

Sendo a circulação econômica a transformação da mercadoria em dinheiro e deste novamente em mercadoria, não havendo aí qualquer dispêndio de tempo de trabalho, é possível afirmar que um momento “independente do trabalho”, que “não decorre diretamente dele”, mas que “emana da própria circulação”, exerce influência ou “intervém na determinação do valor”? Marx responde afirmativamente: “Sim. ‘Pois a renovação da produção depende da venda dos produtos acabados’”, depende “da ‘transformação da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em condições de produção [em meios de produção e até mesmo em aquisição de força de trabalho, digo eu]’”. Uma coisa é dizer que a circulação econômica influencia na determinação do valor, outra coisa é afirmar que esta circulação cria valor, que valoriza

1047 Ibidem, p. 280.

1048 Ibidem, p. 561 Nota 12.

1049 [Nota 779].

1050 Ibidem, p. 281 c/c p. 561 Nota 14.

1051 Ibidem, p. 281 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

o capital, que cria mais-valia.

Como o circuito do capital contempla necessariamente a sua permanência na esfera da circulação, essa permanência, diz Rosdolsky, “é uma parte necessária na trajetória do capital”. A quantidade de bens produzidos em um período dado, a frequência com que um capital pode valorizar-se, a frequência com que seu valor pode reproduzir-se e multiplicar em um período dado, tudo isso depende, crava diretamente Marx, “da velocidade da circulação, do tempo em que esta última se realiza [...]”. Enfim, tudo isso depende do tempo de permanência do capital na circulação. Repare que esta condição de valorização, apesar de atingir o processo produtivo, não foi posta “diretamente” por ele<sup>1052</sup>.

A velocidade da circulação, portanto, é da maior importância para o capital e influi na determinação do valor, “já que dependem dela a velocidade do processo de produção e, como decorrência, ‘se não os próprios valores [...], até certo ponto, a massa dos valores’”, conclui Rosdolsky ancorado em Marx.<sup>1053</sup>

Porém, embora o tempo da circulação influa na determinação do valor, a aceleração da circulação, ao contrário do que se pode imaginar à primeira vista, não cria valor, tampouco mais-valia. Na percepção de Rosdolsky, “a aceleração da circulação pode, no máximo, **reduzir os obstáculos à reprodução do capital**, obstáculos inerentes à natureza do próprio capital”. Replicando o exemplo de Marx, “se as condições reais da produção de trigo de certo país permitem uma só colheita, nenhuma velocidade de circulação poderá convertê-la em duas colheitas”. De outra banda, a rigor<sup>1054</sup>, se, diante de condições reais de produção que permitem duas colheitas no ano, o produtor não pudesse vender seu produto da primeira safra a tempo, a segunda safra anual não poderia ser produzida de imediato. E mais, se as condições reais de produção admitissem as duas safras anuais e se o produtor vendeu a tempo a colheita da primeira safra, a velocidade satisfatória da circulação do capital apenas não criou obstáculo para que novo valor fosse criado no processo produtivo da segunda safra e evitou que o capital se desvalorizasse ou se desvalorizasse mais.<sup>1055</sup>

No primeiro caso, de nada adianta uma maior velocidade na circulação do capital para viabilizar a segunda safra no mesmo ano, ou, em outras palavras, para viabilizar a criação de novo valor. Na verdade, o capital realizado na circulação, não sendo aplicado no processo produtivo, ou não sendo aplicado de imediato, sofreu uma desvalorização. No segundo caso, ainda que as condições reais de produção sejam favoráveis à segunda safra, a menor velocidade na circulação econômica do capital

1052 Rosdolsky observa, citando Marx, que “[...] ‘a velocidade da circulação faz as vezes do volume do capital’”, pois se um capital de valor  $x$  “realiza quatro giros no ano e em cada um deles proporciona um lucro de 5%, isso (abstraindo-se a acumulação possível) é o mesmo ‘que se um capital quatro vezes maior [...] realiza com a mesma taxa percentual [5%, digo eu] um só giro em um ano’”, gerando igualmente em cada caso o lucro anual de 20% (Ibidem, p. 281).

1053 Ibidem, p. 281 e 282.

1054 Desconsiderando a possibilidade de financiamento ou outras condições exteriores ao capital.

1055 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 282.

inviabiliza o processo produtivo no tempo adequado, perdendo o capital a oportunidade de se valorizar novamente e mais rapidamente. Já na terceira hipótese, o novo valor a ser criado a partir do tempo de mais-trabalho apropriado pelo capitalista, que ocorre na esfera da produção, como vimos, não teve sua magnitude aumentada em vista da velocidade da circulação do capital; apenas proporcionou que não ocorresse uma desvalorização maior desse capital.

Portanto, arremata o nosso autor ucraniano, “**o tempo de circulação do capital é tempo de sua desvalorização**; abreviando-se o primeiro, abrevia-se também o segundo” (grifo nosso). Assim, não se pode concluir que reduzindo-se o tempo de circulação tenha-se aumentado a valorização do capital. “**Sua desvalorização é que diminuiu**” (grifo nosso).<sup>1056</sup>

Atenção para o conceito “desvalorização do capital” em Marx. Embora já tenhamos tratado disso alhures<sup>1057</sup>, em vista da fundamental importância para a compreensão do exposto neste texto, replicamos o que o nosso alemão diz sobre o fato: “Assim como o grão, lançado na terra como semente, perde seu valor de uso direto, se desvaloriza como valor de uso direto” – perde e tem desvalorizada sua utilidade direta como alimento –, “*o capital se desvaloriza desde o fim do processo produtivo até sua reconversão em dinheiro e, a partir deste, novamente, em capital*” (grifo do autor).<sup>1058</sup> Posta assim a “desvalorização” como algo inerente ao capital, prosseguimos.

Já sabemos que a busca pelo ponto máximo de valorização do capital é a tendência que o impulsiona. Considerando a esfera da produção, o capital deseja elevar ao máximo o controle do tempo total de trabalho, de modo que o trabalho necessário (trabalho pago) constituísse uma parte a menor possível e o mais-trabalho (trabalho não pago) a maior possível. No outro extremo, aponta o autor d’*O capital*, “se o tempo de mais-trabalho ou o tempo de trabalho necessário fossem [sic] iguais a zero, isto é, se o tempo de trabalho necessário absorvesse todo o tempo ou se a produção pudesse efetuar-se sem trabalho algum, não existiria nem valor, nem capital, nem criação de valor”. Do lado da circulação econômica do capital, continua ele, “se o tempo de circulação do capital fosse reduzido a zero [...], também estaríamos diante das condições mais extremas de reptição do processo produtivo, ou seja, da maior quantidade de processos de valorização do capital em um período determinado de tempo”. Partindo dessas considerações, fica claro para Marx que o tempo de circulação, considerado sob o ponto de vista absoluto, é uma subtração da valorização máxima [...].<sup>1059</sup>

Assim sendo, para Karl Marx “é impossível” que uma qualquer redução no tempo de circulação do capital “possa criar uma valorização maior que aquela criada na

1056 Ibidem, p. 282.

1057 Conforme, por exemplo, o Capítulo 21 do Folheto nº 10.

1058 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 562 Nota 24.

1059 Idem, p. 282. Taí um gancho para o leitor refletir sobre o propalado “fim do trabalho” ou da “centralidade do trabalho” como uma das características marcantes da chamada quarta fase do modo de produção capitalista, o “capitalismo cognitivo”. Faz sentido tal propositura?

fase da produção”. Como é na fase de produção que o capital emprega trabalho produtivo (mais-trabalho ou trabalho não pago) para valorizar-se, “só de maneira negativa”, prescreve Roman Rosdolsky ancorado no Livro II, “o tempo de circulação pode influir na criação de valor e na valorização do capital, pois em virtude de sua aceleração ou retardamento se abrevia ou se prolonga o tempo durante o qual o capital não pode empregar nenhum trabalho produtivo para valorizar-se”. Se diminui o tempo de circulação do capital, aumenta a possibilidade de se empregar mais trabalho produtivo num espaço de tempo menor. Se aumenta o tempo de circulação, aumenta o tempo para que o capital empregue trabalho produtivo e se valorize. Sob esse prisma, crava Marx, “o tempo de circulação não acrescenta nada ao valor [...], não é um tempo que cria valor, como é o tempo de trabalho”.<sup>1060</sup> O tempo de circulação cessa temporariamente “o tempo durante o qual o capital pode apropriar-se de tempo de trabalho alheio”; e isso significa uma desvalorização relativa do capital. O tempo de circulação, assegura Marx, “é a supressão, a negação do tempo de trabalho alheio”, revelando-se “como uma barreira à produtividade do capital e como uma subtração do tempo de mais-trabalho e de mais-valia”, este sim criador de valor.<sup>1061</sup> Na esfera da circulação econômica, portanto, ou o capital se desvaloriza mais ou se desvaloriza menos.<sup>1062</sup>

Finalizando, Roman Rosdolsky faz uma observação no sentido de que o dito no capítulo também pode ser aplicado ao dinheiro e à sua circulação. Lê-se nos *Grundrisse* que o próprio dinheiro “– na medida em que é feito de metais preciosos, ou no que se refere à sua produção em geral, como por exemplo na circulação de papel-moeda – demanda gastos, consome tempo de trabalho, mas não agrega nenhum valor aos objetos intercambiados, aos valores de troca. Seus custos são uma subtração desses valores [e, portanto, reduz a mais-valia, digo eu], uma subtração que precisa ser bancada, em partes

1060 Ibidem, p. 282 e 283. E os custos da circulação econômica? E os custos da transformação do capital em dinheiro e deste novamente em capital, qual sua natureza? A resposta Rosdolsky vai buscar no Livro II d’ *O capital*: “a lei geral é que *todos os custos de circulação que têm origem na mudança de forma da mercadoria* [transformação em dinheiro, por exemplo, digo eu] *não agregam a ela nenhum valor*. São apenas gastos para realizar o valor ou para convertê-lo de uma forma a outra”. São “*faux frais*”, falsos custos da produção capitalista. Ocorrem às custas do mais-produto ou da mais-valia. Constituem “uma dedução da mais-valia ou do mais-produto, exatamente da mesma maneira como, para um trabalhador, o tempo de que necessita para comprar seus meios de subsistência [o tempo de trabalho necessário, digo eu] é tempo perdido” (Ibidem, p. 283). Para Marx, são custos da divisão natural do trabalho” baseada “na propriedade privada” (Ibidem, p. 562 Nota 31). “Esses custos são condição necessária para a produção do capital”. O tempo que o capitalista gasta para viabilizar a circulação econômica, como nas operações financeiras, não se confunde com tempo de trabalho produtivo, produtor de valor e de mais-valia. Afinal, o detentor do capital “só é capitalista [...] enquanto se relaciona com o trabalho como trabalho alheio e se apropria de tempo de trabalho alheio”. Decorre dessa lógica a interessante interpretação de Marx para a expressão “tempo é dinheiro”: do ponto de vista do capital, diz ele, “isso só vale para o tempo de trabalho alheio, que no sentido mais estrito da frase é *money* do capital” (Ibidem, p. 284).

1061 Ibidem, p. 284 e 285.

1062 O autor de *Gênese* ainda inclui mais um quesito no assunto: a *taxa geral de lucro* (taxa média de lucro entre os setores da economia) “*não compensa as diferenças na valorização dos diversos capitais – assim como a diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho*”, derivados de distintos tempos de circulação. Muito resumidamente, pois trataremos da categoria lucro apenas no próximo folheto, isso se explica pelo fato de que, segundo Marx, para haver compensação da perda de um dos capitais (que se desvalorizou mais que os demais, pois o seu tempo de circulação foi maior) com vistas a continuar usufruindo da mesma taxa de lucro, seria necessário que seus produtos apresentassem, proporcionalmente, “um valor de troca maior que o dos demais capitais”. Porém, “de fato, isso só poderia ocorrer se a perda se repartisse entre os demais capitais” (Ibidem, p. 285).

alíquotas pelos [capitalistas, digo eu] participantes do intercâmbio”. Assim, “é parte dos custos de circulação [econômica, digo eu], na medida em que ele mesmo é tempo de trabalho empregado, de um lado, para abreviar o tempo de circulação [e assim liberar tempo para a produção de produtos, digo eu ancorado no próprio Marx], e de outro para representar um elemento qualitativo da circulação, a reconversão do capital em si em valor para si”. Uma coisa é certa, “[...] o dinheiro não aumenta o valor”. Desse modo, “O capital, portanto, se esforça para abolir o dinheiro em sua realidade tradicional, herdada, palpável, para transformá-lo em algo puramente ideal, criado e ao mesmo tempo suprimido pelo capital”.

### **B) A rotação do capital e o tempo de rotação. A continuidade da produção capitalista e a divisão do capital em partes (Capítulo 23)<sup>1063</sup>**

Roman Rosdolsky destacou diversas vezes que o circuito ou trajetória do capital é formado pela **esfera da produção** – onde se dá o **tempo de trabalho** – e pela **esfera da circulação** – onde se insere o **tempo de circulação**. Estas duas esferas, Marx ensina, “constituem as duas grandes seções do movimento do capital, que é a totalidade desses dois processos [ou esferas, digo eu]”. Elas constituem a **totalidade do movimento do capital**. Por assim ser, escreve Karl Marx, “O conjunto do movimento [do capital, digo eu] aparece como **unidade de tempo de trabalho e de tempo de circulação**, como **unidade de produção e circulação**. Esta unidade é movimento, processo”. Assim, “O capital se apresenta como esta **unidade em processo** – de produção e circulação –, que pode ser considerada como o conjunto do processo de produção do capital e também [...] como o fecho de um movimento que retorna a si mesmo” (grifo nosso).<sup>1064</sup> Vejamos.

Rosdolsky, lançando mão do Livro II de *O capital*, explica que o circuito do capital, desde o adiantamento pelo capitalista do valor do capital (capital original) até seu retorno valorizado (mais-produto ou mais-valia), “pode ser considerado a partir de dois pontos de vista: ou como um **processo isolado, completo em si mesmo**, ou como um **ciclo periódico, em constante repetição**” (grifo nosso). No capítulo de *Gênese*, ora em comento, Rosdolsky foca no segundo ponto de vista, e o mais importante para a análise do capital, visto ser este uma unidade em movimento.

Para que se possa visualizar, anota Roman citando Marx, como o “capital industrial”, no caso, “se apresenta ‘simultaneamente, embora em quantidade mutante, sob as formas de capital produtivo, capital-dinheiro e capital-mercadoria<sup>1065</sup>, e que essas formas ‘não só se alternam, mas também as diversas partes do valor global do capital

1063 O conteúdo do Capítulo 23 de *Gênese* corresponde ao item “O circuito do capital” da *Segunda seção: O processo de circulação do capital, Capítulo do capital*, dos manuscritos *Grundrisse*, de acordo com a edição de 2011 publicada pela Editora Boitempo (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., Sumário).

Contudo, na explanação do capítulo, Rosdolsky não se limita aos *Grundrisse*, recorrendo às vezes à obra posterior, *O capital*. Quando tal fato ocorrer faremos a devida menção.

1064 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 289 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1065 Sobre as diferenças formas do capital, reveja <sup>[Nota 115]</sup>.

estão sempre nesses estados, lado a lado, e atuam neles”, é preciso encarar “o ciclo do capital não como um capítulo separado, mas como a totalidade do movimento do valor do capital em processo”.

O **ciclo do capital definido como ato periódico**, conforme nosso autor ucraniano replica do Livro II, “**é sua rotação**<sup>1066</sup>” (grifo nosso); rotação esta “cuja duração é dada pela soma do **tempo de produção** e do **tempo de circulação**” (grifo nosso). Tal somatório constitui e expressa o “**tempo de rotação do capital**” (grifo nosso), que, por sua vez, “mede o intervalo entre dois períodos cíclicos de valorização do capital total, a periodicidade do processo vital do capital, ou, se preferir, o **tempo de renovação, de repetição do processo de valorização ou de produção experimentado pelo mesmo capital**” (grifo nosso). Dessa maneira, tanto o tempo de produção quanto o tempo de circulação “podem alterar a duração da rotação”.<sup>1067</sup>

Apesar de o tempo de produção afetar os períodos de rotação do capital, Roman Rosdolsky vê na fase de circulação a etapa “que determina as diferenças mais importantes nos períodos de rotação” (grifo nosso). De acordo com Marx, quanto mais rápida a circulação, quanto mais abreviado o tempo de circulação, “o mesmo capital pode repetir mais vezes o processo de produção”.<sup>1068</sup>

Nessa linha, Karl Marx dispõe, ainda, que “em um ciclo determinado de rotações do capital, *a soma dos valores criados por ele* (e, é claro, também de mais valia [...]) *varia na razão direta do tempo de trabalho e na razão inversa do tempo de circulação* [...] [pois como vimos no item A supra, enquanto o tempo de trabalho cria valor, valoriza o capital, o tempo de circulação não cria valor mas desvaloriza

1066 Do latim *rotatĭo*, rotação é a ação e o efeito de rotar/rodar, dar voltas em torno de um eixo. A rotação do capital, por sua vez, é o movimento que o capital desenvolve ao renovar-se, continuamente, em um tempo específico, no vir a ser da dinâmica econômica. Todo capital efetua seu ciclo ininterruptamente, repetindo-o constantemente. E, ao fazê-lo, realiza sua rotação: o capital-dinheiro, como capital original, se transforma em capital produtivo, o capital utilizado para adquirir meios de produção e força de trabalho, o qual se transmuta em capital-mercadoria, capital na forma de mercadoria acabada que vendida no mercado reconstitui o capital à forma dinheiro (agora valorizado), que novamente se se transforma em capital produtivo e assim sucessivamente.

1067 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 290. Da importância da rotação do capital no processo de circulação da economia capitalista, Roman exporá no capítulo vinte e quatro que trata dos capitais fixos e circulantes, sobre o qual abordaremos em seguida, e, mais detalhadamente, quando versar acerca da taxa média de lucro, o que fará no Capítulo 25, objeto do nosso próximo fascículo, o Folheto nº 12.

Ainda na página em referência, o autor, reportando-se mais uma vez ao Livro II, menciona duas circunstâncias específicas em relação ao tempo de produção: a primeira consiste no fato de que “a fabricação de diversos produtos impõe diferenças na duração do trabalho”. No caso, pode ser que um produto esteja terminado em uma semana e outro necessite de vários meses, por exemplo. Muito embora o *tempo* de trabalho possa ser o mesmo na fabricação dos dois produtos, há uma diferença nos *períodos* de trabalho exigidos na produção de ambos, o que também “pode gerar uma diferença nos períodos de rotação dos respectivos capitais”.

Observe que surge aí dois conceitos distintos: *tempo de trabalho* e *período de trabalho*. O “tempo de trabalho” diz respeito à “extensão da jornada de trabalho”, durante a qual o trabalhador gasta diariamente sua força de trabalho. O “período de trabalho”, por sua vez, “significa o número de jornadas conexas requeridas por um setor produtivo determinado para fornecer determinado [sic] produto. O produto de cada jornada de trabalho é aqui apenas um produto parcial que se segue executando dia a dia, e que só fica pronto, só é um valor de uso completo, no final de um período mais ou menos prolongado de tempo de trabalho” (Idem, p. 563 Nota 7).

A segunda circunstância refere-se às “diversas formas materiais nas quais o capital produtivo existe e a consequente divisão do capital em *fixo* e *circulante*, em virtude da qual a rotação do capital fica submetida a modificações consideráveis” (Ibidem, p. 290).

1068 Ibidem, p. 291 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

o capital, digo eu]. O valor total é igual ao tempo de trabalho multiplicado pela quantidade de rotações do capital” (grifo do autor). Desse modo, continua o filósofo alemão, “o valor criado pelo capital já não está determinado simplesmente pelo trabalho usado no processo de produção, mas também pelo coeficiente do processo de produção, ou seja, o número que expressa quantas vezes ele se repetiu em um dado período [a quantidade de rotações em um determinado período, digo eu]”.

Ainda que se considere capitais da mesma magnitude, de igual “composição orgânica e igual taxa de mais-valia, a duração do período de rotação pode ser muito diferente”, deduz Rosdolsky. Como se lê nos *Grundrisse*, conforme Roman, o tempo de circulação, como um dos elementos do tempo de rotação do capital, juntamente com o tempo de trabalho (que transcorre na esfera da produção), é “ele mesmo um elemento da produção, ou melhor, se apresenta [também, digo eu] como **limite da produção**” (grifo nosso).

Para o capitalista não há outra melhor maneira de assegurar a continuidade da produção que se eliminar o tempo de circulação. “Mas isso não é possível”, sentencia o autor ucraniano, pois, conforme Marx, “o capital, por sua natureza, percorre as diversas fases da circulação, e isso não se passa no terreno das ideias [...]; [‘esse percurso’, intervém Roman] envolve situações que estão separadas no tempo. [‘O capital’, intervém novamente o autor de *Gênese*] tem de passar um período como larva antes de poder voar como mariposa”. Portanto, prossegue o nosso alemão, “as condições da produção do capital, decorrentes de sua própria natureza, se contradizem”. Desconsiderando o crédito, na prática, essas condições “só encontram uma mediação porque o *capital se divide em partes* [uma parte fixa e outra circulante, digo eu]; *uma delas circula como produto acabado e a outra se reproduz no processo de produção*, e ambas se alternam; se uma retorna ao processo de produção, a outra abandona essa fase. Esse processo ocorre no cotidiano e também em intervalos maiores [...]”.

Portanto, só ocorre a reprodução do capital total e do valor total por que o capital se divide, mas isso não basta. Em vista de que o capital não pode estar simultaneamente na fase de produção e na de circulação, se continua produzindo enquanto circula, só ocorre a reprodução do capital total e do valor total “quando suas partes terminam de passar pelo processo de produção e o processo de circulação ou, o que é o mesmo, logo que a segunda parte entra de novo na circulação”. Portanto, “o ponto de partida [a produção, digo eu] é o ponto de chegada”. Dessa lógica Karl Marx extrai que a rotação depende “da soma total dessas duas partes [a parte **fixa e circulante do capital**, digo eu]. A rotação só está consumada quando essa soma acaba de reproduzir-se [...]” – isto é, quando a parte fixa toma a forma de circulante e a parte circulante assume novamente a forma fixa.<sup>1069</sup>

A divisão do capital em capital fixo e circulante permite que ele não interrompa o processo de produção enquanto decorre o tempo da circulação,

<sup>1069</sup> Ibidem, p. 291 e 292. Da divisão do capital em fixo e circulante trataremos no tópico seguinte, como já dito.



ficando mantida a continuidade do ciclo. Não fosse assim, assinala Rosdolsky, “o capital teria de atuar, com toda a magnitude de seu valor, primeiro como capital-dinheiro, depois como capital produtivo e finalmente como capital-mercadoria”. A produção, neste caso, seria realizada “de modo intermitente e só se repetiria depois de períodos de duração aleatória, que dependem de as duas fases do processo de circulação serem percorridas com maior ou menor rapidez”, esclarece o autor d’*O capital*.<sup>1070</sup>

Não obstante os efeitos positivos e fundamentais da divisão do capital em partes, ela “não pode impedir que em toda empresa capitalista partes do capital estejam constantemente inativas e, portanto, não possam se valorizar”, a exemplo do capital na forma de reservas de matérias-primas, na forma de dinheiro aplicado em operações financeiras, na de mercadoria ainda não vendida e na forma de dívidas ativas ainda não vencidas etc. Daí decorre a tendência necessária do capital, observa Roman Rosdolsky, “de abreviar o tempo de circulação” ou de buscar, já apontava Marx duzentos anos atrás, uma “circulação sem tempo de circulação”, através do “aperfeiçoamento das comunicações, o desenvolvimento do sistema de crédito etc.”,<sup>1071</sup> finaliza Rosdolsky.<sup>1072</sup>

Como o tempo de rotação do capital abarca o tempo de trabalho e também o tempo de circulação, é comum se atribuir a este último “o que, de fato, decorre do primeiro”: a valorização do capital, detecta Rosdolsky. Karl Marx anota: imagina-se uma “fonte mística de autovalorização do capital, independente do processo de produção e portanto da exploração do trabalho; essa fonte brotaria na esfera da circulação”. E nisso, muitas vezes, arremata Roman Rosdolsky, se baseiam “as ilusões dos capitalistas e da economia burguesa, que sistematiza o seu modo de pensar”.

Agindo assim, retira-se da análise o foco na verdadeira fonte de criação do valor (capital) e, por conseguinte, da valorização do valor (mais-valia), a razão de ser do próprio capital: a relação entre o trabalho assalariado e o capital, a produção do capital por meio da apropriação do valor do trabalho (exploração do trabalho).<sup>1073</sup>

### C) As determinações formais do capital fixo e do capital circulante (Capítulo 24)<sup>1074</sup>

O nosso pensador ucraniano Roman Rosdolsky começa o tópico vinte e quatro recapitulando que “o principal interesse do capital no processo de produção é a valorização”, para em seguida acrescentar que “esta [sua própria

1070 Ibidem, p. 292. Esse trecho do parágrafo em Nota foi extraído por Roman Rosdolsky também do Livro II (Ibidem, p. 564 Nota 22).

1071 A exemplo do que presenciamos nos dias de hoje com a disseminação do *e-commerce* (comércio eletrônico).

1072 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 292 c/c p. 563 Nota 23. Além das formas citadas em *Gênese*, aplica-se também à situação descrita no parágrafo em Nota o capital portador de juros (aquele capital que busca sua valorização na forma de juros advindos de empréstimos) e o capital fictício (aquele capital que busca sua valorização fora da esfera da produção, na forma de juros de aplicações financeiras, dividendos, etc.). Sobre esses dois tipos de capitais, veja o artigo **O capital fictício: revisitando uma controvérsia** (in PALUDETTO, Alex Wilhans Antonio e ROSSI, Pedro. Instituto de Economia da Unicamp-SP, 2018. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3659/TD347.pdf>. Consultado em 07.07.2023).

1073 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 293.

1074 Vale para o Capítulo 24 de *Gênese* o que dissemos na <sup>[Nota 1063]</sup>.

valorização, digo eu] depende da relação que se estabelece entre trabalho objetivado e trabalho vivo”. Recorda ainda que por conta do trabalho vivo, e somente por causa dele, “o valor do capital não só pode conservar-se, mas também aumentar”. Por isso, a análise de Marx, diz Rosdolsky, “convergiu”, quando se trata do processo de valorização do capital, “para a relação, decisiva no processo de valorização, entre capital constante e capital variável”.<sup>1075</sup>

Entretanto, o nosso autor ucraniano frisa que a valorização do capital, que se dá na esfera da produção, como visto, é tão somente “uma etapa do circuito do capital”. Como **unidade (totalidade)**, “a produção capitalista exige uma **alternância** constante entre **fases de produção e de circulação**” (grifo nosso). São exatamente essas fases que formam tal unidade. “Esta unidade”, diz Marx, “é movimento, processo”. Sendo, o capital, “**valor** que domina as diversas fases, **preservando-se e multiplicando-se**” (grifo nosso) é ele o **sujeito** desse movimento.

Karl Marx avança em seu raciocínio. Na medida em que o capital “é valor em processo, valor que se transforma mas que é [ao mesmo tempo, digo eu] capital em cada momento”, é assim “**capital circulante**” (grifo em itálico do autor e grifo nosso em negrito). É capital em cada momento e em cada momento “circula de uma forma a outra”. Sendo assim, “**originalmente todo capital é capital circulante**, é produto da circulação e ao mesmo tempo a produz” (grifo nosso). Nesse sentido, “o capital circulante não é inicialmente uma forma especial do capital, **é o próprio capital** [...] na condição de sujeito do movimento descrito, movimento que é o próprio capital em processo de valorização”.<sup>1076</sup>

Embora, conforme anotado acima, o capital como totalidade, e originalmente, seja capital circulante, “em transição de uma fase a outra”, ensina Marx, o capital “apresenta em cada fase um aspecto específico, típico de uma forma específica, que é sua negação como sujeito de todo o movimento”. Este aspecto típico de uma forma específica é o “[...] Capital não circulante”, **capital fixo**. “[Capital, digo eu] *fixado* em um dos diversos aspectos específicos, ou fases, que precisa percorrer” (grifo do autor).<sup>1077</sup>

Enquanto o capital “permanece no processo de produção, não é capaz de circular e está virtualmente desvalorizado [no sentido de que deixou de ser capital-dinheiro e se tornou capital-produtivo, digo eu]”. Enquanto o capital “permanece na circulação [transformando-se em capital-dinheiro, digo eu], não está em condições de produzir, de criar mais-valia, não está engajado como capital”, como capital

1075 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 295 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte). Apesar de as categorias *trabalho objetivado* e *trabalho vivo*, bem assim *capital constante* e *capital variável*, permearem o conteúdo de quase todos os folhetos publicados até o momento, para uma breve revisão da definição de trabalho objetivado e trabalho vivo remetemos o leitor para a <sup>[Nota 134]</sup>. Já para uma revisão um pouco mais detalhada dessas duas categorias e também dos conceitos de capital constante e capital variável, recomendamos o nosso Folheto nº 07.

1076 Ibidem, p. 295 e 296. “[...] em geral, todo o *valor* do capital está em circulação permanente e, por isso, nesse sentido, todo capital é capital circulante” (grifo nosso), trecho tomado por Rosdolsky do Livro II d’ *O capital* (Ibidem, p. 565 Nota 5).

1077 Ibidem, p. 296 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

propriamente dito, como capital que busca sua autovalorização continuamente. “Enquanto não possa ser conduzido ao mercado, está fixado como produto; enquanto permanece no mercado, está fixado como mercadoria [...]”. “Como sujeito que percorre todas as fases, como unidade em movimento, em processo de produção e de circulação, o capital é capital circulante; confinado em qualquer uma dessas fases, aprisionado em suas separações, é capital fixado, capital comprometido”.

Dialeticamente, então, é possível afirmar em relação ao capital, e Marx afirma, que “Como capital circulante, se fixa; como capital fixo, circula”. Sabendo agora a diferença entre capital circulante e capital fixo, vê-se que essa distinção “expressa o fato de que o capital existe sob ambas as determinações, primeiro como unidade do processo [como unidade de produção e circulação, digo eu ancorado em Marx] e em seguida como fase específica deste [expressando a diferença entre as fases de produção e de circulação, na forma de capital fixo e de capital circulante, digo eu novamente]”. Enquanto uma parte do mesmo capital, em algum momento, se imobiliza (se torna capital fixo), a outra circula<sup>1078</sup>. Conforme esclarece Rosdolsky, reproduzindo Marx, “Aqui não se trata ainda de ‘dois tipos especiais’ de capital, mas de ‘diferentes determinações formais do mesmo capital’”<sup>1079</sup>.

Quando estamos diante do processo de circulação propriamente dito, “ou seja, [quando encaramos, digo eu] o movimento do capital fora da fase de produção”, pondera Roman Rosdolsky, “a distinção entre capital ‘fixo’ e ‘circulante’ torna-se insuficiente”. Ali, o que interessa é a distinção entre capital constante e capital variável. Os “meios de trabalho (a máquina etc.) nunca abandonam o lugar da produção; permanecem ‘fixados’ nesse lugar; só seu valor circula [e o faz, desta feita, na forma de capital constante, digo eu], ao transferir-se sucessivamente, e por partes, ao produto. Os demais meios de produção (matérias-primas e auxiliares) [também na forma de capital constante, digo eu], assim como o capital variável adiantado na compra de força de trabalho, circulam de modo muito diferente”, incorporam-se ao produto final e circulam com ele. Por conta desse diferente modo de circulação, voltando às formas fixa e circulante do capital, os meios de trabalho assumem “a forma de capital ‘fixo’”, enquanto as matérias-primas e auxiliares, “assumem a de capital ‘circulante’ ou ‘fluido’”<sup>1080</sup>.

1078 Uma importante observação: considerando a determinação do capital como circulante, em processo, quando Marx afirma que uma parte do capital circula, ele não está se referindo ao capital “na fase da circulação propriamente dita [na fase da transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, digo eu]”, fase esta contraposta à fase da produção, as quais estudamos nos itens A e B supra, mas sim ao fato de que, “esteja na fase em que estiver, essa fase [da produção ou da circulação propriamente dita, digo eu] é fluida, é uma fase em processo, em transição para a seguinte [da produção para a circulação e desta para a produção, e assim sucessivamente, digo eu]; em nenhuma delas o capital está atolado e paralisado” (Ibidem, p. 296).

1079 O autor dos *Grundrisse* enfatiza a importância de se compreender as determinações de capital circulante e de capital fixo “como *determinações formais* do capital em geral, sob pena de [‘se tornarem’, intervém Rosdolsky] incompreensíveis muitos fenômenos da economia burguesa: os períodos do ciclo econômico [...]; o efeito de uma nova demanda [...]” ou de “um mercador recém-aberto” (grifo do autor). Essas situações de estímulos econômicos não empurraria o capital para uma maior produção se não “estivesse inscrito na natureza do capital que ele nunca está totalmente empregado, isto é, está sempre *parcialmente fixado*, desvalorizado, improdutivo [...]” (grifo do autor) (Ibidem, p. 297).

1080 Ibidem, p. 297 e 298.

Reportando-nos ao que foi dito, Marx nos mostra que, até aqui, “o capital fixo e o circulante apresentavam-se apenas como diferentes determinações transitórias do capital”, o mesmo capital apresentava-se em formas diversas nas diferentes fases de sua rotação. Agora, os capitais fixos e circulantes se caracterizam como tipos especiais ou particulares de capitais<sup>1081</sup>, um (meios de trabalho) nunca circula, fica sempre imobilizado, enquanto o outro circula, inclusive na forma de meios de produção, como as matérias-primas e auxiliares (porquanto incorporados ao produto final). O que circula, como visto, são seus valores (constantes ou variáveis).<sup>1082</sup>

Repare que, em Karl Marx, capital constante e capital variável, de um lado, e capital fixo e capital circulante, do outro, não são expressões sinônimas, expressam conceitos distintos. Os capitais constante e variável, ao contrário dos capitais fixo e circulante, não dizem respeito ao fato de o capital circular ou permanecer fixado; dizem respeito ao valor dos seus componentes (meios de trabalho, material de trabalho (ambos meios de produção) e força de trabalho ou trabalho vivo) e à forma como esse valor se aloca no produto. Em conformidade com Rosdolsky, esses capitais diferenciam entre si pela circunstância de que uns, correspondentes ao capital aplicado na aquisição dos meios de produção, são valores “constantes”, enquanto outros, “o capital adiantado para compra da força de trabalho”, são “variáveis”.

Os valores constantes correspondem à parte constante do capital, que “se **transfere completamente**, em cada ocasião, **ao valor do produto**, e por isso deve ser substituída completamente a partir dele [do valor do produto, digo eu]” (grifo nosso), afirma Rosdolsky.<sup>1083</sup> Com bem assenta o nosso filósofo prussiano-alemão, os valores da parte constante do capital apenas **reaparecem** no valor do produto final, não podem aumentar seu valor ou agregar a ele uma mais-valia. “Não podem agregar ao produto mais valor do que seus componentes possuem”.<sup>1084</sup> Os valores não constantes referem-se à parte variável do capital, à parte do capital adiantado para a compra da força de trabalho, criadora de valor e de mais-valia. O capital variável, este sim, agrega ao produto **mais valor** do que seus componentes possuem, portanto é capital que **cria mais-valia**.

Na continuidade da análise de Rosdolsky acerca das determinações formais do capital circulante e do capital fixo, apesar de ser um assunto analisado exclusivamente no Livro II d’*O capital*, vale a pena trazermos à tona, ainda que de passagem, o que Roman Rosdolsky expõe sobre o disposto no segundo volume da grande obra marxiana.

1081 Particularização, pontua Marx, segundo Rosdolsky, que “se relaciona com o valor de uso específico das partes componentes do capital”; valor de uso que surge aqui “como determinante da forma e da ação do capital, conferindo a um capital uma qualidade particular em relação a outro, particularizando-o” (Ibidem, p. 298).

1082 Ibidem, p. 298 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1083 Ibidem, p. 299.

1084 Ibidem, p. 300. Um aspecto importante surge aqui: o papel do valor de uso no modo de produção capitalista. Conforme Marx assinala, “A natureza específica do valor de uso na qual o valor existe, que agora se apresenta como corpo do capital, aparece aqui como determinante da forma e da ação do capital, conferindo a um capital uma qualidade particular em relação a outro, particularizando-o”. Segundo Roman, “Isso define precisamente sua maneira de ceder valor ao produto, e portanto de realizar a rotação”. Nessa condição, citando Marx, Rosdolsky anuncia: “o valor de uso volta a revelar-se ‘como categoria econômica’” (Ibidem, p. 298). Desta configuração (determinação formal) do valor de uso tratamos no Capítulo 3 do Folheto nº 02

Trata-se de saber os “motivos que levaram a economia burguesa a caracterizar os meios de subsistência do trabalhador [bens de consumo, digo eu] como capital ‘circulante’, em contraposição ao capital fixo” – ou, sintetizando, os **motivos da classificação de bens de subsistência do trabalhador como capital não fixo** –, bem assim de entender a **implicação dessa classificação para a luta de classes**. De partida, Roman, na sempre companhia de Marx, esclarece que tais motivos “devem ser buscados no caráter de classe” do pensamento burguês, “em sua reticência instintiva a penetrar muito profundamente no ‘segredo de criar lucros’”.<sup>1085</sup>

Ora, Karl Marx aduz, “Se, no lugar da força de trabalho [que cria/aumenta valor e mais-valia, digo eu], em que a parte variável do capital se converteu, colocam-se os meios de subsistência do trabalhador, esses meios, como tais, evidentemente não se diferenciam dos outros elementos do capital produtivo no que diz respeito à criação do valor [...]”, pois os meios de subsistência não criam nem aumentam o seu valor por si, tampouco agregam a ele uma mais-valia, tal qual os meios de produção. Repetimos: o valor dos meios de subsistências, como ocorre com os outros elementos do capital produtivo, só reaparecem no valor do produto, não agregam mais valor ao produto além do que eles mesmos possuem. Logo, ao considerar o valor gasto em meios de subsistência dos trabalhadores como capital variável, e não como capital constante, “fica soterrada” a determinação “de que a parte do capital investida em força de trabalho [o valor adiantado na compra da mercadoria força de trabalho, digo eu] pertence, no que se refere à rotação, à parte circulante do capital produtivo”.<sup>1086</sup> Em suma, se assim for, como quer a economia burguesa, a autovalorização do capital sai da esfera da produção e vai para a esfera da circulação, onde não há que se falar em mais-trabalho, e, então, em extração de mais-valia, e, por consequência, na exploração do trabalho assalariado como algo inerente à natureza do modo capitalista de produção.

Passemos agora a outro aspecto que envolve os capitais alvos deste item C, que nos manuscritos *Grundrisse*, objeto da obra de Rosdolsky, segundo o autor de *Gênese*, surge muito mais rigorosamente elaborado: “a crescente importância do capital ‘fixo’ no modo de produção capitalista desenvolvido”.<sup>1087</sup>

Aqui se examina o **desenvolvimento dos meios de trabalho** e sua **conversão em maquinaria ou sistema de máquinas**. Historicamente, os meios de trabalho apropriados pelo capital e trazidos para dentro do processo de sua valorização “experimentaram uma mutação formal, pelo fato de não mais se apresentarem só como meios materiais de trabalho [tal qual as ferramentas agrícolas tradicionais, o tear etc., digo eu], mas sim, ao mesmo tempo, como um modo particular de existência do capital, submetidos ao processo global deste último – como *capital fixo*” (grifo do

<sup>1085</sup> Ibidem, p. 300 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

<sup>1086</sup> Aliás, Rosdolsky observa que nos *Grundrisse* os meios de subsistência dos trabalhadores ainda aparecem como parte do capital circulante, o que Marx corrige no Livro II, conforme se pode vê no parágrafo em Nota.

<sup>1087</sup> É bom registrar que as passagens expostas nessa parte de *Gênese* foram consideradas de algum modo no conteúdo do Capítulo 17 do Folheto nº 08. Por isso, vamos procurar destacar os pontos inéditos e aqueles em que Rosdolsky mais aprofunda.

autor). Mas esta mutação não ficou só no aspecto formal, prossegue Marx nos *Grundrisse*: cada vez mais inseridos no processo de produção do capital, “os meios de trabalho experimentam diversas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou melhor, o sistema automático de maquinaria”. Convertidos, “os meios de trabalho estão transformados – no que diz respeito ao seu valor de uso [utilidade, digo eu] – e adequados a uma existência como capital fixo e capital em geral”.<sup>1088</sup>

A forma que os meios de trabalho possuíam (na produção manufatureira, por exemplo), quando foram incorporados pelo processo de produção do capital, foi “superada” por outra forma “estabelecida pelo capital e a ele correspondente”. Com o advento do sistema automático de maquinaria (e só com ele) acontece, pela “primeira vez”, o enfrentamento material do trabalho objetivado (na maquinaria) com o trabalho vivo (o trabalho que transforma os meios de produção em produto final, em capital-mercadoria) “como poder que o domina e como subsunção ativa do segundo [trabalho vivo, digo eu] pelo primeiro [trabalho objetivado, digo eu novamente], não apenas pela apropriação do trabalho vivo, mas sim no próprio processo real de produção”.

Na maquinaria, o trabalho objetivado aparece como “acumulação do saber e da destreza”, como “acumulação de forças produtivas gerais do cérebro social”, e assim esta acumulação “é absorvida [...] pelo capital, em oposição ao trabalho, e se apresenta como atributo daquele [do capital, digo eu], mais precisamente do capital fixo, na medida em que este ingressa no processo produtivo como meio de produção peculiar”. Por essa razão, “o nível de desenvolvimento” já atingido pelo modo de produção capitalista se mensura “pelo capital fixo existente; não só por sua quantidade, mas também por sua qualidade”.<sup>1089</sup>

Ainda de acordo com os *Grundrisse*, também “o desenvolvimento do capital fixo pode servir de medida para o nível alcançado pela produção capitalista”, para o **nível alcançado pela produção destinada ao consumo**. Em vista de que o “objetivo da produção orientada diretamente para o valor de uso [como a produção pré-capitalista, digo eu]”, bem assim “da orientada diretamente para o valor de troca [como a capitalista, digo eu], é o produto destinado ao consumo”, sabe-se que a produção direcionada “para fabricar capital fixo não cria diretamente objetos destinados à fruição, nem tampouco valores de troca imediatos”, valores de troca “imediatamente realizáveis [transformáveis em dinheiro pela venda, digo eu novamente]”. Diante disso, somente “quando já se atingiu um certo grau de produtividade, de modo que uma fração do tempo dedicado à produção é suficiente para garantir a produção imediata [de bens de consumo, digo eu], só então é possível empregar uma parte crescente do tempo de produção para produzir meios de produção” (grifo do autor).<sup>1090</sup>

Nesse cenário, “grande parte da riqueza já criada pode ser desviada tanto do

1088 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 301 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1089 Ibidem, p. 301 e 302.

1090 Ibidem, p. 302.

desfrute imediato [bens de consumo, digo eu] como da produção destinada a esse desfrute [meios de produção, digo eu novamente], podendo ser empregada em um trabalho não diretamente produtivo [no sentido de não ser empregado em um processo de produção direta de bens de consumo nem de meios de trabalho, digo eu interpretando o que Marx anotou]”. “[...] O resultado do tempo empregado na produção imediata deve ser suficientemente grande, em termos relativos, para que não seja necessário usá-lo inteiramente para reproduzir o capital nesses mesmos setores da indústria”. Na hipótese, “Pode-se então destinar mais [‘recursos’, intervém Rosdolsky] para construir ferrovias, canais, redes de saneamento, comunicações etc., do que para ampliar a maquinaria que participa diretamente no processo imediato de produção”.<sup>1091</sup>

Marx continua: a orientação direta da produção do capital fixo, inclusive no seu aspecto material, não é mesmo “para a produção de valores de uso imediatos ou a produção de valores requeridos para a reprodução imediata do capital [valores que representam utilidade direta no processo de criação de valor, digo eu], mas sim para a produção de meios voltados para criar valor [...]”. Em função disso, “na produção do capital fixo o capital se coloca como fim em si mesmo e se mostra ativo como capital, em uma potência mais elevada que na produção de capital circulante” (grifo do autor). Por consequência, “também sob este aspecto, a dimensão que o capital fixo já possui e a magnitude relativa de sua produção na produção global indicam o grau de desenvolvimento da riqueza baseada no modo de produção do capital”.<sup>1092</sup>

Do exposto, Rosdolsky põe um questionamento: “Mas, qual o impacto deste desenvolvimento – ou seja, o constante aumento e a crescente importância dos valores confinados na forma de maquinarias – sobre o processo de circulação do capital?”. A resposta geral que Marx apresenta passa por dois quesitos distintos entre si: a “repetição do processo produtivo” e a “reprodução do próprio capital”. A **repetição do processo produtivo** diz respeito ao tempo em que o capital (fixo ou circulante) completa sua rotação e começa tudo de novo. A **reprodução do capital** refere-se ao tempo em que o capital (fixo ou circulante) é substituído como valor de uso. “Essa diferenciação”, informa o nosso alemão, “modifica profundamente o tempo de rotação do capital total, dividido em circulante e fixo”.

Vamos à resposta do autor dos *Grundrisse*: “No caso do capital circulante, a reprodução é determinada pelo tempo de circulação; no do capital fixo, a circulação é determinada pelo tempo em que este é consumido no ato de produção como valor de uso, em sua existência material, ou seja, pelo tempo necessário para reproduzir este capital fixo [pra renovar este capital fixo, digo eu]”. No caso do capital circulante, a reprodução é determinada pelo tempo necessário para que mude de forma (capital-dinheiro/capital produtivo/capital-mercadoria). No caso do capital fixo (meios de trabalho), a reprodução é determinada pelo tempo necessário para que seja substituído (renovado).

1091 Ibidem, p. 302.

1092 Ibidem, p. 302 e 303.

Enfim, isto é tudo que assimilamos do exposto por Rosdolsky a partir do seu comentário da Segunda Seção: *Sobre o processo de circulação do capital* dos *Grundrisse*, manuscritos redigidos e organizados por Karl Marx em 1857/1858, onde o filósofo alemão registrou os resultados da investigação sobre os elementos fundamentais da crítica marxiana da economia política capitalista, que viria ser, mais tarde, a primeira versão da sua obra maior, *O capital: crítica da economia política*.

Nos próximos fascículos, por fim, caminhamos para a última seção dos *Grundrisse* (Terceira Seção. *O capital que gera frutos. Juro. Lucro. (custos de produção etc.)*), trazida por Rosdolsky em *Gênese* com o título *Parte IV – O capital produtivo. Lucros e juros*.



## FOLHETO Nº 12

### PARTE V – O CAPITAL PRODUTIVO. LUCRO E JUROS<sup>1093</sup>

#### Capítulo 25: A transformação da mais-valia em lucro. A taxa geral de lucro

A rigor, como o próprio título do capítulo indica, mais-valia (ou mais-valor) não é a mesma coisa de lucro, embora (e por isso) se transforme em lucro.

De acordo com a observação de Roman Rosdolsky, após a descrição fatiada do ciclo completo do capital – primeiro o processo de produção, depois o processo de circulação –<sup>1094</sup>, na seção dos *Grundrisse* dedicada ao lucro e ao juro lê-se que “O capital aparece agora [...] como **unidade** da produção e da circulação, [...]” (grifo nosso). Agora, sob tal configuração, o capital não só se realiza “como valor que reproduz a si mesmo e portanto se perpetua”, mas também se realiza “como valor que gera valor”. Agora ele é  $D_2$  ou  $D'$ <sup>1095</sup>. Em seu movimento de autovalorização, quando o capital sai do processo de produção, tendo absorvido tempo de trabalho vivo, e ingressa no movimento de circulação, “ele [o capital, digo eu] se considera como criador de novo valor, como produtor de valor. Comporta-se como se fosse o fundamento da mais-valia [ou mais-valor, digo eu novamente], como se a houvesse criado [...]” – comporta-se como se fosse valorizado na esfera da circulação, na esfera do mercado.<sup>1096</sup>

Nesta altura do Artigo Expositivo I já sabemos que a mais-valia é criada no processo de produção, sendo fruto da **relação entre capital e trabalho vivo**. Porém,

---

1093 Em conformidade com o Sumário da edição dos manuscritos *Grundrisse* publicada em 2011 pela Boitempo Editorial, a Parte V da obra de Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx*, ora em comento, corresponde à Terceira Seção. *O capital que gera frutos. Juro. Lucro. (Custos de Produção etc.)* daqueles manuscritos (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**. Op. cit., Sumário).

Por sua vez, de acordo com o autor de *Gênese*, a terceira seção dos *Grundrisse*, “em certo sentido”, guarda relação com o Livro III - *O processo global da produção capitalista* da obra posterior e definitiva de Marx, *O capital*. Rosdolsky relativiza essa correspondência em vista de que, “além de ser apenas um esboço” – tal qual os *Grundrisse* como um todo –, a referida seção “só enfoca as categorias de lucro e de juro como um desdobramento da análise do ‘capital em geral’”, não contemplando o capital real ou o capital acabado (a concorrência de capitais ou a pluralidade de capitais), alvo do Livro III (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 309 c/c p. 29 e 30).

Como sabemos, nos *Grundrisse*, por uma opção metodológica, o nosso filósofo alemão quis investigar inicialmente o que todas as diferentes formas de capital têm em comum, que é *ser capital*. Quando Marx se dedica primeiramente ao “capital em geral”, conforme vimos no Capítulo 2 (Folheto nº 02) deste artigo expositivo, ele quer examinar “o processo de sua formação”, a “história geral do nascimento do capital”, sua “autodeterminação”, ou sua “autoformação” – o capital não acabado. Este processo, que Rosdolsky classifica como dialético, “é apenas a expressão ideal do movimento real [a concorrência de capitais ou pluralidade de capitais] de devir [vir a ser] do capital”.

1094 Conforme os folhetos de número seis a onze do presente Artigo Expositivo I.

1095 Estudamos nos fascículos anteriores que  $D_2$  surge no ciclo do capital sob a sequência  $D_1$ -M- $D_2$ , representativa do processo de circulação mercantil capitalista – processo comprar para vender: o detentor dos meios de produção, *detentor de capital*, ao adquirir, com o dinheiro que possui ( $D_1$ ), a *mercadoria força de trabalho* (M), apropria-se e utiliza-se dela (na forma de trabalho objetivado em M) para *recuperar o que investiu e para auferir valor a mais* ( $D_2$ ).

1096 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 309 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

vimos no Folheto nº 11 que em dado período o capital, diz Marx, “produz uma mais-valia que não está determinada apenas pela mais-valia que se cria no processo de produção, mas sim pelo número de repetições do processo de produção, ou de sua reprodução no período”. Ou seja, a mais-valia é também determinada pelo processo de rotação do capital (o que não é a mesma coisa que processo de circulação).<sup>1097</sup>

Karl Marx explica. Sendo, o capital, unidade do processo de produção com o de circulação, “[...] Como a circulação é parte do processo de reprodução do capital – [é parte, digo eu] do movimento efetuado pelo capital fora do processo imediato da produção –, [como resultado desse movimento unitário do capital, digo eu novamente] a mais-valia já não **aparece** como tendo sido criada pela relação simples e imediata do capital com o trabalho vivo”<sup>1098</sup> (grifo nosso). Isoladamente, na **essência**, isso ocorreu no processo de produção. Porém, no âmbito da configuração própria e típica do capital, como unidade, “esta relação”, a relação entre capital e trabalho vivo, “se apresenta, antes, como um elemento de seu movimento total”. Sob configuração própria, “o capital já não mede o valor recém-produzido” com base “na proporção entre mais-trabalho e trabalho necessário” – a “medida real” do valor –, “passando a medi-lo a partir de si mesmo, como se ele fosse a base do valor”.

Marx continua: “[...] Medida assim pelo valor do capital presumido [como queriam os economistas burgueses, digo eu] – e sendo o capital considerado como valor que valoriza a si próprio – a mais-valia é o lucro [...], e a taxa de lucro é fixada pela proporção entre seu valor [valor da massa da mais-valia, digo eu] e o valor do capital [total ou original adiantado no processo de produção, digo eu novamente]”.

Entretanto, nos *Grundrisse*, “pela primeira vez”, segundo Roman Rosdolsky, Karl Marx expunha o fundamento da sua teoria do lucro, opondo-se frontalmente aos economistas clássicos: “**a categoria do lucro não deve ser confundida com a de mais-valia [...]**” (grifo nosso). Em Marx, de acordo com Roman, “O lucro dever ser concebido como uma **forma alterada, derivada e secundária da mais-valia [...]** [“forma”, intervém o nosso autor ucraniano] mais desenvolvida – no sentido do capital – [...]” (grifo nosso). A forma burguesa de entender o lucro, diz Marx, apaga “os vestígios de sua gênese [essência, digo eu]”. Portanto, confundir lucro com mais-valia é o mesmo que negar que a mais-valia é medida pela proporção entre o trabalho necessário (trabalho pago) e o mais-trabalho (trabalho não pago). É o que veremos a seguir.<sup>1099</sup>

No que se refere à transformação da mais-valia em lucro, que, como dissemos, afasta a ideia de que a mais-valia é igual a lucro, sendo esta igualdade

1097 Sobre o *processo de rotação do capital*, o processo de repetição do ciclo de produção ou de valorização do capital, reveja as páginas 318-321.

1098 A mais-valia já não aparece mais em sua forma *essencial* (como resultado da proporção entre trabalho necessário e mais-trabalho). Agora ela se manifesta sob a “forma *fenomênica*”. Nessa passagem do parágrafo em Nota e em outra, anterior, quando Marx trata o capital como “*unidade*”, Rosdolsky identifica mais uma vez a influência hegeliana sobre o autor dos *Grundrisse* no que se refere aos conceitos de *essência* e *aparência* (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 309 e 569 Nota 4).

1099 Idem, p. 310.

apenas uma **aparência**, Rosdolsky reproduz uma passagem do Livro III d’*O capital* relativa ao processo de produção que vale replicar: “Vimos ali como todas as forças produtivas subjetivas do trabalho se apresentavam como forças produtivas do capital. De um lado, o valor, o trabalho pretérito, que domina o trabalho vivo, se personifica no capitalista; de outro lado, e inversamente, o trabalhador aparece como uma força de trabalho meramente objetiva, [aparece, digo eu] como uma mercadoria”. Ou seja: de um lado, o valor, o trabalho objetivado nos meios de produção que domina o trabalho atual, que, por sua vez, transforma os meios de produção no produto final, se personifica no capitalista, pois este é o proprietário dos meios de produção; de outro lado, e inversamente, o trabalhador aparece como uma força produtiva não subjetiva, aparece agora como uma mercadoria, como força produtiva meramente objetiva.<sup>1100</sup>

Ainda reproduzindo o Livro III, Roman prossegue: “Em um polo aparece o preço da força de trabalho na forma transformada do salário [que é o equivalente do trabalho necessário, do trabalho pago, digo eu], enquanto no polo oposto aparece a mais-valia na forma transformada do lucro [que corresponde ao mais-trabalho, ao trabalho não pago, digo eu mais uma vez]”.

Numa carta de 30 de abril de 1868 endereçada a seu grande amigo e parceiro Friedrich Engels, também replicada pelo nosso pensador ucraniano em *Gênese*, Karl Marx escreve: “Posto que, em virtude da forma do salário, todo o trabalho aparece como se tivesse sido pago, a parte não paga [a parte correspondente ao mais-trabalho, frisamos] parece surgir não do trabalho, mas sim do capital, e não da parte variável dele, mas sim do capital total [em seu movimento na esfera da circulação, digo eu]. Assim, a mais-valia assume a forma de lucro”.

Dito isso, ingressemos na segunda parte do título do capítulo em comento: a questão da taxa geral de lucro (assunto que dá seguimento à diferenciação entre lucro e mais-valia).

De forma simplificada, **taxa geral de lucro** é definida como sendo determinada pela **relação entre a mais-valia total e o capital total da sociedade**. A mais-valia total é a soma de toda a mais-valia produzida pelos trabalhadores na sociedade (isto é, o somatório da mais-valia que é produzida pelo trabalho não pago (mais-trabalho) extraído do trabalho vivo total). O capital total da sociedade, por sua vez, é a soma de todo o capital investido na produção de mercadorias, sendo este capital composto por duas partes: a) o **capital constante total**, que é o somatório do valor dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, instalações etc.) de dada economia e b) o **capital variável**, que é o valor total da força de trabalho empregada (trabalho pago na forma de salários (trabalho necessário) – massa salarial –, extraído do trabalho vivo total). O capital total, portanto, é um determinante importante da taxa geral de lucro.<sup>1101</sup>

1100 Ibidem, p. 569 Nota 7 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1101 Deduzindo o exposto em uma fórmula, temos: taxa geral de lucro (*tgl*) = massa de mais-valia total (*mt*) (= produção total – capital total) ÷ capital total (*ct*) (= capital constante total + capital variável total). A título de exemplo, consideremos hipoteticamente o conjunto de capitalistas de uma dada economia, cuja produção total anual, tudo mais permanecendo constante,

Karl Marx ensina que “em sua forma imediata, o lucro é tão somente a mais-valia total, expressa como proporção do valor total do capital”. Assim, assinala Rosdolsky, **“o lucro total (da classe capitalista<sup>1102</sup>) nunca pode ser maior que a massa total de mais-valia”** (grifo nosso). Ademais, considerado como expressão da relação entre a mais-valia total e o capital total, **“o lucro deve, ‘em todas circunstâncias, [...] representar, em relação ao ganho, uma proporção inferior à produção real da mais-valia”** (grifo nosso).<sup>1103</sup>

Visto que se mede o lucro a partir do capital total, “que é maior do que o [capital, digo eu] aplicado em salários [capital variável, digo eu novamente] e trocado por trabalho vivo”, “[...] **a taxa de lucro nunca expressa a verdadeira taxa de exploração do trabalho pelo capital** [a taxa de mais-valia, digo eu], **mas sim uma proporção sempre menor [...]**” (grifo nosso).

Como a taxa de lucro, segundo Rosdolsky com base em Marx, se diferencia da **taxa de mais-valia** – taxa que mede o **grau de exploração do trabalho pelo capital** e que é **calculada pela razão entre a massa de mais-valia e o capital variável** –, “as leis de seu movimento [do movimento da taxa de lucro, digo eu] não coincidem com as leis da taxa de mais-valia de forma ‘tão simples e direta’ como poderia parecer à primeira vista”<sup>1104</sup>. Assim se lê nos *Grundrisse: a taxa geral de lucro* **“só poderia expressar a taxa real de mais-valia se todo o capital fosse aplicado em salários, [...] ou seja, se a matéria-prima e os meios [sic] [instrumentos, digo eu] de produção fossem iguais a zero”**<sup>1105</sup>. Mas isso “não pode ocorrer no modo de produção correspondente ao capital”, arremata Karl Marx.

A depender da composição orgânica do capital, ou seja, do grau de participação do capital constante e do capital variável no capital total, diz Marx, “A taxa de lucro pode diminuir enquanto a mais-valia real aumenta [...]”, e vice-versa. Pois, como vimos, frisa Rosdolsky, “a taxa de lucro é calculada a partir do valor total do capital”. Assim, como realça o filósofo alemão, a taxa geral de lucro “está determinada”

perfaz R\$ 660 milhões. Desse montante, R\$ 200,4 milhões correspondem ao capital total (R\$ 0,4 milhões/ano de capital variável + R\$ 200 milhões/ano de capital constante) e R\$ 399,6 milhões correspondem à massa de mais-valia extraída do conjunto dos trabalhadores (R\$ 660 milhões – R\$ 200,4 milhões). Em sendo assim, a taxa geral de lucro será igual a 1,99, ou de 199% (R\$ 399,6 ÷ R\$ 200,4), o que significa dizer que, tendo investido R\$ 200,4 milhões/ano, os capitalistas auferiram um lucro anual de R\$ 399,6 milhões, ou seja, para cada real investido os capitalistas lucraram R\$ 1,99.

1102 Na análise do lucro presente nos *Grundrisse*, Marx ainda considera o *lucro do capital* e não o lucro do capitalista à custa do outro (a concorrência de capitais), pois, como sabido, o manuscrito de 57/58 examina o “capital em geral” e não a pluralidade de capitais (*in* ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 310 c/c p. 370 Nota 10).

1103 Idem, p. 310 (Ibidem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

1104 Deduzindo, mais uma vez, o exposto em uma fórmula, temos: taxa de mais-valia (*tm*) = massa de mais-valia total (*mt*) (= produção total – (capital constante total + capital variável total) ÷ capital variável total (*v*)). Continuando com o exemplo da Nota 18, ilustramos da seguinte forma a definição de taxa de mais-valia: levando-se em conta que a massa de mais-valia anual totaliza R\$ 399,6 milhões, e que o capital variável total (a massa salarial anual) perfaz R\$ 0,4 milhões, a taxa de mais-valia anual seria igual a 9,99 ou, em termos percentuais, a 999% (taxa de mais-valia = R\$ 399,6 milhões ÷ R\$ 0,4 milhões). Portanto, enquanto a taxa geral de lucro do nosso exemplo é igual a 199%, a taxa de mais-valia alcançou 999%.

1105 Uma vez que o capital constante seria igual a zero, então ambas as taxas se equivaleriam:  $tg = mt$  (= produção total (*pt*) – (capital constante total (*ec*) + capital variável total (*v*)) ÷ *Cl* (= capital constante total (*ec*) + capital variável total (*v*)) e  $tm = mt$  (= produção total (*pt*) – (capital constante total (*ec*) + capital variável total (*v*)) ÷ *V*).

tanto “pela magnitude da própria mais-valia [tamanho da massa de mais-valia (*mt*), digo eu]” como “pela relação entre trabalho vivo e acumulado [pela relação entre a força de trabalho atual, que corresponde ao capital variável (*v*), e a força de trabalho objetivado nos meios de produção, que corresponde ao capital constante (*c*) – a composição orgânica do capital (*Coc*), digo eu novamente]”<sup>1106</sup>.

Em suma, **a taxa geral de lucro está determinada pela composição orgânica do capital e também pela magnitude da massa de mais-valia**. A par disso, Roman Rosdolsky alerta que não podemos esquecer, em relação à massa de mais-valia, que também “as diferenças do **tempo de rotação** influem na magnitude da mais-valia produzida, e portanto na taxa de lucro” (grifo nosso)<sup>1107</sup>, mas não, necessariamente, na taxa de mais-valia, que, inclusive, pode continuar a mesma.

E assim ele conclui: “Resulta daí que uma mesma taxa de lucro pode basear-se [ou expressar-se, digo eu] em diferentes taxas de mais-valia”, e vice-versa. Muito embora o grau de exploração do trabalho possa ser igual em vários setores produtivos, por conta da variação da composição orgânica do capital entre os setores, estes “produzirão diferentes massas de mais-valia, que se expressarão em diferentes taxas de lucro”.<sup>1108</sup>

Ancorando-nos na obra Manual de Economia Política, produzida pelo Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS<sup>1109</sup>, dois aspectos importantes devemos recordar aqui:

- 1º) que o **valor da mercadoria** do modo de produção capitalista se divide em **valor do capital constante** (*c*) (valor gasto pelo capitalista para a aquisição de máquinas, instalações, valor das matérias-primas, combustíveis, etc. (meios de produção)), em **valor do capital variável** (*v*) (massa salarial paga pelo capitalista aos trabalhadores) e em **mais-valia** (*m*) (diferença entre o custo efetivo de produção (composto por  $c + v + m$ ), e o custo capitalista de produção (constituído por  $c + v$ )).
- 2º) que “a **grandeza do valor da mercadoria** é determinada pela

1106 A categoria *composição orgânica do capital* é a relação entre o capital constante e o capital variável ( $Coc=c \div v$ ). “Quanto mais baixa for a composição orgânica do capital, isto é, quanto maior for o peso específico do capital variável em relação ao constante, tanto maior, com uma mesma taxa de mais-valia, será a taxa de lucro. E, inversamente, quanto mais elevada a composição orgânica do capital [quanto menor for o peso do capital variável em relação ao constante, digo eu], com uma taxa igual de mais-valia, tanto menor será a taxa de lucro. Um dos fatores que elevam a taxa de lucro é a economia na aplicação do capital constante” (in INSTITUTO DE ECONOMIA – ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro-RJ: Editorial Vitória Ltda, 1961. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/09.htm#i1c9>. Consultado em 11.08.2023).

1107 “Quanto mais rápida for a rotação do capital, tanto mais alta será a *taxa anual de lucro*, que representa a relação entre a mais-valia produzida durante um ano e todo o capital adiantado. E, inversamente, a lentidão na rotação do capital acarreta a redução da taxa anual de lucro” (Idem. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/09.htm#i1c9>. Consultado em 11.08.2023).

1108 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 310 e 311.

1109 INSTITUTO DE ECONOMIA – ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Op. cit. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/09.htm#i1c9>. Consultado em 11.08.2023 (Idem em relação à redação dos parágrafos seguintes).

**quantidade de trabalho socialmente necessário** que se exige na sua produção. Entretanto, o capitalista não gasta o seu próprio trabalho na produção da mercadoria, mas desembolsa, para isso, seu próprio capital” (grifo nosso).

Observando a utilização do capital no processo produtivo, Karl Marx identificou os dois custos mencionados no item 1º, o **custo efetivo de produção da mercadoria** (valor da mercadoria =  $c + v + m$ ) e o **custo capitalista de produção** (capital aplicado no processo produtivo =  $c + v$ ).

De acordo, ainda, com o disposto na obra do Instituto de Economia da URSS, como o **custo capitalista de produção** (capital aplicado) corresponde aos dispêndios do capitalista com os meios de produção e com os salários aos operários, ele indica **quanto custa para o capitalista produzir**. “Portanto, o **custo da mercadoria para o capitalista** é medido pelo *gasto de capital*” (grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso).

Por outro lado, como o **custo efetivo de produção** (valor da mercadoria) é formado pelo custo capitalista de produção acrescido da mais-valia, ele **indica para a sociedade quanto custa se produzir numa economia capitalista**. Portanto, “**o custo da mercadoria para a sociedade é medido pelo *gasto de trabalho***” (grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso). “Por isso, o custo capitalista de produção da mercadoria é menor do que o valor da mercadoria, isto é, do que o custo efetivo de produção”. **A diferença entre os dois custos é igual à mais-valia, “da qual o capitalista se apropria gratuitamente”** (grifo nosso).

Muita atenção para este ponto do Manual de Economia Política citado, que consideramos definitivo para o entendimento da distinção entre lucro e mais-valia: do ponto de vista dos capitalistas e dos economistas burgueses, “Quando o capitalista vende a mercadoria produzida em sua empresa [valor da mercadoria =  $c + v + m$ , digo eu], a mais-valia aparece como um determinado excedente em relação ao custo capitalista de produção [=  $c + v$ , digo eu]. Para determinar a rentabilidade de sua empresa, o capitalista confronta este excedente [a mais-valia, digo eu novamente] com o capital adiantado, isto é, com todo o capital que ele inverteu na produção [=  $c + v$ , digo eu mais uma vez]”. Assim, “A mais-valia confrontada com todo o capital toma a forma de lucro” (grifo nosso). Ora, “como a mais-valia não é confrontada com o capital variável [em si, digo eu], mas com todo o capital [sem que se separe o capital constante do variável, digo eu novamente], em seu conjunto, dissimula-se a diferença entre o capital constante empregado na compra de meios de produção e o capital variável investido na contratação de força de trabalho. Em consequência, surge a enganosa aparência de que o lucro é, supostamente, gerado pelo próprio capital”. Porém, na realidade, “**a fonte do lucro é a mais-valia criada exclusivamente pelo trabalho dos operários no processo de uso da força de trabalho, cujo valor está cristalizado no capital variável**” (grifo nosso) – isto é, a fonte do lucro é a mais-valia criada exclusivamente pelo mais-trabalho,

ou trabalho não pago, que só existe porque existe o trabalho necessário ou pago, que, por sua vez, só existe porque existe o mais-trabalho.

Ainda de acordo com o referido Manual, **somente quando se toma o capital total invertido na produção se pode dizer que o lucro é a mais valia**. Por isso o lucro **aparece exteriormente** como tendo sido engendrado pelo próprio capital em movimento. “Devido a isto Marx denomina o lucro de *forma metamorfoseada* da mais-valia” (grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso). Quando se olha para o capital como unidade do processo de produção e de circulação, não se enxerga a verdadeira origem do lucro. Entende-se que este é mero resultado da diferença entre o que se gastou no processo de produção, em meios de produção e salários, e o que foi auferido no processo de circulação com a venda da produção.

Ledo engano, digo eu. Em Karl Marx, a verdadeira origem do lucro é conhecida quando se considera o capital em suas partes isoladamente. Como o capital constante representa os meios de produção e estes não criam valor, como visto alhures, o valor do capital constante, ou seu custo, é apenas transferido para compor o valor da mercadoria final produzida. De outra banda, como quem cria valor é a força de trabalho total, composta pelo trabalho necessário ou trabalho pago e pelo mais-trabalho ou trabalho não pago, sendo que o capital variável (que corresponde ao trabalho pago) equivale apenas a uma parte da força de trabalho total, para a determinação da criação do valor deve-se considerar também a sua outra parte, o trabalho não pago. Somente a força de trabalho total transforma o trabalho objetivado nos meios de produção em mercadoria destinada à venda, gerando valor. Daí decorre a constatação que a mais-valia espelha a diferença entre o capital total (composto pelo capital constante e capital variável adiantados no processo produtivo) e o valor da produção total (composto pelo capital constante, capital variável (trabalho necessário ou trabalho pago) e pelo mais-trabalho (trabalho não pago)). E isso tudo se dá no processo de produção. Na esfera da circulação, observando-a também isoladamente, o valor já chega criado, ali se dá “apenas” a realização (a transformação em dinheiro) deste valor a mais gerado na esfera da produção.<sup>1110</sup>

Encerrando parcialmente nossa consulta ao Manual de Economia Política do Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS, nele se lê que “Do mesmo modo que a forma salário oculta a exploração do operário assalariado, criando a falsa representação de que, supostamente, todo o trabalho seria remunerado, também exatamente assim a forma lucro, por sua vez, oculta a relação de exploração, criando a ilusória aparência de que o lucro seria engendrado pelo capital [quando do seu movimento na esfera da circulação, digo eu]. Assim é que as formas das relações de produção capitalistas dissimulam e mascaram sua essência exploradora”.<sup>1111</sup>

1110 Da relação entre capital e trabalho e também da criação do valor e da mais-valia, entre outros aspectos relativos à produção do capital, tratamos no Folheto nº 07, para onde remetemos o leitor.

1111 INSTITUTO DE ECONOMIA – ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Op. cit. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/09.htm#i1c9>. Consultado em 11.08.2023.

Dito isso, retornando a *Gênese e estrutura de "O capital"*, o nosso autor ucraniano coloca em cena mais um problema também apresentado nos *Grundrisse*: o “problema da taxa geral de lucro e dos preços de produção divergentes dos valores”, ou seja, **o problema da taxa geral de lucro diante da divergência entre preço de mercado e valor da mercadoria** –, que traz consigo a questão da **taxa média de lucro**.<sup>1112</sup>

Repare que agora passamos a examinar o lucro considerando as categorias **preço e valor da mercadoria**, e não mais levando em conta o capital e sua relação com o trabalho. Lê-se nos manuscritos de 1857/1858: “Como **o lucro do capital só se realiza no preço que [...] se paga pelo valor de uso criado pelo capital** [a utilidade do capital de se reproduzir e valorizar, digo eu], **o lucro está determinado pelo excedente do preço recebido em relação ao preço que cobre os desembolsos efetuados**”. Dizendo de outra maneira: como o lucro do capital só se transforma em dinheiro por meio do preço em que foi vendido a mercadoria criada no processo produtivo, o lucro está determinado pelo excedente do preço recebido em relação ao preço que cobre o capital aplicado pelo capitalista em meios de produção e em salários – ou seja, pela diferença em relação ao “preço de custo”.

O produto deve ressarcir ao capitalista o valor do capital investido ou adiantado na produção, o custo capitalista de produção (formado pelo capital constante (valor dos meios de produção) e pelo capital variável (massa salarial correspondente ao trabalho necessário, ao trabalho pago). “Depois de subtrair aquela parte do preço que representa esse ressarcimento”, explica Marx, “o excedente constitui o lucro”. Como o mais-trabalho não custa nada ao capital, não está incluído entre os valores adiantados pelo capitalista na produção. “Este mais-trabalho”, que, como vimos, está incluído no custo efetivo de produção da mercadoria e que é a fonte da mais-valia, e portanto do lucro, “[...] não aparecerá entre os custos de produção do capital”. “Portanto, do ponto de vista do capital, os custos de produção não são os reais custos de produção, pois, ao capital, o mais-trabalho não custa nada. O excedente no preço do produto sobre o preço dos custos de produção [do capital, digo eu] forma o lucro”.<sup>1113</sup>

Ao afirmar que “o lucro do capital só se realiza no preço que se paga pelo valor de uso criado pelo capital”, Marx adentra ao **campo do intercâmbio**, e, por conseguinte, ao **campo da concorrência**. E assim assenta: “[...] **para cada capital individual o lucro não estará necessariamente limitado por sua mais-valia, pelo mais-trabalho contido nele; terá relação também com o preço a mais que o capital obtenha no intercâmbio**” (grifo em itálico do autor, demais grifos nossos). Pode-se realizar um intercâmbio por um valor maior do que o equivalente aos chamados “custos efetivos de produção ( $c + v + m$ )”. Neste caso, “o **lucro será maior que sua mais-valia**” (grifo nosso). Todavia, “Isso exige que outro agente do intercâmbio [outro capitalista, digo eu] não receba um equivalente”. Mas o contrário também pode ocorrer,

1112 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 311 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1113 Ibidem, p. 570 Nota 20.



**o lucro pode ser menor que a mais-valia:** “Pode existir lucro para o capital, mesmo que ele não realize [...] todo o mais-trabalho mobilizado por ele”.<sup>1114</sup>

Na explicação dessas operações, o autor dos *Grundrisse*, a nosso ver, dá o “pulo do gato” ao introduzir um importante aspecto relativo à mais-valia: **“A mais-valia total, assim como o lucro total – que é apenas a própria mais-valia calculada de outra maneira –, nunca pode aumentar ou diminuir por causa dessa operação** [ou dessas operações de intercâmbio, digo eu]; **o que se modifica é sua distribuição** [a distribuição da mais-valia, digo eu novamente] **entre os diversos capitais”** (grifo nosso), visto que na operação de intercâmbio da mercadoria capitalista, na sua realização (na sua venda), que ocorre na esfera da circulação, não há criação de mais-valia, pois esta foi criada, antes, no processo de produção.

Imaginamos que o leitor mais atento esteja intrigado com o que estamos a analisar neste momento sem sair dos *Grundrisse*: a questão do lucro em face da concorrência de capitais, em face dos “diversos capitais”. Não dissemos ao longo de todo este artigo que naqueles manuscritos Marx investigou o “capital em geral”, não tratando da pluralidade de capitais? Nada mudou nesse sentido. Os próprios *Grundrisse* esclarecem, conforme aponta Rosdolsky: “Todavia, Marx acrescenta, este problema só deve ser abordado ‘na seção sobre concorrência’, sobre a ‘pluralidade de capitais [que veio a ser o Livro III d’*O capital*, digo eu], e não aqui’ onde só devemos prestar atenção ‘no lucro do capital’, ou seja, no capital e no lucro ‘em geral’”.<sup>1115</sup>

Contudo, para Marx, já nos *Grundrisse* se fazia necessário abordar essa questão, ainda que com foco no capital e no lucro em geral, como afirmou, pois entendia que este estágio da investigação não se ocupava da repartição da mais-valia, como podia parecer, e sim, ainda, de sua criação, apesar de saber que “outras determinações intervêm no nivelamento das taxas de lucro”, como chegou a observar nos próprios manuscritos. Ocorre que para avançar neste aspecto se fazia necessário analisar como se efetua a distribuição de mais-valia entre os diversos capitais para se chegar, agora, finalmente, na formação da taxa média de lucro de dada economia.

Primeiramente vamos à definição de **taxa média de lucro**. Com o auxílio do livro Manual de Economia Política, da Academia de Ciências da URSS, define-se taxa média de lucro como sendo **o somatório da taxa geral de lucro, correspondente a capitais da mesma grandeza de diferentes ramos da economia, dividido pela quantidade de setores considerados**. “Assim, a concorrência entre os diferentes ramos da produção faz com que as diversas taxas de lucros, existentes nos diferentes ramos da produção capitalista, nivelem-se numa taxa comum (ou média) de lucro. Este nivelamento opera-se através da transferência do capital (e, conseqüentemente, do trabalho) de uns ramos da produção para outros, através do **mecanismo dos preços**” (grifo nosso),<sup>1116</sup> ou seja, o nivelamento das taxas de lucro opera-se através

1114 Ibidem, p. 311 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1115 Ibidem, p. 312 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1116 INSTITUTO DE ECONOMIA – ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Op. cit. Disponível em

da transferência de uma parte da mais-valia, que corresponde ao mais-trabalho, de um setor para outro.

Segundo Marx, limitando-se à seara da concorrência de capitais de ramos diferentes, “É impossível que as taxas de lucro [‘diretas’, intervém Rosdolsky] extraídas de capitais iguais a 100 [capitais da mesma magnitude, digo eu] sejam iguais, já que são diferentes as proporções do mais-trabalho, segundo a produtividade do trabalho e as relações entre matéria-prima, maquinaria, salário e volume de produção [...]”. O filósofo alemão-prussiano prossegue: “A classe capitalista distribui, até certo ponto, a mais-valia total, de modo que [‘os capitalistas participam nela’, intervém novamente Rosdolsky] de maneira uniforme, de acordo com a magnitude de seu capital, em vez fazê-lo de acordo com a mais-valia criada de fato pelos capitais nos diversos ramos de negócios. O lucro maior – procedente do mais-trabalho real dentro do setor produtivo, isto é, originado na mais-valia realmente produzida – é rebaixado para o nível médio pela concorrência, enquanto o deficit de mais-valia no outro setor é elevado a esse nível médio graças à retirada de capitais dele”. E isso ocorre, ou se produz, “pela relação entre os preços nos diversos ramos de negócios, os quais podem cair, em um deles, para abaixo de seu valor, enquanto no outro se elevam para acima desse valor. Daí surge a aparência de que a mesma soma de capital cria o mesmo mais-trabalho ou a mesma mais-valia em diferentes setores”.<sup>1117</sup>

Reportando-nos mais uma vez ao livro Manual de Economia Política, que também nos serve de apoio na análise da taxa média de lucro, replicamos o exemplo ali exposto para ilustrar o escrito acima: “Suponhamos que existam na sociedade três ramos

---

<https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/09.htm#1c9>. Consultado em 15.08.2023.

Note que estamos tratando da concorrência de capitais em *diferentes ramos* da economia, o que é distinto de considerar a concorrência de capitais em *um mesmo ramo* da economia. “A *concorrência dentro de cada ramo* é a que se estabelece entre as empresas de um mesmo ramo, produtoras de mercadorias do mesmo gênero, buscando maiores vantagens na *venda* dessas mercadorias e a obtenção de *lucros suplementares*. As diferentes empresas trabalham em condições diversas e diferenciam-se umas das outras pelas proporções da empresa, pelo nível de dotação técnica e de organização da produção. Devido a isto, não é o mesmo o valor individual das mercadorias produzidas por diferentes empresas. Entretanto, o preço das mercadorias não é determinado pelos seus valores individuais, mas pelo valor social. O processo de formação do valor social opera-se espontaneamente, através da concorrência entre empresas de um mesmo ramo” (grifo do autor) (O valor individual da mercadoria é o tempo de trabalho abstrato necessário para produzir uma mercadoria em particular. Já o valor social da mercadoria é o tempo de trabalho abstrato necessário para produzir uma mercadoria em relação ao tempo de trabalho abstrato necessário para produzir outras mercadorias. O valor social da mercadoria é importante porque é o que determina o preço de mercado da mercadoria). Já a *concorrência entre os diferentes ramos* “é aquela que se estabelece entre os capitalistas dos diferentes ramos da produção por uma *inversão mais lucrativa* do capital. Os capitais empregados nos diferentes ramos da produção possuem composições orgânicas diversas. Uma vez que a mais-valia é criada exclusivamente pelo trabalho dos operários assalariados [na forma de trabalho não pago ou mais-trabalho, frisamos], nas empresas daqueles ramos onde predomina uma baixa composição orgânica do capital [quando a participação do capital variável é maior que a do capital constante, digo eu], um capital da mesma grandeza e com uma taxa igual de mais-valia produz uma massa relativamente maior de mais-valia [e, por conseguinte, uma taxa de lucro maior, digo eu]. Já nas empresas onde a composição orgânica do capital é mais elevada [quando a participação do capital variável é menor que a do capital constante, digo eu], produz-se uma massa relativamente menor de mais-valia para um capital da mesma grandeza [e, por conseguinte, uma taxa de lucro menor, digo eu mais uma vez]. Todavia, a luta de concorrência entre os capitalistas dos diferentes ramos faz com que se nivelem as proporções dos lucros sobre os capitais de iguais dimensões” (Idem. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/09.htm#1c9>. Consultado em 15.08.2023).

1117 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 311.

— de couros, têxtil e de construção de máquinas — com capitais da mesma grandeza, mas com diferentes composições orgânicas. A grandeza do capital adiantado em cada um desses ramos é igual a 100 unidades (digamos milhões de dólares). O capital do ramo de couros é composto por 70 unidades de capital constante e 30 unidades de capital variável; o do ramo têxtil [é composto, acrescentamos] de 80 unidades de capital constante e 20 de variável e o do ramo de construção de máquinas é composto de 90 unidades de capital constante e 10 unidades de capital variável”. Considerando que a taxa de mais-valia seja a mesma nos três casos e igual a 100%, “no ramo de couros serão produzidas 30 unidades de mais-valia, no têxtil 20 e no de construção de máquinas 10 unidades<sup>1118</sup>. O valor das mercadorias, no primeiro ramo, será igual a 130, no segundo, a 120, no terceiro, a 110, [de modo que, digo eu] nos três ramos, em conjunto, [o valor total das mercadorias será igual, digo eu novamente] a 360 unidades”<sup>1119</sup>.<sup>1120</sup>

No caso de as mercadorias serem vendidas pelo seu valor, “no ramo de couros a taxa de lucro será de 30% ( $\frac{30}{100} \times 100$ ), no têxtil, de 20% ( $\frac{20}{100} \times 100$ ) e no de construção de máquinas será de 10% ( $\frac{10}{100} \times 100$ )<sup>1121</sup>. Essa distribuição dos lucros revela-se bastante vantajosa para os capitalistas do ramo da produção de couros, mas desvantajosa para os capitalistas do ramo da construção de máquinas”. Por uma inversão mais lucrativa do capital, nestas condições, “os industriais da construção de máquinas irão procurar uma aplicação mais vantajosa para os seus capitais. E esta aplicação eles a encontrarão no ramo de couros. Verificar-se-á, então, uma transferência dos capitais do ramo da construção de máquinas para o da indústria de couros. Devido a isto, a quantidade de mercadorias produzidas no ramo de couros aumentará, a concorrência [interna, digo eu] inevitavelmente tornar-se-á mais aguda e obrigará os industriais desse ramo a baixar os preços de suas mercadorias, o que acarretará também a redução da taxa de lucro. E no ramo da construção de máquinas, ao contrário, diminuirá a quantidade de mercadorias produzidas e a modificação verificada na relação entre a oferta e a procura oferecerá aos industriais a possibilidade de elevar os preços de suas mercadorias, em razão do que subirá também a taxa de lucro”.

Na sequência do movimento do capital, “A queda dos preços no ramo de couros e o aumento dos preços no de construção de máquinas continuará até o momento em que a taxa de lucro em todos os ramos se tornar aproximadamente a mesma. Isto se produzirá quando as mercadorias de cada um dos três ramos forem vendidas

1118 Taxa de mais-valia ( $tm$ ) = massa de mais-valia total ( $m$ ) (= produção total – (capital constante total + capital variável total) ÷ capital variável total ( $v$ )) <=>  $m = tm \times v$ . Ramo de couros:  $m = 1 \times 30 = 30$  unidades. Ramo têxtil:  $m = 1 \times 20 = 20$  unidades. Ramo construção de máquinas:  $m = 1 \times 10 = 10$  unidades. Massa de mais-valia total = 60 unidades.

1119 Valor da mercadoria (ou custo efetivo de produção) ( $ce$ ) = capital constante ( $c$ ) + capital variável ( $v$ ) + massa de mais-valia ( $m$ ). Ramo de couros:  $ce = 70 + 30 + 30 = 130$  unidades. Ramo têxtil:  $ce = 80 + 20 + 20 = 120$  unidades. Ramo construção de máquinas:  $ce = 90 + 10 + 10 = 110$  unidades.  $Ce$  total = 360 unidades.

1120 INSTITUTO DE ECONOMIA – ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Op. cit. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/09.htm#i1c9>. Consultado em 15.08.2023 (idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

1121 Taxa geral de lucro ( $tgl$ ) = massa de mais-valia total ( $m$ ) (= produção total – (capital constante total + capital variável total) ÷ capital total ( $ct$ ) (= capital constante total + capital variável total)). Ramo de couros:  $tgl = 30 \div 100 \times 100 = 30\%$ . Ramo têxtil:  $tgl = 20 \div 100 \times 100 = 20\%$ . Ramo construção de máquinas:  $tgl = 10 \div 100 \times 100 = 10\%$ .

por 120 unidades ( $130 + 120 + 110/3$ <sup>1122</sup>). O lucro médio de cada ramo, em tais condições, será igual a 20 unidades”<sup>1123</sup>.

“Com a formação da taxa média de lucro, os capitais de uns ramos (em nosso exemplo, do ramo de couros) privam-se de uma parte da mais-valia criada pelos operários que neles trabalham [=30 unidades]. Em compensação, os capitalistas de outros ramos (em nosso exemplo, do ramo de construção de máquinas) realizam um excedente de mais-valia. Isto significa que os primeiros vendem suas mercadorias por preços abaixo [=120 unidades] do seu valor [=130 unidades], enquanto que os segundos o fazem por preços [=120 unidades] que superam o seu valor [=110 unidades]. O preço da mercadoria de cada ramo compõe-se agora do custo de produção (100 unidades) e do lucro médio (20 unidades)”. Por fim, verifica-se que o preço resultante da soma do custo de produção da mercadoria com o lucro médio é o preço de produção ou preço de mercado.

Encerrado seu comentário sobre o que se tem da taxa média de lucro nos *Grundrisse*, nas páginas finais do capítulo vinte e cinco, Roman Rosdolsky dedica-se às passagens daqueles manuscritos em que identifica a diferença entre a teoria do lucro de Karl Marx e a de David Ricardo, visto que da crítica da teoria deste último nasceu a teoria do lucro de Marx. Sobre essa distinção destacamos dois pontos, sem entrar nos detalhes expostos por Roman:

- a) que a teoria de Ricardo “não pode superar a contradição entre a determinação dos valores dos produtos pelo tempo de trabalho relativo [ou tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, digo eu] e a ‘fixação real do preço na prática’ justamente porque ele não ‘concebe o lucro como forma secundária e derivada da mais-valia’<sup>1124</sup>. Embora conceba que o valor é determinado pelo trabalho, David Ricardo esbarrou “na contradição entre, de um lado, a determinação do valor a partir do trabalho e, de outro, a existência de uma taxa geral de lucro [...]”<sup>1125</sup>. Não “reconhece diferença nem entre capital constante e capital variável nem entre taxa de lucro e taxa de mais-valia”<sup>1126</sup>. Ao contrário da escola ricardiana, a teoria marxiana do lucro “demonstrou que, pela intervenção da taxa geral de lucro, ‘cria-se um preço de mercado diferente do valor de troca [no sentido de valor, ou valor econômico ou intrínseco da mercadoria, digo eu] [...]”<sup>1127</sup>; e
- b) a importância fundamental do método dialético hegeliano,

1122 Onde 130, 120 e 110 unidades correspondem ao valor ou custo efetivo de produção da mercadoria de cada um dos três ramos considerados no exemplo apresentado.

1123 Taxa média de lucro ( $tml$ )= $\Sigma$  taxa geral de lucro ( $tg$ )  $\div$  nº de ramos da economia =  $60\% \div 3 = 20\%$ .

1124 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 312.

1125 Idem, p. 313.

1126 Ibidem, p. 315.

1127 Ibidem, p. 313 c/c p. 571 Nota 30 (Trecho extraído pelo autor de *Gênese do texto Para a crítica da economia política*, escrito por Marx em 1959).

em seu “elemento racional”, como Marx afirma numa carta a Engels, de janeiro de 1858, transcrita em parte por Rosdolsky, “para “jogar por terra” toda “a doutrina sobre o lucro, tal como existia até hoje [referindo-se aos economistas clássicos, digo eu]”, reconhecendo o lucro como uma “forma fenomênica” necessária da mais-valia.<sup>1128</sup>

Numa síntese apertada do capítulo vinte e cinco de *Gênese*, elencamos alguns aspectos que devem ser fixados pelo leitor: (a) em seu movimento, o capital não só se realiza (cumpre sua finalidade precípua) como valor que reproduz a si mesmo e portanto se perpetua, mas também se realiza como valor que gera valor ou mais-valia ( $D_1-M-D_2$ ); (b) o capital por si só, porém, não cria/produz novo valor ou mais-valia e tampouco é seu fundamento; (c) a mais-valia é fruto da relação capital e trabalho, sendo o mais-trabalho ou trabalho não pago o seu fundamento; (d) a criação de valor ou de mais-valia dar-se-á na esfera da produção, inclusive pelo número de vezes que o processo de produção se repete (rotação do capital), e não na esfera da circulação ou na esfera do mercado; (e) lucro não é sinônimo de mais-valia, aquele deve ser concebido como uma forma alterada, derivada e secundária da mais-valia; (f) em termos do “capital em geral”, o lucro deve representar, em relação ao ganho, uma proporção inferior à produção real da massa de mais-valia, ou seja, a taxa de lucro nunca expressa a verdadeira taxa de exploração do trabalho pelo capital (a taxa de mais-valia), mas sim uma proporção sempre menor; (g) do mesmo modo que a forma salário oculta a exploração do operário assalariado, pois a forma fetichizada do capital cria a falsa representação de que todo o trabalho seria remunerado, também exatamente assim a forma lucro oculta a relação de exploração, criando a ilusória aparência de que o lucro seria engendrado pelo capital quando do seu movimento na esfera da circulação (ou seja, quando o capital-mercadoria se transforma em capital-dinheiro com a venda do produto final); h) desse modo, as formas das relações de produção capitalistas dissimulam e mascaram sua essência exploradora.<sup>1129</sup>

---

1128 Ibidem, p. 313.

1129 Considerando o estágio atual da nossa **Expedição**, ou seja, a etapa do estudo dos *Grundrisse*, a partir dos comentários de Roman Rosdolsky, alertamos que tais formulações não consideram o movimento do capital real (o movimento dos diversos capitais, a concorrência ou pluralidade de capitais), cuja condição poderá modificar, total ou parcialmente, algumas dessas conclusões, como por exemplo a do item (f). Todavia, como já explicitado, Marx só abordou o capital real no Livro III d’*O capital*. Portanto, considerando a análise do “capital em geral”, do capital em devir, contida nos *Grundrisse*, é fundamental fixarmos seus fundamentos para o entendimento não só do Livro III como dos demais livros da obra maior marxiana.

## Capítulo 26: A lei da queda da taxa de lucro e a tendência à derrocada do capitalismo<sup>1130</sup>

O nosso pensador marxista ucraniano, Roman Rosdolsky, começa o capítulo vinte e seis de *Gênese e estrutura de O capital* afirmando taxativamente que “O manuscrito de 1857/1858”, *Grundrisse*, “também traz a solução para outro problema fundamental da economia [capitalista, complementamos], o da **queda tendencial da taxa de lucro**” (grifo nosso). E disse mais: “Tal solução também nasceu da análise da teoria de Ricardo [referindo-se ao grande economista político clássico britânico, David Ricardo, digo eu]”.<sup>1131</sup>

Segundo Rosdolsky, David Ricardo, assim como todos os economistas clássicos, “destaca que a **tendência natural do lucro é cair**’ na medida em que o **capital se acumula**” (grifo nosso) – isto é, na medida em que parte dos lucros são continuamente reinvestidos na produção, aumentando o volume de capital constante (meios de produção) na economia, criando-se um ciclo de autorrealização e, por conseguinte, de acumulação crescente de capital pela via da execução sucessiva de investimentos.

“De onde vem essa tendência? Em que se baseia?”, questiona o autor de *Gênese*. Restringindo-se aos dois maiores representantes da Escola Econômica Clássica, Adam Smith e David Ricardo,<sup>1132</sup> Roman Rosdolsky, ancorado nos *Grundrisse*, mas não só, traz as explicações de Smith, as fundamentações de Ricardo e, por fim, o posicionamento de Marx em face das teses desses economistas, bem como a explicitação da sua própria teoria.

Discorrendo sobre a tese de Adam Smith, autor da importante obra *A Riqueza das Nações*, Karl Marx aponta que Smith foi um dos que “explicitou a queda na taxa de lucro, na medida em que o capital aumenta, como se ela [a queda da taxa de lucro, digo eu] decorresse da **concorrência entre os capitais**” (grifo nosso).

Conforme afirma o nosso filósofo alemão, David Ricardo, de pronto, “se opôs” à explicação do autor de *A riqueza das Nações*, sob o argumento de que na disputa de capitais de diversos setores produtivos “a concorrência pode [até, digo eu] reduzir as taxas de lucro”, porém, tão somente “até um nível médio”. Ou seja, a concorrência pode nivelar as taxas, como vimos no capítulo anterior, mas não pode fazer cair essas taxas médias.

Karl Marx também rejeitou a tese “smithiana”, classificando-a como “falsa”.

1130 No capítulo vinte e seis, além dos *Grundrisse*, o autor de *Gênese* também recorre ao *Livro I - O processo de produção do capital*, ao *Livro III - O processo global da produção capitalista* e ao *Livro IV - Teorias da mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico*, todos d’*O capital*. Quando tal situação ocorrer, faremos menção ao Livro utilizado.

1131 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 315 (Idem em relação à redação dos cinco parágrafos seguintes).

1132 Sobre a Escola Econômica Clássica e seus maiores representantes, Adam Smith e David Ricardo, reveja as <sup>[Notas 46, 191 e 137]</sup>.

Falsa no sentido em que Adam Smith compreende a pluralidade de capitais “como se concorrência impusesse ao capital leis externas, induzidas de fora, que não seriam suas próprias leis”. Como, para Smith, o movimento tendencial de queda da taxa de juros não é um fato intrínseco ao capital, ligado à sua natureza, às suas contradições imanentes, então seria possível controlá-lo também externamente.

No entendimento do autor d’*O capital*, porém, “A concorrência só pode fazer baixar permanentemente e em todos os setores as taxas de lucro, ou seja, só pode fazer baixar permanentemente as taxas médias de lucro, com a força de uma lei, se for concebível – e só na medida em que for concebível – uma queda geral e permanente antes mesmo de a concorrência operar, por motivos que não têm nada a ver com ela” – por motivos relacionados, na origem, com a essência do capital, com as contradições que lhe são inerentes. Por ser assim, em conformidade com o pensamento marxiano, não se pode atribuir à concorrência de capitais em si a condição de fundamento da queda tendencial da taxa de lucro.<sup>1133</sup>

Ao contrário de Adam Smith, ambos, Karl Marx e David Ricardo, extraem das **próprias leis internas do capital** os respectivos argumentos para explicar o fenômeno.

A par disso, o nosso autor ucraniano indaga: “Qual é”, para David Ricardo, “a lei interna que produziria a tendência à queda na taxa de lucro?”. Marx responde com base em assertiva do próprio Ricardo: “[...] A contínua queda do lucro está relacionada, pois, a um **contínuo aumento da renda da terra**” (grifo nosso). Isso dito, é de se afirmar que o fundamento daquele economista britânico para explicar a queda tendencial da taxa de lucro se ampara na lei da renda da terra.<sup>1134</sup>

Para compreendermos pelo menos um pouco da tese de David Ricardo, valemo-nos da professora Maria Heloisa Lenz:<sup>1135</sup>

“[...] é da definição da renda de Malthus<sup>1136</sup> que Ricardo parte para a elaboração de sua própria teoria. Segundo essa definição, a renda [da terra, digo eu] é ‘a parte do valor do produto total que resta ao proprietário [fundião, digo eu] após o pagamento de todas as despesas de qualquer espécie correspondentes ao cultivo, incluindo-se nestas despesas os após o pagamento de todas as despesas de qualquer espécie correspondentes ao cultivo, incluindo-se nestas despesas os lucros do capital empregado, calculados segundo a taxa usual

1133 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 315.

1134 Idem, p. 315 e 316.

1135 LENZ, Maria Heloisa. **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre-RS: Secretaria do Planejamento e da Administração - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 4ª Impressão, Nº 1, 1992, p. 23. Disponível em <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=8b565f4f473fe5a2JmltdHM9MTY5MjU3NjAwMCZpZ3VpZD0wNTFkZWJjZi0xOWY5LTU0ZGltMjE1NC1mOTE0MTg2ZjY1YzQmaW5zaWQ9NTAwNg&ptn=3&hsh=3&fclid=051debcf-19f9-64db-2154-f914186f65c4&u=a1aHR0cDovL2Nkbi5mZWUudGN0ZS5ici90ZXNlcy9kaWdpdGFsaXphY2FvL3Rlc2VzXzEucGRm&ntb=1>. Consultado em 21.08.2023. (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1136 Sobre esse importante economista, acesse [https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Malthus](https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus) (Visto em 21.08.2023).

*e comum dos lucros do capital agrícola no período de tempo considerado*'. Desse modo, se o produto total for unicamente igual ao valor das despesas necessárias ao cultivo, não pode haver nem renda, nem lucro". (grifo nosso)

A professora Lenz prossegue, desta feita discorrendo sobre a relação da renda da terra com a taxa de lucro na visão ricardiana:

"[...], Ricardo no 'Ensaio' trouxe uma visão inovadora da teoria da renda da terra, na medida em que a apresentava juntamente com uma teoria sobre os lucros [...] [que contemplava, digo eu] a *tendência à queda da taxa de lucro* no decorrer do processo de desenvolvimento do capitalismo. É importante ressaltar que, no exame da questão da renda da terra levada a efeito por Ricardo, a preocupação maior era com o comportamento da taxa de lucro. Sobretudo com as suas relações com o *salário*. Disso depreende-se que Ricardo tinha pleno conhecimento da natureza capitalista da economia examinada por ele. Na medida em que *o comando do processo de acumulação de capital é dado pela taxa de lucro*, dependendo de seu movimento, e deste, o do próprio processo capitalista, não há dúvida alguma de que o lucro representa a categoria econômica fundamental. [...] A análise da determinação e da evolução da taxa de lucro empreendida por Ricardo desenvolve-se a partir do pressuposto de que esta [a taxa de lucro, digo eu] se acha diretamente ligada à questão da determinação e da evolução da renda da terra. Isso fica claramente explicitado na abertura do seu artigo quando afirma: 'Ao analisar a questão dos lucros do capital, torna-se necessário considerar os princípios que regulam o aumento e a diminuição da renda fundiária, uma vez que esta e os lucros encontram-se em íntima conexão entre si'. Dessa forma, a tese fundamental de Ricardo é que *a taxa geral de lucro da economia é determinada pela taxa de lucro agrícola* e que o seu exame exige uma análise concomitante da renda fundiária". (grifo nosso)

Do exposto, destaca-se que a partir da análise dos princípios que atuam sobre o aumento e diminuição da renda da terra, David Ricardo investiga não só o comportamento da taxa de lucro, que corresponde a um movimento tendencial de queda, mas também, e sobretudo, a relação dessas categorias com o salário.<sup>1137</sup>

Na apreciação do **comportamento da taxa de lucro em face ao salário**, aspecto principal da tese ricardiana para a queda tendencial da taxa de lucro,

1137 Dos detalhes da teoria ricardiana da renda da terra e sua relação com a taxa de lucro, e desta com o salário, bem como da crítica de Marx à referida teoria, trataremos no quarto momento da nossa **Expedição**, mais precisamente quando do estudo do Livro IV d'*O capital*. Para o momento, uma boa síntese da teoria de David Ricardo e do posicionamento de Marx sobre o tema pode ser encontrada nos escritos da professora Maria Heloisa Lenz, [A teoria da renda da terra: Ricardo e Malthus](#) e [A categoria econômica renda da terra](#).



Roman Rosdolsky, citando o economista britânico, marca que “[...] segundo sua teoria, lucros e salários só podem aumentar ou diminuir em proporção inversa. Daí surge a ideia de que ‘a acumulação de capital não pode provocar uma queda permanente no lucro se não houver uma causa permanente para o aumento dos salários’”.<sup>1138</sup> Em nossas palavras: a teoria do lucro de David Ricardo (que ele aplica à economia como um todo, embora adote como parâmetro a renda fundiária) aceita a acumulação de capital (o aumento crescente do capital agrícola) como geradora da queda tendencial da taxa de lucro, mas vincula a produção desse efeito a um fator determinante, o aumento permanente dos salários.

De acordo com Rosdolsky, D. Ricardo considera o valor do salário, regra geral, “igual ao preço dos meios de subsistência necessários aos trabalhadores”. Nessa linha, diz Marx, “para explicar a queda na taxa de lucro, é preciso concluir que o valor do principal componente dos meios de vida – a alimentação – cresce constantemente”. E isto, complementa o filósofo alemão, reproduzindo o que próprio David Ricardo escreveu, “decorre do fato de que a agricultura se torna cada vez menos produtiva [...]. A contínua queda do lucro está relacionada, pois, a um contínuo aumento da renda da terra”.<sup>1139</sup>

Grosso modo, a teoria da renda da terra de Ricardo tem como premissa que a qualidade da terra (mais produtiva/menos produtiva) influi inversamente no movimento da renda fundiária.<sup>1140</sup> Na medida em que se acumula capital com abertura de novas áreas (que, segundo Ricardo, são de qualidade inferior às anteriores, e assim sucessivamente), haverá um aumento constante no preço dos alimentos para os trabalhadores, e, por conseguinte, um aumento crescente dos salários (pois, como visto, para ele, o valor do salário é igual ao preço dos meios de subsistência do trabalhador), o que aumenta a renda da terra para o proprietário, mas, inversamente, acarreta uma queda da taxa de lucro.

Em David Ricardo, portanto, segundo Karl Marx, reproduzindo o que disse aquele economista, os lucros dependem do nível dos salários, que depende do preço dos meios de subsistência, que depende principalmente do preço dos alimentos, “porque todos os demais elementos podem ser aumentados de forma quase ilimitada”. “[...] a única causa adequada e permanente da alta dos salários é a crescente dificuldade para prover alimentos e meios de subsistência ao crescente número de trabalhadores”.<sup>1141</sup>

Chegamos, então, à crítica de Marx da tese “ricardiana”. Roman Rosdolsky registra a recusa do autor dos *Grundrisse* da solução de Ricardo e diz mais: “que uma errônea teoria do lucro impediu que Ricardo explicasse a queda tendencial da taxa de lucros [...]”. “Ricardo”, observa o filósofo alemão, “confunde mais-valia e lucro”.

1138 ROSDOLSKY, Roman, p. 315. O trecho do parágrafo em Nota atribuído a David Ricardo foi extraído por Rosdolsky do Livro IV d’*O capital* (Idem, p. 572 Nota 5).

1139 Ibidem, p. 316.

1140 De acordo com Roman, no caso, o economista britânico lança mão da “hipótese malthusiana da diminuição da fertilidade da agricultura, pela piora progressiva do solo cultivado” (Ibidem, p. 315).

1141 Ibidem, p. 572 Nota 6 (O trecho do parágrafo em Nota atribuído a David Ricardo foi também extraído por Rosdolsky do Livro IV).

David Ricardo parte da “falsa premissa de que a taxa de lucro é igual à taxa de mais-valia relativa [a mais-valia relacionada com a produtividade do trabalho, recordamos]<sup>1142</sup>, de modo que [a taxa de lucro, digo eu] só pode aumentar ou diminuir de forma inversamente proporcional ao aumento ou à diminuição dos salários”.<sup>1143</sup>

Após conhecermos um pouco das explicações de Adam Smith e David Ricardo para a queda tendencial da taxa de lucro, sempre nos valendo do comentário exposto por Roman Rosdolsky, vamos à tese marxiana sobre o “fenômeno”<sup>1144</sup>.

Tendo como parâmetro a economia capitalista como um todo e as categorias com as quais trabalha (composição orgânica do capital; trabalho necessário e mais-trabalho; mais-valia absoluta e mais-valia relativa; taxa de lucro e taxa de mais-valia), o filósofo alemão-prussiano assenta de partida que “a taxa de lucro não resulta da mais-valia absoluta [a mais-valia produzida pela ampliação da jornada de trabalho, lembramos], mas sim da mais-valia em relação ao capital empregado [da mais-valia relativa, digo eu] [...]”.<sup>1145</sup>

Partindo dessa constatação, Marx chega à seguinte conclusão: quando há diminuição da proporção entre o trabalho total empregado (trabalho necessário e mais-trabalho) e o capital constante que o trabalho total põe em movimento, isto é, quando o capital constante aumenta em face ao trabalho total empregado, há também, necessariamente, diminuição da parte do trabalho que aparece como mais-trabalho ou mais-valia. E isso expressa uma diminuição na taxa de lucro<sup>1146</sup>. O anotado também pode ser dito de outra forma, acrescenta Roman: “como a taxa de lucro não é idêntica à taxa de mais-valia, a diminuição do capital variável em relação ao capital constante, produzido pelo permanente revolucionamento da técnica de produção, pelo acréscimo de produtividade, também deve expressar-se em uma taxa de lucro em processo de diminuição”.<sup>1147</sup>

Por assim ser, Karl Marx fundamenta sua lei da queda tendencial da taxa de lucro na igualmente “**lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à variável**” – ou “**da crescente composição orgânica do capital**”, acrescenta o nosso autor ucraniano (grifo nosso).

Firmando sua tese, Marx assinala que “O incremento da força produtiva

1142 Sobre a categoria *mais-valia* e suas formas fundamentais, *mais-valia absoluta* e *mais-valia relativa*, consulte o Folheto nº 08.

1143 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 316.

1144 A base da construção teórica de Marx que conheceremos a seguir expusemos no referido Folheto nº 08.

1145 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 316. Como assinala Rosdolsky, David Ricardo, ao contrário de Marx, “não reconhece diferença nem entre capital constante e capital variável”, daí não trabalhar com a categoria da *composição orgânica do capital*, “nem entre taxa de lucro e taxa de mais-valia” (Idem, p. 315 c/c p. 572 Nota 4).

1146 Sendo a taxa geral de lucro ( $tgl$ ) = massa de mais-valia total ( $m$ ) (= produção total ( $pt$ ) – (capital constante total ( $c$ ) + capital variável total ( $v$ )) ÷ capital total ( $ct$ ) (= capital constante total ( $c$ ) + capital variável total ( $v$ )), partindo hipoteticamente de uma situação inicial que gera uma  $tgl = 2,33$  unidades ou 233% ( $tgl = 70$  unidades (= 100 unidades – (20 unidades + 10 unidades) ÷ 30 unidades (= 20 unidades + 10 unidades) = 2,33 ou 233%), no caso de aumento do capital constante em 10 unidades, tudo mais permanecendo sem alteração, temos agora uma outra situação que gera uma  $tgl$  menor ( $tgl = 60$  unidades (= 100 unidades – (30 unidades + 10 unidades) ÷ 40 unidades (= 30 unidades + 10 unidades) = 1,5 ou 150%.

1147 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 317 (Idem em relação à redação dos quatro parágrafos seguintes).

[representada pela crescente composição orgânica do capital, digo eu] é equivalente (a) ao incremento da mais-valia relativa ou do tempo relativo de mais-trabalho [trabalho não pago, digo eu] que o trabalhador entrega ao capital; (b) à diminuição do trabalho necessário [trabalho pago, digo eu novamente] para reproduzir a capacidade de trabalho; (c) à diminuição da parte do capital [capital variável, que diz respeito ao trabalho pago, digo eu] que é trocada por trabalho vivo [trabalho atual, digo eu], em relação às partes do mesmo que participam no processo produtivo na condição de trabalho objetivado [nos meios de produção, digo eu mais uma vez]”.

“Logo”, segue o filósofo alemão, “a taxa de lucro mantém uma **relação inversa** com o incremento da mais-valia relativa ou do mais-trabalho relativo, com o desenvolvimento das forças produtivas e com a magnitude do capital empregado na produção como capital constante” (grifo nosso).

Portanto, “Na medida em que, no processo de produção, o capital ocupa um espaço maior, como capital, em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresce o mais-trabalho relativo [baseado no aumento da produtividade pelo uso de mais maquinaria, de mais tecnologia, digo eu] – a força criadora do valor, própria do capital – tanto mais cairá a taxa de lucro”. Não percamos de vista que, em Marx, o lucro do capital não é igual a mais-valia, mas decorre dela, e que massa de mais-valia não é a mesma coisa que taxa de mais-valia que não é igual à taxa de lucro.

Isso é tudo que conseguimos captar do comentário de Roman Rosdolsky sobre o que Karl Marx pensa das teses dos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo acerca do “fenômeno” da queda da taxa de lucro, como movimento imanente ao capital, e, principalmente, acerca dos primeiros apontamentos relativos à própria tese marxiana.

Contudo, Roman Rosdolsky não para por aqui. Ainda no capítulo vinte e seis ele avança para abordar a **relação da lei da queda da taxa de lucro em face à tendência à derrocada do capitalismo**, combinando o contido nos *Grundrisse* com o exposto em *O capital*. Conforme o disposto no Livro III, na realidade, a queda da taxa de lucro “é apenas uma **tendência**, como ocorre com todas as leis econômicas” (grifo nosso), sendo inibida por numerosas “influências que atuam em sentido contrário”.<sup>1148</sup> “Na teoria se pressupõe que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem de maneira pura. Na realidade, porém, sempre existe apenas uma aproximação; tal aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido esteja o modo capitalista de produção e quanto mais se tenha eliminado sua contaminação e amálgama com restos de situações econômicas anteriores”.<sup>1149</sup>

No percurso do capital desenvolvido, existem vários fatores que atrasam o movimento da queda da taxa de lucro, leciona Marx. Em *Gênese*, Rosdolsky reproduz o elenco dos fatores enumerados nos *Grundrisse*, embora Marx não discorra ali do porquê

1148 Ibidem, p. 317.

1149 Ibidem, p. 572 Nota 20

de retardarem a queda da taxa de lucro, isso ele só faz anos depois no Livro III, a saber: as “crises; a contínua desvalorização de uma parte do capital existente; a transformação de grande parte do capital em capital fixo que não presta serviços como agente da produção direta; o gasto improdutivo de grande parte do capital etc. [...]”; a “criação de novos setores produtivos, nos quais se exige mais trabalho imediato em proporção ao capital, ou nos quais a força produtiva do trabalho ainda não está desenvolvida”; os “monopólios”; a “diminuição de impostos e da renda da terra etc.”.<sup>1150</sup>

Um pouco mais à frente, nos manuscritos de 1861-1863, buscando, de certa forma, atrelar a tendência natural de queda da taxa de lucro à ideia da também tendência de derrocada do capitalismo, como consequência daquela, Karl Marx afirma, não sem alguma ressalva: **“O processo de queda da taxa de lucro produziria”,** por certo, **“uma derrocada rápida da produção capitalista se, junto à força centrípeta e de forma constante, não atuassem também a contratendências que exercem uma influência descentralizante”** (grifo nosso).<sup>1151</sup>

Chamando David Ricardo para o debate, Roman Rosdolsky apura que, em contraposição àquele economista, “que atribuía a queda tendencial da taxa de lucro à natureza [à renda da terra, em torno da qual, ou partir da qual, os lucros estabeleciam uma relação inversa com o nível dos salários, que dependia do preço dos meios de subsistência, que dependia principalmente do preço dos alimentos, como vimos]”, Marx entende que “esta queda só podia ser explicada pelo fato de que ‘embora se explore tanto ou mais o trabalhador [com o aumento da produtividade do trabalho originada pelo acúmulo de capital em novas tecnologias e maquinaria, digo eu], a parte do capital que se troca por trabalho vivo”, que se troca por salário, “diminui relativamente [relativamente em face da maior produtividade do mais-trabalho]”<sup>1152</sup>.

Isso posto, dirigindo-se para o final do capítulo, Rosdolsky reproduz a conclusão do nosso teórico, filósofo e militante alemão sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro, para ele “a lei mais importante da moderna economia política [...] Do ponto de vista histórico, é a lei mais importante”<sup>1153</sup>: “Desse modo, fica claro que a força produtiva material já disponível, já elaborada, existente sob a forma de capital fixo – junto com a ciência, a população etc., em suma, todas as condições [...] para a reprodução da riqueza [...] –, que o desenvolvimento das forças produtivas motivado pelo próprio capital em seu processo histórico [de acumulação e de busca de mais mais valor, digo eu], uma vez atingido certo ponto, anula a autovalorização do

1150 Ibidem, p. 317 e 318.

1151 Ibidem, p. 318 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Marx não desenvolve nos *Grundrisse* esse assunto, ele diz: “esse tema pertence ao capítulo da concorrência entre os capitais”. Como hoje sabemos, anuncia Rosdolsky, esse tema foi desenvolvido em um capítulo do Livro III.

1152 Trechos extraídos por Rosdolsky dos Livros III e IV da obra maior marxiana (Ibidem, p. 572 Notas 26 e 27).

1153 Registra-se que Marx não voltou a fazer tal qualificação nos manuscritos posteriores e tampouco em *O capital*; até porque o próprio Marx fala em lei “tendencial” da queda da taxa de lucro. Ademais, não devemos esquecer que os *Grundrisse* são compostos por anotações, rascunhos, publicados depois da sua morte. Trata-se de esboços de suas ideias da crítica da economia política capitalista. São escritos para clarificação própria.

capital em vez de propiciá-la”.<sup>1154</sup>

Portanto, “O desenvolvimento da capacidade produtiva torna-se um obstáculo para o capital; a relação capitalista torna-se uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Atingido esse ponto, o capital – ou seja, o trabalho assalariado – estabelece com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas a mesma relação que o sistema corporativo, a servidão da gleba e a escravidão; como obstáculo, é eliminado”. Nesse passo, “Desaparece a última figura servil assumida pela atividade humana, a do trabalho assalariado, de um lado, e a do capital, de outro; [...] as condições materiais e espirituais para a negação do trabalho assalariado e do capital – os quais já são a negação de formas precedentes da produção social sem liberdade – resultam do processo de produção característico do capital”.

Não é a toa que o nosso filósofo alemão considera a queda tendencial da taxa de lucro como a expressão da crise estrutural, intrínseca, do capitalismo, que tenderia a ser cumulativa.<sup>1155</sup>

Subindo o tom, Marx encerra a Seção III dos *Grundrisse* dizendo: “Em agudas contradições, crises, convulsões, se evidencia a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às relações de produção [ou relações sociais de produção, digo eu] em vigor. A violenta aniquilação do capital [‘nas crises’, intervém Rosdolsky], não por circunstâncias alheias a ele mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente de aviso para que ele desapareça e dê lugar a um estágio superior de produção social”. Diante dos cataclismos, quebras, crises, rebentos das contradições imanentes ao capital, este, “mediante a suspensão momentânea do trabalho e a aniquilação de grande parte do capital, reduz-se violentamente a este último ponto em que possa retomar sua marcha. [...] Contudo, essas catástrofes recorrentes se repetem em escala maior”.<sup>1156</sup>

A par deste “prognóstico de ‘derrocada’”, como Rosdolsky define a parte final da Seção III dos *Grundrisse*,<sup>1157</sup> conclamamos o leitor a uma reflexão quanto à dinâmica do capitalismo contemporâneo, em sua esfera econômica, social e política, em cotejo com a tese marxiana apresentada<sup>1158</sup>.

Por fim, como fizemos no final do Capítulo 25, do exposto no presente capítulo extraímos os seguintes aspectos da tese marxiana da queda tendencial da taxa de

1154 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 319 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1155 Karl Marx previu três crises do capitalismo: as *crises de superprodução*, que seriam cíclicas; a *crise estrutural*, intrínseca ao capitalismo, e que tenderia a ser cumulativa; a *crise final*, determinante do colapso do capitalismo ou da sua derrocada.

1156 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 319 c/c p. 573 Nota 36.

1157 Idem p. 319.

1158 Por oportuno, recomendamos o artigo do professor Daniel Feldmann, [A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein](#), que “pretende trazer elementos relevantes para a apreensão do capitalismo contemporâneo, partindo da hipótese de que ele está sujeito a uma crise estrutural”, como já constatava Karl Marx em meados do século XIX (in Artigos originais. Econ. soc. 28 (2), 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art03>. Consultado em 24.08.2023).

lucro e sua relação com a chamada “teoria da derrocada”: a) assim como já apontava os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo, Karl Marx também entende que a tendência natural do lucro na economia capitalista é cair na medida em que o capital se acumula, na medida em que o capitalismo desenvolve as forças produtivas objetivas; b) porém, refutando os argumentos dos clássicos, Marx criou sua própria tese embasando-a na lei do crescente aumento da parte constante do capital (meios de produção) em relação à variável (trabalho assalariado), ou seja, na crescente composição orgânica do capital, o que implica em desdobramentos e consequências bastantes distintos dos apontados por aqueles economistas; c) daí a relação que Marx faz entre a queda tendencial da taxa de lucro, na condição de expressão da crise estrutural do sistema, e a tendência à derrocada do capitalismo, ainda que presentes fatores contratendências atuantes no decorrer do fluxo do capital; d) não por circunstâncias alheias mas em função de suas contradições internas, o desenvolvimento da capacidade produtiva torna-se um obstáculo para o capital, a relação capitalista torna-se uma barreira para o desenvolvimento das próprias forças produtivas, sobretudo as do trabalho; e) assim, em agudas contradições, crises, convulsões, se evidencia a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade em face das relações sociais de produção.

## Capítulo 27: Fragmentos sobre o juro e o crédito

No presente capítulo de *Gênese*, Roman Rosdolsky reúne, como o próprio título informa, alguns registros “de uma investigação concisa” anotados nos manuscritos de 1857/1858, *Grundrisse*, relativa ao **juro** e ao **capital que rende juros** (crédito).<sup>1159</sup>

O nosso autor ucraniano justifica as poucas páginas dedicadas ao tema à pressa com que Marx trabalhou para concluir os *Grundrisse*,<sup>1160</sup> ao seu estado de saúde fragilizado, muito por conta do excesso de trabalho,<sup>1161</sup> “mas também – e sobretudo – pela estrutura da obra”. Como os manuscritos de 57/58 não deveriam transpor os limites de uma investigação sobre o “capital em geral”, ficava de pronto excluída, sob o aspecto metodológico, a possibilidade de uma dedicação maior ao capital que rende juros e ao seu papel no sistema de crédito, assuntos que somente deveriam ser analisados após o estudo da concorrência ou pluralidade de capitais.

Como se depreende do exposto em *Gênese* sobre os planos estruturais marxianos para desenvolvimento da crítica da economia política, que resultariam mais tarde na obra maior de Marx, o plano inicial (1857) observava um aspecto metodológico e, por conseguinte, material, que juntos não lastreavam a possibilidade de se examinar a concorrência de capitais e o sistema de crédito nas etapas da investigação contempladas nos *Grundrisse*. Aliás, não só nestes, segundo entende Roman Rosdolsky, mas também nos manuscritos de 1861-1863<sup>1162</sup>.

Dos planos estruturais e do aspecto metodológico que os norteia tratamos no Folheto nº 02<sup>1163</sup>. Acerca do seu aspecto material, vejamos o que o filósofo alemão escreveu nos manuscritos de 61/63, reproduzidos em *Gênese*: “Neste ponto, só devemos

1159 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 321 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1160 Vide páginas 32 e 33 do Folheto nº 01.

1161 Por curiosidade, vale reproduzir um trecho da carta de Marx a Engels datada de 29 de março de 1858, transcrita por Roman: “Há duas semanas estou novamente muito doente e estive tomando remédios para o fígado. O trabalho noturno contínuo e muitos desgostos diurnos mesquinhos, resultante das condições econômicas domésticas, me provocaram nos últimos tempos frequentes recaídas” (in ROSDOLSKY, Roman, Op. cit., p. 574 Nota 1).

1162 Idem, p. 321 e 322. Roman Rosdolsky anota que Marx “permaneceu fiel” à estrutura dos *Grundrisse* também nos manuscritos de 1861-1863. Nestes também não foram examinadas, como o próprio Marx assenta, “as condições reais sob as quais avança o processo produtivo [...]”, o “[...] movimento real da produção capitalista, a concorrência e o crédito” (Ibidem, p. 322).

1163 No Folheto nº 02 apresentamos os planos estruturais que forjaram *O capital*. Ali reproduzimos os comentários de Rosdolsky relativos ao método de Marx, que vai *do abstrato ao concreto*, e, por conseguinte, a justificativa da escolha por começar a investigação pela categoria “*capital em geral*” (grifo nosso). Naquela ocasião, em consonância com Roman Rosdolsky, anotamos que a escolha de Karl Marx no plano original de 1857 de começar sua investigação econômica com o “capital em geral”, sendo o tema principal dos manuscritos *Grundrisse*, dizia respeito à sua intenção de analisar o que todas as diferentes formas de capital têm em comum, que é “*ser capital*” (grifo nosso). Ou seja, quando Marx se dedica ao “capital em geral” como primeiro tomo (livro) do seu plano estrutural inicial ele quer examinar “o processo de sua formação”, a “história geral do nascimento do capital”, sua “autodeterminação”, ou sua “autoformação” – o *capital não acabado*. Este processo, que Rosdolsky classifica como dialético, “é apenas a expressão ideal do movimento real [a concorrência de capitais ou pluralidade de capitais, digo eu] de devir [vir a ser, digo eu novamente] do capital”. Só após examinar o capital não acabado é que chega, “através do exame da concorrência e do sistema de crédito, à forma *mais acabada* que o capital assume, o capital dividido em ações” (grifo nosso).

considerar as formas que o capital percorre [sic] nas diversas etapas de seu desenvolvimento. Portanto, não analisamos as condições reais sob as quais avança o processo produtivo [...]. Não consideramos a concorrência dos capitais nem o sistema de crédito [...]. Naquele estágio da investigação estava clara para o nosso filósofo alemão a intenção de analisar o que todas as diferentes formas de capital têm em comum, que é “*ser capital*”, o “capital em geral”, a condição ideal do movimento do capital.<sup>1164</sup>

Por ser assim, Rosdolsky conclui que os *Grundrisse* “só podiam resvalar na categoria de juro, mesmo assim como um **desdobramento da investigação sobre o lucro e a taxa geral de lucro**” (grifo nosso). Nos manuscritos de 1861-1863 vê-se expressa essa condição com todas as letras, aponta Roman: “**À taxa geral de lucro corresponde, naturalmente, uma taxa geral de juro**” (grifo nosso).<sup>1165</sup>

Tendo assim descrito como o plano estrutural de 1857 previa o tratamento das categorias juro e crédito, o autor de *Gênese* passa, então, às observações que encontrou nos *Grundrisse* sobre o capital que recebe juros.

Segundo o nosso autor ucraniano, nos *Grundrisse*, Karl Marx somente pretende demonstrar “que o desenvolvimento do capital deve conduzir, de um lado, à **divisão da mais-valia em lucro industrial**<sup>1166</sup> e **juro** e, de outro, à ‘**autonomização do juro em relação ao lucro**’” (grifo nosso). Ademais, é também na análise do “capital em geral”, posta inicialmente naqueles manuscritos, que encontra, “de forma embrionária”, assinala Rosdolsky, as definições primordiais a partir das quais pôde desenvolver a teoria do crédito.<sup>1167</sup>

Primeiramente, sempre ancorado em Marx, Roman Rosdolsky tece algumas importantes considerações históricas para contextualizar a categoria juro. É sabido que o capital-dinheiro, o juro, se desenvolve notadamente a partir da função do dinheiro como **meio de pagamento**<sup>1168</sup>. Como a circulação mercantil simples produz relações que exigem “uma separação cronológica entre a venda e a realização de seu preço [transformação da mercadoria em dinheiro, digo eu]”, é daí que surge a “relação de credor e devedor entre os proprietários de mercadorias”, ensina Marx. Esta relação, continua o filósofo alemão, embora constitua “a base natural do sistema de crédito”, já “pode estar completamente [e ‘espontaneamente’, intervém Rosdolsky<sup>1169</sup>] desenvolvida antes de este último [o sistema de crédito, digo eu] existir”.<sup>1170</sup> Não podemos desconsiderar que nas fases pré-capitalistas também se emprestava e se tomava empréstimos a juros<sup>1171</sup>.

1164 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 322.

1165 Idem, p. 321.

1166 Perceba que Karl Marx escreve no contexto da [segunda revolução industrial](#), por isso se refere ao lucro como “lucro industrial”.

1167 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 323 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1168 Conforme subitem C.2 do Folheto nº 05.

1169 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 575 Nota 17.

1170 Os trechos reproduzidos por Rosdolsky da fala de Marx foram extraídos do Livro I d’*O capital* (Idem, p. 575 Nota 18)

1171 “Os juros trazem consigo grandes polêmicas e discussões desde os tenros tempos, sendo que a sua cobrança razoável (ou seja, dentro dos limites legais aceitos por certa sociedade) ou excessiva (que deu origem ao conceito



“Porém”, Marx ressalva, “conceder e tomar empréstimos de modo algum são sinônimos de crédito, assim como trabalhar não é sinônimo de trabalho industrial ou de trabalho assalariado livre. Como relação de produção desenvolvida, essencial, o crédito se apresenta historicamente na circulação baseada no capital ou no trabalho assalariado. [...] Embora em sua forma aburguesada, adaptada ao capital, a usura seja uma forma de crédito, em sua forma pré-burguesa ele é uma expressão da falta de crédito”.

Porém nos *Grundrisse*, conforme Roman Rosdolsky esclarece, o que interessa é o “papel social diferente que o capital a juros desempenha no capitalismo e nos estágios pré-capitalistas”. A indicação dessa diferença, Marx pontua, “constitui aqui tanto um desenvolvimento lógico como a chave para compreender o desenvolvimento histórico”.

Ainda sobre tal diferença de papel social, Rosdolsky reproduz a explicação contida no Livro III: o “capital que recebe juro – na medida em que constitui um elemento essencial do modo capitalista de produção – e o capital usurário se diferenciam [‘antes de mais nada, pelas’, intervém Rosdolsky] diversas condições sob as quais funcionam”. O primeiro é emprestado ao capitalista, pois, deste, ao receber o crédito, se espera que “[...] agirá como capitalista: com o capital emprestado, se apropriará de trabalho não pago [mais-trabalho, digo eu]. Ele recebe o crédito na condição de capitalista em potencial”. Já o segundo, o capital usurário, era emprestado “a pequenos produtores que estavam de posse das próprias condições de trabalho [meios de produção, digo eu]”, como os “artesãos”, e também os “camponeses”, bem como aos “nobres esbanjadores”, especialmente grandes proprietários de terra.<sup>1172</sup>

Lê-se nos *Grundrisse*, de acordo com Roman, que “[...] Na origem [‘ou seja, nos estágios pré-capitalistas, intervém Rosdolsky], o lucro é determinado pelo juro”.<sup>1173</sup> Pois, sendo economias não baseadas na criação de valor e na busca por mais valor, ou mais-valia (não existindo ainda o trabalho assalariado moderno), mas sim baseadas no valor de uso, a magnitude do lucro do capital que é emprestado ao pequeno produtor rural ou artesanal é determinado apenas pelo juro<sup>1174</sup>.

---

de *usura*) permeia as ceulemas nas searas econômica e jurídica até os dias de hoje” (grifo nosso). Já no [Código de Hamurabi](#) (aproximadamente em 1 772 a.C) tem-se notícia de registros da proibição de juros excessivos, ou da usura (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Usura>. Consultado em 28.08.2023).

1172 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 323 e 324 c/c p. 575 Nota 21.

1173 Idem, p. 324.

1174 Oportuno registrar que Marx identifica na própria economia capitalista esta relação do pequeno produtor rural ou artesanal independente submetido ao capital usurário: “esta relação [...] se repete onde existem setores industriais pouco evoluídos ou naqueles que ainda tentam salvar-se da extinção ou da absorção no moderno modo de produção. Neles subsiste a exploração mais odiosa do trabalho, sem que aqui a relação entre o capital e o trabalho traga em si, de algum modo, a base do desenvolvimento de novas forças produtivas e o germe de formas históricas novas”. Ele prossegue: No modo de produção [nestas circunstâncias, digo eu], o capital ainda se apresenta subsumido materialmente nos trabalhadores individuais ou nas famílias de trabalhadores, seja na oficina artesanal ou na agricultura de pequena escala. Tem lugar uma exploração pelo capital sem o modo de produção do capital [...]. Esta forma de usura, na qual o capital não se apodera da produção – ou seja, é capital apenas formalmente –, pressupõe a predominância de formas de produção pré-burguesas; não obstante, ela se reproduz dentro da economia burguesa, em esferas subordinadas” (Ibidem, p. 324 e 325). O que dizer dos empréstimos consignados com cobrança de juros em taxas discutíveis e, pior ainda, dos empréstimos a juros para beneficiários de programas assistenciais de renda, a exemplo do Programa Auxílio Brasil, como presenciamos recentemente.

No modo de produção capitalista, o juro assim como o lucro “indicam relações do capital”.<sup>1175</sup> E isso muda tudo. Na economia capitalista, onde, como sabemos, a extração contínua e crescente de mais-valia é o motivo condutor de todo o sistema, “o **juro é determinado pelo lucro**, é só uma parte dele. O lucro, portanto, deve ser suficientemente grande para que uma parte dele possa separar-se e existir como juro”.<sup>1176</sup> Nesse sentido, “O crédito moderno pressupõe o pleno desenvolvimento da produção e da circulação da mercadoria”.<sup>1177</sup>

Portanto, na sociedade burguesa, de acordo ainda com os *Grundrisse*, o juro pressupõe “a divisão do lucro em juro e lucro”. Vejamos um exemplo fático da clareza dessa divisão: “quando uma classe de capitalistas proprietários de dinheiro [‘capitalistas monetários’, diz ele] se contrapõe a uma classe de capitalistas industriais”. Precisamente, “é só a divisão dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que transforma uma parte do lucro em juro e cria realmente a categoria juro”.<sup>1178</sup>

Portanto, arremata o nosso filósofo alemão: a existência como duas classes particulares (os capitalistas monetários de um lado e os capitalistas industriais de outro), só se dá “porque o lucro pode dividir-se em dois tipos de rendimentos [juro e lucro, digo eu]”. A existência de ambas as classes, “pressupõe [assim, digo eu novamente] uma **divisão na mais-valia** criada pelo capital”.<sup>1179</sup>

Avançando, Roman Rosdolsky dispõe que a própria **valorização do capital** é a responsável pela possibilidade da divisão do lucro, ou seja, “da divisão interna da mais-valia” criada no processo de valorização do capital (ou seja, no processo de produção do capital). Ao se valorizar, isto é, quando o capital original, ou o dinheiro adiantado pelo capitalista no processo produtivo, se transforma em mais dinheiro (o segundo D (D<sub>2</sub> ou D’) da fórmula D-M-D (processo comprar para vender)<sup>1180</sup>), o dinheiro adiantado, afirma Marx, recebe uma “nova determinação, passando a ser capital realizado”, convertendo-se em “forma fenomênica do capital”, ou seja, convertendo-se (transformando-se) em dinheiro. De forma objetiva, é certo que o capital realizado “existe apenas como dinheiro”, porém este dinheiro a mais (D<sub>2</sub> ou D’) “já é agora, em si, capital; como tal, *mando sobre novo trabalho*” (grifo do autor). Na forma D<sub>2</sub>, “o capital já não estabelece relação apenas com o trabalho existente”, com o trabalho que o produziu e o valorizou, “mas sim com o trabalho futuro [...]”, com o trabalho vivo que contratará para dar início a novo processo produtivo e assim sucessivamente.<sup>1181</sup>

Ocorre que, como poder de mando – como mando sobre novo trabalho –, a

1175 Ibidem, p. 325.

1176 Ibidem, p. 324.

1177 Trecho extraído por Rosdolsky mais uma vez do Livro III (Ibidem, p. 324 c/c p. 575 Nota 21).

1178 Ibidem, p. 575 Nota 30. Trecho extraído por Roman Rosdolsky do Livro III.

1179 Ibidem, p. 325.

1180 Conforme Capítulo 11 do Folheto nº 7.

1181 ROSDOLSKY, Roman. Op. p. 325 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). “[...] cada capitalista, no valor recém-adquirido, possui um mando sobre o trabalho futuro [‘alheio’, intervém Rosdolsky] e, mediante a apropriação do trabalho presente, se apropria ao mesmo tempo do trabalho futuro”, diz Marx na mesma passagem do parágrafo em Nota.

“existência material [do capital (D<sub>2</sub> ou D’), digo eu] como dinheiro é indiferente”. Sua existência como dinheiro “pode ser substituída por qualquer título”. O capital, nessa condição, já “revela sua propriedade de existir como valor separado de sua substância [o tempo de trabalho vivo existente que o forjou, digo eu]”. Com isso, diz Marx, “está lançada a **base** do crédito”.

Para o capitalista, prossegue o autor dos *Grundrisse*, acumular capital sob a forma de dinheiro “não é acumulação material de condições materiais de trabalho [meios de produção, digo eu], mas sim acumulação de títulos de mando sobre o trabalho futuro, títulos que colocam o trabalho futuro como trabalho assalariado, como valor de uso para o capital”, como valor de uso para produzir mais valor, ou, como queira, mais-valia. Dessa maneira, e só assim, se torna possível que “o próprio capital se torne mercadoria ou a mercadoria (dinheiro) seja vendida [via sistema de crédito, digo eu] como capital”.

Dessa maneira, chancela Rosdolsky, citando Marx, chega-se “à categoria do ‘**capital como mercadoria**’ ou do ‘**capital como dinheiro**’”, o que é “diferente do ‘dinheiro como capital’<sup>1182</sup>” (grifo nosso). De acordo com o escrito nos *Grundrisse*, naquele caso, “o capital entra na circulação como capital [...] e se torna mercadoria” (grifo nosso), mas não uma mercadoria como as outras. Diferentemente das demais mercadorias, o capital mercadoria, “ao contrário do capital industrial [ou capital produtivo, digo eu], [...] não está em relação direta com o trabalho, como sua antítese [...]”. Ele não é trocado na circulação por um equivalente. “Mesmo quando cai na mão de outro” ele mantém “[...] sua relação original com seu proprietário”. Apenas foi emprestado. Para o proprietário do capital como mercadoria ou como dinheiro, “seu valor de uso” é valorizar-se, sua utilidade é ser “dinheiro como dinheiro”, e “não [...] meio de circulação”, é ser “*valor de uso como capital*” (grifo nosso).<sup>1183</sup>

Mas, o que significa ser “valor de uso como capital”? Roman Rosdolsky vai novamente ao Livro III d’*O capital* em busca da resposta. Durante o empréstimo, o capitalista monetário aliena valor de uso do capital ao capitalista produtivo, ao tomador do dinheiro, por um determinado período. Assim fazendo, aliena por um tempo “o **valor de uso de o dinheiro poder transformar-se em capital, poder funcionar como capital, e que por conseguinte gera em seu movimento uma mais-valia determinada, o lucro médio [...], além de conservar sua magnitude original de valor** [ou seja, além de se conservar também se autovaloriza, digo eu]”. Em direção oposta, “No caso das mercadorias restantes [as demais mercadorias, digo eu], o valor de uso [a utilidade da mercadoria em satisfazer necessidades materiais, digo eu] se consome ao chegar às mãos do último possuidor; desaparece a substância da mercadoria e, com essa substância, [desaparece também, digo eu], o valor<sup>1184</sup>. A mercadoria capital, ao contrário,

1182 Desta forma do dinheiro estudamos no Folheto nº 07, precisamente no já mencionado Capítulo 11: A transição para o capital (“A transformação do dinheiro em capital”).

1183 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 325 e 326.

1184 Como já estudamos, a substância do valor de uma mercadoria é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário objetivado na mercadoria (tempo de trabalho abstrato). Sobre *mercadoria e valor*, reveja os fascículos

tem uma peculiaridade: seu valor e seu valor de uso não só se conservam, mas também se incrementam quando seu valor de uso é consumido”, ou seja, quando reingressa no processo produtivo, conservando valor e criando novo mais valor, ou mais-valia.<sup>1185</sup>

No modo de produção capitalista é possível que se “venda” o próprio dinheiro como capital, como uma mercadoria singular. Pois, como acabamos de ver, “uma dada soma de valor cria o poder [poder de mando, digo eu] de extrair uma dada mais-valia, mais-trabalho, mais-produto [...]”. Portanto, “Pode-se vender dinheiro para obter lucro. Se, com o dinheiro, entrego a outro a capacidade de se apropriar de mais-valia, é normal que eu receba parte dessa mais-valia”, em pagamento pelo dinheiro “vendido/emprestado”.<sup>1186</sup>

Até aqui, vimos no capítulo vinte e sete de *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx* que “a possibilidade de relações de crédito decorre da função do dinheiro como meio de pagamento”. Além disso, vimos também “que, no modo de produção capitalista, qualquer soma de dinheiro susceptível [sic] de ser investida como capital é um ‘mando sobre trabalho alheio’”. Há mais: “Sendo fonte potencial de lucro [originalmente para o tomador do crédito, digo eu], pode ser emprestada em troca de um juro”.<sup>1187</sup>

A par desse percurso do “capital de empréstimo” é possível, então, perceber que ele “depende do processo de circulação do capital”, em cuja esfera periodicamente se liberam “quantias em dinheiro de que a empresa tem condições de prescindir” e também de colocar “à disposição de outros capitalistas com a mediação do crédito”.<sup>1188</sup>

Como se percebe, Rosdolsky está se referindo à “**possibilidade do crédito**” (grifo nosso) e à sua origem na “‘natureza interna’ do modo de produção capitalista”. Portanto, a possibilidade do crédito está contida no “conceito” deste modo de produção, conclui. Todavia, o nosso pensador ucraniano observa que no movimento do capital, em seu trajeto, há elementos “que criam não só a possibilidade mas também a **necessidade do sistema de crédito**” (grifo nosso). E fazem mais, diz ele: esses elementos “fazem com que ele [o sistema de crédito, digo eu] apareça como uma *conditio sine qua non* da produção capitalista. Tal é, sobretudo, a compulsão à continuidade, ao fluxo ininterrupto do processo de produção”.<sup>1189</sup>

Um desses elementos é a própria **compulsão à continuidade sem**

nº 03, 04, 05 e também o Folheto Folheto nº 06 deste artigo expositivo.

1185 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 576 Nota 38.

1186 Idem, p. 326. Embora tenhamos utilizado em vários momentos deste texto a expressão “vender” e termos derivados para tratar do movimento do capital mercadoria ou do capital como dinheiro, inclusive o próprio Marx a utiliza, fica evidente que não se trata da “venda” propriamente dita, da venda a rigor, pois ele mesmo repete em vários momentos que o capitalista monetário ao “vender” o capital como dinheiro, recebe de volta a quantia que transferiu, conservando sua propriedade, e, portanto, não a alienando definitivamente. Alias, o filósofo alemão dá até uma denominação específica para o que ocorre com o capital nessa circunstância: ele é “elevado à segunda potência, como capital, como dinheiro ou valor mercantil em expansão”. Os trechos do parágrafo em Nota e o aqui reproduzido foram extraídos por Roman Rosdolsky dos manuscritos de 1961-1963.

1187 Ibidem, p. 327.

1188 Ibidem, p. 327 e 328.

1189 Ibidem, p. 328 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

**interrupção do processo de produção.** E isso se explica facilmente, afirma Roman, citando Marx: é que somente na esfera da produção o capital cria mais-valia. Por isso, “a ‘continuidade ininterrupta’ deste processo aparece ‘como condição fundamental para a produção baseada no capital’”. Todavia, na sequência da fase de produção deve ter sequência uma fase da circulação do capital, “o que interrompe constantemente a continuidade da produção”.

Investigando o circuito do capital, Karl Marx percebeu que o capital se movimenta enfrentando uma contradição, uma contradição decorrente da sua própria natureza. Ao mesmo tempo em que o capital, para se conservar e se valorizar, precisa necessariamente da continuidade do processo de produção, para que tal conservação e valorização (na forma de mais-valia) se realize, se transforme em dinheiro, ele precisa ingressar na esfera da circulação. Ocorre que ao ingressar na circulação o processo da produção é interrompido. Tem-se aí uma contradição fundamental nas condições do capital. Como então eliminá-la e superá-la? Só há duas maneiras, ensina Karl Marx: com a **divisão do capital em partes** e com o **crédito**. Da divisão do capital em *capital fixo* e *circulante* tratamos no Folheto nº 11, para onde remetemos o leitor<sup>1190</sup>.

Mas há outros elementos que igualmente criam a necessidade do crédito, e por isso são importantes. O primeiro a ser citado em *Gênese* é o **tempo de circulação** – “uma barreira à criação e realização do valor”. Ou como define Marx, “uma barreira específica que não surge da produção em geral, mas sim da produção do capital”. É daí que surge a “tendência do capital” em reduzir esse tempo de circulação, preferencialmente “reduzindo-o a zero”, acrescenta Rosdolsky, de modo que se realize uma “circulação sem tempo de circulação”, crava o filósofo alemão. Para Marx, esta tendência “é a razão fundamental do crédito e dos mecanismos creditícios do capital”<sup>1191</sup>. Portanto, em conformidade com a crítica marxiana da economia política, toda a teoria do crédito está contida na contradição entre o processo de produção e o processo de circulação do capital, de onde deriva a contradição entre tempo de trabalho e tempo de circulação.<sup>1192</sup>

Contudo, conforme Roman Rosdolsky, o tempo de circulação “não é o único

1190 Conforme item B.

1191 Chamando a atenção do leitor para a atualidade da análise marxiana de mais de um século atrás, oportuno trazer um pequeno trecho do que afirma o professor Marcos Dantas sobre o caminho percorrido pelo capital ao longo da história em seu movimento de busca permanente pela acumulação e valorização crescentes em face do tempo de circulação do capital: “No entanto, exatamente porque o capitalismo fez da informação, em definitivo, a sua fonte de valorização e produção de riquezas, exatamente por isto, agora sim [diante do denominado Capitalismo 4.0, digo eu], podemos dizer que o capitalismo atingiu a sua *etapa superior* na qual: *i*) os tempos de circulação monetária [a exemplo da utilização em massa do PIX, digo eu] e de comunicação da informação estão reduzidos aos limites de zero, graças às tecnologias digitais; *ii*) o tempo de circulação das mercadorias materiais está reduzido ao mínimo irreduzível, diante das suas determinações físico-materiais, e, por isto mesmo, foi descolado do tempo de circulação monetária e de comunicação da informação; donde, *iii*) como o capital se valoriza na anulação do tempo, é nas atividades que se realizam num tempo no limite de zero que se encontram as fronteiras da acumulação e as novas frentes de desenvolvimento do capitalismo. Daí a ‘financeirização’ e ‘informacionalização’ do capitalismo” (in DANTAS, Marcos. **Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. Lua Nova (60), 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000300002>. Consultado em 28.08.2023).

1192 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 328 e 329. Especificamente da categoria *tempo de circulação* tratamos no item A do Folheto nº 11.

obstáculo” com o qual colide o impulso de valorização do capital. Outro obstáculo importante encontra-se na “**esfera do intercâmbio**”, revela o autor ucraniano. Sabe-se, de um lado, que “o capital deve produzir sem levar em conta as limitadas dimensões do consumo em uma sociedade capitalista”, de outro, que na condição de valor, ele pressupõe a existência de um contravalor com o qual deve intercambiar-se”. Também no intercâmbio o crédito tem grande significação, pois atua para ampliar o mercado interno como também o externo. Inclusive, para o autor d’*O capital*, esta função do crédito é ainda “mais importante na relação entre povos que na relação entre indivíduos. Os ingleses, por exemplo, são forçados a emprestar a nações estrangeiras para convertê-las em seus clientes”.<sup>1193</sup>

De acordo com Rosdolsky, embora não apareça nos *Grundrisse*, Karl Marx identifica no Livro III mais um elementos indicativo da necessidade do crédito: “para **mediar o nivelamento da taxa de lucro** [...] na qual se baseia toda a produção capitalista”<sup>1194</sup>.

Portanto, o sistema de crédito “[...] – e com ele o comércio especulativo, a especulação desenfreada etc., que o acompanham – se baseia na necessidade alargar e ultrapassar os obstáculos à circulação e à esfera do intercâmbio”, escreve Marx. Por isso o crédito é “uma forma imanente do modo de produção capitalista, [‘sobre a qual’, intervém Rosdolsky] repousa todo o processo de reprodução [do capital, digo eu]”. Contudo, apesar do papel fundamental que desempenha na economia capitalista, não se deve superestimá-lo (o nosso autor ucraniano faz o alerta).<sup>1195</sup>

Tal qual o dinheiro moderno que, separando a compra e a venda (passando a intermediar essa relação de modo a superar o sistema de troca direta de mercadorias), “eliminou [e também, digo eu] generalizou os obstáculos ao comércio baseado na troca”; “[‘da mesma forma’, intervém Rosdolsky] o crédito suprime os obstáculos à valorização do capital e ao mesmo tempo os eleva à sua forma mais geral, criando períodos de superprodução e de subprodução”.<sup>1196</sup>

O nosso filósofo alemão prossegue. Ao mesmo tempo que a evolução do crédito contribui para acelerar “as fases específicas da circulação ou da metamorfose mercantil [transformação da mercadoria em dinheiro, digo eu]”, ao “acelerar o processo de reprodução em geral, [...] o crédito propicia a especulação, pois permite manter separados por mais tempo os atos de compra e venda”.

Nessa linha, vale replicar mais uma incursão de Roman Rosdolsky ao Livro III d’*O capital*: “Se o sistema de crédito aparece como principal alavanca da superprodução e da superespeculação comercial, isso só ocorre porque, neste caso,

1193 Idem, p. 329 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1194 Em *Gênese*, até por conta do esclarecimento feito no parágrafo em Nota, o autor não discorre sobre esta função do crédito com mediador do nivelamento da taxa de lucro.

1195 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 329. No parágrafo em Nota reproduzimos as anotações de Rosdolsky também extraídas do Livro III, além dos *Grundrisse*.

1196 Idem, p. 330 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

se força até o limite extremo o processo da reprodução, elástico por sua própria natureza. Ele é forçado porque grande parte do capital social [capital agregado da sociedade, digo eu] está empregado pelos não proprietários [dos meios de produção, ou seja, os capitalistas que atuam no processo produtivo propriamente dito, digo eu], que, em consequência, tocam as coisas de maneira totalmente diferente de como atua o proprietário que, quando age pessoalmente, avalia com cuidado os limites de seu capital privado”. Há mais: “Depreende-se daí que a valorização do capital, baseada no caráter antagônico da produção capitalista, só permite até certo ponto o livre e real desenvolvimento”. Na verdade, a valorização crescente e contínua do capital “é um obstáculo imanente à produção, constantemente ultrapassado pelo sistema de crédito”.<sup>1197</sup>

Ao acelerar “o desenvolvimento material das forças produtivas e o estabelecimento do mercado mundial [inclusive e principalmente, digo eu], cuja instauração até certo nível – como fundamentos materiais da nova forma de produção – constitui a missão histórica do modo capitalista de produção”, o sistema de crédito “acelera as violentas fraturas desta contradição, as crises, e com isso os elementos de dissolução do antigo modo de produção”.

Ora, o que Marx pretende com essa espécie de desalento aos “prestigiadores da circulação”, aos “ilusionistas da circulação”, que veem na aceleração da velocidade da circulação do capital algo mais que a redução dos obstáculos postos pelo próprio capital à sua reprodução nos níveis que deseja o mesmo capital? Simplesmente que o **sistema de crédito possui limites**.<sup>1198</sup>

Eles imaginam que “criando, na esfera do crédito, inovações capazes de anular o tempo de circulação, não só suprimiriam a interrupção do processo produtivo requerida pela transformação do produto acabado em capital, mas tornariam supérfluo o próprio capital pelo qual se intercambia o capital produtivo; querem produzir sobre a base do valor de troca [sobre a base da produção voltada pura e simplesmente para o mercado, para valorizar crescente e continuamente o valor (o capital), digo eu] e ao mesmo tempo suprimir, exorcizar, as condições necessárias da produção que repousa sobre esta base”.

Não levam em conta que o “máximo que o crédito pode fazer quanto a isso [...] é salvaguardar a continuidade do processo produtivo **sempre e quando** existam todas as demais condições para essa continuidade, ou seja, sempre que exista realmente o capital pelo qual se deve intercambiar etc.” (grifo nosso).

Conforme ainda os *Grundrisse*, o crédito constitui a forma “na qual o capital procura colocar-se como algo diferente dos capitais individuais<sup>1199</sup>”. Forma “na qual

1197 Ibidem, p. 577 Nota 63 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1198 Ibidem, p. 330.

1199 Aprendemos ao longo deste Artigo Expositivo I que, em Marx, capital não uma coisa em si mesma, é uma relação social entre pessoas que se estabelece a partir da propriedade privada dos meios de produção. Nessa linha, o capital individual é aquele que pertence a um indivíduo ou empresa específica, não sendo compartilhado com os demais indivíduos ou empresas. A apropriação dos meios de produção pela classe burguesa permitiu que os agora proprietários dos meios de produção acumulassem capital individualmente, em vez de compartilhá-lo com outros

o caráter social da produção capitalista encontra sua mais clara expressão”, observa Roman Rosdolsky.

Na avaliação de Karl Marx, os grandes resultados que o capital produz sob a forma de crédito são: de um lado, “o capital fictício<sup>1200</sup>”; de outro, “o crédito [que, digo eu] se apresenta como um novo elemento da concentração, da aniquilação dos capitais em capitais individuais centralizados<sup>1201</sup>”.<sup>1202</sup>

Se a supressão da aparente autonomia e da existência autônoma dos capitais individuais se apresentam com bem mais nitidez no crédito, “a forma mais extrema em que ocorre a supressão [...] é o capital por ações<sup>1203</sup>”, para Marx “a forma mais adequada” do capital.<sup>1204</sup>

Nada mais atual. Recordemos a crise mundial de 2008 e seus desdobramentos que perduram até os dias de hoje, especialmente no países de capitalismo periférico.

Como afirma Roman Rosdolsky, já nos *Grundrisse* Marx conseguiu prever “a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista”. Mas essas

---

membros da sociedade. Porém, a acumulação de capital individual é limitada pela concorrência entre os diversos capitais. Desse problema, como já esclarecido, Marx não tratou nos *Grundrisse*, mas sim Livro III da sua obra maior e definitiva (Disponível em <https://cafecomsociologia.com/o-que-e-capital-para-marx/>. Consultado em 28.08.2023).

1200 *Capital fictício* é uma forma de capital desenvolvida historicamente com a financeirização da economia, assumindo grande importância no capitalismo contemporâneo. De acordo com o economista Victor Meyer, “a denominação de capital fictício vem de Marx, que distinguiu o capital de empréstimo (aquele que se amplia com uma parte do lucro obtido pelo capital produtivo) dessa outra forma de capital financeiro, cuja valorização se dá por conta de expectativas, sem vínculos diretos com a produção. Embora o capital fictício acompanhe a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, a particularidade do seu comportamento no mundo de hoje está no seu dinamismo, no seu peso específico dentro do capital financeiro em geral e na sua capacidade de penetrar em todas as esferas da economia. Os principais condutores do capital fictício são os títulos de dívida pública, os títulos de dívida de qualquer natureza, as ações negociadas nas bolsas e a própria moeda de crédito emitida pelos bancos – sem um lastro nos depósitos respectivos. Efetivamente, especialistas em finanças internacionais assinalam em destaque o fato de que a oferta de crédito colocado à disposição dos tomadores, a nível mundial, aumenta mais rapidamente que os depósitos captados pelo correspondente sistema bancário. Esse é, na verdade, um fato altamente significativo quanto à natureza atual do crédito internacionalizado. É uma manifestação do poder emissor dos bancos internacionais, uma demonstração da sua capacidade de criar moeda. Nesse contexto os bancos se firmam, seja por meio do interbancário ou através do seu envolvimento com a chamada indústria de fundos, com as transações à base de títulos (*securitization*), como um dos mais eficientes focos de difusão do capital fictício” (in MEYER, Victor. **A dominação do capital fictício**. Gazeta Mercantil, 1998. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/meyer/1998/01/08.pdf#:~:text=Ressalve-se%20que%20a%20denomina%C3%A7%C3%A3o%20de%20capital%20fict%C3%ADcio%20vem,de%20expectativas%2C%20sem%20v%C3%ADnculos%20diretos%20com%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Consultado em 28.08.2023).

1201 *A centralização de capitais individuais*, ou *capitais individuais centralizados*, “é o processo de junção de diversos capitais em um só, em que as unidades perdem a autonomia em favor da transformação de capitais pequenos em grandes capitais”. Exemplos: fusão de duas empresas em uma só e aquisição de uma empresa por outra. Esse tipo de capital não se confunde com *capital por ações*, como veremos em outra Nota (in MACIEL, Jéssica e outros. **O setor bancário brasileiro: Centralização de capitais e alterações na composição orgânica do capital**. Novos estudos. CEBRAP 40 (1), 2021. Disponível em <https://doi.org/10.25091/s01013300202100010006>. Consultado em 28.08.2023).

1202 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 330 e 331.

1203 Grosso modo, *capital por ações* é uma forma de financiamento de uma empresa por meio de venda de ações (valores mobiliários que concedem ao adquirente desses valores o direito de participação societária na empresa, já que consistem em pequenas frações do capital social para levantar capital). Os acionistas que compram essas ações se tornam proprietários parciais da empresa e têm direito a uma parte dos lucros e até voto nas decisões da empresa.

1204 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 578 Nota 70.



questões que envolvem a concorrência e diversos capitais ultrapassam e muito a investigação marxiana empreendida nos manuscritos de 1857/1858 acerca do “capital em geral”. Neste esquadro o filósofo alemão ainda não podia examinar as categorias capital fictício, capital por ações, capitais individuais centralizados, bem assim o papel do crédito no nivelamento das taxas de juros, entre outros aspectos.<sup>1205</sup>

Nos *Grundrisse*, essas e outras questões são tratadas de “forma embrionária”, na medida, como constata Roman, “em que surjam da análise abstrata e geral do processo capitalista de produção e circulação”.<sup>1206</sup>

Por fim, com os três capítulos abordados, Roman Rosdolsky chega à última seção dos *Grundrisse*. No entanto, o nosso trabalho acerca do seu livro *Gênese e estrutura de O capital* não termina aqui. Nos fascículos seguintes, abordaremos, ainda, a parte final da sua obra que conta com uma conclusão e vários ensaios críticos da análise de importantes estudiosos da crítica marxiana da economia política, marxistas e não marxistas. Mas antes, no próximo folheto, ainda nos ocupando de um dos assuntos da Parte V de *Gênese*, vamos conhecer a explanação de Rosdolsky relativa à crítica proferida por alguns economistas da sua época à lei marxiana da queda da taxa de lucro.

1205 Idem, p. 331 c/c p. 578 Nota 70 e 71.

1206 Ibidem, p. 331.

## APÊNDICE AO FOLHETO Nº 12

### NOTA DO ARTICULISTA

O Folheto nº 12 do Artigo Expositivo I de *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx* trouxe o comentário de Roman Rosdolsky da terceira e última seção dos *Grundrisse*, "O capital que gera frutos. Juro. Lucro. (Custos de Produção etc.)".

Um dos temas tratados no referido folheto aborda a lei de Marx da queda tendencial da taxa de lucro. Sendo uma construção teórica das mais polêmicas, neste Apêndice analisamos o comentário de Rosdolsky acerca das críticas a ela dirigidas.

Como sabemos, a obra de Roman Rosdolsky, ora em apreciação, apresenta um comentário sobre os *Grundrisse* ("Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política"), manuscritos redigidos e organizados por Karl Marx em sete cadernos, entre 1857 e 1858, primeiros escritos marxianos voltados diretamente à crítica da economia política capitalista. Inclusive são reconhecidos como o "laboratório econômico" de Marx e também como a primeira versão da sua obra maior e definitiva, *O capital: Crítica da economia política*.

O referido conjunto de manuscritos, objeto do artigo de abertura da *Seção Principal - Artigos Expositivos da Bibliografia de Karl Marx da Crítica da Economia Política Capitalista*, do nosso Blog, traz à luz o método marxiano que vai do "abstrato ao concreto" e, atrelado a ele, a distinção entre o método utilizado para se investigar algo, no caso, os elementos fundamentais da crítica da economia política capitalista, e o de exposição dos resultados da investigação. Os registros do processo investigativo Marx deixou nos *Grundrisse*, os resultados da apuração expôs em *O capital*, destino final da **Expedição Karl Marx**.

Assim como se deu com todas as seções dos *Grundrisse*, a dedicada ao lucro e ao juro também apresenta apenas um esboço sobre essas duas categorias. Como visto no primeiro fascículo deste Artigo, Marx considerava os manuscritos de 57/58 "uma etapa de seu próprio esclarecimento [...] Escrevendo para si [...]"; fruto de um árduo trabalho de estudos, investigações e experimentações científicas de quinze anos, iniciado em 1843. Entende-se que, por essa razão, não os publicou.

Apesar de o livro de Roman Rosdolsky ter como escopo os *Grundrisse*, por ser um tema bastante importante da construção teórica de Marx entendemos como relevante conhecer o trabalho do nosso autor ucraniano dirigido às críticas proferidas à lei marxiana da queda tendencial da taxa de lucro, embora Rosdolsky se embase exclusivamente em partes do *Livro II - O processo de circulação do capital*, do *Livro III - O processo global da produção capitalista* e também do *Livro IV - Teorias da mais-valia: Histórica crítica do pensamento econômico*, todos de *O capital*, bem assim em partes dos manuscritos de 1861-1863.

## Texto: A crítica recente à lei de Marx sobre a queda da taxa de lucro<sup>1207</sup>

Apesar de reconhecer que a lei marxiana da queda tendencial da taxa de lucro foi rejeitada “de forma quase unânime” pela crítica da época, dentro e fora da academia, Roman Rosdolsky considera “completamente insatisfatória” a argumentação dos críticos. Entre as várias críticas proferidas, o autor focaliza quatro autores: o economista e estatístico russo Ladislau von Bortkiewicz, a economista não marxista inglesa Joan Robinson, o economista marxista estadunidense Paul M. Sweezy e a economista socialista polonesa Natalie Moszkowska.<sup>1208</sup>

Segundo Rosdolsky, os dois últimos denunciam a “inconsistência metodológica” de Marx na construção da sua teoria. Para ambos, no juízo do autor ucraniano, “Marx teria concebido sua lei sob a premissa de uma taxa de mais-valia constante; teria separado arbitrariamente os fatores que fazem cair a taxa de lucro e os que a elevam, para poder formular a lei a partir dos primeiros, transformando os segundos em ‘obstáculos’ à plena realização da lei [sic]”.<sup>1209</sup> Ou seja, consideram negativo o fato de o teórico alemão ter adotado como premissa para a concepção da sua tese da queda tendencial da taxa de lucro, querem crer, uma **taxa de mais-valia constante** e o **método do isolamento dos fatores que influenciam no nível da taxa de lucro**.

No mesmo sentido, sendo mais específico, Ladislau von Bortkiewicz, como que também acusando Marx de “violação das regras elementares da lógica”, assinala Roman,<sup>1210</sup> aponta que a demonstração marxiana apresentada para apoiar a tese de queda tendencial da taxa de lucro “não leva em conta a relação matemática entre a produtividade do trabalho e a taxa de mais-valia. Considera-se [sic] esta última como um fator separado. Tal método de isolamento pode levar a conclusões absurdas [...]”, arremata o economista russo.<sup>1211</sup>

De acordo com R. Rosdolsky, Karl Marx, na primeira página (e somente nela) do capítulo XIII “A lei como tal” da Seção III “A lei da queda tendencial da taxa de lucro”, do Livro III d’*O capital*, que cuida da formulação da lei da queda da taxa de lucro, “parece dar razão aos autores citados” ao “[...] abstrair temporariamente outros fatores que podem influir na taxa de lucro, sobretudo as diferenças no grau de exploração do trabalho [as diferenças nas taxas de mais-valia, digo eu]”. Supondo “que a taxa de mais-valia é de 100% em todos os setores produtivos,

1207 Note que a expressão “recente” presente no título do apêndice abrange o período de 1935 a 1949.

1208 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 333 e 337.

Sobre os economistas citados, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ladislau\\_von\\_Bortkiewicz](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ladislau_von_Bortkiewicz); <https://puraeconomia.blogspot.com/2005/03/joan-robinson-1903-1983.html>; [https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul\\_Sweezy](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Sweezy) e [https://en.wikipedia.org/wiki/Natalie\\_Moszkowska](https://en.wikipedia.org/wiki/Natalie_Moszkowska) (Vistos em 11.09.2023).

1209 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 333.

1210 Idem, p. 334.

1211 Ibidem, p. 333. O autor de *Gênese*, na sequência, apresenta a fundamentação matemática de Ladislau sobre o “erro” de Marx, cuja reprodução entendemos como desnecessária para o propósito deste texto.

ou seja, [que, digo eu novamente] os trabalhadores trabalham [sic] meio dia para si e meio dia para o empresário”, evidentemente que as taxas de lucro dos setores produtivos devem se apresentar numa relação inversa com o nível de composição orgânica do capital, sendo esta última, juntamente com a taxa de mais-valia, uma das duas categorias determinantes do nível da taxa de lucro, conforme estudamos no Folheto nº 12.

Entretanto, conforme o próprio Rosdolsky, em outras páginas do referido capítulo XIII o filósofo alemão introduz em sua análise algumas hipóteses que contemplam taxas de mais-valia diversas e elevadas, uma em relação a outra, entre os vários setores da economia, diante, inclusive, de diferentes e crescentes composições orgânicas do capital, situações que demonstram a taxa de juros também em constante decréscimo.<sup>1212</sup> Todavia, o autor ucraniano vê certa arbitrariedade em exemplos do tipo, já que, segundo ele, imaginando “um crescimento um pouco mais rápido da taxa de mais-valia, a taxa de lucro não teria diminuído, mas sim aumentado”. Não obstante, considera que “seria errôneo crer que a queda da taxa de lucro poderia ser compensada, em qualquer caso, pelo incremento da taxa de mais-valia”. Portanto entende que há problema em afirmar taxativamente que incremento da taxa de mais-valia, de maneira geral, relativiza a tendência de queda da taxa de lucro na economia capitalista.<sup>1213</sup>

Na avaliação do autor de *Gênese*, uma coisa é certa, e para se garantir cita várias outras páginas do Livro III: “Nunca ocorreu a Marx limitar sua lei ao caso de uma taxa de mais-valia constante. Para ele, mesmo uma taxa de mais-valia crescente deve resultar, em última instância, em uma taxa de lucro decrescente”. Há mais, continua Rosdolsky, desta feita reproduzindo o que disse Marx no final do capítulo XIV (“Causas contra-arrestantes”), cujo conteúdo aborda os fatores de contratendência à queda da taxa de lucro: “Para evitar equívocos [...] **A queda tendencial da taxa de lucro está ligada a um aumento tendencial da taxa de mais-valia, ou seja, do grau de exploração do trabalho [...]. A taxa de lucro não diminui porque o trabalho se torna menos produtivo, mas sim porque se torna mais produtivo**” (grifo nosso).<sup>1214</sup>

Aliás, já nos manuscritos de 1861-1863 entendia que apesar de a taxa de mais-valia aumentar a taxa de lucro cairia.<sup>1215</sup> Isso ocorre, ensinava o filósofo alemão nos referidos manuscritos, porque, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, a composição orgânica do capital se eleva<sup>1216</sup> e, por conseguinte, como o mais-trabalho (o trabalho não pago) aumenta com o aumento da produtividade, este incremento da produtividade eleva a exploração do trabalhador – o trabalho vivo presente [trabalho atual, digo eu] diminui “em relação ao trabalho passado [o trabalho objetivado nos meios de produção, que corresponde ao capital constante, digo eu] que é empregado e reproduzido [na mercadoria final, digo eu mais uma vez]”. Por conta do aumento da

1212 Ibidem, p. 334 e 335.

1213 Ibidem, p. 578 e 579 Nota 4.

1214 Ibidem, p. 335.

1215 Ibidem, p. 579 Nota 8.

1216 Ou seja, sendo a composição orgânica do capital ( $Coc$ ) = capital constante ( $c$ ) ÷ capital variável ( $v$ ), o capital variável (força de trabalho paga) diminui em relação ao capital constante (meios de produção).

produtividade proporcionado pela nova maquinaria, novas tecnologias etc. adquiridas (capital constante), diminui a aquisição de força de trabalho nova (capital variável). Por isso, continua o autor dos manuscritos de 61-63, “A mais-valia [fruto do trabalho não pago, digo eu novamente], a exploração do trabalhador [remanescente, acrescentamos], aumenta. Ao mesmo tempo, cai a taxa de lucro, pois o capital variável diminui em relação ao capital constante; a massa de trabalho vivo diminui relativamente, em relação [sic] ao capital que o põe em movimento [o capital constante representado pelos meios de produção, digo eu mais uma vez]”<sup>1217</sup>. Desse modo, “O capitalista se apropria de uma parte maior do produto anual do trabalho sob a rubrica do capital [às custas do capital constante que não gera valor, digo eu], e de uma parte menor sob a rubrica de lucro [extraído da massa de mais-valia, criadora de valor, digo eu novamente].”<sup>1218</sup>

Portanto, reportando-nos novamente ao final do capítulo XIV do terceiro livro, “Tanto o aumento da taxa de mais-valia como a queda da taxa de lucro são formas particulares que expressam, no modo capitalista de produção, a crescente produtividade do trabalho”.<sup>1219</sup>

Como acabamos de ver, R. Rosdolsky, ao rebater os críticos de Marx, evidencia o fato de que o filósofo alemão “nunca vinculou sua lei [da queda tendencial da taxa de lucro, digo eu]”, exclusivamente, “à ideia de uma taxa de mais-valia constante”, por isso “não pode ser criticado por ‘inconsistência’ ou ‘tautologia’”.

Contudo, a crítica à tese marxiana da queda da taxa de lucro não se esgota no aspecto abordado de uma taxa de mais-valia constante. Outra crítica que se faz está relacionada com o denominado “**método do isolamento’ dos fatores**” que podem influir no comportamento da taxa de lucro (grifo nosso). “Se, de fato, a lei de Marx não se baseia na suposição de uma taxa de mais-valia constante”, questiona Roman Rosdolsky, “por que trata ‘em separado’ os fatores que elevam a taxa de lucro?”. Por que expõe a lei no capítulo XIII, e só no XIV trata de fatores outorgados como “‘obstáculos’ à lei?”.<sup>1220</sup>

Examinando os dois capítulos, Rosdolsky expõe que há uma “diferença metodológica” entre eles,<sup>1221</sup> qual seja: no capítulo XIII, onde se encontra a formulação da própria lei, foram examinados, por exemplo, os métodos que incluem o aumento da composição orgânica do capital, “fundamentalmente, métodos que produzem mais-valia relativa”; já no capítulo XIV, que trata dos fatores de contratendência à queda da taxa de lucro, foram considerados “os métodos de exploração que provocam o crescimento da taxa de mais-valia mas ‘não conduzem a um aumento

1217 Não esqueçamos que em Marx, o lucro do capital decorre do trabalho, não do trabalho pago (capital variável), mas do trabalho não pago. Daí a relação que Marx faz do nível da composição orgânica do capital com a taxa de lucro. Em regra, se a composição orgânica é baixa (quando a relação entre capital constante e capital variável é favorável a este), a taxa de lucro cresce; se a composição orgânica do capital é alta (quando a relação entre capital constante e capital variável é favorável àquele), a taxa de lucro diminui.

1218 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 579 Nota 9.

1219 Idem, p. 335 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1220 Ibidem, p. 336. Rosdolsky destaca, na página em referência, que tal objeção “desempenha um importante papel na crítica de Paul Sweezy”.

1221 Ibidem, 337.

relativo do capital constante em relação ao capital variável” – não conduzem ao aumento da composição orgânica do capital, que permanece inalterada, em primeira instância. Tal cenário é um fator de arrefecimento da tendência de queda da taxa de lucro.<sup>1222</sup>

É certo que o nível da taxa de lucro depende de dois fatores, diz Rosdolsky: a **taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital**. Como isto é fato e como o aumento da produtividade do trabalho afeta tanto a mais-valia como a composição orgânica do capital, “estaríamos diante de um ‘procedimento de isolamento’ [...] se Marx só levasse em consideração, por exemplo, o aumento da composição orgânica, sem perceber que a crescente produtividade do trabalho deve aumentar simultaneamente, embora em menor medida, a taxa de mais-valia; ou se, ao contrário, ele só observasse o aumento da taxa de mais-valia resultante do incremento da produtividade, esquecendo-se de considerar a (ainda mais intensa) tendência à elevação da composição orgânica, vinculada a esse incremento”. Inclusive, continua Rosdolsky, “existem elementos que só influenciam um dos dois fatores antes mencionados, sem afetar o outro, pelo menos diretamente”. Mas o nosso filósofo alemão não faz isso. Marx leva em consideração a relação recíproca entre a composição orgânica e a taxa de mais-valia. Por isso formula a lei em um capítulo e põe os obstáculos a ela em outro.

O que Karl Marx faz, em relação aos dois capítulos da Seção III do Livro III, não é um “procedimento de isolamento” dos fatores que obstaculizam a tendência de queda da taxa de lucro. Nos dois capítulos ele trabalha com os dois fatores determinantes do nível da taxa de lucro: a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. No capítulo treze examina a relação recíproca entre eles. No capítulo quatorze analisa os fatores que atuam sobre essa relação, inclusive contemplando situações referentes aos próprios fatores determinantes, a exemplo da situação em que o aumento da taxa de mais-valia combinada com a alta da composição orgânica do capital pode levar a um aumento da taxa de lucro, como é o caso no qual, em decorrência do aumento da composição orgânica, o mesmo trabalhador tem que inspecionar uma quantidade maior de maquinaria, intensificando o seu trabalho na mesma jornada legal de 8 horas.

Diante da complexidade das críticas da lei marxiana da queda tendencial da taxa de lucro e das polêmicas que a envolve, o aprofundamento no debate envolveria um estudo a parte, inclusive pressupondo o conhecimento do conteúdo da Seção III do Livro III d’*O capital*, caminho que a nossa “caravana literária” desbravará só bem mais à frente. Com este apêndice apenas pretendemos registrar que existem críticas importantes sobre a tese marxiana, que inclusive perduram nos dias de hoje, como a proferida pelo geógrafo marxista britânico David Harvey, cuja leitura recomendamos fortemente. Aliás, também na atualidade há economistas de peso que defendem a vigência da lei marxiana, inclusive a sua relação com eventual “derrocada” do capitalismo, a exemplo do marxista britânico Michael Roberts.<sup>1223</sup>

1222 Ibidem, p. 336 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

## FOLHETO Nº 13

### PARTE VI – CONCLUSÃO

#### NOTA DO ARTICULISTA<sup>1224</sup>

O **Blog Expedição Karl Marx: Para ler *O capital*** pretende ser uma espécie de “caravana literária virtual” de iniciação à **teoria crítica da economia política capitalista** edificada pelo teórico e filósofo alemão-prussiano **Karl Heinrich Marx**<sup>1225</sup>, cujo destino final consiste no estudo da obra ***O capital: Crítica da economia política***, ou, simplesmente, ***O capital***<sup>1226</sup>.

Para efeito do itinerário da “expedição”<sup>1227</sup>, optamos por conhecer, inicialmente, os escritos de Marx antecedentes que serviram de base à elaboração d’*O capital*. Agindo assim, aspiramos construir uma base de conhecimento tal que nos permita captar da forma mais consistente possível o que o teórico alemão tem a dizer nos quatro livros da sua obra definitiva.

Como se estivéssemos realmente inseridos numa missão expedicionária propriamente dita, por analogia, a divulgação do material resultante do trabalho “exploratório” do pensamento crítico-econômico marxiano<sup>1228</sup> dar-se-á por meio de

1223 Sobre a crítica de David Harvey, veja <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24381/16649> (in HARVEY, David. **Teoria da Crise e a queda da taxa de lucro**. Geografares, [S. l.], n. 28, p. 15–35, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24381. Consultado em 19.09.2023). Sobre a defesa de Michael Roberts, veja <https://expedicaookarlmrx.com.br/blog-2-2-2-2/> (in ROBERTS, Michael. **Os fundamentos e contradições do capitalismo, fatores de impulso ou de sua derrocada? Entrevista de Luciana Genro com Michael Roberts**. Blog Expedição Karl Marx: Para ler “O capital”. Plantão da Expedição, Edição nº 51 de 15.09.2023).

1224 Articulista: Rui Eduardo Silva de Oliveira Pamplona, bacharel em Ciências Econômicas e Direito; pós-graduado em MBA Agronegócio, MBA Executivo em Gestão Financeira e Especialização em Direito.

1225 Na [Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução](#), deste Blog, apresentamos um resumo da vida e obra do filósofo alemão, bem assim dos principais aspectos do seu pensamento.

1226 *O capital*, subtítulo *Crítica da economia política* (em alemão: *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*), em seus quatro volumes – *Livro I - O processo de produção do capital* (1867); *Livro II - O processo de circulação do capital* (1885); *Livro III - O processo global da produção capitalista* (1894) e *Livro IV - Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico* (1905) –, traz o resultado de um minucioso exercício investigativo acerca das relações socioeconômicas no âmbito do modo de produção capitalista, desde suas origens. Uma exposição da mais profunda investigação crítico-científica do capitalismo que se tem conhecimento. Na referida [Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução](#), subseção “[Pensamento econômico](#)”, apresentamos um arrazoado da obra, contemplando as sinopses dos livros que a compõem, além da conceituação preliminar de economia política, capitalismo, modo de produção, capital e de outras categorias econômicas ali presentes.

1227 Veja a página [Roteiro da Expedição](#), deste Blog.

1228 Em vista do uso corriqueiro na literatura sobre Karl Marx de expressões derivadas do seu nome para identificar o interlocutor a que se referem, como “marxiano(a)”, “marxólogo(a)” e “marxista”, o que neste trabalho não será diferente, é importante mencionar os critérios que utilizamos para também empregá-las neste artigo expositivo: o termo “marxiano(a)” será adotado para referirmos aos escritos e pensamento do próprio Marx; a expressão “marxólogo(a)”, por sua vez, será aplicada em alusão aos empreendedores de uma análise científica, isenta e apartidária das suas ideias; já o vocábulo “marxista” será tomado quando da menção àqueles que buscam interpretar, não sem divergências entre si, o amplo campo do pensamento sociológico, econômico, político e filosófico de Marx, e sua análise metodológica desses aspectos, na defesa de uma prática política transformadora e revolucionária da sociedade que, em seu conjunto, se denomina “[marxismo](#)”.

artigos expositivos da nossa autoria, publicados no formato de folhetos (fascículos) periódicos, acompanhados de apêndice e/ou material complementar sempre que avaliarmos necessários para uma melhor e mais ampla compreensão do conteúdo da obra acessada.

Nessa linha, iniciamos o primeiro trecho da nossa “caravana” com o **Artigo Expositivo I** que trata, excepcionalmente, da única obra não autoral de Marx contemplada neste projeto: o livro do pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*, publicado na Alemanha em 1968.<sup>1229</sup>

*Gênese* é avaliado como um “guia” de acesso ao universo teórico e metodológico da crítica de Marx à economia política capitalista, visto se tratar de um **comentário robusto e esclarecedor dos primeiros manuscritos propriamente econômicos redigidos e organizados pelo nosso teórico alemão em 1857/1858**, cujo conjunto, composto por sete cadernos, só foi publicado bem mais tarde, em 1939, na cidade de Moscou, sob o nome *Grundrisse (Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política)*. Este conjunto de manuscritos é distinguido não só como o marco inaugural da investigação crítico-científica de Karl Marx da sociedade burguesa, mas também como a base teórica e metodológica do que viria a ser *O capital*, sendo considerado o “laboratório econômico” marxiano.<sup>1230</sup>

Apesar de focar nos *Grundrisse*, o autor ucraniano ao longo de todo o seu trabalho busca fazer comparação entre os pontos de vistas de Marx esboçados nos *Grundrisse* e os expostos nas obras anteriores e posteriores, sobretudo em *O capital*, incluindo aspectos não apresentados naqueles manuscritos, pelo menos com alguma profundidade.<sup>1231</sup>

Exatamente por ser considerada uma obra de excelência e também fundamental para se acessar o “laboratório econômico” de Marx, escolhemos adotar o livro do pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky como ponto de preparação e de “aclimação” para nossa **Expedição**. A complexidade do conteúdo, método e escrita dos *Grundrisse* faz do estudo de *Gênese e estrutura de “O capital”* uma tarefa preliminar, mas não por isso menos importante, muito pelo contrário, para acesso ao que denominamos, por analogia, de “trilha” marxiana da crítica da economia política, incluindo o estudo direto dos próprios manuscritos de 1857/1858.

Quanto ao aspecto editorial da elaboração do Artigo Expositivo I, utilizamos um exemplar da edição brasileira de *Gênese*, datada de 2011, publicada pela Contraponto Editora, cuja imagem de capa, extraída do *site* da própria editora<sup>1232</sup>, espelhamos na página de abertura do artigo.

1229 De Roman Rosdolsky e da história da elaboração do seu livro tratamos no [Folheto nº 01](#).

1230 ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora, 2001, Orelha. Sobre os *Grundrisse*, seu nascimento, descoberta e publicação, reveja o já mencionado [Folheto nº 01](#).

1231 Quando tal fato ocorrer, faremos a devida menção e citação bibliográfica.

1232 Disponível em <https://www.contrapontoeditora.com.br/produto.php?id=73>. Consultado em 01.04.2020.



Para efeito da metodologia adotada neste trabalho, buscaremos reproduzir o conteúdo de *Gênese e estrutura de "O capital"* e não, necessariamente, interpretá-lo. Apenas lançaremos mão de juízo pessoal ou advindo de outros autores quando assim nos for exigido pelo grau de complexidade de alguma ideia, frase ou parágrafo, ou, ainda, pela necessidade de contextualização de um determinado fato/acometimento, entre outras singularidades contidas na obra. Como critério de edição dessas intervenções, eventuais intromissões deste articulista serão feitas entre colchetes, sempre utilizando a expressão “digo eu” ou equivalente. Na hipótese de recorrermos a escritos de outros autores tal identificação dar-se-á por meio de citações diretas ou indiretas devidamente referenciadas.

Até o presente momento, conhecemos os seguintes temas abordados em *Gênese*: no Folheto nº 01 vimos como nasceram os *Grundrisse* (descrição da trajetória intelectual de Marx de 1842/1843 até a publicação de *O capital*); no Folheto nº 02 tivemos contato com a estrutura da obra *O capital* e com a análise da metodologia utilizada na investigação da crítica marxiana da economia capitalista, bem assim com a digressão realizada por Rosdolsky sobre o problema da categoria do valor de uso das mercadorias na economia capitalista (um estudo da problemática do fator utilidade no âmbito de uma economia voltada para a troca e para o lucro); nos Folhetos nº 03 a 05 fomos apresentados à primeira formulação da teoria de Karl Marx sobre o dinheiro; nos Folhetos nº 06 a 09 e nos Folhetos nº 10 e 11 acessamos, respectivamente, as seções sobre o processo de produção e sobre o processo de circulação do capital; e, mais recentemente, no Folheto nº 12, conhecemos a análise marxiana, sob as vistas de Roman Rosdolsky, acerca do capital produtivo e das categorias do lucro e juros.<sup>1233</sup>

Neste Folheto nº 13, que retrata a última parte do comentário de Rosdolsky dos *Grundrisse*, apresentamos os dois capítulos que constam da parte conclusiva de *Gênese*, mas não só. Com vistas a também apresentar para o leitor o que apreendemos do estudo da excepcional obra desse grande pensador marxista ucraniano, optamos por dividir o referido fascículo em dois momentos: o primeiro momento será dedicado à conclusão exposta pelo autor ucraniano na Parte VI do seu livro; o segundo será reservado para a conclusão deste articulista.

Com o intento de acessar de forma completa o livro de Roman Rosdolsky, considerando que o autor acrescentou em *Gênese* uma sétima parte relativa ao exame crítico de várias abordagens de autores, marxistas e não marxistas, acerca das principais categorias apresentadas por Karl Marx no Livro I de *O capital*, no próximo e derradeiro fascículo do Artigo Expositivo I, na forma de apêndice ao Folheto nº 13, trazemos quatro ensaios críticos produzidos por Roman sobre os seguintes temas: o problema do trabalho qualificado; o problema da “falsa racionalização”; a crítica de Joan Robinson a Marx; e, por fim, a economia neomarxista.

---

1233 Confira os folhetos publicados em <https://expedicaoakarlmarx.com.br/artigo-expositivo-de-genese-e-estrutura-de-o-capital-2-2-2-2-3/>.

## Capítulo 28: O limite histórico da lei do valor. Observações de Marx sobre a ordem social socialista

Na abertura do capítulo, de pronto, Roman Rosdolsky faz uma revelação, pelo menos para os não especialistas no universo do pensamento marxiano como este articulista: que, Karl Marx, *pari passu* à investigação crítica da economia política capitalista, também examinava a possibilidade da **transição ao socialismo**, uma transição que culminaria na dissolução do modo de produção capitalista e da forma de sociedade baseada no valor e no lucro, a sociedade burguesa. Porém, e aqui talvez a maior surpresa, Marx fazia esse exame sob a perspectiva das **contradições** das leis que conformam e regem o próprio capitalismo, o qual pretendia superar e abolir. Nessa linha, estudava as possibilidades de uma revolução socialista que viria resolver as contradições da forma social burguesa; contradições não passíveis de resolução por meio de reformas visto que imanentes ao sistema vigente. Assim, inovava na maneira de lidar com a ideia de “superação do que existe” ao pretender investigar os fatores reais que a prenunciam e impulsionam “o surgimento de uma nova forma histórica”.<sup>1234</sup>

Eis aí uma observação necessária e fundamental para afastar a ideia completamente errônea de que Marx e Friedrich Engels propuseram num estalo de inteligência suprema, ou até de “divindade”, uma forma ideal de sociedade. Nada mais falso. Em verdade, os dois revolucionários alemães construíram uma teoria crítica política, social e econômica que ficou conhecida como “socialismo ‘científico’”, em contraposição ao denominado “socialismo ‘utópico’”, corrente que ganhava cada vez mais a adesão da classe trabalhadora europeia da época<sup>1235</sup>.

Segundo Roman Rosdolsky, no último livro do plano estrutural original de 1857 da crítica da economia política capitalista,<sup>1236</sup> ao qual os *Grundrisse* correspondem, o filósofo alemão tinha a intenção de investigar os fatores internos que prenunciavam a superação da ordem social burguesa e impulsionavam o surgimento de uma nova forma histórica de sociedade, com vistas a “ocupar-se da transição ao socialismo, com a ‘dissolução do modo de produção e da forma de sociedade baseada no valor de troca’”. Nessa direção, o centro da sua atenção foi o **limite histórico da lei do valor**, ou, como diz Roman, a “interrogação sobre as vicissitudes [contratempos, problemas, incidentes, circunstâncias de mudanças, digo eu] da lei do valor”.<sup>1237</sup>

Ou seja, o autor dos *Grundrisse* pretendia focar nas intercorrências a que estaria sujeita a lei do valor, **a lei base das leis gerais da economia capitalista** – a “**lei do valor-capital**” (grifo nosso), ou, ainda, “a **lei da subordinação crescente do**

1234 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 345.

1235 Sobre as duas doutrinas, veja o texto de nossa autoria [Socialismo “científico” e Socialismo “utópico”](#).

1236 Dos planos estruturais elaborados por Marx para o desenvolvimento da sua crítica da economia política, e que culminariam na sua obra *O capital*, tratamos no [Capítulo 2](#) do Folheto nº 02.

1237 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 345.

**trabalhador ao capital”** (grifo nosso), segundo o professor Patrick Rodrigues Andrade.<sup>1238</sup> É dessa problemática que Roman cuida nos três itens do capítulo 28, a saber: “Observações de Marx sobre o desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo”, “O papel da maquinaria como condição material para a sociedade socialista” e “A extinção da lei do valor no socialismo”. Vamos ao primeiro item: **“Observações de Marx sobre o desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo”**.

Antes de ingressarmos no conteúdo do item, tratemos brevemente dos conceitos de “indivíduo” e “individualidade” em Karl Marx. Segundo o professor Eduardo Chagas, “Para Marx, o **indivíduo** é, em primeira instância, **um ser real, natural vivo, um ser orgânico**, possuidor não só de **necessidades naturais**, mas também de **potencialidades**, capazes de autofabricar o próprio indivíduo [sic], de produzir as condições de sua própria vida material, os meios para satisfazer as suas necessidades vitais” (grifo nosso). Todavia, na concepção marxiana, prossegue o professor Eduardo, o indivíduo também é **produto e obra da sociedade**. Quer dizer, em Marx, “o indivíduo é um **ser social-consciente**, que transcende o estreito limite de sua constituição natural, biológica, pois ele não possui uma natureza inata, fixa, imutável, que se encontra completamente pronta em sua estrutura genética, orgânica, dada imediatamente, mas que se autocria, se autoforma, através de seu **trabalho** [no sentido geral de atividade produtiva e criativa, remunerada ou não, digo eu]”. Chamamos a atenção para o *status* do trabalho na definição marxiana de indivíduo, elevado à categoria de atividade vital. Como diz Chagas, “o trabalho, rompe com os limites naturais, pois pressupõe não uma generidade<sup>1239</sup> natural, muda, interior, mas uma generidade social; não o indivíduo isolado, mas a interatividade social entre os indivíduos, [sic] e, no trabalho, o indivíduo evidencia sua essência genérica, que o diferencia do animal. No trabalho, o indivíduo se prova como ser genérico, é gênero para si, se relaciona consigo e com os outros como ser genérico, como um ser universal e, por isto, livre”.<sup>1240</sup> Nesta acepção, o indivíduo não pode ser compreendido como que isolado da sociedade em que vive.

1238 ANDRADE, Patrick Rodrigues. **A “lei do valor” e o projeto socialista**. Campinas-SP: Unicamp. Cemax, p. 4. Disponível em [https://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Patrick\\_Andrade.pdf](https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Patrick_Andrade.pdf). Consultado em 26.10.2023.

1239 Segundo Betânia Moreira de Moraes, a *generidade* consiste na “unidade ontológica entre indivíduo e gênero”, sendo “a unidade de dimensões distintas de um mesmo ser; unidade que, portanto, comporta diferenças”, e que “tem por substância o resultado da história social-humana, história essa que se efetiva na forma de sociabilidade que, por sua vez, resulta do caráter particular, da forma e do conteúdo da atividade dos indivíduos na produção de sua vida”. Ainda conforme Moraes, “A forma própria de ser da individualidade humana e de cada indivíduo singular é essencialmente unida ao processo reprodutivo do ser social na sua totalidade, totalidade essa cuja substância tem como tecido os nexos entre generidade e sociabilidade, resultado da ação dos indivíduos singulares e da reciprocidade de seus atos” (in MORAES, Betânia Moreira de. **As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individuação na sociabilidade capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx**. Fortaleza-CE: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - FACED/UFC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação Brasileira. 2007, p. 109. Disponível em <https://1library.org/br/download/874612275562414082>. Consultado em 26.10.2023).

1240 CHAGAS, F. Eduardo. **O indivíduo na teoria de Marx**. Revista Dialectus. Ano I, nº 2, 2013, p. 9 e 12. Disponível em <http://periodicos.ufc.br/dialectus/issue/view/356/326>. Consultado em 26.10.2023.

Já a **individualidade**, na conceituação marxiana exposta também por Eduardo Chagas, refere-se aos “traços essenciais físicos, espirituais e psíquicos, as **qualidades distintas**, de cada indivíduo, que diferenciam um indivíduo de outros [diz respeito à vida privada do indivíduo, digo eu], traços esses que na sociedade moderna capitalista, são apagados, anulados, na medida em que os indivíduos são reduzidos apenas a mercadorias indistintas”.<sup>1241</sup> No entanto, **a individualidade não pode ser apartada da sociabilidade**.<sup>1242</sup> Ou seja, conforme ensina a professora Betânia Moreira de Moraes, “a individualidade humana se faz na relação com o outro, e, portanto, mediatamente [indiretamente, digo eu], na relação com o gênero [com o gênero humano, numa operação de articulação da individualidade com a generidade, digo eu] [...]; por sua vez, é exatamente a inter-relação entre os indivíduos e destes com a totalidade social, nos diferentes níveis em que ocorre, que conforma uma dada sociabilidade”.<sup>1243</sup>

É de se perceber o grau de importância e centralidade que o trabalho em geral, como atividade vital do ser humano, ocupa na teoria marxiana: é categoria fundante do ser social. Em Karl Marx, como as formas de sociabilidade e individualidade têm origem e são determinadas pelo trabalho, os indivíduos e suas relações humanas não só se firmam em decorrência do ser social mas também se alteram em conformidade a ele.<sup>1244</sup>

Dito isso, passemos, enfim, ao contido em *Gênese e estrutura de O capital* acerca da visão do nosso teórico alemão do desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo. De partida, o nosso autor ucraniano coloca uma questão fundamental e bastante cara para “os fundadores do marxismo”, ou do “socialismo científico”,

1241 Idem, p. 9. Disponível em <http://periodicos.ufc.br/dialectus/issue/view/356/326>. Consultado em 26.10.2023.

1242 Considerando a definição corrente, não marxiana, “A sociabilidade é um conceito que se refere à capacidade de um indivíduo ou grupo se relacionar e interagir com outras pessoas de forma harmoniosa e satisfatória. É a habilidade de estabelecer e manter relações sociais saudáveis, seja no âmbito pessoal, profissional ou comunitário. A sociabilidade envolve a capacidade de se comunicar, cooperar, compartilhar, compreender e respeitar os outros, promovendo o bem-estar e a convivência pacífica” (Disponível em <https://resumos.soescola.com/glossario/sociabilidade-o-que-e-significado/>. Consultado em 27.10.2023).

Em Marx, a sociabilidade é entendida a partir das relações sociais sob a perspectiva das classes sociais e da luta de classes (no sentido mais amplo da expressão). No âmbito da sociedade burguesa, a sociabilidade capitalista, que é pautada pela contínua exploração, “tende a naturalizar suas desigualdades, justificá-las como algo comum do processo de desenvolvimento e que, assim, torna-se parte dele como impossível de superação”. Uma sociabilidade “baseada na propriedade privada e na contradição de uma vida dupla. Essa vida dupla, se caracteriza pela garantia de uma **emancipação política**, individual, longe de alcançar a **emancipação humana**” (in CAVALCANTI, Camila Dias; RIVEROS, Jorge Luis Triana e GOMES JR., Newton Narciso. **Estado capitalista, sociabilidade capitalista: o impasse da luta por direitos humanos no Brasil**. Palmas-TO: Revista Humanidades e Inovação v.7, nº 17, 2020, p. 517 e 519. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3846>. Consultado em 27.10.2023).

1243 MORAES, Betânia Moreira de. Op. cit., p. 16 Disponível em <https://11library.org/br/download/874612275562414082>. Consultado em 27.10.2023.

1244 DIAS, Luana da Silva e MORAES, Betânia Moreira de. **A individualidade humana na sociabilidade capitalista: um estudo centrado em “O capital”**. Join - Encontro Internacional de Jovens Investigadores. Disponível em <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=c406134478c5c37eJmJtdHM9MTcWMTeyOTYwMCZpZ3VpZD0wNTFkZWJjZi0xOWY5LTY0ZGI0MTJlE1NC1mOTE0MTg2ZjY1YzQmaW5zaWQ9NTE0OA&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=051debcf-19f9-64db-2154-f914186f65c4&psq=sociabilidade+em+marx&u=a1aHR0cHM6Ly9lZGl0b3JhcmVhbGl6SS5jb20uYnIvZWRpdG9yYS9hbmFpcy9qb2luLzIwMTcvVFJlQkFmSE9fRVYwODFfTU0X1NBNzRfSU0zMTVfMTEwOTIwMTcxMzU1NDAAucGRm&ntb=1>. Consultado em 27.10.2023.

Karl Marx e Friedrich Engels: **o rechaço a qualquer especulação sobre como seria um futuro socialista**. Segundo Rosdolsky, este tipo de especulação “implicaria inventar um sistema acabado, tendo como base ‘princípios eternos da justiça’ e ‘leis imutáveis da natureza humana’ [como faziam os socialistas “utópicos”, digo eu]”.<sup>1245</sup>

De acordo com Roman Rosdolsky, tal objeção está lastreada na **concepção materialista da história** elaborada por Marx e Engels<sup>1246</sup>, cuja base científica buscava superar as doutrinas dos socialistas “utópicos”. A partir dela se passou a focar de forma completamente distinta o advento da futura ordem socialista. Não mais se deveria enxergar o socialismo, anuncia Rosdolsky, “como um mero ideal, mas sim como uma fase necessária do desenvolvimento da humanidade, em direção à qual a história tende. Por isso, só se poderia falar de uma futura formação social, de tipo socialista, quando já se pudessem visualizar **germes** dessa nova formação na **história vivida**, bem como compreender suas **tendências evolutivas**” (grifo nosso). Atenção para as palavras em destaque. Não aparecem aí em vão.

Apesar de reconhecer que o socialismo marxiano/engeliano não surge de um estalo de genialidade, da noite pro dia, dos dois teóricos, não sendo, portanto, obra dada, pronta e acabada, Roman assenta que Marx e Engels formularam sim ideias sobre a ordem econômica e social socialista. Aliás, considera que essas ideias desempenharam importante papel no “edifício doutrinário do marxismo”. Inclusive ressalta que *O capital* “surge do desejo de investigar a **estrutura interna** e as **leis de movimento** do modo de produção capitalista, assim como de **oferecer provas** da possibilidade e da necessidade da ‘**grande mudança**’ destinada a pôr fim à ‘**autoalienação**’ humana” (grifo nosso) – oferecer provas da possibilidade de formas sociais socializantes capazes de superar a ordem social vigente e assim alcançar, com o comunismo, o que Marx entende como a “emancipação humana” (o que não é a mesma coisa de “emancipação política”).<sup>1247</sup>

Uma coisa é afirmar que Marx não escreveu um manual de como construir e desenvolver uma sociedade socialista e, mais à frente, uma sociedade comunista. E isto é absolutamente correto. Outra coisa é dizer que não se encontra em *O capital* e em trabalhos anteriores “digressões e observações [aqui e ali, digo eu] que se ocupam dos problemas da ordem social socialista e que permitem reconhecer com clareza o que aproxima e o que afasta as doutrinas de Marx e as dos socialistas utópicos”, arremata o

1245 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 345 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte). Nos textos da nossa autoria, [Socialismo “científico” e Socialismo “utópico”](#), já citado em Nota anterior, e [Arrazoado do livro Miséria da Filosofia](#), publicados na Seção Preliminar – Conhecendo Karl Marx: uma introdução, deste Blog, buscamos contextualizar o grande embate teórico, político e ideológico de Marx e Engels com os chamados socialistas “utópicos”, estes na figura do filósofo francês [Pierre-Joseph Proudhon](#). Igualmente, desta feita no próprio Artigo Expositivo I, precisamente no [Folheto nº 3](#), quando do estudo da *Parte II - A primeira formulação da teoria de Marx sobre o dinheiro*, estampamos a crítica marxiana à elaboração de Proudhon da “Teoria do dinheiro-trabalho”, à qual Marx se opôs ferozmente, sobretudo quantos aos efeitos negativos que, segundo ele, tal teoria poderia produzir e já estava produzindo na formação política da classe trabalhadora da época e na ascensão do movimento operário europeu.

1246 Sobre a referida concepção metodológica e filosófica dos fenômenos sociais tratamos no escrito da nossa autoria, [O materialismo histórico e dialético](#), publicado na Seção Preliminar – Conhecendo Karl Marx, deste Blog.

1247 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 345 e 346.



autor de *Gênese*. Ele prossegue: tais digressões e observações existem e se fizeram necessárias em virtude do **método materialista histórico e dialético**, “que aspira a compreender todo fenômeno social no fluxo do seu **devir** [vir a ser, digo eu], **existência e fim**” (grifo nosso). A concepção materialista dialética considera e prescreve que houve modos de produção historicamente anteriores e, ao mesmo tempo, “chama a atenção para ‘aspectos que, prefigurando o movimento nascente do futuro, insinuam a abolição da forma atual das relações de produção’”, completa Roman citando Marx.<sup>1248</sup>

Karl Marx ensina: a investigação materialista dialética dos fenômenos sociais, aplicada aos modos históricos de produção, considera que, se de um lado, as fases pré-capitalistas se anunciam como “*pressupostos puramente históricos*” (grifo do autor), posto que abolidos, “*de outro as condições atuais da produção se apresentam como em via de abolir a si mesmas e, portanto, como em via de criar os pressupostos históricos para um novo ordenamento da sociedade*” (grifo do autor). Em nossas palavras: **uma nova forma social surge sempre das entranhas das condições atuais da própria forma social vigente**. Portanto, conforme Roman Rosdolsky, “A investigação materialista dialética do modo de produção capitalista conduz à confrontação entre este modo de produção e as formações sociais pré-capitalistas, de um lado, e entre ele e o ordenamento social socialista, de outro”. Neste ponto, reportamo-nos ao realce que fizemos em parágrafo anterior das palavras “germe”, “história vivida” e “tendências evolutivas” quando começamos a abordar o tema da transição socialista à luz do método marxiano/engeliano de compreensão dos fenômenos sociais; aí está a razão.

Ancorado nessa concepção metodológica, Karl Marx, segundo Roman, divide a história da humanidade em uma “tríade dialética”: as primeiras formas sociais – as formas pré-capitalistas<sup>1249</sup> – são fincadas em “relações de dependência pessoal”. A segunda forma social importante – a forma social capitalista ou burguesa – consiste na “independência pessoal”, porém edificada com base na “*dependência em relação às coisas*” (grifo do autor); nela se verifica inauguralmente a presença de “um metabolismo social geral, um sistema de relações universais, necessidades universais e capacidades universais”. A forma social capitalista ou burguesa, assim como ocorreu com a forma social feudal, cria as condições da terceira forma: a livre associação de produtores – ou, como prescreve o filósofo alemão, “A livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na propriedade coletiva, social, considerada como patrimônio social”, ou, ainda, a forma social comunista<sup>1250</sup>.

1248 Idem, p. 346 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes). Conforme exposto no nosso texto citado na Nota 23 supra, a partir do método materialista histórico dialético, Karl Marx identifica sete modos de produção historicamente situados: [Primitivo](#), [Asiático](#), [Escravista](#), [Feudal](#), [Capitalista](#), [Socialista](#) e [Comunista](#), a depender da combinação entre as forças produtivas (meios de produção + força de trabalho humana) e as relações (técnicas e sociais) de produção. Daí concluir que a cada modo de produção estabelecido historicamente corresponde uma estrutura, organização e específicas relações sociais.

1249 Formas sociais primitiva, asiática, escravista e feudal, derivadas dos modos de produção pré-capitalistas enumerados na Nota anterior.

1250 Oportuno acrescentar que a forma social da [livre associação de produtores](#) representa o *modo de produção comunista*. Nessa direção, o socialismo científico de Marx e Engels, no que se refere às formas sociais superadoras da forma capitalista, prescreve que deve haver uma *fase intermediária* entre a sociedade capitalista e

Na visão do autor de *Gênese*, Marx resumia, assim, o essencial da história da humanidade, “um processo necessário de formação da personalidade humana e de sua liberdade”. Porém, segundo Roman, o que mais interessava a Karl Marx “não era tanto demonstrar a necessidade desse processo (que já havia sido reconhecida pela filosofia clássica alemã), mas sim liberar essas noções de toda ilusão ideológica, colocando-as sobre a base firme da história real, ou seja, **do desenvolvimento das relações sociais de produção**” (grifo nosso). Esta tarefa, conclui Rosdolsky, “exigia a aplicação do método materialista”.<sup>1251</sup>

De acordo com o que o nosso autor ucraniano leu nos *Grundrisse*, quando são consideradas “relações sociais que produzem um sistema não desenvolvido de troca, de valores de troca e de dinheiro [ou seja, ‘relações pré-capitalistas’, intervém Rosdolsky]”, embora aí se tenha estabelecido relações entre pessoas, os indivíduos “só estabelecem vínculos entre si na condição de portadores de um caráter bem definido: senhor feudal e vassalo, proprietário de terras e servo da gleba etc., ou membro de uma casta etc., ou então integrante de um estamento etc.”. Vê-se que estas formas sociais são marcadas por uma forte relação pessoal de dependência, por uma forte limitação pessoal do indivíduo diante do outro.<sup>1252</sup>

Continuemos com a leitura de Roman Rosdolsky dos manuscritos *Grundrisse*, de 1857/1858. Nas sociedades onde existem um sistema de trocas desenvolvido, onde predominam relações monetárias, tais quais as sociedades burguesas ou capitalistas, “os vínculos de dependência pessoal, as diferenças de sangue, educação etc. são destruídos, esgarçados, [...] e os indivíduos *parecem* independentes<sup>1253</sup> [...], *parecem* livres para se defrontar uns com os outros e realizar trocas em liberdade” (grifo do autor). Tem-se aí, desta feita, uma sociedade marcada por vínculos não pessoais. O caráter do vínculo se apresenta agora “como uma limitação objetiva do indivíduo”, e não “como uma limitação

---

a de livre associação que seria o *socialismo*. Em suma, de acordo com os dois revolucionários alemães, conflitos de classe dentro do capitalismo surgem devido à intensificação das contradições das leis que regem esse modo de produção, como o controle da propriedade dos meios de produção pela classe capitalista e da apropriação por essa mesma classe, chamada coletivamente de *burguesia*, do produto excedente na forma de mais-valia (“lucro”) extraída a partir da exploração da classe trabalhadora (*proletariado*). Como essa contradição torna-se aparente para a classe trabalhadora, a agitação social entre as duas classes antagônicas se intensifica, culminando em uma revolução social. O eventual resultado a longo prazo dessa revolução seria o estabelecimento do *socialismo* — um sistema socioeconômico baseado na propriedade cooperativa dos meios de produção, na distribuição baseada na contribuição e produção organizada diretamente para o uso, cujo poder político seria assumido pelo *Estado proletário*, em substituição ao abolido *Estado burguês*. De acordo com Marx, a esta fase corresponderia o seguinte brocardo: “*De cada um de acordo com sua capacidade, a cada um segundo sua contribuição*”, ou, simplesmente, “a cada um segundo sua contribuição”. O socialismo, assim, ainda seria uma sociedade de classes, o *estágio inferior* do comunismo. Na sequência histórica e dialética, segundo o filósofo alemão, como as forças produtivas e a tecnologia continuam a avançar, o socialismo acabaria por dar lugar a uma *fase comunista* de desenvolvimento social. O comunismo seria uma *sociedade apátrida* e *sem classes*, erigida embasada na propriedade comum e sob o princípio “*de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades*” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Livre\\_associa%C3%A7%C3%A3o\\_\(conceito\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Livre_associa%C3%A7%C3%A3o_(conceito)); <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marxismo>; [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura\\_do\\_proletariado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_do_proletariado) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado\\_Burgu%C3%Aas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Burgu%C3%Aas). Consultado em 26.10.2023).

1251 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 346 e 347.

1252 Idem, p. 347 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1253 “Independência que, em si mesma, é apenas uma ilusão”, segundo Marx, “e que poderia ser chamada de indiferença” (Ibidem, p. 583 Nota 7).

pessoal do indivíduo diante do outro [uma característica dos estágios pré-capitalistas, como vimos]”. Agora o caráter do vínculo se apresenta como uma limitação que resulta “de relações que são independentes dele e se baseiam em si mesmas. Como o indivíduo não pode eliminar seu caráter pessoal, mas pode superá-lo e subordinar a ele as relações externas [relações de mercado, o significado específico de mercado na forma capitalista, digo eu], sua liberdade parece ser maior no segundo caso”, isto é, na forma social burguesa. Aqui, o indivíduo, em tese, é livre e pode se quiser, independente do seu caráter pessoal, participar ou não dos vínculos sociais forjados por relações externas.

As relações de dependência, doravante, passam a ser “**relações de dependência materiais**”. Estas relações, em oposição às pessoais, são tão somente “relações sociais que se tornaram aparentemente independente dos indivíduos”. As abstrações ou ideias como expressões teóricas das relações materiais, dominam agora os indivíduos, enquanto antes eram dependentes uns dos outros. Afinal, como aduz o nosso filósofo alemão, as relações, inclusive as sociais, “podem ser expressas sob a forma de ideias”. “Por isso”, diz ele, “os filósofos conceberam como característica da era moderna o domínio das ideias”.<sup>1254</sup>

Na realidade, considerando essa concepção dos filósofos como errônea, do ponto de vista idelógico, Karl Marx atribuía o equívoco ao fato de que a dependência material mencionada “aparece na consciência dos indivíduos como o domínio das ideias [domínio objetivo, digo eu], não como um domínio subjetivo, típico das relações de dependência pessoais, e também porque a crença na permanência dessas ideias, ou seja, essa relação objetiva de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada de todas as formas possíveis pelas classes dominantes”. Ocorre que esta dependência material, segundo Marx, “se transforma de novo em relações de dependência pessoais determinadas, mas despojadas de toda ilusão [...]”.

Marx observa nos *Grundrisse*, anota Roman<sup>1255</sup>, como dito e repetido, que “a beleza e a grandeza” da forma social capitalista residem categoricamente “nesse vínculo espontâneo, nesse metabolismo material e espiritual, que independe do conhecimento e da vontade dos indivíduos, e que pressupõe sua indiferença e independência recíprocas”. Para o autor dos manuscritos de 57/58 tal afirmativa é correta e entende que “Esse vínculo objetivo é preferível à ausência de vínculos ou a vínculos locais baseados em consanguinidade, ou nas [‘relações’, intervém Roman] de senhorio e servidão”.

O próprio filósofo alemão reputa como “absurdo” compreender “*este vínculo puramente material como tendo sido criado naturalmente, como inseparável da natureza da individualidade e imanente a ela*”. Ora, o vínculo é mesmo um “produto dos indivíduos”. Trata-se de “um produto histórico”. Decorre de “uma determinada fase do desenvolvimento”.<sup>1256</sup>

1254 Ibidem, p. 583 Nota 8 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1255 Ibidem, p. 347.

1256 Ibidem, p. 348 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes). De acordo com o autor dos



Na adjetivação de Roman Rosdolsky, o **conceito burguês de liberdade**, imiscuído na questão da individualidade e da dependência e independência dos indivíduos explicitada nas linhas passadas, sofre “do modo de pensar **a-histórico** de seus porta-vozes” (grifo nosso), um modo de pensar que não leva em conta o contexto histórico, que absolutiza uma individualidade própria de uma época determinada e de um modo de produção também determinado. Entendem a liberdade burguesa como sendo “a realização da ‘liberdade plena’”. Para Rosdolsky, sempre ancorado em Marx, não entendem que a liberdade burguesa passa longe de representar “a encarnação da ‘liberdade em geral’”. Trata-se de um produto singular e peculiar do modo de produção capitalista, e como tal “compartilha suas limitações”. É uma construção que perpassa o desenvolvimento histórico específico dessa sociedade, assim como foi a construção do conceito de liberdade no sentido greco-romano, restrita à liberdade política e para poucos.

Finalizando a análise da liberdade burguesa segundo Marx, o nosso autor ucraniano conclui que, libertos das amarras dos estágios anteriores (pré-capitalistas), os indivíduos “foram submetidos no capitalismo a uma nova sujeição, ao domínio reificado [tornado coisa, digo eu] das relações de produção (que escaparam de qualquer controle), ao cego poder da concorrência e da casualidade”. E assim, “Tornaram-se mais livres em um aspecto e menos livres em outro”, constatação que se contrapõe frontalmente à ideia de que a liberdade burguesa é a encarnação da liberdade geral e plena.

Na sequência do capítulo 28 de *Gênese*, o autor destaca do conceito da liberdade burguesa a **livre concorrência capitalista**, em cujo julgamento pelos economistas burgueses, e pela ideologia burguesa em geral, na sua visão, o modo de pensar a-histórico aparece de forma nítida e clara.

Para Marx, a concorrência capitalista se apresenta historicamente, ou seja, possui um caráter histórico, ao contrário do que defendem os economistas burgueses. Historicamente, enquanto no plano interno de um país apresentou-se como dissolução das coerções operadas pelas corporações de ofícios, das regulamentações governamentais feudais, das aduanas internas etc., no plano do mercado mundial apareceu “como supressão de obstruções, proibições e protecionismos”. Apesar disso, jamais foi considerada, como afirma nosso teórico alemão, “em seu aspecto puramente negativo, puramente histórico”. Muito pelo contrário, continua ele, a ideologia burguesa, de forma ainda mais “absurda”, enxergava (e enxerga) “a concorrência como um enfrentamento de indivíduos desacorrentados, movidos apenas por seus próprios interesses; como repulsão e atração de indivíduos livres; como a forma absoluta de existência da livre individualidade na esfera da produção e da troca”.<sup>1257</sup>

Todos os obstáculos que se opunham a certas relações em modos de produção

---

*Grundrisse*, “é certo que os indivíduos não podem dominar suas próprias relações sociais antes de havê-las criado” (Ibidem, p. 347). Ou seja, “não podem passar à ordem social socialista”, por exemplo, antes de haver criado as próprias relações sociais que forjarão a nova forma social, elucidada Roman Rosdolsky (Ibidem, p. 583 Nota 9).

1257 Ibidem, p. 348 e 349.

anteriores foram dissolvidos pela concorrência capitalista. Para Marx, o problema dos porta-vozes burgueses, a falsidade do que afirmam, está exatamente na a-historicidade das suas assertivas. O que para a concorrência capitalista se constituía obstáculo, para os modos de produção anteriores “eram limites imanentes, dentro dos quais [estes modos de produção, digo eu] se desenvolviam e se moviam com naturalidade”<sup>1258</sup>. Esses limites somente se transformaram em obstáculos “quando as forças produtivas e as relações [sociais, digo eu] de troca se desenvolveram a ponto de o capital poder apresentar-se como princípio regulador da produção”. Os limites abolidos pelo capital, além de serem obstáculos para seu movimento de produção e extração de mais-valia e, também, de circulação, eram obstáculos para seu desenvolvimento, expansão e realização (realização da mais-valia, realização do “lucro”).<sup>1259</sup>

Aliás, continua Marx, o capital não suprimiu todos os limites e obstáculos, mas tão só aqueles inadequados a ele. Sob o aspecto histórico da negação do regime corporativo, “o capital [através da “livre” concorrência, digo eu] derrubou, graças ao modo de troca ou intercâmbio que lhe é adequado, as barreiras históricas que atrapalhavam e freavam o movimento conveniente à sua própria natureza” – o movimento de expansão e valorização crescentemente ilimitada, o movimento da acumulação ampliada do capital.

Dada a natureza do capital, conforme estudamos nos fascículos anteriores, é pura ilusão crer que, “nos marcos demarcatórios da concorrência, os indivíduos, obedecendo exclusivamente a seus interesses privados, realizam os interesses comuns ou mesmo gerais. **Na livre concorrência, não são livres os indivíduos, mas sim o capital**” (grifo nosso), afirma Marx. Porém, os indivíduos não percebem isso. A partir do momento histórico em que a produção baseada no capital se configura como “a forma necessária, e portanto a mais adequada ao desenvolvimento da nova força produtiva social, o movimento dos indivíduos nos marcos das condições estabelecidas pelo capital se apresenta como a liberdade destes”. Esta liberdade é afirmada dogmaticamente, “ênfatizando-se sistematicamente obstáculos derrubados pela

---

1258 As corporações em seu auge encontraram na organização gremial (agrupamento de artesãos ou trabalhadores de outros ramos que se unem para a proteção de seus interesses e direitos), portanto de caráter não concorrencial, a liberdade que precisavam para desenvolver as relações de produção que lhe eram correspondentes. Essas relações foram criadas superando limites e abolindo obstáculos de formas sociais anteriores, que dificultavam e impediam seu movimento e desenvolvimento. São relações criadas pela indústria corporativa a partir de si mesma e desenvolvidas como condições imanentes a ela, e não como barreiras externas e opressivas (Ibidem, p. 349). Sobre as *Corporações de ofício*, surgidas a partir do século XII com as transformações ocorridas no feudalismo na Idade Média (século V – XV), veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpora%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_of%C3%Adcio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Corpora%C3%A7%C3%A3o_de_of%C3%Adcio). Consultado em 27.10.2023.

1259 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 349 (Idem para a redação dos dois parágrafos seguintes).

Chamamos a atenção para a utilização por Marx das expressões “limite” e “obstáculo”. Rosdolsky vê aí mais um claro exemplo de aplicação de conceitos hegeliano (Ibidem, p. 584 Nota 16). Para Hegel, a distinção entre *limite* e *obstáculo* pode ser entendida no contexto de sua filosofia da liberdade e da moralidade. Bem resumidamente, para o grande filósofo idealista dialético alemão, um limite é uma fronteira autoimposta que define a autonomia moral do indivíduo, enquanto um obstáculo é algo que impede o progresso para uma compreensão mais plena da liberdade na eticidade (tanto no plano interno como no externo ou público). O limite é uma parte necessária da realização da liberdade, enquanto um obstáculo seria algo que impede essa realização.

concorrência” que lhe impedem ou dificultam. Ou seja, enfatiza-se os efeitos negativos da concorrência.

Roman Rosdolsky mostra que já se percebia na época dos manuscritos de 57/58 o desvanecimento da “ilusão” da concorrência como “forma absoluta da livre individualidade” no capitalismo: “as condições da concorrência, isto é, da produção baseada no capital, já são sentidas e concebidas como *obstáculos*, e portanto já *são* e se tornam isso, cada vez mais” (grifo do autor), disse Marx.<sup>1260</sup> Daí, a falta de senso, insiste o filósofo alemão, “em considerar a concorrência como o último desenvolvimento da liberdade humana e a negação da concorrência como igual à negação da liberdade individual e o fim da produção social baseada na liberdade individual”. O desenvolvimento sob a forma social burguesa “é livre sobre uma base limitada, a base da dominação pelo capital”, o que é um fato histórico. Para Marx, a liberdade individual burguesa é, concomitantemente, “uma abolição da liberdade individual e a subjugação completa da individualidade a condições sociais que adotam a forma de poderes objetivos, de coisas poderosíssimas [...]” – a **submissão ao capital**.<sup>1261</sup> Não esquecendo que a dominação do capital se baseia na exploração do trabalho e, por conseguinte, na extração de mais-valia, não há como discordar da constatação que, no capitalismo, quem é livre é o capital e não os indivíduos.

Para Karl Marx, e também para Friedrich Engels, destacando a grande contradição e dicotomia do caráter do progresso social capitalista, a liberação dos indivíduos dos “constrangimentos feudais” proporcionada pelo capitalismo produziu o que se denominou de “liberdade pessoal”, porém, uma liberdade aparente e não plena. O progresso social do capitalismo, se de um lado, “criou um indivíduo social mais capaz de se desenvolver e mais rico em necessidades; de outro, converteu-se na mais ampla ‘alienação’ e ‘esvaziamento’ desse mesmo indivíduo”. Na sociedade burguesa “os homens são idealmente mais livres que antes, pois suas condições de vida lhes são fortuitas” – suas condições de vida, ainda idealmente falando, não são determinadas pela consanguinidade, por exemplo. No entanto, sob domínio do capital, “na realidade [...], são menos livres, pois estão mais submetidos à coerção das coisas”.<sup>1262</sup>

Na forma social capitalista todo indivíduo tem a liberdade de criar as condições necessárias para possuir uma casa minimamente confortável, com carro na garagem, e no fim do ano, nas férias, viajar com a família para onde quiser. Esse direito é chamado até hoje de “liberdade pessoal”. Contudo, esta liberdade é aparente para a imensa maioria da população, ainda que esteja incluída no processo produtivo recebendo salário. Então, se assim é, e é, não há que se falar em liberdade pessoal plena. A liberdade na sociedade burguesa está submetida ao poder das coisas, ao

1260 Ibidem, p. 385 Nota 20. A esse respeito é só lembrarmos das formas monopolistas, oligopolistas e cartelizadas utilizadas ao longo do desenvolvimento da economia capitalista.

1261 Ibidem, p. 349 e 350.

1262 Ibidem, p. 350 (Trecho extraído por Rosdolsky do livro de Marx e Engels, *A ideologia alemã*). Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte.

poder das condições objetivas, que são limitadas pelo próprio capital em seu livre movimento por valorização crescentemente ilimitada.

Uma concepção igualmente desenvolvida nos *Grundrisse* relativa à liberdade burguesa, de acordo com Roman Rosdolsky, diz respeito a um outro aspecto da contradição e dicotomia do progresso social ao longo da história da humanidade até a realidade da sociedade capitalista: **“o progresso real produzido pela ‘pseudoliberalidade burguesa’”** (grifo nosso). Aqui, Marx centra sua análise no “devir da história moderna”, na “necessidade” e no “caráter historicamente progressista da ordem social burguesa”, criticando os socialistas “utópicos” que se limitavam a uma condenação de tipo moral dessa ordem social.<sup>1263</sup>

Como já revelado, em Karl Marx, “o domínio do capital se baseia em extrair mais-trabalho, explorar e oprimir as massas populares”. Nesse sentido, como bem afirma, o sistema capitalista certamente supera “em energia, ímpeto e eficácia todos os sistemas de produção precedentes, baseados no trabalho diretamente compulsório”.<sup>1264</sup> O nosso teórico alemão destaca que o capital foi quem “primeiro capturou o progresso histórico, colocando-o a serviço da riqueza”. E diz mais: a produção capitalista é a primeira que “se transforma em um modo de exploração que inicia uma época”. No decorrer do seu desenvolvimento histórico, “mediante a organização do processo de trabalho e o enorme aperfeiçoamento da técnica, revoluciona a estrutura econômica da sociedade, de modo a eclipsar as épocas anteriores”.<sup>1265</sup>

Diferentemente de todos os modos de produção anteriores, que, conforme Rosdolsky, “nunca conseguiram desenvolver o trabalho para muito além do necessário à manutenção imediata da vida [à subsistência, digo eu]”, a produção capitalista se destaca por seu “caráter universal”, por “seu impulso em direção a uma permanente revolução das forças produtivas materiais [meios de produção, digo eu]”, sobretudo em direção a uma permanente revolução da tecnologia da (e na) produção. Ao contrário dos estágios pré-capitalistas, o sentido histórico singular do capital consiste precisamente, como assenta Karl Marx, em “criar o trabalho excedente [que também chama de ‘trabalho supérfluo’, digo eu]”, ou seja, o trabalho realizado pelo trabalhador além do necessário para sua subsistência, cujo valor é apropriado pelo capitalista, na forma de mais-valia, que, por sua vez, dá origem ao lucro daquele.<sup>1266</sup>

Ao desenvolver, sem precedentes na história, “as forças produtivas sociais, de um lado, e as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, de outro,

1263 Ibidem, p. 350 e 351.

1264 Ibidem, p. 351 e 352. O trecho do parágrafo foi extraído por Roman do Livro I - *O processo de produção do capital*, de *O capital* (Ibidem, p. 585 Nota 30).

1265 Ibidem, p. 351. Trecho extraído do Livro II - *O processo de circulação do capital*, da obra maior marxiana (Ibidem, p. 585 Nota 32). No percurso do desenvolvimento histórico do capital, “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, prescreve Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (in MARX, Karl Heinrich e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo-SP: Editora Martin Claret, Coleção A Obra Prima de Cada Autor, 2000, p. 48). .

1266 Ibidem, p. 352 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

o capital cumpre sua missão histórica”, declara Roman Rosdolsky. Mas essa **missão histórica do capital tem limite**, tem um momento em que ela se completa.

Nesse ponto do seu comentário, Rosdolsky extrai a linha principal do raciocínio de Marx, ou, como se diz, puxa o “fio da meada” da análise marxiana da realidade da sociedade burguesa no que se refere aos limites históricos da lei do valor (título do capítulo 28 de *Gênese*) e, mais precisamente, quanto às observações marxianas sobre o desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo (primeiro item do referido capítulo): **a possibilidade de completude do desenvolvimento das forças produtivas, das necessidades e das capacidades do trabalho.**

Diz ele sobre a completude da missão histórica do capital: a “missão histórica do capital se completa, de um lado, quando as necessidades estão tão desenvolvidas que o trabalho excedente (que produz além e acima das necessidades)” – ou seja, o mais-trabalho, ou trabalho não pago – “passa a ser, ele mesmo, uma necessidade geral, que surge das próprias necessidades individuais” – pois, sem mais-trabalho, sem o trabalho excedente, não há trabalho necessário (trabalho pago), o trabalho voltado para o custeio de meios de vida do trabalhador na forma de salário; “de outro lado, quando a disciplina estrita do capital [a busca ilimitada por valorização crescente, digo eu], pela qual passaram sucessivas gerações, desenvolveu uma laboriosidade universal que foi apropriada pelas novas gerações”; por fim, “quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, impulsionado continuamente pelo capital – em sua ilimitada busca de enriquecimento e nas únicas condições sob as quais esta busca pode realizar-se –, alcançou tal ponto que a posse e a conservação da riqueza geral exigem um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira [...]”. E aqui encontramos mais um ponto fundamental da análise marxiana: **a presença das condições reais de superação da forma capitalista.**

Estabelecidas tais condições, “[‘então’, intervém Rosdolsky na frase que replica de Marx] a sociedade se relacionará cientificamente com o processo de sua reprodução, em meio a uma abundância crescente: deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar [...]. Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo. O trabalho, nesse caso, não se apresenta como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade”. O capital fez desaparecer “a necessidade natural direta, substituída por uma necessidade historicamente produzida. *Por isso o capital é produtivo, ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite no próprio capital*” (grifo do autor).<sup>1267</sup>

1267 Ibidem, p. 352 e 353.

Segundo a teoria marxiana, o modo de produção é constituído pelas relações de produção sociais e técnicas (formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material) e pelas forças produtivas (meios de produção e força de trabalho). A expansão constante das forças produtivas vai modificando as relações de produção, até que, num determinado nível do seu desenvolvimento, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção existentes. Ocorre que tal contradição só poderá ser resolvida através de uma quebra radical de paradigma, através da revolução social, quando o modo de produção vigente seria substituído por outro.<sup>1268</sup>

Um modo de produção substituto, que, na hipótese, se trata do modo de produção comunista (uma livre associação de produtores), uma vez ultrapassada a necessária fase da forma social socialista, cuja base, de acordo com o professor Newton Duarte, permite edificar uma sociedade em que será possível uma universalidade que supere aquela que opera na sociedade capitalista, na qual a “universalização do valor de troca das mercadorias” é a “mediação fundamental das relações sociais – um processo dialético onde ocorrem concomitantemente a humanização [pois liberta o indivíduo das amarras das formas sociais pré-capitalistas, digo eu] e a alienação [coisificação, digo eu] do gênero humano e dos indivíduos”.<sup>1269</sup>

Para encerrar, dois aspectos expostos nesta primeira parte do capítulo vinte e oito de *Gênese* pode estar causando alguma perplexidade ao leitor. O primeiro é a importância que Marx confere ao indivíduo e à individualidade, uma vez que é bem possível que o caro “expedicionário” tenha ouvido ou lido a afirmativa de que o indivíduo e a individualidade não ocupariam lugar na obra marxiana. Muito pelo contrário.

Como entende Newton Duarte, em Marx, “a individualidade não é preterida ou sequer secundarizada em prol da sociedade e, mais amplamente, do gênero humano”. Juízos contrários, continua Duarte, “parecem-me resultarem, entre outras coisas, de desconhecimento ou incompreensão da dialética entre os processos de objetivação e apropriação que atravessa toda a obra de Marx desde os *Manuscritos de Paris* [os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, digo eu] até *O capital*”. “Para Marx”, observa mais uma vez Duarte, “o processo de individuação alcançaria seu mais alto grau por meio justamente da socialização do indivíduo em circunstâncias ausentes de alienação e que permitissem, portanto, a efetivação, na existência individual, da universalidade e da liberdade alcançadas num dado momento histórico pela riqueza do gênero humano. Outra não era a concepção marxiana de sociedade comunista”.<sup>1270</sup> Em verdade, a preocupação última de Marx era exatamente com o indivíduo e com sua

1268 Mais sobre o assunto, veja nosso texto [O materialismo histórico e dialético](#), publicado na Seção Preliminar – Conhecendo Karl Marx, deste Blog.

1269 DUARTE, Newton. **Em foco: A Filosofia da Educação enfrentando a problemática educacional contemporânea**. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Educ. Pesqui. 32 (3), 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300012>. Consultado em 27.10.2023.

1270 DUARTE, Newton. Op. cit. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300012>. Consultado em 27.10.2023.

libertação das condições sociais limitadoras de sua plena realização enquanto ser humano, daí propugnar pela emancipação humana. Embora não elabore algo como uma teoria da individualidade, o nosso pensador revolucionário alemão desenvolve o tema no conjunto de sua obra, a começar pelos *Manuscritos* de 1844.

O segundo aspecto que pode causar estranheza é a percepção histórica que Karl Marx tem do capitalismo. Isso se explica pelo fato de que o nosso filósofo não faz uma crítica moral ao modo de produção capitalista, não trava uma luta entre o bem e o mal. A explicação para esta postura encontramos na aplicação do seu (e também de Engels) método materialista histórico e dialético na crítica da economia política capitalista. Por conta do método da investigação utilizado, tanto Marx quanto Engels rechaçavam qualquer especulação sobre como seria um futuro socialista. Conquanto não haja nenhuma dúvida de que Marx fez uma crítica do modo de produção capitalista e, partindo dela, da sociedade burguesa, e não uma teoria sobre as formas sociais socialista e comunista, importante perceber que as considerações que faz ao longo de toda sua obra, e algumas delas expusemos aqui, sobre como seria “um novo modo de produção no qual o desenvolvimento livre, desimpedido, progressivo e universal das forças produtivas constitui a premissa da sociedade e, portanto, da sua reprodução; [um modo de produção, digo eu] no qual a única premissa é superar o ponto de partida [a forma social capitalista, digo eu]”, ele as faz a partir da identificação das leis da forma social vigente e, por conseguinte, das contradições criadas por elas próprias, bem assim das premissas que superem essas leis.<sup>1271</sup>

Contraditoriamente, “graças ao desenvolvimento do capitalismo”, arremata Roman Rosdolsky lastreado na historicidade dialética das ordens sociais, “prepara-se inclusive a solução do problema da personalidade humana e de sua liberdade [o problema da individualidade humana no capitalismo, digo eu], colocado pela história”. E diz mais: “Deste ponto de vista, nunca se poderá enfatizar suficientemente a conquista histórica do capitalismo, que tantas vezes Marx destaca tão claramente”.

A par do exposto, passemos agora ao segundo item do capítulo 28: **O papel da maquinaria como condição material para a sociedade socialista.** Começamos com a seguinte afirmação de Karl Marx posta nos *Grundrisse*, conforme Roman Rosdolsky, a qual explicitamos com nossas palavras: **a sociedade capitalista, tal como é, contém, apesar de ocultas, as condições materiais de produção e circulação necessárias à constituição de uma sociedade sem classes.** Se não fosse assim, “todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas”, conclui Marx.

Que condições materiais de produção são essas que tornam possível e necessária a transição do modo de produção capitalista para o socialista e deste para uma sociedade sem classes (uma sociedade comunista)? Rosdolsky pergunta e ele mesmo responde: “Devemos buscar a resposta, antes de tudo, na análise que Marx faz do papel da maquinaria”.

1271 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 353 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

Conhecemos no Folheto nº 08 (Parte V – A seção sobre o processo de produção [do capital]) –, precisamente no item C, “Os métodos de produção da mais-valia relativa (Cooperação, manufatura, maquinaria)” –, como, para o filósofo alemão, segundo o nosso autor ucraniano, o desenvolvimento do sistema da maquinaria automática reduziu, de um lado, o trabalhador individual ao nível de mero “apêndice vivo e isolado” do processo de produção,<sup>1272</sup> a apenas um elemento do processo de trabalho e, de outro, “mostrou como o mesmo desenvolvimento cria também as condições prévias para que o dispêndio de esforços humanos se reduza a um mínimo no processo de produção e para que o lugar dos trabalhadores segmentados de hoje seja ocupado por indivíduos desenvolvidos de forma multifacética [...]”<sup>1273</sup>.

Em decorrência do desenvolvimento do sistema de máquinas automáticas, veremos como este desenvolvimento, sob o controle do capital, que conduz à sujeição do trabalhador, “oferece a mais segura perspectiva de sua futura libertação”.<sup>1274</sup>

De acordo com uma passagem dos *Grundrisse*, transcrita em *Gênese e estrutura de "O capital"*, é pressuposto singular e fundamental da produção capitalista “[...] a quantidade de trabalho usada como fator decisivo na produção da riqueza”. Sendo uma produção baseada no valor, “o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor” é “a colocação do trabalho social na forma de antítese entre capital e trabalho assalariado”.<sup>1275</sup> Sendo um conceito central para Marx, sabemos que o trabalho assalariado e o capital possuem objetivos opostos na sociedade capitalista. Melhor dizendo, “são opostos contraditórios”.<sup>1276</sup>

1272 Conforme subitem [O desenvolvimento da maquinaria moderna](#) do Folheto nº 08.

1273 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 353 e 354.

1274 Idem, p. 206 e 207. De acordo com Roman, como vimos no item C do citado Folheto nº 08, o desenvolvimento da maquinaria “permite reduzir radicalmente o tempo de trabalho, condição para que a eliminação da sociedade de classes [como pretende Marx, digo eu] deixe de ser uma expressão vazia” (Idem, p. 207). Karl Marx também menciona em relação ao processo de trabalho que o desenvolvimento das forças produtivas (“máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos etc.”, conforme exemplifica) é produto da laboriosidade humana, não individual, mas coletiva, sobre a natureza – a natureza não produz os meios ou instrumentos de trabalho; eles “[...] são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza” – são “[...] conhecimento objetivado” (Ibidem, p. 206). Segundo Roman, “o desenvolvimento da maquinaria como sistema automático, quando levado às últimas consequências (basta lembrar a automação, que se difunde hoje), revoluciona radicalmente a natureza do processo de trabalho, pois outorga ao trabalhador a função, totalmente modificada, de um mero ‘vigilante e regulador’ desse processo” (Ibidem, p. 207). Além disso, para o autor dos *Grundrisse*, conforme Rosdolsky extrai do Livro I d’*O capital* (Ibidem, p. 540 Nota 40), o desenvolvimento da maquinaria moderna, a partir da grande indústria, força a substituição do contingente do exército industrial de reserva “[...] por indivíduos capazes de realizar diferentes tipos de trabalho”, bem assim força a sociedade a substituir o trabalhador assalariado atual, “capacitado a cumprir uma função social muito específica [...], pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para quem as funções sociais sejam diferentes modos de atividades que ele é capaz de realizar”. Ademais, Marx prossegue, não obstante o capital trazer a lume “todos os poderes da ciência e da natureza”, da “cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado”, o capital insiste em pretender “medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas, mantendo-as confinadas nos estreitos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras, aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem para o capital apenas como meios para produzir, reproduzindo sua mesquinha base. *In fact*, todavia, elas criam as condições materiais para lançar essa base pelos ares” (Ibidem, p. 207).

1275 Ibidem, p. 354.

1276 CABRAL, João Francisco Pereira. **Capital, Trabalho e Alienação, segundo Karl Marx**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/filosofia/capital-trabalho-alienacao-segundo-karl-marx.htm>.



Continuemos com Roman e os *Grundrisse* quanto ao papel da maquinaria. Mas antes façamos uma observação. Parece-nos que a leitura apropriada do disposto a seguir é aquela que diz respeito ao raciocínio lógico-dialético que Marx empreende na discussão do tema e não aquela que encara o exposto como meras profecias.

Para o autor dos *Grundrisse*, na medida em que a grande indústria se desenvolve “[...] O trabalho já não aparece tanto confinado [sic] ao processo de produção [...]”. Agora, o trabalhador já não aparece mais como seu agente principal.<sup>1277</sup>

Verifica-se, com o desenvolvimento da grande indústria, que a criação de riqueza vai se tornando menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho, “passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige”. A grande indústria passa a depender “do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção”.

O resultado, prossegue o autor ucraniano na reprodução dos manuscritos de 1857/1858, é que o trabalho imediato (direto) executado pelo homem e o tempo de trabalho deixam de aparecer como “ pilar fundamental da produção e da riqueza”, assumindo esse papel “sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social”.

Mas por que isso poderá ou deverá ocorrer? Karl Marx explica: a base da riqueza atual na forma social capitalista é o “roubo de tempo de trabalho alheio”, isso todos nós já vimos bem assentado nos fascículos do nosso Artigo Expositivo I. “Tão logo o trabalho em sua forma imediata, tenha deixado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser – tem que deixar de ser – sua medida; e o valor de troca [‘deixa de ser a medida’, intervém Rosdolsky] do valor de uso”.<sup>1278</sup>

Há mais, diz Marx: “O mais-trabalho da massa [trabalho não pago, de onde deriva a mais-valia, recordamos] deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não trabalho de uns poucos deixa de sê-lo para o desenvolvimento da potência geral do intelecto humano”. Tudo isso faz desmoronar “a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato se despoja da forma de carecimento e antagonismo”.<sup>1279</sup>

---

Consultado em 28.10.2023. Segundo o articulista oficial do site Brasil Escola, em referência, a antítese entre capital e trabalho é constituída por três momentos fundamentais: Primeiro, “*a unidade imediata e mediata de ambos*”: isso significa que num momento inicial as duas categorias estão unidas, para se separarem depois, tornando-se estranhos entre si, mas, ao mesmo tempo, se sustentam reciprocamente e se promovem um ao outro como condições positivas. Segundo, “*a oposição de ambos*”: excluindo-se reciprocamente, o operário conhece o capitalista como a negação da sua existência e vice-versa. Por último, “*a oposição de cada um contra si mesmo*”: ao mesmo tempo que o capital, como capital, é ele próprio, como trabalho objetivado, o capital é trabalho acumulado; por sua vez, ao mesmo tempo que o trabalho, como trabalho vivo, é ele próprio, sendo mercadoria, o trabalho é seu oposto contraditório, isto é, capital.

1277 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 354 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1278 Ibidem, p. 354 e 355.

1279 Ibidem, p. 355 (Ibidem em relação à redação dos parágrafos seguintes).

Não há de se ter mais a redução do trabalho necessário (trabalho pago) com o propósito de criar mais-trabalho. Apresentadas as condições necessárias de uma nova forma social, no caso, a ordem social socialista de transição, “Trata-se agora de desenvolver livremente as individualidades [...]”. A “redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo passa a corresponder à formação artística, científica etc., dos indivíduos graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos”.

Do ponto de vista do capital, e também de todos os estágios precedentes, Marx continua, essa criação de “tempo de não trabalho ou tempo livre [é somente, digo eu] para alguns”. O capital, mediante todos os recursos da arte e da ciência, ao contrário, busca exatamente aumentar o tempo de mais-trabalho da massa, pois é daí que extrai sua riqueza, apropriando-se diretamente de valor resultante do mais-trabalho, na forma de mais-valia. Não esqueçamos que “*seu objetivo é diretamente o valor, não o valor de uso*” (grifo do autor). A “*tendência do capital é sempre, de um lado, criar tempo disponível e, de outro, convertê-lo em mais-trabalho*” (grifo do autor). Sendo exitoso nesse objetivo, experimenta-se uma superprodução<sup>1280</sup>; havendo superprodução o trabalho necessário será interrompido, pois o capital não poderá realizar mais-trabalho. Uma contradição irremediável.

Quanto mais esta contradição se desenvolve, impulsionada pelo desenvolvimento da tecnologia, tanto mais evidente e incontestável fica que o desenvolvimento das forças produtivas não pode permanecer preso à apropriação do mais-trabalho alheio: “**A própria massa trabalhadora deve apropriar-se de seu mais-trabalho**” (grifo nosso).

Concluindo este segundo item, nos *Grundrisse*, Rosdolsky encontra, em 1967/1968, período de elaboração do seu livro, a seguinte poderosa reflexão sobre as transformações históricas surgidas do papel da maquinaria no processo de produção do capital, reflexão que transcende a época em que aqueles manuscritos foram produzidos (1857/1858), basta trazê-la para este nosso tempo de capitalismo cognitivo ou de plataforma (ou, ainda, de indústria 4.0) e de precarização do trabalho: “O tempo de trabalho como medida da riqueza coloca a própria riqueza como algo baseado na pobreza, e coloca o tempo disponível como algo imerso na antítese com o tempo de mais-trabalho; ou então coloca todo o tempo de um indivíduo como tempo de trabalho, degradando-o em mero trabalhador”.

Observa-se com a virada do século XX para o XXI pouco alívio na labuta do indivíduo trabalhador, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico, e de todas importantes inovações da base técnica dos processos produtivos. Isso para ficarmos apenas na seara da produção, não adentrando no campo da distribuição do produto social. Na realidade, tais mudanças da reestruturação produtiva acabaram por intensificar a exploração da força de trabalho, o crescimento do desemprego em escala mundial e,

1280 Conforme [Capítulo 21](#) do Folheto nº 10.

quando muito, no geral, acabou por precarizar o emprego que subsiste (a exemplo do trabalho por aplicativo de transporte de passageiros ou de entrega).<sup>1281</sup>

Por fim, chegamos ao último item do vigésimo oitavo capítulo de *Gênese: A extinção da lei do valor no socialismo*.

Sobre a lei do valor de Karl Marx (o que é, sua importância e desdobramentos, entre outros aspectos), expressa nos manuscritos de 1857/1858, Roman Rosdolsky tratou nos capítulos anteriores de seu livro, reproduzidos a partir do Folheto nº 04 deste Artigo Expositivo I, para onde remetemos o leitor.<sup>1282</sup>

Como o nosso pensador ucraniano deixa claro logo no início do item, é evidente que o trabalho não desaparecerá no socialismo. O que desaparecerá será apenas “a forma de mais-trabalho das massas em benefício de poucos e sob o controle destes [os capitalistas, digo eu]”. Para Karl Marx, como “**condição natural da vida humana**” (grifo nosso), o **trabalho**, “independente da forma de vida” (grifo nosso), percebe, “**é comum a todas as formas de sociedade**” (grifo nosso).<sup>1283</sup>

Em Marx, o trabalho em si não é uma maldição. Em oposição ao que pensa Adam Smith<sup>1284</sup>, que, segundo o nosso filósofo alemão, tem “o ‘repouso [não trabalho, digo eu]’ como o estado adequado, idêntico à ‘liberdade’ e à ‘felicidade’ [o que, *contrario sensu*, faz do trabalho ‘sacrifício de liberdade e de felicidade’, digo eu]”, o trabalho é “um exercício de liberdade – principalmente se os objetivos exteriores deixam de ser

1281 NAVARRO, Vera Lucia e PADILHA, Valquíria Padilha. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Coleção Psicol. Soc. 19 (spe), 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>. Consultado em 29.10.2023.

1282 Reveja aqui os [Folhetos nº 04 a 09](#). Resumidamente, a título de uma rápida revisão, reconhece-se que a *Lei do valor*, uma das ideias centrais da crítica da economia política capitalista marxiana, pode ser compreendida sob três sentidos “sucessivos e complementares”, de acordo com o professor Patrick Rodrigues Andrade: (1) o sentido mais simplificado é o que compreende que a *magnitude ou a grandeza do valor de uma mercadoria é proporcional ao tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzi-la*; (2) outro sentido é o da lei do valor como *lei da distribuição do trabalho social*, que deriva da diferença conceitual entre valor e preço (desvio dos preços, para mais ou para menos, em relação aos valores), o que significa dizer que é o preço e não o valor da mercadoria que visa corrigir o excesso ou escassez de determinada mercadoria (“o que gera questionamentos sobre seu significado enquanto lei de equilíbrio na distribuição do trabalho social”); (3) por fim, ela deve ser também entendida como a lei da *minimização do tempo de trabalho abstrato*, a partir da redução da jornada de trabalho, da automatização, educação e treinamento, reestruturação do trabalho, políticas públicas (como a implementação de uma renda básica universal), etc., todas elas voltadas para a redução de tarefas repetitivas, não significantes e não gratificantes para o trabalhador. Outro aspecto muito importante da lei do valor diz respeito à *mais-valia*, visto que a mais-valia, que é extraída no processo de produção, quando o trabalhador ao vender sua força de trabalho por um salário não recebe por tudo aquilo que produziu, é a forma pela qual a lei do valor se manifesta no capitalismo. De maneira geral, segundo Andrade, a lei do valor e sua configuração social deve ser compreendida como a “*lei do valor-capital*” (grifo nosso), a “*lei da subordinação crescente do trabalhador ao capital*” (grifo nosso), a *lei da exploração do trabalho*. Dessa forma, “a lei do valor não pode ser compreendida simplesmente como lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho ou lei reguladora da distribuição do trabalho social, ela transcende essas formas, assim como o valor transcende a mercadoria e se torna ‘sujeito histórico’ enquanto valor-capital”. Destarte, “a lei do valor é uma lei da produção capitalista, característica apenas dessa forma de produção de riqueza humana (in ANDRADE, Patrick Rodrigues. Op. cit., p. 1-4. Disponível em [https://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Patrick\\_Andrade.pdf](https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Patrick_Andrade.pdf). Consultado em 29.10.2023.

1283 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 357 (trecho extraído pelo autor do Livro I d’*O capital* (Idem, p. 586 Nota 51).

1284 Sobre Adam Smith (1723-1790), um dos maiores representantes da [Escola Econômica Clássica Britânica](#), veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam\\_Smith](https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam_Smith) (Consultado em 29.10.2023).

necessidade natural exterior e passa a ser objetivos definidos pelo indivíduo –, ou seja, autorrealização, objetivação do sujeito [autonomia, digo eu], portanto liberdade real cuja ação é precisamente o trabalho”. No entanto, desta feita dando razão a Smith, o autor d’*O capital* concorda quando aquele percebe “que as formas históricas do trabalho – escravo, servil, assalariado – foram sempre repulsivas, trabalho forçado, imposto de fora, diante do qual o não trabalho aparece como ‘liberdade e felicidade’” – o que não quer dizer que seja o trabalho em si seja “diversão ou entretenimento”, Marx faz a ressalva.<sup>1285</sup>

Também no socialismo, acrescenta Rosdolsky, embora o trabalho deva experimentar ali “imensas modificações qualitativas e quantitativas”, por certo, “a atividade humana criadora [...] será decisiva”. Qualitativamente, será muito diferentemente da forma capitalista de trabalho “pela circunstância de que, em primeiro lugar, [a forma socialista de trabalho, digo eu] transformará o trabalhador em dirigente consciente do processo de produção, limitando seu trabalho, cada vez mais, à mera supervisão das gigantescas máquinas e forças naturais que intervêm no processo produtivo”; bem assim, “por seu caráter de trabalho coletivo, diretamente socializado, cujo produto já não enfrentará o produtor na forma de objeto alienado que o domina”. O trabalho no socialismo, liberado das amarras e exploração do passado, “perderá as características repelentes do trabalho forçado [...]”. Quantitativamente, a “transformação do trabalho se manifestará em uma redução fundamental do tempo de trabalho e na conseqüente criação e ampliação do tempo livre”.<sup>1286</sup>

Quanto ao **tempo livre**, questão cara para Marx, e também para Engels, é preciso ter em mente que na transição da forma capitalista para a forma social comunista é necessário passar, na visão dos dois amigos, pela forma socialista de sociedade. É desta forma social que Roman Rosdolsky aborda no capítulo em comento. Sendo assim, ele afirma, que, apesar de a sociedade socialista ainda não poder abrir mão do mais-trabalho, ela “estará em condições de reduzir ao mínimo a quantidade de trabalho que caberá a cada um dos seus membros, graças ao **pleno desenvolvimento das forças produtivas**” (grifo nosso).

Rosdolsky, indo novamente ao Livro I d’*O capital*, reproduz o que ali se lê quanto à redução da quantidade de trabalho na forma socialista de sociedade: “A supressão da forma capitalista de produção permite restringir a jornada de trabalho ao trabalho necessário [trabalho pago, digo eu]. Todavia, este último, mantendo-se constantes as demais condições, poderia ampliar-se. Por um lado, porque as condições de vida do trabalhador seriam mais folgadas, e maiores suas exigências vitais. Por outro, porque uma parte do mais-trabalho atual seria contada como trabalho necessário, isto é, trabalho requerido para constituir um fundo social de reserva e de acumulação”.<sup>1287</sup>

O autor de *Gênese* prossegue. Com tudo isso, a tradicional divisão de trabalho

1285 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 357.

1286 Idem, p. 358 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1287 Ibidem, p. 587 Nota 60.

em trabalho manual e intelectual, além de se tornar obsoleta, “perderá o caráter antitético [antagônico, digo eu] que possui hoje, pois o tempo de trabalho e o tempo livre serão cada vez mais parecidos e complementares”.<sup>1288</sup>

Na produção socialista coletiva, a determinação do tempo de trabalho “permanece essencial”, prescreve Marx. Quanto menor o tempo que se “necessita para produzir trigo, gado etc.”, dado o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, frisamos, pois esta condição é fundamental para Karl Marx em sua análise, tanto mais tempo se ganha para outras produções, “materiais ou espirituais”. A sociedade deverá se guiar por uma economia planificada, que contempla, inclusive e principalmente, a repartição do tempo de trabalho de modo planejado para se conseguir uma produção adequada às necessidades humanas, vistas como um conjunto. Ou seja, diz Marx: “*Economia de tempo, a isso se reduz finalmente toda economia*” (grifo do autor).

Na forma socialista de produção coletiva, “economia de tempo e repartição planejada do tempo de trabalho entre os diferentes setores produtivos formam a [sua, digo eu] primeira lei econômica”, ensina Marx. Neste ponto, como destaca sempre o nosso filósofo alemão, a economia de tempo, a poupança de tempo de trabalho, “[...] se identifica com o desenvolvimento da força produtiva”.<sup>1289</sup> O dito não implica em deixar de usufruir de alguma coisa em função da suposta economia de tempo de trabalho. Marx está falando em poupança de tempo de trabalho a favor do desenvolvimento de poder, de capacidades para a produção e, portanto, “tanto das capacidades como dos meios de fruição”.<sup>1290</sup> Perceba que o tempo de trabalho, na forma socialista de produção, conforme concebida por Karl Marx, difere e muito do papel do tempo de trabalho no modo de produção capitalista, cujo tempo de trabalho é a medida dos valores do trabalho ou do produto.<sup>1291</sup>

Isto posto, coloquemos expressamente a pergunta central do item comento, **pode-se concluir pelo fim da vigência da lei do valor no socialismo?**

Chegamos realmente a um dos grandes problemas colocados no debate. Conforme cravado no Livro IV da obra definitiva marxiana, de acordo com o que nos traz Roman Rosdolsky, o tempo de trabalho “sempre segue sendo – mesmo quando esteja abolido o valor de troca<sup>1292</sup> – a substância criadora e a medida dos custos que requer sua produção”. No entanto, segundo aferimos do comentário de Rosdolsky a esse respeito, tal afirmativa não quer dizer de antemão que há em Marx a ideia de uma lei do valor no socialismo, como insinuavam os críticos da época.<sup>1293</sup> Senão, vejamos.

Todos sabemos, pelo menos os iniciados, que, para os dois teóricos revolucionários, parceiros e amigos de toda vida, Karl Marx e Friedrich Engels, segundo

1288 Ibidem, p. 358 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1289 Ibidem, p. 358 e 359.

1290 Ibidem, p. 587 Nota 63.

1291 Ibidem, p. 359.

1292 Igualmente aqui no sentido de valor, ou valor econômico, ou intrínseco da mercadoria.

1293 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 588 Nota 64.

anota o nosso pensador ucraniano,<sup>1294</sup> referindo-se à obra de Engels, *Anti-Dühring*, “o valor era considerado uma categoria ‘que é a expressão mais ampla da escravização dos produtores por seu próprio produto’”. Para os fundadores do socialismo “científico”, a categoria valor, típica da forma social capitalista, demonstra “(a) que os indivíduos seguem produzindo só para a sociedade e na sociedade [para o mercado e no mercado, no sentido capitalista da expressão, ou seja, com base no valor e no valor de troca e não no valor de uso, digo eu<sup>1295</sup>]; (b) que sua produção não é *imediatamente* social, não é fruto de uma associação que divide o trabalho dentro de si<sup>1296</sup>”.

No socialismo e também, sobretudo, no comunismo, essas condições do valor não têm como existir. Nesta altura, sabemos que na sociedade burguesa, sociedade produtora de mercadorias (no sentido específico de mercadoria da forma capitalista), o trabalho é trabalho geral, trabalho abstrato, é mercadoria que se troca (força de trabalho por salário). Como acontece com toda mercadoria, a realização (mediação) da troca é feita através do seu valor, cuja magnitude é materializada no dinheiro (o dinheiro da forma capitalista, ou seja, o dinheiro que expressa a grandeza valor). O valor e o dinheiro (na sua função de medida do valor) são expressões de uma única e mesma relação, a relação social da produção capitalista, voltada para a reprodução e valorização contínua e crescente do capital.

Na ordem social socialista, “o trabalho do indivíduo é, desde o início, trabalho social [...]”, prescreve Marx. Trabalho social, pois é realizado em conjunto com outros trabalhadores em um processo de produção social, sendo, pois, nesse sentido, uma categoria que se refere ao trabalho coletivo. No socialismo, “não há nenhum produto particular para ser trocado”. Não há produto a ser trocado como mercadoria típica capitalista. Portanto, o “produto não é valor de troca [no sentido, não custa repetir, de valor, ou valor econômico, ou valor intrínseco da mercadoria, cuja substância é o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, digo eu]”. Repare a importante diferenciação que Marx faz entre produto e mercadoria, pois, ao citar um e outro em situações diversas não o faz como sinônimos. Em sua obra, mercadoria tem uma definição singular,

1294 Idem, p. 359 (Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1295 Para uma revisão das categorias *valor de uso*, *valor* e *valor de troca*, remetemos o leitor para o capítulo 3 (“Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”) do [Folheto nº 02](#).

1296 Em Marx, a *produção imediatamente social* diz respeito à ideia de que “a *produção* e o *consumo* são processos *interdependentes e inseparáveis*, onde o ato de consumir é também um ato de produzir, e vice-versa” (grifo nosso). Na concepção marxiana, produção e consumo não são separados e não são opostos. Consumo e produção, portanto, “são partes de uma relação dialética”, uma relação “que culmina na percepção de que uma relação permanente entre os dois termos significa a dependência recíproca de ambos e, ao mesmo tempo, a primazia do primeiro termo (da produção)”. Já os economistas capitalistas separam o momento do consumo e o da produção, embora admitam que há consumo produtivo (consumo dos meios de produção no processo produtivo), mas o diferencia do consumo propriamente dito (o consumo do produto final). Como a produção precisa da propriedade, pois é um ato de apropriação da natureza, é a transformação de um objeto anterior, e como na sociedade capitalista a propriedade dos fatores de produção é uma propriedade privada, “ligada aos interesses de classe daqueles que detém a propriedade dos meios de produção”, a separação entre produção e consumo é também expressão dos interesses da classe proprietária dos fatores de produção e, portanto, detentora da própria forma de consumo e da distribuição dos produtos (e também dos próprios meios de produção) (in SIQUEIRA, Vinícius. **A dialética de produção e consumo – Karl Marx**. Site Colunas Tortas, 2014. Disponível em <https://colunastortas.com.br/producao-e-consumo-em-marx/>. Consultado em 30.10.2023.

é mercadoria capitalista, com toda a complexidade que essa definição traz.

Tem mais. Na forma socialista, em vez de uma divisão de trabalho que implique necessariamente na troca de valores (mercadorias), “haverá uma organização do trabalho, a partir da qual se define a porção que corresponde ao indivíduo no consumo coletivo”.<sup>1297</sup> Decorre dessa lógica o brocardo “*a cada um segundo sua contribuição*”<sup>1298</sup> (grifo nosso), lançado mão por Marx como expressão de uma das características definidoras do socialismo, em contraposição ao método de distribuição e compensação no capitalismo, no qual “os proprietários dos meios de produção recebem ‘renda imerecida’”, em virtude exatamente da propriedade dos fatores de produção, “independentemente de sua contribuição para o produto social”<sup>1299</sup>. Por isso, complementa Rosdolsky, “a medição do trabalho pelo tempo de trabalho só será um meio de planejamento social e já nada terá em comum com o ‘famosíssimo valor’ [expressão tomada por Roman a Engels, esclarecemos] e com a lei do valor”.<sup>1300</sup>

Roman Rosdolsky assenta que no socialismo a mediação do trabalho pelo tempo de trabalho poderá cumprir duas funções, “a depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas”, e, principalmente, “de ‘quanto há para repartir’<sup>1301</sup>”, diz ele citando Marx: a) “no próprio processo da produção, servirá para estabelecer a quantidade de trabalho vivo necessário à produção de diversos bens, de modo a poder administrá-la da forma mais econômica”; b) “como meio de distribuição que ajudará a atribuir, aos diversos produtores individuais, participações no produto social destinado ao consumo”.<sup>1302</sup>

Encerrando este terceiro item, e, conseqüentemente, o capítulo 28 de *Gênese e estrutura de "O capital"*, fundamental entender que a sociedade socialista pensada por Karl Marx não se desenvolve sobre suas próprias bases, mas sim, ao contrário, surge da sociedade capitalista. A sociedade socialista (uma sociedade de transição no esquema marxiano/engeliano do socialismo “científico”), nas palavras de Marx, surge “trazendo em si todas as características – econômicas, morais, intelectuais – da antiga sociedade, em cujo interior nasceu”. Não obstante, segundo Rosdolsky, é certo que o socialismo

1297 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 359.

1298 Esse brocardo refere-se ao socialismo. Para a ordem social comunista Marx adotou, em seu livro *Crítica ao Programa de Gotha* (1875) o brocardo “*De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades*” (grifo nosso). Sobre a origem das duas frases, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_cada\\_um\\_segundo\\_sua\\_contribui%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_cada_um_segundo_sua_contribui%C3%A7%C3%A3o) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/De\\_cada\\_qual\\_segundo\\_sua\\_capacidade\\_a\\_cada\\_qual\\_segundo\\_suas\\_necessidades](https://pt.wikipedia.org/wiki/De_cada_qual_segundo_sua_capacidade_a_cada_qual_segundo_suas_necessidades). Consultado em 30.10.2023.

1299 Site Wikipedia *apud* O’Hara, Phillip (setembro de 2003). Enciclopédia de Economia Política, Volume 2. Routledge. [S.l.: s.n.]. De acordo com O’Hara, “Os rendimentos de propriedade são, por definição, recebidos em virtude da propriedade. O aluguel é recebido da propriedade da terra ou dos recursos naturais; os juros são recebidos em virtude da posse de ativos financeiros; e o lucro é recebido da propriedade do capital de produção. Os rendimentos de propriedade não são recebidos em troca de qualquer atividade produtiva exercida por seus destinatários”. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_cada\\_um\\_segundo\\_sua\\_contribui%C3%A7%C3%A3o#cite\\_note-2](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_cada_um_segundo_sua_contribui%C3%A7%C3%A3o#cite_note-2). Consultado em 01.11.2023.

1300 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 359.

1301 Idem, p. 360.

1302 Ibidem, p. 359.



expropria os capitalistas, “transformando os meios de produção [e não os bens pessoais (casa, carro etc.), digo eu] em propriedade comum, propriedade do povo”. Sendo ainda uma sociedade de transição, a forma social socialista “ainda está longe de poder usar o princípio comunista da distribuição: ‘De cada um conforme suas capacidades, a cada um conforme suas necessidades’”. No socialismo de transição, prossegue Roman, o modo de distribuição (“a cada um segundo sua contribuição”) ainda “permanece [de certa forma, digo eu] dominado pelo ‘direito burguês’ que, ‘como qualquer direito, é, por seu conteúdo, um direito da desigualdade’”.<sup>1303</sup>

No primeiro estágio do processo de superação do capitalismo, a fase socialista, o produtor, individualmente, conforme enumerado na obra de Marx, *Crítica ao Programa de Gotha*<sup>1304</sup>, tem deduzido do seu ganho, por exemplo, a parcela para renovação dos meios de produção sociais utilizados e para expandir a produção; a parte destinada a fundos de seguro contra imprevistos e perturbações devidas a acidentes naturais etc.; os custos gerais de administração, não integrantes da produção; a quantia para satisfazer os interesses comunitários (saúde, educação, fundo de previdência e assistência social etc.).

Em uma sociedade do tipo, arremata Rosdolsky, “não pode haver lugar para uma lei do valor [...]; a regulação da produção e da distribuição não fica entregue ao jogo cego do mercado. Fica submetida ao controle consciente da sociedade”.<sup>1305</sup>

Reportando-nos a um parágrafo do início deste texto, quanto à refutação de Roman Rosdolsky das afirmações que negam que Marx e Engels não formularam ideias sobre a ordem econômica e social socialista, muito embora não tenham teorizado as sociedades socialista e comunista, o nosso autor e pensador marxista ucraniano mostrou em sua grande obra como devemos compreender, exatamente por isso, a investigação marxiana das inter-relações econômicas, senão como “**leis dialéticas da evolução**” (grifo nosso). Por isso, ensina Roman, o “historicismo” da crítica de Marx da economia política capitalista se revela “como um método que pretende investigar tanto as condições de existência do capitalismo como seus limites históricos, e cujas conclusões socialistas, orientadas para superar o capitalismo, parecem não menos fundamentais para o conjunto do sistema de Marx que sua investigação e crítica das próprias categorias econômicas”.<sup>1306</sup>

Em resumo, vimos no capítulo 28 de *Gênese e estrutura de “O capital”* que: (a) apesar de não construir uma teoria das formas sociais socialista e comunista,

1303 Ibidem, p. 360.

1304 Ibidem, p. 589 Nota 73.

1305 Ibidem, p. 360. No final do capítulo, Rosdolsky faz uma pequena menção ao debate travado na União Soviética sobre a vigência da lei do valor naquele país, não ingressando na discussão por ultrapassar, segundo ele, os limites do trabalho objeto de *Gênese*, limitando-se a citar a posição de economistas do bloco soviético na defesa pela elevação da lei do valor “à posição de princípio socialista de distribuição”, o que indica, conforme afirma, entre outras coisas, “até que ponto as condições econômicas e sociais imperantes na União Soviética se fastaram das metas originalmente fixadas pela Revolução de Outubro de 1917”. Porém, cita um importante economista da Revolução Russa de 1917, Eugeni Preobrazhenski, e seu livro *A nova economia*, de 1926, como uma importante referência na matéria (Ibidem, p. 361).

1306 Ibidem, p. 361.



superadoras da forma social burguesa, por incompatibilidade com sua (e também de Engels) concepção materialista dialética da história, concomitantemente à crítica da economia política capitalista, que realizou para desvendar as respectivas leis e descobrir as contradições que levariam à superação daquela forma social, Marx estudou a possibilidade de eclosão de uma revolução socialista sob a perspectiva das contradições do próprio capitalismo, ou seja, a possibilidade de uma revolução que viria resolver as contradições reais dessa forma social, cuja reforma se mostra impossível, visto que as contradições a serem superadas pertencem à sua própria natureza. Por isso Karl Marx não é um teórico do socialismo ou comunismo, mas sim da crítica da economia política capitalista; (b) sobre o desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo, Marx observa que a independência pessoal alcançada sob essa ordem social não é pressuposto de uma individualidade plena, que resultaria numa suposta liberdade também plena do indivíduo. Em verdade, esta propalada independência pessoal é construída sob uma base de dependência em relação às coisas. Por conta disso se tem a impressão de que os indivíduos sob o capitalismo parecem livres, parecem independentes, para se defrontar uns com os outros e realizar trocas em liberdade. O que se tem é uma pseudoliberalidade. Apesar de reconhecer que sob o capitalismo houve um avanço nas relações sociais de produção em face dos estágios anteriores, nele os indivíduos foram submetidos a uma nova sujeição, ao domínio reificado (coisificado) das categorias econômicas e das relações de produção. Por isso, na sociedade burguesa, somente em tese o indivíduo é livre e pode se quiser, independente do seu caráter pessoal, participar ou não dos vínculos sociais forjados por relações externas (ou de mercado). Na sociedade capitalista quem é livre é o capital e não o indivíduo. Em Marx, para se desvendar essas e outras aparências é preciso examiná-las sob a base firme da história real, ou seja, sobre a base do desenvolvimento das relações sociais de produção histórica e dialeticamente consideradas. Só assim também se perceberá que haverá um momento que o capital em seu movimento de expansão e por valorização crescente, mergulhado em suas contradições imanentes, esbarrará em seu próprio limite, ocasião em que estará dada a condição para que a individualidade e liberdade forjadas no capitalismo seja superada de vez por uma livre individualidade baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na produtividade coletiva, social, considerada como patrimônio social; (c) à luz do método materialista histórico e dialético, Marx identifica o desenvolvimento da maquinaria como condição material para a sociedade socialista, visto que o pleno desenvolvimento possível das forças produtivas sociais, materiais e tecnológicas levaria a apropriação pela massa trabalhadora do seu próprio mais-trabalho. Com isso, a medida da riqueza social não seria mais o tempo de trabalho, mas sim o tempo disponível, em seu sentido mais elevado de proporcionar o desenvolvimento humano; (d) por fim, para o nosso filósofo alemão, como consequência do disposto nas alíneas anteriores, a lei do valor, a “lei da subordinação crescente do trabalhador ao capital”, a lei da exploração do trabalho – uma lei típica da produção capitalista – não teria vigência no socialismo e, tampouco, no comunismo. Nesse sentido, está submetida a limites históricos. Embora no

socialismo o trabalho também seja uma categoria decisiva e vital, não se trata da forma trabalho da qual os detentores dos meios de produção extraem mais-valia (categoria que expressa a lei do valor). Na forma social socialista, o trabalho é colocado como atividade humana criadora liberada das escórias do trabalho “forçado” da ordem social burguesa. Em uma sociedade baseada na produção coletiva, a economia de tempo de trabalho e a repartição planejada do tempo de trabalho entre diferentes setores produtivos formam a sua primeira lei econômica. Desaparecendo a forma do mais-trabalho das massas em benefício de poucos, isto é, em benefício dos proprietários dos meios de produção, e sob o controle do capital, o produto deixa de ser valor de troca, cujo objetivo maior e único é propiciar a realização de mais mais-valia (forma de “lucro” do capitalista) e não necessariamente suprir as necessidades de consumo da população. Não mais havendo produto a ser trocado nos moldes capitalistas, o trabalho deixa de ser trabalho geral e abstrato e passa a ser trabalho social típico, visto que alocado na produção coletiva. Desse modo, a medição do trabalho pelo tempo de trabalho – premissa da lei do valor – só seria um meio de planejamento social e já nada teria em comum com a categoria “valor” e com a lei do valor que rege na sua essência a produção capitalista.

## Capítulo 29 – A reificação das categorias econômicas e a “verdadeira concepção do processo social de produção”

No início do último capítulo da parte conclusiva de *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*, Roman Rosdolsky realça o que encontrou nos *Grundrisse* sobre o caminho percorrido por Marx para apor “a **negação**” (grifo nosso) do sistema da economia burguesa (capitalista) como “último resultado” do desenvolvimento gradativo desse sistema. Como escreve nosso autor ucraniano, para tanto foi necessário que Marx investigasse e expusesse a história do capital, desde a forma “capital em geral” (o capital ideal ou abstrato) até chegar às suas formas concretas, as formas do capital em sua pluralidade ou em concorrência (o capital real ou concreto). Além disso, continua o autor de *Gênese*, foi preciso que o filósofo alemão decifrasse “passo a passo as **formas mistificadas** nas quais ele [o capital, digo eu] se manifesta, para encontrar seu verdadeiro conteúdo” (grifo nosso).<sup>1307</sup>

Concentrando sua atenção final ao que denominou de **aspecto mistificado** – ou **misterioso**, ou **fetichizado** – **das formas do capital**, Rosdolsky encerra seu célebre trabalho (que durou quase 20 anos) de comentar os manuscritos de 1857/1858, *Grundrisse* (“Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política”), primeiro conjunto de manuscritos da crítica marxiana do modo de produção capitalista, versão inicial da obra magna de Karl Marx, *O capital: Crítica da economia política*.

Partindo desse ponto de vista, a par da obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844)<sup>1308</sup>, onde Marx, ainda jovem, enfrentou inicialmente o problema, e do contido em *O capital*, em cuja obra da maturidade o filósofo alemão, como afirma o nosso pensador ucraniano, conduziu a questão até o fim, Roman assenta que o sistema da economia burguesa constitui também “uma história da ‘**autoalienação**’ humana” (grifo nosso). Na visão de Rosdolsky, não se tratava somente “de descobrir o caráter alienado das categorias econômicas, mas sim entender como essa ‘**inversão de sujeito e objeto**’, própria do modo de produção capitalista, era necessária e condicionada por causa reais” (grifo nosso).<sup>1309</sup>

1307 Ibidem, p. 363. Acerca do aspecto metodológico da investigação marxiana do capital, que contempla a escolha por começar a crítica da economia política capitalista com o “capital em geral”, até chegar à “pluralidade de capitais”, reveja o [Capítulo 2](#) do Folheto nº 02.

1308 Discorrendo sobre os *Manuscritos*, Rosdolsky identifica um Marx “principalmente filósofo”, um Marx “que procura aplicar à economia, domínio que já considerava decisivo, sua recém-esboçada concepção humanista – ou seja, materialista – da história” (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 21). No âmbito da Economia, os referidos escritos são mais conhecidos por trazerem a expressão inaugural do argumento de Marx “de que as condições das sociedades industriais modernas resultam no *distanciamento* (ou *alienação*) [ou, ainda, no caráter *coisificado/reificado*, digo eu] dos trabalhadores assalariados em relação à própria atividade/trabalho de sua vida” (grifo nosso) (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos\\_Econ%C3%B4micos\\_e\\_Filos%C3%B3ficos\\_de\\_1844](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos_Econ%C3%B4micos_e_Filos%C3%B3ficos_de_1844). Consultado em 02.11.2023). Nos *Manuscritos* há a designação e identificação de uma forma particular de *alienação do homem* – uma *alienação econômica e social* (situação através da qual as pessoas são apartadas, em relação à economia, dos bens que elas mesmas produzem) –, bem como da própria ciência econômica que reflete o desenvolvimento da ordem social capitalista (in ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 21 e MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. Op. cit., p. 19 (Apresentação)). Retira-se do estudo da economia as relações sociais de produção, restringindo-o ao processo produtivo e seus desdobramentos.

1309 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 363.

Mas o que o nosso autor ucraniano quer dizer com esse enunciado que mais parece ser um palavrório? Neste ponto, fazemos uma pausa necessária na reprodução do comentário de Roman Rosdolsky para tentar decifrar as categorias filosóficas que permeiam o tema deste capítulo, presentes literalmente ou subliminarmente no referido enunciado, na condição de peças-chave para a compreensão do capítulo em comento. Primeiramente abordaremos a categoria filosófica da **alienação**.

Referindo-nos, genericamente, ao termo “alienação” (ou “afastamento”, ou, ainda, “estranhamento”), este exprime, sobretudo, “a ideia de algo que está *separado* de outra coisa ou que é *estranho* a essa coisa: estou alienado de mim na medida em que não posso compreender ou aceitar a mim mesmo; o pensamento está alienado da realidade, pois a reflete de forma inadequada; estou alienado de meus desejos uma vez que eles não são autenticamente meus, sendo antes impostos a mim do exterior; estou alienado dos resultados dos meus trabalhos porque estes se tornam mercadorias; e posso estar alienado da minha sociedade, pois em vez de fazer parte de uma unidade social que a constrói, me sinto controlado por ela. O conceito filosófico de alienação foi discutido nas obras de Hegel, Feuerbach<sup>1310</sup> e, por último, nas de Marx. Em Hegel, o progresso para o absoluto consiste num crescimento da autoconsciência, que é um processo de ‘desalienação’ por meio do qual aquilo que está separado e falsamente objetivado recupera sua unidade através da autocriação e da autoconsciência (embora as mentes finitas, agentes desse crescimento, alienem-se de si mesmas na atividade e na ‘objetivação’ de seus produtos materiais e sociais). Em Feuerbach, pelo contrário, abandonam-se os aparatos absolutistas da alienação hegeliana e o conceito é substituído pelo de *autoalienação*, uma condição a ser superada pela autoconsciência que, por sua vez, é o resultado da relação apropriada com nossos produtos e atividades<sup>1311</sup>. Em Marx, a alienação é radicalmente *econômica e social*: é porque o proletariado só tem como bem sua força de trabalho que seu labor cai sob o domínio do outro; então ele é separado do seu produto [é separado do produto do seu trabalho, digo eu] e ‘o trabalho alienado (...) [apartado da propriedade dos meios de produção, digo eu] é mortificação’” (grifo nosso).<sup>1312</sup>

Tratemos agora da **inversão metodológica entre sujeito e objeto**, tão própria da construção teórica capitalista. De acordo com o que expusemos em nosso texto, *Arrazoadado da obra “Contribuição crítica da Filosofia do Direito de Hegel”*<sup>1313</sup>, para o filósofo idealista alemão, Georg W. F. Hegel, examinando a essência do *ser*, “a apreensão da vida passa pela mediação da consciência de tal modo que o *ser* é subsumido como um

1310 Sobre Georg W. F. Hegel (1770-1831) e Ludwig A. Feuerbach (1804-1872), veja, respectivamente, [https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg\\_Wilhelm\\_Friedrich\\_Hegel](https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Wilhelm_Friedrich_Hegel) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig\\_Feuerbach](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig_Feuerbach). Consultados em 03.11.2023.

1311 Karl Marx busca o conceito de *alienação* e, conseqüentemente, de *autoalienação* em Feuerbach. Acerca da filosofia de Feuerbach e sua influência fundamental sobre Marx, veja o texto da nossa autoria *Arrazoadado do manuscrito “Teses sobre Feuerbach”*, publicado na Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução, deste Blog.

1312 Disponível em <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/aliena%C3%A7%C3%A3o>. Consultado em 03.11.2023.

1313 Um pouco sobre a filosofia de Hegel e sua influência também fundamental sobre Marx, veja o escrito citado no parágrafo em Nota acessando a [Seção Preliminar – Conhecendo Karl Marx: uma introdução](#), deste Blog.

momento da *consciência* e não da vida. O real só poderia ser apreendido se mediado pela consciência humana” (grifo nosso). Isso significa que “**a consciência determina o ser**” (grifo nosso). Que o objeto/predicado determina o sujeito. Ou, digo eu, como que aplicando a conclusão de Descartes posta em sua obra *Discurso sobre o Método*: “penso, logo existo” ou, melhor, “penso, portanto sou”<sup>1314</sup>. Na crítica a Hegel, Karl Marx prescreve que a lógica hegeliana parte “equivocadamente” do que é o predicado/objeto (no caso, a *consciência*), em vez de partir do que é o sujeito (na hipótese, o *ser*). Isso significa, de acordo com a visão materialista marxiana, que Hegel realiza um raciocínio **invertido** da realidade e do mundo, pois considera o predicado/objeto – a *consciência* – como sendo o sujeito, e o sujeito – o *ser* – como sendo o predicado/objeto. Logo, é preciso “endireitar”, ou melhor, “desinverter”, a lógica hegeliana. Na concepção materialista de Marx e Friedrich Engels, o sujeito é que determina o predicado/objeto, e não o contrário. Assim sendo, “**o ser determina a consciência**”. Em outras palavras, como que também invertendo a já mencionada conclusão de Descartes em seu *Discurso sobre o Método*, teríamos o seguinte princípio: “existo, logo penso”, ou melhor, “sou, portanto penso”<sup>1315</sup>.

Passemos, então, à questão da **reificação/coisificação**, isto é, o processo de transformar algo em coisa. Trata-se de “uma operação mental que consiste em transformar conceitos abstratos em objetos ou mesmo tratar seres humanos como objetos”. Em Karl Marx, o conceito “designa uma forma particular de alienação, característica do modo de produção capitalista. Implica a coisificação das relações sociais, de modo que a natureza é expressa através de relações entre objetos de troca”.

No primeiro volume do *Capital*, Marx oferece uma caracterização objetiva do fenômeno da reificação, segunda a qual a relação entre os homens se torna uma relação entre coisas, que os homens somente se relacionam mediados pelas coisas no capitalismo. A raiz disso estaria na transformação de valores de uso [algo cuja utilidade é satisfazer as necessidades humanas, digo eu] em valores de troca [algo cujo

1314 René Descartes (1596-1650) foi um filósofo, físico e matemático francês. “Defendeu a tese de que ‘a dúvida era o primeiro passo para se chegar ao conhecimento’”. Decorre daí o *método cartesiano*. Descartes instituiu a *dúvida filosófica*: “só se pode dizer que existe aquilo que puder ser provado”, sendo “o ato de duvidar indubitável”. Baseado nisso, “busca provar a existência do próprio eu – que, aliás, dúvida – e de Deus”. Decorre dessa reflexão o princípio elaborado por ele: “*je pense, donc je suis* ou, em latim, *cogito ergo sum*, ‘penso, logo existo’”. Em Descartes, mesmo que uma pessoa duvidasse de tudo, não poderia duvidar de que ela mesmo existe, pelo menos enquanto “coisa” que pensa (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9\\_Descartes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9_Descartes). Consultado em 04.11.2023).

1315 A expressão “existo, logo penso” utilizada no parágrafo em Nota foi extraída do texto de Charles Bakalarczyk, **Existo, logo penso! (ou se Marx foi um filósofo)** (Disponível em <https://charlesbaka.blog/2020/04/16/existo-logo-penso-ou-se-marx-foi-um-filosofo/>. Consultado em 04.11.2023). A aplicação da referida expressão no parágrafo, além de ter como base o escrito de Bakalarczyk, também se deve ao nosso entendimento de que a “inversão” do princípio de Descartes guarda pertinência com críticas feitas a ele como a realizada por **Gottfried Wilhelm Leibniz** (1646-1716), cuja objeção a Descartes “consiste em apontar que haveria na demonstração do *cogito* (penso) uma circularidade, isto é, o ‘eu’ que existe já está pressuposto ao assumir ‘eu penso’”; bem assim na proferida por **Friedrich Nietzsche** (1844-1900) “que, embora não chegue a se referir diretamente a Descartes, estabelece uma crítica ao *cogito ergo sum* (‘penso, logo existo’), no sentido de que, por meio da demonstração do *cogito*, Descartes não construiria um conhecimento sem pressupostos e nem o firmaria em bases sólidas e seguras, como pretendia” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cogito\\_ergo\\_sum](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cogito_ergo_sum) e <https://www.dm.jor.br/entretenimento/2018/06/marx-e-freud-o-encontro-possivel/>. Vistos em 04.11.2023).

objetivo visa o lucro, digo eu novamente], um processo que abstrai as características específicas de reconhecimento da atividade humana na produção de mercadorias, para igualar entidades que são desiguais por natureza. A relação social que produz o objeto é abstraída com isso, relação que é a expressão da atividade humana na esfera de produção de mercadorias, se projetando, assim, como uma relação mediada por coisas, reificando a relação social responsável pela criação do objeto”. Decorre daí o conceito marxiano de “fetichismo da mercadoria e também do capital”, que abordaremos a seguir.<sup>1316</sup>

Antes de retornarmos ao conteúdo específico do capítulo em comento, chegamos a uma categoria fundamental da análise marxiana da sociedade capitalista: a **fetichização**.

De acordo com Karl Marx, “o fetichismo é uma relação social entre pessoas, mediada por coisas [uma relação social coisificada/reificada, digo eu]. O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas como pessoas”. No caso das mercadorias, por exemplo, “o fetichismo surge como um fenômeno social e psicológico onde as mercadorias aparentam ter vontade independente de seus produtores”. É como se o valor da mercadoria fosse intrínseco a ela, que surgisse dela própria, e não da exploração da força de trabalho, que, por sua vez, é uma mercadoria. Como sabido e consabido, considerando o estágio atual da nossa “expedição”, o proprietário da mercadoria força de trabalho, o trabalhador, é “forçado” a vendê-la ao proprietário dos meios de produção, o capitalista, em troca de salário, com vistas à sua subsistência e reprodução social, que, aliás, representa apenas uma parte do valor da força de trabalho intercambiada (trabalho necessário, ou trabalho pago). Na forma social capitalista, as mercadorias parecem ter uma vida e um poder próprios, ocultando as relações de trabalho que as produziram.<sup>1317</sup> A mesma lógica aplicada para a mercadoria vale para o dinheiro e, no geral, para o capital, uma vez que a mercadoria propriamente dita e o dinheiro são apenas duas das formas que o capital assume em seu movimento de valorização, ressaltamos.

É deste aspecto mistificado/fetichizado/misterioso das categorias econômicas do modo capitalista de produção, desta aparência, que advém, por exemplo, a ideia central de cultuadores do mercado que veem no mecanismo da oferta e da procura o determinante do valor e preço das mercadorias (que, como também nesta altura já devemos saber, são grandezas distintas).

1316 Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o\\_\(marxismo\)#cite\\_note-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o_(marxismo)#cite_note-1). Consultado em 04.11.2023. Conforme o site em referência, outra maneira de se entender o fenômeno da coisificação/reificação é a proferida pelo filósofo [Theodor Adorno](#) (1903-1969): “Segundo o texto *Técnica, corpo e coisificação: notas de trabalho sobre o tema da técnica em Theodor W. Adorno* [da autoria de Alexandre Fernandez Vaz e Jaison José Bassani, acrescentamos], o processo de coisificação das relações sociais é mediado pela técnica, que torna as pessoas semelhantes às máquinas [...]. Para Adorno, a técnica é supervalorizada e fetichizada a tal ponto que as pessoas se relacionam com ela de forma exagerada e irracional, tornando-a o ponto central da vida. No processo de coisificação, as pessoas perdem os traços de subjetividade e individualidade, passando a compor um coletivo de pessoas que tem a vida mediada pela técnica”.

1317 DUBOC, Jéssica Ribeiro e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **As categorias da alienação e do fetichismo na teoria social marxiana**. Espaço temático: Conflitos Sociais, Ideologia, Cultura e Serviço Social. Rev. Katálysis 22 (02), 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p273>. Consultado em 06.11.2023.



Portanto, o aspecto das formas mistificadas na qual o capital se manifesta diz respeito à maneira como o modo de produção capitalista pode obscurecer as reais relações de produção e exploração que estão postas. Há várias maneiras deste ocultamento ocorrer: pela forma como o valor é criado e distribuído – a forma do trabalho abstrato; pela natureza do trabalho na forma social burguesa – concebido não mais como atividade vital, mas apenas como produtora de valor; e pela relação entre dinheiro e poder – relação que envolve conceitos de propriedade privada, poder social e privado e, também, a natureza do dinheiro como mercadoria e, que, por isso, pode se tornar propriedade privada de cada pessoa.

A fim de ilustrar o que expusemos acerca da “fetichização”, especificamente sobre o fetiche da mercadoria no pensamento de Marx, acompanharemos o leitor a um supermercado: quando pagamos no caixa pela mercadoria que adquirimos, não enxergamos as relações que a produziram. Não vemos relação de qualquer tipo, pois ali estamos relacionando não com pessoas, mas com a mercadoria e com o dinheiro, estamos relacionando com coisas. Assim, nossa percepção não alcança o que está por trás, o que está sendo expresso pela mercadoria e pelo dinheiro que, circulando autonomamente, medeia e expressa as relações sociais.<sup>1318</sup> Tudo isso pode ser visto como uma maneira de mistificação, pois oculta o processo pelo qual o valor é realmente criado, o processo do trabalho (assalariado).

Do exposto cabe uma observação final: tanto a fetichização quanto a reificação das categorias econômicas da forma social burguesa, ambas, estão inseridas no processo de alienação e dele derivam.

Feita essa breve explanação, voltamos à lógica utilizada por Marx para decifrar as formas mistificadas/fetichizada/misteriosas do capital, segundo Roman Rosdolsky. Na economia burguesa, marcada desde a origem pela relação capital-trabalho, o indivíduo (sujeito) é subsumido pelas categorias econômicas (objeto/predicado). Grosso modo, na forma social capitalista, cada vez mais, as relações sociais de produção se descolam dos próprios homens assumindo a forma de mercadoria. Tudo é mercadoria. Tudo é convertido em *coisa*, em *dinheiro*.

Por certo, de acordo com Rosdolsky, a tarefa marxiana só pôde ser cumprida porque houve um minucioso trabalho preparatório por parte dos economistas clássicos, sobretudo David Ricardo<sup>1319</sup>. Inclusive, como afirma o nosso autor ucraniano, “Marx foi o primeiro a reconhecer isso”, apesar de fazer críticas a determinados pontos levantados por eles, principalmente por Ricardo.<sup>1320</sup> Mas certamente um desses pontos não é o

1318 GODOI, Ana. **O dinheiro no centro das relações sociais do capitalismo**. Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional. Disponível em <https://litci.org/pt/2022/12/21/o-dinheiro-no-centro-das-relacoes-sociais-do-capitalismo/>. Consultado em 03.11.2023.

1319 Sobre o também importante representante da Escola Econômica Clássica Britânica, David Ricardo (1772-1823), veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/David\\_Ricardo](https://pt.wikipedia.org/wiki/David_Ricardo) (Consultado em 03.11.2023).

1320 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 363 (Trecho extraído por Roman do Livro IV d’ *O capital* (Idem, p. 590 Nota 3)). Para efeito deste texto, embora Rosdolsky esmiúce um pouco mais a “herança” dos clássicos e as críticas pontuais de Marx, mais precisamente em relação a Ricardo, vamos apenas citar os principais legados sem entrar

relativo à ideia ricardiana de riqueza. Em David Ricardo, “O que não resulta da atividade humana, o que não demanda trabalho, é natureza e, como tal, não é riqueza social”.<sup>1321</sup>

Dirigindo sua tarefa ao que chama de “trindade econômica” – capital/lucro, terra/renda da terra e trabalho/salário –, o filósofo alemão vê nela a culminação da reificação das relações sociais de produção”. É exatamente nesta “trindade” que o modo de produção capitalista reflete a chamada “inversão entre sujeito e objeto”. Com o auxílio da economista neocardiana indiana Krishna Bharadwaj, vemos que, em contraste com a relação **salário-lucro**, adotou-se, não os clássicos (mas aqueles que Marx denominou de “economistas vulgares”), a “fórmula da trindade” como forma e fontes das respectivas receitas. “A terra era vista como fonte de renda e o capital de lucros, assim como o trabalho é de salário, sendo considerado que os agentes são todos pagos de acordo com a produtividade. Assim, tanto a terra quanto o capital são uma fonte de valor e de excedente como o trabalho. Assim, ‘temos uma mistificação completa do modo capitalista da produção, a conversão das relações sociais em relações entre as coisas’; para Marx, o direito ao excedente na forma de rendas e lucros, originários das relações de propriedade, é aqui confundido com a criação de excedente pelos próprios meios materiais. Além disso, ao atribuir um papel simétrico e status à trindade, ao prever suas receitas conforme determinado pelo mesmo processo de competição, e independentes uns dos outros, uma visão harmoniosa foi construída pela economia vulgar. Essa visão, explicando as receitas distributivas em ‘linguagem doutrinária’ ajudou a teoria a se adequar às percepções burguesas: os salários apareciam como o retorno competitivo do trabalho e, analogamente, os lucros como recompensa pela abstinência. A ascensão em receitas distributivas de qualquer classe, refletindo sua maior produtividade e contribuição, não poderia interferir em receitas alheias que fossem determinadas iguais, mas independentes”. Contudo, a realidade está escondida atrás dessas aparências, as quais “assumem formas e emergem como conceitos esotéricos e categorias de análise pertencentes à esfera de troca onde ‘Liberdade, Igualdade e Propriedade [...] reinam supremos; a troca aparece como entre ‘equivalentes’ [capital produz lucro, terra gera renda da terra e trabalho cria salário, digo eu], regidos inteiramente pela concorrência no mercado”. Neste cenário, “[...] as relações sociais assumem formas fetichistas na ‘falsa consciência’, formando percepções subjetivistas dos agentes participantes da produção”. Karl Marx desmascara essa compreensão, a partir dos clássicos, ao descobrir a **fonte do excedente na produção como sendo a exploração da mercadoria força de trabalho e ao identificar o papel do trabalho como uma causa de valor e a fonte de mais-valia** (e, portanto, do lucro).<sup>1322</sup>

nos detalhes: ênfase no trabalho como atividade humana socialmente determinada; concepção do valor das mercadorias como mero representante do trabalho socialmente determinado; reconhecimento do valor dos objetos como mera expressão, como uma forma especificamente social da atividade produtiva dos homens; a riqueza considerada apenas como atividade do homem” (Idem, p. 363 e 364) (trecho extraído por Roman do Livro IV d’ *O capital* (Idem, p. 590 Nota 3)).

1321 Ibidem, p. 364 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1322 BHARADWAJ, K. (1990). **Economia vulgar**. In: Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (orgs) Marxian



Como bem afirma Roman Rosdolsky, sempre lastreado em Marx, as categorias da economia capitalista são categorias reificadas, “que o modo invertido como as relações sociais se apresentam na produção capitalista [que o fato das relações entre o sujeito (pessoas) e as coisas (mercadorias em geral) serem determinadas por estas últimas, digo eu] surge necessariamente da natureza dessa mesma produção”,<sup>1323</sup> que nada mais é que “uma coleção de mercadorias”, como se vê expresso no primeiro parágrafo do Capítulo 1 (“A mercadoria”) da Seção I (“Mercadoria e dinheiro”) do Livro I de *O capital*.<sup>1324</sup>

Na sequência, o autor de *Gênese* descreve a progressiva reificação das categorias econômicas, desde as categorias mais simples, a mercadoria e o dinheiro, até as relações sociais de produção. Inclusive, segundo afirma, todas as formas de sociedade, na medida em que são conduzidas à produção mercantil e à circulação monetária, que atinge o auge na sociedade capitalista, de certa forma apresentaram em algumas situações uma “mistificação econômica”.<sup>1325</sup> No Livro III, Marx escreveu sobre o assunto pontuando que o processo de fetichização nos estágios pré-capitalistas só ocorria, principalmente, em relação ao dinheiro e ao capital que rende juros (empréstimos). Contudo, exclui a presença do fenômeno nas formas sociais onde prevalecia “a produção para o valor de uso, voltada para satisfazer diretamente as próprias necessidades, e também na Antiguidade e na Idade Média, onde a escravidão ou a servidão formam a ampla base da produção social [nestes dois casos, as relações de dominação e servidão, ‘motivos diretos da produção’, aparecem e são visíveis, digo eu com base em Marx]”.<sup>1326</sup>

No modo de produção capitalista o processo de reificação “vai muito mais longe”, diz Marx. Não fica restrito ao “capital no processo direto da produção como extrator de mais-trabalho [trabalho não pago, digo eu] [...]”. Inclusive, no estado embrionário do capitalismo, esse processo até era ainda muito simples, haja vista a imposição por parte do capitalista do aumento da carga horária de trabalho, fato “incisivamente provado pela violenta luta que se trava em torno dos limites da jornada de trabalho”.<sup>1327</sup>

A dificuldade maior, Marx ensina, “está em compreender como essa apropriação do trabalho sem equivalente [o mais-trabalho, pois se trata de trabalho não pago, digo eu] surge da lei de intercâmbio de mercadorias – que diz que as mercadorias se trocam com base no tempo de trabalho nelas contido –, como, em primeira instância, não

---

Economics. O Novo Palgrave. Palgrave Macmillan, Londres. Disponível em [https://doi.org/10.1007/978-1-349-20572-1\\_59](https://doi.org/10.1007/978-1-349-20572-1_59). Consultado em 06.11.2023. Uma abordagem mais completa sobre a forma trinitária clássica dos fatores de produção capital, terra e trabalho, e a apreciação crítica de Marx sobre ela, expusemos no Folheto nº 02, Capítulo 2, mais precisamente no item “[A estrutura primitiva ou plano original ou, ainda, plano primitivo \(1857\)](#)”.

1323 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 364.

1324 MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. Edição, 2017, p. 113.

1325 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 365 e 590 Nota 9.

1326 Idem, p. 590 Nota 9.

1327 Ibidem, p. 365 (Trecho extraído por Roman do Livro III d’*O capital* (Ibidem, p. 590 Nota 10)).

contradiz essa lei”.<sup>1328</sup> Explicando: vimos em folheto anterior que na relação capital-trabalho, a força de trabalho é uma mercadoria que deveria ser trocada por um equivalente que correspondesse ao tempo de trabalho abstrato socialmente necessário contido em sua totalidade na mercadoria final produzida. Ocorre que a força de trabalho não é remunerada na sua integralidade, pois dividida em trabalho necessário (o trabalho para aquisição de meios de vida) e mais-trabalho (o trabalho produtor de mais-valia), isto é, em trabalho pago e não pago, respectivamente, onde o mais-trabalho é condição necessária para o trabalho necessário. Nesse sentido, no que se refere à mercadoria força de trabalho, a lei de intercâmbio de mercadoria é aplicada apenas parcialmente, uma vez que a mercadoria final produzida é trocada sem que a força de trabalho total seja trocada pelo equivalente ao tempo de trabalho abstrato socialmente necessário correspondente à parcela de mais-trabalho contida naquela mercadoria final produzida.

Ademais, migrando para o processo de circulação também encontramos uma aparência mistificadora do capital. Em relação à mais-valia, sabemos também que o capital a extrai “no processo imediato de produção e está representada em mercadorias”. Todavia, “o valor e a mais-valia contidos na mercadoria [final produzida, digo eu] só podem realizar-se [transformar-se em dinheiro, digo eu novamente] na circulação”. Em sendo assim, tanto a recuperação dos valores originais adiantados pelo capitalista para o início do processo produtivo como, principalmente, a mais-valia contida nas mercadorias “parecem surgir da circulação, e não só realizar-se nela”. Por que essa aparência sobressai à realidade? Primeiro, aponta o nosso filósofo alemão, “obtem-se o lucro com a venda, que depende do trabalho, da astúcia, da perícia, da habilidade e de mil circunstâncias de mercado; além disso, ao tempo de trabalho acrescenta um segundo elemento determinante: o tempo de circulação [o tempo que perdura até que a mercadoria seja vendida e transformada em dinheiro, digo eu]. Por isso, se tem a forte impressão de que o lucro surge da venda do produto, é criado no mercado, e submetido à lei da oferta e da procura.

Uma forma mais elevada de reificação, prossegue o autor d’*O capital*, “aparece no capital acabado”<sup>1329</sup>, visto como uma totalidade, como a unidade dos processos de circulação e de produção”. Considerando o capital acabado ou global, a mais-valia, na forma de lucro, que era atribuída à parte do capital desembolsada com o trabalho no processo de produção (de onde efetivamente surge), quando Marx situava sua investigação no esquadro do “capital em geral”, passa a ser atribuída ao capital global. A taxa de lucro passa também a se regular por leis próprias, e não mais pela proporção entre o valor da massa da mais-valia e o valor do capital total ou original adiantado no processo de produção. Na esfera do capital global, o lucro é transformado em lucro médio e os valores em preços de produção e por aí vai. “Tudo isso”, sentencia Karl Marx, “obscurece

1328 Ibidem, p. 365 (Trecho extraído por Roman do Livro IV (Ibidem, p. 590 Nota 11)). Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte (Trecho também extraído do Livro III (Ibidem, p. 590 Nota 13)).

1329 O capital em concorrência, concreto e real. O capital acabado também diz respeito ao capital global (à pluralidade de capitais), com seus desdobramentos, novas configurações e complexidades.

cada vez mais a natureza da mais-valia e, portanto, o mecanismo que move o capital”.<sup>1330</sup>

Este último trecho, descrito em *Gênese*, da façanha marxiana de decifrar “passo a passo” as formas mistificadas/fetichizadas/misteriosas do capital, em busca do seu “verdadeiro conteúdo”,<sup>1331</sup> faz parte da temática específica do Livro III. Muito embora Roman Rosdolsky, nas páginas finais do capítulo vinte e nove, continue tratando dessas formas no âmbito do capital global, entendemos que o exposto até aqui é suficiente para a fase presente da nossa “carava literária” rumo aos quatro livros da obra definitiva de Marx.

Dito isso, podemos sintetizar o conteúdo do capítulo em comento com um enxerto textual de Engels, reproduzido por Rosdolsky, que demonstra o resultado fundamental da crítica da economia política capitalista feita por Karl Marx: “a demonstração de que a economia não trata ‘de objetos, mas sim de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes’; mas que essas relações ‘sempre estão ligadas a objetos e aparecem como objetos’. Ao decifrar o caráter místico e reificado das categorias econômicas da forma social capitalista, Karl Marx, “no lugar das categorias reificadas da economia burguesa”, pôde efetivamente desenvolver “uma ‘concepção verdadeira do processo social de produção’”.<sup>1332</sup>

Só Marx, arremata Rosdolsky, “conseguiu superar sem reservas o pensamento fetichista da economia burguesa; a ele devemos a prova de que, quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências que os dominam”.<sup>1333</sup>

## CONCLUSÃO DO ARTICULISTA

Após uma longa e extraordinária jornada de aprendizado “guiada” pelo grande pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky, por meio da sua majestosa obra, *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*, encerramos o que denominamos, por analogia, de estágio preparatório e de “aclimatação” da **Expedição Karl Marx**. Uma vez municiados do ferramental teórico e metodológico adequado, cremos estarmos prontos para efetivamente percorrer a “trilha” autoral marxiana propriamente dita da crítica do modo de produção capitalista e, por conseguinte, da sociedade burguesa, a caminho do destino final, o estudo dos quatro livros da obra *O capital: Crítica da economia política*, de

1330 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 366.

1331 Idem, p. 363. Acerca do aspecto metodológico da investigação marxiana do capital, que contempla a escolha por começar a crítica da economia política capitalista com o “capital em geral”, até chegar à “pluralidade de capitais”, veja o [Capítulo 2](#) do Folheto nº 02.

1332 Ibidem, p. 367 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1333 Ibidem, p. 364. Nada mais icônico para comprovar o que afirma Rosdolsky do que o fenômeno das relações sociais no âmbito do capitalismo do século XXI, as quais são intermediadas cada vez mais por algoritmos construídos por “inteligência artificial”.

Karl Heindrich Marx, um dos maiores filósofos do século XIX e, certamente, o maior teórico da crítica da economia política capitalista de todos os tempos.

Pelo que tivemos acesso na pesquisa que antecedeu este Artigo Expositivo I, Roman Rosdolsky teve uma vida bastante difícil. Nasceu no ano de 1898 em Lemberg, na Galícia, que à época fazia parte do Império Austro-Húngaro, cidade hoje conhecida como Lviv (na Ucrânia). Sua trajetória política começou com a militância no movimento da juventude socialista da Galícia durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Após a Revolução Russa de 1917, colaborou com o Instituto Marx-Engels de Moscou, instituição responsável por reunir as obras completas dos dois filósofos alemães. Nos anos 30 rompeu com o stalinismo, retornando à sua cidade natal em 1938 para fugir da perseguição dos próprios stalinistas. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi capturado pela Gestapo, preso e deportado para campos de concentração nazistas. Em 1947, com o final da Guerra, conseguiu emigrar para os Estados Unidos. Em terras norte-americanas também não teve muita sorte, ao contrário de vários professores e pesquisadores que para lá emigraram e encontraram as universidades americanas de portas abertas. Ao contrário destes, Roman foi mais uma vez perseguido, desta feita pelo macartismo (movimento anticomunista americano), não conseguindo colocação profissional nas academias de ensino. Apesar de todas as dificuldades, dedicou os últimos 20 anos da sua vida, durante exílio nos EUA, a escrever uma obra fundamental.

Em seu livro, cujo título em português, de acordo com o professor Carlos Nelson Coutinho, deveria ser, “para ficar mais próximo do título original em alemão”, algo que se poderia traduzir como “Para uma história evolutiva da gênese de *O capital*”, Roman Rosdolsky apresentou seu comentário dos primeiros escritos marxianos da crítica da economia política – na verdade, os primeiros manuscritos (rascunhos) propriamente econômicos de Marx relativos à sua investigação científica do capitalismo, os manuscritos de 1857/1858, *Grundrisse* (“Elementos (Esboços) fundamentais para a crítica da economia política”), reconhecidos como o “laboratório econômico” de Marx e a versão inicial de *O capital*.

Como se não bastasse nos levar até o “laboratório intelectual” de Marx ao comentar os *Grundrisse*, Rosdolsky realizou um estudo comparativo entre os pontos de vistas ali esboçados e os expostos nas obras anteriores e posteriores, sobretudo em *O capital*, incluindo aspectos não apresentados nos referidos manuscritos de 57/58, pelo menos com alguma profundidade, porém presentes nas obras vindouras. Além de tudo, também nos legou ensaios críticos acerca do ponto de vista de estudiosos e economistas marxistas e não marxistas sobre temas e análises expostos na obra definitiva marxiana, procurando mostrar os resultados teóricos do seu estudo<sup>1334</sup>.

1334 Um desses ensaios, o relativo ao capítulo 30 (“A polêmica em torno dos esquemas de reprodução de Marx”), para efeito didático, incluímos no presente Artigo Expositivo I como apêndice do Folheto nº 10 (“Parte IV – A seção sobre o processo de circulação [do capital], Capítulo 21. Do processo de produção ao processo de circulação do capital. Anotações sobre o problema da realização e o primeiro esquema da reprodução”, onde a matéria do ensaio foi tratada centralmente por Rosdolsky. Os demais ensaios críticos que compõem a Parte VII de *Gênese*

O nosso autor ucraniano, em sua empreitada, se propôs ao desafio de ler, estudar, compreender e reproduzir o que Marx efetivamente disse nos manuscritos *Grundrisse* e, talvez, o principal, de mostrar algumas descobertas teóricas e metodológicas ali contidas, com destaque para a concepção e estrutura dialéticas da obra marxiana, o que confirma a importante influência do filósofo idealista alemão Georg. W. Hegel sobre o pensamento de Marx.<sup>1335</sup>

Em *Gênese e estrutura de "O capital"* conhecemos como nasceram os *Grundrisse*, momento em que o autor apresenta um panorama da trajetória intelectual de Karl Marx, de 1844 com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* até os manuscritos de 1857/1858, e como os escritos desse período se articulam com *O capital*. Em seguida, descreve e analisa os planos estruturais que forjaram a obra definitiva de Marx, a começar pelo plano original de 1857, ao qual os *Grundrisse* correspondem. Na sequência, vimos a marcha do nascimento dos principais processos econômicos e das principais categorias da crítica marxiana da economia política capitalista, bem assim alguns problemas que lhes dizem respeito, tais quais: **a) a mercadoria e suas três dimensões** (valor de uso (utilidade/necessidade/satisfação), valor (tempo de trabalho abstrato socialmente necessário) e valor de troca (operador quantitativo do valor)); **b) o trabalho e suas derivações** (trabalho concreto (trabalho que cria valor de uso) e trabalho abstrato (trabalho humano geral que cria valor), entre outros tipos); **c) o dinheiro** (equivalente geral) **e suas funções** (medida do valor, meio de circulação e dinheiro como dinheiro); **d) a transição do valor ao dinheiro; e) o processo de produção do capital** (ciclo de criação do capital, passando pela primeira etapa da reprodução, e também de valorização (criação e extração de mais-valia)); **f) as leis e categorias principais do ciclo de produção do capital** (lei do valor (lei da subordinação crescente do trabalhador ao capital – a base das leis gerais do modo capitalista de produção)); capital (valor que cria valor, que se amplia, que reproduz a si mesmo e se autovaloriza); formas do capital (capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria); tipos de capital (capital constante e não constante, capital variável e fixo); relação capital/trabalho (capital/trabalho necessário (trabalho pago) e mais-trabalho (trabalho não pago)); mais-valia (forma de lucro do capitalista); pressupostos da mais-valia (trabalho assalariado (trabalho necessário), trabalho excedente (mais-trabalho absoluto e relativo) e mais-produto; tendências civilizatórias e expansionistas do capital; acumulação primitiva de capital (mercadoria força de trabalho e propriedade privada dos meios de produção); acumulação específica do capital (valorização ilimitada do capital); **f) o processo de circulação do capital** (ciclo de completude da reprodução do capital e de realização do capital reproduzido e valorizado (mais-valia)); **g) o processo de rotação do capital** (novo ciclo de produção, reprodução, valorização, circulação, realização e de cumulação específica do capital);

---

serão abordados no próximo e último fascículo, como apêndice deste Folheto nº 13.

1335 BENOIT, Hector. **Resenha de "Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx"**. Revista de Outubro nº 7. Disponível em <http://longoestudo.blogspot.com/2012/09/resenha-de-genese-e-estrutura-de-o.html>. Consultado em 08.11.2023.

**h) as contradições intrínsecas do capital** (valorização ilimitada, exploração do trabalho para produzir mais-valia (lucro), descasamento entre produção e consumo e desigual distribuição da riqueza etc.); **i) as crises imanentes do capital** (crises de realização e de superprodução); **j) capital produtivo, lucro e juros** (transformação de mais valia em lucro, taxa geral de lucro e queda tendencial, capital que rende juros e sistema de crédito).

Na parte conclusiva do seu trabalho defrontarmos com algumas digressões de Rosdolsky contemplando reflexões de Karl Marx sobre o limite histórico da lei do valor, ou seja, se a lei do valor tem vigência no socialismo de transição, bem como as observações acerca da ordem social socialista, além da construção marxiana da reificação/fetichização das categorias econômicas e das relações sociais na forma social burguesa, este último um tema caro ao nosso filósofo alemão.

No que se refere ao limite histórico da lei do valor, ou “lei da subordinação crescente do trabalhador ao capital”, ou, ainda, “lei valor-capital”, a lei base das leis gerais da economia capitalista, Karl Marx o associa com a transição ao socialismo, com a dissolução do modo de produção e da forma de sociedade baseada no valor. Tendo como alvo a investigação dos fatores internos que prenunciavam a superação da forma social capitalista, o centro da atenção de Marx foi o limite histórico da lei do valor, ou, mais especificamente, a “interrogação sobre as vicissitudes da lei do valor”. Nessa direção, o filósofo alemão relaciona a problemática da lei do valor com o desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo e com o papel da maquinaria como condição material para a sociedade socialista, propugnando, ao fim e ao cabo, pela extinção da lei do valor no socialismo.

Quanto às observações de Marx sobre o socialismo, e também sobre o comunismo, é de se chamar a atenção do leitor para um equívoco produzido pelo, ou para o senso comum, propositadamente ou não, sobre o objeto da investigação que Karl Marx realizou por quase toda a sua vida. Marx, definitivamente, não idealizou uma forma social socialista, e, tampouco, comunista, visto que incompatível com sua (e também de Engels) concepção materialista dialética da história. A tarefa de idealizar uma “sociedade socialista e perfeita” que superaria a forma social burguesa, coube aos denominados, por ele e Engels, socialistas “utópicos”, aos quais criticaram veemente. Em verdade, o nosso filósofo alemão edificou uma consistente teoria crítica científica da economia política capitalista, que culminou na sua obra maior *O capital*, uma genuína teoria social, estudando, concomitantemente, a possibilidade de formas sociais superadoras das contradições inerentes à sociedade burguesa. Esse aspecto é fundamental para a compreensão do Marx revolucionário. Insistimos neste ponto. O autor d’*O capital* estudou a possibilidade de eclosão de uma revolução socialista/comunista sob a perspectiva das contradições do próprio capitalismo. Estudou, *pari passu* à investigação das leis do modo capitalista de produção, a possibilidade de uma revolução que viria resolver as contradições reais da forma social, cuja reforma se mostra impossível, no dizer do nosso revolucionário alemão, visto que as contradições a serem superadas pertencem à

própria natureza do capitalismo. Para Marx, uma nova forma social surge sempre das entranhas das condições atuais da própria forma social vigente e não, palavras nossas, de estalos de inteligência suprema, ou até de magia. Por isso Karl Marx não é o teórico do socialismo ou comunismo, este último considerado por ele o estágio superior do socialismo e da organização política, econômica e social da humanidade.

Em Marx, a individualidade humana no capitalismo, a suposta independência pessoal propalada, não é pressuposto de uma individualidade plena que resultaria na liberdade plena do indivíduo, como festejam e querem fazer crer os apologéticos da sociedade burguesa. Na realidade, o que se vê é uma independência pessoal construída sob uma base de dependência em relação às coisas. Por isso se tem a impressão que os indivíduos sob o capitalismo parecem livres, parecem independentes, para se defrontar uns com os outros e realizar trocas em liberdade. Ledo engano. No capitalismo, embora se reconheça como um avanço nas relações sociais de produção em face às formas pré-capitalistas, os indivíduos estão submetidos a uma nova sujeição, ao domínio reificado (coisificado) das relações de produção que escapa a qualquer controle. Somente em tese, na sociedade burguesa, o indivíduo é livre e pode se quiser, independente do seu caráter pessoal, participar ou não dos vínculos sociais forjados por relações externas (ou de mercado). Na forma social capitalista quem é livre é o capital e não o indivíduo.

No que se refere à digressão que Roman Rosdolsky nos oferece acerca do fenômeno da reificação/fetichização das categorias econômicas e das relações sociais no capitalismo, derivada do que Marx chama de “autoalienação humana”, ao decifrar o caráter místico e reificado das categorias econômicas e das relações sociais da forma social capitalista Karl Marx pôde desenvolver, no lugar das categorias reificadas, uma concepção verdadeira do processo social de produção, demonstrando que a economia não trata de objetos, mas sim de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes; mas que essas relações sempre estão ligadas a objetos e aparecem como objetos. Anselm Jappe vê bem quando afirma que Rosdolsky compreende que o fetichismo da mercadoria, por exemplo, não é fenômeno restrito à consciência, mas é também um fenômeno real. Ampliando seu raciocínio para a realidade capitalista conclui que Roman não enxerga nas contradições aparentes simples mistificações, mas expressão das contradições reais.<sup>1336</sup>

Dito isso, com a finalização do Artigo Expositivo I, desejamos fortemente que o leitor tenha obtido os conhecimentos necessários para eventualmente despir-se de ideias e conclusões preconcebidas, favoráveis ou não, como diz o geógrafo marxista britânico David Harvey, acerca do pensamento de Karl Marx que, aliás, só começamos a conhecer, e que também esteja municiado do ferramental teórico adequado para avançarmos juntos na caminhada rumo à crítica marxiana exposta nos quatro livros d’*O capital*, marco de chegada da **Expedição Karl Marx**.<sup>1337</sup>

1336 JAPPE, Anselm. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx (comentário sobre o livro de Roman Rosdolsky)*. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/genese-e-estrutura-de-o-capital-de-karl-marx/>. Consultado em 10.11.2023.

1337 Sobre o “itinerário” da **Expedição**, consulte a página [Roteiro da Expedição](#), do Blog.

## APÊNDICE AO FOLHETO Nº 13

### PARTE VII – ENSAIOS CRÍTICOS

#### NOTA DO ARTICULISTA

No Folheto nº 13 do Artigo Expositivo I sobre o livro do pensador marxista ucraniano Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*, Parte VI – Conclusão, reproduzimos os comentários finais do autor sobre os *Grundrisse* (“Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”), manuscritos redigidos e organizados por Marx em sete cadernos, entre 1857 e 1858, que constituem o primeiro conjunto de escritos voltados diretamente para a crítica da economia política capitalista, inclusive reconhecidos como o “laboratório econômico” de Marx e a primeira versão da obra *O capital: Crítica da economia política*.

De modo geral, a par do contido nos *Grundrisse*, Roman Rosdolsky traz à luz a substancial influência do filósofo idealista alemão Georg Hegel sobre Marx, muito embora assimilada criticamente, e, por conseguinte, a aplicação do método dialético na investigação das categorias econômicas e das relações sociais da produção capitalista. Nessa linha, o pensador ucraniano percebeu a distinção entre o método utilizado para se investigar algo, no caso, os elementos fundamentais da crítica da economia política capitalista, e o de exposição dos resultados da investigação. Os registros do processo investigativo Marx deixou nos *Grundrisse*, os resultados da apuração expôs em *O capital*.

Em sua abordagem conclusiva da Parte VI de *Gênese*, reproduzida no Folheto nº 13, o nosso autor ucraniano tratou de três temas relevantes e que suscitam, ainda nos dias atuais, grandes discussões, até mesmo entre marxistas: o limite histórico da lei do valor, a lei base da forma social burguesa, e as observações de Marx acerca da ordem social socialista, além do fenômeno da reificação das categorias econômicas capitalistas.

Rosdolsky prossegue para a derradeira seção, a Parte VII – Ensaio crítico, onde coloca os resultados do seu trabalho frente a algumas críticas e interpretações proferidas por economistas, marxistas e não marxistas, dirigidas a *O capital*.<sup>1338</sup>

Quando do final da elaboração do seu livro, Roman ainda vivenciava as repercussões da obra maior de Marx e, portanto, não poderia deixar de analisá-las criticamente à luz das descobertas que fez durante quase 20 anos de dedicação ao estudo dos manuscritos de 57/58, cujos cadernos eram desconhecidos dos estudiosos da época.

Assim, encerramos a primeira etapa da **Expedição Karl Marx** que, por analogia a uma expedição de escalada, corresponde à fase de preparação, reconhecimento e “aclimatação” que antecede o início de uma determinada rota, no caso, a “trilha” marxiana da crítica da economia política capitalista, rumo ao *O capital*, seu marco de chegada.<sup>1339</sup>

1338 Dos capítulos da Parte VII, deixamos de fora o tópico 30 (“A polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx”), preferindo vinculá-lo ao [Folheto nº 10](#), onde a análise de Marx, alvo da polêmica, foi reproduzida.

1339 Sobre o itinerário da “expedição”, acesse a página [Roteiro da Expedição](#), deste Blog.



## Texto 1: O problema do trabalho qualificado. A crítica de Böhm-Bawerk (economista não marxista austríaco) a Marx

No capítulo 31<sup>1340</sup> da Parte VII – Ensaios críticos, de *Gênese e estrutura de "O capital"*, ao qual o Texto 1 corresponde, Roman Rosdolsky analisa a crítica do economista austríaco Böhm-Bawerk<sup>1341</sup> à teoria do valor de Karl Marx concentrada especificamente na problemática do **trabalho qualificado**.

No exame do tema, segundo Roman, os críticos entendem ter descoberto “o erro decisivo” da teoria marxiana do valor, “que desqualificaria sua pretensão a ser uma teoria científica”.<sup>1342</sup>

Em conformidade com o que ensina o autor de *O capital*, o trabalho é dividido em trabalho simples e trabalho qualificado (ou complexo ou, ainda, trabalho superior). De acordo com a professora Vera Aguiar Cotrim, em Marx, o trabalho simples é definido como sendo “o trabalho social médio [historicamente determinado, digo eu com base na autora em referência] [...], a atividade que pode ser realizada pela capacidade comum de trabalho [...] [exemplos: o trabalho do operário de maneira geral, do agricultor, do trabalhador de limpeza etc., digo eu mais uma vez]”. Trata-se, portanto, do “conjunto das formas em que a força social média de trabalho pode ser despendida sem que seja necessária qualquer formação subjetiva especial prévia”. No desempenho do trabalho simples, “a força de trabalho se forma na própria prática do trabalho”.<sup>1343</sup>

1340 Título original: “O problema do trabalho qualificado”.

1341 Eugen Böhm Ritter von Bawerk (1851-1914) foi um economista austríaco, considerado um dos fundadores da chamada [Escola Austríaca de Economia](#) (escola do pensamento econômico que enfatiza o poder de [organização espontânea](#) do [mecanismo de preços](#), defendendo uma [teoria subjetiva do valor](#) (conhecida como teoria do valor subjetivo ou, ainda, teoria do valor marginal), opondo-se frontalmente à teoria do valor de Marx. Entre outras coisas, questiona o fato de seu criador “minimizar a influência da oferta e demanda em determinar o preço permanente”, chamando a atenção para o que considera como “a ambiguidade deliberada com tais conceitos” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugen\\_von\\_B%C3%B6hm-Bawerk](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugen_von_B%C3%B6hm-Bawerk). Consultado em 01.12.2023.

1342 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 421.

1343 COTRIM, Vera Aguiar. **Trabalho produtivo em Karl Marx: novas e velhas questões**. São Paulo-SP: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em <https://1library.org/article/trabalho-simples-trabalho-complexo-trabalho-imaterial-e-complexifica%C3%A7%C3%A3o.yeve0v1z>. Consultado em 01.12.2023. Idem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes.

Oportuno fazermos uma observação: na teoria marxiana, “trabalho qualificado” não é sinônimo de “trabalho intelectual” nem de “trabalho imaterial”, bem como “trabalho simples” não é sinônimo de “trabalho material”, de “trabalho manual” nem de “trabalho físico”. *Trabalho intelectual* é aquele que contrasta com o trabalho físico ou manual, pois envolve o intelecto, e geralmente exige certo nível de aprendizado educacional ou de treinamento qualificado (exemplo: o trabalho do pesquisador, do médico, do professor etc.). O *trabalho imaterial* é um tipo de trabalho que produz um valor imaterial, como conhecimento, informação, uma relação social, uma experiência cultural ou pessoal. O trabalho imaterial é caracterizado por envolver habilidades cognitivas e comunicativas, como a criatividade e o conhecimento, que pode envolver o trabalho intelectual ou emocional (exemplos: o labor do artista de modo geral, do poeta, do consultor, psicólogo etc.). O *trabalho material* consiste na manipulação física dos objetos (exemplos: o trabalho do operário em geral, do agricultor, do cozinheiro etc.) e pode incluir o trabalho manual e o trabalho físico. O *trabalho manual* envolve o uso das mãos (um operário fabril pode estar fazendo um trabalho material mas não necessariamente manual). Já o *trabalho físico* diz respeito à atividade laboral que exige esforço físico (no caso de um artista plástico, ele pode estar fazendo um trabalho material, pintando um quadro, mas não necessariamente trabalho físico). Apesar de terem definições distintas entre si, estes termos de alguma forma se sobrepõem, conquanto não sejam sinônimos exatos: algum trabalho qualificado pode ser trabalho intelectual e algum trabalho simples pode ser trabalho material...

O trabalho qualificado ou complexo, que, ainda segundo Cotrim, é definido com relação ao trabalho simples, diz respeito “ao caráter especial” da atividade concreta a que se destina e portanto também ao “caráter especial da força de trabalho que a efetiva [exemplos: os ofícios de médico, de advogado, de engenheiro etc., digo eu]”. Diversamente do trabalho simples, o trabalho qualificado não é formado “espontaneamente” pelo modo de vida comum em determinada sociedade, “mas requer formação específica prévia à realização da atividade ou, em determinadas conjunturas, conformação física distinta da média”.

Desse modo, os trabalhos simples e complexo distinguem-se “pelas diferentes magnitudes de valor que incorporam ao produto”, e também, no caso específico da forma social capitalista, sendo a força de trabalho uma mercadoria, pelas “diversas magnitudes de valor que contêm”.

Dito isso, retornando aos críticos de Marx, Rosdolsky explicita o que sustentam: que o autor de *O capital* “não pôde demonstrar sua tese da **redução**<sup>1344</sup> **do trabalho qualificado em trabalho médio simples** e, sentindo-se em apuros, teve de apelar para uma ingênua explicação de natureza circular” (grifo nosso).<sup>1345</sup>

A **teoria do valor** de Karl Marx tem como enunciado que o valor de uma mercadoria, seu valor econômico ou intrínseco, é determinado pela **quantidade média de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário** para produzi-la. De maneira geral, a composição do valor da mercadoria inclui tanto o **trabalho anterior necessário** – a exemplo do alocado nos meios de produção (matérias-primas, máquinas etc.), como o **trabalho atual**, aquele diretamente aplicado na produção da mercadoria final, bem assim inclui os diversos tipos de trabalho, em especial, para o nosso caso, o **trabalho qualificado** e o **trabalho simples**.<sup>1346</sup>

Para a mensuração do valor da mercadoria considerando essas determinações, Marx reduziu todas as formas de trabalho em unidades de trabalho simples ou médio, inclusive o trabalho qualificado, de modo a estabelecer uma **unidade comum de medida**

1344 No sentido do texto, *redução* significa a transformação de uma coisa em outra (exemplo: “reduzir trigo a farinha”) (Disponível em <https://www.dicio.com.br/reduzir/>. Consultado em 01.12.2023)

1345 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 421. De acordo com o site *Wikipédia*, uma *definição circular* “é aquela que presume um entendimento prévio do termo que está sendo definido. Ao usar o termo que está sendo usado como parte da definição, uma definição circular não fornece qualquer [sic] informação nova ou útil; ou o público-alvo já conhece o significado do termo, ou a definição é deficiente ao incluir o termo a ser definido na própria definição”. Isso ocorre quando o teórico justifica a tese principal (A) com premissas (B) que dependem da validade da própria tese principal (A) – geralmente esse recurso é considerado uma “falácia lógica”. Como exemplos, cita-se a definição de “colina” e “montanha”: Colina: “uma elevação natural de terra geralmente redonda menor do que uma montanha”. Montanha: “massa de terra que se projeta conspicuamente acima de seus arredores e é maior do que uma colina” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Defini%C3%A7%C3%A3o\\_circular](https://pt.wikipedia.org/wiki/Defini%C3%A7%C3%A3o_circular). Visto em 01.12.2023).

1346 COTRIM, Vera Aguiar. **Trabalho, conhecimento, valor: Marx frente a uma contradição atual**. São Paulo-SP: Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História. 2015. Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122015-144226/publico/2015\\_VeraAguiarCotrim\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122015-144226/publico/2015_VeraAguiarCotrim_VCorr.pdf). Consultado em 02.12.2023. Idem para a redação do parágrafo seguinte.

– **tempo médio de trabalho simples.** No caso específico do problema em foco, a fórmula marxiana de redução estipula o trabalho qualificado como **múltiplo** do trabalho simples. Nessa linha, o trabalho qualificado é definido como a **quantidade intensificada de trabalho simples.** Em sendo assim, as formas de trabalho qualificado ou complexo e de trabalho simples, e todas as outras, são tratadas como expressões de uma só substância, o **trabalho abstrato.**

Eis o que prescreve Karl Marx em *O capital*, precisamente no *Livro I – O processo de produção do capital*, quanto ao trabalho qualificado ou complexo, de acordo com Roman Rosdolsky: “O trabalho mais complexo **vale** como trabalho simples intensificado, ou melhor, multiplicado, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo equivale a uma quantidade maior de trabalho simples” (grifo nosso). O autor dos *Grundrisse* continua: “A **experiência** mostra que essa **redução** [do trabalho qualificado a trabalho simples, digo eu] ocorre constantemente” (grifo nosso). Independente do tipo de trabalho aplicado na produção de determinada mercadoria, ainda que seja o trabalho mais complexo, “seu valor [o valor da mercadoria, digo eu] **a equipara** ao produto do trabalho simples e, por conseguinte, **representa** certa quantidade de trabalho simples” (grifo nosso). Portanto, em Marx, os diferentes tipos de trabalho são **reduzidos a trabalho abstrato simples – padrão de medida do valor.**<sup>1347</sup>

Para explicar como a redução se dá, o nosso teórico alemão demarca que as “diversas proporções em que os diferentes tipos de trabalhos se reduzem a trabalho simples, seu padrão de medida, se estabelecem através de um **processo social** que se desenvolve à revelia dos produtores, e por isso parece resultar da tradição” (grifo nosso). Entretanto, ele não esmiúça no *Livro I* porque isso se dá: “Para simplificar”, diz ele, “consideraremos todo tipo de força de trabalho como força de trabalho simples, economizando assim a árdua operação de redução”<sup>1348</sup>.

É acerca dessas passagens d’*O capital* que o economista austríaco Böhm-Bawerk se dedica a comentar e criticar.<sup>1349</sup> Mas antes de tratarmos da questão específica focada por Rosdolsky em relação a Bawerk – o problema do trabalho qualificado na teoria do valor de Marx –, vemos como importante apresentar uma síntese do pensamento do economista austríaco que resulta na oposição ao nosso teórico alemão.

Conforme a professora Vera Cotrim, Böhm funda sua teoria do valor atacadado em aspectos subjetivos (a exemplo da concorrência, que, segundo avalia, é uma forma de relação com fundamento subjetivo, e também da utilidade das coisas) que, para ele, em última instância, explicam as leis de mercado e a formação dos preços. Nessa linha, preconiza que a medida comum das trocas deve ser determinada pelo *quantum* de utilidade das coisas de acordo com a variável quantidade do valor de uso. Sua crítica,

1347 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 421 c/c p. 600 Nota 1 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1348 Inferimos da leitura completa do capítulo 31 de *Gênese* que Karl Marx detalhou a operação de redução no livro *Contribuição à crítica da economia política* (1859) (Ibidem, p. 429).

1349 Chamamos a atenção do leitor para as palavras “vale”, “experiência” e “processo social”, sublinhadas nos parágrafos anteriores. Böhm-Bawerk as utiliza para fundamentar boa parte da sua crítica.

lançando mão da categoria trabalho (um aspecto objetivo), especialmente do trabalho qualificado ou complexo, é uma forma de desconstruir, no geral, teorias do valor baseado no trabalho e, no particular, a lei marxiana do valor. Para Bawerk, a teoria do valor de Marx, embasada no tempo de trabalho abstrato, não explica a troca de mercadorias. No seu ponto de vista, o trabalho é apenas um dos componentes do custo de produção, ao lado do capital, e nunca a substância do valor das mercadorias. Na avaliação do economista austríaco, continua Cotrim, “o trabalho não pode constituir a medida do valor, uma vez que ele mesmo não apresenta medida quantitativa”. Nesse rumo, denuncia a incompatibilidade dos princípios da lei do valor expostos no *Livro I* de *O capital* com as leis de mercado descritas no *Livro III – O processo global da produção capitalista*, onde Marx diferencia valor de preço. Dessa forma, o líder da escola austríaca de economia recusa a lei do valor de Marx, procurando desconstruí-la a partir da crítica ao tratamento dado pelo filósofo alemão à categoria do trabalho qualificado ou complexo na composição do valor das mercadorias.<sup>1350</sup>

Dito isso, vamos então ao eixo da crítica do economista austríaco repudiada por Roman Rosdolsky. Nas palavras de Bawerk, “[...] O dado a examinar é que o produto de uma jornada (ou de uma hora) de trabalho qualificado tem um **valor maior** que o produto de uma mesma jornada (ou de uma hora) de trabalho simples” (grifo nosso)<sup>1351</sup>. “Ora”, exclama ele, “Marx ensinou que as coisas equiparadas entre si na troca devem conter ‘**algo comum de mesma magnitude**’, e que este elemento comum deve ser o **trabalho** [abstrato, digo eu] e o **tempo de trabalho** [abstrato, digo eu novamente]” (grifo nosso). Conforme afirma Böhm, não faz sentido referir-se, por exemplo, a dois produtos que incorporam tipos distintos de trabalho em quantidades também distintas e daí querer extrair o elemento comum, “o conteúdo de uma mesma quantidade de trabalho de mesmo tipo, ou seja, de trabalho simples”, pois o produto do trabalho qualificado (uma escultura, por exemplo) não incorpora trabalho simples (o trabalho do cortador de pedras) e muito menos a mesma quantidade deste.<sup>1352</sup>

A par disso, Roman tem para si que o argumento principal da crítica de Bawerk remete à maneira como, em Karl Marx, as diversas proporções dos diferentes tipos de trabalhos são reduzidas a trabalho simples: Marx, diz Böhm, incumbe à “experiência” e ao “processo social que se desenvolve à revelia dos produtores” a demonstração da “possibilidade de se reduzir o trabalho qualificado a trabalho médio simples”, ou, o que dá no mesmo, a demonstração da possibilidade de se extrair “algo

1350 COTRIM, Vera Aguiar. **Trabalho, conhecimento, valor: Marx frente a uma contradição atual**. Op. cit., p. 76, 77 e 81. Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122015-144226/publico/2015\\_VeraAguiarCotrim\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122015-144226/publico/2015_VeraAguiarCotrim_VCorr.pdf). Visto em 02.12.2023. Vera faz mais uma observação no sentido de que Bawerk recusa todas as formas históricas da teoria do valor baseado no trabalho, não poupando [Adam Smith](#) (1723-1790) e [David Ricardo](#) (1772-1823). Conforme ele próprio argumenta, o fato de sua crítica ser dirigida a Marx se dá em função de que os economistas clássicos somente definiram o valor, enquanto que a teoria de Marx é “a única que procura provar que o trabalho é a substância do valor das mercadorias” (Idem, p. 77).

1351 Com nossas palavras: a mercadoria produzida pelo trabalho qualificado de uma jornada de trabalho tem um valor maior que a mercadoria produzida pelo trabalho simples de uma mesma jornada.

1352 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 421 e 422.

comum da mesma magnitude” de tipos e quantidades diferentes de trabalho. Em sendo assim, para o economista austríaco, a redução do trabalho qualificado a trabalho simples, de modo a se ter uma medida comum do valor e se estabelecer as diferentes proporções em que se dá essa conversão, como quer Marx, é determinada “exclusivamente pelas próprias relações de troca”. Para seu espanto, Marx não parte de qualquer qualidade inerente ao próprio trabalho qualificado que permitisse “determinar *a priori* a proporção em que ele deve ser convertido em trabalho simples, quando da avaliação de seus produtos”, e assim reduzi-lo ao padrão de medida do valor. Isso compromete a teoria marxiana, sentencia Bawerk.<sup>1353</sup>

Em conformidade com Roman Rosdolsky, para Böhm Bawerk não basta dizer que a redução do trabalho qualificado em trabalho simples resulta das relações efetivas de troca. Isso conduz a uma “explicação circular”, ele afirma. Segundo Böhm, Marx quer explicar, por meio das relações de troca de mercadorias, como se dá as próprias relações de troca nas quais são estabelecidas as diversas proporções em que diferentes tipos de trabalho se reduzem a trabalho simples, a uma medida comum do valor. “Com efeito, as relações de troca das mercadorias é que devem ser explicadas”, afirma o economista austríaco. O que deve ser explicado, por exemplo, segundo ele, é “o motivo por que uma estatueta, que custou ao escultor uma jornada de trabalho, é trocada por uma certa quantidade de pedras que custaram cinco jornadas ao cortador [numa proporção de 1:5, digo eu], e não por uma quantidade maior ou menor, que tenha custado três ou dez jornadas de trabalho deste [numa proporção de 1:3 ou 1:10, respectivamente, digo eu novamente]”. Nesta passagem reproduzida por Rosdolsky, Böhm faz algumas indagações e ao mesmo tempo emite as respostas que atribui a Marx. Como Marx esclarece isso? Pela relação de troca que foi realizada, e não outra. Mas, por que determinada relação de troca estabelece uma dada proporção e não outra? A experiência demonstra que, por meio de um processo social, a redução se produz assim. Que processo social é este? O mesmo processo social (relação de troca) que equiparou numa dada proporção a jornada do trabalho complexo a do trabalho simples (caso contrário, a relação de troca poderia corresponder a uma jornada do escultor por três do cortador de pedras (1:3), se considerada como sendo esta a proporção correspondente à experiência, e não aquela de 1:5. Böhm-Bawerk em uma frase expressa sua convicção de que esta não é a maneira adequada de apreender “os verdadeiros motivos pelos quais produtos resultantes de diferentes tipos de trabalho são trocados nessa ou naquela proporção: são trocados assim, diz Marx com outras palavras, porque, segundo a experiência, são trocados assim”.<sup>1354</sup>

Por fim, Rosdolsky expõe o parecer conclusivo de Böhm: “Creio que o leitor atento terá reconhecido [...] os dois ingredientes da receita de Marx: a substituição de ‘ser’ por ‘valer’ [substituindo o que é por quanto vale, digo eu] e a explicação circular, que consiste em deduzir a medida da redução a partir das relações de troca que ocorrem de fato na sociedade, as quais, por sua vez, necessitam de uma explicação!”.

<sup>1353</sup> Idem, p. 422.

<sup>1354</sup> Ibidem, p. 423. Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte.

Passemos aos argumentos de Roman Rosdolsky contrários a Böhm-Bawerk e em defesa da cientificidade e validade da lei do valor de Marx. O primeiro argumento aponta para uma fundamental contradição na crítica de Bawerk: muito embora o economista austríaco refute a possibilidade de se obter uma unidade de medida padrão do valor das mercadorias em relação ao trabalho qualificado, por conta das diferenças qualitativas e quantitativas em face dos demais tipos de trabalho, e por isso nega a redução do trabalho complexo a trabalho simples, e, em consequência, rejeita a medição pelo tempo – uma medida uniforme – da quantidade de trabalho contida nas mercadorias produzidas por estes tipos de trabalhos; nada diz quanto à presença das referidas diferenças no trabalho de um cortador de pedras (o exemplo de trabalho que utiliza na sua crítica) em comparação com o trabalho de um operário da construção civil, ambos classificados como trabalhos simples.<sup>1355</sup>

Ora, exclama Roman Rosdolsky, qualitativamente, “qualquer trabalho simples e não especializado – quando enfocamos sua determinação concreta [não abstrata, digo eu] – também tem características específicas, diferentes de qualquer outro trabalho também simples”. Não se trata aí de uma característica exclusiva do trabalho qualificado. A mesma lógica se aplica quanto ao aspecto quantitativo do tipo de trabalho. Também quanto a este quesito não “se sabe de antemão, de nenhum modo, a quantidade de trabalho simples criador de valor incorporada nos produtos do cortador, do peão, do operário da indústria do automóvel, mesmo quando sabem que trabalharam a mesma quantidade de tempo”. Pois, não se sabe ainda em que condições de produção cada um deles atuou e, tampouco, com que grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho um e outro atuaram.

Desse modo, arremata Roman, citando expressão formulada por Marx, mesmo no âmbito do trabalho simples, a fim de que as mercadorias possam ser mensuradas como valores, os diversos trabalhos simples nelas contidos “devem ser reduzidos a ‘trabalho humano **diferenciado e uniforme**’” (grifo nosso). Somente depois dessa redução é que se pode mensurar, pela medida padrão tempo de trabalho abstrato, a quantidade de trabalho que as mercadoras produzidas contém.

Independentemente da razão que levou Böhm a tratar o tema da forma que tratou, Roman Rosdolsky o acusa de não focar a questão, independente do tipo de trabalho, sob o conceito marxiano de “trabalho humano indiferenciado”. Sendo válidos os argumentos de Bawerk, diz o autor ucraniano, “nenhum trabalho pode ser reduzido a trabalho humano geral, tornando-se supérfluo demonstrar isso em relação ao trabalho qualificado”.<sup>1356</sup>

Ademais, na avaliação de Rosdolsky, “a redução de todos os trabalhos a ‘trabalho humano indiferenciado’”, base do conceito marxiano do valor, “não é algo dado

1355 Ibidem, p. 424. Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes. No caso do contido nos parágrafos em Nota, Rosdolsky consultou o *Livro IV d'O capital* (Ibidem, p. 600 Nota 6).

1356 Ibidem, p. 424 e 425.

de antemão; só ocorre porque existe ‘um processo social que se desenvolve à revelia dos produtores’”, ou seja, só ocorre porque, diz ele, reproduzindo diretamente Marx, o “conjunto da força de trabalho da sociedade, representado nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como força humana de trabalho homogênea, embora seja formada por inumeráveis forças de trabalho individuais”. Portanto, as objeções de Bawerk, segundo Roman, também poderiam já ser feitas considerando o que Marx diz como fonte do conceito de valor: a redução de todos tipos de trabalho a “trabalho humano indiferenciado”, o trabalho abstrato médio simples. Rosdolsky chama à reflexão, “Por que essas objeções são aplicadas apenas à questão secundária do trabalho qualificado?”.<sup>1357</sup>

Na reação ao que defende Böhm, Roman se vê diante da necessidade de retornar ao conceito de “trabalho indiferenciado” ou “abstratamente humano” para desvendar o papel deste conceito na teoria do valor de Marx. Nesse sentido, pergunta: “Então, como pode o trabalho servir de medida comum dos valores, diante dessa multiplicidade e diversidade de trabalhos humanos específicos [qualificados ou não qualificados, intelectual ou manual, material ou imaterial, digo eu]?”. Rosdolsky complementa, como o trabalho pode servir de medida comum dos valores das mercadorias dado que os mais variados tipos e especificidades de trabalho produzem bens também tão diferentes, isto é, valores de uso tão diversos?

Do trabalho como medida comum do valor, tratamos ao longo de todo o Artigo Expositivo I<sup>1358</sup>. Para efeito deste texto, vamos nos ater à questão do valor da mercadoria como valor que representa “algo puramente social”, expressão de Marx, que implica em abstrair da análise os valores de uso das mercadorias, bem assim as atividades produtivas específicas que as convertem em valores de uso, salienta Roman, muito embora, e isso é fundamental, toda mercadoria, em toda forma social, possua valor de uso. Sem valor de uso não há valor, nem valor de troca e tampouco intercâmbio. Karl Marx de modo algum nega essa condição.<sup>1359</sup>

O que significa “algo puramente social”? Na condição de valor, o bem econômico, explica o filósofo alemão, “já não é mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil”, muito menos “é produto do trabalho do marceneiro, do carpinteiro, do tecelão ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado [trabalho concreto, digo eu]”. É, simplesmente, dinheiro, preço. Desvanecendo-se o caráter de utilidade dos produtos do trabalho, diz ele, também desvanecem as várias formas concretas de trabalho. Ocorrendo o desvanecimento do caráter de utilidade das várias formas concretas do trabalho, estas “deixam de se distinguir e se reduzem a trabalho humano indiferenciado, trabalho abstratamente humano”.

<sup>1357</sup> Ibidem, p. 425 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte). Os trechos de citações a Marx foram extraídos por Rosdolsky do *Livro I* (Ibidem, p. 600 Nota 7).

<sup>1358</sup> Nesse sentido, veja os cinco primeiros [folhetos](#).

<sup>1359</sup> ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 426 (Idem em relação à redação dos três parágrafos seguintes). Os trechos de citações a Marx foram também extraídos por Rosdolsky do *Livro I* (Ibidem, p. 600 Nota 10). Sobre *valor de uso* na economia capitalista, veja o Folheto nº 02, [Capítulo 3](#).

Na construção que acabamos de descrever, ainda de acordo com Marx, tornar igual trabalhos tão diferentes “só pode ser uma abstração de sua desigualdade real, com uma redução à característica comum que possuem como gasto de força humana de trabalho [...]”, ou gasto de energia humana, que nada mais é que “trabalho abstratamente humano”.

Apesar de parecer, à primeira vista, uma especulação, “na realidade”, esta abstração que reduz os diferentes tipos de trabalho a trabalho indiferenciado ocorre o tempo todo no processo social, isto é, ocorre diariamente no complexo das relações sociais de produção e de reprodução, afirma Rosdolsky em consulta aos *Grundrisse*. Na produção capitalista, ainda em conformidade com os manuscritos de 57/58, “[...] O trabalho, que se mede pelo tempo, não parece ser o trabalho de diferentes sujeitos; antes, os diferentes indivíduos que trabalham aparecem como meros órgãos desse trabalho [...]”. A abstração, o trabalho humano geral, como o próprio teórico alemão afirma, “existe no trabalho médio que qualquer indivíduo médio de uma dada sociedade pode realizar através de um determinado gasto produtivo de músculos, nervos, cérebro etc. humanos”. O trabalho não é aquele do indivíduo especialista em determinada atividade. “É trabalho simples, para o qual pode ser adestrado qualquer indivíduo médio, que deve levá-lo a cabo de uma ou outra forma”, escreve Marx.

Em seguida, Roman se volta para as provas reclamadas por Bawerk de que a abstração efetivamente ocorre, afirmando: “Quem as oferece é o próprio modo de produção capitalista”. É só observar, diz Karl Marx, citado diretamente pelo nosso autor ucraniano, que na produção capitalista “os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho a outro, sendo para eles fortuito o tipo específico de trabalho [...]”. É nítido que “o trabalho converteu-se então – não só como categoria, mas também na realidade – no meio de criação da riqueza geral e deixou de aderir organicamente ao indivíduo em qualquer forma específica [‘Como ocorria, por exemplo, com o artesão do passado’, acrescenta Rosdolsky]”. Inclusive, nos *Grundrisse*, em 1857, Marx já afirmava: “Esta realidade [...] alcança seu máximo desenvolvimento na forma mais moderna de sociedade burguesa”, na sociedade norte-americana. Ali, onde o trabalho abstrato ou trabalho geral já se tornara “verdade prática”.<sup>1360</sup>

Na produção capitalista, só nela, e isso é observável facilmente, constata Rosdolsky, “[...] na imensa maioria dos casos o que importa é o rendimento médio e o ritmo médio” do trabalho. No modo capitalista de produção, expressa o autor dos *Grundrisse*, “o tempo de trabalho do indivíduo é, na verdade, o tempo de trabalho de que necessita a sociedade para produzir um valor de uso específico, ou seja, satisfazer uma necessidade específica”. Para Roman Rosdolsky, isso explica o conceito principal e o fundamento da teoria marxiana do valor, “o trabalho humano geral”, o trabalho humano “indiferenciado”, o trabalho abstrato. Por isso, continua ele, para poder medir os valores das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, “é preciso remeter os

1360 Ibidem, p. 426 e 427.



diferentes trabalhos ao trabalho indiferenciado, equivalente, simples, no qual desaparecem a individualidade dos trabalhadores e o caráter concreto de suas atividades”. Agora, prossegue Roman, “compreendemos por que, segundo Marx, os valores das mercadorias ‘são funções sociais dos objetos e nada têm a ver com suas qualidades naturais [utilidade, valores de uso, digo eu]’ [...]”.<sup>1361</sup>

Na sequência, o autor de *Gênese* dedica-se a enfrentar a objeção de Bawerk quanto a tal, alegada por ele, “substituição” do “ser” – o que é – por “valer” – quanto vale –, substituição, que, do ponto de vista deste último, desqualifica a teoria do valor de Marx como científica. Para tanto, Roman demonstra, por meio de passagens de *O capital*, precisamente do Livro I, e também do escrito publicado oito anos antes, *Contribuição à crítica da economia política*, que, em vez de fazer a “substituição” suscitada, Marx define o que é trabalho qualificado ou complexo – “O trabalho mais complexo é igual ao trabalho simples intensificado, ou melhor, multiplicado [...]” –, para logo em seguida afirmar, “de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo equivale [vale, digo eu] a uma quantidade maior de trabalho simples”. Segundo Roman, a utilização da expressão “valer” na passagem reproduzida por Böhm, destacada na página inicial deste texto, tem a simples finalidade de indicar “que a qualidade criadora de valor do trabalho humano não esta dada de antemão, não é um fato natural, mas sim resultado de uma equiparação de diversos trabalhos, que tem lugar no processo social”.<sup>1362</sup>

Esclarecido esse aspecto, o nosso autor ucraniano lança uma pergunta sobre a acusação do líder da escola austríaca de economia acerca do “famoso raciocínio circular” supostamente descoberto no texto de Marx: “Será verdade que Marx precisou recorrer ao mercado” – onde os produtos do trabalho qualificado (ou complexo) são valorizados em maior grau que os do trabalho simples – “para fundamentar sua tese de que o trabalho qualificado detém maior capacidade de criação de valor?”.<sup>1363</sup>

De certa forma já tratamos da solução para este problema em momento anterior deste apêndice. Antes de colocar o problema do trabalho qualificado, que, não visão de Marx, é um problema secundário, o nosso teórico da crítica da economia política capitalista já tinha resolvido o problema fundamental que, para Roman, é o “da redutibilidade de todos os trabalhos, qualificados ou não, ao ‘trabalho indiferenciado, uniforme, simples’”. Decorre desse fato a indisposição de Marx, de acordo com Rosdolsky, em demonstrar, especificamente, a redução do trabalho complexo a trabalho simples.<sup>1364</sup>

Por fim, no que se refere ao problema do mercado, Roman Rosdolsky vê na acusação de Bawerk mais uma contradição. Se Marx teve que recorrer ao mercado dos produtos que o trabalho complexo elabora para explicar a capacidade superior do valor

1361 Ibidem, p. 427. Os trechos de citações a Marx foram extraídos por Rosdolsky de *Contribuição à crítica da economia política* (Ibidem, p. 600 Nota 14).

1362 Ibidem, p. 427 e 428 c/c p. 601 Nota 20.

1363 Ibidem, p. 428.

1364 Ibidem, p. 428 e 429 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

deste trabalho qualificado, por que então Böhm afirma que, segundo Marx, “a medida da redução determina-se exclusivamente pelas próprias relações de troca”? – as relações entre o trabalho qualificado e simples. São coisas completamente distintas. Não, Marx não recorre ao mercado dos produtos do trabalho qualificado, no qual se valorizam em maior grau que os produtos do trabalho simples, para garantir sua tese de que o trabalho qualificado detém maior capacidade de criação de valor, sustenta Rosdolsky. O teórico da lei do valor criticada recorre ao processo social recorrente do modo capitalista de produção, já devidamente conceituado.

Antes de finalizar sua análise da crítica de Böhm-Bawerk, Roman Rosdolsky menciona, sem entrar em detalhes, que não abordará o que chama de “um problema específico” do trabalho qualificado, qual seja, se de fato o trabalho complexo é redutível, se de fato “constitui um mero múltiplo do trabalho simples”. Para o autor ucraniano o que importava ali, na sua análise, era desvendar “as leis que operam essa redução e como esse múltiplo deve ser medido”. Problema que enfrentou para rebater as críticas de Böhm.<sup>1365</sup>

Avançando no problema da medição do múltiplo da redução do trabalho qualificado a simples, o autor ucraniano insere o que denomina de “a provável solução de Marx” para apurar qual a medida de comparação entre estes dois tipos de trabalho – que medida pode produzir a redução do trabalho qualificado em simples. Indo direto ao ponto, Marx propôs como medida de comparação o “diferente valor das próprias capacidades de trabalho”, ou seja, “os diferentes custos de aprendizagem de trabalhadores qualificados e não qualificados”, os respectivos “diversos custos de produção (que são determinados pelo tempo de trabalho)”.<sup>1366</sup>

Rosdolsky descreve como essa solução foi tratada por estudiosos da época, para os quais havia uma “aparente lacuna” na teoria do valor de Marx nesse quesito. Nesse sentido, menciona que vários deles retrocederam com receio de que a solução marxiana “levaria a fundar o valor das mercadorias no valor da força de trabalho”, no valor do produto do trabalho, portanto no mercado dos produtos do trabalho qualificado, e não no tempo de trabalho, o que, “do ponto de vista do problema aparente, colocado por Böhm”, diz ele, “seria contraditório com a essência da teoria marxiana do valor”.

No entanto, o autor de *Gênese* não considera um problema a solução dada por Karl Marx. Para ele “esse problema, tal como eles [os estudiosos referidos, digo eu] o visualizam, simplesmente não existe”. Roman não enxerga por que a redução do trabalho qualificado a trabalho simples não possa ocorrer como base nos custos de aprendizado desses tipos de trabalho, nos custos de produção dos produtos elaborados pelo trabalho qualificado, conforme proposto no *Livro IV*.<sup>1367</sup>

1365 Ibidem, p. 429. Inferimos do exposto na página referenciada que Marx manifestou favoravelmente sobre esse “problema específico” no livro *Contribuição à crítica da economia política*, para onde, inclusive, conforme Roman, remete o leitor do *Livro I* de *O capital*.

1366 Ibidem, p. 430 (Ibidem em relação ao parágrafo seguinte). Os trechos de citações a Marx foram extraídos por Rosdolsky do *Livro IV* d’*O capital* (Ibidem, p. 602 Nota 29)

1367 Ibidem, p. 431 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

Em sua argumentação faz um comparativo da aplicação da solução marxiana em uma sociedade socialista e capitalista. A diferença que encontra reside na fonte de custeio do aprendizado do trabalho qualificado. Enquanto na sociedade socialista, na qual haverá uma tendência de equiparação dos “salários” dos trabalhadores qualificados com os “salários” dos não qualificados, toda a sociedade assumirá esses custos, inclusive os da equiparação, e, por isso, também a ela corresponderá os frutos, os maiores valores produzidos pelo trabalho complexo, numa espécie de compensação; na sociedade capitalista, as pessoas ou suas famílias assumem os custos dessa aprendizagem, daí corresponderem estas, especificamente, em primeira instância, os frutos, os maiores valores do produto do trabalho complexo realizado (por isso o trabalhador assalariado hábil é mais bem remunerado)<sup>1368</sup>.

Quanto ao controle e cálculo da solução de Marx para distribuir entre os diversos setores produtivos as forças de trabalho disponível, inclusive, e principalmente, o qualificado, segundo Roman, continuando com a comparação entre a forma social socialista e capitalista, na sociedade socialista a própria sociedade também “[...] terá de se ater, evidentemente, à diferença empiricamente dada e empiricamente mensurável entre os custos de aprendizagem dos trabalhadores instruídos e os dos não instruídos”, tendo que estabelecer uma carga de jornada de trabalho geral equivalente aos custos de aprendizagem do trabalho qualificado.<sup>1369</sup>

Já na sociedade capitalista, descreve Rosdolsky, como “inexiste um órgão de planejamento capaz de avaliar os tempos de aprendizagem de diversas forças de trabalho”, de modo a replicar tais custos na jornada de trabalho total, essa “tarefa fica entregue às forças espontâneas do mercado (de mercadorias e de força de trabalho)”. No caso, continua ele, “além disso, a relação entre o tempo de aprendizagem de diferentes trabalhadores e o tempo de trabalho necessário para produzir diversos produtos deve assumir a forma de uma relação entre os valores das forças de trabalho e os valores das mercadorias que elas produzem”. Desse modo, prossegue o autor ucraniano, reproduzindo o *Livro I*, o trabalho qualificado, diante do trabalho social médio, trabalho simples, “é a manifestação de uma força de trabalho na qual entram custos de aprendizagem superiores, cuja produção custa mais trabalho” e, portanto, “possui um valor mais elevado que a força de trabalho simples”.<sup>1370</sup>

A par disso, Roman Rosdolsky de modo algum considera que Marx baseie o valor das mercadorias no “valor do trabalho”, no custo da produção do produto do trabalho, contrariando sua teoria do valor. Karl Marx, continua Rosdolsky, apenas considera que no processo social da equiparação de diversos trabalhos, “o maior dispêndio de trabalho que a sociedade capitalista deve realizar para habilitar forças de trabalho qualificadas não pode expressar-se de outro modo que não seja o

1368 A construção do trecho do parágrafo em Nota foi feita com base no que Roman Rosdolsky reproduziu do livro *Anti-Dühring*, de Friedrich Engels (Ibidem, p. 602 Nota 32).

1369 Ibidem, p. 431 e 432.

1370 Ibidem, p. 432 c/c p. 602 Nota 33.

caminho da ‘avaliação’ superior dos produtos elaborados por essas forças de trabalho”. Caso contrário, complementa, “nenhum empresário se disporia a pagar, aos trabalhadores qualificados, salários mais altos”, com a conseqüente debandada dos trabalhadores dessas profissões até que a demanda dos produtos desse trabalho fizesse aumentar seus preços, forçando assim a formação de novos trabalhadores qualificados com salários mais altos.<sup>1371</sup>

Assim sendo, encerrando o capítulo 31, o autor vê demonstrado o que mais lhe interessa, firmar que “a diferença entre trabalho qualificado e não qualificado não oferece um obstáculo de princípios para se explicarem os fenômenos econômicos do ponto de vista da teoria marxiana do valor”, ao contrário do que afirmam Böhm-Bawerk e demais críticos da lei do valor que o sucederam.

---

1371 Ibidem, p. 432.

## **Texto 2: Uma observação sobre o problema da “falsa racionalização” em Otto Bauer (social-democrata austríaco): Uma coisa é socialismo, outra coisa é capitalismo de Estado**

No capítulo 32<sup>1372</sup> da Parte VII – Ensaios críticos, de *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*, ao qual o Texto 2 corresponde, a partir do conceito da “**falsa racionalização**” (grifo nosso) elaborado pelo teórico e político austromarxista socialista Otto Bauer<sup>1373</sup>, Roman Rosdolsky analisa o que atribui como um “erro” importante daquele político austríaco no exame do processo de desenvolvimento das forças produtivas quando foca nos custos de produção do capitalista e nos custos sociais de produção: **não diferenciação entre socialismo e capitalismo de Estado**.<sup>1374</sup>

Na sociologia, “racionalização”, termo apresentado pelo sociólogo Marx Weber<sup>1375</sup>, refere-se ao “processo no qual um número crescente de ações sociais se baseia em considerações de eficiência teleológica ou de cálculo, em vez de motivações derivadas da moral, da emoção, do costume ou da tradição. Muitos sociólogos consideram a racionalização como um aspecto central da modernidade, que se manifesta [...] especialmente como o comportamento no mercado capitalista, a administração racional do Estado e a expansão da ciência e tecnologia modernas”.<sup>1376</sup>

Já a ideia da “falsa racionalização”, de Otto Bauer, segundo Rosdolsky, citando diretamente aquele teórico, consiste numa racionalização do processo de desenvolvimento das forças produtivas (principalmente materiais, como a maquinaria) “que, embora diminua os **custos de produção de uma empresa isolada**, aumenta os **custos sociais de produção**, de modo que ‘enriquece o indivíduo e empobrece a sociedade’” (grifo nosso). Dizendo de outra forma: é um processo em que a razão é usada para justificar ações que são, na verdade, motivada por interesses irracionais. “Como tal”, Roman explicita, “é um fenômeno típico da ordem social capitalista [...]”.<sup>1377</sup>

Na avaliação do nosso pensador ucraniano, por trás da questão acadêmica sobre o “ritmo ótimo” de racionalização do desenvolvimento das forças produtivas na hipotética sociedade socialista que descreve em seu livro *Capitalismo e socialismo depois da Guerra Mundial* (1931/1932), Bauer “esquece o principal aspecto dessa sociedade então hipotética, mas à qual aspira hoje, na prática, o reformismo: limita-se aos problemas da transformação ‘estatista’ do ‘capitalismo organizado’, deixando escapar a diferença decisiva entre socialismo e capitalismo no que diz respeito ao

1372 Título original: “Uma observação sobre o problema da ‘falsa racionalização’”.

1373 Otto Bauer (1881-1938), nascido na Áustria (Viena), foi um dos fundadores e principais pensadores do [austromarxismo socialista](https://en.wikipedia.org/wiki/Austromarxism) de esquerda que tinha como base buscar um meio termo entre a [social-democracia](https://en.wikipedia.org/wiki/Social_democracy) e o [socialismo revolucionário](https://en.wikipedia.org/wiki/Revolutionary_socialism)” (Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Otto\\_Bauer](https://en.wikipedia.org/wiki/Otto_Bauer). Visto em 01.12.2023).

1374 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 442.

1375 Sobre o intelectual alemão Marx Weber (1864-1920), um dos fundadores da Sociologia, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Max\\_Weber](https://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber). Consultado em 01.12.2023.

1376 Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o>. Consultado em 01.12.2023.

1377 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 435.

desenvolvimento das forças produtivas...”.<sup>1378</sup>

Para Roman, não se trata de um “erro meramente teórico”. Por trás da sociedade socialista de Bauer, o que se tem é “[...] uma concepção que, no fundo, equipara socialismo e capitalismo de Estado”. O autor ucraniano até reconhece que na época em que Otto Bauer escreveu seu livro “ainda era possível” não enxergar que essa equiparação atingia uma concepção singular e essencial do socialismo. Porém, “hoje”, após as experiências das décadas posteriores, a diferenciação entre as tendências socialistas e capitalistas de Estado, “esquecida” pelo teórico austromarxista, “deve ser reconhecida como um dos principais problemas do movimento operário” e “[...] desempenhará um papel importantíssimo nas futuras lutas de classe operária e nas futuras controvérsias intelectuais no seio do campo socialista”. Desse ponto de vista, conclui o nosso pensador ucraniano, “o erro de Otto Bauer assume um caráter totalmente diferente”.

No capítulo de *Gênese*, em comentário, o conceito da “falsa racionalização” de Bauer é tratado como “um fenômeno típico da ordem social capitalista, na qual a força de trabalho é uma mercadoria cujo valor – assim como o valor de todas as demais mercadorias – é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário [trabalho abstrato, digo eu] para sua reprodução”. Nessa linha, sob a ótica de Otto Bauer, Rosdolsky descreve o processo de trabalho e o processo de vida do trabalhador, denominado por Bauer de “processo vital”: o trabalhador, proprietário da força de trabalho, gasta energias tanto no processo de trabalho quanto no processo de vida; as energias gastas no processo vital também são gastas, por óbvio, quando ele está desempregado e engrossa as filas do exército industrial de reserva. Também nessa situação “sua força de trabalho deve ser conservada, até porque poderá voltar a ser explorada pelo capital mais adiante”. Por isso, desta vez recorrendo diretamente a Otto, a sociedade deve assegurar ao trabalhador desempregado, “seja mediante um seguro-desemprego, seja mediante a assistência pública para os pobres ou a beneficência privada, uma proteção que [...] deve bastar para devolver ao corpo as energias gastas no processo vital [...]”.<sup>1379</sup>

Repare que o empresariado assume os custos de reprodução das energias gastas pelo trabalhador no processo vital somente enquanto este está empregado, o que faz na forma do pagamento de salário. Quando desempregado, os custos do processo de vida do trabalhador, os custos da sua manutenção, recaem sobre toda a sociedade. Desse modo, os custos de manutenção do trabalhador desempregado não constituem, afirma Bauer, “uma parte dos custos de produção de uma empresa individual, mas sim uma parte dos custos sociais de produção”.

De acordo com Otto Bauer, segundo Rosdolsky, o que é uma racionalização que “se justifica” do ponto de vista do “cálculo capitalista de custos”, tudo fica muito diferente quando se considera a racionalização “do ponto de vista do ‘cálculo social

<sup>1378</sup> Idem, p. 442 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

<sup>1379</sup> Ibidem, p. 435 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

de custos’’. Em verdade, o cálculo capitalista de custos sustenta objetivamente a referida racionalização da produção da economia burguesa. Como o capitalista individual “não tem de velar” pela manutenção do trabalhador que despede, é do seu interesse, mediante medidas de racionalização da produção – introdução de novas técnicas, incorporação de novas máquinas etc., –, demitir renovadamente, desde que, afirma Otto Bauer, “o maior gasto em custos fixos<sup>1380</sup>, que a racionalização requer, seja menor que a economia em salários que ela produz”. Esta racionalização do desenvolvimento da produção prossegue até o ponto em que para o capitalista “o gasto marginal em custos fixos [o gasto a mais por unidade em custo fixo, digo eu] for igual à economia que obtém em salários”.<sup>1381</sup>

Ilustrando sua tese, Bauer faz a comparação entre o resultado favorável ao empresário por meio do “cálculo capitalista de custos”, chegando ao resultado de uma economia de 20 mil marcos por ano em face da demissão de 110 trabalhadores, em função da modernização do seu parque industrial, e o respectivo resultado para a sociedade, a partir do que chama de “cálculo social de custos”, chegando a um custo muito maior, pois o cálculo social considera variáveis não contempladas pelo cálculo capitalista, como o tempo em que os trabalhadores ficaram desempregados, se tiveram que se deslocar para outras áreas a procura de novo trabalho, o gasto social para seu sustento etc.<sup>1382</sup>

O teórico socialista austromarxista então conclui que para a sociedade como um todo o desenvolvimento das forças produtivas ocorrida com a modernização do parque industrial, conforme seu exemplo, produziu, ao final, uma “falsa racionalização”. Considerando o cálculo social da produção, “a mudança técnica só é vantajosa se diminui os custos sociais totais, ou seja, se a economia de custos capitalistas é maior que o gasto social necessário para manter, requalificar e recolocar os trabalhadores que ficaram desempregados por causa da mudança”. Como observa Roman Rosdolsky, no cálculo capitalista de custos, distintamente do cálculo social, “os trabalhadores aparecem colocados no mesmo nível das ferramentas e das matérias-primas”.<sup>1383</sup>

Até aqui, Roman Rosdolsky se posiciona favoravelmente à crítica da racionalização capitalista oferecida por Otto Bauer e não faz nenhum reparo quando este adjetiva a racionalização do processo de desenvolvimento da produção capitalista, sob o prisma do “cálculo social da produção”, como “precipitada”, “falsa”, negativa. No entanto, Rosdolsky considera em aberto dois aspectos: primeiro, dentro de que **limites** o conceito da “falsa racionalização” pode ser empregado; segundo, do ponto de vista de que **sociedade** se pode pensar e falar de “falsa racionalização”, no sentido atribuído por Bauer. Com a colocação desses dois aspectos, Roman anuncia sua discordância e passa a contestar a tese de Otto Bauer.<sup>1384</sup>

1380 Sobre *capital fixo*, de onde deriva os custos fixos, tratamos no [Folheto nº 11](#) (“Parte IV – A seção sobre o processo de circulação [do capital]”), item C (“As determinações formais do capital fixo e do capital circulante”).

1381 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 435 e 436.

1382 Idem, p. 436.

1383 Ibidem, p. 436 e 602 Nota 2.

1384 Ibidem, p. 436.

Partindo da tese de Bauer, Rosdolsky descreve como seria uma sociedade em que todos os setores da produção estivessem reunidos em um único grupo capitalista, não existindo, assim, empresários individuais, mas um Estado por intermédio do qual, como propõe o teórico austríaco, “a burguesia administraria toda a economia nacional”. Nessa direção, Roman demonstra que em sociedade do tipo “ainda faria sentido o conceito de ‘falsa racionalização’”, pois teria que ser feito um “cálculo capitalista global”, uma espécie de “cálculo ‘social’ de custos” para manutenção do exército de desempregados. Neste “truste capitalista”, o que numa sociedade capitalista de empresários individuais seria custeado pela sociedade como um todo (seguro-desemprego etc.), os custos de manutenção dessa massa de desempregados teria que ser custeado pelo Estado, uma medida “de consequências negativas, que onera a economia capitalista global com custos supérfluos para manter a força de trabalho, e que por isso seria preciso evitar, em nome do ‘interesse geral’”. Para que essa sociedade pudesse adotar medidas de racionalização, afirma o nosso autor ucraniano, “nas quais as economias de custos em ‘trabalho vivo’ [em trabalho atual, digo eu], em salários, não fossem compensadas por (isto é, não equivalessem a) um incremento de gastos com a manutenção do exército de desempregados”. Esta sociedade nada mais é que a sociedade na qual as coisas assim se apresentam do ponto de vista do capitalismo de Estado, arremata Rosdolsky.<sup>1385</sup>

Feito isso, Roman reflete como as coisas se apresentariam na sociedade socialista, como se apresentariam “em uma sociedade que relacionasse cada racionalização a uma diminuição no tempo geral de trabalho, na qual portanto já não haveria o problema do desemprego, nem dos custos de requalificação e mudança dos desempregados?”<sup>1386</sup>. Numa sociedade, não voltada para a extração de mais-valia, para o lucro, onde “o trabalho assalariado [nos moldes capitalistas, portanto] desaparece, tal sociedade, ao fazer seu ‘cálculo de custos de produção’, não teria de levar em conta os custos da força de trabalho (como ocorre no capitalismo), mas sim o próprio gasto de trabalho”. Por não haver pagamento de força de trabalho, uma “falsa racionalização” só seria produzida “se as novas máquinas etc. custassem à sociedade tanto ou mais trabalho [o que é diferente de custo da força de trabalho, digo eu] [...] quanto aquele que economizariam [com essa nova maquinaria, por exemplo, digo eu]”. Como vimos no Capítulo 28 (“O limite histórico da lei do valor. Observações de Marx sobre a ordem social socialista”), do Folheto nº 13 (“Parte VI – Conclusão”), o parâmetro de cálculo do custo de produção é o trabalho concreto e não mais o abstrato, é valor de uso e não valor de troca<sup>1387</sup>. Ao contrário da economia capitalista, na forma social socialista de produção a lei do valor da mercadoria, cuja substância é a quantidade de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzi-la, já não dirige a atividade econômica.

“Curiosamente”, como exclama Rosdolsky, Bauer chegou à opinião oposta,

1385 Ibidem, p. 437 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1386 Quer nos parecer que aqui Rosdolsky se refere ao deslocamento da massa de desempregados para outro local ou região a procura de trabalho.

1387 Sobre o capítulo mencionado, veja o [Folheto nº 13](#).



garantindo que a fonte dessas falsas racionalizações somente seria eliminada “em uma sociedade na qual as empresas pertencessem ao Estado e na qual este também tivesse de suportar, ao mesmo tempo, os custos de manutenção dos desempregados, bem como os de requalificação e recolocação dos trabalhadores”.

No caso, como defende Bauer, ao invés do cálculo capitalista dos custos de produção se utilizaria o cálculo social. Segundo este teórico, só haveria interesse por parte do Estado em medidas de racionalização se “a economia dos custos de produção na empresa individual fosse maior que os custos de manutenção de desempregados e se essa economia fosse destinada aos trabalhadores que se tornam temporariamente dispensáveis em virtude das medidas de racionalização [a modernização tecnológica, etc., digo eu]”. Em sendo assim, o próprio Estado faria a racionalização, “mas só na medida em que pudesse transferir para outras empresas, ou para outros setores produtivos, os trabalhadores que tivessem ficado em disponibilidade por causa delas [das medidas de racionalização, digo eu novamente]”. Em conformidade com a tese de Otto Bauer, a racionalização ocorreria de forma constante, porém mais lenta, condicionada ao ritmo de transferência e alocação dos trabalhadores dispensáveis a outros setores produtivos. Nesse tom, ele conclui: “Assim, em uma sociedade socialista, a racionalização já não se realizaria ao preço de um desemprego prolongado de grandes massas”.<sup>1388</sup>

De modo algum, enfatiza Roman Rosdolsky, o que Bauer destaca como sendo vantagens peculiares da sociedade socialista diz respeito a ela mesmo. Na verdade refere-se a um “sistema de capitalismo de Estado”. Na sociedade supostamente socialista daquele teórico reformista austríaco, decreta Rosdolsky, não só continua existindo o problema do desemprego, mas também, “em seu ‘cálculo de custo de produção’, a sociedade ‘socialista’ de Bauer adota como ponto de partida (do mesmo modo que a capitalista) os custos da força de trabalho (os ‘custos capitalistas’), e não o próprio trabalho que os produtos demandam”. E assim, o autor de *Gênese* dispara, “Eis o ponto crucial que distingue, neste aspecto, a ordem social socialista e a capitalista”.

Caminhando para o final do Texto 2, dirigindo-nos para a duas últimas páginas do capítulo 32, encontramos um registro de Rosdolsky sobre as conclusões de Otto Bauer que, “apesar de pertencer à escola marxista”, tenha chegado a conclusões opostas às de Karl Marx, e também de Friedrich Engels, encontradas nos *Livros I e III* d’*O capital*. Transcorridos 25 anos, segundo o nosso autor ucraniano, Bauer deixou-se converter ao reformismo, passando “a ver o problema da transformação socialista da sociedade com olhos de uma ‘político realista’ ou de um ‘estadista’ reformista”. No fundo, continua Roman, a “sociedade socialista” que Otto descreve é apenas “uma sociedade capitalista de Estado, que só repudiou o capitalismo para transferir ao Estado o direito de dispor dos meios de produção, sem instaurar o modo de produção socialista, ou seja, sem converter os produtores em verdadeiros condutores do processo econômico”.<sup>1389</sup>

1388 Ibidem, p. 438 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1389 Ibidem, p. 441 e 442. Nas páginas anteriores do capítulo, o autor de *Gênese* esmiúça a questão dos custos de produção capitalistas e sociais trazendo o contido em *O capital*. Por entender que o objetivo principal, neste

### **Texto 3: A crítica de Joan Robinson (economista não marxista britânica) a Marx: A teoria marxiana do valor. A teoria de Marx sobre a natureza da exploração capitalista e o conceito de capital. Observações finais**

No capítulo 33<sup>1390</sup> da Parte VII – Ensaios críticos, de *Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx*, ao qual o Texto 3 corresponde, Roman Rosdolsky examina a apreciação crítica da economista Joan Violet Robinson<sup>1391</sup> ao sistema teórico de Karl Marx. Logo no início do capítulo, Rosdolsky revela o tom da crítica de Robinson ao divulgar o desprezo da economista britânica à metodologia da investigação marxiana da economia política capitalista, a qual adjetiva como “bobagens e disparates hegelianos”.<sup>1392</sup>

#### **I. A teoria marxiana do valor**

Segundo Roman Rosdolsky, a **teoria do valor** de Marx é o principal alvo da crítica de Joan Robinson. Considerada como pertencente à chamada corrente teórica “acadêmica” da economia política, oponente da teoria marxista, Roman entende que se Robinson “conseguisse derrubar esse alicerce do sistema de Marx, a teoria acadêmica não precisaria abandonar seus próprios pressupostos fundamentais. Mais do que isso, ela mesma [a teoria acadêmica, digo eu] poderia servir como ponto de partida para algumas conclusões quase socialistas”.

O autor de *Gênese* começa o tópico I pinçando duas assertivas da crítica de Robinson que pretende explorar: a) “dizer que o valor é algo [uma propriedade, digo eu] inerente à mercadoria significa considerá-lo como uma **categoria técnica** [assim como o peso e a cor, digo eu baseado em Joan Robinson]; b) dizer que o trabalho é a essência do valor significa situar nos **custos do trabalho** a ‘medida inalterável do valor’ [assim como são a medida de comprimento e de peso, digo eu com base na economista britânica]” (grifo nosso).<sup>1393</sup>

Fazendo referência à primeira assertiva, Rosdolsky aponta que no *Livro I d’O capital* se vê claramente a negação de “que o ‘elemento comum’ que determina o valor das mercadorias possa ser ‘uma propriedade natural – geométrica, física, química ou de outro tipo – das mercadorias’”. Para Karl Marx, há mesmo **algo comum** e **inerente** à mercadoria, mas este algo possui **índole social** e não material. Ocorre que na visão de Joan Robinson, segundo Roman, “o que é ‘comum’ nas mercadorias deve residir nelas; e o que está ‘nelas’ só pode ser de índole material, e não social...”. É exatamente aí que a economista britânica encontra o que considera um “erro” de Marx. Apesar de reconhecer, como defende o filósofo alemão, que o valor é realmente um fenômeno social,

---

momento, é conhecermos os argumentos da crítica de Rosdolsky à tese de Otto Bauer, e que o tema sob as vistas de Marx será acessado diretamente na fonte pela nossa “expedição”, optamos por concluir por aqui este trabalho.

1390 Título original: “A crítica de Joan Robinson a Marx”.

1391 Joan Violet Robinson (1903-1983) foi uma importante economista [pós-keynesiana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joan_Robinson) britânica. “É considerada a melhor economista que jamais ganhou o Nobel” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Joan\\_Robinson](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joan_Robinson). Consultado em 05.12.2023.

1392 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 443 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1393 Ibidem, p. 444.

Robinson entende que precisamente por isso o valor “[...] não pode ser uma propriedade ‘inerente’ às mercadorias”. Sendo “de fato, ‘inerente’ a elas [...] então precisa ser qualificado como ‘algo análogo ao peso e à cor’, ou seja, como uma propriedade natural [e não social, complementamos]”. Na concepção de Joan Robinson, de acordo com o que afirma Rosdolsky, “Marx confundiu o valor (que, evidentemente, é uma relação social) com uma categoria natural ou técnica [...]”.<sup>1394</sup>

Em referência à segunda assertiva, que também repudia, Roman mostra que no *Livro I d’O capital* está escrito que as mercadorias só possuem um caráter objetivo como valores porque são expressões de uma mesma substância: “o **trabalho humano**”, a **substância social** ou **elemento comum do valor**. Como expressão do valor (categoria de índole social), trabalho humano (substância social) não pode ser situado na esfera dos custos do trabalho (salário), como deseja a economista britânica. Portanto, não há que se falar aqui de custos do trabalho como medida comum do valor, mas sim do trabalho humano, coisas completamente distintas na teoria marxiana<sup>1395</sup>. Como vimos em fascículo anterior deste Artigo Expositivo I, o trabalho humano como expressão do valor é o **trabalho abstrato**, cuja medida é a **quantidade (expressa em tempo) de trabalho socialmente necessário** para produzir dada mercadoria.

Ainda com Roman no *Livro I*, vê-se que a objetividade do trabalho abstrato humano como valores das mercadorias (valores mercantis) é de “natureza puramente social”, ou “supranatural”. A “forma de mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho em que essa forma se apresenta não têm nada a ver com a natureza física delas, nem com relações materiais que decorram dessa natureza”, tem a ver com o valor do trabalho humano (valor da força de trabalho). Tal qual o valor de toda mercadoria, ele se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

Conforme assenta Roman Rosdolsky, embora considere o caráter social do conceito de valor, Joan Robinson entende equivocadamente que se o valor é inerente às mercadorias, então o valor precisa ser qualificado como algo “análogo ao peso e à cor”, portanto como algo de índole material, como uma propriedade natural da mercadoria. Se assim fosse, diz Roman, Marx teria confundido valor (uma relação social) com uma categoria natural ou técnica, “convertendo-se assim, ele mesmo, em vítima do ‘fetichismo da mercadoria’<sup>1396</sup> que descreveu de modo tão admirável em seu livro”.

1394 Ibidem, p. 445 (Ibidem em relação à redação dos três parágrafos seguintes).

1395 Por oportuno, sobre a distinção entre *valor do trabalho* e *custos do trabalho*, entre outros aspectos importantes para a compreensão do que estamos a tratar, recomendamos os trechos da conferência pronunciada por Marx, em 20 e 27 de junho de 1865, publicados pelo site “Vermelho” (consultado em 05.12.2023), sob o título [Karl Marx: O trabalho como medida do valor da mercadoria](#), na qual o teórico militante alemão se dedica a analisar a *substância do valor*. A intenção de Marx era apresentar o tema de maneira bastante simplificada aos trabalhadores reunidos para assistir às sessões do [Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores \(Primeira Internacional\)](#), do qual foi um líder proeminente. A referida conferência foi publicada mais tarde sob o título *Salário, preço e lucro*.

1396 Vimos no Folheto nº 4 (“Parte II – A primeira formulação da teoria de Marx sobre o dinheiro”), [item 5.1.3](#), deste Artigo Expositivo I, que “o fetichismo [da mercadoria] é uma relação social entre pessoas, mediada por coisas. O resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas. As pessoas agem como coisas e as coisas como pessoas”. Trata-se de um fenômeno social e psicológico observado por Marx no processo

Roman Rosdolsky passa agora a discorrer sobre como Karl Marx chegou à noção do trabalho humano como a substância (elemento comum) do valor das mercadorias, uma vez que, na realidade, cada trabalho específico (trabalho concreto) serve a uma finalidade diferente e é realizado por indivíduos com distintas capacidades, habilidades etc.<sup>1397</sup>

O autor de *Gênese* permanece no *Livro I* para apresentar dois elementos considerados por Marx: o primeiro, a **igualdade fisiológica dos trabalhos humanos** como **pré-condição** à relação do valor, haja vista que “gasto de cérebro, nervos, músculos, órgãos sensoriais etc. humanos” dizem respeito a funções do organismo humano, ou seja, são funções fisiológicas atuantes no processo de trabalho e comum a todo ser humano; o segundo, com status de **condição essencial**, o **gasto da energia humana** na forma do gasto de força de trabalho em geral sem considerar a forma como a energia humana foi gasta, o que corresponde ao trabalho humano social ou abstrato.<sup>1398</sup>

O primeiro elemento comum, a igualdade fisiológica, Marx o classifica como apenas pré-condição, embora necessária, pois se trata de um aspecto **supra-histórico**, válido para todos os sistemas econômicos, independentemente do momento histórico do desenvolvimento humano. Não sendo pré-condição, observa Rosdolsky, “teríamos de considerar o valor como uma categoria [também, digo eu] supra-histórica, válida para todos os sistemas econômicos [...]”. Como bem afirma Roman, “O caráter fundamentalmente histórico das categorias econômicas básicas, que Marx tanto destacava, ficaria obscurecido” e toda sua teoria do valor cairia por terra.<sup>1399</sup>

É no segundo elemento, no gasto de energia da força de trabalho em geral, que o filósofo alemão enxerga a condição essencial do trabalho humano como a substância do valor das mercadorias. No trabalho humano abstrato, Marx encontra a **medida comum** a que pode ser reduzida qualquer trabalho concreto: o **gasto simples de força de trabalho**. Além disso, e não menos fundamental, pelo contrário, o autor de *O capital* encontra neste segundo elemento a característica imprescindível de **historicidade**, isto é, de ser o trabalho humano abstrato característica de determinada etapa do desenvolvimento histórico, que confere à **categoria do valor** a configuração de **categoria histórica**. Desenvolvimento histórico este que é encontrado na **sociedade de proprietários de mercadorias** (e não outra) na qual a troca com vistas ao **lucro** constitui o **único vínculo econômico** entre os indivíduos – a **sociedade capitalista ou burguesa**.

---

econômico capitalista “onde as mercadorias aparentam ter vontade independente de seus produtores”. Um fenômeno “que faz com que objetos pareçam ter vida própria, obscurecendo as relações sociais de trabalho e dominação que possibilitam sua produção”, ou, em outras palavras, escondendo a exploração e dominação dos trabalhadores produtores das mercadorias pelos detentores dos meios de produção (capitalistas).

1397 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 446.

1398 Idem, p. 446 e 447.

1399 Ibidem, p. 446. Aliás, na página em referência, o nosso autor ucraniano observa que “localizar no conceito fisiológico do trabalho a essência da teoria marxiana do valor”, igualaria a versão de Marx com a versão de David Ricardo para a teoria do valor. Outrossim, seria possível confundir o caráter “social” com o “técnico” em relação ao valor, como disse Joan Robinson na crítica a Marx. Além disso, sob o aspecto formal, seria obrigatório buscar “uma medida mecânica [comum, digo eu] para o trabalho fisiológico, o que seria, evidentemente, uma tentativa vã”.

Por isso, nela, as mercadorias devem ser consideradas como produtos do trabalho, mas um trabalho indiferenciado, médio, e não mais um trabalho específico (trabalho concreto que traduz como a energia da força de trabalho foi gasta (o trabalho do carpinteiro, do alfaiate etc.)).<sup>1400</sup>

Extraír do trabalho a medida comum e substância do valor, assinala Rosdolsky, “não requer uma medida mecânica do gasto da força de trabalho, pois a própria sociedade, o processo espontâneo que opera ‘à revelia dos produtores’, equipara as diversas formas de trabalho no mercado e as reduz a trabalho médio ‘socialmente necessário’<sup>1401</sup>. Há mais, pondera o autor de *Gênese*, citando diretamente Marx: somente na sociedade burguesa, “a igualdade dos trabalhos humanos adota uma forma material na objetividade compartilhada dos produtos do trabalho como valor”, e somente neste caso “uma relação social entre homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.

Roman Rosdolsky reputa ao aspecto metodológico o erro de interpretação dos críticos, incluindo Joan Robinson: “Incapazes de compreender o caráter essencialmente histórico das categorias econômicas, concluem que, se existe algo chamado ‘valor’, então ele deve ser propriedade física ou natural das mercadorias”. Nesse sentido, possuem uma concepção “estritamente naturalista” das categorias econômicas.

O nosso autor ucraniano introduz outra afirmação de Joan Robinson que considera também um erro de interpretação “grosseiramente naturalista”: a “imagem de uma Marx empenhado em buscar uma ‘medida invariável do valor’”. Seria mesmo possível encontrar algo comum e invariável em coisas tão diferentes qualitativa e quantitativamente? Será que Marx teria buscado alguma medida inalterável do valor?<sup>1402</sup>

A resposta do nosso autor ucraniano remete aos *Livros I e IV de O capital*, à *Contribuição à crítica da economia política* e também aos *Grundrisse*. Nestas obras, Karl Marx enfrentou diretamente a discussão sobre o problema da “medida inalterável do valor”, como revela Rosdolsky, afirmando taxativamente que “[...] Para medir os valores das mercadorias – para obter uma medida externa dos valores – não é necessário que seja invariável o valor da mercadoria com a qual se medem as demais mercadorias. Ao contrário, [...] ele deve ser variável, porque a medida dos valores é (e deve ser) mercadoria [no caso, a mercadoria força de trabalho na forma de quantidade de trabalho socialmente necessário, e não na forma de custos de trabalho, digo eu]”. Não fosse a medida do valor uma mercadoria, “ela não teria nenhuma medida imanente em comum com as demais mercadorias”. Como exemplo Marx cita o dinheiro: “se o valor do dinheiro se modifica, ele se modifica uniformemente em relação a todas as demais mercadorias [como ocorre quando a valorização ou desvalorização do dinheiro, digo eu]. Por isso seus valores relativos se expressam corretamente nele, como se ele tivesse

1400 Ibidem, p. 447 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1401 Conforme Texto 1 deste Apêndice.

1402 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 447-449.

permanecido inalterado. Com isso elimina-se o problema de encontrar uma ‘medida inalterável dos valores’”<sup>1403</sup>

É certo que, “[...] como resultado das alterações na produtividade do trabalho real, o mesmo tempo de trabalho se materializa em um volume desigual dos mesmos valores de uso [isto é, das mesmas mercadorias, digo eu]” – o mesmo tempo de trabalho humano pode se materializar em uma mercadoria em quantidade distinta das demais da mesma espécie devido a alguma circunstância que afetou a produtividade do mesmo trabalho em um e outro processo produtivo.

Avançando na crítica de Joan Robinson, Roman Rosdolsky passa a examinar o que a economista britânica e outros críticos anunciam como uma “contradição inconciliável” entre a teoria do valor do *Livro I* e a teoria dos preços de produção do *Livro III*, ambos de *O capital*.<sup>1404</sup> Neste quesito, para efeito didático, dado o tecnicismo da crítica de Robinson, vamos direto às respostas de Rosdolsky ponto por ponto:

Ponto 1: sobre a arguição por Joan Robinson de que, para Marx, dizer que os preços relativos dos produtos do trabalho<sup>1405</sup> correspondem aos valores relativos das mercadorias<sup>1406</sup> é o mesmo que afirmar que a taxa de exploração do trabalhador (taxa de mais-valia)<sup>1407</sup> é igual em todas as indústrias. Marx jamais afirmou isso e tampouco se pode extrair de sua teoria tal conclusão, rebate Roman. Tem razão a economista britânica, diz Rosdolsky, quando menciona que na teoria do valor de Marx se trocam “quantidades iguais de trabalho (médio, socialmente necessário) por iguais quantidades de trabalho [troca-se uma mercadoria equivalente a oito horas de trabalho por outra equivalente a oito horas de trabalho, e assim por diante, digo eu]”. Entretanto, não se pode depreender disso, prossegue o autor ucraniano, que “a divisão da jornada em ‘trabalho necessário [trabalho pago, digo eu]’ e ‘mais-trabalho [trabalho não pago, digo eu novamente]’ deva ser a mesma em todas as partes” – ou seja, que a taxa de exploração do trabalho, representada pela relação entre trabalho não pago e trabalho pago, seja a mesma em todas as empresas e processos produtivos. O mesmo raciocínio se aplica para os salários, diz ele: é possível que os salários sejam uniformes em determinadas empresas, mas a duração da jornada de trabalho ou a intensidade do trabalho possam ser

1403 Idem, p. 449 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1404 Ibidem, p. 450.

1405 Na teoria marxiana *preços relativos* refletem as quantidades relativas de trabalho necessárias para produzir diferentes mercadorias. Porém, em Marx, *preço é diferente de valor*, como já estudamos ao longo deste Artigo Expositivo I. Enquanto o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, o preço da mercadoria é condicionado também pela oferta e demanda e outras variáveis como a produtividade e condições de produção. Por isso, quase sempre o valor da mercadoria não corresponde ao seu preço. Portanto, *preço relativo* expressa a proporção entre dois ou mais preços de mercadorias distintas ou não. É expresso “em termos de uma razão entre os preços de quaisquer dois bens ou a razão entre o preço de um bem e o preço de uma cesta de bens de mercado (uma média ponderada dos preços de todos os outros bens disponíveis no mercado)” (Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pre%C3%A7o\\_relativo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pre%C3%A7o_relativo). Consultado em 05.12.2023).

1406 Em Marx, *valor relativo* é a expressão do valor em relação a outra mercadoria. Expressa a proporção entre quantidades de tempo de trabalho socialmente necessário para produzir duas ou mais mercadorias distintas ou não.

1407 Sobre a *taxa de mais-valia*, e sua distinção de *massa de mais-valia*, tratamos em vários momentos deste Artigo Expositivo I, principalmente no [Folheto nº 12](#) (“Parte V – O capital produtivo. Lucro e Juros”) e no [Apêndice ao Folheto nº 12](#) (“Texto: A crítica recente à lei de Marx sobre a queda da taxa de lucro”).

diferentes (um bom exemplo é a uniformidade dos salários dos trabalhadores brasileiros por meio do salário-mínimo: o fato da grande parte da massa trabalhadora receber dois salários-mínimos não significa que todos os esses trabalhadores atuam sob uma jornada de mesma duração ou sob uma mesma intensidade de trabalho). Dito isso, o nosso autor ucraniano conclui que o fato, por si só, de os preços relativos dos produtos do trabalho corresponderem aos valores relativos das mercadorias só tem relação com a composição orgânica do capital das diferentes empresas. E ainda assim existe uma condicionante: somente se “a composição orgânica<sup>1408</sup> coincide com a composição orgânica média do capital social, esses valores corresponderão aos preços”. Mas mesmo nessa condição, ao contrário do que defende Robinson, “as taxas de exploração podem ser diferentes”, e, portanto, “o tempo de trabalho como medida do valor não depende de taxas de exploração iguais”, esclarece o autor de *Gênese*.<sup>1409</sup>

Ponto 2: sobre o entendimento de Joan Robinson, segundo Roman Rosdolsky, fazendo citação a Marx, de que, na teoria marxiana, “como a concorrência conduz à formação de uma taxa geral de lucro [ou taxa média de lucro entre os vários setores da economia, digo eu<sup>1410</sup>], as taxas de exploração (em diversas indústrias) não podem ser uniformes”. O autor ucraniano mais uma vez repudia a assertiva de Robinson, assentando que Marx afirmava exatamente o contrário: “mantidas iguais as demais circunstâncias (igual duração do trabalho, igual intensidade etc.), um mesmo número de trabalhadores, ocupados em indústrias com diferentes composições orgânicas do capital, produz as mesmas quantidades de mais-valia; por isso, deve ter lugar uma transformação dos valores em ‘preços de produção’, se há de predominar uma taxa média de lucro” – reportando-se à concorrência, mas impondo algumas ressalvas que devem ser respeitadas, em Marx, as taxas de exploração em várias indústrias podem ser uniformes, embora a concorrência conduza à formação da taxa geral de lucro ou taxa média de lucro.<sup>1411</sup>

Ponto 3: acerca do que afirma Joan Robinson, referindo-se à relação que Marx supostamente faz entre a taxa de mais-valia e a quantidade de capital por trabalhador ocupado – o que significa dizer, em conformidade com o nosso autor ucraniano, “que a taxa de exploração se modifica com a quantidade de capital por trabalhador ocupado, ou, em outras palavras, que a massa de mais-valia produzida seja função do capital constante utilizado”. Mais uma vez Rosdolsky nega que o filósofo alemão tenha feito tal afirmativa.

1408 A categoria *composição orgânica do capital* (Coc), citada no parágrafo em Nota, não foi detalhada por Rosdolsky em *Gênese*, mas apenas mencionada sua interferência no movimento de outras categorias, a exemplo da taxa geral de lucro, conforme os textos citados [Folheto nº 12](#) e [Apêndice ao Folheto nº 12](#). Grosso modo, trata-se de um conceito criado por Karl Marx em sua teoria do capitalismo que “consiste na relação entre o valor do *capital constante* [meios de produção (matéria-prima, tecnologia, maquinaria, instalações etc.), digo eu] e o [valor, digo eu novamente] do *capital variável* [trabalhadores assalariados, digo eu], cujas variações se fazem sentir na modificação da taxa de lucro” (grifo nosso). A composição orgânica do capital “resulta”, portanto, “da relação de proporcionalidade existente entre esses dois tipos de capital, expressa na fórmula  $Coc=c/v$ ”, onde  $c$ =capital constante e  $v$ =capital variável. Tal composição “será tanto mais elevada quanto maior for a parcela de capital constante em relação a parcela de capital variável” (Disponível em <https://www.controlacao.com.br/significado/composicao-organica-do-capital>. Consultado em 05.12.2023).

1409 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 451 e 452.

1410 Acerca da taxa média de lucro, veja o Capítulo 25 do [Folheto nº 12](#).

1411 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 452 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).



Apesar de Roman admitir ser correto asseverar que a predominância relativa do capital constante (meios de produção) sobre o capital variável (força de trabalho) significa um crescimento da produtividade do trabalho (“mais mercadorias, mais valores de uso, podem ser criadas”), tal constatação não quer dizer que “os trabalhadores criam necessariamente mais-valia maior em indústrias que usam quantidade maior de capital constante”<sup>1412</sup>.

Ainda na seara da teoria do valor de Marx, Roman Rosdolsky chega a mais um ataque de Joan Robinson, não à teoria em si mas “aos supostos pontos de vista de Marx sobre o problema do valor na sociedade socialista”. Na opinião da renomada economista britânica, segundo Rosdolsky, citando expressões dela própria, apesar de Marx “ter sido obrigado pelo ‘senso comum’ a admitir que a lei do valor não funciona corretamente ‘no capitalismo’, ele acreditou que ‘no socialismo a teoria do valor-trabalho conseguiria se impor’”. Em resumo: na visão de Robinson, conforme nos traz Roman, Marx “era um socialista utópico, para quem a teoria do valor-trabalho não expressava uma análise científica, mas sim um artifício para se chegar a um ‘sistema ideal de fixação de preços’, de modo a assegurar a chegada da justiça na Terra”.<sup>1413</sup>

Como acabamos de ver no Folheto nº 13 (“Parte VI – Conclusão”)<sup>1414</sup>, Karl Marx não deixou de atacar os socialistas “utópicos”, que “pretendiam mudar o mundo por meio de um ‘sistema justo’ especialmente planejado”, isto é, que pretendiam criar uma sociedade ideal. Mais do que sabido, no sentido radicalmente oposto ao que expõe Joan Robinson, Karl Marx, enfática e repetidamente, frisa Rosdolsky, “comprovou que o valor é uma categoria histórica, uma forma particular de expressão da função social do trabalho em uma sociedade de proprietários de mercadorias, e que por isso deveria desaparecer na sociedade socialista”. Justamente pelo fato de que em Marx o valor, e quase todos os conceitos econômicos, não é uma categoria natural, mas exclusivamente histórica, por isso mesmo, encerra Roman Rosdolsky, “Marx nunca sentiu-se tentado a confeccionar receitas para a ‘cozinha socialista do futuro’”. Dito isso, não precisamos dedicar mais tempo a Robinson neste quesito. O que importa para desbancar o fundamento da economista britânica está contido no referido folheto treze.

## II. A teoria de Marx sobre a natureza da exploração capitalista e o conceito de capital

O nosso autor ucraniano inicia o segundo tópico do capítulo 33, levando em conta a forte investida de Joan Robinson, e outros críticos, contra a teoria

1412 Em relação ao assunto principal do apontamento de Rosdolsky que envolve o *capital constante* e *variável*, *massa de mais-valia* e *taxa de mais-valia*, veja os [Folheto nº 07](#) (“Parte III – A seção sobre o processo de produção [do capital]”), Capítulos 13 e 14 (“Uma aproximação à categoria da mais-valia”), item *B* (“Criação e conservação do valor no processo de produção (capital variável e capital constante)”); [Folheto nº 10](#) (“Parte IV – A seção sobre o processo de circulação [do capital]”) e [Apêndice ao Folheto nº 10](#); [Folheto nº 11](#) (“Parte IV – A seção sobre o processo de circulação [do capital]”); [Folheto nº 12](#) e [Apêndice ao Folheto nº 12](#).

1413 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 453.

1414 Conforme [Capítulo 28](#) (“O limite histórico da lei do valor. Observações de Marx sobre a ordem social socialista”).



marxiana do valor, afirmando que “se abandonarmos o conceito de valor, não poderemos conservar o conceito de mais-valia. Destroem-se assim não só as bases, mas também o alicerce central do grande edifício. Todas as categorias da economia marxiana precisariam ser abandonadas ou revistas profundamente. Isso vale inclusive para o conceito aparentemente simples de ‘taxa de exploração [ou taxa de mais-valia, recordamos]’”.<sup>1415</sup>

Nesta hipótese, continua ele, só restaria de pé “a ideia geral de ‘exploração’ e de mais-trabalho, como algo distinto da mais-valia”. Apegando-se a este “resto” a economista britânica designa de uma vez por todas que “a ‘teoria primitiva do valor-trabalho’ de Marx, ela diz, revelou-se um fracasso”. Contudo, salva todo o esforço intelectual do nosso filósofo alemão dizendo que ele aplicou sua teoria do valor “para expressar certas ideias sobre a natureza do sistema capitalista, e a importância dessas ideias não depende da terminologia específica que usou para expô-las”. Que ideias são essas?, argui Rosdolsky. Citando diretamente Joan Robinson ele diz: simplesmente essas ideias consistem em que “a possibilidade da exploração depende da existência de uma diferença entre a produção total líquida e a subsistência mínima dos trabalhadores. Se, em um dia, um trabalhador não pode produzir mais do que precisa comer, não pode ser objeto de exploração. Eis uma ideia simples, que pode ser expressa em linguagem direta, sem necessidade de uma terminologia especial”. O autor de *Gênese* percebe que para Robinson “as ‘características simples e fundamentais do capitalismo’ consistem na existência do mais-trabalho”.<sup>1416</sup>

Acontece que não ocorreu à economista britânica que o mais-trabalho não foi inventado pelo capital. Esta categoria é tão antiga quanto a história da civilização, complementa Rosdolsky. Onde e quando uma parte da sociedade deteve o monopólio dos meios de produção, o trabalhador livre ou não sempre foi “obrigado a acrescentar, ao trabalho necessário para sua própria subsistência, tempo de mais-trabalho, que produz meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção [...]”. Assim se sucedeu, ensina Marx, na Grécia antiga em favor do aristocrata, no império romano para o cidadão livre, na sociedade feudal para o barão, na sociedade escravocrata estadunidense para o escravagista, no latifúndio moderno em benefício do grande proprietário de terras ou na grande indústria para o capitalista.

Se é só isso que se sabe sobre o capitalismo, espanta-se o autor ucraniano, não se sabe praticamente nada sobre ele. Karl Marx demonstra na sua teoria do valor, prossegue Roman, que em cada época histórica a respectiva forma econômica específica extraiu à sua maneira o mais-trabalho não pago ao produtor direto, sendo assim determinada a relação de dominação e servidão típica de cada processo histórico. Roman Rosdolsky aproveita o momento para reproduzir uma passagem de um texto do amigo e parceiro de Marx, Friedrich Engels, que vale replicar pela sua clareza e completude: “Portanto, o mais-trabalho, o trabalho acima do tempo necessário para o sustento do

1415 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 454 e 455.

1416 Idem, p. 455 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

próprio trabalhador e a apropriação desse mais-trabalho por parte de outros, a exploração do trabalho, é comum a todas as formas de sociedade existentes até hoje, na medida em que elas se moveram através de contradições de classe. Mas só quando o produto desse mais-trabalho assume a forma de mais-valia, quando o proprietário dos meios de produção encontra diante de si o trabalhador livre – livre de amarras sociais e livre de propriedade própria – como objeto de exploração, e o explora com o objetivo de produzir mercadorias, só então o meio de produção assume, segundo Marx, o caráter específico de capital”.<sup>1417</sup> Não há como entender a forma de exploração capitalista se não for por meio do “aparato analítico desenvolvido por Marx, ou seja, com o uso de suas categorias de ‘valor’ e ‘mais-valia’”, finaliza Roman Rosdolsky.<sup>1418</sup>

Depois dessa bela análise, só nos resta partir para outra categoria com a qual Joan Robinson dispara novamente contra Marx, porém mais uma vez sem acertar o alvo. Falamos da categoria capital. Segundo apresenta Rosdolsky, não só ela mas vários economistas “acadêmicos” consideram “o capital como um objeto, um mero meio de produção, e não como uma relação social”. Nesta perspectiva, o capital é uma “categoria natural [material, digo eu], e não sócio-histórica”. Como tratamos dessa distinção entre capital como categoria natural e capital como relação social em momento anterior<sup>1419</sup>, vamos direto ao âmago da questão levantada por Rosdolsky contra Robinson.

É verdade que para Karl Marx só o trabalho cria valor. Porém, isso não quer dizer “que ele negue toda ‘produtividade’ aos ‘fatores objetivos da produção’”. De forma alguma faz isso. Pelo contrário, reconhece que esses fatores objetivos “aumentam o rendimento da produção” e, por isso, complementa o autor ucraniano, “certamente contribuem para a produção de valores de uso [mercadorias que satisfazem determinadas necessidades, digo eu]”. Observe que Marx menciona valores de uso e não valor, que como sabemos são categorias distintas. Nessa linha, “o capital”, não só como fator de produção, como entendem os economistas acadêmicos, “também é produtivo como relação social dominante do modo de produção burguês”. Nesse ponto, Rosdolsky faz referência ao que se lê nos *Grundrisse* e no *Livro IV d'O capital*: “o grande sentido histórico do capital [‘consiste em’, intervém o pensador ucraniano] *criar esse trabalho excedente*<sup>1420</sup> [...]. *Por isso, o capital é produtivo; ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais*” (grifo do autor).<sup>1421</sup>

Entretanto, não se pode deprender disso, acrescenta o autor de *Gênese*, “que o capital acrescente algo ao valor das mercadorias e, nesse sentido, não exista diferença entre a atividade do ‘fator trabalho’ e o ‘fator capital’, como Joan Robinson parece supor”. Ora, mais uma vez o nosso autor exclama, “a diferença é enorme”: mesmo que “o capital não produza valores, produz uma forma particular de exploração que se mostrou

1417 Ibidem, p. 455 e 456. Texto extraído por Roman Rosdolsky do livro de Engels, *Anti-Dühring* (Ibidem, p. 606 Nota 48).

1418 Ibidem, p. 456 (Ibidem em relação à redação do parágrafo seguinte).

1419 Conforme [Folheto nº 02](#) (“Parte I – Introdução”), Capítulo 2 (“A estrutura da obra [O capital] de Marx”).

1420 O trabalho que cria valor, o mais-trabalho não pago.

1421 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 457 (Idem em relação à redação do parágrafo seguinte).

indispensável para desenvolver as forças produtivas em determinada época da história”. Não faz isso porque serve como meio de produção, que não é, ou porque incentive o uso da ciência na indústria, nada disso. Faz isso porque sua “verdadeira ‘produtividade’ reside em sua insaciável sede de mais-valia”.

Como derivação do entendimento dos críticos de Marx em conceber capital como meio de produção, na concepção marxiana de capital como relação social, a rigor, não faz sentido falar em diferença entre “capital” e “posse de capital”, como tem em alta estima Joan Robinson e, antes dela, os socialistas utópicos. Juntando-se aos defensores dessa distinção, reproduzimos uma frase atribuída por Rosdolsky a Bakunin<sup>1422</sup>: “Se os trabalhadores não de ser livres, devemos aniquilar o capitalismo. Isso não significa destruir o ‘capital’, mas preservá-lo”. Diante de frases como esta, Marx fixa nos *Grundrisse* um enunciado simplório, mas carregado de conteúdo, que debela essa suposta diferenciação, que bem nos oferta Roman: “O capital que existe para si é o capitalista”. Em outras palavras, ainda com Marx e os manuscritos de 1857/1858: “Os socialistas dizem que precisamos de capital, mas não de capitalistas”. O capital aparece aqui como coisa, não como relação de produção”. Há mais, diz o autor dos *Grundrisse*: “O trigo não alimenta porque é capital, mas porque é trigo. O valor de uso de lã vem de ela ser lã, e não de ser capital”, mesmo a máquina da indústria nada tem em comum com sua existência como capital, prestaria a mesma função se não fosse supostamente capital “e se, em vez de pertencer ao empresário, pertencesse aos trabalhadores”, como querem os socialistas “utópicos”.<sup>1423</sup>

O disposto no parágrafo nos remete ao o que o senso comum dissemina, quase sempre com claras intenções ideológicas, quando identifica determinada mercadoria do nosso tempo, como o celular, computador de última geração, automóvel com a mais moderna tecnologia etc. com “capital”, ou como dizem, com “capitalismo”. Nessa passada, podemos muito bem aplicar o que Marx pontuou logo acima: o valor de uso do celular, do computador, do automóvel vem, respectivamente, do primeiro ser celular, do segundo ser computador e do terceiro ser automóvel, e não de serem capital. Existirão e prestarão as mesmas funções na forma social socialista.

### III. Observações finais

Roman Rosdolsky, antes de encerrar o capítulo, esclarece que se dedicou apenas aos principais pontos da crítica de Joan Robinson. Outras partes do sistema marxiano também foram alvo de ataque: a teoria dos salários, a da queda na taxa de lucro e a teoria das crises. Pelo conteúdo dessa crítica, não vê motivos para dar atenção mais prolongada uma vez que já tinha debatido os assuntos em relação a outros críticos em outra oportunidade.

Por assim entender, destina as linhas derradeiras à orientação política do

1422 Sobre o teórico político, sociólogo, filósofo e revolucionário [anarquista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail_Bakunin) russo Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876), veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail\\_Bakunin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail_Bakunin) (consultado em 05.12.2023).

1423 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit, p. 458.

pensamento da economista britânica, discípula de John M. Keynes<sup>1424</sup>. Rosdolsky revela que Joan Robinson, “aqui e ali”, destaca o fato de que na sociedade capitalista, como regra, os trabalhadores são explorados por seus patrões, bem como ataca os “sacrossantos ‘direitos de propriedade’ dos capitalistas”. No aspecto pessoal, Rosdolsky crê que não deve tratar Joan Robinson da mesma maneira que trata os denominados “economistas políticos de tendências apologéticas [da ordem burguesa, completamos], inclusive Keynes”. Pelo contrário, considera que ela deve ser tratada “como representante de uma corrente socialista dentro da economia burguesa atual”. Este socialismo, prossegue o autor ucraniano, apoia-se “com dificuldade em muletas tomadas do patrimônio ideológico socialista pré-marxista, especialmente de Proudhon, o padrinho de todos os socialismos pequeno-burgueses”. Para Rosdolsky, Robinson não está sozinha nem sua posição traduz em casualidade. Nas conclusões de Joan Robinson estão refletidas decepções de estratos da intelectualidade burguesa, “que estão em rebeldia”, que perderam “a fé no papel progressista da classe capitalista”, que “estão impressionados [negativamente, digo eu] com as ‘práticas antissociais dos monopólios’ e com a instabilidade econômica ‘desta época confusa’”. Por isso, afirma o autor de *Gênese*, “depositam esperanças em uma economia estatizada, em um capitalismo de Estado capaz de frear o caos econômico que nos ameaça, tornando possível uma ‘redistribuição mais justa da riqueza entre os fatores da produção’ e nos oferecendo a ‘quantidade e o tipo de capital de que necessitamos’”. Daí a observada “difusão do keynesianismo como uma ideologia que reflete esses estados de ânimo”, muito embora considere que esse “keynesianismo popular” tenha pouco a ver com as doutrinas específicas de Keynes e de sua escola, e, portanto, não devem ser confundidos. Abastecida, no fundo, da fonte proudhoniana, Rosdolsky julga que “as tendências ‘socialistas’ dos escritos de Joan Robinson [...] nada oferecem de excepcional ou inexplicável”.<sup>1425</sup>

1424 Sobre o economista britânico citado, veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Maynard\\_Keynes](https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes) (consultado em 05.12.2023).

1425 Ibidem, p. 459.

## Texto 4: A economia neomarxista. Oskar Lange (economista marxista polonês): O objeto e método da economia política

O capítulo 34<sup>1426</sup> da Parte VII – Ensaios críticos, de *Gênese e estrutura de O capital* de Karl Marx, encerra os comentários do pensador e pesquisador marxista ucraniano, Roman Rosdolsky, aos primeiros manuscritos (rascunhos) da crítica marxiana da economia política capitalista, *Grundrisse* (“Elementos [Esboços] fundamentais para a crítica da economia política”), redigidos e organizados por Marx em sete cadernos, entre 1857 e 1858, reconhecidos como a primeira versão da obra fundamental e definitiva do nosso teórico e filósofo revolucionário alemão, *O capital: Crítica da economia política*.

Com o Texto 4 do Apêndice ao Folheto nº 13 também encerramos a primeira etapa da **Expedição Karl Marx** que, por analogia a uma expedição típica de escalada, repetindo o afirmado na abertura deste apêndice, corresponde à fase de preparação, mapeamento, reconhecimento e de “aclimação” que antecede o início de uma determinada rota, no caso, a “trilha” marxiana da crítica da economia política capitalista, rumo ao *O capital*, nosso marco de chegada.

O derradeiro capítulo de *Gênese* tem foco no manual do economista marxista polonês Oskar Lange<sup>1427</sup>, *Introdução à economia política* (1959). Do ponto de vista de Roman Rosdolsky, o referido manual “é a única obra da recente literatura marxista acadêmica que considera, deliberada e detalhadamente, o problema da metodologia de *O capital*”, assunto muito caro para o autor ucraniano e que norteia inteiramente o seu livro, conforme pudemos verificar ao longo do Artigo Expositivo I. A abordagem de Roman acerca do manual de Lange limita-se a dois problemas maiores, como diz: o **objeto e o método da economia política**.<sup>1428</sup>

1426 Título original: “A economia neomarxista”.

1427 Oskar Ryszard Lange (1904-1965) foi um economista marxista e diplomata polonês. Suas ideias eram opostas aos preceitos econômicos da Escola Austríaca, da qual Otto Bauer foi um dos fundadores e de cuja crítica a Karl Marx tratamos no Texto 2 deste apêndice.

1428 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 461. Na definição do advogado e economista russo [Isaak Rubin](#) (1886-1937), considerado um dos mais importantes intérpretes da teoria do valor de Marx, *Economia Política* é uma “*ciência social e histórica*” (grifo do autor) que tem como objeto analisar a “*forma social*” (grifo do autor) do processo de produção capitalista, isto é, analisar “a totalidade das relações de produção que constituem a ‘estrutura econômica’ do capitalismo”. Portanto, estuda uma formação socioeconômica determinada, especificamente, “a economia mercantil-capitalista”. A Economia Política não examina “o aspecto técnico-material” do modo capitalista de produção. Essa distinção de objeto conduz a atenção “para as *relações sociais entre as pessoas* no processo de produção, relações de produção para as quais a técnica de produção serve como suposto ou base” (grifo nosso). A Economia Política “não é uma ciência das relações *entre as coisas*, como pensavam os economistas vulgares, nem das relações *entre as pessoas e as coisas*, como afirmou a teoria da utilidade marginal, mas das relações *entre as pessoas* no processo de produção” (grifo do autor). “A Economia Política nos dá, antes de mais nada, as características desta forma social de economia [a forma social capitalista ou burguesa, digo eu] e das relações de produção que lhes são específicas” (in RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo-SP: Editora Polis. Coleção Teoria e Histórica 13, 1987, p. 13-16). De acordo com o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, no Prefácio da obra em referência, “[...] O nascimento da Economia Política, no final do século XVIII, responde, quer as modificações ocorridas no ‘impessoal subsolo da história, quer as transformações operadas na consciência dos povos. Surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias onde os homens trocavam seus produtos não para consumir, senão para trocar de novo amanhã” (Idem, p. 10). Na *Seção Preliminar - Conhecendo Karl Marx: uma introdução*, deste [Blog](#), no texto da nossa autoria, “Arrazoado e sinopse do livro *O capital*”, tratamos com mais detalhes do conceito.

Na obra de Oskar Lange, Rosdolsky encontrou três problemas metodológicos que o economista polonês propôs enfrentar. O primeiro é sobre a “**natureza das ‘leis econômicas’**”.<sup>1429</sup> Nesta seara, Roman Rosdolsky enfrenta duas questões que envolve a teoria marxista: deve-se “limitar a tarefa da teoria econômica apenas ao estudo da sociedade capitalista”, ou, ao contrário, deve-se aspirar pela criação de “uma teoria econômica de todas as formações sociais sucessivas – flertando com uma economia política ‘atemporal’ e ‘geral’”? De modo específico, o problema consiste em saber se as leis econômicas da economia política têm aplicação na ordem social socialista.<sup>1430</sup>

O autor ucraniano prossegue, posicionando-se no debate: feita a opção pelo caminho de uma teoria econômica geral, “[...] então escolheremos uma metodologia que corresponda a esta finalidade e que possa aplicar-se tanto às relações de produção do capitalismo monopolista como àquelas que têm vigência na Terra do Fogo. Neste caso, porém, a metodologia específica de *O capital*, de Marx, mostrar-se-á insuficiente. Será preciso substituí-la por considerações professorais mais ou menos úteis sobre o método da ciência da economia ‘como tal’...”. Sabemos que o filósofo alemão estudou uma sociedade específica, a sociedade mercantil-capitalista, é este o escopo da longa investigação que culminou na sua obra maior e definitiva.<sup>1431</sup>

Segundo Roman, antes e depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a teoria marxista tinha por tradição “limitar o objeto da economia política à investigação das leis de movimento da economia capitalista ou da economia mercantil [economia de mercado, digo eu]<sup>1432</sup>”. No entanto, a teoria marxista soviética da época em que Roman escreve sua obra (1947 a 1967), bem assim a acadêmica, “rechaça esse procedimento”. Oskar Lange escreveu sobre isso em 1959, afirmando, diz o autor ucraniano, que alguns economistas<sup>1433</sup>, confundindo “**espontaneidade** na operação das leis econômicas” com “**objetividade** dessas leis” (grifo nosso), chegaram “à errônea conclusão de que na ordem social socialista já não haveria lei econômicas objetivas [...], as quais deixariam de agir”. Por isso, diz Lange, para esses economistas, “na sociedade socialista, a economia política, como ciência, perde seu objeto de investigação; no fundamental, deverá ocupar-se com a investigação retrospectiva das etapas pré-socialistas da sociedade”.<sup>1434</sup>

1429 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 468.

1430 Idem, p. 467.

1431 Ibidem, p. 467 e 468.

1432 De acordo com Marcelo Carcanholo, esse caminho investigativo de seguir o movimento do capital consiste em considerar que “o capitalismo é uma totalidade dialética entre a produção e o mercado [...]”, entre a produção e a circulação de mercadorias. “O capital só consegue firmar sua finalidade se ele percorrer, necessariamente, as duas instâncias, e é, portanto, uma unidade delas [...]”. Como o mesmo capital, em um dado momento, ou está na produção ou na circulação, não podendo estar nas duas fases ao mesmo tempo, “o capitalismo é uma unidade contraditória entre produção e mercado”. Cada uma dessas fases “é o pressuposto e a finalidade da outra ao mesmo tempo” (in CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Economia política: ciência e crítica**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. 59 Edição Especial, 2021, p. 163 e 164. Disponível em [file:///C:/Users/ruied/Downloads/hpbraga,+Artigo\\_7\\_Carcanholo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ruied/Downloads/hpbraga,+Artigo_7_Carcanholo%20(1).pdf). Consultado em 06.12.2023.)

1433 Roman Rosdolsky traz em muitas linhas do capítulo os posicionamentos dos economistas marxistas que Oskar Lange cita expressamente – [Rosa de Luxemburgo](#) (1871-1919) e [Nikolai Bukharin](#) (1888-1938) –, analisando-os à luz da oposição que Lange lhes faz. Todavia, optamos por reproduzir neste texto somente a análise da tese que o economista polonês defende, propósito efetivo do autor de *Gênese*.

1434 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 461.



Para prosseguir com a análise de Rosdolsky sobre o que defende Lange, vamos, antes, procurar definir “leis econômicas” e, por conseguinte, o que seja a “espontaneidade” na operação dessas leis e o caráter de “objetividade” atribuído a elas. De acordo com o Doutor em Direito, Benjamin Alfredo, embora considere que “não se mostra pacífico discutir a expressão leis econômicas”, esta “pode pretender significar normas reguladoras do comportamento, da atuação e das relações entre os agentes econômicos no âmbito da realização da atividade econômica como pode pretender significar a enunciação de teorias, doutrinas ou regras resultantes de estudos relacionados com matérias econômicas e que têm como objetivo contribuir para que a atividade econômica se realize, com base no conhecimento científico, num dado período histórico da vida social”. Ainda conforme Benjamin, as leis econômicas “[...] São leis enunciativas e não normativas”. Demonstram, cientificamente, como ocorrem os fenômenos econômicos. São enunciações de teorias e doutrinas econômicas que, apesar de úteis sob a ótica científica, não são fonte de direito, nem de cumprimento obrigatório. “Entretanto”, em sua visão, “existem, também, leis econômicas que advém da vontade humana e que emanam de órgãos competentes para a sua produção e aplicação, e tais leis destinam-se a regular a atividade econômica e as relações que se estabelecem entre os agentes econômicos. Dadas as suas características, vinculam os seus destinatários quanto ao seu cumprimento. Importa, porém, referir que esta posição não colhe consenso [...]”.<sup>1435</sup>

Quanto ao caráter de “espontaneidade” das leis econômicas, em conformidade com o nosso autor ucraniano, Friedrich Engels interpreta o vocábulo “espontâneo” como sendo algo criado “paulatinamente, por impulso evidente”.<sup>1436</sup> No caso da operação das leis econômicas, da interpretação de Engels e do disposto nas linhas de *Gênese*, podemos deduzir que tal “espontaneidade” diz respeito ao fato de que a operação dessas leis são decorrentes de um impulso da própria atividade econômica desenvolvida em dado momento histórico, o que faz a ação dessas leis ser “automática”.<sup>1437</sup>

Já em relação à “objetividade” atribuída às leis econômicas, de acordo com vários autores, segundo Benjamin Alfredo, diz respeito ao fato dessas leis atuarem de forma autônoma e independente da vontade humana. São resultados da “atividade econômica em si” – processo econômico objetivo – e das “relações que os agentes econômicos estabelecem entre si” – processo econômico subjetivo. Contudo, o Estado pode intervir para regular a operação dessas leis, estabelecendo políticas fiscais, monetárias etc.<sup>1438</sup>

Entendemos que um bom exemplo de lei econômica que porta os atributos da “espontaneidade” de sua operacionalidade e o caráter de “objetividade” é a “lei da oferta e

1435 ALFREDO, Benjamim. **Leis econômicas: normativas ou enunciativas?** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 01, pp. 134-152. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/lei/leis-economicas. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/leis-economicas>. Consultado em 10.12.2023.

1436 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 608 Nota 2.

1437 Idem, p. 461.

1438 ALFREDO, Benjamim. Op. cit., p. 134-152. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/leis-economicas>. Consultado em 10.12.2023.

demanda”, cujo enunciado prescreve que a relação entre a oferta e demanda de mercadorias interfere em seu preço<sup>1439</sup>. De modo geral, com base em Engels (citado por Rosdolsky) e em Benjamin Alfredo, podemos afirmar que leis do tipo estão no mundo das relações econômicas por um impulso das forças de interesses diversos que atuam anarquicamente no mercado e que por isso, de forma geral, essas leis independem da vontade humana, apesar de não estarem fora do controle humano e principalmente estatal para, de alguma forma, salvaguardar e harmonizar os interesses submetidos a elas.<sup>1440</sup>

Dito isso, voltemos a Oskar Lange para tratar do problema da “natureza das leis econômicas”, na sempre companhia de Roman Rosdolsky. Considerando que os conceitos de “espontaneidade” e “objetividade” das leis econômicas não se misturam, o economista marxista polonês observa que, realmente, o caráter de “espontaneidade” da operação dessas leis foi superada na ordem social socialista. Contudo, também observa que dessa constatação não se pode deduzir que tais leis econômicas não existem mais no socialismo. Os que compreendem o contrário, diz ele, “[...] Limitam erroneamente o objeto da economia política às condições nas quais a lei do valor tem vigência [ou seja, à sociedade capitalista ou burguesa, digo eu]”. Para Lange, “a lei do valor conserva sua vigência também sob o modo de produção socialista, embora a ação dessa lei já não seja automática, mas corresponda aos objetivos colocados pela sociedade organizada”.<sup>1441</sup>

Roman Rosdolsky, ancorado em Marx e também em Engels, opõe-se veementemente à tese de Oskar Lange (inclusive, estampamos no Folheto nº 13<sup>1442</sup> a posição de Marx e Engels pela não vigência da lei do valor no socialismo). Dirigindo sua atenção para os rumos que a Revolução Russa tomou a partir da morte de Lenin (1924), com a chegada de Joseph Stalin ao poder da já instalada URSS, Roman confere que por trás da posição do economista polonês “esconde-se algo real: Lange e outros economistas do ‘bloco oriental’ sabem muito bem que a organização econômica e social da qual são intérpretes e porta-vozes não superou as ‘leis naturais’ nem a reificação dos fenômenos econômicos. Ao contrário. No interesse de sua autoconservação, ela deve usar todos os recursos para proporcionar, nos marcos de um planejamento centralizado, a mais ampla margem possível às forças do mercado. Esses economistas aspiram a uma economia estatal sujeita a disciplina estreita e especializada, a um ‘contabilidade socialista’ que, seguindo o exemplo da teoria econômica do Ocidente, aceite as categorias da mercadoria, do dinheiro e do mercado como fatos eternos da vida econômica, renunciando deliberadamente às ideias ‘utópicas’ sobre a ‘simplicidade’ e a ‘transparência’ das relações de produção socialistas, às quais deveriam tender. Se seus representantes ainda citam Marx e Engels, isso ocorre apenas com a finalidade de adequar a letra do marxismo a uma prática social que se afasta cada

1439 Quando a demanda por uma mercadoria aumenta e a oferta permanece constante, o preço da mercadoria tende a subir. Inversamente, quando a oferta aumenta e a demanda permanece estável, o preço tende a diminuir.

1440 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 608 Nota 2 e ALFREDO, Benjamin. Op. cit., p. 134-152. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/leis/leis-economicas>. Consultado em 10.12.2023.

1441 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit, p. 461.

1442 Conforme [Capítulo 28](#).



vez mais – e deve afastar-se – do espírito dessa doutrina”.<sup>1443</sup>

Indo ao encontro do que prescreve Karl Marx em *O capital (Livro I)* sobre as peculiaridades da sociedade burguesa, Rosdolsky destaca o que a caracteriza, na visão do filósofo alemão: é que “nela não tem lugar *a priori* uma regulação social consciente da produção”.<sup>1444</sup> Uma coisa é o que ocorre dentro da empresa, aí o processo produtivo é organizado, estruturado e gerenciado para maximizar a eficiência e o lucro; outra coisa é quando se olha para o mercado como um todo, ali a desorganização e anarquia da produção geralmente sobressai, pois cada empresa opera de forma independente, tomando decisões particulares sobre o que e quanto produzir e a que preço vender, decisões baseadas em informações do próprio mercado (concorrência, demanda etc.)). Neste aspecto, por ser situações contraditórias entre si, as sucessivas crises de superprodução e subconsumo, entre outras, são inevitáveis<sup>1445</sup>.

Na sociedade burguesa, aponta Roman, citando Marx, as relações de produção aparecem para os homens “sob a forma de ‘leis sociais da produção e do intercâmbio que operam automaticamente’, ou seja, independentemente da vontade dos homens”. Essas leis, prossegue ele, “permanecem desconhecidas para os próprios produtores até serem descobertas e decifradas”. Por isso “o desenvolvimento social se assemelha a um ‘processo natural’, e por isso a sociedade requer uma ciência especial, à maneira das ciências naturais. A partir dos fenômenos que aparecem na superfície da vida econômica, ela [a *ciência especial*, digo eu] deve abrir caminho para compreender a ‘lei interna’ desses fenômenos, sua ‘essência oculta’”.

Em Karl Marx, segundo Rosdolsky, é a forma coisificada (reificada) e fetichizada (mistificada) das relações burguesas de produção, “com sua aparente obediência a leis naturais”, é isso e não outra coisa, que exige “uma explicação científica e constitui a *raison d’être* [a razão de ser, digo eu] de uma ciência particular, a **economia política**” (grifo nosso). Nesse sentido, ele assevera: “todo o mistério do mundo das mercadorias, toda a magia e fantasmagoria que envolvem os produtos do trabalho baseados na produção de mercadorias se desfazem imediatamente quando caminhamos para outras formas de produção [sejam formas de produção anteriores à forma de produção capitalista ou as que visam superá-la, digo eu<sup>1446</sup>]”. Em outras palavras, de modo geral, todas as leis que se aplicam à forma social que representa esse “mundo das mercadorias” – a forma social capitalista ou burguesa – só se aplicam a ela.

O segundo problema metodológico enfrentado por Oskar Lange, segundo Roman Rosdolsky, se baseia numa descrição da “**concepção materialista da história**” (grifo nosso), que, por considerar duvidosa, o autor de *Gênese* não vê nessa descrição algo com valor metodológico a que pudesse se dedicar. De imediato passa para o terceiro problema considerado por Lange: **o homem social de certa época histórica**.

1443 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 467.

1444 Idem, p. 464 (Ibidem em relação à redação dos dois parágrafos seguintes).

1445 Das crises de *superprodução* e de *subconsumo* no sistema capitalista, tratamos no [Folheto nº 10](#).

1446 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 464 e 465.

Na acepção de Oskar Lange, ainda segundo Rosdolsky, diferentemente dos economistas burgueses, Karl Marx partiu, na sua investigação, “não só do homem social, mas também do homem social de certa época histórica”, em vez de partir do “homem ‘como tal’”. Isso já se sabe, diz Rosdolsky. O que falta neste ponto da análise do economista polonês, sinaliza o autor ucraniano, “é precisamente a ‘alma’ do método da economia política de Marx: sua **dialética**” (grifo nosso).<sup>1447</sup>

Desse ponto em diante, até chegar à observação final do capítulo, Roman Rosdolsky trabalha com a questão da aplicação da dialética ao terreno da teoria econômica, uma questão decisiva para Marx, conforme atesta, centrando a análise num cotejo entre Marx e David Ricardo, abstraindo-se de envolver Oskar Lange. Do assunto, por sua complexidade, trataremos no momento e local adequado (quando do estudo d’*O capital*, do qual Rosdolsky efetivamente se valeu para abordar a questão).

Do que realmente importa no método marxiano, a dialética, o economista polonês não tratou em seu manual, observa Roman. Mas tal comportamento não foi exclusivo de Lange. O autor ucraniano observa que, com honrosas exceções (Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo, entre outros poucos), “os teóricos marxistas não prestavam atenção ao método da obra econômica de Marx [...]”.<sup>1448</sup> Isso somente veio a ocorrer com a publicação do primeiro esboço marxiano de *O capital*, em 1939-1940, os manuscritos *Grundrisse* (de 1857/1858), “o qual”, aclama Rosdolsky, “nos introduziu, por assim dizer, no laboratório econômico de Marx e mostrou as sutilezas e os intrincados caminhos de sua metodologia. Desde então, já não é mais necessário experimentar o gosto amargo de ‘estudar toda a lógica de Hegel’ para compreender *O capital*. Pode-se conseguir o mesmo por via indireta, pelo estudo dos *Grundrisse*”.<sup>1449</sup> Aliás, conforme noticia Roman, não foi sem propósito o que Lenin escreveu em seus *Cadernos filosóficos* de 1914-1915<sup>1450</sup>: “Quem não estudou e compreendeu toda a *Lógica* de Hegel não pode compreender em sua totalidade *O capital* de Marx, especialmente o primeiro capítulo. Logo, depois de meio século, nenhum marxista compreendeu Marx!” (grifo do autor).<sup>1451</sup>

Na observação final do capítulo 34, que pode muito bem ser colocada como observação final do seu grandioso livro, Roman Rosdolsky, retoma, agora com mais contundência, a crítica que esboçou nas primeiras páginas de *Gênese e estrutura de “O capital”* acerca da “esterilidade” da teoria marxista no período stalinista e após ele. Nesse sentido, lamenta: “Mas a sociologia marxista já carrega nas costas mais de três décadas de degradação e de esterilidade sem precedentes; só parcialmente libertada da camisa-de-força [sic] do stalinismo, ainda precisa reaprender a difícil arte de pensar e falar livremente. Não surpreende, pois, que ainda esteja distante de alcançar o

1447 Idem, p. 468.

1448 Ibidem, p. 473. Na página referenciada, o autor de *Gênese* reputa essa atitude à orientação positivista dos teóricos da [Segunda Internacional](#) (1889-1916), os quais “havia perdido o contato com os pontos de partida filosóficos de Marx e Engels, ou seja, com o universo ideológico de Hegel”.

1449 Ibidem, p. 474. Sobre os *Grundrisse*, seu nascimento, descoberta e publicação, reveja o [Folheto nº 01](#).

1450 Portanto muito antes da descoberta em 1923 dos manuscritos de 1857/1858 e da sua publicação em 1939/40.

1451 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 473.

nível relativamente alto da década de 1920”.<sup>1452</sup>

Rosdolsky diz mais: “A degradação da teoria marxista nas últimas décadas não foi casual, não foi um capricho da história [...]”. Voltando-se para Oskar Lange, ele afirma: “Foi um fenômeno que acompanhou profundas transformações da estrutura social e que, em linguagem prudente, Lange identifica com o predomínio ‘de interesses conservadores de determinados estratos ou grupos sociais, cuja posição resulta do lugar que ocupam na superestrutura’”. Como metaforiza Rosdolsky: “Ele [Lange, digo eu] golpeia a sela, quando deveria golpear a montaria: fala de ‘superestrutura’ para referir-se à burocracia do Estado e do partido”, fala de “interesses conservadores”, mas não fala da “onipotência do ‘maior de todos os fetiches’”, o “Estado”. Fala de “interesses conservadores” mas não denuncia que estes atuam em todos os campos, não só na economia, mas também “no âmbito da ciência, da cultura, da arte, da moral social etc.”. Na verdade, são interesses que desejam “usufruir de todo tipo de ‘valores eternos’ na vida, no pensamento e nos sentimentos. Surge daí, também, a tendência a absolutizar e transformar em algo a-histórico a antiga herança marxista na filosofia, na ética, na sociologia (teoria do Estado), na economia etc.”. Ocorre que “os ‘valores eternos’, porém, não podem ser facilmente conciliados com a dialética crítica e revolucionária de Marx”, observa Roman Rosdolsky.<sup>1453</sup>

Finalizando, o nosso pensador marxista ucraniano recomenda: “Importa reconhecer claramente essa relação e opor-se à pressão dos ‘interesses conservadores’ em todos os terrenos, inclusive o da teoria social. Só assim será possível superar a sociologia e a economia ‘neomarxistas’, ou melhor, marxistas vulgares”.<sup>1454</sup>

1452 Idem, p. 474.

1453 Ibidem, p. 474 e 475.

1454 Ibidem, p. 475.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IA DE CIÊNCIAS DA URSS – Instituto de Economia. **Manual de Economia Política**. Capítulo II - Modos de produção pré-capitalistas. Nascimento da Formação Capitalista nas Entradas do Regime Feudal. O Papel do Capital Comercial. Rio de Janeiro-RJ: Editorial Vitória Ltda, 1961. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/02.htm#i12c2>.
- ACOSTA, Emerson Trindade e RUPPENTHAL, Melani. **Uberização do trabalho**. Porto Alegre- RS: Jornal da Universidade (UFRGS), Edição 225, 2019. Disponível em <https://www.ufrgs.br/jornal/uberizacao-do-trabalho/>.
- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **Darimon, bancos e crédito: Notas sobre os Grundrisse e a transição para o socialismo**. Belo Horizonte-MG: Texto para discussão nº 353. Cedeplar/UFMG. 2009. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20353.pdf>.
- ALFREDO, Benjamim. **Leis econômicas: normativas ou enunciativas?** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 01, pp. 134-152. Novembro de 2022. ISSN: 2448-0959, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/lei/leis-economicas. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/leis-economicas>.
- ALVES, Álvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010. Disponível em <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/422/400>.
- ALVES, Giovanni. **A condição de proletariado na modernidade salarial – Por uma analítica existencial do proletariado**. São Paulo-SP: Revista Pegada – vol. 9 n.2 1, 2008. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1672>.
- ANTUNES, Jadir. **A dialética do valor em O capital de Karl Marx**. Disponível em <https://www.fevistaseletronicas.pucrs.br/fojs/index.php/fintuitio/farticle/download/2F9664%2F8478%2F&usg=AOvVaw051UXferYxYQBfqZb->
- ANTUNES, Ricardo. **200 anos de Engels – A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária**(vídeo). TV Boitempo Editora – Rio de Janeiro (RJ), 2020. Disponível em <https://youtu.be/YyjBHqnxRM0>.
- ARCARY, Valério. **Seria o marxismo um cientificismo economicista? Anotações sobre a hipótese da inversão das causalidades**. Edição v. 8, nº1, 2004. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38029>.
- ARRUDA, Marcos. **Nota sobre a polêmica em torno da democracia e da ditadura do proletariado**. Disponível em <https://www.tni.org/es/art%C3%ADculo/nota-sobre-a-polemica-em-torno-da-democracia-e-da-ditadura-do-proletariado>.
- AUGUSTO, André Guimarães. **Marx e as “robinsonadas” da Economia Política**. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/neco/v26n1/1980-5381-neco-26-01-00301.pdf.a>
- BAKALARCZYK, Charles. **Existo, logo penso! (ou se Marx foi um filósofo)**. Disponível em <https://charlesbaka.blog/2020/04/16/existo-logo-penso-ou-se-marx-foi-um-filosofo/>.
- BARROS, Cesar Mangolin de. **O conceito de modo de produção**. Disponível em [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934137/mod\\_resource/content/1/elementos%20b%C3%A1sicos0\\_MODO\\_DE\\_PRODU%C3%87%C3%83O.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934137/mod_resource/content/1/elementos%20b%C3%A1sicos0_MODO_DE_PRODU%C3%87%C3%83O.pdf).
- BARSOTTI, Paulo. **Dossiê artigos do jornalista Karl Marx sobre a crise de 1857-1858**. Disponível em <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/10-barsotti.pdf>.
- BATISTA, Paulo Cabaça. **O Socialismo de Pierre-Joseph Proudhon e a sua influência em Oliveira Martins e Antero de Quental**. Disponível em <https://cabacabaptista.blogspot.com/2012/12/o-socialismo-de-pierre-joseph-proudhon.html>.
- BEER, Marx. **História do Socialismo e das Lutas Sociais Quarta Parte: As Lutas Sociais na Época Contemporânea. Capítulo X – A segunda Internacional (1889-1914)**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/beer/ano/historia/p4cap10.htm>.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **A escassez na abundância capitalista** (videopalestra). Campinas-SP: Instituto de Economia da Unicamp. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/embed/7JKKYYhCxt8?start=191>.

BENOIT, Hector. **Resenha de "Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx"**. Revista Outubro nº 07. Disponível em <http://longoestudo.blogspot.com/2012/09/resenha-de-genese-e-estrutura-de-o.html>.

BEZERRA, Juliana. **Marxismo**. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/marxismo/>.

\_\_\_\_\_. **Fases do Capitalismo**. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/fases-do-capitalismo/>.

BHARADWAJ, K. (1990). **Economia vulgar**. In: Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (orgs) *Marxian Economics*. O Novo Palgrave. Palgrave Macmillan, Londres. Disponível em [https://doi.org/10.1007/978-1-349-20572-1\\_59](https://doi.org/10.1007/978-1-349-20572-1_59).

BIANCHI, Álvaro. **Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio "Trent'Anni Doppo"**. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a04n70.pdf>.

BUONICORE, Augusto César. **Assalariados urbanos: proletariado ou nova classe média?** São Paulo-SP: Revista Princípio, Edição 54, 2002. Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/64/cat/1273/assalariados-urbanos-proletariado-ou-nova-classe-m&eacutedia-.html>.

CABRAL, João Francisco P. **Sobre o Estado - Filosofia do Direito de Hegel**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/sobre-estado-filosofia-direito-hegel.htm>.

CANAL TV BOITEMPO. **Uma biografia marxista de Marx** (entrevista com o professor marxista José Paulo Netto). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZreLdC4hkLI>.

CANON, Ramsin. **O que significa ser marxista hoje?** Revista Jacobin Brasil, 2019. Disponível em <https://jacobin.com.br/2019/10/o-que-significa-ser-marxista-hoje/>.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx**. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view%20File/11757/8478>.

\_\_\_\_\_. **Economia política: ciência e crítica**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. 59 Edição Especial, 2021. Disponível em [file:///C:/Users/ruied/Downloads/hpbraga,+Artigo\\_7\\_Carcanholo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ruied/Downloads/hpbraga,+Artigo_7_Carcanholo%20(1).pdf).

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Sobre Gênese e estrutura de "O capital" de Karl Marx, de Roman Rosdolsky**. Disponível em <https://pt.calameo.com/read/00014074925811e4f526d>.

CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria central da dialética marxista**. Revista Outubro, nº 15, 2007, disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-15-Artigo-06.pdf>.

CASTRO, Ramon Peña de. **Trabalho abstrato e trabalho concreto**. Disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/traabstracon.html>.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. **David Riazanov e a Edição das Obras de Marx e Engels**. Disponível em [http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p199\\_215.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p199_215.pdf).

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. **Resenha da obra de Karl Marx "A burguesia e a contrarrevolução"**. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3373/337349577010.pdf>.

CIPOLLA, Francisco Paulo. **A evolução da teoria da crise de superprodução na obra econômica de Marx**. Campinas-SP: Revista Crítica Marxista, nº 37, 2013, p. 75. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf).

COGGIOLA, Osvaldo. **Engels, O Segundo Violino**. São Paulo-SP: Editora Xamã, 1995.

\_\_\_\_\_. **Vida e polêmicas de Rosa Luxemburgo – um roteiro**. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/vida-e-polemicas-de-rosa-luxemburgo-um-roteiro/>.

COHEN, Gerald A. **Forças produtivas e relações de produção**. Campinas-SP: Crítica Marxista, Unicamp, 2010, p.65. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie46Dossie2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie46Dossie2.pdf).

COTRIM, Vera Aguiar. **Trabalho, conhecimento, valor: Marx frente a uma contradição atual**. São Paulo-SP: Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de

História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História. 2015. Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122015-144226/publico/2015\\_VeraAguiarCotrim\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03122015-144226/publico/2015_VeraAguiarCotrim_VCorr.pdf).

\_\_\_\_\_. **Trabalho produtivo em Karl Marx: novas e velhas questões**. São Paulo-SP: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em <https://1library.org/article/trabalho-simples-trabalho-complexo-trabalho-imaterial-e-complexifica%C3%A7%C3%A3o.yeve0v1z>.

CURADO, Adriano. **Capitalismo Industrial – o que é, história, conceitos básicos e características**. Disponível em <https://conhecimentocientifico.r7.com/capitalismo-industrial/>.

DA SILVA, Jefferson Luiz Schafranski. **O conceito de alienação em Ludwig Feuerbach**. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000220150>.

\_\_\_\_\_. e FELDHAUS, Charles. **O conceito de essência humana a partir da concepção antropológica de Ludwig Feuerbach**. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/330209317\\_O\\_CONCEITO\\_DE\\_ESSENCIA\\_HUMANA\\_A\\_PARRTIR\\_DA\\_CONCEPCAO\\_ANTROPOLOGICA\\_DE\\_LUDWIG\\_FEUERBACH](https://www.researchgate.net/publication/330209317_O_CONCEITO_DE_ESSENCIA_HUMANA_A_PARRTIR_DA_CONCEPCAO_ANTROPOLOGICA_DE_LUDWIG_FEUERBACH).

DENVIR, Daniel. **Por que O Capital de Marx ainda importa** (entrevista com David Harvey). Disponível em <https://movimentorevista.com.br/2018/11/por-que-o-capital-de-marx-ainda-importa/>.

DIEHL, Diego. **Marx além de Hegel – Uma interpretação a partir da Filosofia da Libertação**. Rio de Janeiro – RJ: Rev. Direito Práx., vol.9 no.3, 2018. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000301812&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000301812&script=sci_abstract&tlng=pt).

DONÁRIO, Arlindo Alegre, e SANTOS, Ricardo Borges dos. **A Teoria de Karl Marx**. Universidade Autónoma de Lisboa. CARS – Centro de Análise Económica de Regulação social. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wxy7wUNt5F0J:https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf+&cd=24&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>.

DOWBOR, Ladislau. **O que é capital**. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0B8FTIPd5X-jmOGNhMjhmMmYtMDBhNS00ODNiLTk3MGEtZmE0Y2Y5YWEwNTY1/view?hl=pt\\_PT](https://drive.google.com/file/d/0B8FTIPd5X-jmOGNhMjhmMmYtMDBhNS00ODNiLTk3MGEtZmE0Y2Y5YWEwNTY1/view?hl=pt_PT).

DUAYER, Mário. **Grundrisse| Aula 6| III Curso Livre Marx-Engels**. Videoaula. TV Boitempo Editorial, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e Centro de Pesquisas 28 de Agosto. São Paulo-SP. 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jmrnEoaq70>.

\_\_\_\_\_. **Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho**. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/3880/2723>.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2012, p. 67. Disponível em [https://enriquedussel.com/txt/Textos\\_Libros/37.A\\_Producao\\_Teorica\\_Marx.pdf](https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/37.A_Producao_Teorica_Marx.pdf).

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring. Parte II - Economia Política Capítulo VII - Capital e Mais-Valia**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/cap21.htm>.

\_\_\_\_\_. **Carta para Joseph Bloch**. Disponível em [http://www.scientific-socialism.de/Fundamentos\\_Cartas\\_Marx\\_Engels210990.htm#ftnref2](http://www.scientific-socialism.de/Fundamentos_Cartas_Marx_Engels210990.htm#ftnref2).

\_\_\_\_\_. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap03.htm>.

FIORI, José Luís. **O capitalismo americano**. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-capitalismo-americano/26661>.

FONTES, Virgínia; COUTINHO, Carlos Nelson e NETTO, José Paulo. **Introdução à leitura dos Grundrisse** (videopalestra). Rio de Janeiro-RJ: Editora UERJ, 2011. Disponível em <https://youtu.be/Xhds6tHvb08?t=2056>.

\_\_\_\_\_. **200 anos de Engels – A criação do Marxismo** (vídeo).TV Boitempo Editora Rio de Janeiro (RJ), 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ELW99uIWxvo>.

FRAZÃO, Diva. **Karl Marx, filósofo e revolucionário**. Disponível em [https://www.ebiografia.com/karl\\_marx/](https://www.ebiografia.com/karl_marx/).



GENNARI, Adilson Marques. **Duas teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus**. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/duas-teorias-da-populacao-no-pensamento-classico-karl-marx.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/duas-teorias-da-populacao-no-pensamento-classico-karl-marx.pdf).

GEORGE, Ricardo. **Estado e Sociedade Civil em Hegel**. Disponível em <https://pt.slideshare.net/ricardogeo11/estado-e-sociedade-civil-em-hegel>.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **A Gênese da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista**. Disponível em [https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo\\_1\\_250\\_3.pdf](https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_250_3.pdf).

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo**. Disponível em <https://www.eumed.net/libros-gratis/2008a/372/CIRCULACAO%20DE%20CAPITAL.htm>.

GRESPLAN Jorge. **Existe o Livro IV do Capital de Marx? | Jorge Gresplan Explica**. Vídeo. Série: Marx e a crítica do modo de representação capitalista. TV Boitempo. 2020. Disponível em [https://youtu.be/s6wLl\\_10QVc](https://youtu.be/s6wLl_10QVc).

GRESPLAN, Jorge e DUAYER, Mário. **Grundrisse, de Marx**. Videoaula. TV Boitempo Editorial e parceiros. São Paulo-SP, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LlcqIOmcs&t=6s>.

HAMRAOUI, Eric. **Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais**. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172014000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000100006).

HARVEY, David. **Para entender O capital, Livro I**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **Para entender O capital, Livro II e III**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2014.

HEINRICH, Michael. **Capital em geral e a estrutura de O Capital de Marx: novos insights a partir dos Manuscritos Econômicos de 1861-1863**. Site LavraPalavra, 2020. Disponível em [%20de%20Roman%20Rosdolsky%2C%20G%C3%AAAnese%20e%20Estrutura.teve%20in%C3%ADcio%20com%20a%20ascens%C3%A3o%20do%20movimento%20estudantil](https://www.lavrapalavra.net/2020/01/18/verdades-e-mitos-sobre-o-filme-o-jovem-karl-marx-de-raoul-peck/).

\_\_\_\_\_. **Crítica ao filme "O Jovem Karl Marx"**. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2018/01/18/verdades-e-mitos-sobre-o-filme-o-jovem-karl-marx-de-raoul-peck/>.

HORTA, Fernando. **VII – O internacionalismo**. Disponível em <https://www.sul21.com.br/revolucao-russa-100-anos/2017/04/vii-o-internacionalismo/>.

HUNT, Tristram. **Comunista de Casaca: a vida revolucionária de F. Engels**. Rio de Janeiro- RJ: Editora Record, 2010.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. **A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx. Capítulo 1. A Concepção Dialética e Metafísica do Concreto**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/01.htm>.

JAPPE, Anselm. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx (comentário sobre o livro de Roman Rosdolsky)**. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/genese-e-estrutura-de-o-capital-de-karl-marx/>.

JOFFILY, Bernardo. **O socialismo é inevitável (!?!)**. São Paulo: Revista Princípio. Ed. Nº 51, 1998. Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/51/cat/1491/o-socialismo-%C3%A9-inevit&aacute;vel-!-.html>.

LAPIDUS, I. e OSTROVITIANOV, K. V. **Conceitos Fundamentais de O Capital. Manual de Economia Política**. Moscou: 1929. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lapidus/1929/manual/index.htm>.

LARA, Fernando Maccari. **Mercadoria e forma do valor: notas sobre o dinheiro em Marx**. Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 270-289, 2001. Disponível em <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/2010/2391>.

LIMA, Marcos Costa. **A Crise Financeira de Setembro de 2008 é também uma crise de Paradigma**. Disponível em [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311552140.MC\\_LIMA1.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311552140.MC_LIMA1.pdf).

MACHADO, Gustavo. **Marx e a impossibilidade de reformar a sociedade capitalista**. Disponível em <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/marx-e-a-impossibilidade-de-reformar-a-sociedade-capitalista/>.

\_\_\_\_\_. **Rosdolsky: Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx.** (vídeo). Série Sugerindo Livros. Canal Orientação Marxista. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QGvNePeLIYQ>.

\_\_\_\_\_. **Sobre a possibilidade de uma revolução russa nos escritos de Marx.** Revista Verinotio, v. 23 n. 1, 2017. Disponível em <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/313/301>.

MARIMBONDO, Santiago. **“O capital em geral” e os “múltiplos capitais” / Debate com Michael Heinrich a partir de Roman Rosdolsky.** Site Quilombo Spartacus, 2020. Disponível em <https://quilombospartacus.wordpress.com/2019/09/01/o-capital-em-geral-e-os-multiplos-capitais-debate-com-michael-heinrich-a-partir-de-roman-rosdolsky-2/>.

MARX, Karl Heinrich. **As lutas de classes na França.** Disponível em <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/as-lutas-de-classes-na-franca.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Contribuição crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/critica/introducao.htm>.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse.** Rio de Janeiro-RJ: Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo-SP: Editora Martin Claret, Coleção A Obra Prima de Cada Autor, 2000.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. Edição, 2017.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política. Livro II – O processo de circulação do capital.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política. Livro IV. Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico.** Rio de Janeiro-RJ: Editora Bertrand Brasil S/A, 2ª. Edição, Volume I, 1987.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política.** São Paulo-SP: Abril Cultural, Os Economistas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Reflexões de um jovem sobre a escolha de uma profissão.** Disponível em <https://www.docdroid.net/WSkQhrZ/reflexoes-de-um-jovem-sobre-a-escolha-de-uma-profissao-pdf>.

\_\_\_\_\_. **Teses sobre Feuerbach.** HTML por Jorn Andersen para Marxists' Internet Archive, 25.7.00. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>.

MAYER, Gustav. **Friedrich Engels: Uma biografia.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2020.

MEHRING, Franz. **Karl Marx. A História de Sua Vida.** São Paulo-SP. Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MIGLIOLI, Jorge. **Dominação burguesa nas sociedades modernas.** Crítica Marxista. Campinas-SP. Unicamp. 2010. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo205Artigo1.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo205Artigo1.pdf).

MIRANDA, Marloren Lopes. **Filosofia, Saber Absoluto e Ciência: da Fenomenologia do Espírito à Ciência da Lógica.** Disponível em <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/546/490>.

MOURA, Alessandro de. **A ruptura de Marx com Hegel: Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/A-ruptura-de-Marx-com-Hegel-Critica-da-filosofia-do-direito-de-Hegel>.

MUSTO, Marcello. **O Encontro de Marx com a Economia Política.** Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Encontro-de-Marx-com-a-Economia-Politica/4/40043>.

NASCIMENTO, Adriano. **Bobbio e a teoria marxista do Estado.** Disponível em <http://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/1929>.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** Capítulo 3 – Produção de mercadorias e modo de produção. Itens 3.1.-3.2.-3.5. São Paulo-SP: Cortez Editora, Volume 1, 2021. Disponível em <https://zoboko.com/text/y530je2v/economia-politica-uma-introducao-critica/1>.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** Disponível em <https://www.pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.html>.



\_\_\_\_\_. **Introdução ao método de Marx (primeira parte)**. Videoaula. Pós-graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&t=7s>.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao método de Marx (segunda parte)**. Videoaula. Pós-graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Dl3Yocu-1oI>.

\_\_\_\_\_. **Karl Marx. Uma biografia**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, E-Book, 2020. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=22gHEAAAQBAJ&pg=PT428&dq=b%C3%B4nus-hora+de+darimon&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi13fXEuKTvAhWOILkGHcxnAcoQuwUwAXoECAIQBw#v=onepage&q=b%C3%B4nus-hora%20de%20darimon&f=false>.

\_\_\_\_\_. **Marx: dialética para principiantes**. Dia M 2022. Canal TV Boitempo Editorial, 2022. Disponível em <https://youtu.be/ywZQnMnGejk>.

\_\_\_\_\_. **200 anos de Engels –A relevância e atualidade do pensamento de Engels** (vídeo). TV Boitempo Editora – Rio de Janeiro (RJ), 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=joSyGnijlHg>.

OLIVEIRA, Pedro de. **Karl Marx e seus artigos para o New York Daily Tribune**. Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/152/internacional/3259/karl-marx-e-seus-artigos-para-o-new-york-daily-tribune.html>.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Ribamar dos Santos. **O conflito: Marx e o materialismo contemplativo**. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4695/3829>.

PAULANI, Leda Maria. **O dinheiro e o capital portador de juros em Marx**. Videoaula. Canal Coletivo Arroz Feijão e Economia. Disponível em [https://youtu.be/kx0\\_JwZs5gs](https://youtu.be/kx0_JwZs5gs).

\_\_\_\_\_. **Teoria do Valor. Curso O capital de Marx. Curso Livre Marx e Engels**. Videoaula 2. TV Boitempo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T9x0gFHuON4&t=1221s>.

PECK, Raoul. **O jovem Karl Marx** (filme). Disponível em <https://youtu.be/IX2TDt7kiCM>.

PEIXOTO, Joana. **Artigo Tecnologias e relações pedagógicas: a questão da mediação**. Cuiabá-MT: Revista Educação Pública, v. 25, nr. 591/1, 2016. Disponível em [https://node1.123dok.com/dt05pdf/123dok\\_br/original/2020/12\\_28/wrveci1609151344.pdf?X-Amz-Content-Sha256=UNSIGNED-PAYLOAD&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=7PKKQ3DUV8RG19BL%2F20230522%2F%2Fs3%2Faws4\\_request&X-Amz-Date=20230522T222422Z&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Expires=600&X-Amz-Signature=0a66dff2c4bf1f045789b0878d33e7043729bae67591e46b3a6a4b29ee3dfffa3](https://node1.123dok.com/dt05pdf/123dok_br/original/2020/12_28/wrveci1609151344.pdf?X-Amz-Content-Sha256=UNSIGNED-PAYLOAD&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=7PKKQ3DUV8RG19BL%2F20230522%2F%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20230522T222422Z&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Expires=600&X-Amz-Signature=0a66dff2c4bf1f045789b0878d33e7043729bae67591e46b3a6a4b29ee3dfffa3).

PESSOA, Gisele. **Conceito de pessoa: na trajetória filosófica e jurídica** (Artigo). Disponível em <https://jus.com.br/artigos/47003/conceito-de-pessoa-na-trajetoria-filosofia-e-juridica>.

PETERSON, John. **Zinoviev e a degeneração stalinista da Comintern**. Disponível em <https://www.marxismo.org.br/zinoviev-e-a-degeneracao-stalinista-da-comintern/>.

PETO, Lucas Carvalho e VERÍSSIMO, Danilo Saretta. **Natureza e processo de trabalho em Marx**. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822018000100248#:~:text=Logo%2C%20pode%2Dse%20afirmar%20que,se%20incorporou%20a%20seu%20objeto](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100248#:~:text=Logo%2C%20pode%2Dse%20afirmar%20que,se%20incorporou%20a%20seu%20objeto).

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. UNESP, v. 1, n. 1, 1997. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/30353>.

PIRES, Rogério Brittes W.. **Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões**. Revista de Antropologia. São Paulo-SP, 2014, v. 57, nº 01. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/87763/90692/0>.

POCHMANN, Márcio. **As crises do capitalismo**. Introdução a David Harvey – Aula #2. TV Boitempo Editorial, 2021. Disponível em <https://youtu.be/EzsytOBnIrk>.

QUINTEIRO, Thiago. **A consciência em Hegel, a pós-modernidade e a esquerda alienante**. Disponível em <https://www.pocosja.com.br/2019/07/19/a-consciencia-em-hegel-a-pos-modernidade-e-a-esquerda-alienante/>.

RAMOS, Ary. **O Estado está se transformando em orientador da precarização do trabalho**. Entrevista com Ludmilla Costhek Abílio. Disponível em

<https://www.aryramos.pro.br/o-estado-esta-se-transformando-em-orientador-da-precarizacao-do-trabalho-entrevista-com-ludmilla-costhek-abilio/>.

REDYSON, Deyve. **Ludwig Feuerbach e o Jovem Marx: A Religião e o Materialismo Antropológico Dialético**. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/18979>. Fortaleza-CE: Argumentos. Revista de Filosofia, 2011.

RIEDEL, Manfred. **Dialética nas instituições. Sobre a estrutura histórica e sistemática da filosofia do direito de Hegel** (tradução de Selvino José Assmann). Disponível em [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Artigos/dialetica\\_hegel.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/dialetica_hegel.pdf).

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora. 2001.

ROSSI, Rafael. **Teses ad Feuerbach e a educação**. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732019000200085](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732019000200085).

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo-SP: Editora Polis. Coleção Teoria e Histórica 13, 1987.

RUTKOSKI, Márcio Moraes. **O Papel das Crises para a Teoria de Marx sobre a Derrocada do Capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Economia). Florianópolis-SC: Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2004, Capítulo 4, item 4.1 (Disponível em <https://1library.org/document/yrov09jy-papel-crieses-para-teoria-marx-sobre-derrocada-capitalismo.html>).

SAES, Flávio Azevedo Marques e SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral**. Item 3.3. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 2013.

SANTIAGO, Emerson. **O Capital**. Disponível em <https://www.infoescola.com/livros/o-capital/>.

\_\_\_\_\_. **Socialismo Científico**. Disponível em <https://www.infoescola.com/politica/socialismo-cientifico/>.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. **Marx, Proudhon e Darimon: diálogos sobre o dinheiro**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, Revista Crítica Marxista, 2001. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/03rober.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03rober.pdf).

SARTORI, Vitor Bartoletti. **De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta**. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2014000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200014).

SECCO, Lincoln. **Quem tem medo de Karl Marx?** Revista Jacobin Brasil, 2019. Disponível em <https://jacobin.com.br/2019/11/quem-tem-medo-de-karl-marx/>.

SEGAL, L. **O Desenvolvimento Econômico da Sociedade**. Introdução ao Estudo do Marxismo. Rio de Janeiro-RJ: Editora Calvino Ltda. 1945. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/04.htm>.

SILVA, Giliad de Souza. **O que são os esquemas de reprodução de Karl Marx**. Uberlândia-MG: Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia, Economia e Ensaios, número 37, 2022, p. 55 (Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/358279817\\_O\\_que\\_sao\\_os\\_esquemas\\_de\\_reproducao\\_de\\_Karl\\_Marx\\_What\\_are\\_the\\_reproduction\\_schemes\\_of\\_Karl\\_Marx](https://www.researchgate.net/publication/358279817_O_que_sao_os_esquemas_de_reproducao_de_Karl_Marx_What_are_the_reproduction_schemes_of_Karl_Marx)).

SIQUEIRA, Juliano. **Ludwig Feuerbach e o materialismo antropológico (ou o crepúsculo da antropologia filosofia)**. Rio de Janeiro-RJ: Jornal Inverta, Edição 492, 2017. Disponível em <https://inverta.org/jornal/@@search?SearchableText=Ludwig+Feuerbach+e+o+materialismo+a+antropol%C3%B3gico>).

SITE ALGO SOBRE. **Materialismo**. Disponível em <https://www.algosobre.com.br/sociofilosofia/materialismo.html>.

SITE BING. **Devir**. Disponível em <q=devir&cvid=20d4ac9bda814c08968e70a030a5422b&aqs=edge.0.018j69i60.1510j0j1&pgl=515&FORM=ANNTA1&PC=LCTS&ntref=1>.

SITE BLOG PURA ECONOMIA. **Joan Robinson (1903-1983)**. Disponível em <https://puraeconomia.blogspot.com/2005/03/joan-robinson-1903-1983.html>.

- SITE BRASIL ESCOLA. **Trabalho escravo contemporâneo**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/escravidao-nos-dias-de-hoje.htm>.
- SITE CONCEITO DE. **Laboriosidade**. Disponível em <https://conceito.de/laboriosidade#:~:text=A%20laboriosidade%20costuma%20ser%20considerada%20como%20um%20valor,detalhes%20e%20tentando%20consequir%20o%20melhor%20resultado%20poss%C3%Adve>.
- SITE CONCEITOS. **Apropriação**. Disponível em <https://conceitos.com/apropriacao/>.
- SITE CONTROLACAO. **Significados. Composição orgânica do capital**. Disponível em <https://www.controlacao.com.br/significado/composicao-organica-do-capital>.
- SITE DICIONÁRIO DE FILOSOFIA. **Alienação**. Disponível em <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefiosofia/aliena%C3%A7%C3%A3o>.
- \_\_\_\_\_. **Matéria**. Disponível em <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefiosofia/mat%C3%A9ria>.
- \_\_\_\_\_. **Substância**. Disponível em <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefiosofia/subst%C3%A2ncia>.
- SITE DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **Capital**. Disponível em <https://www.dicionarioetimologico.com.br/capital/>.
- SITE DICIONÁRIO LIVRE. **Capitalismo. Etimologia**. Disponível em <https://pt.wiktionary.org/wiki/capitalismo#Etimologia>.
- SITE DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS. Disponível em <https://www.dicio.com.br/reduzir/>.
- SITE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Guilhotina#97 – José Paulo Netto** (áudio – podcast de entrevista com o professor José Paulo Netto). Disponível em <https://diplomatique.org.br/guilhotina-97-jose-paulo-netto/>.
- SITE DM. JORNAL. **Marx e Freud o encontro possível**. Disponível em <https://www.dm.jor.br/entretenimento/2018/06/marx-e-freud-o-encontro-possivel/>.
- SITE EDISCIPLINAS USP. **O capital – Crítica da Economia Política. Capítulo 4. Transformação do dinheiro em capital**. Aula 21. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2249205/mod\\_resource/content/1/aula-21-marx-o-capital.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2249205/mod_resource/content/1/aula-21-marx-o-capital.pdf).
- SITE ESCOLA do PC do B. **Fichamento de “Introdução (à crítica da economia política)”**. Disponível em [http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina\\_inicial/Cadernos\\_Formacao/11\\_CF\\_IntrodCrit\\_FICHA.pdf](http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Cadernos_Formacao/11_CF_IntrodCrit_FICHA.pdf).
- SITE FC UNESP. **Axiomático**. Disponível em <http://www.fc.unesp.br/~mauri/Geo/axiomatico.pdf>.
- SITE FILOSOFIA. **História**. Disponível em [http://www.filosofia.com.br/historia\\_show.php?id=108](http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=108).
- SITE GAZ.WIKI. **Teorizando o valor dos produtos de trabalho**. Disponível em [https://gaz.wiki/wiki/pt/Law\\_of\\_value](https://gaz.wiki/wiki/pt/Law_of_value).
- SITE INFOPEDIA. **Consciência**. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$consciencia-filosofia](https://www.infopedia.pt/$consciencia-filosofia).
- \_\_\_\_\_. **Materialismo**. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$materialismo](https://www.infopedia.pt/$materialismo).
- \_\_\_\_\_. **Relações Sociais**. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$relacoes-sociais](https://www.infopedia.pt/$relacoes-sociais).
- \_\_\_\_\_. **Pensamento**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pensamento>.
- SITE JORNAL GGN. **Concepção do fim da história**. Disponível em <https://jornalggm.com.br/noticia/nota-sobre-a-concepcao-do-fim-da-historia-um-embate-entre-marx-e-hegel-mediado-por-mezaros-em-para-alem-do-cap/>.
- SITE MARXISTS. **Marxismo legal**. Disponível em [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo\\_legal.htm#:~:text=Os%20%C2%ABmarx%C3%ADstas-legais%C2%BB%20criticavam%20na%20imprensa%20legal%20os%20populistas%2C,marxismo%2C%20tornando-se%20membros%20do%20partido%20burgu%C3%AAs%20dos%20democratas-constitucionalistas](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_legal.htm#:~:text=Os%20%C2%ABmarx%C3%ADstas-legais%C2%BB%20criticavam%20na%20imprensa%20legal%20os%20populistas%2C,marxismo%2C%20tornando-se%20membros%20do%20partido%20burgu%C3%AAs%20dos%20democratas-constitucionalistas).
- \_\_\_\_\_. **Piotr Bergárdovitch Struve**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/struve.htm#:~:text=Struve%2C>

[%20Piotr%20Berg%20C3%A1rdovitch%20%281870-1944%29%3A%20Publicista%20tusso.%20Por%20volta,%20C3%B3rg%C3%A3os%20marxistas%20legais%3A%20N%C3%B3voe%20SI%C3%B3vo%2C](#)

[%20Natch%C3%A1lo%20e%20Jizn.](#)

SITE PORTAL GELEDÉS. **6 multinacionais envolvidas com trabalho escravo e exploração infantil.** Disponível em <https://www.geledes.org.br/6-multinacionais-envolvidas-com-trabalho-escravo-e-exploracao-infantil/>.

SITE SIGNIFICADOS. **Ontologia.** Disponível em <https://www.significados.com.br/ontologia/>.

SITE SISEJUFE. **1848 - Marx e a luta de classes na França.** Disponível em <https://sisejufe.org.br/noticias/1848-marx-e-a-luta-de-classes-na-franca/>. em

SITE TIRO DE LETRA. **Filosofia.** Disponível em <http://www.tirodeletra.com.br/ensaios/Dici-Filosofia.htm>. em

SITE UNIBLOG. **Mulheres economistas na história: Joan Robinson.** Disponível em <https://uniblog.unicajabanco.es/mujeres-economistas-de-la-historia—joan-robinson>. em

SITE VERMELHO. **Karl Marx: O trabalho como medida do valor da mercadoria.** Disponível em <https://vermelho.org.br/2018/05/04/karl-marx-o-trabalho-como-medida-do-valor-da-mercadoria/>.

SITE WIKIPEDIA. **Adam Smith.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam\\_Smith](https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam_Smith).

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Ideologia\\_Alem%C3%A3](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Ideologia_Alem%C3%A3).

\_\_\_\_\_. **Alfred Darimon.** Disponível em [https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred\\_Darimon](https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred_Darimon).

\_\_\_\_\_. **Anais Franco-Alemães.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Deutsch-Franz%C3%B6sische\\_Jahrb%C3%Bccher](https://pt.wikipedia.org/wiki/Deutsch-Franz%C3%B6sische_Jahrb%C3%Bccher). em

\_\_\_\_\_. **Antonio Gramsci.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio\\_Gramsci](https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Gramsci).

\_\_\_\_\_. **Apologética.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Apolog%C3%A9tica>.

\_\_\_\_\_. **Aristóteles.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arist%C3%B3teles>.

\_\_\_\_\_. **A sagrada família.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Sagrada\\_Fam%C3%ADlia\\_\(livro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Sagrada_Fam%C3%ADlia_(livro)). em

\_\_\_\_\_. **Associação Internacional dos Trabalhadores.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o\\_Internacional\\_dos\\_Trabalhadores](https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Internacional_dos_Trabalhadores). em

\_\_\_\_\_. **Ateísmo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ate%C3%Adsmo>.

\_\_\_\_\_. **Austromarxismo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Austromarxismo>.

\_\_\_\_\_. **Axioma.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Axioma>.

\_\_\_\_\_. **Baruch Espinoza.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Baruch\\_Espinoza](https://pt.wikipedia.org/wiki/Baruch_Espinoza).

\_\_\_\_\_. **Bruno Bauer.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno\\_Bauer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bruno_Bauer).

\_\_\_\_\_. **Burguesia.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Burguesia>.

\_\_\_\_\_. **Capital.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Capital\\_\(economia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_(economia)).

\_\_\_\_\_. **Capitalismo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismo>.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Industrial.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitalismoindustrial>. em

\_\_\_\_\_. **Classe social.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Classesocial>.

\_\_\_\_\_. **Cogito ergo sum.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cogito\\_ergo\\_sum](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cogito_ergo_sum).

\_\_\_\_\_. **Comuna de Paris.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Comuna\\_de\\_Paris](https://pt.wikipedia.org/wiki/Comuna_de_Paris).

\_\_\_\_\_. **Comunismo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunismo>.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Contribui%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_a\\_Cr%C3%ADtica\\_da\\_EconomiaPol%C3%ADtica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Contribui%C3%A7%C3%A3o_para_a_Cr%C3%ADtica_da_EconomiaPol%C3%ADtica). em

\_\_\_\_\_. **Coruja de Atena.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Coruja\\_de\\_Atena](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coruja_de_Atena).

- 
- \_\_\_\_\_. **Crise de 1857**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_de\\_1857](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_de_1857).
- \_\_\_\_\_. **Crise do capitalismo**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_do\\_capitalismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_capitalismo).
- \_\_\_\_\_. **Crítica ao Programa de Gotha**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%ADtica\\_ao\\_Programa\\_de\\_Gotha](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%ADtica_ao_Programa_de_Gotha). em
- \_\_\_\_\_. **David Ricardo**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/David\\_Ricardo](https://pt.wikipedia.org/wiki/David_Ricardo).
- \_\_\_\_\_. **Definição circular**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Defini%C3%A7%C3%A3o\\_circular](https://pt.wikipedia.org/wiki/Defini%C3%A7%C3%A3o_circular). em
- \_\_\_\_\_. **Democracia direta**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia\\_direta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_direta). em
- \_\_\_\_\_. **Demócrito**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dem%C3%B3crito>.
- \_\_\_\_\_. **Devir**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Devir>.
- \_\_\_\_\_. **Dialética**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dial%C3%A9tica>.
- \_\_\_\_\_. **Die Neue Zeita**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Die\\_Neue\\_Zeita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Die_Neue_Zeita).
- \_\_\_\_\_. **Dinheiro**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinheiro>.
- \_\_\_\_\_. **Direita política**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Direita\\_\(po%C3%Adtica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Direita_(po%C3%Adtica)).
- \_\_\_\_\_. **Ditadura**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura>.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura do proletariado**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura\\_do\\_proletariado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_do_proletariado). em
- \_\_\_\_\_. **Divisão social do trabalho**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o\\_social\\_do\\_trabalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_social_do_trabalho). em
- \_\_\_\_\_. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Do\\_Socialismo\\_Ut%C3%B3pico\\_ao\\_Socialismo\\_Cient%C3%ADfico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Do_Socialismo_Ut%C3%B3pico_ao_Socialismo_Cient%C3%ADfico). em
- \_\_\_\_\_. **Economia Clássica**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_c%C3%A1ssica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_c%C3%A1ssica). em
- \_\_\_\_\_. **Economia marxiana**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_marxiana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_marxiana).
- \_\_\_\_\_. **Economia Neoclássica**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_neoc%C3%A1ssica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_neoc%C3%A1ssica). em
- \_\_\_\_\_. **Economia Política**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_po%C3%Adtica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_po%C3%Adtica). em
- \_\_\_\_\_. **Economicismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Economicismo>.
- \_\_\_\_\_. **Enfiteuse**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Enfiteuse>.
- \_\_\_\_\_. **Era dos Descobrimentos ou Era das Grandes Navegações**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Era\\_dos\\_Descobrimentos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_dos_Descobrimentos). em
- \_\_\_\_\_. **Epicuro**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Epicuro>.
- \_\_\_\_\_. **Esquerda política**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Esquerda\\_\(pol%C3%ADtica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Esquerda_(pol%C3%ADtica)).
- \_\_\_\_\_. **Eugen von Böhm-Bawerk**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugen\\_von\\_B%C3%B6hm-Bawerk](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugen_von_B%C3%B6hm-Bawerk). em
- \_\_\_\_\_. **Ferdinand Lassalle**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferdinand\\_Lassalle](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ferdinand_Lassalle). em
- \_\_\_\_\_. **Fetichismo da mercadoria**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fetichismo\\_da\\_mercadoria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fetichismo_da_mercadoria). em
- \_\_\_\_\_. **Feudalismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Feudalismo>.
- \_\_\_\_\_. **Fim da história**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fim\\_da\\_hist%C3%B3ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fim_da_hist%C3%B3ria). em
- \_\_\_\_\_. **Fisicalismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fisicalismo>.
- \_\_\_\_\_. **Força de trabalho**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a\\_de\\_trabalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a_de_trabalho).



- 
- \_\_\_\_\_ . **Forças produtivas**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as\\_produtivas](https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_produtivas).
- \_\_\_\_\_ . **Friedrich Engels**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich\\_Engels](https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Engels).
- \_\_\_\_\_ . **Fuso têxtil**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fuso\\_\(t%C3%Aaxtil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fuso_(t%C3%Aaxtil)).
- \_\_\_\_\_ . **Gazeta Renana**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rheinische\\_Zeitung](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rheinische_Zeitung).
- \_\_\_\_\_ . **Georg W. F. Hegel**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg\\_Wilhelm\\_Friedrich\\_Hegel](https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Wilhelm_Friedrich_Hegel). em
- \_\_\_\_\_ . **Gustav Eckstein**. Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Gustav\\_Eckstein](https://en.wikipedia.org/wiki/Gustav_Eckstein).
- \_\_\_\_\_ . **Hegelianismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hegelianismo>.
- \_\_\_\_\_ . **Helene Demuth**. Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Helene\\_Demuth](https://en.wikipedia.org/wiki/Helene_Demuth).
- \_\_\_\_\_ . **Henryk Grossman**. Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Henryk\\_Grossman](https://en.wikipedia.org/wiki/Henryk_Grossman).
- \_\_\_\_\_ . **História da Moeda**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda#Hist%C3%B3ria>.
- \_\_\_\_\_ . **História do comunismo**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_do\\_comunismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_comunismo). em
- \_\_\_\_\_ . **Humanismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Humanismo>.
- \_\_\_\_\_ . **Idealismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Idealismo>. em
- \_\_\_\_\_ . **Idealismo alemão**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Idealismo\\_alem%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Idealismo_alem%C3%A3o).
- \_\_\_\_\_ . **Iluminismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Iluminismo>.
- \_\_\_\_\_ . **Império Austro-Húngaro**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81ustria-Hungria>.
- \_\_\_\_\_ . **Influências em Karl Marx**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Influ%C3%Aancias\\_em\\_Karl\\_Marx](https://pt.wikipedia.org/wiki/Influ%C3%Aancias_em_Karl_Marx). em
- \_\_\_\_\_ . **Infraestrutura e superestrutura**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Infraestrutura\\_e\\_superestrutura](https://pt.wikipedia.org/wiki/Infraestrutura_e_superestrutura). em
- \_\_\_\_\_ . **Instituto Marx-Engels-Lenin (IMEL)**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/InstitutoMarx-Engels-Lenin>. em
- \_\_\_\_\_ . **Jean de Sismondi**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean\\_de\\_Sismondi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_de_Sismondi).
- \_\_\_\_\_ . **Jean-Jacques Rousseau**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques\\_Rousseau](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques_Rousseau).
- \_\_\_\_\_ . **Jenny von Westphalen**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jenny\\_von\\_Westphalen](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jenny_von_Westphalen).
- \_\_\_\_\_ . **John Maynard Keynes**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Maynard\\_Keynes](https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes).
- \_\_\_\_\_ . **Jovens hegelianos**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Joven\\_hegelianos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joven_hegelianos).
- \_\_\_\_\_ . **Karl Heinrich Marx**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl\\_Marx](https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx).
- \_\_\_\_\_ . **Karl Kautsky**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl\\_Kautsky](https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Kautsky).
- \_\_\_\_\_ . **Lei do valor**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_do\\_valor](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_valor).
- \_\_\_\_\_ . **Libra**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Libra\\_\(massa\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Libra_(massa)).
- \_\_\_\_\_ . **Liga dos comunistas**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga\\_dos\\_Comunistas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga_dos_Comunistas).
- \_\_\_\_\_ . **Livre associação de produtores**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Livreassocia%C3%A7%C3%A3o\\_\(comunismo\\_e\\_anarquismo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Livreassocia%C3%A7%C3%A3o_(comunismo_e_anarquismo)).
- \_\_\_\_\_ . **Ludwig Feuerbach**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig\\_Feuerbach](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig_Feuerbach).
- \_\_\_\_\_ . **Lukács**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gy%C3%B6rgy\\_Luk%C3%A1cs](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gy%C3%B6rgy_Luk%C3%A1cs).
- \_\_\_\_\_ . **Lumpenproletariat**. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Lumpenproletariat#Etymology>.
- \_\_\_\_\_ . **Luta de classes**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Luta\\_de\\_classes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Luta_de_classes).
- \_\_\_\_\_ . **Mais-trabalho**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-trabalho>.
- \_\_\_\_\_ . **Mais-valia (mais-valor)**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-valia>.

- 
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto\\_Comunista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Comunista). em
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos\\_Econ%C3%B4micos\\_e\\_Filos%C3%B3ficos\\_de\\_1844](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuscritos_Econ%C3%B4micos_e_Filos%C3%B3ficos_de_1844). em
- \_\_\_\_\_. **Marxismo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marxismo>.
- \_\_\_\_\_. **Matéria.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mat%C3%A9ria\\_\(filosofia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mat%C3%A9ria_(filosofia)).
- \_\_\_\_\_. **Materialismo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo>.
- \_\_\_\_\_. **Materialismo dialético.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo\\_dial%C3%A9tico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_dial%C3%A9tico) em
- \_\_\_\_\_. **Materialismo histórico.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo\\_hist%C3%B3rico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_hist%C3%B3rico). em
- \_\_\_\_\_. **Max Weber.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Max\\_Weber](https://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber).
- \_\_\_\_\_. **Meios de produção.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Meios\\_de\\_produ%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Meios_de_produ%C3%A7%C3%A3o).
- \_\_\_\_\_. **Mercado Livre.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado\\_livre](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_livre).
- \_\_\_\_\_. **Mercadoria no marxismo.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercadoria#No\\_marxismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercadoria#No_marxismo). em
- \_\_\_\_\_. **Mercantilismo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercantilismo>.
- \_\_\_\_\_. **Metafísica.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Metaf%C3%ADsica>.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia da Economia.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia\\_da\\_economia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia_da_economia). em
- \_\_\_\_\_. **Mikhail Tugan-Baranovski.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail\\_Tugan-Baranovski](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mikhail_Tugan-Baranovski). em
- \_\_\_\_\_. **Modo de produção.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Modo\\_de\\_produ%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Modo_de_produ%C3%A7%C3%A3o). em
- \_\_\_\_\_. **Modo de produção socialista.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mododeprodu%C3%A7%C3%A3osocialista>. em
- \_\_\_\_\_. **Moeda fiduciária.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda\\_fiduci%C3%A1ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_fiduci%C3%A1ria).
- \_\_\_\_\_. **Monarquia constitucional.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monarquia\\_constitucional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monarquia_constitucional). em
- \_\_\_\_\_. **Mutualismo.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo\\_\(economia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo_(economia)).
- \_\_\_\_\_. **Narodnik.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Narodnik>.
- \_\_\_\_\_. **Narodniks.** Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Narodniks>.
- \_\_\_\_\_. **Nikolai Bukharin.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nikolai\\_Bukharin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nikolai_Bukharin).
- \_\_\_\_\_. **Nikolai Danielson.** Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Nikolai\\_Danielson](https://en.wikipedia.org/wiki/Nikolai_Danielson).
- \_\_\_\_\_. **Nova Gazeta Renana.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Neue\\_Rheinische\\_Zeitung](https://pt.wikipedia.org/wiki/Neue_Rheinische_Zeitung).
- \_\_\_\_\_. **O capital.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Capital](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Capital).
- \_\_\_\_\_. **O capital – Lei.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Capitalei](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Capitalei).
- \_\_\_\_\_. **Opio do povo.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93pio\\_do\\_povo](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93pio_do_povo).
- \_\_\_\_\_. **Otto Bauer.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Otto\\_Bauer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Otto_Bauer).
- \_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_18\\_de\\_Brum%C3%A1rio\\_de\\_Lu%C3%ADs\\_Bonaparte](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_18_de_Brum%C3%A1rio_de_Lu%C3%ADs_Bonaparte). em
- \_\_\_\_\_. **Padrão ouro.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro>.
- \_\_\_\_\_. **Pierre-Joseph Proudhon.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph\\_Proudhon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon).
- \_\_\_\_\_. **Práxis.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1xis>.
- \_\_\_\_\_. **Proletariado.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Proletariado>.

- \_\_\_\_\_. **Racionalização.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o>.
- \_\_\_\_\_. **Reino da Hungria.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino\\_da\\_Hungria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_da_Hungria).
- \_\_\_\_\_. **Reino da Prússia.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino\\_da\\_Pr%C3%BAssia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_da_Pr%C3%BAssia).
- \_\_\_\_\_. **Reino de Itália.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino\\_de\\_It%C3%A1lia\\_\(1861%E2%80%931946\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_de_It%C3%A1lia_(1861%E2%80%931946)). em
- \_\_\_\_\_. **Relações de produção.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_produ%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_de_produ%C3%A7%C3%A3o). em
- \_\_\_\_\_. **Rene Descartes.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9\\_Descartes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9_Descartes).
- \_\_\_\_\_. **Republicanism.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Republicanism>.
- \_\_\_\_\_. **Revolução de 1848 nos estados alemães.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_1848\\_nos\\_Estados\\_alem%C3%A3es](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es_de_1848_nos_Estados_alem%C3%A3es).
- \_\_\_\_\_. **Revolução francesa.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Francesa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Francesa).
- \_\_\_\_\_. **Revolução Gloriosa.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Gloriosa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Gloriosa).
- \_\_\_\_\_. **Revolução Industrial.** Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Industrial\\_Revolution](https://en.wikipedia.org/wiki/Industrial_Revolution).
- \_\_\_\_\_. **Revolução russa de 1917.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Russa\\_de\\_1917](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Russa_de_1917). em
- \_\_\_\_\_. **Revoluções de 1848.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_1848](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es_de_1848).
- \_\_\_\_\_. **Roman Rosdolsky.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Roman\\_Rosdolsky](https://pt.wikipedia.org/wiki/Roman_Rosdolsky).
- \_\_\_\_\_. **Rosa Luxemburgo.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa\\_Luxemburgo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa_Luxemburgo).
- \_\_\_\_\_. **Rudolf Schlesinger.** Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Rudolf\\_Schlesinger](https://en.wikipedia.org/wiki/Rudolf_Schlesinger).
- \_\_\_\_\_. **Rudolf Hilferding.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf\\_Hilferding](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf_Hilferding).
- \_\_\_\_\_. **Segunda Internacional.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda\\_Internacional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Internacional).
- \_\_\_\_\_. **Segunda Revolução Industrial.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda\\_Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Industrial](https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial). em
- \_\_\_\_\_. **Ser.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ser>.
- \_\_\_\_\_. **Sergei Bulgakov.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sergei\\_Bulgakov](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sergei_Bulgakov).
- \_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobre\\_a\\_Quest%C3%A3o\\_Judaica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobre_a_Quest%C3%A3o_Judaica). em
- \_\_\_\_\_. **Socialismo.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>.
- \_\_\_\_\_. **Socialismo democrático.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismocient%C3%Adfico>. em
- \_\_\_\_\_. **Socialismo utópico.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismout%C3%B3pico>.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade comunista.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade\\_comunista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_comunista).
- \_\_\_\_\_. **Substância.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Subst%C3%A2ncia\\_\(filosofia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Subst%C3%A2ncia_(filosofia)).
- \_\_\_\_\_. **Tableau Economique.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tableau\\_%C3%A9conomique](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tableau_%C3%A9conomique). em
- \_\_\_\_\_. **Táler.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/T%C3%A1ler>.
- \_\_\_\_\_. **Taxa de exploração.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa\\_de\\_explora%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_explora%C3%A7%C3%A3o). em
- \_\_\_\_\_. **Teoria da revolução permanente.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_da\\_revolu%C3%A7%C3%A3o\\_permanente](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_da_revolu%C3%A7%C3%A3o_permanente). em
- \_\_\_\_\_. **Teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento\\_desigual\\_e\\_combinado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_desigual_e_combinado). em



- \_\_\_\_\_. **Teoria do socialismo em um só país.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo\\_em\\_um\\_s%C3%B3\\_pa%C3%ADs#:~:text=O%20%22socialismo%20em%20u+m%20s%C3%B3.pol%C3%Adica%20estatal%20por%20Josef%20Stalin](https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo_em_um_s%C3%B3_pa%C3%ADs#:~:text=O%20%22socialismo%20em%20u+m%20s%C3%B3.pol%C3%Adica%20estatal%20por%20Josef%20Stalin). e m
- \_\_\_\_\_. **Teoria do valor-trabalho.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_do\\_valor-trabalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_valor-trabalho).
- \_\_\_\_\_. **Teoria populacional malthusiana.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria\\_populacional\\_malthusiana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_populacional_malthusiana). em
- \_\_\_\_\_. **Teses sobre Feuerbach.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teses\\_sobre\\_Feuerbach](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teses_sobre_Feuerbach).
- \_\_\_\_\_. **Thomas Malthus.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas\\_Malthus](https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus).
- \_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho\\_Assalariado\\_e\\_Capital](https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_Assalariado_e_Capital). em
- \_\_\_\_\_. **Unificação da Alemanha.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Unifica%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Alemanha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Unifica%C3%A7%C3%A3o_da_Alemanha). em
- \_\_\_\_\_. **Valor de troca no marxismo.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor\\_de\\_troca#:~:text=Para%20o%20marxismo%2C%20valor%20de,desse%20produtos%20tenha%20sido%20o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_troca#:~:text=Para%20o%20marxismo%2C%20valor%20de,desse%20produtos%20tenha%20sido%20o). em
- \_\_\_\_\_. **Valor de uso.** Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor\\_de\\_uso](https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_uso).
- \_\_\_\_\_. **Vladimir Lenin.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lenin>.
- SOUZA, Osmar Martins de e DOMINGUES, Analéia. **Emancipação política e humana em Marx: Alguns apontamentos.** São Paulo-SP: Revista Eletrônica Arma da Crítica, N. 04, 2012. Disponível em [http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo4\\_20131.pdf](http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo4_20131.pdf).
- STRAUCH, Ottolmy. **Marshall: Princípios de Economia.** São Paulo-SP: Abril Cultural, Os Economistas, 1982.
- TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida. **Mais-Valia ou Mais-Valor.** Uberlândia-MG: Economia Ensaios (v. 34 nº 2), Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia, 2020. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/45288>.
- TIBLE, Jean. **Marx contra o Estado.** Revista Brasileira de Ciência Política. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000100003&script=sciarttext&tlng=pt>. em
- VAISMAN, Ester. **Marx e a Filosofia: elementos para a discussão ainda necessária.** Belo Horizonte-MG: Revista Nova Economia (Departamento de Ciências Econômicas da UFMG), vol.16, nº 2, 2006. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512006000200005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200005).
- VIANA, Nildo. **A teoria da população de Marx.** Goiânia-GO: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Boletim Goiano de Geografia, v. 26, n. 2, jul/dez 2006, Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/272856870\\_A\\_TEORIA\\_DA\\_POPULACAO\\_EM\\_MARX](https://www.researchgate.net/publication/272856870_A_TEORIA_DA_POPULACAO_EM_MARX).
- VIEIRA, Pedro. **Os duvidosos fundamentos da economia política: o caso da mercadoria força de trabalho.** Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A008.pdf>.
- VIEIRA, Zaira Rodrigues. **Althusser e o significado da dialética em Marx.** Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/8fac/372ef3c4eee595b57f78e1370ea4a8a8e61b.pdf>. em
- XIMENES, Olavo Antunes de Aguiar. **Aproximação à categoria de modo de produção nos Grundrisse (1857-1858) de Karl Marx.** Dissertação para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2017. Disponível em <https://1library.org/article/capital-constante-capital-vari%C3%A1vel-modo-produ%C3%A7%C3%A3o-capitalista-capital.qvpn1gdq>.